

Universidade de São Paulo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO:
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
EM POLÍTICAS, PROCESSOS E TECNOLOGIAS

Sandra Schmitt Soster

Nomads.usp
São Carlos-SP, 2022

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

[VERSÃO CORRIGIDA]

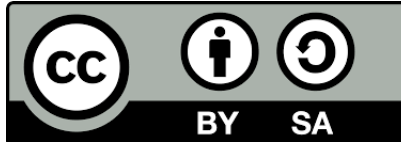
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO:
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
EM POLÍTICAS, PROCESSOS E TECNOLOGIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora.

Doutoranda: MSc. Sandra Schmitt Soster

Orientadora: Profa. Dra. Anja Pratschke

São Carlos, 2022



Saiba como usar [neste link](#).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

s716g soster, sandra
 Gestão do patrimônio cultural brasileiro:
participação cidadã em políticas, processos e
tecnologias / sandra soster; orientadora Anja
Pratschke. -- São Carlos, 2022.
 322 p.

 Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2022.

 1. IPHAN. 2. Gestão do patrimônio cultural. 3.
Tecnologias digitais. 4. Educação patrimonial. 5.
Instrumentos de preservação. I. Pratschke, Anja,
orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Sandra Schmitt Soster**


Título da tese: "Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro: participação cidadã em políticas, processos e tecnologias"

Data da defesa: 30/09/2022

Orientadora: Profª Drª Anja Pratschke


Comissão Julgadora:

Resultado:



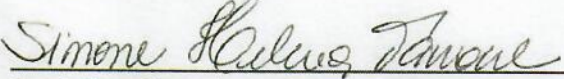
Profª Drª Anja Pratschke
(IAU/USP)

Não votante



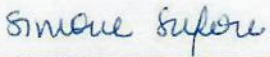
Profª Drª Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci
(IAU/USP)

APROVADA



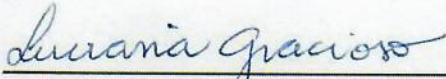
Profª Drª Simone Helena Tanoue Vizioli
(IAU/USP)

APROVADA



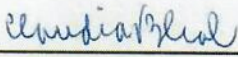
Profª Drª Simone Scifoni
(FFLCH/USP)

aprovada



Profª Drª Luciana de Souza Gracioso
(UFSCar)

aprovada



Profª Drª Claudia Feierabend Baeta Leal
(IPHAN)

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.

Agradecimentos

A Antônio e Seli que sempre frisaram a importância da educação (escolar e cidadã) e que, em um país de tantas desigualdades, batalharam para que minha irmã e eu pudéssemos nos dedicar plenamente à nossa formação. Obrigada, pai e mãe.

A Anja Pratschke por acreditar no potencial de uma “estrangeira” e ser minha timoneira pelos caminhos acadêmicos. Danke schön. E, em conjunto com Marcelo Tramontano e nosso grupo Nomads.usp, agradeço pelos ensinamentos e pela oportunidade de crescimento não só na área acadêmica.

Às muitas pessoas com quem convivi durante essa trajetória e que contribuíram para ampliar minhas ideias não só sobre patrimônio, mas sobre o mundo em que vivemos. E, para não esquecer ninguém, prefiro mencionar os coletivos: DCI-UFSCar, Focolare, GAC, Habis-USP, ICOMOS, LabAm-UFG, LavMUSEUS-UFMG, N.ELAC-USP, PET Saberes Indígenas-UFSCar, REPEP e RWYC.

Em especial, a Beth Maluf, Camila Guimarães, Cynthia Nojimoto, Dalila Lopes, Fabíolla Lima, Juliana Trujillo, Juliano Pita, Lara Melotti Tonsig, Luciana Roça, Luzia Sigoli, Maju Martins, Mayara Dias, Nalu Figueiredo, Pedro Gonçalves e a Silviane Zanni 🙏🙏🙏.

Àquelas que carinhosamente chamo de “as mulheres do patrimônio”, que me inspiram e contribuem com palavras em livros, conversas ou mensagens online; e com abraços e sorrisos em eventos presenciais que se tornaram grandes reuniões de companheiras e amigas, e mesmo coautoras. É uma honra conhecê-las para além das páginas de papel! Adriana Capretz, Alcilia Kaki Afonso, Ana Cecília Veiga, Ana Cuppersmith, Ana Paula Araújo, Ana Moreno, Ana Paula Ito, Carolina di Lello, Candice Ballester, Cláudia Andrade, Cláudia Baeta Leal, Celma Chaves, Fabiana Barbosa, Fabíola Colmenero, Fernanda Biondo, Flávia Brito, Graciela Mota, Graciete Guerra, Ivonne Mella, Jacqueline Custódio, Karina Nymura, Luciana Gracioso, Luzia Costa, Maíra Onofre, Maria Ângela Bortolucci, Mariana Kimie Nito, Maryclea Maués, Mônica Mongeli, Noemí Albarrán y la pequeña Sarita🌟, Olimpia Niglio, Rossanna Prado, Simone Camargo, Simone Scifoni, Simone Vizioli, Sonia Rampim, Thais Creolezio, Vanessa Figueiredo, entre tantas outras. Guerreiras maravilhosas que me ensinaram que nossa sabedoria, força e gentileza são tão necessárias nesse campo pautado pelo Humano.

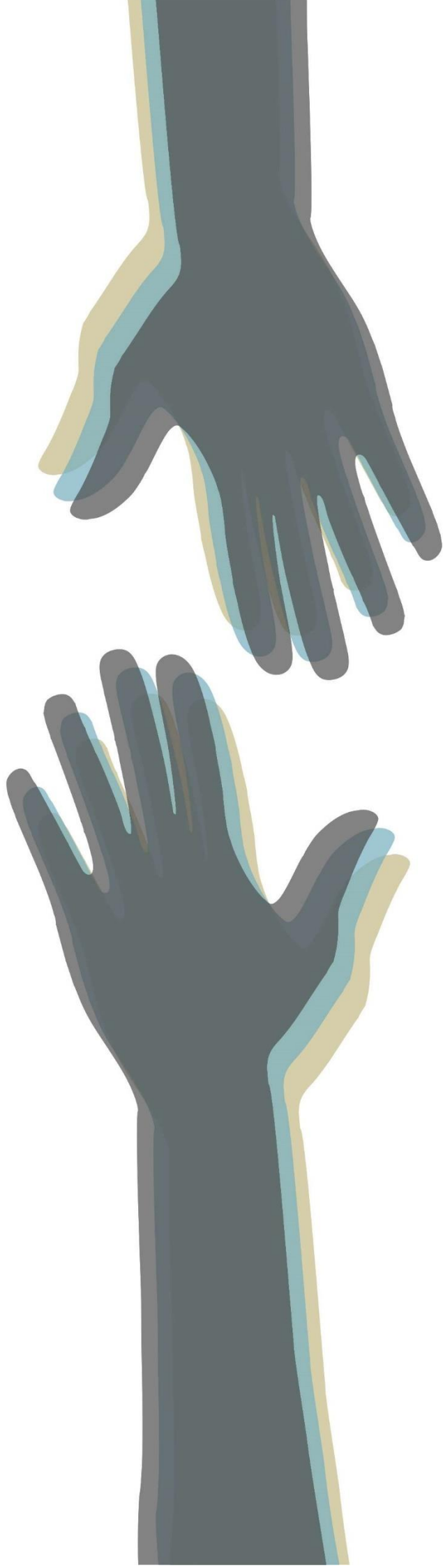
À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de grande parte dessa pesquisa. Sem a devida valorização da pesquisa, o país não avança.

Aos funcionários e alunos do Instituto de Arquitetura e Urbanismo pelo apoio. E aos funcionários públicos, pesquisadores e cidadãos que contribuem com o iPatrimônio.

Agradecimentos

Em especial, a Cida Barros e Caio Lucena, companheiros de projeto. Cujas competência e dedicação me deram forças em períodos difíceis dessa trajetória. E cujo filho gestado e amorosamente educado a seis mãos é um cidadão digital que, com certeza, muito contribui para a Sociedade brasileira. Espero ansiosa pelo dia em que ele alçará voo.

E agora à Wiki por compartilhar comigo um espaço digital colaborativo a ser preenchido com conhecimento e, com ele, a possibilidade de difundir culturas...



Democracia é sobre habilitar os cidadãos a exercerem a cidadania de fato, não apenas pela lei. [...]

É sobre habilitar as pessoas a participarem da condução dos assuntos do Estado.

Assim, democracia é sobre cuidar não só da opinião da maioria, mas também ajudar as minorias a terem suas vozes ouvidas. [...]

Zygmunt Bauman (2015)

Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro: Participação Cidadã em Políticas, Processos e Tecnologias

Esta Tese baseia-se na premissa de que a colaboração entre os diversos atores sociais é fundamental para a plena realização das políticas públicas de qualquer setor e país. A participação cidadão na área do patrimônio cultural está relacionada tanto ao acesso à informação sobre os bens acautelados quanto à possibilidade de ter sua própria memória e cotidiano respeitados, reconhecidos, protegidos e perpetuados.

O questionamento inicial desta Tese “por que a população não valoriza o patrimônio cultural?” tem sido realizado a partir de um ponto de vista errôneo. A pergunta principal deveria ser “o patrimônio cultural acautelado representa os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira?”. No Brasil, a cultura “popular” ainda é inferiorizada e invisibilizada. Além disso, a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão é limitada, tem pouca influência ou meramente corrobora decisões já tomadas. Aumentar a participação de diferentes comunidades e diversificar os bens documentados estão diretamente relacionados ao direito à memória e à identidade, à luta pelo território e contra a invisibilização histórica. Esses temas estão relacionados à PARTE 1 desta Tese, na qual um breve registro das políticas do IPHAN é apresentado e seus processos são analisados por meio do fluxo da informação e dos agentes envolvidos.

A PARTE 2 discute como as tecnologias online podem ajudar a comunicação e a gestão da informação sobre o patrimônio cultural no contexto da revolução informacional promovida pela cultura digital. Elas poderiam mediar a interlocução entre o Poder Público e as comunidades e dar suporte à documentação das mudanças nas referências culturais ao longo do tempo? Para tanto, esta parte inicia com uma análise do estado atual da informação oficial sobre o patrimônio cultural disponível online, então apresenta um registro da incorporação das tecnologias digitais aos processos do IPHAN. Em seguida, analisa tecnologias e procedimentos metodológicos disponíveis atualmente que parecem menos rígidos em seus processos, produtos e ações, e apresenta alguns dos principais obstáculos para sua ampla implementação na área do patrimônio cultural.

Finalmente, a Tese propõe algumas diretrizes para ampliar o espaço dos diversos atores sociais (e consequentemente sua participação) nas políticas e processos coordenados pelo IPHAN por meio das possibilidades tecnológicas atuais e de atividades de Educação Patrimonial Decolonial. Entre todas as perguntas a serem respondidas, existe uma certeza: a necessidade de mudar o modo de se pensar a sociedade e as relações entre os diferentes atores.

Abstract

Brazilian Cultural Heritage Management: Citizen Participation in policies, processes and technologies

This dissertation is based on the premise that collaboration among several social actors is essential for the full realization of public policies in any sector and country, aiming to pursue social welfare for any and every citizen. Citizen participation in cultural heritage is conditioned both to the access to information about officialized cultural heritage assets and to having their own memory and daily culture respected, recognized, safeguarded, and perpetuated.

The initial question “why does the population not value cultural heritage?” was formulated from an erroneous point of view. The main question should be “does the officialized cultural heritage represent the different groups who comprise Brazilian society?”. In Brazil, “popular” culture is still inferiorized and invisibilized. In addition to that, society participation in decision-making processes is limited, has little influence, or merely corroborates pre-made decisions. Increasing the participation of different communities and diversifying the documented assets are directly related to the right to memory and identity, to the fight for the territory and against the historical invisibilization. These issues are related to PART 1 of this dissertation in which a brief record of IPHAN’s policies is presented and its processes are analyzed through information flow and the agents involved.

The PART 2 presents and discusses how online technologies could help the management of cultural heritage information and communication in the context of the informational revolution promoted by digital culture. Could they mediate the interlocution between Public Power and communities and support the documentation of the changes in cultural references over time? Therefore, this part starts with an analysis of the current state of official information on cultural heritage available online, then it presents a record of the incorporation of digital technologies in the processes of IPHAN. Afterwards it analyzes the currently available methodological procedures and technologies that seem less rigid in their processes, products, and action, and it presents some of the main obstacles to their broad implementation in the area of cultural heritage.

Finally, this dissertation proposes some guidelines to amplify the space (and subsequent participation) of the diverse society actors in the policies and processes coordinated by IPHAN through current technological possibilities and Decolonial Cultural Heritage Education activities. Among all the questions to be answered, there is one certainty: the necessity of changing the way people think about society and the relations among the different actors.

Lista de Figuras

Figura 1. Distribuição geográfica dos bens tombados pelo IPHAN (1938-1967)	42
Figura 2. Distribuição geográfica dos bens tombados pelo IPHAN (1968-1999)	50
Figura 3. Distribuição geográfica dos bens tombados e registrados pelo IPHAN (2000-2017).....	57
Figura 4. Distribuição geográfica dos bens tombados e registrados pelo IPHAN (1938-2017).....	61
Figura 5. Mapa da Rede Ferroviária Federal (1974).....	74
Figura 6. Irradiação do IPHAN (1983).....	79
Figura 7. Distribuição dos estudos pioneiros para aplicação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira	113
Figura 8. Detalhes do núcleo rural tombado de Texto Alto e Rio da Luz (SC).....	114
Figura 9. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP)	117
Figura 10. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural da jangada de dois mastros de Pitimbu (PB)	120
Figura 11. Sumário do relatório final do “Estudo sobre a Paisagem Cultural de Pitimbu (PB)”	121
Figura 12. Propostas de perímetros da Paisagem Cultural de Pitimbu (PB) a ser chancelada.....	125
Figura 13. Exemplos de inventários participativos.....	140
Figura 14. Visão geral da oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2008)	142
Figura 15. Bens indicados na oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2008).....	143
Figura 16. Oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” (2008).....	144
Figura 17. Bens indicados na oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” (2008).....	144
Figura 18. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP).....	146
Figura 19. Igreja Anglicana de Registro-SP e Capela São João de Iguape-SP	150
Figura 20. Linha do tempo com a evolução das tecnologias de disseminação da informação no mundo ocidental	154
Figura 21. Gerações de computadores	156
Figura 22. Localização de bens tombados no GeoSampa (abril de 2019).....	174
Figura 23. Localização de bens tombados no GeoSampa (outubro de 2019).....	175
Figura 24. Exemplo de mapa produzido com os dados do INBI-SU: pau-a-pique em Ouro Preto-MG.....	185
Figura 25. Tela principal (esquerda) e tela para cadastramento de lote (direita) do INBI-SU digital	186
Figura 26. Dados publicados sobre a Casa à R. Direita, nº 119, em Tiradentes-MG	186
Figura 27. Relação entre fases de desenvolvimento e módulos finais do SICG	192
Figura 28. SICG - usuário comum - 1. Interface Inicial, 2. Camadas e 3. Busca avançada por bens culturais	195
Figura 29. Dados do SICG dentro da plataforma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).....	196
Figura 30. Ação cadastrada no SICG: busca e ficha de resultado para usuários internos, e visualização para o público externo.....	197
Figura 31. Ficha do INRC dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Pernambuco	199
Figura 32. Visualização de proteções do SICG.....	199
Figura 33. Diferentes graus de participação	205
Figura 34. Exemplo de código disponível no GitHub.....	207
Figura 35. Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Organização do roteiro do trabalho de campo	210
Figura 36. Nova Cartografia Social da Amazônia – Parte de um dos mapas produzidos	211
Figura 37. MAPEO – Mapa-desenho resultado de oficina com a comunidade tuyuka de São Pedro, 2010	211
Figura 38. Arquicultura.....	212
Figura 39. Emociona CR.....	213
Figura 40. Plan de Alfabetización Tecnológica y Software Libre de Extremadura - página inicial	214
Figura 41. Interfaces do PAMIN – <i>website</i> e aplicativo.....	214
Figura 42. Vários modos de visualização da informação do SIPA – <i>website</i>	216
Figura 43. SIPA – aplicativo (2019).....	216

Figura 44. SIPA - aplicativo descontinuado e dados geográficos no site (2021)	217
Figura 45. Decide.Madrid e Decidim.Barcelona (código Consul)	218
Figura 46. Projeção de Mercator com o tamanho real dos países indicados em cor mais escura.....	228
Figura 47. Padrão de Descrição da Informação x Memória Virtual Rural	232
Figura 48. Exemplo de post ideal do iPatrimônio	234
Figura 49. Interface do projeto Percursos Virtuais	238
Figura 50. Percursos Virtuais - QR Code de um dos pontos da Estação Ferroviária de São Carlos.....	239
Figura 51. Pontos de QR Code implementados na Estação Ferroviária de São Carlos	239
Figura 52. Estudo esquemático para o menu inicial da plataforma OpinaSanca	240

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Orçamento executado pelo IPHAN em ações finalísticas (2000-2020)	56
Gráfico 2. Distribuição do Patrimônio Cultural Ferroviário valorado pelo IPHAN, por Estado (2021).....	76
Gráfico 3. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - comunicação (% do total de usuários da Internet)	160
Gráfico 4. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - busca por informação (% do total de usuários da Internet)	160
Gráfico 5. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - educação e trabalho (% do total de usuários da Internet)	161
Gráfico 6. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - educação e trabalho (% do total de usuários da Internet)	161
Gráfico 7. Percentual de municípios com legislação de patrimônio imaterial / material, por população (2018)	170
Gráfico 8. Percentual de municípios com legislação de patrimônio imaterial / material, por estado (2018)	171
Gráfico 9. Evolução da avaliação da linguagem Ruby (fev. 2002 - fev. 2021)	241

Lista de Organogramas

Organograma 1. Estrutura organizacional do IPHAN - Decreto-Lei nº 8.534 (1946)	41
Organograma 2. Estrutura organizacional do IPHAN - Portaria MEC nº 230 (1970)	44
Organograma 3. Organograma do IPHAN (2021)	54
Organograma 4. Funções de confiança do IPHAN indicadas pela Presidência da República (2021)	66
Organograma 5. Organograma do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) (2020)	71
Organograma 6. Estrutura organizacional do IPHAN - Decreto-Lei nº 8.534 e irradiação (1946).....	77
Organograma 7. Estrutura organizacional da IPHAN - Portaria MEC nº 230 e irradiação (1976)	78
Organograma 8. Unidades do IPHAN e agentes externos que participam do Registro do Patrimônio Imaterial (2020)	106

Lista de Diagramas

Diagrama 1. Crescimento do conteúdo da plataforma iPatrimônio (2018-2022)	29
Diagrama 2. Estrutura da Tese	32
Diagrama 3. Grupos, instituições e pesquisadores que contribuíram para a produção do conhecimento apresentado nesta Tese	33
Diagrama 4. Patrimônio artístico nacional - Anteprojeto, de Mário de Andrade (1936).....	38
Diagrama 5. Patrimônio histórico e artístico nacional - Decreto-Lei n° 25 de Gustavo Capanema (1937)	39
Diagrama 6. Sistema nervoso humano (à esquerda) e estrutura de uma organização (à direita) segundo o Modelo de Sistema Viável de Stafford Beer	65
Diagrama 7. Diagrama dos atores e principais ações e decisões relacionados ao pacto de Pitimbu (PB).....	123
Diagrama 8. Fluxo da informação da Chancela da Paisagem Cultural	127
Diagrama 9. As três principais fases de um inventário participativo	140
Diagrama 10. Etapas, atores, interações e produtos da Cartografia Social da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira.....	148
Diagrama 11. Crescimento do conhecimento coletivo (à esquerda) e individual (à direita).....	164
Diagrama 12. Pertinência espacial dos inventários	182
Diagrama 13. Fluxo interno da informação durante o processo de alimentação do iPatrimônio	234
Diagrama 14. Fluxo da informação do <i>feedback</i> na plataforma do iPatrimônio	236
Diagrama 15. Caráter dos agentes que participaram da negociação para o pacto e o plano de gestão de Pitimbu	252
Diagrama 16. Caráter multidisciplinar e sistêmico do patrimônio cultural	254
Diagrama 17. Alguns dos atores e produtos do Campo Político da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro ..	256
Diagrama 18. Alguns dos atores e produtos do Campo Processual da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro	257
Diagrama 19. Etapas metodológicas do Guia básico de Educação Patrimonial (1999) x estratégia da oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2018)	258
Diagrama 20. Inversão das etapas de oficialização e apropriação do Guia básico de Educação Patrimonial (1999) para a oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2018).....	258
Diagrama 21. Alguns dos atores e produtos do Campo Tecnológico da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro	259
Diagrama 22. Interações entre os três campos e as sobreposições entre eles	261
Diagrama 23. Interações dentro de cada um dos três campos e entre eles.....	263
Diagrama 24. Interações entre os três conhecimentos e as sobreposições entre eles	263
Diagrama 25. Proposta de processos e políticas para o acesso ao patrimônio cultural	268

Lista de Diagramas de Raia

Diagrama de Raia 1. Fluxo da informação do Cadastro de Bens Arqueológicos no CNSA	72
Diagrama de Raia 2. Fluxo da informação da Valoração dos Bens Ferroviários	75
Diagrama de Raia 3. Fluxo da informação do Tombamento de Bens Materiais	80
Diagrama de Raia 4. Fluxo da informação do Registro de Bens Imateriais	98

Lista de Tabelas

Tabela 1. Área de atuação dos técnicos de nível I do IPHAN (2016 e 2020).....	55
Tabela 2. Orçamento executado pelo IPHAN em ações finalísticas (2000-2020)	56
Tabela 3. Bens cadastrados no ICMS Cultural 2017	177
Tabela 4. Municípios brasileiros com bens tombados (2018) e sua inserção no projeto iPatrimônio (2022)	237

Lista de Quadros

Quadro 1. Denominações e filiação do órgão nacional de patrimônio cultural (1937-2019).....	36
Quadro 2. Correlação entre os níveis do Sistema Nervoso Humano, do Modelo de Sistema Viável e do IPHAN	65
Quadro 3. Interrelação das políticas com foco na contribuição para o patrimônio cultural	67
Quadro 4. Agentes envolvidos no tombamento de bens materiais, por tipo, em ordem decrescente de participação	88
Quadro 5. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 1/4)	107
Quadro 6. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 2/4)	107
Quadro 7. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 3/4)	108
Quadro 8. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 4/4)	109
Quadro 9. Estudos pioneiros que subsidiaram a formulação do instrumento de Chancela da Paisagem Cultural	112
Quadro 10. Categorias de Paisagem Cultural da UNESCO	115
Quadro 11. Comparação entre as definições de Paisagem Cultural – UNESCO e IPHAN	116
Quadro 12. Dificuldades para o reconhecimento da Chancela das Paisagens Culturais pioneiras.....	129
Quadro 13. Etapas metodológicas apontadas pelo Guia básico de Educação Patrimonial	134
Quadro 14. Categorias sugeridas para a realização de inventários participativos	139
Quadro 15. Acesso à informação sobre o patrimônio cultural	167
Quadro 16. Cidades onde foi aplicado o INBI-SU.....	187
Quadro 17. Objetivos e Funcionalidades dos Módulos do SICG	193
Quadro 18. Estrutura do menu principal do SICG para usuários internos	198
Quadro 19. Comparativo entre INBI-SU e SICG.....	201
Quadro 20. Manifestações políticas organizadas pela Internet ao redor do mundo	208
Quadro 21. Análise dos casos-referências - Tecnologias	219
Quadro 22. Análise dos casos-referências – Atores.....	220
Quadro 23. Quadro resumo da análise dos casos-referências	222
Quadro 24. Análise dos projetos - Tecnologias.....	243
Quadro 25. Análise dos projetos - Atores	243
Quadro 26. Quadro resumo da análise dos casos-referências	245
Quadro 27. Comparativo entre SICG e iPatrimônio	247
Quadro 28. Exemplos de composições de Conselhos do Patrimônio em nível Federal, Estadual e Municipal ..	253
Quadro 29. Comparativo entre instrumentos de proteção do IPHAN.....	265
Quadro 30. Bens indicados durante a oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro”	314
Quadro 31. Bens indicados durante a oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape”	315

Lista de Siglas e Abreviaturas

% - por cento	CCONV - Coordenação de Convênios e Prestação de Contas
§ - parágrafo	CCPPI - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial
AACR2 - Código de Catalogação Anglo-Americano 2a ed.	CCSRBM - Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx
AAM - Arquivo Aloísio Magalhães	CDP - Centro de Documentação do Patrimônio
Abr. - Abril	CD-ROM - Compact Disc Read-Only Memory
AC - Acre	CE - Ceará
ACAIPi - Associação de Capitães Indígenas do Rio Pirá-paraná	Cedpha - Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas
ACI - Associação Comercial e Industrial	CELG - Companhia Energética de Goiás S/A
ACIYA - Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé Apaporis	CESAD - Centro de Coleta, Sistematização, Armazenamento e Fornecimento de Dados
ACURIS - Asociación de Comunidades Unidas de los Ríos Isana y Surubí	CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
Ago. - Agosto	CF - Constituição Federal
AGU - Advocacia-Geral da União	CF88 - Constituição Federal de 1988
AI - Ato Institucional	CGAF - Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização
AL - Alagoas	CGBM - Coordenação-Geral de Bens Móveis e Integrados
AM - Amazonas	CGCID - Coordenação-Geral de Cidades
AMI - Alfabetização Midiática e Informacional	CGCO - Coordenação-Geral de Conservação
ANA - Agência Nacional de Águas	CGID - Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento
ANC - Assembleia Nacional Constituinte	CGIR - Coordenação-Geral de Identificação e Registro
AP - Amapá	CGLOG - Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos
APA - Área de Proteção Ambiental	CGN - Coordenação-Geral de Normas e Gestão de Território
ARPA - Advanced Research Projects Agency	CGPLAN - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
art. - artigo	CGPS - Coordenação-Geral de Promoção e Salvaguarda
AT&T - American Telephone and Telegraph	CGS - Coordenação-Geral de Salvaguarda
Aupex - Associação de Universidades Populares de Extremadura	CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
BA - Bahia	CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
BAA - Biblioteca Amadeu Amaral	CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
BCIM - Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo	CIDOC - Comitê Internacional para a Documentação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	CIT - Cadastro de Imóveis Tombados
BR - Brasil	CLC - Centro Lucio Costa
CAPCF - Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário	
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	
CC - Casa Civil	
CCONT - Coordenação de Contabilidade	

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNL - Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

COABR - Coordenação de Apoio a Bens Registrados

COADM - Coordenação Administrativa

COAP - Coordenação de Administração e Pessoal e Pagamento

COASU - Coordenação de Apoio à Sustentabilidade

COBEN - Coordenação de Análise de Processos, Aplicação das Normas e Benefícios

CODEP - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

COEXO - Coordenação de Execução Financeira e Orçamentária

COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças

Cogecint - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

Cogecon - Coordenação-Geral de Cooperação Nacional

COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

COIDE - Coordenação de Identificação

COLIC - Coordenação de Licitação e Contratos

COMDEPHAASC - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos

CONAC - Coordenação de Normas e Acautelamento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

COPEDOC - Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa

COPEL - Coordenação de Pesquisa e Licenciamento

COREG - Coordenação de Registro

COREL - Coordenação de Recursos Logísticos

COSOL - Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico

COTEC - Coordenação Técnica

COVID-19 - Coronavírus

CPC - Coordenação do Patrimônio Cultural

CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro

CPLAN - Coordenação de Planejamento e Projetos

CPROD - Controle de Processo e Documento

CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia

CSS - Cascading Style Sheets

CTPF - Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário

DAS - Direção e Assessoramento Superior

DCR - Divisão de Conservação e Restauro

DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DET - Divisão de Estudos e Tombamentos

Dez. - Dezembro

DF - Distrito Federal

DICTEC - Divisão Administrativa

DID - Departamento de Identificação e Documentação

DIPESQ - Divisão de Pesquisa

DIPLAN - Divisão de Planejamento

DIPROJ - Divisão de Programas e Projetos

DIVADM - Divisão Administrativa

DIVADM - Divisão Administrativa

DIVALP - Divisão de Apoio Logístico e Passagens

DIVAP - Divisão de Administração de Pessoas

DIVBEN - Divisão de Aposentadoria, Pensão e Benefícios

DIVEP - Divisão de Editoração e Publicações

DIVFIN - Divisão de Finanças

DIVINF - Divisão de Infraestrutura de Rede, Suporte e Atendimento ao Usuário

DIVPAG - Divisão de Pagamento de Pessoal

DIVSIS - Divisão de Sistemas de informação

DIVTEC - Divisão Técnica

DIVULT - Divisão de Difusão Cultural

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOU - Diário Oficial da União

DPA - Departamento de Planejamento e Administração

DPE - Departamento de Projetos Especiais

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	GTPI - Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial
DPHC - Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural	HP - Hewlett-Packard
DPI - Departamento de Patrimônio Imaterial	HTML - HyperText Markup Language
Dra. - Doutora	HTTP - Hypertext Transfer Protocol
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos	IAPH - Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico
EF - Estrada de Ferro	IBA - Inventário de Bens Arquitetônicos
EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ENIAC - Electronic Numerical Integrator and Computer	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo	IBM - International Business Machines Corporation
EP - Educação Patrimonial	IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ePING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico	IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
ES - Espírito Santo	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
e-SIC - Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão	ICMC - Instituto de Ciências Matemática e Computação
<i>et al.</i> - et alii, et aliae e et alia, que significam "e todos" nos vários gêneros	ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
etc. - etcetera	ICOM - International Council of Museums
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	ICOMOS - International Council of Monuments and Sites
FAPESQ-PB - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba	IDH - Índices de Desenvolvimento Humano
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
FCC - Fundação Catarinense de Cultura	INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados
FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	INBMI - Inventário de Bens Móveis e Integrados
FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo	INCEU - Inventário de Configuração do Espaço Urbano
FEPASA - Ferrovia Paulista S/A	INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
Fev. - Fevereiro	INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
FISCALIS - Sistema de Fiscalização e Autorização	INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística
FJA - Fundação José Augusto	INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
FNpM - Fundação Pró-Memória	INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
FPMSC - Fundação Pró-Memória de São Carlos	inscr. - inscrição
FUNCAP - Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe	IP - Internet Protocol, Protocolo de Internet
FunCult - Fundação Cultural do Tocantins	IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Fundac - Fundação Cultural do Piauí	IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
Fundarpe - Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco	IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
GeoInfo - Coordenadoria de Produção e Análise de Informação	IPHAN-AC - Superintendência do IPHAN no Acre
GO - Goiás	IPHAN-AL - Superintendência do IPHAN em Alagoas
GPS - Global Positioning System	IPHAN-AM - Superintendência do IPHAN no Amazonas
GSI - Gabinete de Segurança Institucional	IPHAN-AP - Superintendência do IPHAN no Amapá

IPHAN-BA - Superintendência do IPHAN na Bahia
IPHAN-CE - Superintendência do IPHAN no Ceará
IPHAN-DF - Superintendência do IPHAN no Distrito Federal
IPHAN-ES - Superintendência do IPHAN no Espírito Santo
IPHAN-GO - Superintendência do IPHAN em Goiás
IPHAN-MA - Superintendência do IPHAN no Maranhão
IPHAN-MG - Superintendência do IPHAN em Minas Gerais
IPHAN-MS - Superintendência do IPHAN no Mato Grosso do Sul
IPHAN-MT - Superintendência do IPHAN no Mato Grosso
IPHAN-PA - Superintendência do IPHAN no Pará
IPHAN-PB - Superintendência do IPHAN na Paraíba
IPHAN-PE - Superintendência do IPHAN em Pernambuco
IPHAN-PI - Superintendência do IPHAN no Piauí
IPHAN-PR - Superintendência do IPHAN no Paraná
IPHAN-RJ - Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
IPHAN-RN - Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte
IPHAN-RO - Superintendência do IPHAN em Rondônia
IPHAN-RR - Superintendência do IPHAN em Roraima
IPHAN-RS - Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul
IPHAN-SC - Superintendência do IPHAN em Santa Catarina
IPHAN-SE - Superintendência do IPHAN em Sergipe
IPHAN-SP - Superintendência do IPHAN em São Paulo
IPHAN-TO - Superintendência do IPHAN no Tocantins
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
Jan. - Janeiro
Jul. - Julho
Jun. - Junho
Juntaex - Sociedade da Informação da Junta de Extremadura
km - quilômetro(s)
LAI - Lei de Acesso à Informação
Lavid - Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital
LGBTQ+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer e outros grupos de gênero e sexualidade
m² - metro(s) quadrado(s)
MA - Maranhão
MACTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MADE - Museu Aberto do Descobrimento
Mai. - Maio
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPI - Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro
Mar. - Março
MC - Ministério da Cidadania
Mcom - Ministério das Comunicações
MD - Ministério da Defesa
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
ME - Ministério da Economia
MEC - Ministério da Educação e Cultura ou Ministério da Educação
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MES - Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
MFEC - Museu de Folclore Edison Carneiro
MG - Minas Gerais
MI - Ministério da Infraestrutura
MinC - Ministério da Cultura
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério das Minas e Energia
MMFDH - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MPF/SE - Procuradoria da República em Sergipe
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MS - Mato Grosso do Sul
MSc. - Mestre ou Mestra
MT - Mato Grosso
MTP - Ministério do Trabalho e Previdência
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MVC - Model, View, Controller
n° - Número
NCC - Novos Centros do Conhecimento
Nov. - Novembro
NPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão
OEA - Organização dos Estados Americanos

OSICIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	RO - Rondônia
Out. - Outubro	RS - Rio Grande do sul
p. - página(s)	s. l. - sem local
PA - Pará	s. p. - sem página
PAC-CH - Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas	s.d. - sem data
PAMIN - Patrimônio, Memória e Interatividade	SA ou S.A. ou S/A - Sociedade Anônima
PB - Paraíba	SAIP - Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio
PC - Personal Computer	SC - Santa Catarina
PCH - Programa de Cidades Históricas	SE - Sergipe
pdf - Portable Document Format	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
PDI - Padrão de Descrição da Informação	SEC-DF - Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal
PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	Secel-RO - Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer
PE - Pernambuco	SECMA - Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
PEN - Processo Eletrônico Nacional	SEC-MT - Secretaria da Cultura do Estado do Mato Grosso
PEP - Programa de Especialização em Patrimônio	SECONV - Serviço de Acompanhamento de Convênios
PF - Procuradoria Federal	SecTur - Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo
PI - Piauí	SeCult ou SeCultura - Secretaria de Estado da Cultura
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	SeGov - Secretaria de Governo
PNC - Plano Nacional de Cultura	SEI - Serviço Eletrônico de Informações
PNPI - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial	SEMOR - Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa
PPCM - Política de Patrimônio Cultural Material	SEPLAN - Secretaria de Planejamento
PR – Paraná ou Procuradoria da República	SERVAC - Serviço de Análise e Acompanhamento de Contratos
Preserfe - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário	Set. - Setembro
Proc. - Processo	SGPA - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo	SGPR – Secretaria Geral da Presidência da República
Proext - Programa de Extensão Universitária	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
Profa. - Professora	sic - <i>sic erat scriptum</i> , que significa "assim estava escrito"
Profer - Procuradoria Jurídica	SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
PT - Partido dos Trabalhadores	SIG - Sistema de Informação Geográfica ou Sistema de Informações Gerenciais
PUB - Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Estudantes de Graduação	S-INRC - Sistema do Inventário Nacional de Referências Culturais
QR - Quick Response	SIPA - Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitectónico
R\$ - Real ou Reais	SIPHA - Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía
REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial	SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
RFFSA - Rede Ferroviária Federal SA	
RJ - Rio de Janeiro	
RMR - Região Metropolitana do Recife	
RN - Rio Grande do Norte	
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo

SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica

SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNPC - Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SP - São Paulo

SPHA - Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente

SUPLAN - Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento

TCP - Transmission Control Protocol, Protocolo de Controle de Transmissão

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TO - Tocantins

Ton - Toneladas

TRF - Tribunal Regional Federal

UEP - Unidade de Execução do Programa

UF - Unidade Federativa

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

URL - Uniform Resource Locator

US - United States

USP - Universidade de São Paulo

VSM - Viable System Model (em português, Modelo de Sistema Viável)

www - World Wide Web

Sumário

Introdução	22
PARTE 1 _ POLÍTICAS E PROCESSOS	34
Capítulo 1. Políticas públicas do IPHAN	35
1.1 Fase heroica (1936-1967)	37
1.2 Estruturação e irradiação (1968-1999).....	43
1.3 Conceito antropológico de Cultura (2000-2021)	50
1.4 Considerações do Capítulo	58
Capítulo 2. Fluxos mais técnicos de informação	63
2.1 Complexidade de um sistema.....	64
2.2 Processos simplificados	70
2.3 Tombamento de Bens Materiais	77
2.4 Considerações do capítulo.....	91
Capítulo 3. Fluxos mais participativos de informação	92
3.1 O deslocamento de matriz e o INRC.....	93
3.2 Registro de Bens Imateriais	97
3.3 Chancela da Paisagem Cultural.....	110
3.4 Considerações do capítulo.....	130
Capítulo 4. Patrimônio participativo	132
4.1 Educação Patrimonial	133
4.2 Inventário Participativo	137
4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-SP	141
4.4 Considerações finais	150
PARTE 2 _ TECNOLOGIAS	152
Capítulo 5. Cultura digital e patrimônio brasileiro	153
5.1 Brevíssima história da organização da informação e comunicação	153
5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil	163
5.3 Dois casos-referências	172
5.4 Considerações do capítulo.....	178
Capítulo 6. Gestão digital no IPHAN	180
6.1 Do analógico ao digital.....	180
6.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU).....	183
6.3 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)	188

6.4 Comparativo entre as plataformas	201
6.5 Considerações do capítulo	202
Capítulo 7. Universo de possibilidades	204
7.1 Busca por participação	205
7.2 Possibilidades participativas: análise	209
7.3 Comparativo entre casos-referências	219
7.4 Considerações do capítulo	224
Capítulo 8. Tecnologia na prática	226
8.1 Ser mapeado ou se mapear?	227
8.2 Desenvolvimentos tecnológicos: entraves	231
8.3 Comparativo entre projetos	243
8.4 Considerações do capítulo	247
PARTE 3 _ TESE	249
Capítulo 9. Gestão participativa	250
9.1 Atores	251
9.2 Políticas	255
9.3 Processos	256
9.4 Tecnologias	259
9.5 Interações	261
9.6 Proposta: a Tese	264
Conclusão	269
Referências	272
Apêndices	295
Anexos	312

Introdução

Sem um senso de identidade,
não pode haver luta real.
[Paulo Freire, 2010 [1996]]

O território tem que ser entendido como
o território usado, não o território em si.
O território usado é o chão mais a identidade.
A identidade é o sentimento de
pertencer àquilo que nos pertence.
[Milton Santos, 1999]

A colaboração entre os diversos atores sociais é primordial para a plena realização das políticas públicas em qualquer setor e em qualquer país, de modo a ter como meta o bem-estar social de todo e qualquer cidadão. Na área do patrimônio cultural, essa atuação cidadã passa pelo ACESSO AO PATRIMÔNIO em duas linhas de atuação:

1. Todo indivíduo **tem direito ao acesso às informações sobre os bens patrimoniais acautelados** (tombamentos, registros, cadastros, valorações, inventários etc.) - pelo princípio da administração pública da Publicidade (CF88, art. 37) e pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011); e

2. Todo indivíduo tem o direito a **ter os sua própria memória e identidade respeitadas, reconhecidas, protegidas e perpetuadas** - pelo art. 216 da Constituição Federal de 1988, que afirma que o patrimônio cultural brasileiro se constitui de bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O termo “patrimônio acautelado” se refere aos bens reconhecidos pelo órgão nacional, segundo a Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015: I – tombados (Decreto-Lei nº 25/1937); II – arqueológicos (Lei nº 3.924/1961); III – registrados (Decreto nº 3.551/2000); e IV – valorados (Lei nº 11.483/2007).

Contexto político do IPHAN

A pesquisa de Doutorado iniciou em 2016 e acompanhou drásticas alterações políticas nacionais. A crescente estruturação e o aumento do financiamento do setor cultural brasileiro, entre 2003 e 2015, embasaram a motivação de contribuir com as políticas públicas de patrimônio cultural, que se direcionavam cada vez mais para a participação cidadã. Vivia-se em nível global um período em que a população de diversos países buscava mudanças políticas e sociais ao exigir maior participação direta. Motivação que, no Brasil, foi sendo crescentemente substituída por insegurança, desânimo e dúvidas, conforme a área cultural (políticas públicas e instituições) foi sendo sistematicamente desmantelada.

Cabe aqui uma breve retomada dos fatos para que se registre a história sob a visão desta pesquisa. Entre 2003 e 2015, durante os governos Lula e Dilma (em que ambos possuíam alta governabilidade), a participação cidadã foi gradualmente discutida e inserida na política federal de patrimônio cultural.

Também cresceu o entendimento sobre a necessidade de trabalhos conjuntos entre órgãos de preservação, universidades, instituições de pesquisa e comunidades locais, a fim de reunir os saberes técnico, acadêmico e popular. Como aponta o arquiteto brasileiro e ex-presidente do IPHAN Leonardo Barci Castriota (2018b, s.p.), “[...] num mundo como o nosso, que [...] reconhece os desafios da diversidade e a existência de múltiplos atores, todos com direito a voz [...] muda o papel dos próprios técnicos e, por consequência, o nosso próprio papel como especialistas da área [...]”. Os detentores do saber técnico mediarão processos coletivos de construção de conhecimento sobre as referências locais.

Contudo, as mudanças político-administrativas de 2016 levaram ao início de um plano de desmantelamento da Cultura no Brasil. Com a retirada da presidenta Dilma Rousseff e sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer, ocorreu uma reestruturação ministerial, que incluía a conversão do Ministério da Cultura (MinC) em Ministério da Educação e Cultura (MEC). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sofreu a ameaça de se tornar secretaria do MEC. A medida provisória assinada por Michel Temer foi fortemente rechaçada pela comunidade e, por isso, retirada apenas dez dias depois de ser instituída.

A segunda ameaça se fez em novembro de 2017, a historiadora brasileira e então Presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, veio a público denunciar a iminente ameaça de fechamento da instituição devido aos cortes orçamentários e ao esvaziamento do quadro de funcionários. Relatou em entrevista (ALESSANDRA, 2017) que o IPHAN possuía 516 cargos vagos; 678 servidores distribuídos em 27 superintendências e 28 escritórios técnicos; e 480 aposentadorias previstas até 2020. Além disso, o orçamento previsto para restauro para todo o ano de 2018 era de somente R\$ 18 milhões; valor que, segundo o arquiteto brasileiro e então vice-presidente do IPHAN Andrey Rosenthal Schlee (2018), era insuficiente para a restauração de um único prédio tombado de grande porte.

Como apontou Castriota (2018a, s.p.),

[...] não poderia haver, na história recente do nosso país, período mais difícil para se enfrentar a complexa discussão que envolve o binômio patrimônio-democracia que os dias que vivemos. Se, durante as últimas décadas, acompanhamos no Brasil a ampliação do conceito do sujeito do patrimônio nas diversas esferas de governo, na academia e nos grupos militantes da sociedade civil, avançando par a par com a democracia, que incluía crescentemente sujeitos; nesses últimos tempos, essa direção parece ter se invertido. [...] [Vivenciamos hoje] uma crise institucional de grande monta, onde não mais se sabe o papel relativo de cada um dos diversos agentes do poder. Parece haver, em nosso país, um distanciamento desse ideal democrático de crescente inclusão, diminuindo-se os espaços de participação cidadã. E o fato é que esse fechamento, esse estrangulamento, dos canais democráticos já começa a se refletir fortemente na área do patrimônio cultural.

Um quadro de regressões que não era apenas federal, mas abarcava instituições estaduais e municipais em todo o país. São exemplos citados por Castriota: em Florianópolis-SC, o esvaziamento do órgão municipal de patrimônio que lutava, há décadas, pela integração do tema ao planejamento

urbano; no Paraná, dezessete dos vinte especialistas do Conselho Estadual renunciaram em protesto à lei que estabelecia que processos de tombamento só poderiam ser iniciados com anuência do governador; e, em Minas Gerais, uma proposta legislativa de extinção do programa estadual do ICMS Cultural, que tanto incentivou a criação de órgãos e listas municipais de patrimônio cultural. Mas o cenário se agravou ainda mais.

Em 2019, no primeiro dia de seu mandato como Presidente da República, Jair M. Bolsonaro assinou a Medida Provisória nº 870 de redesenho da estrutura ministerial. O IPHAN passou a estar ligado ao Ministério da Cidadania. Em 2020, a autarquia foi realocada para o Ministério do Turismo, demonstrando o interesse de retomar o direcionamento do patrimônio cultural para esse setor econômico (estratégia adotada ao redor do mundo na década de 1990, que se mostrou ineficaz¹). O site do IPHAN foi incorporado ao novo Gov.Org e sua diagramação ficou igual à dos demais setores governamentais. Mas para além da identidade visual do site, que era pensada em alinhamento com as questões do patrimônio nacional, o ponto central de preocupação é a perda (intencional ou não) de dados e informações no processo de migração entre sistemas, que pode gerar desorganização no site novo, quebra de links, perda de acesso a informações, entre outros.

Portanto, enquanto a academia busca procedimentos e aplicativos para a inclusão cidadã, as engrenagens políticas e administrativas andam na contramão, inclusive, extinguindo instrumentos e desmontando instituições. O desmantelamento dos órgãos de preservação do patrimônio cultural é grave, generalizado e inclui a redução dos quadros de funcionários e do orçamento destinado à área. Além disso, iniciativas inovadoras e benévolas vêm sendo interrompidas, tais como formas alternativas de financiamento de preservação (restauro) e promoção do patrimônio.

Colaborar e Participar

Segundo o sociólogo franco-brasileiro Michel Thiollent e a comunicóloga portuguesa Lídia Oliveira (2016, p. 358), na área de pesquisa-ação,

Esses termos têm significados evidentemente diferentes e apontam para múltiplas diferenças no que diz respeito à organização do projeto de pesquisa na sua relação com a situação e à comunicação entre os pesquisadores e atores. No entanto, uma base comum a todos consiste na explicitação do relacionamento entre os dois polos, com pertinência em termos de pesquisa, interpretação de dados e possíveis construções teóricas e práticas.

[...]

Não existe consenso sobre as semelhanças e diferenças existentes entre participação, colaboração, cooperação. As relações sociais subjacentes a cada tipo são definidas com variadas exigências de reciprocidade, de horizontalidade ou de intensidade.

¹ Dois casos brasileiros muito bem descritos e analisados são o centro histórico de Salvador, pela arquiteta brasileira Márcia Sant'Anna (2003, 2016, 2017), e a zona portuária de Recife, por Rogerio Proença Leite (2004).

Ou seja, a diferença entre participação e colaboração diz respeito não somente à terminologia, mas também à prática: a como as interações entre os atores são desenhadas e praticadas dentro das ações realizadas, em termos de reciprocidade, horizontalidade ou intensidade.

Na pesquisa-ação existe ênfase na ação. As ações são discutidas, analisadas, deliberadas, decididas com pleno consenso ou não. São ações significativas para os atores em situação, com suas próprias formas de expressão e linguagens. **São interpretadas pelos pesquisadores com base em diferentes referenciais.** Além disso, são **ações portadoras de aprendizagem e de conhecimento mútuo**, com interações entre **observadores e observados**. (THIOLLENT; OLIVEIRA, 2016, p. 358, grifo nosso)

E ao analisar as práticas, cabe ressaltar a parcialidade de toda e qualquer ação ou observação humana, pois cada indivíduo usa sua própria vivência como parâmetro de análise. No contexto do patrimônio cultural brasileiro, esta Tese tem como foco principal as interações entre os técnicos dos órgãos de preservação e as comunidades locais detentoras das referências culturais (materiais e imateriais). Como apontado por Thiollent e Oliveira (2016), é preciso que as interações entre observadores e observados sejam “portadoras de aprendizagem e de conhecimento mútuo”. Em outras palavras, faz-se necessário que o saber técnico entenda a importância de aliar-se ao conhecimento popular, pois o significado patrimonial provém do uso cotidiano das referências culturais pelas comunidades locais.

Portanto, para Thiollent e Oliveira (2016), a colaboração é uma relação mais flexível e sem estreita vinculação entre os atores; enquanto a participação tem um caráter mais intenso, com ações de intenção mais emancipatórias do que a colaboração. E, na área do patrimônio cultural, entendemos que a participação dos detentores e da comunidade local nos processos patrimoniais é imprescindível, já que o valor do patrimônio não é inerente a ele; mas dado por quem o olha.

Hipótese e objetivos

A pesquisa de Doutorado iniciou em 2016, a partir de inquietações providas do Mestrado. Da análise sistêmica das Missões Jesuíticas da Antiga Província do Paraguai (SOSTER, 2014), emergiram duas questões norteadoras principais: a divulgação deficitária do patrimônio cultural no Brasil e os atores que possuem o poder de indicar o patrimônio a ser protegido pelo Estado. Quem escolhe o patrimônio a ser preservado e como se dão essas escolhas? O que levou a pesquisa para a área da gestão do patrimônio cultural e da participação cidadã. Na época, constatou-se que pesquisadores e alguns gestores públicos buscavam formular, implementar e avaliar processos decisórios colaborativos / participativos na área do patrimônio cultural, envolvendo os diversos atores da sociedade, incluindo órgãos de preservação, academia, sociedades organizadas, comunidades locais, entre outros.

Contudo, como mencionado pelos cientistas da informação William de Souza e Giulia Crippa,

[...] a indiferença da população com o patrimônio não se deve ao fato de ela não conhecer os valores das obras consideradas excepcionais, como Melo Franco de

Andrade pensava, mas a sua falta de representatividade nas obras tombadas, vinculadas apenas às elites e não a toda a nação (Gonçalves, 2002). Como observa Durham (1984, p. 32), ao analisar as relações entre cultura, patrimônio e preservação, as classes dominantes dirigem a produção material e cultural coletiva, da qual se apropriam privilegiadamente. (2009, p. 213)

Não se deve olhar a partir do ponto de vista do técnico e do patrimônio tombado em direção à população, mas o contrário. De modo que a questão inicial deve ser: os “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (como denominados pela CF88) não se veem representados no patrimônio acautelado. Ou seja, os grupos sociais são desconsiderados nos processos de escolha e nas decisões; ou sua participação é limitada, têm pouca influência nos resultados ou apenas corrobora as escolhas dos profissionais técnicos especialistas que concentram o poder decisório.

Assim, o objetivo geral desta Tese passou a envolver a análise de possibilidades de gestão da informação e comunicação por meio de contribuições colaborativas / participativas via tecnologias digitais dentro do campo do patrimônio cultural. A existência de tecnologias digitais que gerenciam propostas, votações e processos decisórios relacionados a orçamento participativo, por exemplo, endossa a viabilidade de tornar participativos os processos de gestão pública. Coube pensar as tecnologias digitais como mediadoras de interlocução entre Poder Público e comunidades e documentadoras dos desdobramentos das referências culturais ao longo do tempo.

Dessa forma, buscou-se entender o estado atual, os entraves e os caminhos possíveis para a gestão participativa do patrimônio cultural. Partiu-se da certeza de que é preciso reforçar a consciência do papel fundamental das comunidades locais nas ações patrimonialistas, tanto para os cidadãos como para os órgãos de preservação. De modo que, ainda buscou-se apontar meios para sua maior inclusão e atuação na gestão do patrimônio cultural, onde a ampliação dos processos decisórios e a diversificação dos bens documentados dialogam diretamente com questões como o direito à memória e a invisibilização histórica.

Nesse cenário, interessam tecnologias e procedimentos metodológicos menos engessados em seus processos, em seus produtos e em sua atuação sobre o espaço vivido, embasados no que se tem chamado Educação Patrimonial Decolonial², onde os órgãos de preservação atuem como interlocutores diante dos vários agentes que compõem a sociedade. Além disso, os processos

² “[...] a Educação Patrimonial decolonial – reconhece que os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela decorrente, muitas vezes invisível ou escamoteada. A Educação Patrimonial decolonial, enfim, admite que o colonialismo se perpetuou, como bem demonstra Boaventura Sousa Santos, sobre a colonialidade do saber-poder, o que torna necessário contestar e romper com os processos de dominação sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos ou estigmatizados. [...]” (TOLENTINO, 2018, p. 56).

participativos podem contribuir para a inclusão de referências de grupos culturais ainda marginalizados nas listas oficiais.

Contudo, cabe apontar uma ressalva importante. Apesar da potencialidade das tecnologias digitais como meio de participação cidadã, a Internet é um ambiente bastante excludente no Brasil. Apesar da quase totalidade da população ter acesso a ela, sua qualidade e preço impedem que o potencial de acesso à informação de qualidade seja alcançado. Como será mais bem explicitado no item 5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil, a maioria da população utiliza a Internet para acesso às redes sociais contempladas nos planos chamados *zero rating* das operadoras de celulares.

Materiais e métodos

A Tese de Doutorado foi estruturada em duas linhas metodológicas complementares. A PARTE 1 _ POLÍTICAS E PROCESSOS se debruçou sobre análise histórica, política e processual da gestão do patrimônio cultural, da participação das comunidades locais e do conhecimento construído na área. Já a PARTE 2 _ TECNOLOGIAS teve enfoque mais prático e tecnológico, com base na Pesquisa-Ação e na Cibernética de Segunda Ordem, e envolveu a análise de plataformas em funcionamento (por meio de leitura de artigos, visita às plataformas e entrevistas com profissionais envolvidos) e esforços para participar do desenvolvimento, alimentação e manutenção de plataformas digitais para a área do patrimônio cultural (ao participar dos processos, foi possível entender características técnicas). Inicialmente, era prevista a realização de oficinas presenciais de inventário participativo de inclusão digital em comunidades, mas a pandemia mudou seu curso.

O ponto de partida teórico-metodológico com foco na colaboração / participação teve como principais referências teóricas: o Pensamento Complexo do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin (2003), que estrutura a análise da participação dos diversos agentes como atores de um sistema aberto à auto-organização e emergências; e o Modelo de Sistema Viável (*Viable System Model – VSM*) do administrador e ciberneticista britânico Stafford Beer (1994), e que permite verificar a viabilidade do sistema de integração das partes e sua organização. O VSM é uma subteoria da Cibernética de Segunda Ordem, metateoria relacionada à organização da informação e comunicação.

Parte importante e demorada da dedicação à produção desta Tese foi a coleta e organização de informações sobre processos e políticas e sua sintetização em diagramas, de modo a tornar visual seu entendimento. No contexto da organização da informação e comunicação, a Tese buscou analisar os fluxos de informação dos principais processos de proteção do IPHAN e o potencial do uso de plataformas digitais em conjunto com ações presenciais para uma maior escuta e participação dos grupos formadores na gestão do patrimônio cultural. Gestão que é entendida como a seleção, a valoração, a documentação e o acautelamento do patrimônio cultural, a divulgação do conhecimento, das atividades técnicas e de seus embasamentos, entre outros.

No âmbito político, os casos estudados são separados em duas categorias relacionadas à concepção de Educação Patrimonial vigente:

1. “Conhecer para preservar”, lema do advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do IPHAN, pautou a primeira fase da Educação Patrimonial no Brasil. Entende-se sua importância em relação às ações de levar a informação sobre os instrumentos de proteção e sobre os bens acautelados. O patrimônio edificado no Brasil sofre pressões de destruição diante do mercado imobiliário e, por isso, como aponta a Doutora em Sociologia brasileira Maria Cecília Londres Fonseca (1997), por muitos anos, a proteção das coisas foi o foco das políticas patrimoniais e, conseqüentemente, dos atores envolvidos. Além disso, segundo ela, o valor cultural dos bens era visto como propriedade intrínseca e, por isso, acessível apenas ao olhar qualificado dos técnicos. Atualmente, tal abordagem dialoga fortemente com as transparências ativa e passiva, no sentido da disponibilização da informação para o cidadão. Contudo, as ações ainda são bem deficitárias, como será apontado pela análise da organização da informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil, no item 5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil.

2. “Educação Patrimonial Decolonial” (como a denominam autores como o advogado e sociólogo português Boaventura Sousa Santos, 2009, e o gestor de políticas públicas na área do patrimônio cultural brasileiro Átila Tolentino, 2016, 2018) engloba ações da nova visão de Educação Patrimonial, que assume a necessidade de diálogo entre os saberes técnico e popular ao longo dos processos do patrimônio cultural. Tal abordagem pautada na participação depende fortemente da abertura dos órgãos de preservação à escuta ativa dos grupos que compõem o recorte geográfico de sua atuação.

Engajamento na prática

Para além da pesquisa teórica e prática ligada a este trabalho, foi parte essencial a atuação prática e ativista da autora junto a grupos de pesquisa e outros coletivos, como a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e o ICOMOS-Brasil. Junto aos pares que atuam na área do patrimônio há décadas, foi possível absorver conhecimento, desfazer mal-entendidos e pré-concepções e amadurecer. Esta pesquisa de doutorado resultou em sete resumos e treze artigos em anais de eventos, nove artigos em periódicos, quatro artigos em dossiês temáticos e seis capítulos de livros, além de duas atividades práticas de inventário participativos, que permitiram entendimentos que a teoria é incapaz de fornecer.

A alimentação da plataforma iPatrimônio tornou-se talvez a principal contribuição desta jornada doutoral. Inicialmente acessada como forma de tornar público o mapeamento que se queria realizar dos bens tombados e registrados do IPHAN, acabou se transformando na principal fonte de informação brasileira sobre os bens tombados em nível estadual e municipal. Isso porque, antes dela, a informação era escassa e pulverizada, assim como as imagens dos bens e sua localização somente foram obtidas

através de registro fotográfico realizado pelo *Google Street View* e pelos mapas disponibilizados no *Google Maps*.

A busca pelas listas do patrimônio tombado e registrado nos diferentes níveis tem sido uma jornada de persistência e de verificação de diferentes meios de comunicação com os órgãos governamentais. Mas em alguns casos, só foi solucionada pela rede de contatos disponibilizada pelos grupos e coletivos mencionados anteriormente. Todo o esforço proporcionou um entendimento único do estado da arte dos meios de informação ao cidadão brasileiro. A lista resultante tem atualmente conteúdo sobre mais de 17 mil bens (

Diagrama 1).

Diagrama 1. Crescimento do conteúdo da plataforma iPatrimônio (2018-2022)



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Estrutura da Tese

Esta Tese é organizada em nove capítulos agrupados em três grandes partes. Em cada capítulo, a introdução apresenta parte do repertório teórico utilizado nas discussões desta Tese.

A PARTE 1 _ POLÍTICAS E PROCESSOS é um diagnóstico das ações realizadas pelo principal órgão de preservação brasileiro, tendo como objetivo apresentar o norte direcionador das políticas públicas brasileiras na área do patrimônio cultural, com foco na trajetória do IPHAN ao longo dos seus mais de oitenta anos de existência. É composta por quatro capítulos.

O Capítulo 1. Políticas públicas do IPHAN apresenta um breve histórico do IPHAN dividido em três principais períodos - Capítulo 1. Políticas públicas do IPHAN, 1.2 Estruturação e irradiação (1968-1999) e 1.3 Conceito antropológico de Cultura (2000-2021) -, contendo contextualização política e análise dos bens protegidos em cada período.

O Capítulo 2. Fluxos mais técnicos de informação e o Capítulo 3. Fluxos mais participativos de informação analisam os fluxos de informação dos instrumentos de proteção do IPHAN (entendidos em seus processos como sistemas) e observam o funcionamento, os atores, as interações e suas principais

características. O principal objetivo de tais análises é mostrar as concentrações de atividades em determinados agentes e, principalmente, onde agentes externos são chamados à participação nesses processos. O Capítulo 2 analisa o Cadastro dos Bens Arqueológicos, a Valoração do Patrimônio Ferroviário e o Tombamento de Bens Materiais. O Capítulo 3 analisa o Registro de Bens Imateriais e a Chancela da Paisagem Cultural.

O Capítulo 4 dá sequência à análise dos processos mais participativos do IPHAN e analisa o Inventário Participativo, um meio de engajar as comunidades locais sobre suas referências culturais que está, portanto, mais alinhado com a Educação Patrimonial Decolonial e que não implica diretamente na oficialização dos bens. É necessário que, posteriormente, sejam submetidos aos instrumentos analisados nos Capítulos 2 e 3. Cabe ressaltar que, apesar de não ser um instrumento de levantamento de bens a serem tombados / registrados, entendemos que os inventários participativos deveriam ser incorporados aos processos de indicação do patrimônio a ser protegido.

PARTE 2 _ TECNOLOGIAS discute as tendências socioculturais da preservação na era da Cultura Digital e busca possibilidades de colaboração / participação advindas das tecnologias digitais. É composta por quatro capítulos.

O Capítulo 5. Cultura digital e patrimônio brasileiro apresenta definições e o panorama atual da utilização das tecnologias digitais nas relações interpessoais e de trabalho. O Capítulo 6. Gestão digital no IPHAN apresenta a incorporação das tecnologias digitais dentro do órgão nacional de preservação. Casos de análise: Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) e Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

O Capítulo 7. Universo de possibilidades apresenta análise de metodologias presenciais e plataformas digitais para a colaboração / participação nas atividades de gestão do patrimônio cultural. O Capítulo 8. Tecnologia na prática apresenta projetos dos quais a doutoranda fez parte; o que permitiu um olhar interno aos processos e, conseqüentemente, a observação de características e entraves dos processos de criação e implementação das plataformas que não poderiam ser acessados em análises externas.

A PARTE 3 _ TESE costura as discussões realizadas ao longo da Tese e o conhecimento produzido. É composta por um capítulo que apresenta algumas diretrizes para a área de intersecção entre tecnologia digital e patrimônio cultural brasileiro.

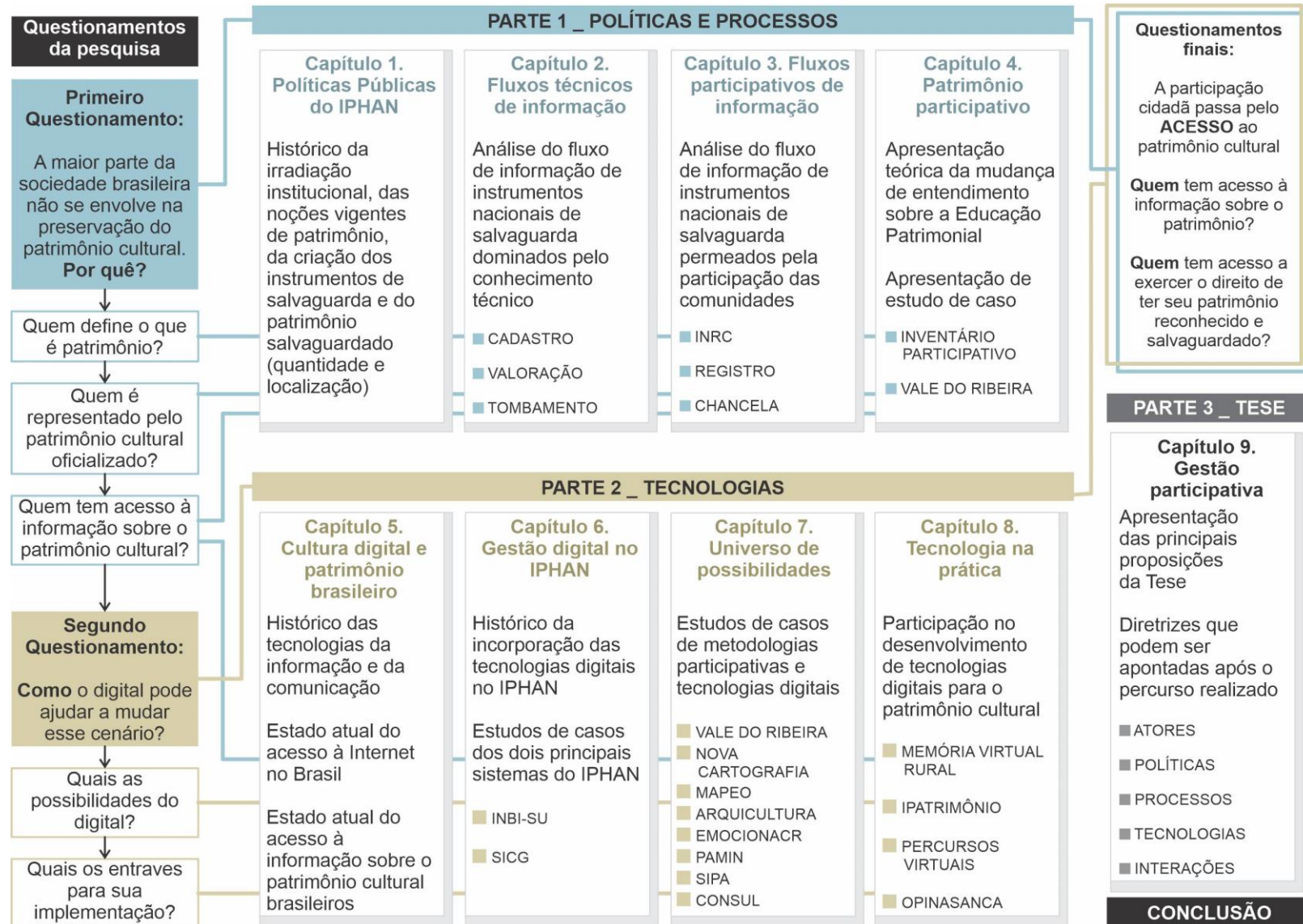
O Capítulo 9. Gestão participativa subdivide a discussão em seis pontos. Cada um dos cinco subtemas iniciais apresenta reflexões finais acerca de um tópico integrante de um sistema que foi analisado nesta Tese: 9.1 Atores; 9.2 Políticas; 9.3 Processos, 9.4 Tecnologias e 9.5 Interações. E, ao final, o subitem 9.6 Proposta apresentada algumas diretrizes para uma maior inserção (e conseqüente

participação) dos diversos agentes da sociedade nas políticas e processos do IPHAN por meio das tecnologias atuais e de atividades de Educação Patrimonial Decolonial.

Finalmente, o item Conclusões encerra a Tese abordando a relevância deste trabalho para a pesquisa e a prática na área e as limitações da pesquisa; além de indicar pesquisas que possam ser desdobradas desta Tese no futuro e por outros pesquisadores.

A estrutura da Tese é apresentada no **Diagrama 2**, na próxima página, incluindo características dos capítulos como objetivos, procedimentos metodológicos e achados; formando um diagrama que demonstra a relação entre os capítulos. Já no **Diagrama 3** são apresentadas as relações desta pesquisa com outras pesquisas do Nomads.usp e com grupos de pesquisa, instituições e pesquisadores externos cujas trocas foram essenciais para o aprimoramento da pesquisa e o crescimento da Doutoranda como pesquisadora e, principalmente, como cidadã.

Diagrama 2. Estrutura da Tese



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

PARTE 1 _ POLÍTICAS E PROCESSOS

A primeira parte desta Tese apresenta um diagnóstico das ações realizadas pelo principal órgão de preservação brasileiro, tendo como objetivo apresentar o norte direcionador das políticas públicas brasileiras na área do patrimônio cultural, com foco na trajetória do IPHAN ao longo dos seus mais de oitenta anos de existência.

Para tanto, o **Capítulo 1. Políticas públicas do IPHAN**, traz um breve histórico do IPHAN dividido em três principais períodos - 1.1 Fase heroica (1936-1967), 1.2 Estruturação e irradiação (1968-1999) e 1.3 Conceito antropológico de Cultura (2000-2021) - contendo contextualização política e análise dos bens protegidos em cada período.

Já o **Capítulo 2. Fluxos mais técnicos de** informação e o **Capítulo 3. Fluxos mais participativos de** informação trazem a análise dos instrumentos de proteção do IPHAN, entendidos em seus processos como sistemas, por meio da análise dos fluxos de informação. Serão observados o funcionamento, os atores, as interações e suas falhas.

Supõe-se, inicialmente, que uma das principais falhas do sistema seja a pouca ou nenhuma participação cidadã das várias comunidades locais que habitam o território brasileiro. Assim se amplia a distância entre a população brasileira em geral e os atores envolvidos nos processos de proteção e os produtos desses processos: o patrimônio protegido pelos órgãos governamentais. Nas palavras dos cientistas da informação William de Souza e Giulia Crippa (2009), o estoque patrimonial protegido pelo Estado está vinculado às elites financeiras e culturais (que produziram referências passíveis de classificação como excepcionais) e carece de representatividade da população em geral

O último capítulo, intitulado **Capítulo 4. Patrimônio participativo**, faz a mesma análise do processo como sistema tendo como objeto o inventário participativo, instrumento dialógico de Educação Patrimonial para engajamento das comunidades locais sobre suas referências culturais.



Capítulo 1. Políticas públicas do IPHAN

[...] a noção de patrimônio operou como qualidade enobrecedora de objetos das mais variadas origens e cronologias. Essa qualidade permitiu retirá-lo de sua “utilização cotidiana de ontem e de hoje”, como observa Michel de Certeau (1987, p. 7), e também inserir esses objetos nas mais variadas estratégias de poder, em nível local e global. [...] o patrimônio serviu de pretexto à disputa por espaço político e à luta pelo poder já nos comitês da Revolução [Francesa].
[Marcia Sant’Anna, 2015, p. 32-33]

Este primeiro capítulo apresenta um breve histórico da trajetória do patrimônio cultural no Brasil realizada pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e sua análise sob o viés político da questão. Busca-se salientar que a indicação do patrimônio cultural a ser protegido é uma prática social inserida no contexto político de seu tempo, e vem sendo dominada por determinados atores selecionados pelo poder vigente: os técnicos do IPHAN, que desempenharam, ao longo da história da instituição, o papel de indicação do valor simbólico a ser perpetuado por meio dos bens tombados e registrados. Como aponta o modelo cibernético do administrador e ciberneticista britânico Stafford Beer (1994), o funcionamento da instituição está diretamente ligado ao pensamento de seu timoneiro (Presidente do IPHAN) e do Presidente do Brasil, já que é ele quem indica o Presidente do IPHAN.

São apresentados conflitos que marcam a atuação da instituição em seus oitenta anos de existência e analisar a construção do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, incluindo a composição da lista de bens protegidos. O objetivo deste capítulo é demonstrar o longo percurso engessado da instituição até os tempos atuais em que se vê o início de uma ampliação de conceitos e de uma abertura para a participação das comunidades locais nos processos relacionados à gestão do patrimônio cultural. Espera-se salientar a necessidade urgente de inclusão de novos atores, com a finalidade de que a diversidade cultural do país esteja representada pelas listas dos bens tombados e registrados. E que, ao se verem representados, os cidadãos tenham seu direito à memória garantido.

O capítulo está dividido em introdução, três partes e considerações. A primeira parte, intitulada 1.1 Fase heroica (1936-1967), abrange um período sob o Regime Militar, desde a criação do IPHAN em caráter provisório até a aposentadoria do advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. É marcada pelo início dos trabalhos na área, que resultaram em muitos bens tombados. O item 1.2 Estruturação e irradiação (1968-1999) abarca as gestões de Renato Soeiro (1967-1979), Aloísio Magalhães (1979-1981) e Angelo Oswaldo (1985-1987). Nesse período, a instituição buscou ajuda internacional, outras instituições também atuaram na área, em 1985 ocorreram eleições diretas, e em 1988 foi promulgada a nova Constituição, marco importante da ampliação do conceito

de patrimônio no Brasil. O item 1.3 Conceito antropológico de Cultura (2000-2021) abrange um período de mudança política na Presidência da República, que se refletiu também nas políticas relacionadas ao patrimônio cultural nacional.

Cabe salientar que a denominação e a filiação do IPHAN se alteraram ao longo de sua trajetória (**Quadro 1**), incluindo redimensionamentos de atribuições e estrutura. Optou-se por adotar a denominação IPHAN ao longo desta Tese para facilitar o entendimento de seu conteúdo

Quadro 1. Denominações e filiação do órgão nacional de patrimônio cultural (1937-2019)

Ano	Presidente	Legislação	Nome	Filiação
1937	Getúlio Vargas	Decreto-Lei nº 25	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES)
1946	Getúlio Vargas	Decreto-Lei nº 8.534	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES)
1953		Lei nº 1.920 - Criação do MEC		Ministério da Educação e Cultura (MEC)
1970	General Emílio Garrastazu Médici	Decreto nº 66.967	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Ministério da Educação e Cultura (MEC)
1979	General João Baptista Figueiredo	Decreto nº 84.198	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (SPHAN/ FNpM) ³	Ministério da Educação e Cultura (MEC)
1985		Decreto nº 91.144 - Criação do MinC		Ministério da Cultura (MinC)
1990	Fernando Collor	Lei nº 8.029	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)	Presidência da República
1994	Itamar Franco	Medida Provisória nº 752 (convalidada pela Lei nº 9.649 / 1998)	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Ministério da Cultura (MinC)
2016	Michel Temer	Medida Provisória nº 726 (12 de maio)*		MinC se torna Secretaria da Cultura, ligada ao Ministério da Educação
		REVOGA Medida Provisória nº 726 (21 de maio)		Recria o Ministério da Cultura (MinC)
2019	Jair Messias Bolsonaro	Medida Provisória nº 870 (1 de janeiro)*		Ministério da Cidadania**
		Decreto nº 10.108 (7 de novembro)		Ministério do Turismo

* Em seu primeiro dia de mandato como Presidente da República, como parte da reforma ministerial.

** União do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Esporte e do Ministério da Cultura.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

³ "[...] A proposta de reestruturação do IPHAN, elaborada pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor/Seplan) com recursos do PCH, foi finalizada em novembro de 1979. O IPHAN incorporou o Centro Nacional de Referências Culturais e o Programa de Cidades Históricas, e transformou-se em duas instituições: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) - o chamado "sistema" Sphan/Pró-Memória. [...] A Secretaria manteve as atribuições e poderes legais do IPHAN, especialmente o poder de polícia, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) era seu braço executivo " (CORRÊA, 2016, p. 19).

1.1 Fase heroica (1936-1967)

Este período é denominado “Fase Heroica” por Maria Cecília Londres Fonseca (1997), porque foi o início dos trabalhos de proteção no país e um conjunto enorme de bens foi tombado em pouco tempo. O que não voltou a acontecer nos períodos seguintes.

A década de 1930 iniciou com a Grande Depressão econômica mundial, devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Na Europa, difundiram-se os governos totalitaristas, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália; regimes políticos embasados em preceitos como a censura aos meios de comunicação e expressão, a abolição da propriedade privada, a repressão violenta a dissidentes políticos e ideológicos, a intensa propaganda estatal e o incentivo ao nacionalismo para unir o país.

No Brasil, inicia-se um período de revoluções armadas. A crise econômica mundial afetou fortemente o setor de exportação de café e o clima político era instável devido ao desgosto pela chamada política café-com-leite⁴. Em 1930, ocorreu a Revolução que levou Getúlio Vargas à Presidência, iniciando uma década de forte industrialização e urbanização das cidades brasileiras. A criação de um órgão nacional de proteção do patrimônio ocorreu em 1937⁵, com Golpe de Estado: Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e instaurou o Estado Novo⁶. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) começou a funcionar em caráter provisório em 1936, quando um anteprojeto foi solicitado ao artista e burocrata brasileiro Mário de Andrade. Andrade propôs o entendimento de patrimônio como “[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita [...]” (ANDRADE, 1936, p. 55), incluindo oito categorias de obras de arte patrimoniais: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. Por sua vez, tais categorias se dividiam em várias manifestações, como visto no **Diagrama 4**, na próxima página.

⁴ Desde 1898, mineiros e paulistas se intercalavam no cargo de Presidente da República devido a sua forte influência econômica: paulistas produtores de café e mineiros produtores de leite.

⁵ Nessa época, várias propostas foram apresentadas e contribuíram para uma noção geral da necessidade de concretização da preservação do patrimônio nacional: 1920 - Anteprojeto mineiro de lei para preservação de monumentos arqueológicos e desapropriação dos bens (NOIRTIN; MACEDO; RIBEIRO, 2005). 1923 - Anteprojeto pernambucano de lei federal para proteção do patrimônio (FONSECA, 1997). 1924 - Anteprojeto de lei federal de poeta mineiro com mesmo objetivo (FONSECA, 1997). 1925 - Anteprojeto de lei federal de advogado para proteção do patrimônio histórico e artístico (SANT'ANNA, 2015). 1926 a 1928 - Criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco para proteção de bens públicos isolados (IPHAN, 2017). 1930 - Anteprojeto baiano de lei federal para proteção legal do patrimônio (FONSECA, 1997). 1933 - Chancela da construção de políticas preservacionistas aos poderes públicos nacionais (NOIRTIN; MACEDO; RIBEIRO, 2005). Tais anteprojetos esbarraram “[...] nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela constituição e pela legislação em vigor.” (FONSECA, 1997, p. 103).

⁶ Segundo Fonseca (1997, p. 90), “[...] Se, por um lado, o Estado Novo suprimiu a representação política e instaurou a censura, por outro, ao assumir a função de organizador da vida social e política, abriu espaços para os intelectuais [...]”. E, em meio ao crescente questionamento à ditadura militar, a autora aponta que o objetivo do trabalho designado aos intelectuais encarregados do patrimônio “[...] era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. [...]” (FONSECA, 1997, p. 91). Segundo a arquiteta brasileira Márcia Sant’Anna (2015), buscava-se manter a legitimidade do regime por seu discurso desenvolvimentista. Portanto, o nacionalismo buscava ligar-se ao passado (senso de identidade dos cidadãos) e, ao mesmo tempo, ao futuro (desenvolvimento). E os arquitetos modernistas em conjunto com artistas e intelectuais da Semana de Arte Moderna (1922) cumpriram o papel dualista necessário.

Diagrama 4. Patrimônio artístico nacional - Anteprojeto, de Mário de Andrade (1936)

Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico		Livro do Tombo Histórico	Livro do Tombo das Belas-Artes Galeria Nacional de Belas-Artes	Livro do Tombo das Artes Aplicadas Museu de Artes Aplicadas e Técnicas Industriais			
Arte arqueológica	Arte ameríndia	Arte popular	Arte histórica	Arte erudita nacional	Arte erudita estrangeira	Artes aplicadas nacionais	Artes aplicadas estrangeiras
Objetos		Objetos	Monumentos	* Obras de artistas nacionais * Obras de arte de propriedade do poder público * Obras de mérito nacional * Trabalhos de final de curso de Belas-Artes premiados * Obras premiadas em exposições * Obras premiadas pelo conselho do SPAN	* Obras de artistas estrangeiros de propriedade do poder público ou com mérito nacional * Obras de artistas estrangeiros que figuram em Histórias das Artes Universais * Obras de artistas estrangeiros que figuram em museus oficiais de qualquer país * Obras de artistas estrangeiros que receberam prêmio do conselho do SPAN	* Artes aplicadas de artistas nacionais ou de importação do Segundo Império ou anterior * Artes aplicadas de propriedade do poder público * Móveis, toréutica * Tapeçaria, joalheria * Decorações murais * Etc.	* Artes aplicadas de artistas estrangeiros que figurem em Histórias da Arte e museus universais * Móveis, toréutica de artistas estrangeiros * Tapeçaria, joalheria de artistas estrangeiros * Decorações murais de artistas estrangeiros * Etc.
Monumentos		Monumentos	Iconografia nacional				
Paisagens		Paisagens	Iconografia estrangeira sobre o Brasil				
Folclore ameríndio		Folclore	Brasiliana				
			Iconografia estrangeira sobre outros países				

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no anteprojeto de Mário de Andrade (1980 [1936]).

Em 1937, após Gustavo Capanema (então Ministro da Educação e Saúde) reorganizar as categorias e reprimir as longas descrições de exemplos, o Decreto-Lei nº 25 foi publicado:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, art. 1º).

Ao condicionar o patrimônio ao memorável e excepcional, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional reduziu drasticamente o espectro da cultura nacional passível de patrimonialização, principalmente se comparado à ideia de patrimônio artístico nacional de Mário de Andrade. As manifestações culturais imateriais de todos os tipos e classes e os bens materiais das classes mais pobres foram excluídos completamente, conforme pode ser visto na comparação entre a **Diagrama 4** e a **Diagrama 5**. Por outro lado, Capanema ressaltou a importância das paisagens ao incluí-las no título do Livro do Tombo.

Os bens materiais de interesse nacional passaram a ter sua proteção garantida pelo tombamento, que é um ato administrativo pelo qual o Poder Público nacional, representado pelo IPHAN, declara o seu valor cultural. O que ocorre ao inscrevê-los em um ou mais dos quatro Livros do Tombo apresentados no **Diagrama 5**. Esse ato os submete a limitações em seu uso como propriedade privada

em relação a alterações e demolição, mas eles ainda podem ser alugados e vendidos. Embora não passem a ser de propriedade pública, os bens são mais vigiados e estão sob diretrizes mais restritivas de intervenção.

Diagrama 5. Patrimônio histórico e artístico nacional - Decreto-Lei nº 25 de Gustavo Capanema (1937)



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Decreto-Lei nº 25 (1937).

Para tratar dos assuntos relacionados ao patrimônio nacional, o Decreto-Lei nº 25 criou o IPHAN. Sua presidência foi atribuída ao advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujo lema era “conhecer para preservar”. Para ele, a partir do momento em que o Estado divulgasse o patrimônio tombado e sua importância, as pessoas o preservariam porque saberiam de seu valor (SCIFONI; DEMARCHI; NITO, 2018). Embora atualmente essa ideia seja ultrapassada, ela era compreensível no contexto da sua época e foi fundamental para o início dos trabalhos relacionados ao patrimônio histórico no Brasil, com base em três motivos principais (SCIFONI; DEMARCHI; NITO, 2018):

1. O patrimônio construído estava se perdendo diante da intensa urbanização, quando muitos edifícios foram derrubados para abrir vias mais largas nas cidades e adequá-las às necessidades advindas da crescente industrialização. Então havia, por parte dos intelectuais, a preocupação de manter o patrimônio que ainda resistia a tal processo.
2. A legislação do tombamento era recente. A população desconhecia a existência de um instrumento jurídico pelo qual se pudesse exigir a permanência das edificações e dos monumentos considerados importantes para a história.
3. Divulgação do Brasil no exterior. Um dos intuitos dos intelectuais era mostrar para os brasileiros e para os estrangeiros que o Brasil possuía cultura e patrimônio. Esse foi o princípio da promoção internacional do país.

Contudo, tendo como orientação o conceito de patrimônio cunhado pelo Decreto-lei nº 25, que somente incluía bens de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, a imagem que se escolheu preservar e divulgar sobre o país era aquela espelhada na cultura europeia. Assim, o processo de escolha do que preservar foi direcionado para os bens das classes economicamente dominantes. E, sendo o corpo técnico composto por uma maioria de arquitetos⁷, muitos de ascendência portuguesa, a maior parte dos tombamentos realizados nessa era inicial foram de bens edificados, barrocos e católicos.

Inicialmente, foram criados três distritos de atuação do IPHAN (1937): 1. Recife, abrangendo Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; 2. Salvador, incluindo Bahia e Sergipe; e 3. Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais). Na prática, nessa época, as escolhas se basearam mais na apreciação estética e formal do que no valor histórico do bem (FONSECA, 1997; CHUVA, 2009), sendo justificadas pela autoridade técnica dos profissionais do IPHAN e avalizadas por Lucio Costa, que era chefe do departamento técnico. Em grande parte, os conjuntos tombados não foram delimitados e não tiveram um estudo preliminar pela urgência de salvar o maior número de bens espalhados pelo país. E, realmente, esse período é chamado de Fase Heroica por Fonseca (1997), porque não teve similar posterior. A documentação produzida pelo corpo técnico era física, de acesso apenas interno, sem possibilidade de pesquisa pelo público, e organizada de acordo com o endereço dos bens: cidade, estado, nome do bem, logradouro e numeração (CHUVA, s.d.). Fatos esses que demonstram que as comunidades locais, além de não participarem do processo de indicação dos bens a serem tombados, não tinham permissão sequer para consultar os trabalhos técnicos já realizados.

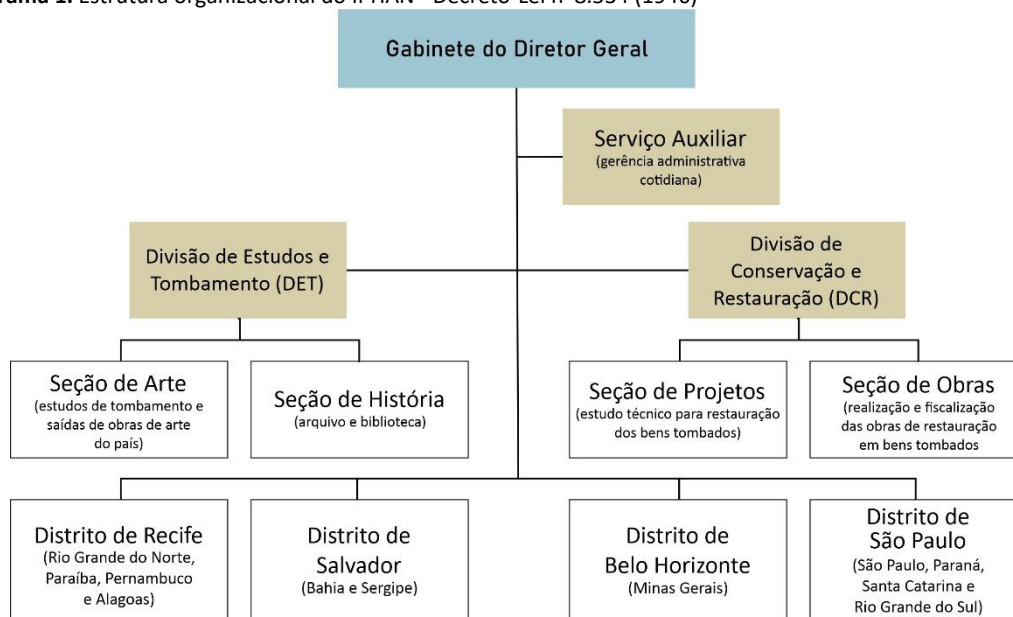
Em 1946, após quase uma década de funcionamento, o IPHAN teve sua estrutura organizacional atribuída (**Organograma 1**) e um novo distrito foi criado: São Paulo, englobando também Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tal reestruturação buscava descentralização administrativa e das ações de proteção realizadas pela instituição. Com a inserção física da instituição nos estados, os trabalhos de levantamento de informações sobre novos possíveis tombamentos e a vigilância sobre os já realizados eram facilitados. Os próximos anos desse período transcorreram sem maiores mudanças.

Encerrando o primeiro ciclo proposto por essa Tese, em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposentou da presidência do IPHAN após 30 anos de gestão. Segundo o arquiteto brasileiro Paulo Ormino Azevedo (2017, p. 47), “Trinta e um anos depois de fundado, o órgão não tinha regimento interno e mantinha praticamente o mesmo quadro de funcionários”. O que incluía Lucio Costa no comando das atividades do departamento técnico do IPHAN. Tal permanência das lideranças da instituição e do corpo técnico está claramente refletida na não atualização do conceito de patrimônio

⁷ Como aponta a arquiteta brasileira Ana Lúcia Meira (2004, p. 3), “As políticas públicas relacionadas ao patrimônio sempre tiveram a presença hegemônica de arquitetos, tanto no Brasil quanto, de maneira geral, em todos os países ocidentais”.

e da relação entre o órgão e a sociedade, além da manutenção de uma homogeneidade de padrão estético e geográfico dos bens tombados.

Organograma 1. Estrutura organizacional do IPHAN - Decreto-Lei nº 8.534 (1946)



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Decreto-Lei nº 8.534 (1946) e em Chuva (s.d.) e Rezende *et al.* (2015).

Durante esses primeiros anos do IPHAN (1936-1967), período denominado pela Doutora em Sociologia brasileira Maria Cecília Londres Fonseca como “Fase heroica”, foram abertos 722 processos e tombados 752 bens⁸, sendo 229 tombamentos no primeiro ano (1938), abrangendo 15 estados, incluindo 4 conjuntos arquitetônicos e urbanísticos em cidades mineiras: Mariana, Ouro Preto, Serro e Tiradentes. Como mencionado no item anterior, a maioria dos tombamentos realizados em 1938 se concentrou nas regiões Sudeste e Nordeste, totalizando 243 bens, ou seja, 82,2% de todos os bens tombados naquele ano. Foram 75 no Rio de Janeiro (32,8%), 53 na Bahia (23,1%), 26 em Minas Gerais (11,4%), e 34 em Pernambuco (14,9%). Área geográfica que coincidiu com os três distritos criados em 1937 e iniciou a hegemonia Rio-Bahia-Minas na lista de bens tombados, perpetuada até os dias atuais.

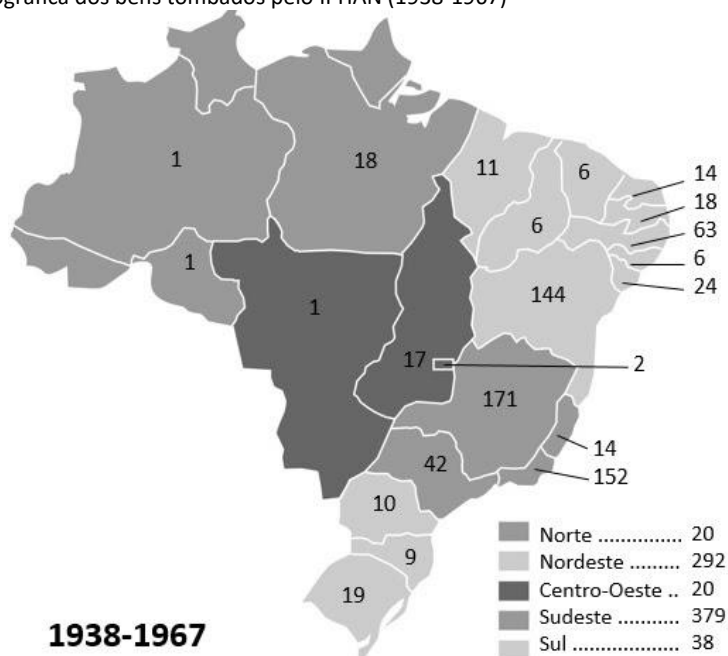
O quadro geral dos bens tombados no período de 1938 a 1967 é apresentado na **Figura 1** (na próxima página). Ao colocar os números sobre o mapa, é possível salientar a desigualdade da distribuição geográfica dos bens tombados, concentrados nos estados que compunham os distritos do IPHAN. O que demonstra a importância da ampliação da abrangência geográfica da instituição por meio da descentralização das atividades com a criação de novos distritos. Por outro lado, também expressa um favoritismo por determinadas referências culturais, já que tal distribuição desigual permanece até os dias atuais mesmo com superintendências em todos os estados brasileiros.

Antes mesmo da criação do IPHAN, o estilo Barroco mineiro foi percebido por vários dos intelectuais como “a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira”, contendo a “aura da

⁸ Alguns bens considerados de grande importância pelos técnicos do IPHAN foram tombados antes mesmo da abertura de um processo de tombamento.

origem da cultura brasileira” (FONSECA, 1997, p. 99-100). Como esses profissionais se tornaram funcionários do IPHAN e possuíam o poder decisório para a proteção do patrimônio, esse foi o direcionamento adotado pela instituição e, conseqüentemente, pelo Estado Novo (MEIRA, 2016) como estratégia de narrativa unificadora nacional. O legado material da colonização portuguesa, católica e do período colonial foi a memória conscientemente selecionada.

Figura 1. Distribuição geográfica dos bens tombados pelo IPHAN (1938-1967)



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base na lista de Bens tombados e com processos em andamento (IPHAN, 2018).

A escolha desse estilo arquitetônico como símbolo nacional buscou construir uma imagem brasileira que se enquadrasse nos padrões internacionais (CHUVA, 2009): o lado europeizado da cultura nacional. Por exemplo, a Bahia é um dos estados com maior número de bens tombados pelo IPHAN; e, mesmo tendo população composta por muitos descendentes de africanos escravizados⁹, os bens baianos tombados à época seguiam as características padrões dos tombamentos do período: maioria igrejas católicas, provavelmente de arquitetura barroca. Ou seja, os bens culturais dessa parcela da população não foram protegidos.

Apesar de suas funções presumirem uma sua atuação em nome do interesse coletivo, os técnicos do IPHAN perpetuaram o interesse das classes economicamente dominantes, que foi defendido e utilizado pelo Estado como mais um meio para tentar a coesão nacional. Portanto, embora não houvesse uma diretriz oficializada por escrito, havia uma noção vigente de patrimônio, que não considerava a constituição cultural das comunidades locais como parâmetro de preservação. Inclusive,

⁹ Segundo censo demográfico de 1940, na Bahia, os pretos e pardos eram 2.789.838 pessoas, ou 71,20% da população do estado (IBGE, 1940, p. 32).

elas não eram chamadas a se pronunciar sobre o assunto e não tinham permissão para acessar os arquivos dos bens tombados.

1.2 Estruturação e irradiação (1968-1999)

No âmbito internacional, a cooperação da UNESCO com o Brasil se intensificou a partir da década de 1960. Além disso, nesse segundo período histórico, foram publicadas a Carta de Veneza sobre a conservação e a restauração dos monumentos e sítios (CIAM, 1964) e as Normas de Quito sobre a conservação e a utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico (OEA, 1967). Michel Parent fez uma jornada de dois anos percorrendo o Brasil (1966-1968), a UNESCO promulgou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e foi lançada a Declaração de Amsterdã sobre a conservação integrada dos conjuntos históricos nos planejamentos urbanos de suas cidades (CPAE, 1975).

O desenvolvimento econômico era apontado como solução para a pobreza regional e o turismo cultural como resposta para a economia dos países da região, incluindo para o patrimônio cultural. Além disso, ao longo da década de 1970, ocorreram algumas transformações em disciplinas como a história e a antropologia, que embasavam critérios de seleção de bens a serem tombados, e uma crescente difusão da democracia em outros campos (ANASTASSAKIS, 2017). Todas essas revisões influenciaram o avanço das políticas brasileiras de preservação do patrimônio nessa segunda fase proposta por esta Tese de Doutorado.

No Brasil, em 1967, no período em que a ditadura militar se firmava no Brasil¹⁰, o arquiteto brasileiro Renato Soeiro assumiu a presidência do IPHAN, tendo sido nomeado chefe da Divisão de Conservação e Restauro (1946-1967) vinte anos antes como forma de preparação para essa nova função (AZEVEDO, 2017). Durante sua gestão, Soeiro seguiu à risca um Plano Estratégico de Ação que elaborou em 1968, incluindo cinco grandes diretrizes: 1. Filosofia: incluir no conceito de patrimônio as belezas naturais e as produções humanas; 2. Instrumentação: modernizar administrativamente o IPHAN; 3. Irradiação: descentralizar o IPHAN com a criação de uma rede de cooperação com os órgãos de preservação em outros níveis; 4. Recursos: indicar fontes alternativas para o sustento do IPHAN; e 5. Legislação: melhorar a legislação em relação a cidades e conjuntos históricos (AZEVEDO, 2017).

Dentre os avanços ocorridos em sua gestão, a interação do IPHAN com os organismos internacionais foi maximizada e o patrimônio natural (diretriz 1) foi incorporado ao conceito já existente de patrimônio, ao planejamento urbano e ao turismo (AZEVEDO, 2017). Com o Decreto nº

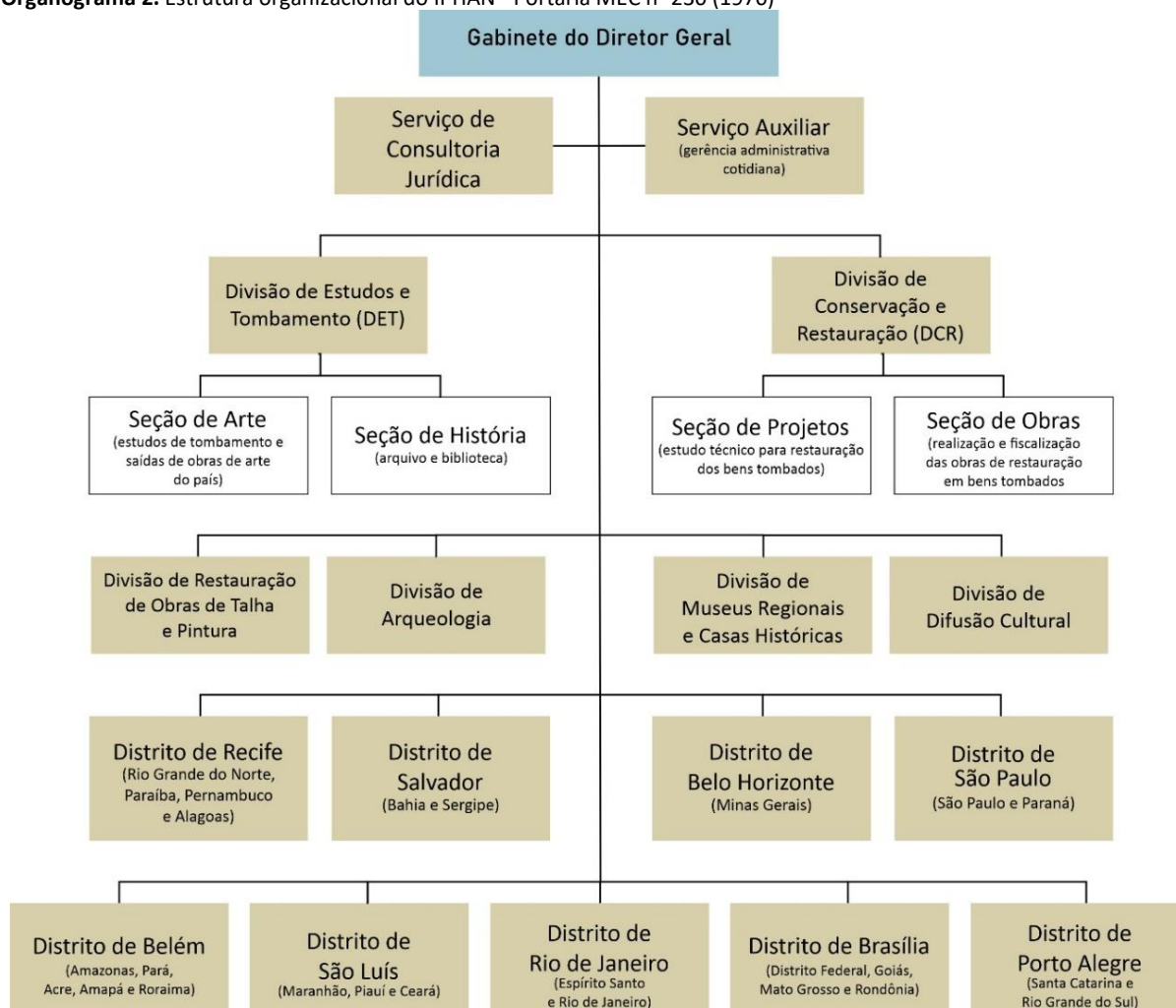
¹⁰ Segundo Azevedo (2017, p. 46), “[...] Naquele ano de 1967, foi outorgada uma nova Constituição e, um ano mais tarde, decretado o AI-5. No final de 1969, o presidente Gal. Costa e Silva sofreu um derrame e foi substituído por uma junta militar, passando depois o comando do país ao Gal. Emílio Garrastazu Médici, que endureceu o regime. A cultura era um dos setores mais reprimidos. Mas o governo militar, nacionalista, tendia a favorecer o patrimônio como fator de unidade nacional, como o fizera Vargas”. Nos anos seguintes (década de 1970), o modelo econômico brasileiro entrou em crise, o país sofreu com inflação e endividamento externo, e esse cenário gerou progressiva mobilização social (IPHAN, 2016a, p. 1).

66.967, de 1970, o IPHAN passou de um órgão pequeno com duas diretorias e quatro distritos (Figura 3) para um instituto com Regimento Interno e uma estrutura contendo Assessoria Jurídica, seis Diretorias Técnicas e nove Diretorias Regionais (IPHAN, 2005) (**Organograma 2**) (diretrizes 2 e 3). A instituição passou a ter autonomia administrativa e financeira (diretrizes 2 e 4). Segundo Azevedo (2017, p. 52),

[...] O dilema estava entre criar uma fundação com maior agilidade, mas sem poder para embargar obras, ou mantê-lo como um órgão centralizado do MEC, com todas as travas que isso implicava, porém com poder de polícia e direito a fórum privilegiado. Unificar os dois modelos de instituição parecia muito difícil. A solução encontrada foi a criação de uma autarquia, o IPHAN. A história recente do órgão demonstrou o acerto da opção adotada.

O Regimento Interno do IPHAN e sua nova estrutura (**Organograma 2**) e a reformulação completa dos seus quadros administrativos e técnicos foram instituídos pela Portaria MEC nº 230, em 1976. Fatos que responderam aos planos de Soeiro de instrumentação e disseminação da instituição.

Organograma 2. Estrutura organizacional do IPHAN - Portaria MEC nº 230 (1970)



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Decreto-Lei nº 8.534 (1946) e em Chuva (s.d.), Rezende *et al.* (2015) e Azevedo (2017).

Nesse período, iniciaram-se os cursos de especialização de técnicos em preservação de monumentos e obras de arte. Além disso, foi formada uma rede nacional de instituições culturais, que

envolveu agentes da esfera estadual e foi coordenada pelo IPHAN com o objetivo de partilhar a responsabilidade pela área do patrimônio cultural. Nesse sentido, foram realizados dois Encontros de Governadores para a Preservação do Patrimônio: o primeiro em 1970, em Brasília, gerando o Compromisso de Brasília, sobre a descentralização por meio da cooperação entre os três níveis de governo; e o segundo em 1971, em Salvador, gerando o Compromisso de Salvador, com diretrizes para as institucionalidades subnacionais, e a sugestão de criação do Ministério da Cultura e de políticas financeiras para o incentivo à preservação¹¹.

Seguindo os planos de Soeiro de indicação de fontes alternativas para o sustento financeiro das ações voltadas ao patrimônio histórico e artístico nacional, entre os anos de 1973 e 1987, foi realizado o Programa de Cidades Históricas (PCH) (conforme dados apresentados no **APÊNDICE A**). O desenvolvimento turístico regional foi adotado pelo programa como forma de autofinanciamento dos edifícios históricos. Envolveu cooperação do IPHAN com órgãos estaduais e municipais, que deveriam apresentar um Programa de Restauração e Preservação, incluindo roteiros turísticos recomendados.

Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na Universidade de Brasília, para buscar um sistema referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Sua coordenação estava a cargo do (IPHAN, 2015). Os boletins publicados pelo CNRC entre os anos de 1975 e 1979 demonstram que os trabalhos realizados na instituição buscavam inserir o patrimônio como tema inerente às questões urbanas; o que ia ao encontro do entendimento de Cultura proposto pelo designer brasileiro Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães: algo inserido no presente das comunidades locais. Portanto, para preservar a Cultura, deve-se entendê-la como parte das dinâmicas urbanas e sociais e, por isso, chamar para debate os diversos atores envolvidos.

Duas notícias veiculadas pelo CNRC em 1979 (**ANEXO A**) mostram que as comunidades locais começaram a reunir-se em organizações para participar dos debates do CNRC. O primeiro caso trata da cidade de Paraty-RJ. IPHAN e Prefeitura Municipal reuniram-se com a Sociedade dos Amigos de Paraty para análise de duas propostas de Plano Diretor e de assuntos distribuídos em quatro comissões: 1. Problemas fundiários; 2. Patrimônio cultural e meio ambiente; 3. Educação e cultura; e 4. Higiene, saúde e promoção social. Os participantes se dividiram em comissões para criar recomendações, que depois foram analisadas em plenário. Concluiu-se pela não realização de nenhuma já que configuravam “[...] ameaças à preservação do núcleo histórico e à própria sobrevivência de Paraty” (CNRC, 1979, p. 3). A comissão de patrimônio cultural e meio ambiente apresentou maior número de recomendações e decidiu pela criação de uma comissão executiva encarregada do assunto.

¹¹ As indicações realizadas nessa fase embasaram a criação do Ministério da Cultura, que só ocorreu na década de 1980, após o período militar.

O segundo caso, em Goiás-GO, reuniu representantes do IPHAN, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), da Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento (SUPLAN), da Saneamento de Goiás S/A, da CELG, da TELGOIÁS, da Prefeitura Municipal, do CNRC e do PCH. Embora a comunidade local não tenha participado, fica claro o discurso de integração do patrimônio cultural às outras questões urbanas, tais como o saneamento básico, que demandaria intervenção na pavimentação histórica das ruas. Ao final dos trabalhos, a equipe apontou a “[...] necessidade de participação da comunidade em sua solução, [e] a urgência de um trabalho integrado [...]” (CNRC, 1979, p. 4).

Em 1979, com base no trabalho do CNRC, Magalhães assumiu a presidência do IPHAN, em um período de profundas transformações políticas e sociais¹², e converteu o instituto em dois órgãos: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (SPHAN/ FNpM).

[...] O IPHAN incorporou o Centro Nacional de Referências Culturais [CNRC] e o Programa de Cidades Históricas [PCH], e transformou-se em duas instituições: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) – o chamado “sistema” Sphan/pró-Memória. [...] A Secretaria manteve as atribuições e poderes legais do IPHAN, especialmente o poder de polícia, e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) era seu braço executivo e onde foi incorporado, portanto, o PCH (CORRÊA, 2016, p. 19).

Ao assumir a presidência da instituição, Magalhães salientou que, naquele momento, “[...] a nação brasileira, depois de um período de relativa sombra, procura[va] reencontrar os seus verdadeiros caminhos [...]” (MAGALHÃES *apud* ANASTASSAKIS, 2017, p. 66), em uma referência à ditadura militar no país. Nesse sentido, propôs buscar entre os indicadores do comportamento cultural brasileiro¹³ um modelo de desenvolvimento autêntico da nação e da identidade nacional, deixando de lado modelos já existentes e insatisfatórios. Segundo ele, seu plano de ação era influenciado pelo pensamento de que o patrimônio “[...] não se localizava no passado, mas, sim, no presente” (ANASTASSAKIS, 2017, p. 70). Como demonstram os trabalhos do CNRC, sua preocupação recaía sobre a análise do patrimônio em seu contexto presente: não apenas como representação do passado, mas incluindo as dinâmicas de sua permanência no presente com a cidade e com a comunidade que o cerca.

Mais afinada com o período de mudança que envolvia o fim do regime autoritário no país, essa noção do patrimônio inserido no tempo presente orientou as políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil segundo um paradigma antropológico. Com isso, ocorreu um alargamento da diversidade cultural reconhecida pela instituição em direção ao tombamento de bens que representavam expressões culturais até então ignoradas (MARINS, 2016). A longa lista de bens tombados segundo os

¹² O discurso crescente contra o Regime Militar demonstrava a crise. Por ser a cultura uma área marginal no conjunto das políticas estatais, foi escolhida pelos intelectuais como espaço para resistência ao regime autoritário, buscando democratizar a política nacional de patrimônio para a construção da cidadania (FONSECA, 1997, p. 23).

¹³ Segundo a designer brasileira Zoy Anastassakis (2017, p. 67), em seu discurso de posse, Aloísio Magalhães (2003) havia definido os indicadores do comportamento cultural brasileiro como aquele moldado de forma heterogênea “no fazer do homem brasileiro, na pequena dimensão muitas vezes frágil de uma atividade pré-industrial”.

critérios de excepcionalidade e monumentalidade passa a conviver, aos poucos, com representações de manifestações da cultura popular. Assim, o IPHAN foi se reaproximando da dimensão popular do conceito de patrimônio artístico nacional proposto por Mário de Andrade em 1936.

Segundo a arquiteta brasileira Márcia Regina Romeiro Chuva (s.d., p. 18), até a década de 1970, os levantamentos técnicos do IPHAN eram coletas *in loco*, sistemáticas, exaustivas e classificatórias de informações, registradas em formulários padronizados, com campos objetivos e descritivos referentes às características formais do bem, incluindo gráficos, fotografias e plantas cartográficas. Formato de levantamento que beneficia bens arquitetônicos e estáticos, e não instiga a análise da inserção sociocultural do bem em seus arredores.

[...] A partir de fins da década de 1970, alguns estudos se propuseram a abordar a ambiência do bem tombado, fruto do novo entendimento em relação a este último, que deveria ser compreendido de modo integrado ao ambiente social e histórico no qual se inseria fisicamente. Interessava compreender como a população local via e se relacionava com esse bem na atualidade, assim como recompor elos rompidos em alguns contextos. Essas novas ações foram possíveis graças à compreensão de que os bens eram fruto de sua relação com o local em que estavam inseridos (e não uma obra de arte que deve ser protegida de ataques do meio). [...] (CHUVA, s.d., p.14-16).

Se até a década de 1970 o entorno do bem era visto apenas como um enquadramento, um instrumento para dar visibilidade a ele, a partir dos anos 1980, passava a incluir o elemento humano. Dessa forma, o patrimônio edificado foi tido como elemento capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais a partir das políticas de patrimônio. Além disso, de acordo com os cientistas da informação William de Souza e Giulia Crippa, nas décadas de 1970 e 1980,

[...] Transformações também são percebidas em relação às solicitações de tombamentos: se antes consistiam num ato essencialmente interno, desse momento em diante ocorre um aumento substancial das solicitações externas, o que significa uma maior participação da sociedade no SPHAN, apesar de as decisões continuarem no âmbito dos técnicos. (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 214).

O ano de 1985, marcou a história nacional pela realização das primeiras eleições diretas do país, após 21 anos de Regime Militar (instaurado em 1964). Nesse mesmo ano, foi criado o Ministério da Cultura, demanda já registrada no Compromisso de Salvador (1971), ao qual o IPHAN foi incorporado. Como indica Fonseca (1997), nesse novo regime político, as ações para reorientar a política federal de preservação implicavam na articulação entre o IPHAN, outras áreas do governo e movimentos sociais. Ou seja, seguindo o direcionamento proposto pelo IPHAN antes do final da ditadura, o entendimento era de que se fazia necessária uma maior participação da sociedade nos processos da instituição.

Nesse sentido, no ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, que ampliou a antiga denominação de patrimônio histórico e artístico nacional (Decreto-Lei nº 25) para a noção de patrimônio cultural brasileiro, descrito como “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, art. 216). Dando prosseguimento ao trabalho recente de Aloísio Magalhães, o conceito de patrimônio foi reaproximado daquele proposto por Mário de Andrade no anteprojeto de 1936. Ou seja, o patrimônio imaterial trouxe consigo uma noção ampliada de patrimônio, vista como possibilidade de superação do engessamento e da exclusão que marcaram a trajetória de preservação no Brasil.

A Constituição de 1988 também apontou a colaboração do Poder Público com a comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro e o uso de outros instrumentos de defesa do patrimônio cultural para além do tombamento, tais como inventários, registros, vigilância e desapropriação, dentre outros¹⁴. Como afirma a arquiteta brasileira Paula Porta (2012, p. 34):

Também é ponto estruturante dessa política o reconhecimento de que a atribuição de valor patrimonial a uma determinada expressão cultural não cabe apenas a especialistas. As comunidades têm um papel fundamental na indicação das expressões que traduzem sua identidade, que constituem suas referências e que por isso devem ser valorizadas e preservadas.

A Constituição de 1988 indicou a abertura do patrimônio cultural à participação da sociedade e à diversificação por meio de novos instrumentos de preservação. Dois anos depois, em 1990, Fernando Collor extinguiu o Ministério da Cultural e converteu o IPHAN em Secretaria da Presidência da República. O que derivou de questões internas ao IPHAN¹⁵ relacionadas a escolhas de José Sarney, primeiro presidente eleito após a ditadura militar no Brasil, em 1985. Segundo Porta (2012, p. 93), ao longo dos anos 1990, a retirada de metade do corpo técnico do IPHAN reduziu sua atuação ao mínimo.

Portanto, apenas cinco anos após o final da ditadura no Brasil, os avanços alcançados a pequenos passos foram interrompidos por um grande retrocesso na área da Cultura. O papel do Estado nesse campo foi sendo reduzido, inclusive pelo incentivo de utilização de verbas provindas de renúncias fiscais com a aprovação da Lei Sarney, em 1986. Apenas em 1994, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso restaurou¹⁶ o IPHAN. Nesse mesmo período, foi aprovado o Programa Monumenta, seguindo os moldes do antigo Programa de Cidades Históricas (PCH) (conforme dados apresentados

¹⁴ Na Europa, vários instrumentos foram implementados em conjunto com o tombamento desde o início da preservação do patrimônio. No Brasil, a diversificação só ocorreu 50 anos depois (e a efetiva prática apenas a partir da década de 2000, como será apresentado mais adiante). Segundo a arquiteta brasileira Márcia Sant'Anna (2015), na maioria dos países europeus a proteção do patrimônio foi progressivamente realizada com o apoio de uma série de instrumentos legais que complementavam a inscrição no Livro do Tombo, tais como inventários, leis de regulação do solo urbano e incentivos fiscais e tributários.

¹⁵ Segundo Azevedo (2017, p. 59), “Com a redemocratização e a criação do Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, em 1985, o seu mais duradouro ministro, o cearense Celso Furtado, entendendo que a disputa era regionalista, nomeia para a Fundação Pró-Memória o pernambucano Joaquim Falcão, ligado à Fundação Joaquim Nabuco, e para a Sphan o professor Angelo Oswald, mineiro. Mas essa divisão salomônica não resolveria a disputa. Na onda neoliberal, Sarney, na tentativa talvez de resolver a contenda, delega ao setor privado a política cultural do país, com a lei de renúncia fiscal que levou seu nome. Diante das infundáveis brigas intestinas do órgão, o presidente Collor de Mello dissolveu o sistema Sphan/Pró-Memória, em 1990, e o substituiu pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, de vida curta”.

¹⁶ Contudo, a recomposição completa do IPHAN, incluindo o quadro de funcionários, só teve início em 2005.

no **APÊNDICE A**). O programa beneficiou 26 cidades com conjuntos urbanos tombados, sendo o segundo maior programa nacional de preservação do patrimônio cultural.

Encerrando o segundo ciclo da trajetória do IPHAN, em 1999, foi publicado o “Guia básico de educação patrimonial”, das educadoras brasileiras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, sendo o início das publicações da área de Educação Patrimonial. Nele o IPHAN atesta e dissemina uma metodologia de Educação Patrimonial pautada no lema “conhecer para preservar”, tendo como foco os museus. O tema será mais bem descrito no subitem 4.1 Educação Patrimonial.

Esse período (1968-1999) foi marcado pelo início das parcerias financeiras internacionais para investimentos na área do patrimônio cultural e os primeiros passos rumo à abertura do IPHAN, em grande parte pelos trabalhos de Aloísio Magalhães no CNRC, rumo a uma política de patrimônio integrada com as demais e à participação das comunidades locais nas decisões relacionadas. Com a reabertura política (1985) e a promulgação de nova Constituição Federal (1988), houve uma ampliação do conceito de patrimônio cultural a partir da inclusão da noção de patrimônio imaterial e a proposição de outras formas de proteção do patrimônio, tais como os inventários e registros.

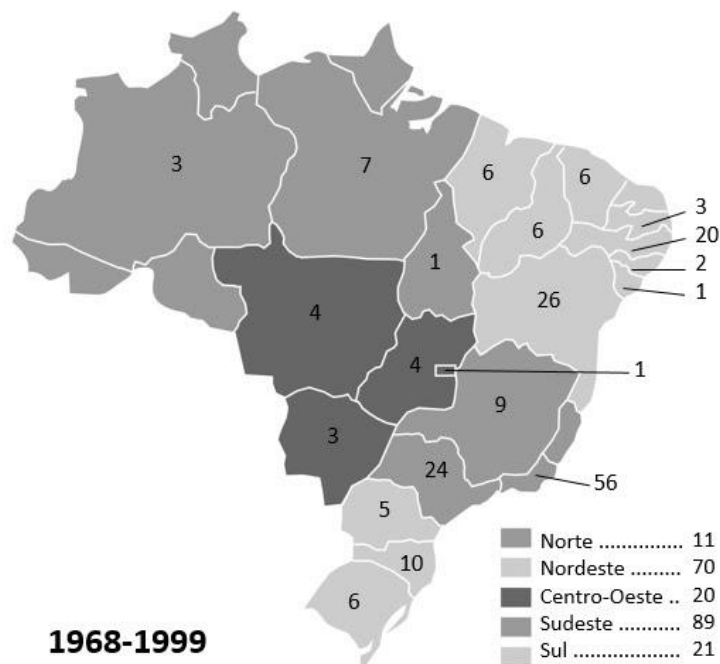
Nesse período, foram realizados 211 tombamentos de bens materiais, conforme **Figura 2**, na próxima página. A região Sudeste foi a mais contemplada, com 89 bens (42,2% do total), seguida pela região Nordeste, com 70 bens (33,2% do total). Rio de Janeiro (56 bens), Bahia (26 bens), São Paulo (24 bens) e Pernambuco (20 bens) são os estados mais contemplados, reunindo 126 bens (59,7%). Foram tombados três bens no Mato Grosso do Sul e um em Tocantins (novos estados criados depois de 1968), mas os extremos longínquos do Norte do país (Acre, Amapá e Roraima) ainda não foram incluídos na lista do patrimônio. O número de tombamentos foi reduzido drasticamente, mas seu centro geográfico ainda se manteve no eixo sudeste-nordeste.

Em relação à lista cumulativa dos bens tombados desde a criação do IPHAN, o arquiteto brasileiro Ítalo Campofiorito (1985) apontou que, em 1982, 94% dos bens tombados eram arquitetônicos, predominando Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (estados que reuniam 1/4 de todos os bens tombados). Ao analisar a lista em 1999, tais estados continuavam concentrando a maior parte dos bens tombados: Rio de Janeiro (21%), Minas Gerais (20%) e Bahia (17%), somando 58% do total. Ou seja, os mesmos três estados hoje concentram mais da metade do patrimônio tombado.

Uma importante diferença da fase anterior é apontada pelo historiador brasileiro Paulo César Garcez Marins. Na gestão de Aloísio Magalhães (entre 1979 e 1982), ocorreu um alargamento da diversidade cultural reconhecida pela instituição, em direção ao tombamento de bens que representassem expressões culturais até então ignoradas (MARINS, 2016). Ao analisar os tombamentos do período, o autor afirma que:

O espectro de inovações alcançava desde a escolha de edificações vinculadas a diferentes grupos étnicos que formaram o país (como afro-brasileiros e imigrantes), até aquelas ligadas a vertentes estilísticas da arquitetura que durante décadas haviam sido consideradas pelo órgão como expressões exóticas com relação à tradição tida como efetivamente brasileira, advinda do período colonial, e que se encaixavam na célebre expressão de Lúcio Costa - os meros "hiatos" na linha coerente da verdadeira história da arquitetura nacional. Iniciava-se também a superação do bloqueio ao reconhecimento de outras religiões que não somente a católica como dignas do tombamento de seus templos (MARINS, 2016, s.p.).

Figura 2. Distribuição geográfica dos bens tombados pelo IPHAN (1968-1999)



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base na lista de Bens tombados e com processos em andamento (IPHAN, 2018).

Alguns exemplos dessa abertura são o Terreiro da Casa Branca em Salvador-BA e a Serra da Barriga em União dos Palmares-AL, onde fica o Quilombo de Palmares, representantes da cultura e história afro-brasileira; além de bens de alguns dos povos imigrantes, como o Casarão do Chá em Mogi das Cruzes-SP (japoneses), a Casa Presser em Novo Hamburgo-RS e o conjunto escolar em Rio dos Cedros-SC (alemães), e o centro histórico de Antônio Prado-RS (italianos).

Tais tombamentos podem ser entendidos como desdobramentos da concepção de patrimônio de Aloísio Magalhães, que durante a direção do CNRC já buscava entender o patrimônio cultural dentro das demais dinâmicas da cidade e da sociedade, trabalhando em conjunto com órgãos governamentais, empresas privadas e chamando as comunidades locais para participação.

1.3 Conceito antropológico de Cultura (2000-2021)

Na década de 2000, a expansão da Internet como meio de armazenamento e difusão de informações foi possibilitada devido ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e à diminuição dos valores da Internet banda larga. A globalização da informação, as redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas modificaram os relacionamentos

interpessoais e profissionais, e se transformaram em meios para a abertura dos órgãos governamentais à participação cidadã¹⁷ e para a organização cidadã para a reivindicação de direitos nas mais diversas áreas¹⁸.

Segundo a administradora brasileira Mariana Baldi (2017), mecanismos de governança para a efetiva participação social direta vinham sendo analisados com o intuito de abarcar a diversidade cultural e tornar a política cultural mais perene e capilarizada nos territórios. Segundo a autora, desde a Constituição de 1988, a participação das comunidades locais vinha sendo incluída em questões como a publicização, transparência e o controle da Gestão Pública, porém sem caráter deliberativo. Esses foram os anos de esperança e de mudanças positivas. Contudo, atualmente, nota-se que ocorreu uma manobra de massas e acedeu ao poder uma política fascista e negacionista. O Brasil, em especial, passou a estar dividido em dois opostos políticos.

No Brasil, a consciência sobre a necessidade de representatividade dos diversos grupos sociais e, para isso, a urgência de sua participação na área da Cultura vinha se ampliando desde os anos 1970. A ao incluir os bens imateriais em um conceito mais amplo, denominado Patrimônio Cultural Constituição Federal de 1988 teve grande importância. O que culminou na criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no ano de 2000. Os dois primeiros registros ocorreram em 2002: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES), no Livro de Saberes, e a Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi (AP), no Livro das Formas de Expressão.

Neste terceiro período (2000-2021), principalmente a partir da atuação do cantor Gilberto Gil como Ministro da Cultura, ampliou-se o conceito de Cultura para sua versão mais abrangente, incluindo a participação das comunidades locais. Nas palavras do administrador brasileiro Fernando Dias Lopes (2017), a partir de 2003, adotou-se o conceito de Cultura pautado em três dimensões:

- Simbólica: Cultura é o conjunto de práticas culturais para além da arte em si;
- Cidadã: Cultura é um direito básico cidadão, incluindo o acesso e os meios para sua produção; e
- Econômica: Cultura é um vetor de desenvolvimento econômico.

Esse entendimento busca “[...] declarar o respeito à diversidade das culturas como a principal marca da identidade nacional. Uma identidade nacional plural [...]” (CARVALHO, 2017, s.p.), diferentemente da identidade nacional única almejada pelo Estado Novo. A diretriz política dos anos

¹⁷ Como as plataformas digitais de orçamento participativo, por exemplo, Decide.Madrid (decide.madrid.es) e Decidim.Barcelona (www.decidim.barcelona), que gerenciam propostas, votações e processos decisórios em relação a temas como transporte, limpeza urbana e energia limpa para inclusão no orçamento da cidade, permitindo que a população decida projetos urbanos que devem ser implementados.

¹⁸ Como os movimentos sociais surgidos online, por exemplo, a Primavera Árabe (2010, Oriente Médio e Norte da África), o 15M (2011, Espanha), as Manifestações de Junho (2013, Brasil), e o Movimento Girassol (2014, Taiwan).

2000 buscou dar espaço para atores até então subalternizados, por meio da incorporação do popular e do imaterial, e de sua paridade com as culturas já fortemente legitimadas pela lista de bens materiais.

Em 2007, foi iniciado o Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH), terceiro grande programa federal de financiamento para a área do patrimônio cultural (conforme dados apresentados no **APÊNDICE A**). E, em 2009, ocorreram várias outras ações na área:

1. O plano de capilaridade do IPHAN foi concluído: os últimos Estados receberam suas superintendências. Assim, “[...] As superintendências passaram a ter um território mais delimitado sob sua jurisdição, permitindo melhor planejamento de ações, melhoria na capacidade fiscalizatória, maior aproximação da população e maior foco na documentação do patrimônio local” (PORTA, 2012, p. 92). Ou seja, a partir de então, o trabalho do IPHAN pode ser mais homogêneo, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, pouco documentadas, desafiadoras por sua extensão e dificuldades de transporte.
2. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹⁹ foi criado em resposta ao registro imaterial (2000), tendo alicerce no item da Constituição de 1988 que incentiva outras formas de acautelamento e preservação para além do tombamento (art. 216, § 1º). O INRC permite a proteção de uma ampla diversidade de bens e já foi utilizado em quase todos os Estados brasileiros (apenas RO e RR não realizaram INRC). São exemplos dos 124 bens documentados via INRC: Ayahuasca - Mapeamento Documental (AC); Referências Culturais da Mandioca e Taipa (AL); Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA); Lugares de Culto de Matrizes Africanas e Afro-Brasileiras (DF); e Cerâmica do Candeal (MG).
3. O programa Casas do Patrimônio foi criado para aproximar o IPHAN da população e diversificar o uso de seus espaços. Sedes estaduais e escritórios técnicos foram convertidos em espaços de atividades relacionadas ao patrimônio (PORTA, 2012, p. 74).
4. A Paisagem Cultural foi instituída como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores [...]” (IPHAN, s.d.c, s.p.). A Chancela é o instrumento mais complexo do IPHAN, envolvendo plano de gestão com a participação do poder público, dos proprietários dos bens, da sociedade civil e da iniciativa privada, para a manutenção dos valores simbólicos e prevendo formas de financiamento das Paisagens chanceladas (instrumento que será mais bem descrito no subitem 3.3 Chancela da Paisagem Cultural).

¹⁹ INRC e o Registro dos bens imateriais são tratados em detalhes nos subitens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e REF_Ref91565952 \h 3.2 Registro de Bens Imateriais. Ver lista completa dos trabalhos de INRC realizados em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/681>. Acesso em: 20 Jul. 2021.

Em 2010, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) foi implementado para acautelamento das línguas faladas no Brasil (estimadas em mais de 250), incluindo povos indígenas, comunidades afrodescendentes e descendentes de imigrantes (IPHAN, s.d.a, PORTA, 2012, p. 46).

Na próxima página, é apresentado organograma do ano de 2021 (**Organograma 3**), elaborado com base em documento encaminhado pelo IPHAN e revisado por algumas unidades. A estrutura organizacional atual do IPHAN está embasada no Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 92, de 2012, incluindo as 27 superintendências criadas entre os anos de 1937 e 2009²⁰. A criação de uma superintendência em cada estado brasileiro reflete a busca por descentralização da instituição, iniciada na década de 1970. Com a recuperação da defasagem do quadro de funcionários, espera-se que essa expansão territorial do IPHAN possibilite um olhar mais apurado sobre os estados com menos bens tombados, que recentemente receberam uma superintendência.

Nesse período também ocorreu a diversificação do quadro funcional do IPHAN por meio de concursos públicos. Em 2005, o primeiro concurso do IPHAN em mais de 20 anos, ofertou 148 cargos e iniciou a recomposição do quadro de funcionários após a dissolução do sistema Sphan/Pró-Memória, em 1990. Contudo, 25% dos ingressados desistiram dos cargos devido aos baixos salários (PORTA, 2012). Em 2009, outro concurso ofereceu 187 vagas. Em 2015, foi realizado processo seletivo simplificado para a contratação de 48 arqueólogos, “devido ao aumento transitório do volume de trabalho no âmbito do licenciamento ambiental” (IPHAN, 2009).

No final de 2017, a então presidente do IPHAN, a historiadora brasileira Kátia Bogéa, veio a público para relatar o estado crítico da instituição: havia a possibilidade de fechamento por falta de recursos humanos e financeiros. Segundo ela (*apud* ALESSANDRA, 2017), o IPHAN tinha 516 cargos vagos e um contingente de 678 servidores distribuídos entre a Sede (com toda a estrutura administrativa central do órgão), as 27 Superintendências Estaduais e os 28 Escritórios Técnicos. Considerando as 480 aposentadorias previstas para 2018 e 2019, a instituição ficaria com um quadro de apenas 198 servidores. No final de 2017, foi liberado orçamento para concurso público em 2018, para provimento das vagas ociosas. Devido a negociações com o governo pela liberação do concurso, em 2018, foram publicadas apenas 411 vagas no Diário Oficial da União (BRASIL, 2018), sendo o terceiro concurso público de cargos efetivos da história da instituição. Contudo, como aponta Di Lello (2022), ocorreu evasão de metade do corpo técnico contratado após o processo seletivo de 2018, por conta dos baixos salários em comparação com outras instituições e mesmo com a carreira de docência universitária.

²⁰ Veja evolução da irradiação do IPHAN no APÊNDICE B.

A **Tabela 1**, na próxima página, apresenta o quadro de funcionários do IPHAN, comparando dados dos anos 2016 e 2020. Predomina a diversificação profissional pela incorporação de Analista de Infraestrutura, Cartografia / Geografia, Ciências Biológicas e Relações Internacionais. Além disso, o aumento de profissionais de Antropologia / Ciências Sociais (+95%), Arqueologia (+178%), Comunicação Social (+1000%) e História (+31%). Mesmo assim, ainda há a hegemonia de arquitetos, provavelmente, pela constituição do estoque patrimonial majoritariamente edificado. Também cabe apontar que administração / planejamento / gestão é a segunda área mais presente; e, em 2020, se equipara à área de Arqueologia.

Tabela 1. Área de atuação dos técnicos de nível I do IPHAN (2016 e 2020)

Área de atuação	2016	%	2020	%	Diferença
Administração + Planejamento + Gestão	65	20	64	13,4	-1
Analista de Infraestrutura	-	-	5*	1,1	+5
Antropologia + Ciências Sociais	22	6,8	43	9,1	+21
Arqueologia	23	7,1	64	13,4	+41
Arquitetura e Urbanismo	87	26,8	127	26,6	+40
Arquivologia + Documentação	16	4,9	13	2,7	-3
Artes Cênicas	1	0,3	-	-	-1
Artífice + Conservação e Restauração	25	7,7	16	3,3	-9
Biblioteconomia	12	3,7	19	4,0	+7
Cartografia + Geografia	-	-	4	0,8	+4
Ciências Biológicas	-	-	1	0,2	+1
Comunicação Social	1	0,3	11	2,3	+10
Contabilidade	5	1,5	4	0,8	-1
Economia	1	0,3	1	0,2	-
Educação + Pedagogia	9	2,8	6	1,3	-3
Engenharia Agrônômica	1	0,3	2	0,4	+1
Engenharia Civil	12	3,7	21	4,4	+9
História	29	8,9	38	7,9	+9
História da Arte	4	1,2	4	0,8	-
Museologia	5	1,5	5	1,1	-
Pesquisa	2	0,6	2	0,4	-
Programação	4	1,2	4	0,8	-
Relações Internacionais	-	-	1	0,2	+1
Tecnologia da Informação	1	0,3	2*	0,4	+1
Total	325	100,0	478	100,0	153

* Cedidos de outras unidades.

Obs.: No quadro não constam todos os servidores, pois algumas descrições de cargos não continham a formação profissional. Segundo informação recebida via e-SIC, “[...] alguns cargos efetivos têm denominação genérica, sem área de atuação fixada por edital normativo. As atividades desenvolvidas pelos servidores ocupantes dos cargos efetivos, os quais não possuem área de atuação formalizada, são de responsabilidade do respectivo gestor da unidade organizacional de exercício do servidor e estão relacionadas ao perfil profissional” (IPHAN, 2021, p. 1).

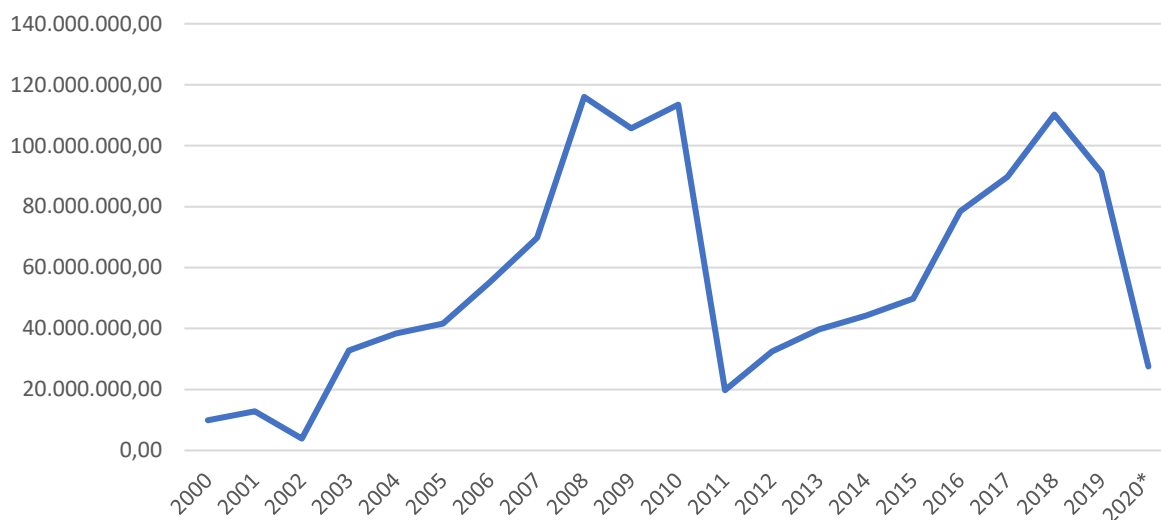
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em dados fornecidos pelo IPHAN (2017, 2021) via e-SIC.

Em relação ao estado atual do IPHAN, no período de 2000 a 2015, a área do patrimônio cultural teve grandes avanços, inclusive pelo aumento do orçamento destinado ao Instituto (**Gráfico 1 e Tabela 2**). Há 10 anos, Porta (2012, p. 95) afirmava,

Os números mostram o substancial e progressivo aumento do investimento federal na preservação do patrimônio cultural ao longo da década. Entre 2000 e 2010, o investimento federal cresceu 175% e o orçamento do IPHAN, 502%.

O orçamento do IPHAN, e não mais o investimento do Pronac, é a principal fonte de recursos da Política de Preservação do Patrimônio Cultural desde 2006. Que a instituição responsável pela política de preservação detenha a principal fonte de investimento no setor é um avanço importante. O investimento do IPHAN em ações finalísticas cresceu de R\$ 17 milhões em 2002 para R\$ 210 milhões em 2010.

Gráfico 1. Orçamento executado pelo IPHAN em ações finalísticas (2000-2020)



* Anos em que a economia mundial foi afetada pela pandemia do Coronavírus 19.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos Relatórios de Gestão do IPHAN (2000, p. 46, 2001, p. 22, 2002, p. 30, 2010, p. 43) e dados dos anos 2011 a 2020 recebidos do IPHAN (2021) via e-SIC.

Tabela 2. Orçamento executado pelo IPHAN em ações finalísticas (2000-2020)

Ano	Total das ações finalísticas (R\$)	Ano	Total das ações finalísticas (R\$)
2000	9.900.992,37	2011	19.810.529
2001	12.882.029,05	2012	32.453.061
2002	3.889.803,06	2013	39.752.728
2003	32.800.000,00	2014	44.207.353
2004	38.337.000,00	2015	49.835.582
2005	41.583.000,00	2016	78.504.549
2006	55.265.000,00	2017	89.680.489
2007	69.766.000,00	2018	110.236.742
2008	116.009.000,00	2019	91.193.902
2009	105.691.000,00	2020*	27.524.167
2010	113.485.000,00		

* Anos em que a economia mundial foi afetada pela pandemia do Coronavírus 19.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos Relatórios de Gestão do IPHAN (2000, p. 46, 2001, p. 22, 2002, p. 30, 2010, p. 43) e dados dos anos 2011 a 2020 recebidos do IPHAN (2021) via e-SIC.

Contudo, o cenário financeiro da instituição mudou drasticamente já em 2011. Politicamente, em 12 de maio de 2016, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (PMDB) assinou Medida Provisória de reestruturação ministerial que incluía a conversão do Ministério da Cultura (MinC – órgão ao qual o IPHAN estava ligado) em Secretaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O desmantelamento desses dois grandes órgãos federais ligados à Cultura gerou uma série de protestos de artistas e da sociedade em geral. Nove dias depois, Temer foi obrigado a anunciar a revogação da extinção do MinC.

Sobre a trajetória do IPHAN sob o mandato de Jair Bolsonaro, que assumiu a Presidência em 2019, a nota publicada pelo Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, em meados de dezembro de 2021, apresenta um resumo sucinto:

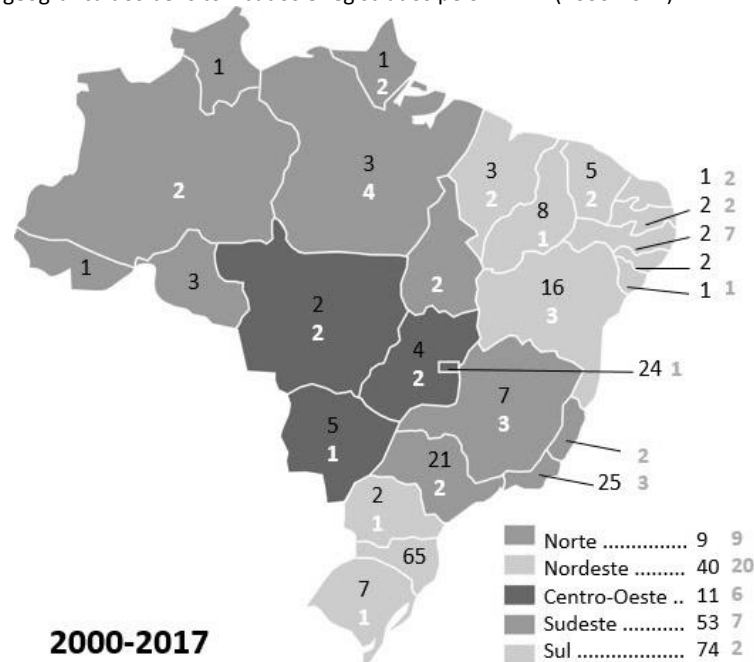
No segundo semestre de 2019, o Governo Federal precipitou a exoneração de diversos gestores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de diversos importantes cargos, culminando no desligamento da presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, em dezembro daquele ano. O que seria uma substituição natural decorrente da troca de governos, porém, aos poucos se configurava como parte de uma iniciativa de desmonte das políticas de preservação de nosso Patrimônio Cultural Nacional. Diversos desses gestores eram substituídos por agentes públicos sem qualquer formação ou experiência na área.

Em pronunciamento público na última semana [, no dia 15 de dezembro de 2021], o presidente da República assumiu explicitamente que desconhecia o IPHAN, e que ordenou seu desmonte motivado por interesses particulares de um de seus apoiadores:

“Há pouco tempo tomei conhecimento de uma obra de uma pessoa conhecida, o Luciano Hang, que estava fazendo mais uma obra e apareceu um ‘pedaço de azulejo’ durante as escavações. Chegou o IPHAN e interditou a obra. Liguei pro ministro da pasta (responsável pelo IPHAN), e perguntei ‘que trem é esse?’ Porque eu não sou tão inteligente como meus ministros. ‘O que é IPHAN, com PH?’ Explicaram para mim, tomei conhecimento, ‘ripei’ todo mundo do IPHAN. Botei outro cara lá, o IPHAN não dá mais dor de cabeça pra gente” (FÓRUM, 2021, p. 1).

Em relação à atualização do órgão, nesse período de 2000 a 2017, foram tombados 187 bens materiais e registrados 41 bens imateriais (**Figura 3**). Além disso, foram inaugurados novos instrumentos de proteção: 124 Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC) foram realizados e 20 estão em andamento; e foram realizados 9 Inventários Nacionais da Diversidade Linguística (INDL). Os INRC estão distribuídos geograficamente da seguinte maneira: seis no Distrito Federal, onze no Centro-Oeste, 16 no Sul, 31 no Norte, 33 no Sudeste, e 47 no Nordeste. Enquanto isso, os INDL estão distribuídos um na região Nordeste, dois no Centro-Oeste e no Sul, e três na região Norte (1-AM, 1-PA, 1-PB, 1-RO, 2-MT, 2-SC).

Figura 3. Distribuição geográfica dos bens tombados e registrados pelo IPHAN (2000-2017)



Legenda: Números pretos: bens materiais tombados; Números brancos: bens imateriais registrados.

Observação: Bens imateriais podem pertencer a mais de um estado.

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base na lista de Bens tombados e com processos em andamento (IPHAN, 2018).

Em 1999, a maior concentração de bens materiais tombados encontrava-se no Rio de Janeiro (21%), em Minas Gerais (20%) e na Bahia (17%). Ao analisar a lista em 2017, tais estados continuavam concentrando a maior parte dos bens tombados: Rio de Janeiro (20%), Minas Gerais (17%) e Bahia (15%). Nesse período, os estados com maior número de tombamentos foram: Santa Catarina com 65 bens provenientes do inventário da imigração alemã, Rio de Janeiro com 25 bens, Distrito Federal com 24 bens, São Paulo com 21 bens e Bahia com 16 bens.

Em relação à participação das comunidades locais, vinha crescendo o número de consultas públicas realizadas pelo IPHAN, incluindo a Política de Patrimônio Cultural Material. E cabe ressaltar a experiência do levantamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira²¹, entre os anos de 2007 e 2009. O trabalho foi contratado e supervisionado pela Superintendência do IPHAN em São Paulo e contou com etapa de cartografia social como metodologia de levantamento patrimonial, realizada pela arquiteta e historiadora brasileira Flávia Brito e pela geógrafa brasileira Simone Scifoni. Contudo, esse é um exemplo isolado.

Cabe salientar ainda que, no final de 2017, o IPHAN lançou o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), uma plataforma digital de centralização e disseminação de informações sobre o patrimônio reconhecido pelo IPHAN, que será esmiuçada no item 6.3 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Como aponta Porta (2012, p. 75),

A difusão de conhecimento sobre o patrimônio cultural começa a ser tratada pelo IPHAN como ação estratégica, por seu potencial educativo e por ser um elemento de sensibilização da sociedade e de seus parceiros. Acervos digitais possuem maior abrangência por seu baixo custo e facilidade de acesso.

Mesmo com a disseminação e incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano, atualmente, “O patrimônio cultural brasileiro não é divulgado de maneira ampla e facilitada e as dúvidas da população demoram a ser respondidas pelos meios oficiais. [...]” (SOSTER; LUCENA; BARROS, 2018, p. 1). Dessa forma, a iniciativa de criação de uma base de dados pública e georreferenciada sobre os trabalhos do IPHAN constitui um passo importante para a transparência de informações da instituição e sua aproximação com a população.

1.4 Considerações do Capítulo

O primeiro período (1936-1967) foi marcado por uma continuidade administrativa rara em órgãos federais (SANT’ANNA, 2015): dos profissionais, de uma noção específica de patrimônio e nem se cogitava a participação cidadã e a possível existência de demandas populares. O patrimônio histórico e artístico nacional era material, principalmente arquitetônico, cuja importância era detectada pelos técnicos do IPHAN e representava o Brasil que se queria apresentar para o exterior. Apesar da limitação do conceito de patrimônio e da lista de bens tombados, é preciso reconhecer a importância desse

²¹ O trabalho será analisado em profundidade no subtítulo 4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira.

período por ser o início da ação prática relacionada à preservação do patrimônio brasileiro, quando muitos bens foram protegidos via tombamento.

Diante da massiva atuação do IPHAN nesse período, surgiram questões importantes. Como afirmou Soeiro, em seu discurso de posse em 1968, (apud AZEVEDO, 2017, p. 47), “[...] Entre 1953 e 1967, o número de tombamentos havia se multiplicado por cinco, enquanto as verbas para conservação e restauração, deflacionadas, haviam encolhido para um terço da dotação de 1953 [...]”. Nesse contexto, era preciso uma renovação de diretrizes, que foi trabalhada com afinco por Soeiro em sua gestão, durante os doze primeiros anos do segundo ciclo proposto por esta Tese.

Como apontam vários estudiosos (CHUVA, s.d.; FONSECA, 1997), a partir da década de 1980, abriu-se o leque de possibilidades de bens a patrimoniar devido ao deslocamento do lugar do observador que agora era múltiplo, devido ao conceito de referência cultural, e por entender-se que a atribuição de valor de patrimônio cultural é um campo de negociação.

[...] mudam os sujeitos que atribuem valor: o especialista, capaz de desvendar/revelar o valor em si dos bens, deve ser deslocado para, como especialista, conhecer as diversas falas e interpretações acerca do bem e inventariar os diferentes saberes a seu respeito, a começar pelos próprios sujeitos produtores e/ou diretamente envolvidos com a vida e a dinâmica do bem em questão.[...] (CHUVA, s.d., p. 13).

Tal abertura se deve, em parte, à renovação do IPHAN em relação a seus funcionários e, em especial, à presidência. Renato Soeiro e Aloísio Magalhães contribuíram para o fortalecimento da instituição e para a atualização dos conceitos, ações que eram tão necessárias. Inicialmente, Soeiro contribuiu com a inclusão do patrimônio natural, a modernização administrativa do IPHAN com sua transformação em instituto e a institucionalização de um regimento interno, a descentralização das ações referente ao patrimônio cultural por meio da cooperação com órgãos de outras instâncias e o uso de fontes externas de financiamento para a restauração do patrimônio edificado, como ocorreu no PCH. Em seguida, Magalhães trouxe nova abertura do conceito de patrimônio ao acrescentar a imaterialidade e frisar a interrelação com as demais dinâmicas da cidade e da sociedade.

O reconhecimento do patrimônio imaterial na Constituição de 1988 iniciou sua jornada com a contratação de do antropólogo brasileiro Augusto Arantes para a realização de estudos no interior da Bahia para a criação de instrumentos para sua proteção, que levou à criação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Foram lançadas as pedras fundamentais para a adoção de um conceito mais ampliado de patrimônio e para a maior inclusão dos diversos atores nas decisões patrimoniais; o que se refletiu nos anos da próxima fase.

Encerrando o último ciclo da trajetória do IPHAN, no dia 27 de abril de 2018, em participação no II Seminário Científico do Icomos Brasil, o arquiteto brasileiro e então vice-presidente do IPHAN Andrey Rosenthal Schlee fez um balanço numérico do patrimônio cultural brasileiro protegido:

- 1.264 bens materiais tombados;
- 41 bens imateriais registrados;
- 26.409 sítios arqueológicos cadastrados;
- 590 bens remanescentes da extinta Rede Ferroviária Federal SA;
- 7 línguas inventariadas;
- 87 conjuntos urbanos, compostos por 78 mil bens em centros históricos; e
- 590 mil bens, se considerados os acautelados por áreas de entorno²².

Em relação a esses números, Marins afirma que,

Houve um esforço considerável na primeira década do século XXI no sentido de dilatar o que então passou a ser chamado de "estoque patrimonial" do IPHAN no que tange aos bens edificados. Entre 2000 e 2010, a região Sul foi a campeã de nomeações, com 34% dos tombamentos, seguida do Sudeste com 28%, do Centro-Oeste e do Nordeste empatados com 17%, e da região Norte com 3% (PORTA, 2012, p. 51). Entre 2011 e 2015, o Sul foi novamente o privilegiado, com 57% dos tombamentos, seguido mais uma vez pelo Sudeste com 22%, o Nordeste com 15%, o Centro Oeste com 3% e a região Norte com 1%. [...] (MARINS, 2016, s.p.).

Contudo, mesmo uma maior distribuição geográfica dos bens materiais tombados nesse período, a balança ainda não foi alterada: a longa política dos anos iniciais ainda perdura. E a mesma distribuição geográfica acomete o patrimônio imaterial, que deveria trazer novas perspectivas para o IPHAN.

Schlee (2018) também apontou os esforços de resistência da instituição diante da difícil situação atual, em que o IPHAN vem sendo jogado em um estado de precariedade. O que incluía a redução de verbas para a instituição, o esvaziamento de seu quadro de funcionários, como apontado pela presidente Kátia Bógea em 2017, e uma cultura institucional interna que fazia com que se priorize a manutenção das normas à preservação do patrimônio. O cenário ficou ainda pior nos anos 2020, incluindo a indicação de pessoas sem qualificação adequada para cargos importantes, além da alta carga de estresse dos funcionários diante de constantes mudanças e ameaças ideológicas.

Portanto, os três recortes temporais adotados nesse capítulo permitiram a delimitação de diferentes estratégias políticas adotadas pelo IPHAN ao longo de sua atuação. Nos anos iniciais (1937-1967), o tombamento foi utilizado extensivamente por ser o único instrumento de preservação do patrimônio, que se configurava apenas em bens materiais, identificado pelo Decreto-Lei nº 25 como aqueles memoráveis e excepcionais. Nos anos intermediários, a Constituição Federal de 1988 firmou o trabalho que vinha sendo realizado para abertura do IPHAN no sentido de ampliar o conceito de patrimônio para além da excepcionalidade e da monumentalidade. Ocorreu a inclusão do patrimônio imaterial e a indicação da necessidade de um trabalho conjunto entre órgãos governamentais e comunidades locais. A partir de 2000, foram aprovados instrumentos e estabelecidos conceitos que

²² Além disso, 336 instituições de pesquisa e guarda; 11.926 mil projetos de pesquisa autorizados (1991-2017); 149 processos de salvaguarda em andamento; 39 processos de registro em andamento; 160 projetos do Inventário Nacional de Referências Culturais concluídos; 140 ações de apoio e fomento por meio do edital do PNPI (IPHAN, 2018).

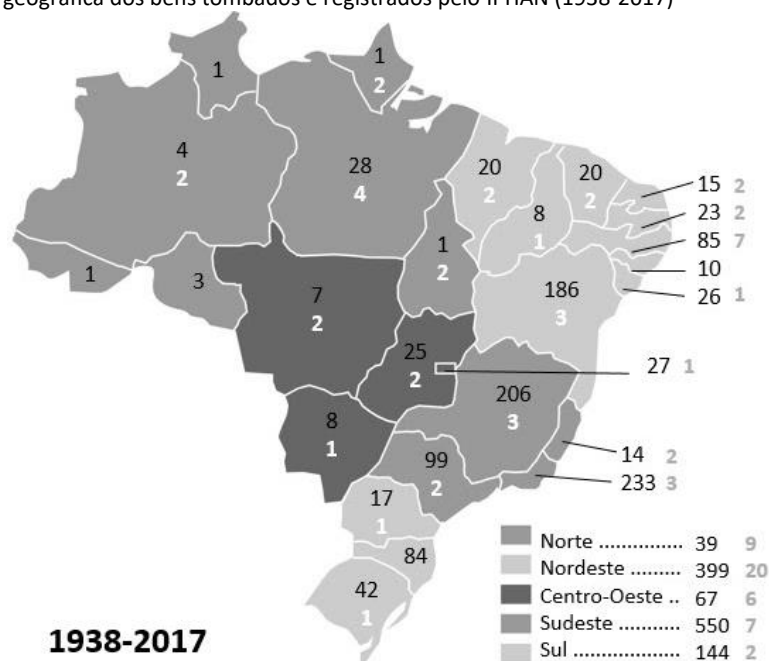
ampliaram e diversificaram as possibilidades e a abrangência do patrimônio cultural. As ações foram mais numerosas durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e foram fruto de uma conjuntura sociopolítica que vai além da Presidência da República.

Cada orientação institucional em nível nacional e dentro do IPHAN contribuiu para o estado atual do órgão, do conceito e do estoque patrimonial no Brasil. Desde influência no número de vagas e, conseqüentemente, a irradiação do IPHAN; passando pela quantidade de levantamentos, o tipo de bem e o território nacional representado; até a inclusão das comunidades ou não nos processos. E o andamento das políticas na área do patrimônio cultural também é influenciado fortemente pelas políticas nacionais, conforme a Cultura esteja incluída nos planos e a ela seja destinada parte menor ou maior do orçamento nacional.

Percebeu-se que os bens tombados ao longo da história do IPHAN ainda são distribuídos desigualmente no território nacional (**Figura 4**) e reforçam certas identidades nos estados.

Nenhum terreiro fora do Nordeste foi objeto de tombamento até 2015 [...]. A presença de imigrantes no Norte, no Nordeste e sobretudo no Sudeste é eclipsada por uma priorização da região Sul, percebida e protegida como o lócus privilegiado do imigrante, tido tradicionalmente pelo ideário modernista do IPHAN como estrangeiro (MARINS, 2016, s.p.).

Figura 4. Distribuição geográfica dos bens tombados e registrados pelo IPHAN (1938-2017)



Legenda: Números pretos: bens materiais tombados; Números brancos: bens imateriais registrados.

Observação: Bens imateriais podem pertencer a mais de um estado.

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base na lista de Bens tombados e com processos em andamento (IPHAN, 2018).

Tal distribuição desigual do patrimônio acautelado reflete o que a arqueóloga australiana Laurajane Smith (2006) chama de discurso autorizado do patrimônio cultural: um conjunto de práticas sociais e culturais histórica, institucional e politicamente dominantes que excluem o patrimônio que não se encaixa em sua concepção. A arquiteta brasileira Lia Motta (1987) confirma em outras palavras,

[...] A escolha de um determinado patrimônio, assim como as opções para seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento (MOTTA, 1987, p. 260).

No Brasil, o discurso autorizado produziu uma lista de bens materiais de grande homogeneidade: 88,6% de bens arquitetônicos e 31,5% de cunho religioso católico (SOSTER; PRATSCHKE, 2017). Essa escolha tem consequências sobre a expressão da identidade social e cultural, em especial porque as comunidades locais não se veem representadas no patrimônio acautelado. Nas palavras de Marins,

O desafio de incluir as referências patrimoniais dos "diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" reconhecidos pela Constituição de 1988 permanece. Longe de estarmos numa situação em que o "abuso monumental", a "banalização do patrimônio" ou a "inflação patrimonial" (Debray, 1999; Heinich, 2009) possam ser aqui cogitadas, os 1.195 bens tombados no Brasil e os 38 bens registrados apenas começaram a cumprir a missão de representar a complexidade do país. (MARINS, 2016, s.p.).

Smith ainda menciona que, para a conformação e manutenção desse discurso autorizado, vão sendo criadas intencionalmente “[...] barreiras significantes para a negociação pública ativa sobre o significado e a natureza do patrimônio, e os papéis social e cultural que ele deve desempenhar [...]” (SMITH, 2006, p. 44, tradução nossa²³). O que pode ser visto claramente na trajetória do IPHAN com a não abertura da instituição à participação das comunidades locais nos processos relacionados ao patrimônio cultural. O atual direcionamento do registro imaterial, que inclui a escuta das comunidades locais e o planejamento da manutenção física e simbólica dos bens, contrasta com a função centralizadora e esclarecedora assumida pelo IPHAN, “[...] que tradicionalmente se postavam no dever de apontar a importância dos legados patrimoniais aos cidadãos ignorantes ou agressores de seus legados culturais. [...]” (MARINS, 2016, s.p.).

Nos próximos capítulos, busca-se analisar as engrenagens atuais do IPHAN, quem são os atores envolvidos e quais suas interações.

²³ **Do original em inglês:** “[...] significant barriers for active public negotiation about the meaning and nature of heritage, and the social and cultural roles that it may play. [...]” (SMITH, 2006, p. 44).

Capítulo 2. Fluxos mais técnicos de informação

Há mais de 30 anos reivindica-se que a preservação do patrimônio cultural seja uma atividade interdisciplinar.

Não seria este, então, o momento de se começar a praticar institucionalmente essa ideia?

[Marcia Sant'Anna, 2017, p. 102]

Este capítulo está dividido em quatro partes. A introdução do capítulo (**2.1 Complexidade de um sistema**) apresenta brevemente as teorias que embasam a análise dos processos do IPHAN. Atores, políticas, processos e produtos são apontados em busca de um entendimento ampliado da gestão do patrimônio cultural realizada a nível federal. O subcapítulo **2.2 Processos simplificados** apresenta dois processos bastante simplificados devido a características inerentes aos patrimônios a que dizem respeito: o cadastro dos bens arqueológicos e a valoração do patrimônio cultural ferroviário. O subcapítulo **2.3 Tombamento de Bens Materiais** trata do processo de tombamento de bens materiais, que é realizado desde os primórdios da atuação do IPHAN e teve seu fluxo de informação definido na década de 1980 (a atualização está em andamento desde 2018). E, ao final (**2.4 Considerações do capítulo**), são apresentadas considerações deste capítulo.

Este capítulo analisa os instrumentos de acatamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) alinhados com o lema do advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade “Conhecer para preservar”. Para tanto, os instrumentos do IPHAN são apresentados em seu contexto político e definição. Além disso, o fluxo da informação entre o pedido de proteção e a denegação ou inscrição é analisado. Discutem-se atores, processos e produtos, além de políticas envolvidas na ampliação da participação cidadã na área. Portanto, os processos do IPHAN são analisados em sua constituição sistêmica em busca de entraves às interações necessárias para o trabalho conjunto dos diversos atores sociais que deveriam estar envolvidos.

Os fluxogramas apresentados foram desenhados no modelo “diagrama de raia”, que é montado com divisões como as de uma piscina. Dentro de cada raia, são posicionados as etapas e os documentos de responsabilidade de um setor específico, identificado no cabeçalho localizado no canto esquerdo do fluxograma. Para ler o fluxograma, procura-se pelo símbolo de início (O - círculo branco) e seguem-se as setas para os próximos passos. Em cada fluxograma, há uma legenda que identifica o que cada símbolo representa. O diagrama mostra as conexões, a comunicação e as entregas entre estas raias, e frequentemente é utilizado para analisar desperdícios, redundâncias e ineficiências em um processo.

2.1 Complexidade de um sistema

No século XX, surgiram diversas metateoria que tiveram o papel de sugerir formas de organização da informação e de comunicação no contexto tecnológico-social em alteração. Uma dessas teorias, a Complexidade, interessa em específico para a discussão aqui proposta por suas contribuições para pensar a participação entre atores, com a discussão de processos e interações. O Pensamento Complexo, formulado em 1970, pelo antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin (2005 [1970]), propõe SISTEMA como um conjunto de elementos interconectados em um todo organizado. O sistema é caracterizado pelas interações e processos entre seus elementos, assim o TODO vai além da soma das partes. Para explicar sua premissa, Morin apresenta o exemplo da tapeçaria:

Imaginemos uma tapeçaria contemporânea. Ela comporta fios de linho, seda, algodão, lã, de cores variadas. Para conhecê-la, seria interessante conhecer as leis e princípios relativos a cada uma dessas espécies de fio. Contudo, a soma dos conhecimentos sobre cada tipo de fio que compõe a tapeçaria é insuficiente para conhecer essa nova realidade que é o tecido (ou seja, as qualidades e propriedades dessa tessitura). É também incapaz de nos auxiliar no conhecimento da sua forma e configuração (MORIN, 1986 *apud* NASCIMENTO, 2008, p. xxxi).

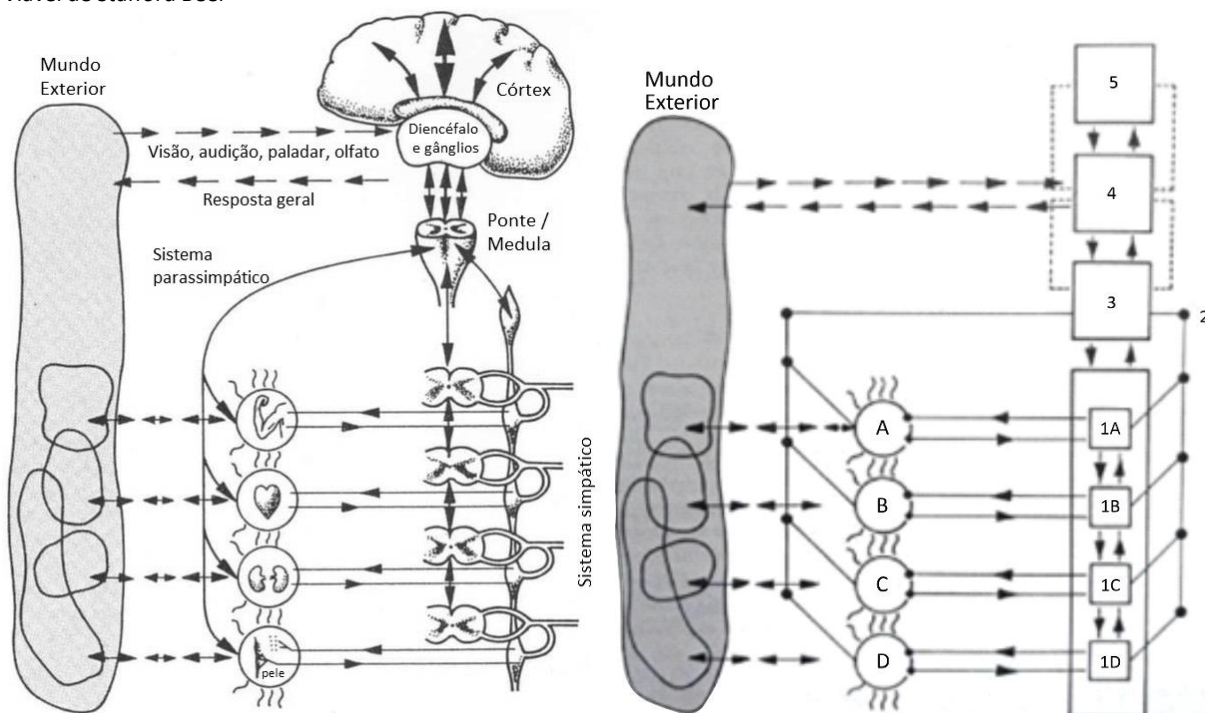
A partir da observação, Morin (1990) indica as três etapas da Teoria da Complexidade. A primeira etapa indica que os conhecimentos simples relacionados aos elementos (no caso, as propriedades de cada material que compõe os fios) não são suficientes para conhecer as propriedades do conjunto (a tapeçaria). Portanto, “o todo é mais do que a soma de suas partes” (MORIN, 1990). A segunda etapa revela que as qualidades de cada elemento (os fios) não são expressas em sua plenitude ao fazerem parte do todo (a tapeçaria). “O todo é menor do que a soma de suas partes” (MORIN, 1990). E a terceira etapa indica que os elementos (os fios) seguem determinada organização (cuja lógica é indicada por um ator que está fora da materialidade da tapeçaria – a talagarça) a fim de contribuírem para o conjunto (a tapeçaria). Portanto, “o todo é maior e menor do que a soma de suas partes” (MORIN, 1990).

Nesta tapeçaria, como na organização, os fios não estão dispostos ao acaso. Estão organizados em função da talagarça, de uma unidade sintética em que cada parte concorre para o conjunto. E a própria tapeçaria é um fenômeno perceptível e cognoscível, que não pode ser explicado por nenhuma lei simples. (MORIN, 1990, p. 103-104).

Ou seja, todo conjunto possui uma forma de organização, que indica os papéis de seus elementos, mas não explica o todo do sistema e da atuação desses elementos. Dando um passo para trás e buscando a base da Teoria da Complexidade, tem-se três pilares estruturais, como mencionado na introdução: a Teoria de Informação (Shannon e Weaver, 1948), a Teoria Geral de Sistemas (Bertalanffy, 1950) e a Cibernética (Wiener, 1948). E, dentro desta última teoria, tem-se um sistema organizacional amplamente usado para análise da organização de empresas: o Modelo de Sistema Viável (em inglês, *Viable System Model* - VSM). Esse modelo foi desenvolvido nos anos 1970, pelo administrador e ciberneticista britânico Stafford Beer, especializado em pesquisa operacional e gestão cibernética de

segunda ordem. Para desenvolver o sistema, Beer comparou uma organização com o sistema nervoso humano (**Diagrama 6**), por considerá-lo um sistema viável completo e flexível. E porque tal comparação facilita o entendimento, já que todos têm um corpo e, assim, a percepção de suas características é fácil (BEER, 1981)²⁴.

Diagrama 6. Sistema nervoso humano (à esquerda) e estrutura de uma organização (à direita) segundo o Modelo de Sistema Viável de Stafford Beer



Fonte: Beer (1981, p. 130-131, tradução nossa).

Os sistemas do **Diagrama 6** são lidos de baixo para cima, do que seria o “chão de fábrica” em direção à “diretoria”. Hierarquicamente, o nível 5 é o de maior poder pois decide o propósito do corpo humano (cérebro) ou da instituição. Aplicando esse modelo para a estrutura organizacional do IPHAN (**Quadro 2**), o nível mais alto é desempenhado pela Presidência do IPHAN (função de confiança indicada pelo Presidente da República), que indica os Diretores de Departamentos e os Superintendentes Estaduais (**Organograma 4**, na próxima página).

Quadro 2. Correlação entre os níveis do Sistema Nervoso Humano, do Modelo de Sistema Viável e do IPHAN

	Nível	Sistema Nervoso Humano	Estrutura organizacional	IPHAN
	5	Córtex cerebral	Política (propósito)	Presidência do IPHAN
	4	Hipotálamo	Estratégia (futuro)	Departamentos
Leitura ↑	3	Medula	Controle (agora)	Coordenações-Gerais
	2	Sistema simpático	Coordenação	Superintendências
	1	Órgãos	Operações	Outros setores

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

²⁴ Os diagramas de Beer são apresentados para um entendimento geral de sua teoria, já que seu aprofundamento demandaria uma Tese em si. A análise de Beer foi aprimorada ao longo das décadas, conforme aumentava sua experiência em consultoria empresarial. Dessa forma, o Modelo de Sistema Viável (VSM – do inglês *Viable System Model*) foi atualizado três vezes: *Brain of the Firm* (Beer, 1972), *The Heart of Enterprise* (Beer, 1979) e *Diagnosing the System for Organizations* (Beer, 1985). Por isso, as diferentes datas nos diagramas apresentados.

indicados diretamente pela Presidência da República (em descumprimento ao regimento interno do IPHAN). Dessa forma, o viés político das indicações é contundente e influencia mais profundamente as políticas nacionais da área. O diagrama e o quadro de competências a seguir apresentam parte das decisões influenciadas pela Presidência da República na atualidade.

Quadro 3. Interrelação das políticas com foco na contribuição para o patrimônio cultural

Órgão (Sigla)	Atribuição	Exemplos de influência no patrimônio cultural
Presidência da República	Diretamente relacionadas: > Organizar a estrutura executiva nacional, incluindo reorganizar os Ministérios e suas unidades	> política geral do IPHAN > indica a Presidência do IPHAN > indica o Advogado-Geral da União (que influencia a PF / IPHAN) > indica o Controlador-Geral da União (que influencia a Auditoria Interna do IPHAN)
Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Agronegócio	> patrimônio natural > paisagem cultural
Cidadania (MC)	Esporte e desenvolvimento social	> consciência cidadã
Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)	Ciência e tecnologia	> pesquisas e desenvolvimentos
Comunicações (MCom)	Rádiodifusão, serviços postais, telecomunicações e inclusão digital	> acesso à informação
Defesa (MD)	Marinha, Exército e Aeronáutica	> não deixar destruir por guerras
Desenvolvimento Regional (MDR)	Integração nacional, desenvolvimento regional e planejamento urbano	> planejamento regional > rotas turísticas
Economia (ME)	Fazenda; planejamento, desenvolvimento e gestão; indústria, comércio exterior e serviços; e trabalho	> viabilidade financeira > economia criativa
Trabalho e Previdência (MTP)	emprego e renda; relações do trabalho; segurança e saúde no trabalho; formação e desenvolvimento profissional; imigração; cooperativismo e associativismo	> profissionalização > cooperativas
Educação (MEC)	educação infantil; ensino fundamental, médio, superior e EJA; educação profissional, educação especial e educação à distância; pesquisa e extensão universitária; e magistério	> consciência cidadã > memória e história
Infraestrutura (MI)	trânsito e transportes	> patrimônio ferroviário e portuário
Justiça e Segurança Pública (MJSP)	arquivo nacional, direito econômico, justiça, consumidor, segurança pública, propriedade intelectual, refugiados, direitos difusos e política indigenista	> povos originários > direitos difusos > arquivo histórico
Casa Civil (CC)	gerencia e integra todos os ministérios, constitucionalidade e legalidade	> patrimônio e memória integrados às políticas
Meio Ambiente (MMA)	preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas	> patrimônio natural > paisagem cultural > patrimônio que depende de extrativismo
Minas e Energia (MME)	geologia, recursos minerais e energéticos, mineração e metalurgia	> prevenção de crimes ambientais > patrimônio natural aquático
Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)	criança, adolescente, idoso, pessoas com deficiência, negros, mulheres e LGBTQ+	> diversidade cultural > inclusão social > acessibilidade dos sítios e da informação
Relações Exteriores (MRE)	política internacional e relações diplomáticas	> cooperação internacional
Saúde (MS)	Saúde	> longevidade dos mestres
Turismo (MTur)	Turismo	> visitação > comércio > serviços
Controladoria-Geral da União (CGU)	combate à corrupção, incremento da transparência	> acesso à informação > sem desvio de verbas
Secretaria de Governo (SeGov)	articulação social e comunicação social	> acesso à informação > combate à desinformação
Secretaria Geral (SGPR)	planejamento nacional estratégico e modernização do Estado	
Advocacia-Geral da União (AGU)	representação, fiscalização e controle jurídicos	> sem desvio de verbas
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	assuntos militares e de segurança	> não deixar destruir por guerras

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Retomando o exemplo da tapeçaria, para a Teoria da Complexidade, uma instituição não pode ser entendida como um organismo unicelular. Ao contrário, é composta por indivíduos diversos, que atuam sob crenças e valores próprios, segundo sua formação profissional, política e social. Os diversos servidores e departamentos da instituição estão sob um nome único (IPHAN); o que dilui o entendimento de que as partes (departamentos e, em especial, servidores) atuam com certa autonomia. Portanto, as instituições são formadas por diversos atores (mais que o todo) que são diluídos quando a instituição é mencionada (menos que o todo). No **Organograma 4**, equivale a dizer que o retângulo que representa o IPHAN, bem como todos os retângulos que o compõem, na verdade representam vários atores com suas especialidades e individualidades.

O último apontamento trazido no exemplo da tapeçaria talvez seja o mais valioso para a análise do **Organograma 4**: a talagarça, que organiza atores, elementos e suas interações para que atuem em sinergia. Nas organizações, a política institucional (propósito geral) definida pelo ator de nível cinco é a talagarça que faz com que “os fios não estejam dispostos ao acaso” (MORIN, 1990). Esse agir em conjunto, de maneira participativa, torna as ações da instituição mais eficientes. Contudo, as ações são realizadas de forma individual (primeira etapa) e nem sempre condizem com a diretriz institucional estabelecida pela diretoria. Assim, todo o conjunto pode ser influenciado, de forma positiva ou negativa, a depender do ponto de vista do observador. Pode-se dizer que a talagarça do IPHAN foi engessada durante décadas, configurando o que a arqueóloga australiana Laurajane Smith (2006) chama de Discurso Autorizado do Patrimônio. Contudo, houve quem optasse por desobedecer a talagarça a fim de ampliar o olhar, a exemplo do designer brasileiro Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães nas ações do CNRC, que contribuíram para as discussões que embasaram a política de patrimônio imaterial no Brasil.

Como demonstram os diagramas de Beer (**Diagrama 6**), as interações internas do sistema respondem também a estímulos recebidos do exterior (como, por exemplo, mudanças no cenário político nacional). O exterior, por sua vez, pode gerar um *feedback* às ações e respostas do sistema (como, por exemplo, as tentativas de desmonte de instituições não-alinhadas ao cenário político em vigor). Assim, um sistema, seus elementos e interações também não podem ser analisados sem considerar seu exterior. Por isso, é essencial contextualizar temporal e politicamente cada um dos instrumentos de proteção do IPHAN. A análise da relação entre o IPHAN e os Ministérios (**Quadro 3**) demonstra essa noção.

Além disso, entende-se que a viabilidade e sustentabilidade do patrimônio cultural brasileiro perpassam questões como, por exemplo, a diversidade de bens que representem os diversos povos formadores da nação para, assim, ampliar-se o comprometimento da população, criando sinergia de preservação desse estoque patrimonial ampliado. A cientista da computação e ciberneticista colombiana Angela Espinosa (2015) analisou o VSM de Beer em práticas de governança, a fim de

analisar a sustentabilidade organizacional. Espinosa (2015) estipulou os seguintes aspectos necessários à sustentabilidade dos sistemas (ou seja, dos organismos e instituições):

- Coevolução com seus nichos: a instituição deve se desenvolver na mesma direção e proporção que o ambiente que a rodeia;
- Autonomia e coesão: as unidades operacionais da instituição devem ter autonomia na tomada de decisões sobre sua área específica, desde que coesas com a diretriz institucional;
- Recursividade / *Feedback*: as respostas internas e externas aos resultados devem ser consideradas para as próximas decisões e assim sucessivamente;
- Participação e reengajamento dos atores envolvidos em todos os níveis, interna e externamente.

Em termos de legislação, o IPHAN alinha sua atuação a vários desses pontos, como indica a Portaria nº 375, de 2018, que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM). Os princípios indicados pela Portaria podem ser descritos, resumidamente, como:

- Garantia de cidadania e dignidade da pessoa humana;
- Indissociabilidade entre bens acautelados e comunidades detentoras;
- Inclusão de novos significados para além do registro do passado;
- Responsabilidade Compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Colaboração e cooperação entre o Poder Público e a sociedade;
- Participação Ativa da sociedade na elaboração de estratégias;
- Gestão em Rede (instituições públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais);
- Desenvolvimento Sustentável: suprir necessidades atuais sem comprometer futuras;
- Integração entre elementos naturais e culturais;
- Direito à Cidade: usufruto equânime e inclusivo;
- Acesso Equitativo aos bens acautelados e ao meio ambiente;
- Prevenção: intervenções devem provar não serem adversas aos bens acautelados;
- Prevenção: intervenções devem ser apreciadas, acompanhadas e avaliadas;
- Reparação de possíveis danos sofridos pelos bens acautelados;
- Respeito às Diversidades locais e regionais;
- Transversalidade de todas as políticas setoriais relacionadas;
- Direito à Informação: conhecimento disponibilizado em linguagem e meios acessíveis; e
- Direito ao Controle Social das ações decorrentes da Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM).

Contudo, mesmo o IPHAN precisa adequar-se a vários desses requisitos. Tais como a digitalização dos documentos antigos para bases de dados online²⁵ (está em andamento, mas demanda muitos anos

²⁵ Por exemplo, desde 2013, está em andamento a construção de um repositório denominado Rede de Arquivos IPHAN (acervodigital.IPHAN.gov.br/xmlui). Na fase inicial, o Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, digitalizou cerca de 500 processos de tombamento e os acervos de Belém (PA), Goiás (GO), João Pessoa (PB), Lapa (PR) e do Estado de Pernambuco. "[...] Entre os documentos estão inventários, imagens, plantas, dossiês, relatórios de obras e processos de tombamento, além de rica documentação iconográfica e cartográfica. [...]" (IPHAN, s.d., s.p.).

de trabalho) e a obrigatoriedade da inserção online dos dados de novos processos (que atualmente tramitam pelo SEI e são inseridos no SICG apenas quando vão para o conselho).

2.2 Processos simplificados

Dois situações bem específicas produziram processos simplificados. A primeira trata dos bens arqueológicos, que são destruídos pelo desenvolvimento urbano, muitas vezes, antes mesmo de serem identificados. A segunda situação é ainda mais pontual. Trata-se dos bens materiais móveis e imóveis não-operacionais provenientes da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), que foram transferidos à União em troca da liquidação de dívidas e extinção da empresa.

2.2.1 Cadastro de Bens Arqueológicos

Segundo a historiadora brasileira Patrícia Xavier (2013), a excepcionalidade exigida pelo instrumento do tombamento no Decreto-Lei nº 25/1937 afetou negativamente a preservação dos sítios arqueológicos, pois somente fatos ligados à história oficial e ao passado colonial das elites eram merecedores de inscrição nos Livros do Tombo. As culturas indígena e negra, por exemplo, não eram consideradas e os técnicos do IPHAN estavam focados em parar a destruição e a perda do patrimônio edificado nacional. Dessa forma, o tombamento (criado em 1937) e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico foram ineficientes na área da Arqueologia (XAVIER, 2013).

O Cadastro de Bens Arqueológicos foi instituído em 1961, com a Lei nº 3.924, conhecida como Lei da Arqueologia ou Lei do Sambaqui²⁶. Sendo o patrimônio arqueológico:

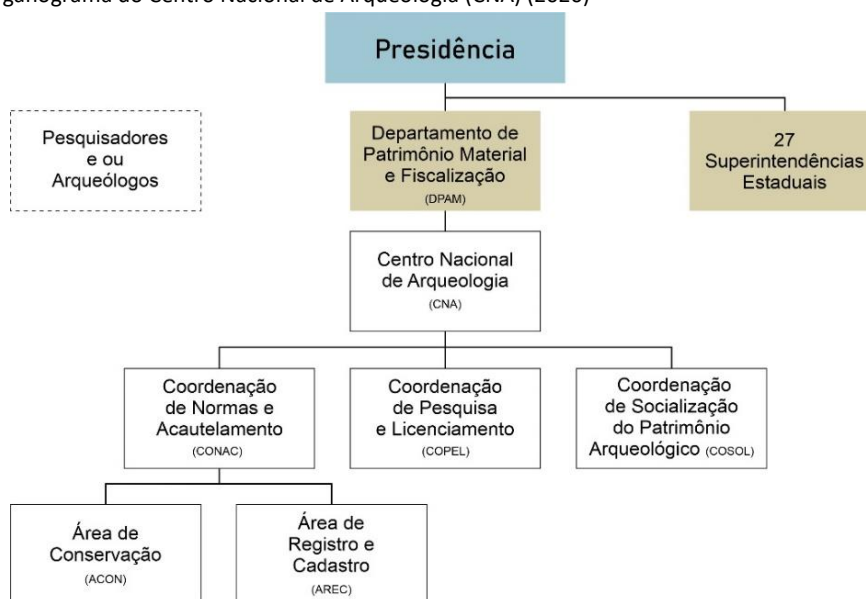
[...] sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias [...] os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; [...] os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos" [...] inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

O IPHAN (2018) o define como um instrumento de Reconhecimento (explicita valores e significação cultural dos bens) e de Proteção (tutela o patrimônio cultural) por força da lei (*ex vi legis*): basta o bem existir para que deva ser protegido (XAVIER, 2013). Por isso, o cadastro não precisa passar pela Procuradoria Jurídica nem pelo Conselho Consultivo (IPHAN, 2018).

O setor responsável pelos sítios arqueológico é o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), cujo organograma é apresentado no **Organograma 5**. Segundo a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela Portaria nº 375/2018, o processo de cadastro consiste em dois passos: um parecer técnico de aprovação e a inserção no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). O fluxo da informação é apresentado no **Diagrama de Raia 1** (na próxima página).

²⁶ Ficou conhecida como Lei do Sambaqui porque foi elaborada quando os Sambaquis, principalmente dos estados da região sul, eram fortemente ameaçados pela exploração do calcário das conchas dos casqueiros para uso na construção civil (XAVIER, 2013).

Organograma 5. Organograma do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) (2020)

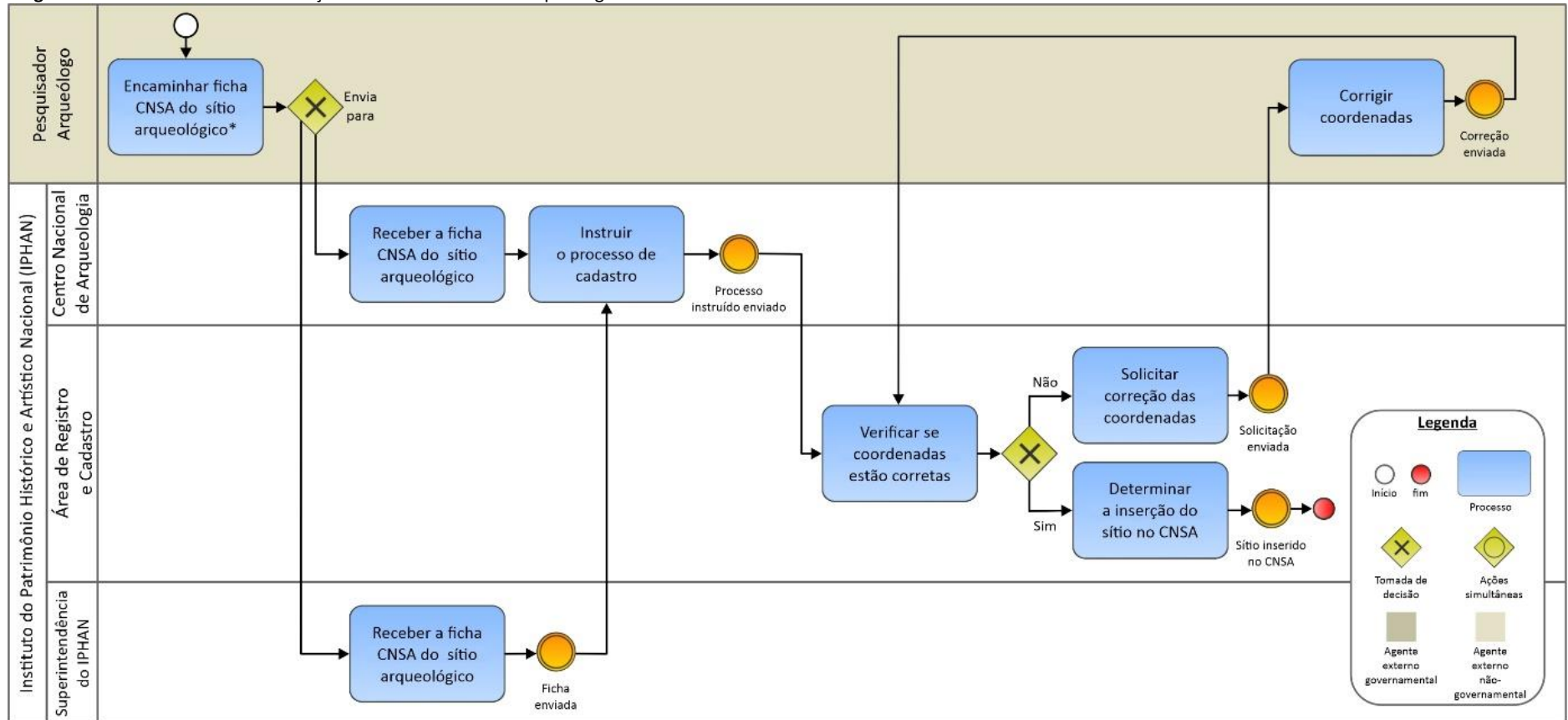


Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base no site do IPHAN e verificado pelo CNA.

De acordo com a legislação e explicação fornecida pelo CNA (BORGES, 2020), o pesquisador e ou o arqueólogo encaminham ofício de solicitação de cadastro de bem arqueológico à Superintendência do Estado em que o bem se localiza ou diretamente ao CNA, em Brasília. O CNA realiza a instrução processual e encaminha para a Área de Registro e Cadastro. Funcionário indicado vai ao local e verifica a localização do sítio. Estando correta, o sítio é inserido no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). “[...] a análise do mérito arqueológico é feita por técnico arqueólogo, geralmente consta do pedido enviado ao IPHAN para cadastro do sítio (mais comumente o sítio é identificado em Relatório, e o técnico analisa o sítio no parecer de análise desse relatório)” (BORGES, 2020).

Observa-se que a população não participa em nenhuma das etapas. O processo é realizado apenas com base em conhecimento técnico. A simplificação desse processo permitiu o cadastro de mais de 15 mil sítios. Contudo, avanços e entraves importantes foram gerados pela Resolução CONAMA n° 01/86, referente à necessidade de Avaliação de Impacto Ambiental para grandes empreendimentos. Se por um lado, a legislação beneficiou o patrimônio arqueológico ao exigir diagnóstico prévio de existência ou não de bens arqueológicos no local da obra. Por outro lado, sobrecarregou a pequena infraestrutura do IPHAN (mesmo após processo seletivo simplificado para arqueólogos, realizado em 2015), levando à desatualização da base de dados. “A falta de atualização do CNSA tem causado problemas em todo Brasil no que se refere à proteção dos sítios arqueológicos no momento de concessão de licenças ambientais. [...]” (MPF/SE, 2020, s.p.).

Diagrama de Raia 1. Fluxo da informação do Cadastro de Bens Arqueológicos no CNSA



* A ficha do CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) deve conter: 1. Localização do sítio – georreferenciamento e 2. Análise técnica do mérito arqueológico.

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base na Portaria IPHAN nº 7/1988 e em dados fornecidos pelo CNA (BORGES, 2020).

Segundo Xavier (2013), a obrigação dos empreendedores envolve diagnóstico, prospecção e resgate de objetos encontrados, incluindo análise laboratorial e guarda adequada de todo material coletado, realização de Programa de Educação Patrimonial com a comunidade do entorno e publicação dos resultados das pesquisas. A legislação buscava apoio empresarial para ampliar, modernizar e fortalecer unidades museológicas existentes ou criá-las, caso não existissem nos locais de origem dos artefatos (XAVIER, 2013). Contudo, o que se nota na prática é que:

[...] a gestão dos acervos gerados pelas pesquisas arqueológicas foi (e ainda é) um grande problema a ser enfrentado pelos vários atores envolvidos no processo de preservação: empresários, arqueólogos, IPHAN e comunidades. Grande parte das empresas de arqueologia que surgiram após as exigências da legislação ambiental, não possuía (e muitas, ainda hoje, não possuem) locais adequados para análise laboratorial, guarda e inventário do material coletado. Além disso, o propósito da arqueologia de contrato se difere, em muitos casos, da instituição acadêmica. Seu objetivo principal é desocupar o mais rápido possível o local para que a obra possa seguir seu curso, nesse sentido, muitas pesquisas propostas pela arqueologia de salvamento acabam sendo mais uma grande catalogação de peças sem um propósito científico, ou seja, sem que seja possível obter algum conhecimento dos objetos que foram resgatados. O IPHAN, por sua vez, devido principalmente ao reduzido quadro de técnicos, frente à demanda cada vez mais crescente dos processos na área de arqueologia, não tem capacidade para fiscalizar a realização de todos os procedimentos exigidos pela legislação, o que faz com que muitos artefatos estejam ilegalmente sob a guarda de arqueólogos anti-éticos, negociantes de antiguidades, das populações locais, e o que é ainda pior, amontoados em depósitos em universidades ou outros locais. (SALADINO, 2010 *apud* XAVIER, 2013, p. 50).

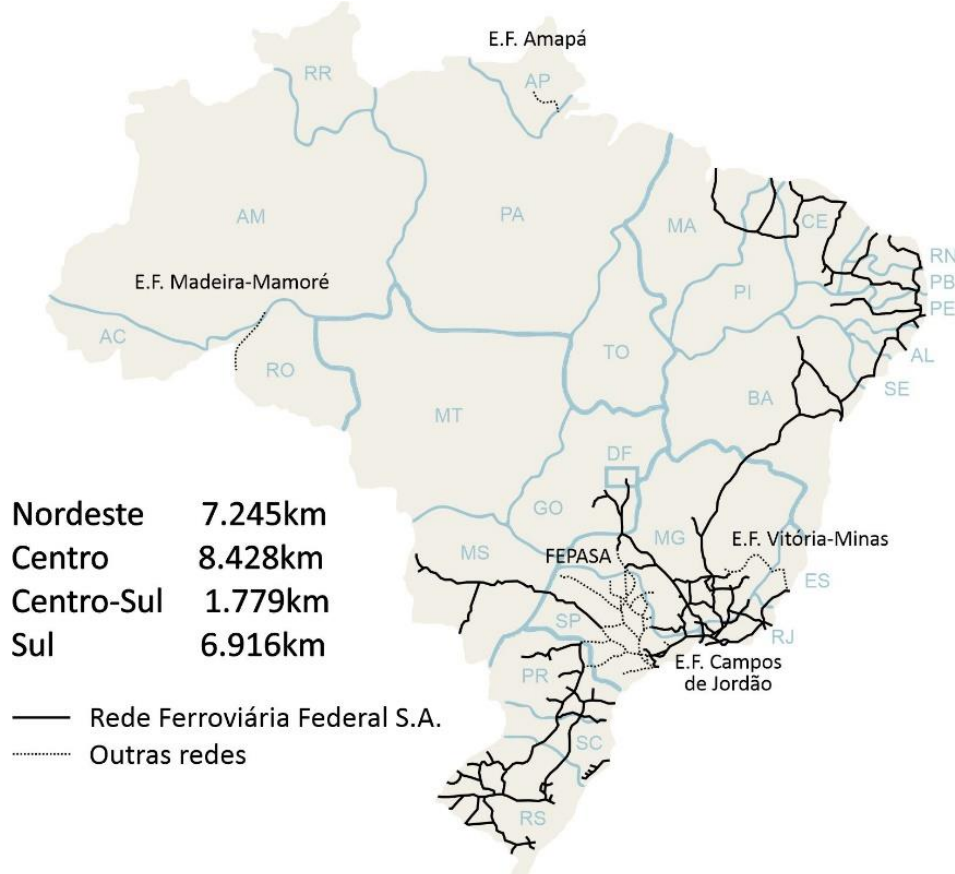
É verídico o apontamento do Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, elaborado pelo CNA em 2011:

Considerando este modelo de gestão do patrimônio arqueológico em que o papel do Estado limita-se a licenciar, a acompanhar e fiscalizar, intervindo apenas quando necessário de modo a estabelecer exigências, complementações e medidas mitigadoras e compensatórias, o IPHAN necessita de estrutura e de instrumentos mais robustos e modernos para desempenhar de forma mais adequada as suas atribuições. (*apud* XAVIER, 2013, p. 54).

2.2.2 Valoração do Patrimônio Ferroviário

A Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA) foi criada em 1957 e encerrou suas atividades contando com dezoito ferrovias regionais, que somavam 22.000 Km de linhas (**Figura 5**, na próxima página). De acordo com informações publicadas no site do IPHAN, o inventário inicial proveniente da liquidação da RFFSA continha mais de 52 mil bens imóveis e 15 mil bens móveis previamente classificados por seu valor histórico pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (Preserfe), do Ministério dos Transportes, instituição até então responsável pela gestão da RFFSA.

Figura 5. Mapa da Rede Ferroviária Federal (1974)



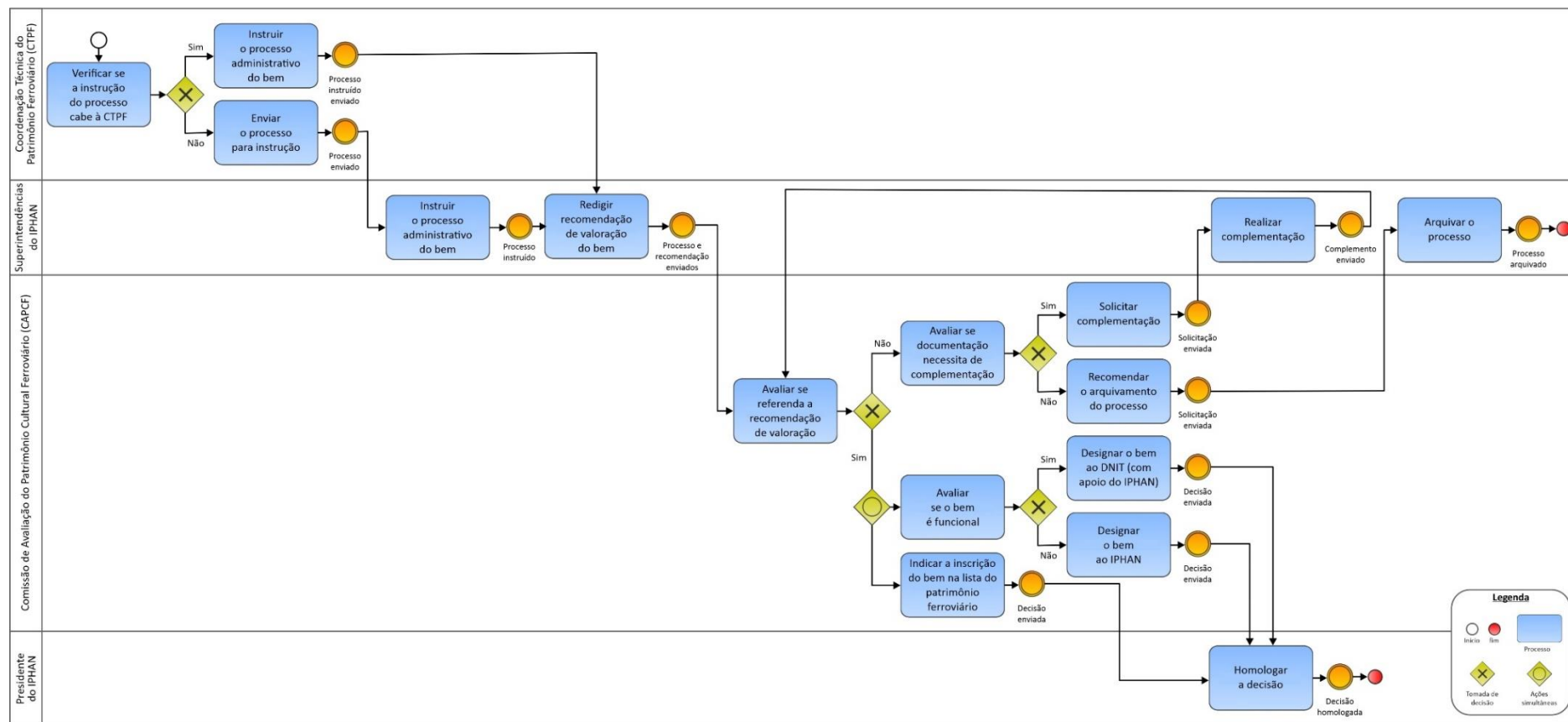
Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em mapa da RFFSA (1974).

A Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, instituiu o instrumento de reconhecimento e proteção denominado “Valoração do Patrimônio Ferroviário” e atribuiu ao IPHAN a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Desde então o Instituto avalia, dentre todo o espólio, quais são os bens detentores de valor histórico, artístico e cultural. O processo de avaliação ocorre conforme apresentado no **Diagrama de Raia 2**, apresentado na próxima página.

Os documentos administrativos foram enviados para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e os bens operacionais continuaram sob responsabilidade do DNIT, tendo parceria com o IPHAN para sua preservação. Segundo a Lei nº 11.483/2007, esse conjunto de bens é constituído de:

- I - [...] bens móveis e imóveis operacionais da extinta RFFSA;
- II - os bens móveis não-operacionais utilizados pela Administração Geral e Escritórios Regionais da extinta RFFSA, ressalvados aqueles necessários às atividades da Inventariança; e
- III - os demais bens móveis não-operacionais, incluindo trilhos, material rodante, peças, partes e componentes, almoxarifados e sucatas, que não tenham sido destinados a outros fins, com base nos demais dispositivos desta Lei.
- IV - os bens imóveis não operacionais, com finalidade de constituir reserva técnica necessária à expansão e ao aumento da capacidade de prestação do serviço público de transporte ferroviário, ressalvados os destinados ao FC [...]. (Lei nº 11.483/2007, art. 7º).

Diagrama de Raia 2. Fluxo da informação da Valoração dos Bens Ferroviários



Obs. 1: A CAPCF é presidida pelo Diretor do DEPAM/IPHAN e composta pelos Coordenadores Gerais da mesma unidade.

Obs. 2: Foram transferidos ao (DNIT):

- * bens móveis e imóveis operacionais;
- * bens móveis não-operacionais da Administração Geral e dos Escritórios Regionais da extinta RFFSA;
- * bens móveis não-operacionais não destinados a outros fins; e
- * bens imóveis não-operacionais necessários à expansão e ao aumento futuros da capacidade dos bens operacionais.

Obs. 3: Ato da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicou os imóveis considerados sem valor patrimonial e que, portanto, foram vendidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com dados da Lei n° 11.483/2007, da Portaria IPHAN n° 208/2008, da Portaria IPHAN n° 407/2010 e de Prochnow (2014).

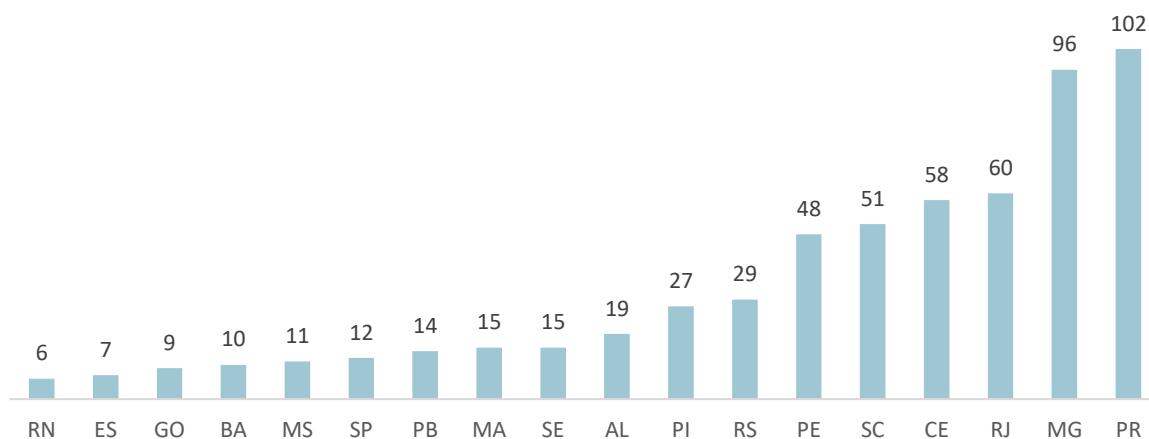
Já os bens não-operacionais foram transferidos ao IPHAN, que criou a Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário (CTPF) para avaliar o valor patrimonial e a competência de gestão de cada um dos bens. Esse segundo conjunto de bens envolve:

[...] desde edificações como estações, armazéns, rotundas, terrenos e trechos de linha, até material rodante, como locomotivas, vagões, carros de passageiros, maquinário, além de bens móveis como mobiliários, relógios, sinos, telégrafos e acervos documentais. [...] (IPHAN, s.d., s.p.).

As decisões não passam pela Procuradoria Jurídica (Profer) ou pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Para inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, instituída pela Portaria nº 407/2010, os bens são avaliados pela equipe técnica da Superintendência do Estado onde estão localizados, depois passam por apreciação da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário (CAPCF), e a decisão é homologada pela Presidência do IPHAN.

A população não participa diretamente em nenhuma das etapas. O processo é realizado apenas com base em saber técnico. Contudo, como aponta a arquiteta brasileira Vanessa Figueiredo (2014, p. 208), um dos critérios de valoração é “[...] algo inédito na prática da preservação nacional do patrimônio material: o significado dos bens em âmbito regional ou local, expresso pela forte presença do trem e seus bens correlatos na memória, no imaginário e na cultura das comunidades”. A lista disponível no site do IPHAN, atualizada em maio de 2021²⁷, conta com 589 edificações / terrenos em 18 Estados do país, distribuídos conforme **Gráfico 2**.

Gráfico 2. Distribuição do Patrimônio Cultural Ferroviário valorado pelo IPHAN, por Estado (2021)



Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base na lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN (maio de 2021).

Como mencionado pelo historiador brasileiro Ulpiano Bezerra de Meneses (2009), o uso é essencial para a conservação dos bens. E como a maioria das ferrovias está em desuso há muito tempo e parte das edificações se localizam distante de centros urbanos atuais, o patrimônio ferroviário

²⁷ Como a contagem e distribuição dos bens é a mesma da lista apresentada em novembro de 2019, depreende-se que não houve nova valoração entre dezembro de 2019 e abril de 2021.

brasileiro tem muitos bens em risco. Dos 643 bens em risco²⁸ já levantados pela equipe iPatrimônio (lista disponível em bit.ly/patrimonioemrisco), 80 são ferroviários (12.44% dos bens até o momento).

2.3 Tombamento de Bens Materiais

O Tombamento foi instituído pelo mesmo decreto que criou o IPHAN: o Decreto-Lei nº 25/1937. É um instrumento de Reconhecimento (explicita valores e significação cultural de bens materiais) e de Proteção (tutela o patrimônio cultural material) (IPHAN, 2018). A estrutura organizacional desse período inicial foi sistematizada uma década depois (Decreto-Lei nº 8534, de 1946) e é apresentada no

Organograma 6, na próxima página.

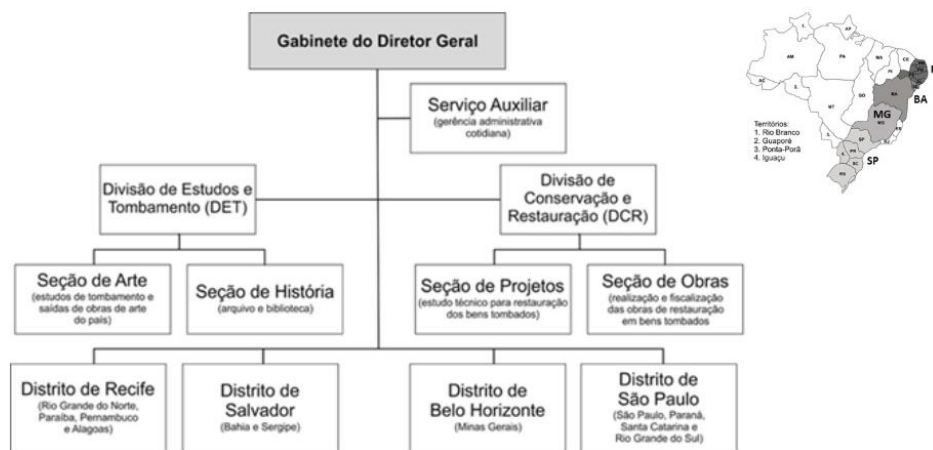
Dois divisões técnicas tratavam das ações anteriores (Divisão de Estudos e Tombamentos - DET) e posteriores ao tombamento (Divisão de Conservação e Restauro - DCR). A atuação era concentrada em Distritos, geralmente responsáveis por mais de um estado (ou seja, uma abrangência geográfica enorme) e muitos deles ficavam sob responsabilidade da Sede, no Rio de Janeiro (sem necessariamente estarem localizadas próximo a ela). Nota-se a importância de certos estados pela existência de um Distrito específico para Minas Gerais e outro para Bahia e Sergipe. E, no caso de Minas Gerais e Bahia, isso condiz com o discurso autorizado e com o grande número de bens tombados.

Por ser um período inicial, os técnicos estavam aprendendo, adaptando e aprimorando técnicas de documentação e conservação. Segundo a arquiteta brasileira Márcia Regina Romeiro Chuva (2009), o período entre 1946 e 1964 foi dedicado à rotinização das práticas. A autora (CHUVA, s.d.) aponta que, até a década de 1970, os levantamentos técnicos eram coletas *in loco*, sistemáticas, exaustivas e classificatórias de informações. Segundo ela, os formulários possuíam campos objetivos e descritivos padronizados referentes às características formais do bem, incluindo gráficos, fotografias e plantas cartográficas. Tal formato de levantamento beneficia os bens arquitetônicos e estáticos, e não instiga a análise da inserção sociocultural do bem. A documentação produzida era física (não havia outros métodos), unicamente de acesso interno (sem pesquisa pelo público e fisicamente condicionada ao Arquivo Central, no Rio de Janeiro²⁹) e organizada por endereço: cidade, estado, nome do bem, logradouro e numeração (CHUVA, s.d.).

Organograma 6. Estrutura organizacional do IPHAN - Decreto-Lei nº 8.534 e irradiação (1946)

²⁸ Bens edificados em um dos estados de conservação: descaso, em risco, descaracterizado, em ruínas ou demolido.

²⁹ De acordo com a arquiteta brasileira Andreza Rigo Abrantes (2014, p. 57-58 e 73), “[...] até a década de 1970 o Arquivo Central tinha como função a guarda dos principais documentos – geralmente documentos administrativos ficavam no próprio arquivo, e documentos referentes aos bens e tombamentos eram enviados para o Rio de Janeiro. Ainda hoje o ACI-RJ guarda os processos de tombamento. [...] Hoje, todas as unidades do IPHAN possuem arquivo próprio, que foram sendo formados na medida em que foi produzida documentação específica em cada unidade”. “[...] Até 1970 o Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, recolhia toda a documentação das representações regionais. A partir de então esse recolhimento foi gradualmente sendo reduzido, e finalizou-se oficialmente em 1990. [...]”.



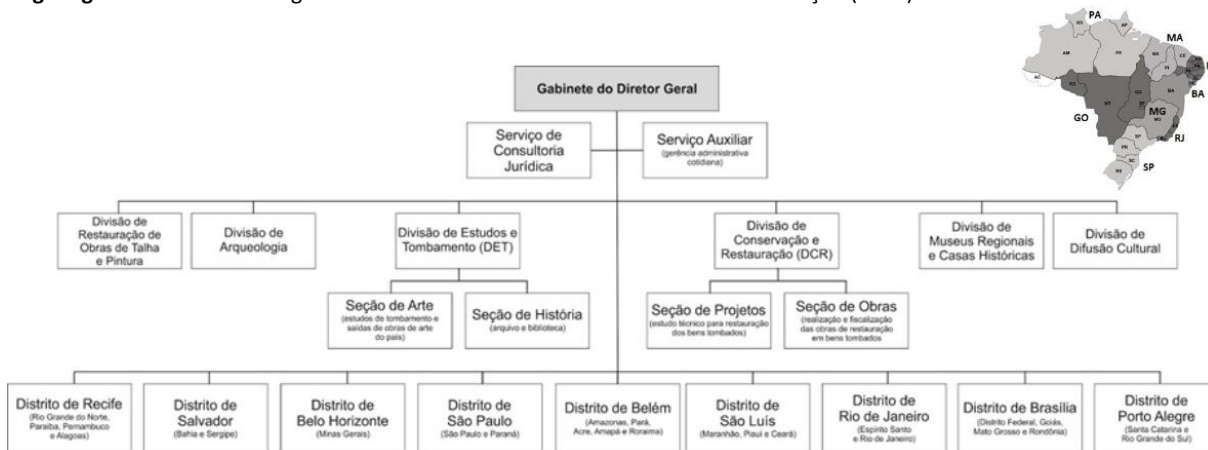
Obs. 1: Até o ano anterior, não existia o Distrito de São Paulo.

Obs. 2: Os estados sem distrito próprio ficavam sob responsabilidade da Sede (RJ).

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Decreto-Lei nº 8.534 (1946) e em Chuva (s.d.) e Rezende, *et al.* (2015).

Em 1976, uma nova estrutura organizacional foi publicada, conforme apresentado no **Organograma 7:**

Organograma 7. Estrutura organizacional da IPHAN - Portaria MEC nº 230 e irradiação (1976)



Obs.: Acre era o único estado ainda sem distrito próprio e permanecia sob responsabilidade da Sede (RJ).
Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Decreto-Lei nº 8.534 (1946) e em Chuva (s.d.) e Rezende, *et al.* (2015).

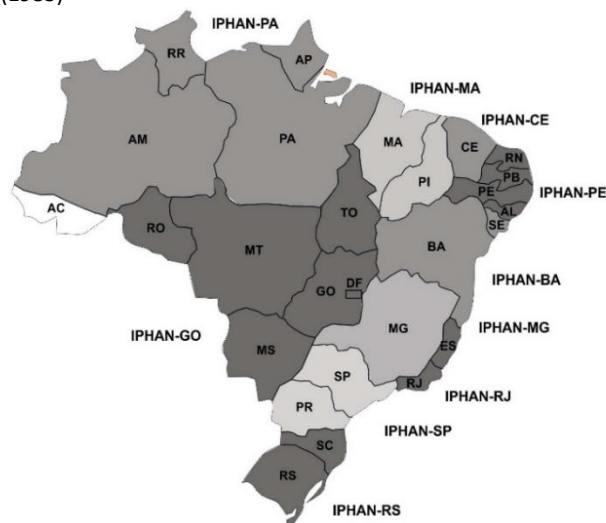
Em três décadas, o IPHAN ampliou e especializou sua atuação com a criação de Divisões responsáveis por trabalhos específicos (Restauração de Obras de Talha e Pintura; Arqueologia; Museus Regionais e Casas Históricas; e Difusão Cultural) e de novos Distritos para distribuir o trabalho acumulado e melhor atender aos estados.

Cinco décadas após o início das atividades do IPHAN e uma década após sua reestruturação, foi assinada a Portaria IPHAN nº 11/1986³⁰, que tratou da “consolidação das normas de procedimento para os processos de tombamento”. Nessa época, a irradiação do IPHAN se fazia por meio de dez unidades administrativas, e somente o Acre permanecia sob responsabilidade da Sede (Rio de Janeiro) por não estar dentro de outra unidade (**Figura 6**). Como ainda não havia uma superintendência em

³⁰ A Portaria IPHAN nº 11/1986 está em atualização inclusive porque, na década de 1980, a estrutura organizacional era composta por diretorias regionais e, atualmente, existem Superintendências em todos os Estados brasileiros. A revisão foi realizada entre os anos de 2018 e 2019 e encaminhada à Procuradoria Jurídica, cujas sugestões impactam o fluxo sugerido e ainda não foram incorporadas devido às várias mudanças no departamento proponente (DI LELLO, 2020c, s.p.).

cada estado (a irradiação somente seria concluída em 2009), as propostas de tombamento ainda poderiam ter como remetente uma Diretoria Regional, o Secretário do IPHAN ou o Ministro da Cultura.

Figura 6. Irradiação do IPHAN (1983)



Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base em Porta (2012).

Segundo a legislação (já bem defasada em relação às unidades e nomenclaturas atualmente vigentes no IPHAN), a proposta de tombamento pode ser realizada internamente (a Diretoria Regional, envia Pedido de Tombamento já instruído para a Coordenação de Proteção) ou encaminhada por um solicitante externo (qualquer cidadão, organização da sociedade civil ou instituição, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937). Segundo o historiador brasileiro Renato Fonseca Arruda (2014, p. 37-38), na década de 1940, Rodrigo de Andrade já buscava o apoio de órgãos públicos e a mobilização de autoridades eclesiásticas, intelectuais e representantes das elites diante do tema.

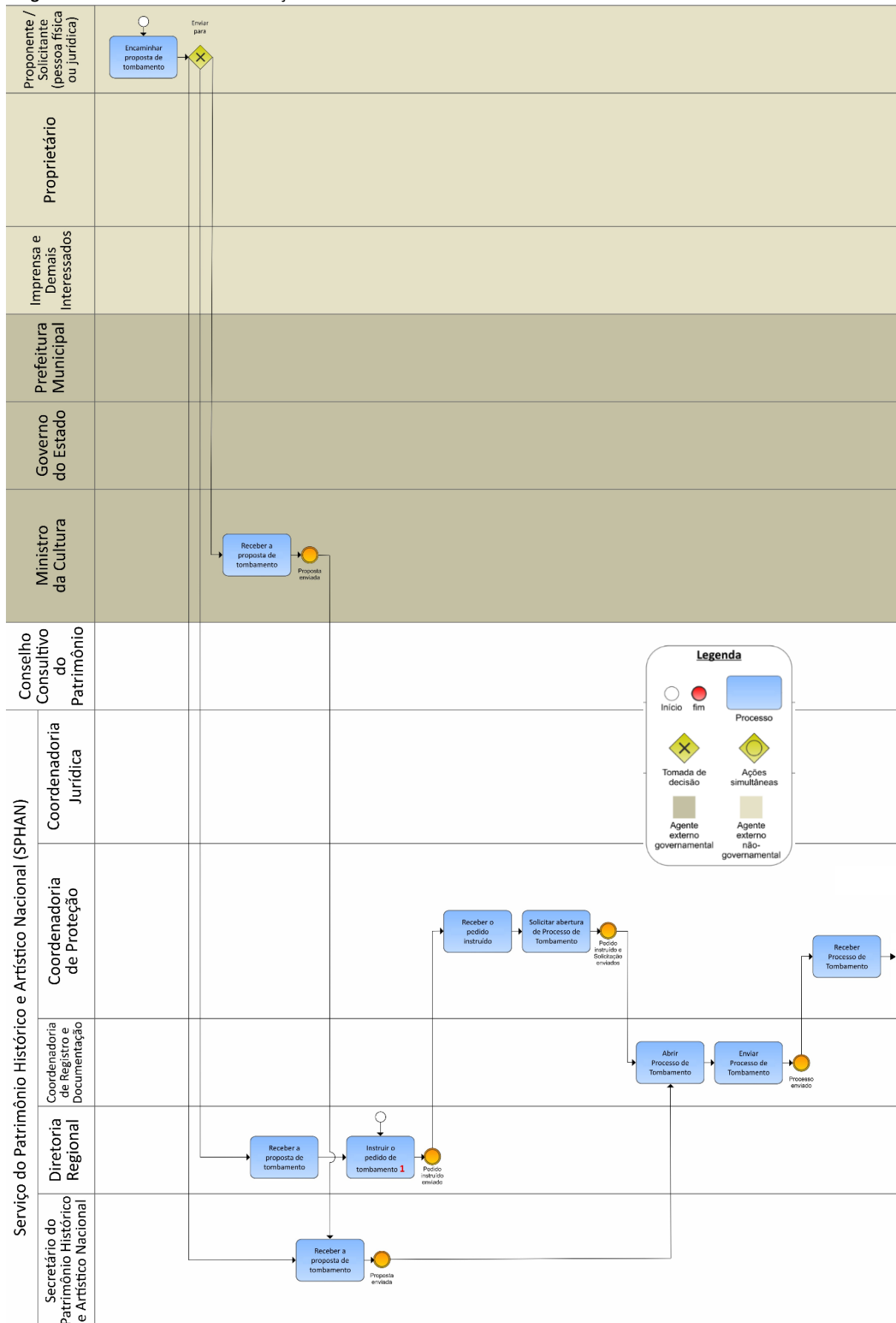
Portanto, o lema “conhecer para preservar estava direcionado à sociedade culta. A noção de Cultura vigente na época era profundamente ligada às Belas Artes (a mudança conceitual oficial aconteceu apenas em 2003, com Gilberto Gil como Ministro da Cultura). Em 1940, eram bem-vindos na discussão os pares detentores de um patrimônio encaixado no discurso autorizado do Estado.

O **Diagrama de Raia 3**, na próxima página, apresenta o fluxo da informação do tombamento criado a partir da Portaria IPHAN nº 11/1986 e, por isso, os nomes das unidades remetem à estrutura administrativa da época. As anotações em vermelho apresentam a forma como a tramitação se dá na prática, segundo apontamento de Carolina di Lello (2022), Coordenadora do DEPAM/IPHAN.

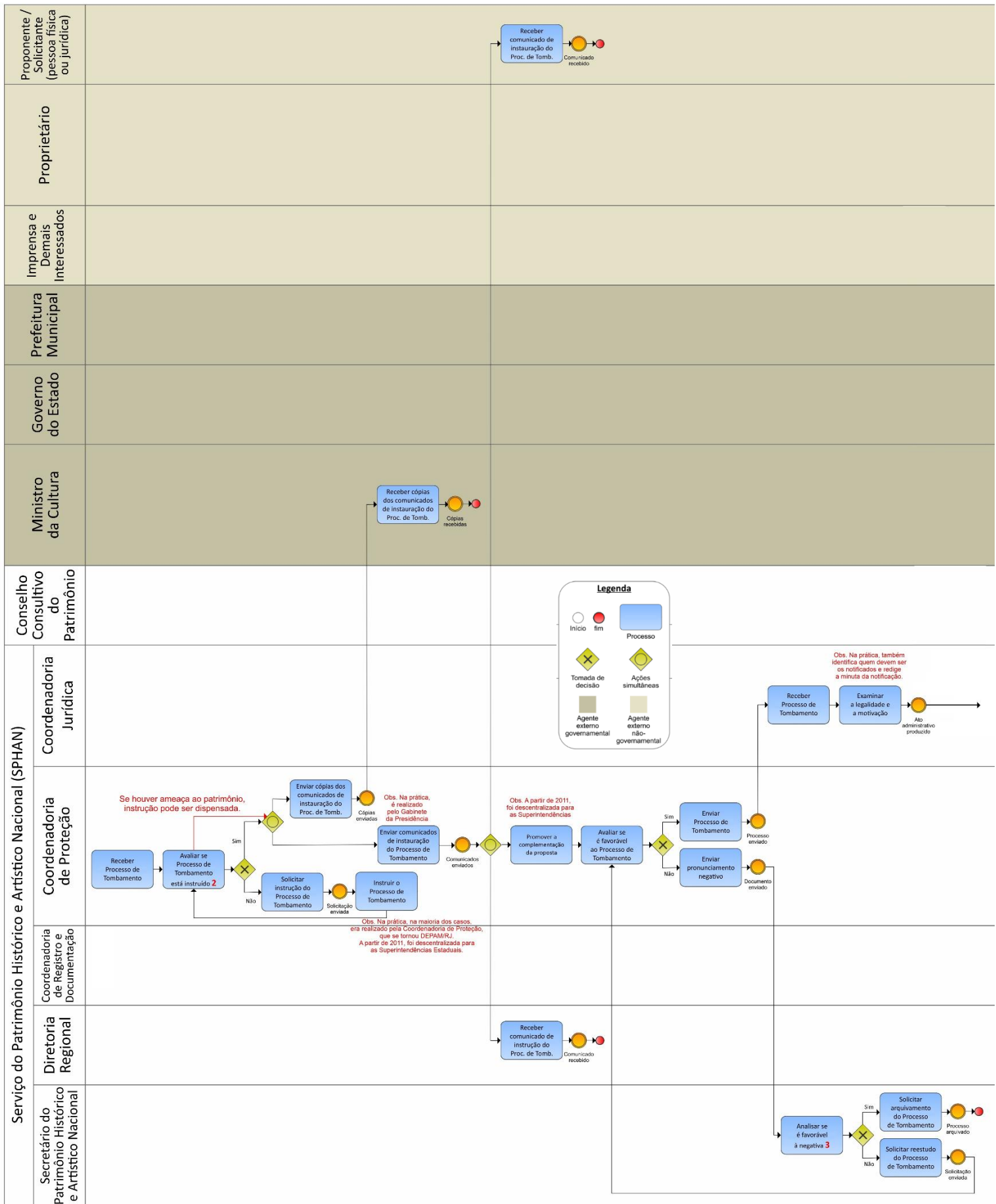
O DIAGRAMA É MUITO GRANDE PARA SUA INSERÇÃO COM BOA QUALIDADE NESTE DOCUMENTO. POR FAVOR, ACESSÁ-LO EM [w.wiki/5\\$bx](https://www.wiki/5$bx)

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base na Portaria IPHAN nº 11/86, e gentilmente validado por Carolina di Lello (2022).

Diagrama de Raia 3. Fluxo da informação do Tombamento de Bens Materiais

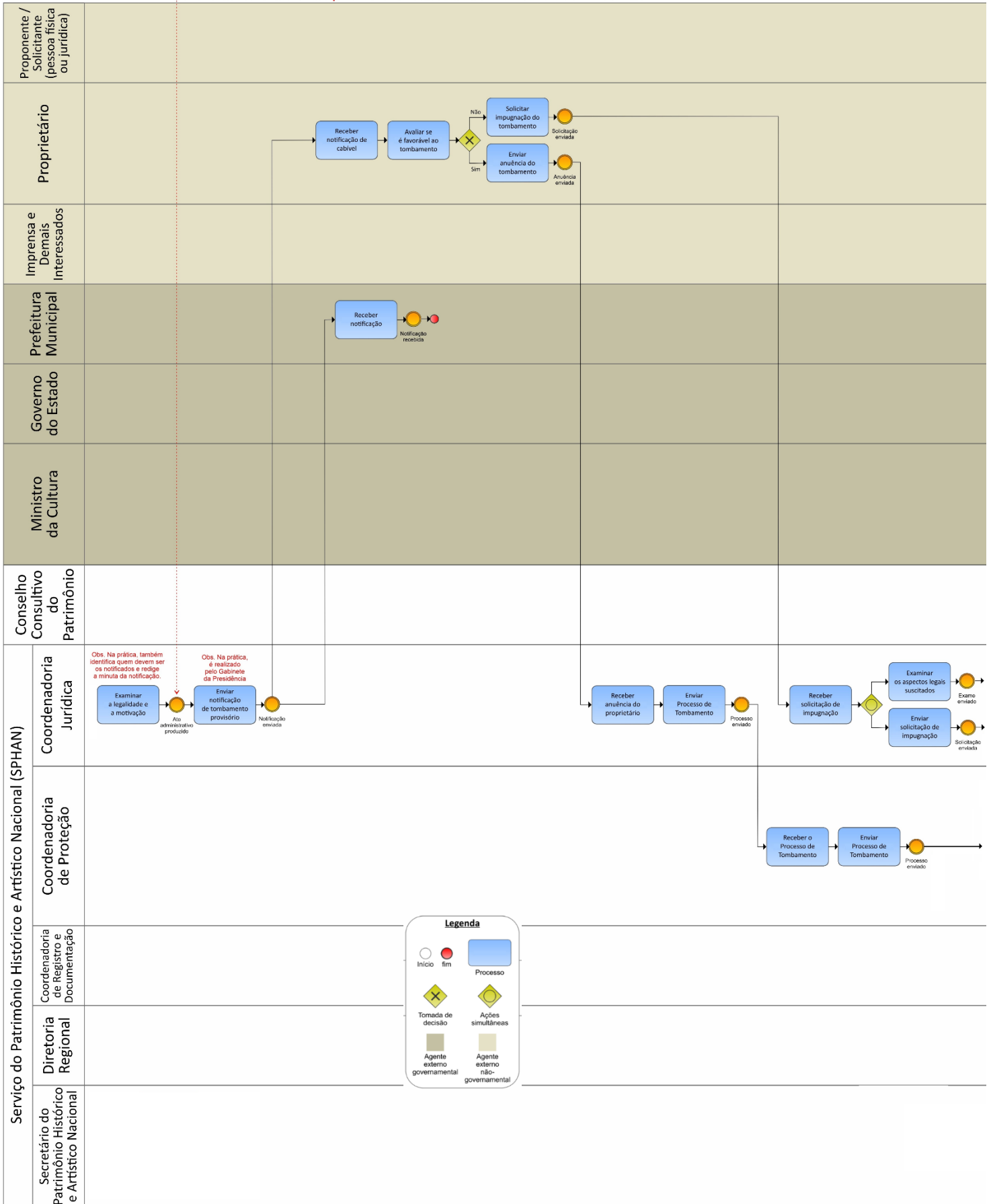


* Os documentos são incorporados à pasta do Processo de Tombamento conforme são criados.
 Obs. 1: As Diretorias Regionais do SPHAN podem encaminhar Pedidos de Tombamento de sua autoria.
 Obs. 2: Depois de instaurado o processo, se a Coordenadoria de Proteção constatar reiteração, solicita o apensamento do material da proposta anterior.
 Obs. 3: Também define se o Processo de Tombamento com pronunciamento contrário passa pelo Conselho Consultivo para apreciação.
 Obs. 4: A legislação não determina o andamento de processo de tombamento negado durante deliberação do Conselho.

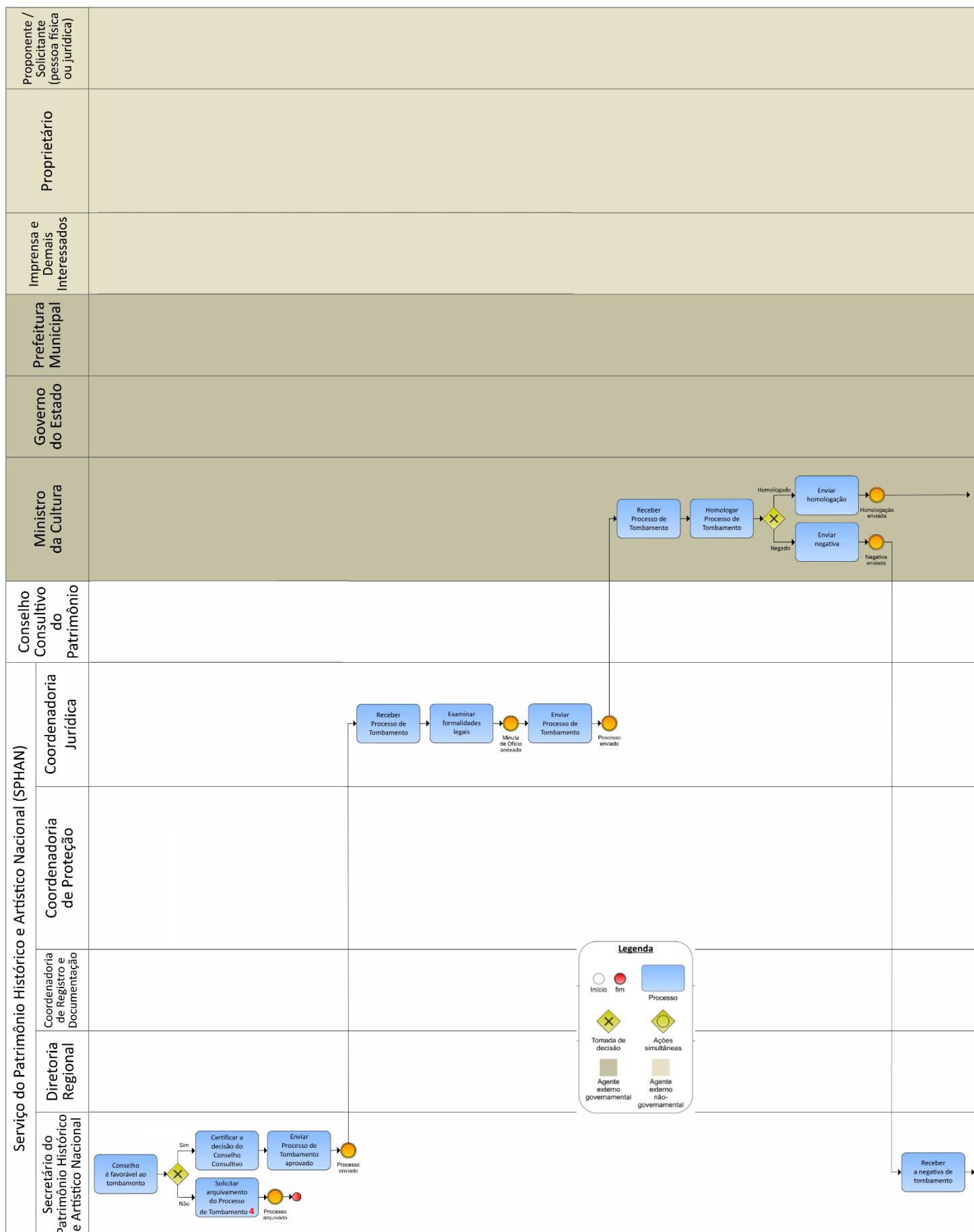


* Os documentos são incorporados à pasta do Processo de Tombamento conforme são criados.
 Obs. 1: As Diretorias Regionais do SPHAN podem encaminhar Pedidos de Tombamento de sua autoria.
 Obs. 2: Depois de instaurado o processo, se a Coordenadoria de Proteção constatar reiteração, solicita o pensamento do material da proposta anterior.
 Obs. 3: Também define se o Processo de Tombamento com pronunciamento contrário passa pelo Conselho Consultivo para apreciação.
 Obs. 4: A legislação não determina o andamento de processo de tombamento negado durante deliberação do Conselho.

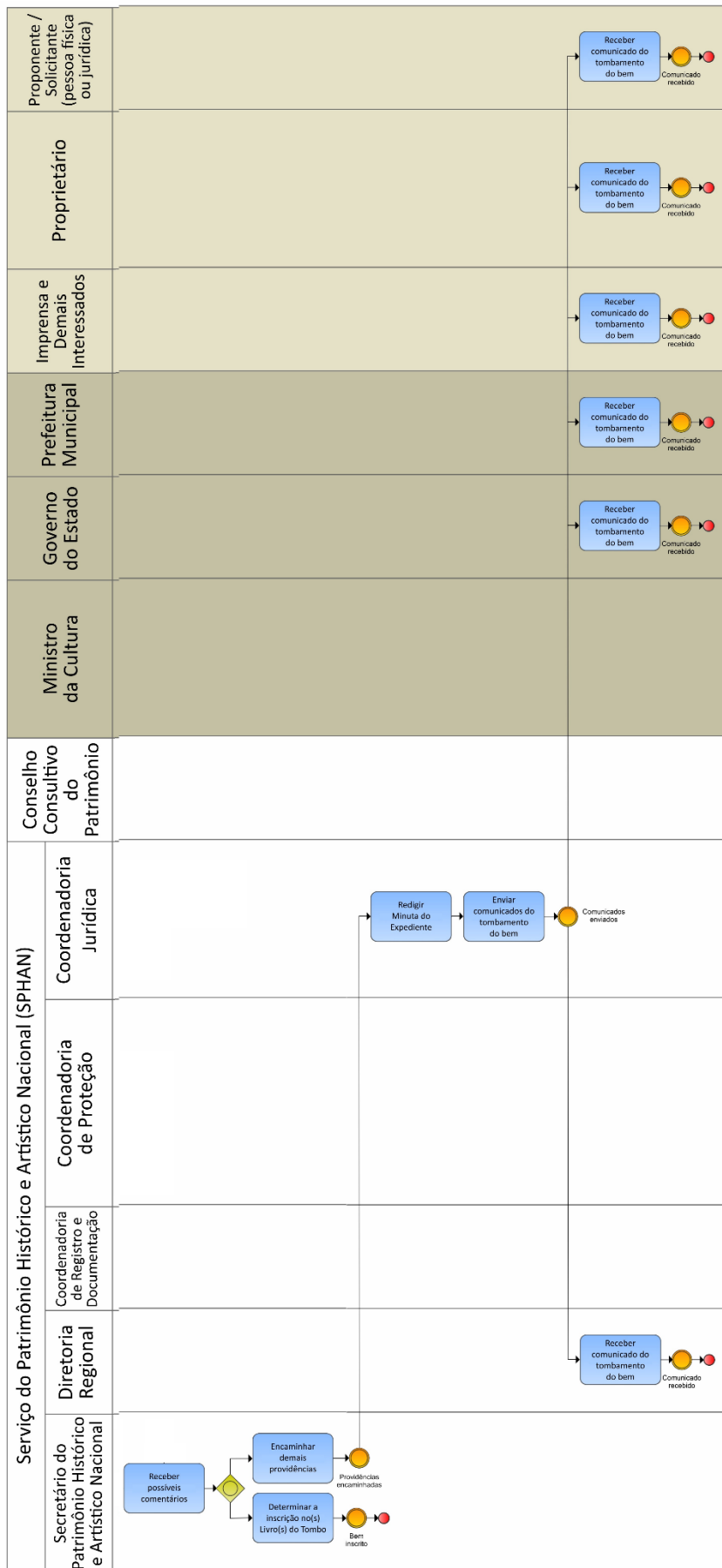
O bem está em estado de "tombamento provisório" entre o ato administrativo referente à abertura do processo de tombamento e a decisão do conselho.



* Os documentos são incorporados à pasta do Processo de Tombamento conforme são criados.
 Obs. 1: As Diretorias Regionais do SPHAN podem encaminhar Pedidos de Tombamento de sua autoria.
 Obs. 2: Depois de instaurado o processo, se a Coordenadoria de Proteção constatar reiteração, solicita o apensamento do material da proposta anterior.
 Obs. 3: Também define se o Processo de Tombamento com pronunciamento contrário passa pelo Conselho Consultivo para apreciação.
 Obs. 4: A legislação não determina o andamento de processo de tombamento negado durante deliberação do Conselho.



* Os documentos são incorporados à pasta do Processo de Tombamento conforme são criados.
 Obs. 1: As Diretorias Regionais do SPHAN podem encaminhar Pedidos de Tombamento de sua autoria.
 Obs. 2: Depois de instaurado o processo, se a Coordenadoria de Proteção constatar reiteração, solicita o apensamento do material da proposta anterior.
 Obs. 3: Também define se o Processo de Tombamento com pronunciamento contrário passa pelo Conselho Consultivo para apreciação.
 Obs. 4: A legislação não determina o andamento de processo de tombamento negado durante deliberação do Conselho.



A portaria não indica necessidade de fornecimento de informações mínimas do bem para a solicitação de seu tombamento. Ela apresenta apenas informações sobre o documento instruído (seja Pedido de Tombamento ou Processo de Tombamento), que deve conter:

Para bens imóveis:

- Descrição do(s) objeto(s), de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s);
- Apreciação do mérito de seu valor cultural;
- Existência de reiteração; e
- Outras documentações necessárias ao objetivo da proposta
 - Localização do(s) bem(ns);
 - Nome(s) do(s) proprietário(s);
 - Certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is);
 - Estado de conservação do(s) bem(ns);
 - Documentação fotográfica; e
 - Plantas arquitetônicas.

Para bens móveis:

- Se peça única, descrição pormenorizada dos objetos;
- Se coleção, relação detalhada de peças componentes;
 - Denominação de cada peça;
 - Material empregado em cada peça;
 - Dimensões de cada peça; e
 - Características que individualizam cada peça.
- Localização do objeto ou da coleção;
- Proprietário(s) e ou responsável(is) por sua guarda;
- Estado de conservação;
- Documentação fotográfica; e
- Análise do valor patrimonial.

O **Quadro 4**, na próxima página, apresenta resumo dos agentes e das ações apresentadas no **Diagrama de Raia 3**. O trâmite ocorre quase exclusivamente no interior do IPHAN. As contribuições externas ao IPHAN são apenas três: o pedido de abertura de processo (que pode ser iniciado por um solicitante da sociedade sem a necessidade de estar acompanhado de um dossiê); a resposta do proprietário à notificação de tombamento e a homologação ou deferimento do Ministro da Cultura ao final de todo o processo (mas esse também é um agente governamental) . As interações do IPHAN com agentes externos são prioritariamente envios de notificações: aviso de instauração de processo (ao solicitante e ao MinC), notificação de tombamento (ao proprietário e à Prefeitura Municipal) e comunicado do arquivamento do processo (proprietário e proponente) ou do tombamento (imprensa oficial, proprietário, Prefeitura Municipal, Governo do Estado e demais interessados).

Quadro 4. Agentes envolvidos no tombamento de bens materiais, por tipo, em ordem decrescente de participação

Agente	Ação 1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	Ação 5	Ação 6
Interno ao IPHAN						
Presidente do IPHAN	Recebe comunicado de instauração de Processo de Tombamento	DECISÃO SUBJETIVA: Analisa a negativa da proposta de tombamento	Convoca o Conselho Consultivo	DECISÃO SUBJETIVA: Voto de Minerva na reunião do Conselho	Recebe homologação ou negativa do MinC	Pede arquivamento ou inscrição
Superintendência Estadual	Instrui o Pedido de Tombamento ou o Processo de Tombamento (saber técnico)	Recebe comunicado de instauração de Processo de Tombamento	Recebe comunicado de arquivamento do Processo de Tombamento ou Tombamento			
Coordenadoria de Proteção	Envia comunicados de instauração do Processo de Tombamento	DECISÃO SUBJETIVA: Realiza a avaliação técnica do Processo de Tombamento (saber técnico)	DECISÃO SUBJETIVA: Favorável ou não ao Processo de Tombamento	Sustenta o mérito do Processo de Tombamento	Recebe comunicado de Tombamento	
Coordenadoria Jurídica	DECISÃO "OBJETIVA": Análise da legalidade do Processo de Tombamento (saber técnico)	DECISÃO "OBJETIVA": Análise legal da impugnação	Recebe a homologação do Tombamento pelo MinC	Encaminha comunicado de Tombamento		
Conselho Consultivo	DECISÃO SUBJETIVA: Tombar o bem ou não	Recebe comunicado de arquivamento do Processo de Tombamento				
Coordenadoria de Justiça	DECISÃO "OBJETIVA": Análise legal do Tombamento					
Governamental - Externo ao IPHAN						
Ministro da Cultura	Recebe comunicado de instauração de Processo de Tombamento	Analisa o Tombamento após aprovado pelo Conselho Consultivo	DECISÃO SUBJETIVA*: Homologa ou nega o Tombamento			
Prefeitura Municipal	Recebe notificação de Tombamento	Recebe comunicado de Tombamento				
Imprensa Oficial Governo do Estado	Recebem comunicado de Tombamento					
Não-governamental						
Solicitante (pessoa física ou jurídica)	Propõe tombamento (sem necessidade de envio de dossiê)	Recebe comunicado de instauração do Processo de Tombamento	Recebe comunicado de arquivamento do Processo de Tombamento			
Proprietário	Recebe notificação de Tombamento	DECISÃO SUBJETIVA: Comunica ao IPHAN se é favorável ao Tombamento ou não	Recebe comunicado de Tombamento ou de arquivamento do Processo de Tombamento			

* A homologação do Tombamento pelo Ministro da Cultura é um ato mais de caráter administrativo de ciência do tombamento do que propriamente uma decisão. Nunca houve, por parte do Ministro da Cultura, veto de tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo.

Legenda: Negrito = conhecimento produzido por meio de pesquisa e reflexão / Quadro cinza = tomada de decisão subjetiva ou parcialmente objetiva (interpretação de legislação)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A inclusão de informações ao Processo de Tombamento tem a seguinte ordem de contribuição: as atuais Superintendências Estaduais do IPHAN realizam o demorado trabalho de instruir o Processo com as informações indicadas pela Portaria IPHAN nº 11/1986, art. 4º (saber técnico); e as Coordenadorias de Proteção e Jurídica analisam o Processo de Tombamento em sua composição e legalidade (saber técnico). Embora a consulta à população durante a instrução do processo seja bem-vinda, não é obrigatória, ficando a cargo da equipe técnica responsável decidir sobre convidar ou não. Atualização da Portaria está em andamento e indica a participação da população sempre que possível.

Ao longo da atuação do IPHAN, o padrão é reunir informações que justifiquem o tombamento por critérios estéticos (FONSECA, 1997; CHUVA, 2009) e, em menor número, históricos. Portanto, predomina a visão técnica sobre o bem, não havendo espaço para a participação e o conhecimento populares. Ou seja, o saber técnico produzido sobre o bem pela Superintendência Estadual é validado por outros agentes também de saber técnico (Coordenadoria de Proteção, Coordenadoria Jurídica, Conselho Consultivo, Presidente do IPHAN, Ministro da Cultura e Coordenadoria de Justiça)³¹.

Em contraste com a demora atual da instrução dos processos, o grande volume de tombamentos na fase inicial se deve a um processo desburocratizado. Segundo a proposta preliminar do Plano Estratégico de Revisão dos Inventários do IPHAN (2010?), os levantamentos foram realizados de forma sistemática, em viagens de reconhecimento, pesquisa e prospecção, sendo que, por exemplo, vários conjuntos urbanos foram tombados sem a devida documentação. Era preciso agir rápido, pois o patrimônio estava se perdendo diante do acelerado crescimento das cidades e da falta de um órgão fiscalizador. Para tanto, nomes importantes no cenário cultural da época (cujas crenças se alinhavam ao discurso cultural escolhido para o patrimônio) foram escalados para apontar os bens de grande valor para o Brasil.

Esse número de tombamentos, em sua maioria, de bens arquitetônicos, religiosos, barrocos, de inspiração portuguesa, ainda não foi equilibrado em relação aos bens dos demais povos formadores da sociedade brasileira. Em parte, porque, embora o IPHAN atualmente possua superintendências em todos os estados brasileiros, as mesmas acumulam várias funções (tais como divulgação, fiscalização e proteção dos bens já tombados e registrados, conscientização e educação patrimonial etc.) diante de um quadro cada vez mais escasso de recursos humanos e financeiros.

Em relação às decisões, em ordem de importância:

- Conselho Consultivo (decisão subjetiva) - decide se o bem é tombado ou não;

³¹ Um caso atípico ocorreu no levantamento dos bens da imigração japonesa no Vale do Ribeira, que será analisado no item **4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira**.

- Presidente do IPHAN (decisão subjetiva) - opina em dois momentos: sobre a negativa da Coordenadoria de Proteção pós-instrução e com voto de Minerva, se necessário, na reunião do Conselho Consultivo;
- Ministro da Cultura (atualmente, cabe ao Ministro do Turismo) (decisão subjetiva) - possui a decisão final de homologar ou negar o tombamento após a aprovação do Conselho Consultivo;
- Coordenadoria de Proteção (decisão subjetiva) - opina em dois momentos: após a instrução do processo e após a impugnação do tombamento pelo proprietário do bem;
- Coordenadoria Jurídica (decisão parcialmente objetiva via interpretação da legislação) - opina em dois momentos: após a aprovação pela Coordenadoria de Proteção e após a impugnação do tombamento pelo proprietário do bem;
- Proprietário (decisão subjetiva) - após complementação do Processo de Tombamento pelas Coordenadorias de Proteção e Jurídica e antes do envio ao Conselho Consultivo;
- Coordenadoria de Justiça (decisão parcialmente objetiva via interpretação da legislação) - após homologação do Ministro da Cultura (atualmente, cabe ao Ministro do Turismo).

Portanto, predominam as decisões técnicas subjetivas e o proprietário do imóvel é consultado apenas uma vez. A sociedade não consta como agente decisório.

O panorama de solicitação de Tombamento se alterou apenas na década de 1970: “[...] se antes consistiam num ato essencialmente interno, desse momento em diante ocorre um aumento substancial das solicitações externas, o que significa uma maior participação da sociedade no SPHAN, apesar de as decisões continuarem no âmbito dos técnicos” (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 214). O que se deve inclusive ao contexto político do período, em que a população lutava por maior participação em todas as áreas. O tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca (em Salvador-BA), em 1984 (Processo nº 1067/1982 - inscrito em 14/08/1986, nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico), ilustra a polêmica dentro do Conselho Consultivo durante a deliberação sobre bens fora do Discurso Autorizado (culturas não ligadas à tradição luso-brasileira) e que não se enquadram nos critérios vigentes à época (monumentalidade e excepcionalidade) (TORELLY, 2012b). Na 108ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN (CONSELHO, 1984, p. 178), em Salvador-BA, o relator do Processo, o antropólogo brasileiro Gilberto Velho, também Conselheiro,

[...] no início do seu relato, definiu cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressem crenças, valores e visões do mundo existentes em uma sociedade. Acrescentou que no momento em que existe uma preocupação em reconhecer a importância das expressões culturais das camadas populares, há que reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira. Sublinhou a importância histórica do Terreiro da Casa Branca, o qual, pelos depoimentos e documentos existentes, demonstra ser a matriz de onde se originaram alguns dos principais terreiros da Bahia e do país. [...]

Parte da polêmica envolvida durante a deliberação estava no reconhecimento da propensão de continuidade do Candomblé como manifestação religiosa de grande parcela da população de Salvador. Um dos conselheiros argumentou que poderia abrir precedentes para o tombamento de bens edificações de outras manifestações religiosas (e realmente abriu, embora atualmente tenhamos apenas outros seis

Terreiros tombados, todos de Candomblé e inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico³²). Após elucidação das dúvidas e vários pedidos de adiamento da decisão por motivos diversos, a votação foi iniciada e o tombamento foi aprovado com duas abstenções, um voto contra, um voto pelo adiamento e três votos a favor. Nota-se que a relatoria do processo e a defesa do tombamento por um antropólogo, cujo conceito de Cultura já era mais ampliado, foram essenciais para a aprovação.

2.4 Considerações do capítulo

Esse capítulo é a primeira parte da análise dos processos atuais do IPHAN, do fluxo de informação e dos atores envolvidos. Engloba instrumentos criados sob o viés do saber técnico sobre o valor histórico e artístico do patrimônio, enraizado no conceito de Cultura embasado nas Belas Artes.

O subcapítulo **2.1 Complexidade de um sistema** apresentou brevemente o conjunto de teorias que embasam a reflexão sobre as relações nos processos atuais do IPHAN, em uma análise sobre a abertura dos mesmos à participação dos diferentes atores da sociedade. Trazendo tais teorias para olhar a grande tapeçaria da preservação do patrimônio cultural no Brasil.

No subcapítulo **2.2 Processos simplificados**, iniciou-se a análise dos fluxos de informação dos processos mais técnicos do IPHAN com aqueles simplificados em virtude da natureza dos bens envolvidos (**2.2.1 Cadastro de Bens Arqueológicos** e **2.2.2 Valoração do Patrimônio Ferroviário**), passando para o subcapítulo **2.3 Tombamento de Bens Materiais**. São considerados “fluxos mais técnicos” porque a totalidade das ações e decisões (no caso dos bens arqueológicos e do patrimônio ferroviário) ou quase (no caso dos bens materiais) é realizada pelo corpo técnico do IPHAN sob critérios subjetivos.

Esse capítulo tratou do âmbito das políticas e dos atores envolvidos nos processos. Cabe lembrar que a tecnologia está envolvida em todos eles, seja ela analógica ou digital, a depender do nível de atualização dos setores, políticas e processos envolvidos. O funcionamento dos três é interligado: a desburocratização e agilidade dos processos depende das políticas vigentes e das tecnologias implementadas. Assim como a tecnologia será adequada aos passos do processo e escolhida e instituída pela política vigente. E a política pode ser aprimorada segundo o avanço das tecnologias, que promove celeridade e facilidade dos processos.

³² TOMBADOS: 1. Terreiro do Axé Opô Afonjá, em Salvador-BA: Proc. n° 1432, de 1998 - inscr. 28/07/2000. 2. Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé, em Salvador-BA: Proc. n° 1471, de 2000 - inscr. 02/02/2005. 3. Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, em Salvador-BA: Proc. n° 1486, de 2001 - insc. 03/02/2005. 4. Terreiro Casa das Minas Jeje, em São Luís-MA: Proc. n° 1464, de 2000 - insc. 02/02/2005. 5. Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji, em Salvador-BA: Proc. n° 1481, de 2001 - inscr. 30/09/2008. 6. Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré, em Salvador-BA: Proc. n° 1498, de 2002 - insc. 30/10/2014. 7. Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), em Salvador-BA: Proc. n° 1627, de 2011 - insc. 10/12/2015. TOMBAMENTO APROVADO: 7. Terreiro Culto aos ancestrais - OMO Ilê Agbôulá, em Itaparica-BA: Proc. n° 1505, de 2002. PROCESSO EM INSTRUÇÃO: Terreiro Ilê Axé Oxossi Caçador, em São Paulo-SP: Proc. n° 1791, de 2016.

Capítulo 3. Fluxos mais participativos de informação

O IPHAN não trabalha com o passado, mas com o que precisa fazer parte do futuro, com as coisas e lugares que não podemos deixar de legar para os nossos filhos e netos. Se nós destruímos, desarticulamos esses lugares singulares estaremos empobrecendo e problematizando o futuro do nosso país.

[Dalmo Vieira Filho *apud* Câmara, 2012, s.p.]

Considerando a afirmação do arquiteto brasileiro Dalmo Vieira Filho, o patrimônio é parte do cotidiano das pessoas e, assim sendo, é dinâmico, vivo. Por isso, é impossível de ser preservado da forma definida pelo instrumento do tombamento: engessada no tempo. É preciso ter em mente que a manutenção das referências culturais pressupõe essa apropriação / pertencimento pela comunidade. E essa comunidade será diversa ao longo das gerações: com interesses diversos e inserida em momentos históricos com saberes e ferramentas distintas.

Este capítulo dá sequência à análise dos instrumentos de acatamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), debruçando-se sobre aqueles cujo paradigma é orientado à participação ativa dos detentores (Registro do Imaterial) e dos demais setores da sociedade (Chancela da Paisagem Cultural), derivados desse entendimento da mutabilidade e adaptação dos bens. Tais instrumentos se enquadram em um novo paradigma de pensamento e de ação que busca a abertura para a participação das comunidades locais detentoras de bens fora do que a arqueóloga australiana Laurajane Smith (2006) chama de Discurso Autorizado. Inclusão que é urgente para fazer cumprir a Constituição Federal de 1988: listas de bens acatados que representem a diversidade cultural dos povos formadores do país e que garanta aos cidadãos o direito à memória.

Seguindo os critérios de análise determinados no capítulo anterior, os principais instrumentos do IPHAN são apresentados em seu contexto político e definição. Além disso, é analisado o fluxo da informação entre o pedido de proteção e a denegação ou inscrição. A partir disso, discutem-se atores, processos e produtos, além de políticas envolvidas na ampliação da participação cidadã na área. Os processos do IPHAN são analisados em sua constituição sistêmica em busca de entraves às interações necessárias para o trabalho conjunto dos diversos atores sociais que deveriam estar envolvidos.

O capítulo está dividido em quatro partes, que apresentam e analisam processos definidos a partir do ano 2000 e que possuem viés mais participativo. O item **3.1 O deslocamento de matriz** trata de questões teóricas e legais que foram essenciais para a mudança do paradigma oficial, em especial, a incorporação da

importância dos detentores nos processos imateriais. Assim, abre a discussão para o inventário participativo, método para diálogo aberto com os detentores do patrimônio cultural, em que se busca engajá-los ainda mais. No item **3.2 Registro de Bens Imateriais**, esse instrumento é analisado em seu fluxograma, incluindo atores e interações. O item **3.3 Chancela da Paisagem Cultural** e a mudança central de chamar os diversos setores da Sociedade para ação. As considerações do capítulo indicam sugestões de melhorias dos processos atuais, de modo a torná-los mais participativos.

3.1 O deslocamento de matriz e o INRC

A mudança de matriz em relação ao patrimônio cultural firmada pela Constituição Federal de 1988 foi resultado de um período histórico de grandes pressões políticas por mudanças na sociedade. Como apontado no curso “Inventário Participativo”, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2019, s.p.), dentro do Programa Saber Museu:

[...] pressão política exercida por grupos, povos e movimentos sociais. Notadamente, as reivindicações do movimento negro e dos povos indígenas tornaram inviável pensar a cultura de uma maneira hegemônica, sem tomar em conta a pluralidade de referências culturais no país. Organizados pela defesa e conquista de seus direitos, esses movimentos evidenciaram que seus direitos culturais estão necessariamente atrelados aos seus territórios, ao respeito às suas crenças, respeito à sua língua, aos seus costumes e suas tradições.

Cabe indicar a fala do líder indígena e ambientalista brasileiro Ailton Krenak, no dia 04 de setembro de 1987, na Assembleia Nacional Constituinte. Impedido pelo protocolo do Congresso Nacional de utilizar traje típico de sua etnia indígena, ele então pintou o rosto com tinta preta de jenipapo, um gesto *rin'tá* em sinal de luto e de guerra, e proferiu o seguinte discurso:

Eu espero não agredir com essa minha manifestação o protocolo desta Casa. Mas eu acredito que os Senhores não poderão ficar omissos; os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência, para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco (e nunca colocaram) a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais da de outros seres humanos. Eu creio que nenhum de nós poderia nunca apontar atos, atitudes, da gente indígena do Brasil que colocou em risco, seja a vida, seja o patrimônio, de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano deste país. E hoje nós somos o alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança, de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aquele que não tem o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação... que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado, de jeito nenhum, como o povo que é o inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de quilômetros quadrados do Brasil. Os Senhores são testemunhas disso. Eu agradeço à Presidência desta Casa. Agradeço aos Senhores. E espero não ter agredido com as minhas palavras o sentimento dos Senhores que se encontram nesta Casa. Obrigado.

Essa é uma das manifestações ocorridas ao longo das negociações políticas que embasaram o texto daquela que é conhecida como “Constituição Cidadã” brasileira. E dentre os desdobramentos da CF88 está a criação do instrumento do Registro de Bens Imateriais, que será analisado em relação a sua origem (Metodologia Técnica denominada “Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC”), seu fluxo de informação e o seu principal desdobramento (Metodologia de Inventário Participativo).

Em 1997, no evento que deu origem à Carta de Fortaleza, foi formada uma Comissão para a regulamentação da proteção dos bens de natureza imaterial e foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) (SILVA, 2014). Uma figura central nesse contexto é o antropólogo brasileiro Antonio Arantes, que já possuía vasta experiência junto a atividades de patrimônio cultural (tendo participado, inclusive, da Assembleia Constituinte como representante da Associação Brasileira de Antropologia, em 1987). O antropólogo brasileiro Antônio Augusto Arantes ficou encarregado da coordenação do GTPI, onde realizou atividades que resultaram na metodologia do INRC e na legislação relacionada ao instrumento do Registro (instituído pelo Decreto nº 3551/2000).

O INRC é um instrumento metodológico que deriva de inquietações já apontadas nos trabalhos do Centro Nacional de Referência Culturais (CNRC), na década de 1970, e que foram retomadas após a abertura política (fim da ditadura militar) e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo o designer brasileiro Aloísio Magalhães (*apud* FONSECA, 2000, p. 16), então presidente do IPHAN, “[...] Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos”. Segundo a socióloga brasileira Maria Cecília Londres Fonseca (2000, p. 16), O instrumento foi delineado a partir de uma “[...] visão antropológica (e muito mais democrática) da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural [...]”, para “[...] apreender os sentidos atribuídos pelos moradores ao patrimônio cultural, para orientar o planejamento das intervenções” (IPHAN, 2000, p. 7).

Várias experiências-piloto (Serro-MG, Diamantina-MG, Goiás-GO etc.) e outras atividades realizadas pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID) contribuíram para a versão final do INRC. Cabe salientar que os formulários predecessores (tais como INBMI e INBI-SU) não puderam ser aproveitados como base para o INRC, pois

[...] Esses formulários continham perguntas relativas a características demográficas da população residente em sítios inventariados e aos seus modos de vida. Mas eles não respondiam às questões decorrentes do Decreto 3551. Para integrar levantamentos relativos ao patrimônio material e imaterial não bastava simplesmente agregar informações de natureza sociocultural aos instrumentos de inventário arquitetônico e urbanístico existentes. Era necessário criar outros e, particularmente, passar a trabalhar com o conceito de ‘lugar’, que articula as dimensões tangível e intangível dos sítios protegidos. [...] (ARANTES, 2015 *apud* MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015, p. 233).

Para além de dissolver a dicotomia burocrática entre bens materiais e imateriais, o contexto também se valia da ideia de referência cultural, cunhada pelo CNRC e incorporada no art. 216 da CF88, que “[...] admite que diferentes visões possam coexistir acerca de um bem, e que os valores e as práticas sociais a ele atribuídos o tornem uma representação coletiva reconhecida por um grupo ou mais, pelo sentido de identidade que desperta, transformando-o em um bem cultural. [...]” (TORELLY, 2012b, s.p.). Nas palavras de Fonseca, no Manual de aplicação do INRC (IPHAN, 2000, p. 11-12):

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. [...] Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder.

A partir da adoção dessa ideia de referência cultural “como parâmetro jurídico-administrativo”, da intenção de “preencher empiricamente essa noção, dar-lhe contornos concretos e reconhecíveis”, e da busca por “meios que permitissem o seu uso prático”, Arantes coordenou uma ação final junto ao sítio do Museu Aberto do Descobrimento (MADE - sete localidades na região de Porto Seguro-BA e Santa Cruz Cabrália-BA) (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015). Durante esse período, “[...] aprimorou-se a definição da base conceitual do Inventário e foram criados, testados e aprimorados os formulários, a metodologia e o banco de dados do INRC. [...]” (IPHAN, 2000, p. 7). Segundo Arantes, a padronização de campos e da extensão e profundidade das informações a serem coletadas constitui uma simplificação necessária para que os dados de diferentes localidades e realidades possam ser comparados a fim de subsidiar decisões de proteção e prioridades e estratégias para políticas públicas na área (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015).

[...] desde o início, [para que não se perdessem as conexões de sentido, adotou-se] um duplo olhar: (1) para o fato selecionado e suas articulações com outras realidades integrantes do contexto social em que ocorre, no território onde é praticado, e (2) para as variações desse fenômeno observadas em outros territórios e em outros meios sociais abrangidos pelo levantamento. (ARANTES, 2015 *apud* MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015, p. 242)

O instrumento INRC foi instituído pela Instrução Normativa n° 001/2009 (como metodologia de pesquisa, instrumento de gestão e de identificação) e pela Portaria n° 160/2016 (como metodologia de identificação, documentação, produção de conhecimento e informação). O site do IPHAN o reconhece atualmente como instrumento de proteção.

O Manual de aplicação do INRC conta apenas com textos teóricos e informações explicativas relacionadas à formação da equipe (multidisciplinar, incluindo antropólogo, e coordenada preferencialmente

por pessoa formada pelo Programa de Especialização em Patrimônio – PEP do IPHAN³³), aos procedimentos a serem realizados (Levantamento preliminar, Identificação e Documentação) e à montagem do relatório final. Ao contrário da metodologia de inventário para o patrimônio material, que está disponível para o público em geral no SICG, o acesso aos questionários a serem aplicados para cada uma das cinco categorias do patrimônio imaterial (Celebrações, Formas de expressão, Ofícios e modos de fazer, Edificações, Lugares) é permitido apenas para pessoas que sejam aprovadas para participar de capacitação na metodologia. O que demonstra a preocupação do IPHAN em relação a uma aplicação (tida como) correta da metodologia e contradiz a liberdade de ação defendida por Arantes como o grande diferencial entre pesquisas baseadas na “etnografia tradicional” e pesquisas com a metodologia do INRC (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015). Arantes indica que o Manual de Inventário (um volume de metodologia) deveria ser veiculado em conjunto com os resultados do projeto piloto (outros três volumes) para melhorar o entendimento da metodologia.

Além disso, Arantes aponta que a metodologia do INRC tem sido utilizada com finalidade pré-definida de registro de determinado bem e não como uma ampla varredura na comunidade onde o bem se desenvolve para entender as relações complexas existentes (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015). Segundo ele, caberia uma atualização da metodologia, pois

[...] O INRC foi pensado quando não havia nada além de um decreto vago, ideias esboçadas a partir da experiência anterior do CNRC, algumas tentativas, mas nada que explicitasse claramente os objetivos e limites dessa política. Hoje temos 15 anos de estrada e o Registro é um instrumento conhecido por muita gente. Menos do que desejaríamos, mas é bem conhecido. Além desse instrumento federal, também foram criados instrumentos de salvaguarda em nível estadual, municipal... Então, esta área da preservação já é uma realidade. O INRC ajudou a construir essa realidade; foi um passo na construção dessa política que avançou muito, nacional e internacionalmente. Mas, perante as demandas atuais, ele ficou um pouco inadequado. Por isso penso que está na hora de criar uma versão 2.0. (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015, p. 253)

Dentre os cento e vinte e quatro bens levantados via INRC, pode-se citar o Ayahuasca - Mapeamento Documental (AC), as Referências Culturais da Mandioca e Taipa (AL), a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA), os Lugares de Culto de Matrizes Africanas e Afro-Brasileiras no DF e Entorno (DF) e a Cerâmica do Candeal (MG). O que demonstra a diversidade de bens e sua ampla distribuição geográfica (apenas RO e RR não possuem INRC já realizado).

Sobre a questão tecnológica, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) disponibilizou acesso público online ao Sistema do Inventário Nacional de Referências Culturais (S-INRC), em caráter experimental (IPHAN, 2011). Buscava permitir o acesso a parte das informações geradas a partir de experiências de

³³ Nas palavras de Arantes: “Essa exigência deve-se ao fato de que o planejamento dos trabalhos em campo, assim como a formação e treinamento das equipes locais, variará de uma localidade para outra. O coordenador deve ser capaz de equacionar as questões práticas e técnicas decorrentes da diversidade de situações em que os levantamentos são realizados e de fato conduzir o trabalho em equipe de forma compatível com as decisões tomadas pelos supervisores de outros projetos. [...]” (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015, p. 246).

aplicação do INRC: documentos e registros sonoros, audiovisuais e fotográficos. Estimava-se que seria possível utilizar o banco de dados unificado para a implementação e gestão de políticas públicas de patrimônio imaterial, e para a obtenção de indicadores da eficácia das ações de preservação e das condições de existência e transmissão dos bens culturais (IPHAN, 2011).

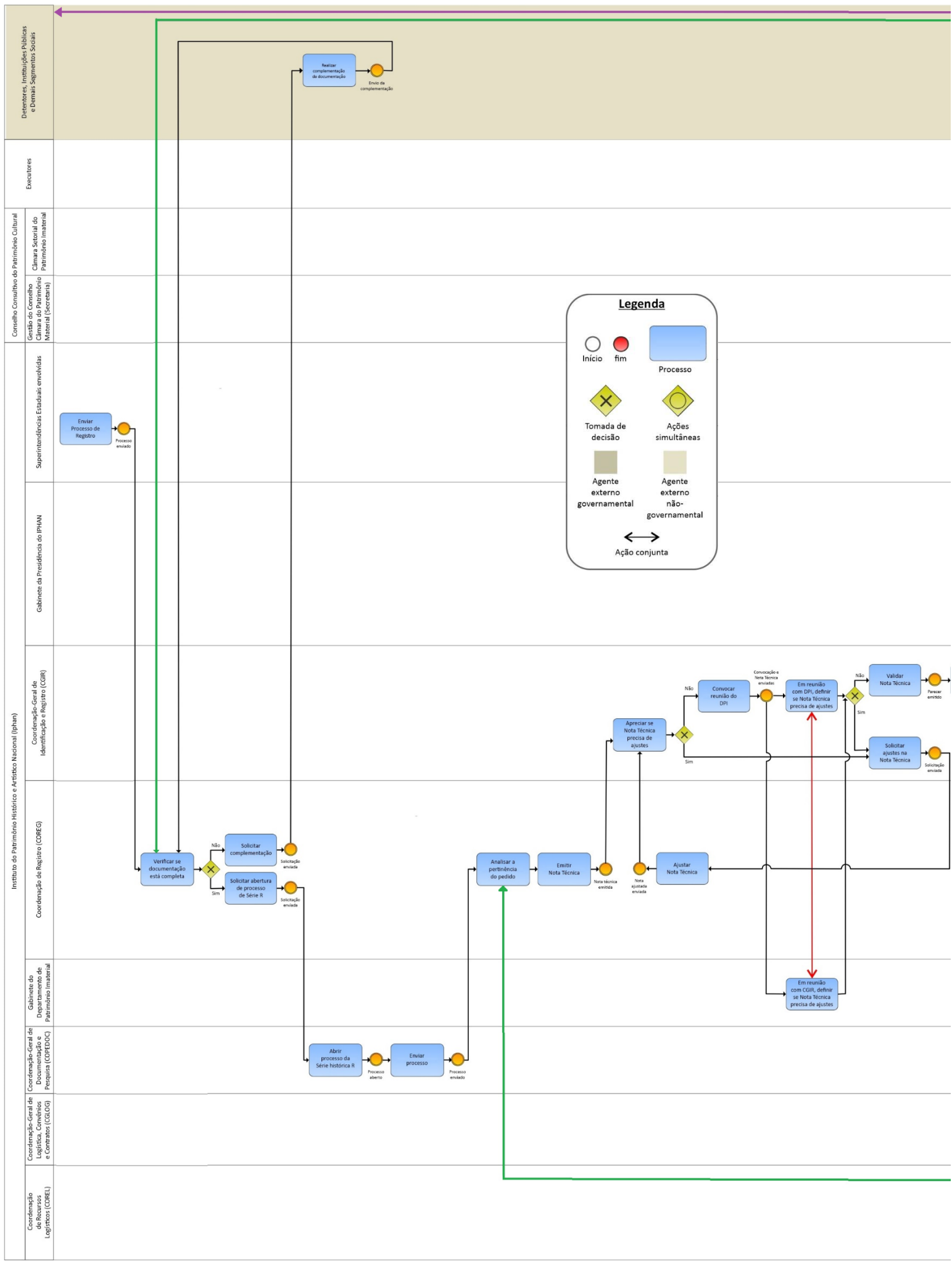
3.2 Registro de Bens Imateriais

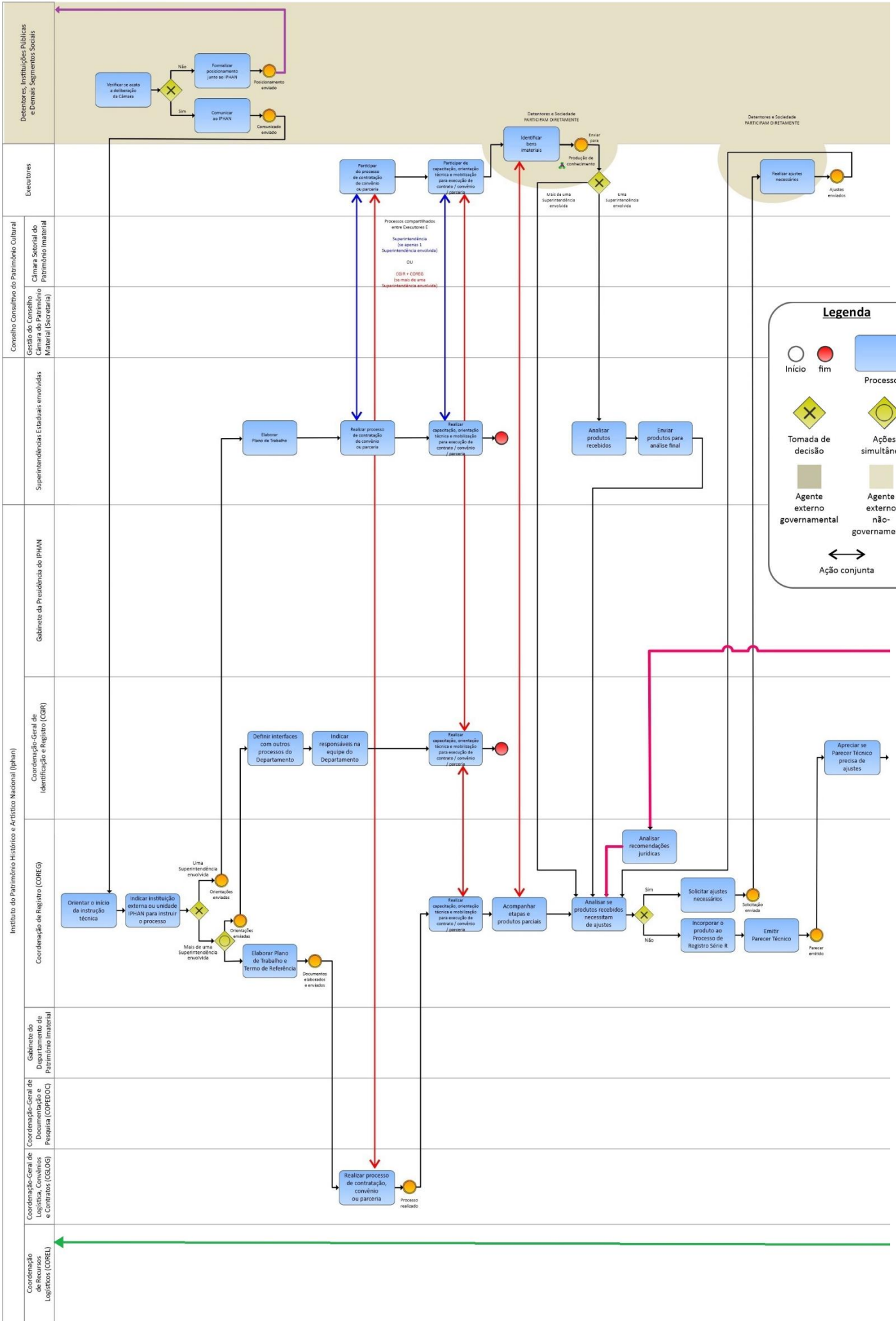
O Registro foi instituído pelo Decreto nº 3.551/2000 como um instrumento jurídico de Reconhecimento (explicita valores e significação cultural de bens imateriais), que visa criar meios para assegurar a continuidade do bem cultural. Ao contrário do Tombamento, não se pressupõe sua imutabilidade ao longo do tempo, tanto que é prevista a revalidação do título a cada dez anos. Os Livros de Registro seguiram as categorias principais do INRC: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Pela extensão e profundidade dos trabalhos de inventário, o primeiro registro foi realizado dois anos após a instituição do instrumento: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, do Espírito Santo, foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes.

Como base para a leitura do **Diagrama de Raia 4**, cabe apresentar a estrutura institucional do IPHAN com foco nas unidades relacionadas ao Patrimônio Imaterial, mostrada no **Organograma 8**. Ao contrário do Tombamento, as normas de procedimento para os processos de Registro não foram instituídas em legislação. O fluxograma apresentado a seguir foi desenhado com base em fluxograma disponibilizado por funcionário da Coordenação de Registro (COREG), do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), do IPHAN (SIMAS, 2020). Em cinza, foram marcados processos e atores externos ao IPHAN e não-governamentais: raia dos “Detentores, Instituições Públicas e Segmentos Sociais” (pois a sociedade tem participação obrigatória no processo, segundo diretrizes do IPHAN), o ator “Executores” e suas ações (pois são pessoas ou empresas externas ao IPHAN, contratadas para o levantamento).

O DIAGRAMA É MUITO GRANDE PARA SUA INSERÇÃO COM BOA QUALIDADE NESTE DOCUMENTO. POR FAVOR, ACESSÁ-LO EM [w.wiki/5\\$by](http://w.wiki/5$by)

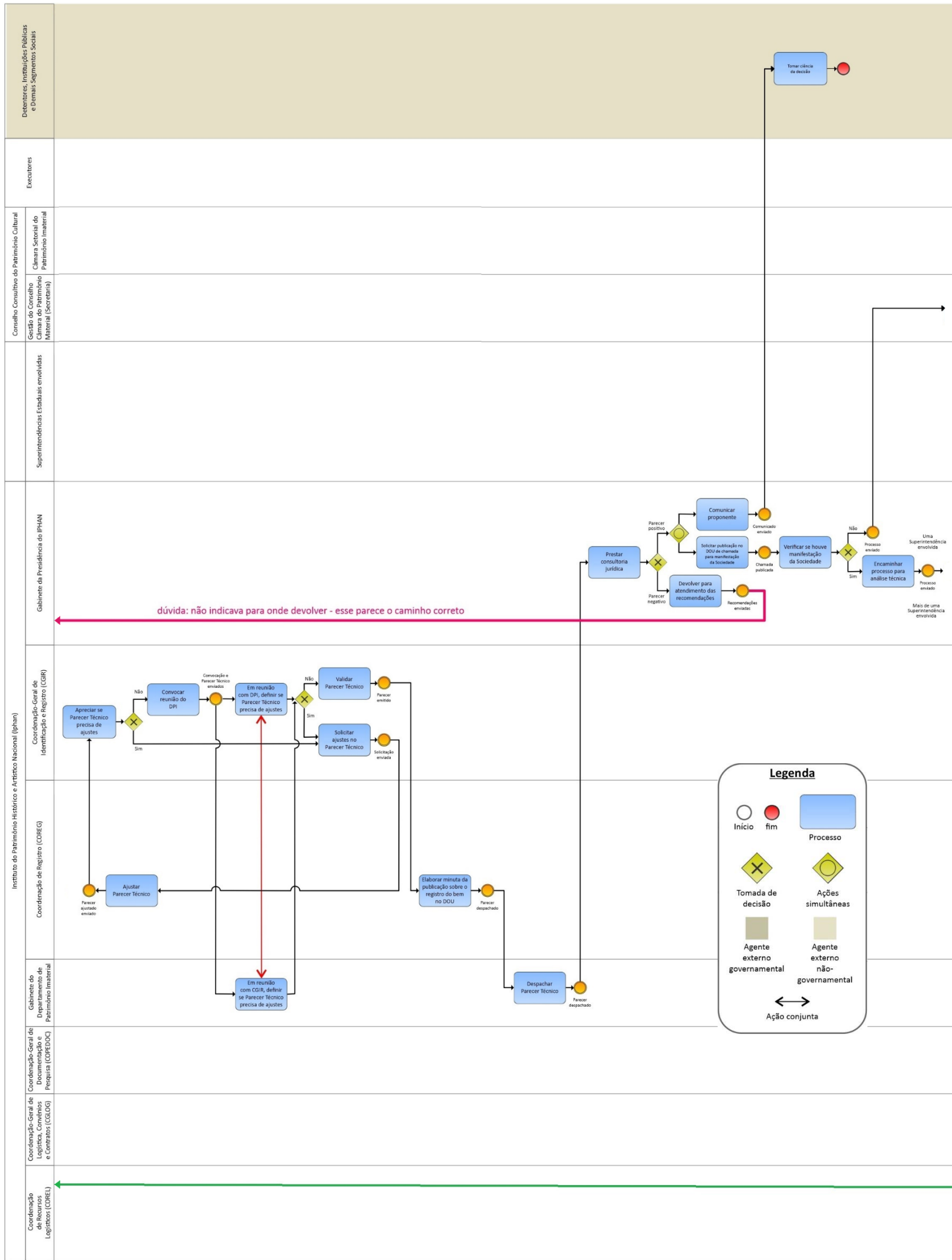
Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em fluxograma disponibilizado por servidor da Coordenação de Registro (COREG/IPHAN). Não foi possível elucidar as dúvidas sobre o processo, por isso, foram mantidas as marcações em vermelho/rosa.

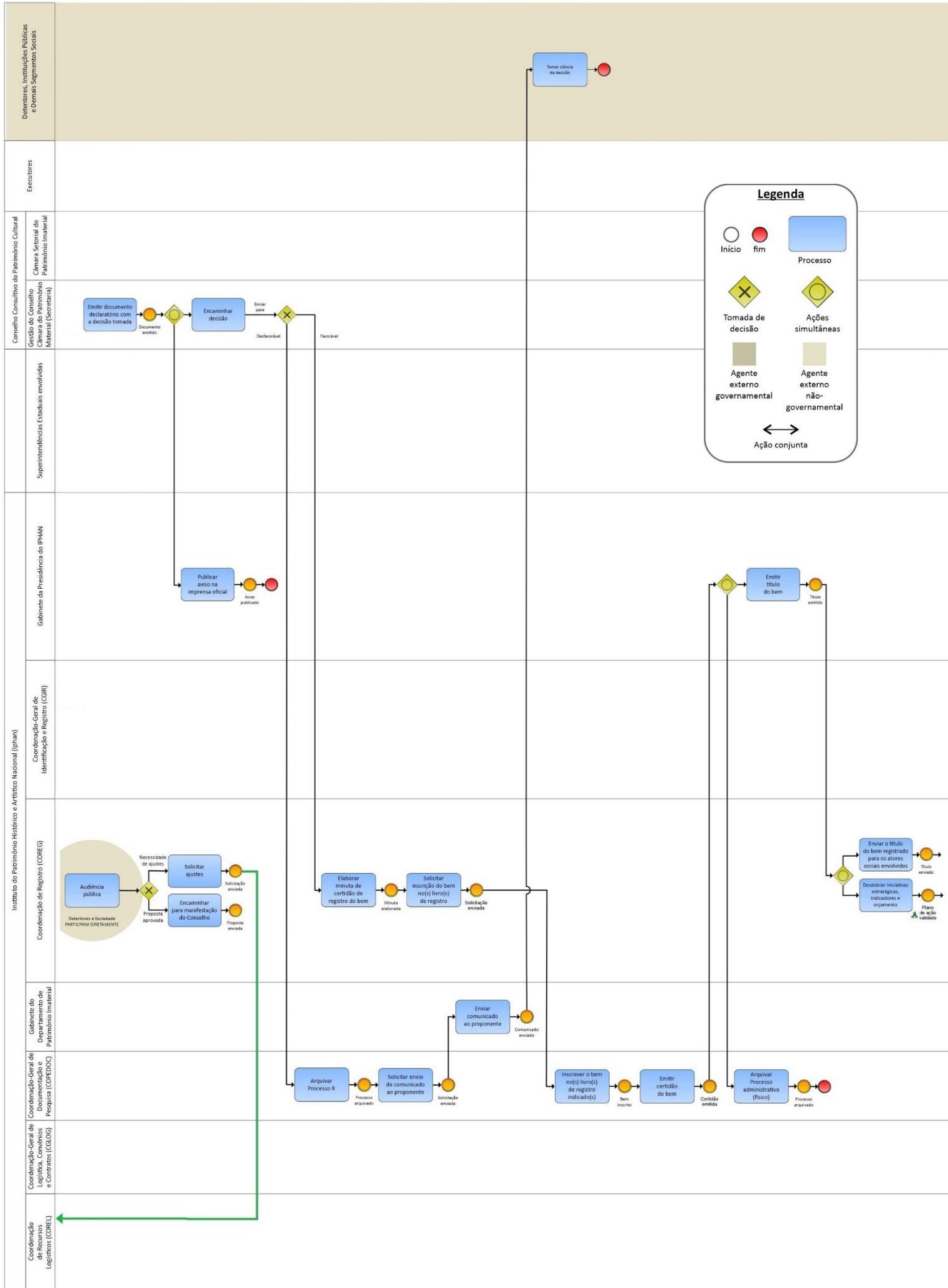


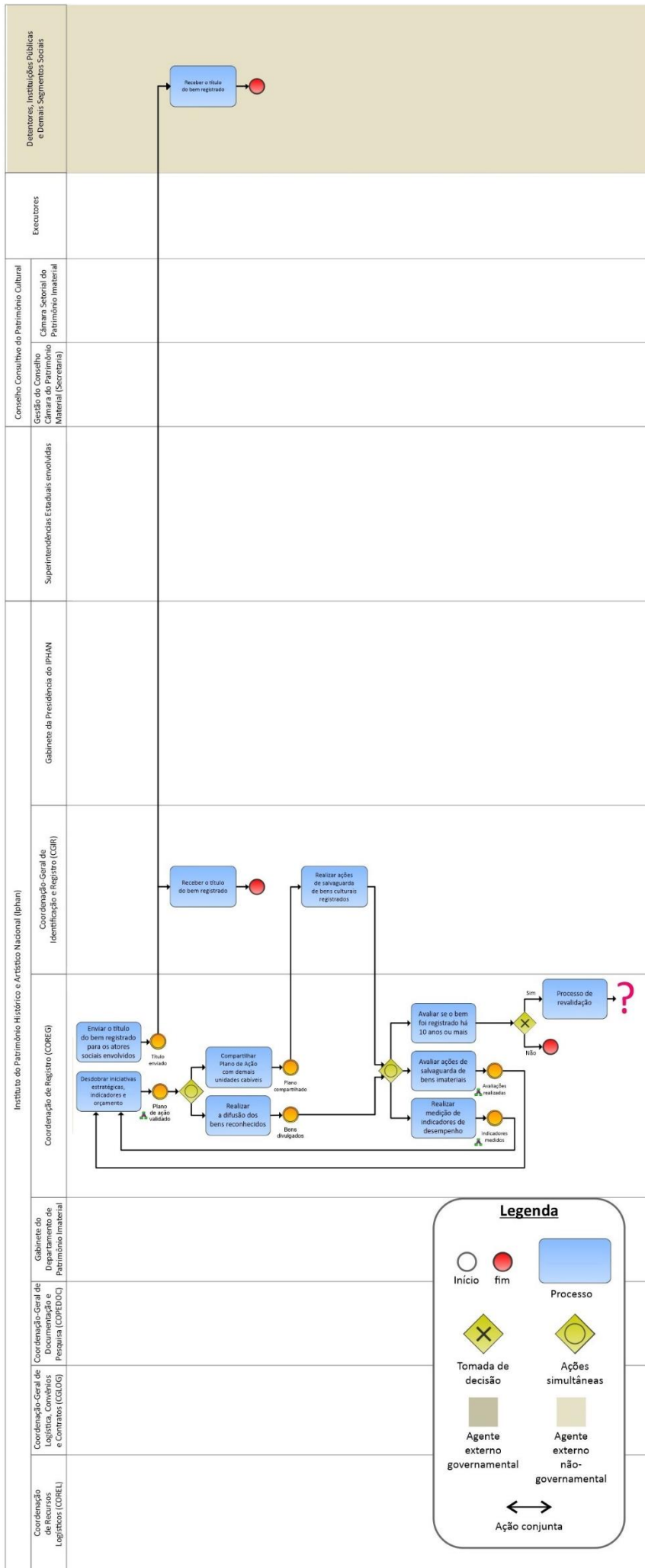


Legenda

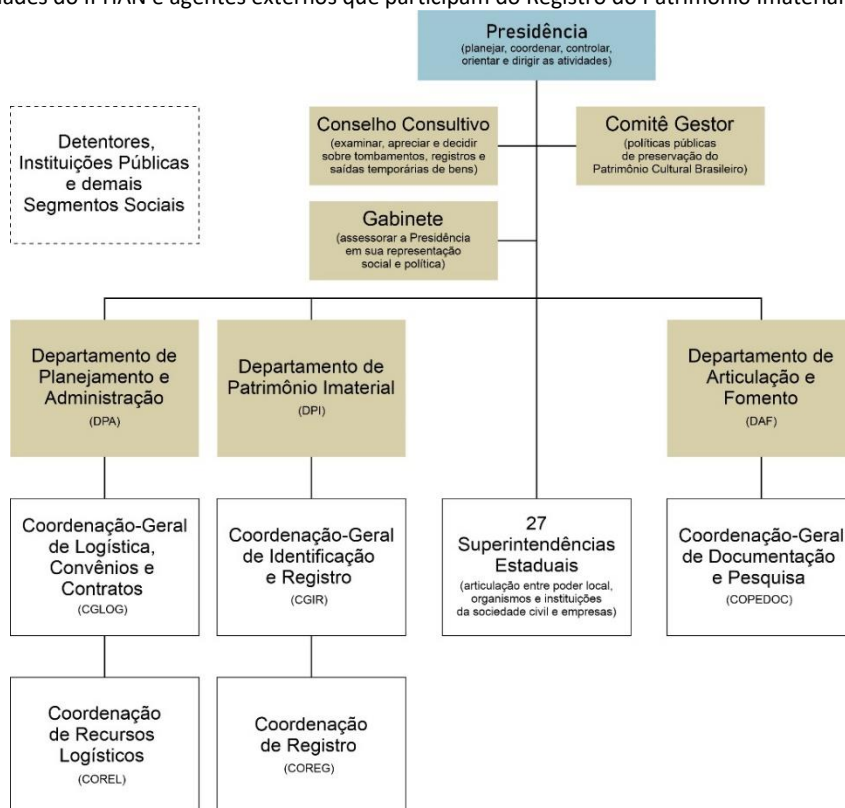
- Início
- fim
- Processo
- Tomada de decisão
- Ações simultâneas
- Agente externo governamental
- Agente externo não-governamental
- Ação conjunta







Organograma 8. Unidades do IPHAN e agentes externos que participam do Registro do Patrimônio Imaterial (2020)



Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em fluxograma disponibilizado pela COREG (SIMAS, 2020).

Em relação aos agentes envolvidos, nota-se a alteração da denominação do proponente: em vez de “qualquer cidadão, organização da sociedade civil ou instituição” (para o pedido de Tombamento, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937), atualmente reconhecidos como “detentores”, o que pressupõe a existência e a legitimação de uma relação íntima entre as pessoas e o patrimônio em questão. Embora não conste do fluxograma disponibilizado pela COREG (SIMAS, 2020), pressupõe-se que exista ainda um processo de divulgação dos bens registrados (conforme processo final do fluxo do Tombamento).

Já os **Quadros 5 a 8**, nas próximas páginas, apresentam resumo dos agentes envolvidos no registro de bens imateriais e de suas ações. A partir dessas análises, nota-se que o Processo de Registro é muito mais complexo do que o de Tombamento por vários motivos:

- Envolve obrigatoriamente a sociedade e é solicitado por coletivos envolvidos;
- Recursividade: novas informações necessárias são sempre solicitadas aos detentores;
- Envolve maior número de atividades (conjunto de ações) do que o número de ações do Processo de Tombamento.

O trâmite ocorre no interior do IPHAN, mas a instrução e as complementações do processo são realizadas em conjunto com os detentores do bem, sendo eles a fonte da informação e o agente de valoração do patrimônio. A consulta à população durante a instrução do processo é obrigatória. Efetivamente, o pedido de proteção deve partir dos detentores, de instituições públicas ou de segmentos sociais, todas entidades não-governamentais.

Quadro 5. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 1/4)

Agente	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3
Coordenação de Recursos Logísticos	Recebe o pedido de registro	Solicita complementação pelos detentores provida da CoReg	
Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial	DECISÃO “SUBJETIVA”: Realiza reunião para avaliação da Nota Técnica do Gabinete do DPI	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Aprecia o Parecer do Conselheiro Relator após manifestação da sociedade > Se não necessita de audiência pública, delibera sobre o Registro do Bem	
Gestão do Conselho Consultivo	Redige a ata da reunião da Câmara Setorial	Recebe informe de negativa de pertinência da Nota Técnica para ciência	Emite declaração com a decisão tomada pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial sobre o Registro do bem
Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos	Se envolvidas mais de uma SI, realiza processo de contratação, convênio ou parceria para instrução do Processo R		
Conselheiro Relator Designado	DECISÃO “SUBJETIVA”: Emite Parecer Conclusivo sobre o Registro do bem após manifestação da sociedade		
Executores (não-governamental)	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Identifica bens imateriais > Com a CoReg, acompanha etapas e produtos parciais	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Realiza ajustes nos produtos se solicitado > Encaminha produtos ajustados para CoReg	

Legenda: Negrito = conhecimento produzido por meio de pesquisa e reflexão

Quadro cinza = tomada de decisão subjetiva ou parcialmente objetiva (interpretação de legislação)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 6. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 2/4)

Agente	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade 5
Super intendências	> Recebe o pedido de registro > Verifica se há processo administrativo formado > Se não houver, autua o processo	DECISÃO “OBJETIVA”: > Verifica se a documentação está completa > Se necessário, solicita complementação pelos detentores	DECISÃO “SUBJETIVA”: Elabora manifestação	Recebe informe de negativa de pertinência da Nota Técnica para ciência	Se a instrução envolver apenas uma Superintendência: > Elabora Plano de Trabalho > Realiza processo de contratação, convênio ou parceria > Realiza capacitação, orientação técnica e mobiliza a execução DECISÃO “SUBJETIVA”: > Analisa produtos recebidos > Envia para CoReg para análise final
Presidente do IPHAN	Recebe o pedido de registro para ciência	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Presta consultoria jurídica sobre o Parecer Técnico dos produtos > Se o Parecer Jurídico for negativo, realiza recomendações	DECISÃO “OBJETIVA”: > Se não houve manifestação da sociedade, comunica o Conselheiro Relator Designado > Se houve manifestação da sociedade, encaminha processo para análise técnica	Publica aviso na Imprensa Oficial sobre a decisão tomada pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial sobre o Registro do bem	Emite título do bem registrado

Agente	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade 5
		> Se o Parecer Jurídico for positivo, comunica o proponente E envia aviso para publicação no DOU para manifestação da sociedade			
Gabinete do Departamento de Patrimônio Imaterial	Recebe o pedido de registro para ciência	DECISÃO “OBJETIVA”: > Realiza verificação complementar da documentação > Se incompleta, solicita complementação pelos detentores > Se completa, solicita abertura de Processo R	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Analisa pertinência do pedido de registro > Emite Nota Técnica	Despacha o parecer para o Presidente do IPHAN	Se a decisão da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial for desfavorável ao Registro do bem, comunica o proponente
Coordenação Geral de Documentação e Pesquisa	Abre Processo Série Histórica R	Arquiva o Processo Série Histórica R	Se a decisão da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial for desfavorável ao Registro do bem, arquiva o Processo R	> Inscreve o bem no Livro de Registro indicado > Emite certidão do bem	Após emissão do título do bem pelo Presidente do IPHAN, arquiva o Processo R físico

Legenda: Negrito = conhecimento produzido por meio de pesquisa e reflexão

Quadro cinza = tomada de decisão subjetiva ou parcialmente objetiva (interpretação de legislação)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 7. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 3/4)

Agente	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade 5	Atividade 6	Atividade 7
Coordenação-Geral de Identificação e Registro	Recebe o pedido de registro para ciência	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Aprecia a Nota Técnica do Gabinete do DPI > Se necessário, solicita ajustes ao CoReg > Se aprovada, encaminha para Reunião do DPI	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Realiza reunião do DPI para validação da Nota Técnica do Gabinete do DPI > Se necessário, solicita ajustes ao CoReg > Se validada, encaminha para Reunião da Câmara Setorial	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Se a instrução do Processo envolver mais de uma Superintendência, define interfaces com outros Processos R > Indica responsáveis na equipe do Departamento	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Analisa o Parecer Técnico sobre os produtos recebidos > Se não aprovado, solicita ajustes para a CoReg > Se aprovado, valida o Parecer	> Solicita Nota Técnica sobre a manifestação da sociedade para a CoReg e para a(s) Superintendência(s) envolvida(s) > Recebe as Notas Técnicas > Encaminha o processo para o Conselheiro Relator Designado	> Recebe título do bem registrado > Realiza ações e planos de salvaguarda dos bens registrados
Detentores, Instituições Públicas e Segmentos Sociais (não-governamental)	DECISÃO “SUBJETIVA”: Encaminha pedido de registro para a Coordenação de Recursos Logísticos ou para Superintendência	> Recebe solicitações de complementação DECISÃO “SUBJETIVA”: > Realiza complementação do documento sempre que solicitado > Encaminha documento complementado para Gabinete do DPI	> Recebe informe de negativa de pertinência da Nota Técnica para manifestação e adequação DECISÃO “SUBJETIVA”: > Manifesta-se e realiza adequação do documento > Encaminha documento adequado para Gabinete do DPI	Participa de audiência pública para aprovação do Parecer Conclusivo do Conselheiro Relator Designado	Recebe comunicado da decisão da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial desfavorável ao Registro do bem	> Recebe informação sobre os bens reconhecidos > Recebe título do bem registrado	

Legenda: Negrito = conhecimento produzido por meio de pesquisa e reflexão

Quadro cinza = tomada de decisão subjetiva ou parcialmente objetiva (interpretação de legislação)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 8. Agentes envolvidos no registro de bens imateriais, por tipo, em ordem decrescente de participação (Parte 4/4)

Agente	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade 5	Atividade 6	Atividade 7	Atividade 8	Atividade 9	Atividade 10	Atividade 11	Atividade 12
Coordenação de Registro	Analisa o número de Superintendências envolvidas com o bem	DECISÃO “OBJETIVA” : > Aplica checklist de requisitos necessários > Se necessário, solicita complementação pelos detentores > Se completa, solicita manifestação da Superintendência	DECISÃO “OBJETIVA” : Realiza a verificação complementar da documentação após manifestação da Superintendência	DECISÃO “OBJETIVA”: > Analisa a conclusão da Nota Técnica > Se inconclusiva, solicita manifestação e adequação aos detentores > Se negativa, emite informes E encaminha para arquivamento > Se positiva, encaminha para instrução do Processo R	Se envolvidas mais de uma Superintendência: DECISÃO “SUBJETIVA”: > Elabora Plano de Trabalho e Termo de Referência para instrução do Processo R > Realiza capacitação, orientação técnica e mobiliza a execução da instrução do Processo R > Com os executores, acompanha etapas e produtos parciais	Se envolvidas mais de uma Superintendência: DECISÃO “SUBJETIVA”: > Elabora Plano de Trabalho e Termo de Referência para instrução do Processo R > Realiza capacitação, orientação técnica e mobiliza a execução da instrução do Processo R > Com os executores, acompanha etapas e produtos parciais	DECISÃO “SUBJETIVA”: > Analisa os produtos recebidos dos executores > Se não aprovados, solicita ajustes aos executores > Se aprovados, incorpora ao Processo R E emite Parecer Técnico > Realiza ajustes no Parecer Técnico se solicitados	> Redige a minuta de aviso de publicação do bem no DOU > Despacha o parecer para o Gabinete do DPI	> Emite Nota Técnica sobre a manifestação da sociedade > Envia para a Coordenação-Geral de Identificação e Registro	> Se o Parecer Conclusivo do Conselheiro Relator Designado necessita de audiência pública, prepara E convoca a audiência pública > Se a proposta for aprovada em audiência pública, envia para o Conselheiro Relator Designado para novo Parecer Conclusivo > Se a proposta não for aprovada em audiência pública, solicita ajustes para a Coordenação-Geral de Identificação e Registro	Se a decisão da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial for favorável ao Registro do bem, elabora minuta de certidão de Registro	> Após emissão do título do bem pelo Presidente do IPHAN, realiza a difusão dos bens reconhecidos > Envia o título do bem registrado aos atores sociais envolvidos > Desdobra as iniciativas estratégicas, indicadores e orçamento > Media indicadores de desempenho > Avalia ações de salvaguarda de bens imateriais

Legenda: Negrito = conhecimento produzido por meio de pesquisa e reflexão

Quadro cinza = tomada de decisão subjetiva ou parcialmente objetiva (interpretação de legislação)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao contrário do que aconteceu com os bens tombados ao longo da história do IPHAN, a justificativa do Registro dos bens imateriais não está baseada em critérios estéticos. Como aponta a Rede Paulista de Educação Patrimonial, “Os valores relacionados às manifestações culturais dotadas de sentido patrimonial são sempre atribuídos pelos sujeitos e grupos sociais, não sendo nunca naturais ou imanentes aos objetos e manifestações em si” (REPEP, s.d., p. 3). Ou seja, a centralidade desse processo está nos sujeitos.

Dessa forma, como aponta o historiador brasileiro Paulo César Garcez Marins (2016, p. 18), “[...] A instituição do registro imaterial [...] emergiu como um instrumento capaz de superar a vasta ausência de preservação dos legados culturais vinculados às camadas populares, que não se enquadravam na escala monumental, no erudito e na ancianidade que pautavam o tombamento dos bens materiais”. Segundo ele, entre os anos de 2002 e 2016,

[...] o Conselho Consultivo do IPHAN indicou o registro de 38 bens, sendo o último deles a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, em 2015. Há, portanto, uma média de 2,9 nomeações anuais, uma média baixíssima que é, em parte, oriunda de uma metodologia mais sofisticada e lenta do que as antigas práticas de identificação e nomeação do patrimônio edificado, tradicionalmente descritivas e feitas sem consulta à sociedade local. Não há, contudo, como negar que o investimento do Estado nessa ação é de escala obviamente irrelevante em relação ao rol de bens materiais, que recebeu 167 tombamentos na década de 2000 [, portanto, média anual de 16,7 nomeações,] e 123 entre 2011 e 2015 [, média de 24,6 nomeações anuais] (MARINS, 2016, p. 18).

Embora Marins (2016) aponte que existe a “manutenção da histórica prevalência do Nordeste e do Sudeste” dentre os bens registrados, é inegável que o instrumento passou a possibilitar a valorização, salvaguarda e divulgação de parte importante do patrimônio nacional, sobretudo, ligada à cultura popular.

3.3 Chancela da Paisagem Cultural

Terceiro instrumento de acautelamento introduzido no contexto dos fluxos mais participativos, a Chancela da Paisagem Cultural é um instrumento de Reconhecimento bastante recente no cenário nacional. Foi instituído pela Portaria IPHAN nº 127, de 05 de maio de 2009, segundo a qual: “Art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza (WEISSHEIMER, 2009, p. 13).

Segundo a Carta de Bagé (2007) ou Carta da Paisagem Cultural, que registrou resultados de discussões que embasaram o instrumento da Chancela:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Artigo 3 - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural;

Cabe retomar o fundamento da Complexidade do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin (2003): o todo (nesse caso, a Paisagem Cultural) é maior que a soma de suas partes (natureza, grupos humanos, edificações, saberes, costumes etc.). Ou seja, o resultado (nesse caso, a Paisagem Cultural - nos termos de Morin, o sistema) não é uma soma dos diversos elementos e atores. Vai além disso. As características peculiares que compõem cada Paisagem Cultural se dão a partir das interações específicas entre os grupos sociais (com seus valores culturais, saberes, necessidades etc. específicos) que atuam sobre um determinado ambiente natural, em um determinado tempo (período histórico que denota valores, tecnologias, saberes etc. específicos). Assim sendo, cada Paisagem Cultural só poderia ser conformada naquele lugar geográfico, naquele período de tempo, e por meio da interação Homem-Natureza que ocorreu ali. Se fossem alterados o lugar, o tempo, os grupos humanos envolvidos, o meio ambiente e ou a Paisagem Cultural seria com certeza diferente.

O instrumento da Chancela surgiu porque “O tombamento nem sempre é o instrumento de proteção adequado a um objeto como é a paisagem, sempre em constante mutação, seja pela própria ação da natureza, seja pelas alterações que lhe imprime o homem” (PEREIRA, 2021, p. 26). A geógrafa brasileira Simone Scifoni (2016, p. 1) aponta que a noção de Paisagem Cultural permite superar o tratamento compartimentado do patrimônio, que separava natural e cultural, material e imaterial; passando a entendê-los como “um todo vivo e dinâmico”, onde práticas culturais, materialidades produzidas, formas da natureza e dinâmicas da natureza são elementos de estreita interdependência.

O intuito inicial do instrumento da Chancela era o mesmo do Registro do Patrimônio Imaterial: ser uma “[...] política de combate de distorções quanto a atuação do IPHAN em território nacional, buscando identificar bens em lugares que ainda não faziam parte do mapa do Patrimônio Cultural do Brasil a partir da realização de diversos inventários de conhecimento” (PEREIRA, 2021, p. 26).

[...] a ação institucional [do IPHAN] foi orientada para o aumento quantitativo de bens protegidos, a fim de ressaltar o patrimônio paisagístico e etnográfico e identificar valores culturais em lugares até então não reconhecidos ou não privilegiados pela prática preservacionista. O anseio, igualmente, era compreender o território de modo ampliado, com base em sua formação e na identificação dos macroprocessos históricos, permitindo, também, a interpretação dos bens culturais protegidos não isoladamente, por suas características individuais, mas de modo correlacionado, configurando redes de proteção com bases territoriais. (WEISSHEIMER; MONGELLI, 2017, p. 237 *apud* PEREIRA, 2021, p. 27)

Como aponta o arquiteto brasileiro Luiz Philippe Torelly (2012, p. 15), a Paisagem Cultural,

[...] como instrumento de gestão, pode se configurar como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável e, simultaneamente, como proteção do patrimônio cultural e natural. O êxito de sua aplicabilidade, a exemplo de outros mecanismos de planejamento, depende da participação das três instâncias de governo; de um conjunto de políticas governamentais articuladas; de um pacto entre a esfera pública, a sociedade e a iniciativa privada; e de coesão e participação social. [...]

Portanto, a Paisagem Cultural assume que os diversos setores da sociedade possuem um papel importante a desempenhar diante do Patrimônio Cultural, já que pressupõe um plano de gestão³⁴ da região chancelada, incluindo ações para a manutenção dos valores simbólicos e meios de financiamento das referências culturais envolvidas. A exigência desse plano se encontra no PPCM (IPHAN, 2018), que indica que "Tanto os processos de Reconhecimento como os de Proteção devem buscar a construção de Pacto para Preservação" (IPHAN, s.d.). Esse plano envolve não somente o poder público e os proprietários dos bens, mas também a sociedade civil e a iniciativa privada. Assim como os bens imateriais registrados, a Paisagem Cultural chancelada passa por uma reavaliação periódica (WEISSHEIMER, 2009). Por sua complexidade e caráter, o plano de gestão da Paisagem Cultural chancelada é analisado não só pelo Conselho Consultivo do IPHAN, mas também pela Procuradoria Jurídica (Profer) do instituto.

Segundo o geógrafo brasileiro Danilo Pereira (2021, p. 32), foram realizados seis estudos pioneiros para a aplicação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira em diferentes estados brasileiros (**Quadro 9 e**

Figura 7), que estão divididos em duas grandes categorias. Cada caso se localiza em um estado diferente, buscando uma grande diversidade de situações e paisagens, pensando o instrumento o mais abrangente possível de modo a que pudesse ser amplamente aplicado no futuro. Contudo, a distribuição geográfica dos estudos é bastante condizente com a dos bens tombados e registrados: o litoral brasileiro entre Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Quadro 9. Estudos pioneiros que subsidiaram a formulação do instrumento de Chancela da Paisagem Cultural

Categoria	Projeto	Abrangência	Inventário
Inventários Temáticos	Roteiros Nacionais de Imigração	SC	Paisagem Cultural da Imigração em Testo Alto e Rio da Luz (Pomerode e Jaraguá do Sul)
	Projeto Barcos do Brasil	Nacional	Paisagem Cultural das canoas de calão, da venda do peixe e da construção naval de Valença (BA)
			Paisagem Cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP)
Inventários Territoriais	Inventário do Rio São Francisco	AL, BA, MG, PE, SE	Paisagem Cultural da Foz do São Francisco (SE/AL)
	Inventário do Vale do Ribeira de Iguape	Estado de São Paulo	Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP)

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 32).

³⁴ Segundo o geógrafo brasileiro Danilo Pereira (2021), antes do reconhecimento via Chancela, é preciso firmar o Pacto, mas não necessariamente criar um plano de gestão.

Figura 7. Distribuição dos estudos pioneiros para aplicação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 33).

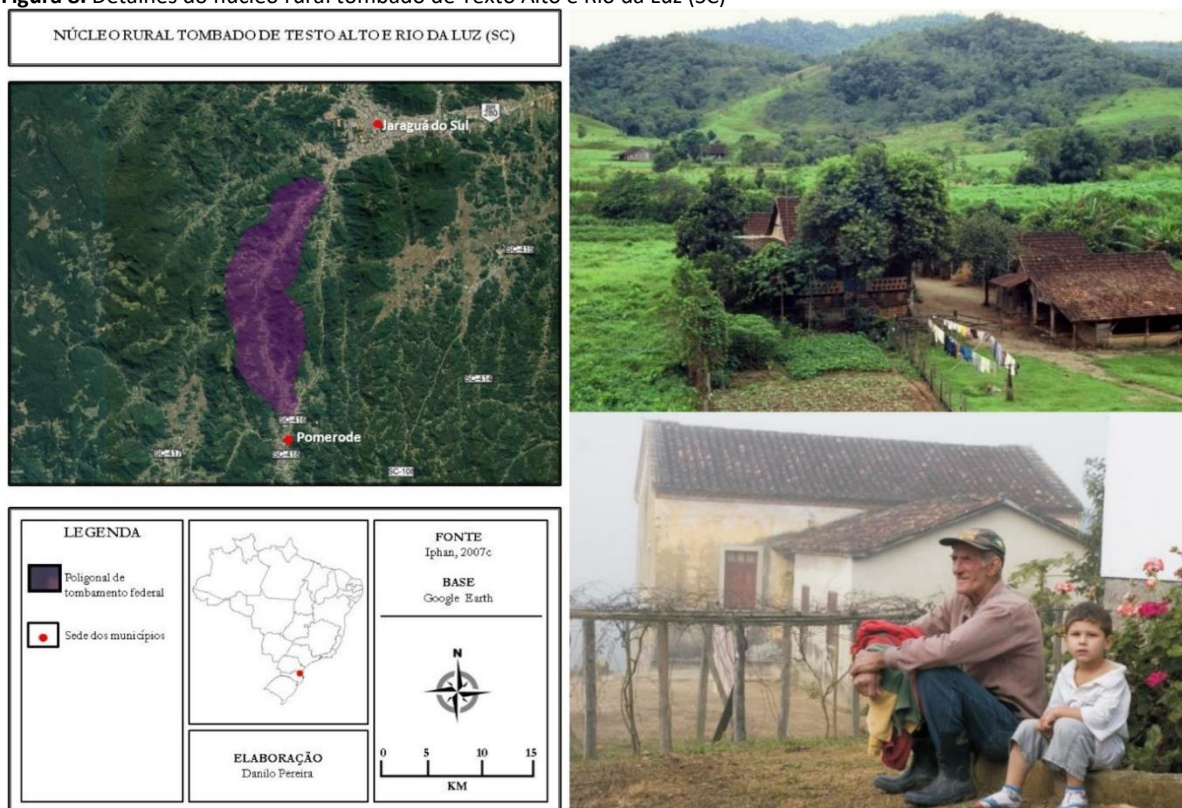
Como aponta Scifoni (2016, s.p.),

O estudo que está na origem deste novo olhar, Roteiros Nacionais de Imigração (IPHAN, 2011) [, apresentado na **Figura 8**], constituiu-se na primeira proposta de chancela de paisagem cultural desenvolvida pelo órgão. A partir de um amplo inventário realizado, em 2003/04, em municípios de Santa Catarina que receberam imigrantes de origem alemã, italiana, polonesa e ucraniana, esse estudo permitiu constatar que a preservação do patrimônio cultural não se resolveria unicamente no âmbito do IPHAN. Era preciso criar mecanismos de valorização e fomento para garantir a permanência dos grupos sociais nos espaços rurais, dada a forte pressão de fatores como urbanização e industrialização. Passou-se, assim, a articular diferentes esferas do poder público, entre prefeituras, governo do estado e ministérios da União, no sentido de buscar a sustentabilidade social e econômica, por meio da geração de trabalho e renda, fatores que garantem a permanência da vida no campo e, portanto, a proteção ao patrimônio cultural compreendido também a partir de suas práticas, usos, tradições e materialidades.

Contudo, a Paisagem Cultural da Imigração em Testo Alto e Rio da Luz (Pomerode e Jaraguá do Sul) não teve sua Chancela aprovada. Maria Regina Weissheimer (2019) comentou que a confusão ocorreu porque o Tombamento do Núcleo Rural de Testo Alto e Rio da Luz (SC) foi deliberado logo após a Portaria que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural e, os membros que deliberavam a proposta de Tombamento entenderam que o conjunto se caracterizava como uma Paisagem Cultural, conforme descrito no novo instrumento. Contudo, consta do Parágrafo único do Artigo 1º da Portaria IPHAN nº 127/2009, que estabeleceu o instrumento da Chancela, que “A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico”. Portanto, como aponta Weissheimer (2019), se trata de um mal-entendido porque o levantamento de informações

para a instrução do processo de Tombamento do Núcleo Rural de Texto Alto e Rio da Luz (SC) utilizou metodologia diferente da necessária para a obtenção da Chancela. Por exemplo, não incluiu a formulação do pacto de governança dessa paisagem, envolvendo os diferentes setores da sociedade.

Figura 8. Detalhes do núcleo rural tombado de Texto Alto e Rio da Luz (SC)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 34-36).

3.3.1 A construção do conceito brasileiro

A categoria de Paisagem Cultural foi criada pela Unesco, em 1992, como forma de superar as dificuldades de classificação de sítios com qualidades naturais e atributos culturais (até então nomeados como patrimônios mistos) (SCIFONI, 2016). A definição de Paisagem Cultural é compartilhada em âmbito internacional (UNESCO e Europa): a ação combinada do homem e da natureza, em uma escala espacial ampliada; um “[...] conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (SCIFONI, 2016, p. 1).

A UNESCO subdivide a Paisagem Cultural em três categorias principais apresentadas no

Quadro 10 e esclarece o critério de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial:

[...] sua funcionalidade e inteligibilidade. Em qualquer caso, a amostra selecionada deve ser suficientemente substancial para representar adequadamente a totalidade da paisagem cultural que ilustra. Não deve ser excluída a possibilidade de designar zonas lineares longas que representem redes de transporte e de comunicação culturalmente significativas.

Imagem Ilustrativa	Categoria e Descrição / Exemplo
	<p>1. Paisagem Claramente Definida e Criada Intencionalmente pelo Homem</p> <p>Jardins e parques construídos por razões estéticas, geralmente, associados a edificações monumentais e ou religiosas.</p> <p>Ex.: Paisagem Cultural e Remanescentes Arqueológicos do Vale de Bamiã, a 240 km de Cabul - Afeganistão. Os dois grandes nichos no paredão continham esculturas gigantes de Buda, esculpidas na rocha entre os séculos IV e V. Foram destruídas pelo Talibã em 2001.</p>
	<p>2. Paisagem de Evolução Orgânica –</p> <p>a. Paisagem Relíquia ou Fóssil</p> <p>Aquela em que um processo evolutivo chegou ao fim abruptamente ou por um período; mas suas características significativas ainda são visíveis nos vestígios materiais.</p> <p>Ex.: Paisagem Cultural de Wat Phou, em Champassak - Laos, é um complexo de templos, santuários e sistemas de água, vestígios dos séculos XI e XIII (as ruínas do templo do século V foram destruídas).</p>
	<p>2. Paisagem de Evolução Orgânica -</p> <p>b. Paisagem Contínua</p> <p>Mantém um papel social ativo, faz parte do modo de vida tradicional do local ou da região. Possui evidências materiais de sua evolução ao longo do tempo.</p> <p>Ex.: A Paisagem Cultural de Budj Bim, na Austrália, compreende o vulcão Budj Bim, o lago Condah e os pântanos de Tyrendarra. Nas terras criadas pela lava, o povo Gunditjmara criou um dos sistemas de aquicultura mais vastos e antigos do mundo.</p>
	<p>3. Paisagem Cultural Associativa</p> <p>Aquela onde ocorrem fortes associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural. Evidências materiais são insignificantes ou ausentes.</p> <p>Ex.: Na Paisagem Cultural dos ǀKhomani, entre Botsuana e Namíbia - África do Sul, estratégias de sobrevivência a condições extremas, desenvolvidas e utilizadas há milênios, incluem etnobotânica, práticas culturais e uma cosmovisão relacionada às características geográficas do entorno.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base na UNESCO (2008, p. 86) e imagens do site da UNESCO.

Os critérios gerais de proteção e gestão são igualmente aplicáveis às paisagens culturais. É importante que se preste a devida atenção a toda a gama de valores representados na paisagem, tanto culturais quanto naturais. As nomeações devem ser preparadas em colaboração com as comunidades locais e com a sua total aprovação. (UNESCO, 2008, p. 86-87, tradução nossa).

A categoria da UNESCO, juntamente com outras normativas internacionais (como a Recomendação R (95), de 1995, e a Convenção Europeia da Paisagem, de 2000, ambas do Conselho da Europa), tiveram forte influência para a adoção da Chancela também no Brasil (SCIFONI, 2016, p. 1). Para evitar a utilização local de um instrumento formulado por estudiosos internacionais (geralmente, europeus) para uso em seus próprios contextos, a equipe responsável pela elaboração das categorias brasileiras de Paisagem Cultural analisou as categorias da UNESCO tendo o Brasil como foco para seu uso. Considerando que “O Brasil é formado, como poucos países do mundo, por enorme diversidade de paisagens, costumes e lugares [...]” (IPHAN, s.d., s.p.), as categorias internacionais não se encaixam no cenário brasileiro.

Dessa forma,

Entre os anos de 2007 e 2008, vários documentos institucionais foram produzidos a partir da experiência desenvolvida em Santa Catarina e do enfrentamento dos desafios que o trabalho apresentava. Tais documentos foram: Paisagem Cultural – Proposta de regulamentação (IPHAN/Depam; julho de 2007), a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (IPHAN; agosto de 2007), a Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques (IPHAN; setembro de 2007), a Proposta de Política Nacional de Paisagem Cultural (IPHAN /Depam; maio de 2008) [...]. Eles constituíram a base a partir da qual se elaborou a normatização legal para a instituição da paisagem cultural, a Portaria n° 127. [...] (SCIFONI, 2016, p. 1).

A partir dessas várias discussões entre especialistas, em 2007, a Carta da Bodoquena definiu a Paisagem Cultural brasileira, que é comparada à da UNESCO no **Quadro 11** a fim de identificar as minúcias que as distinguem.

Quadro 11. Comparação entre as definições de Paisagem Cultural – UNESCO e IPHAN

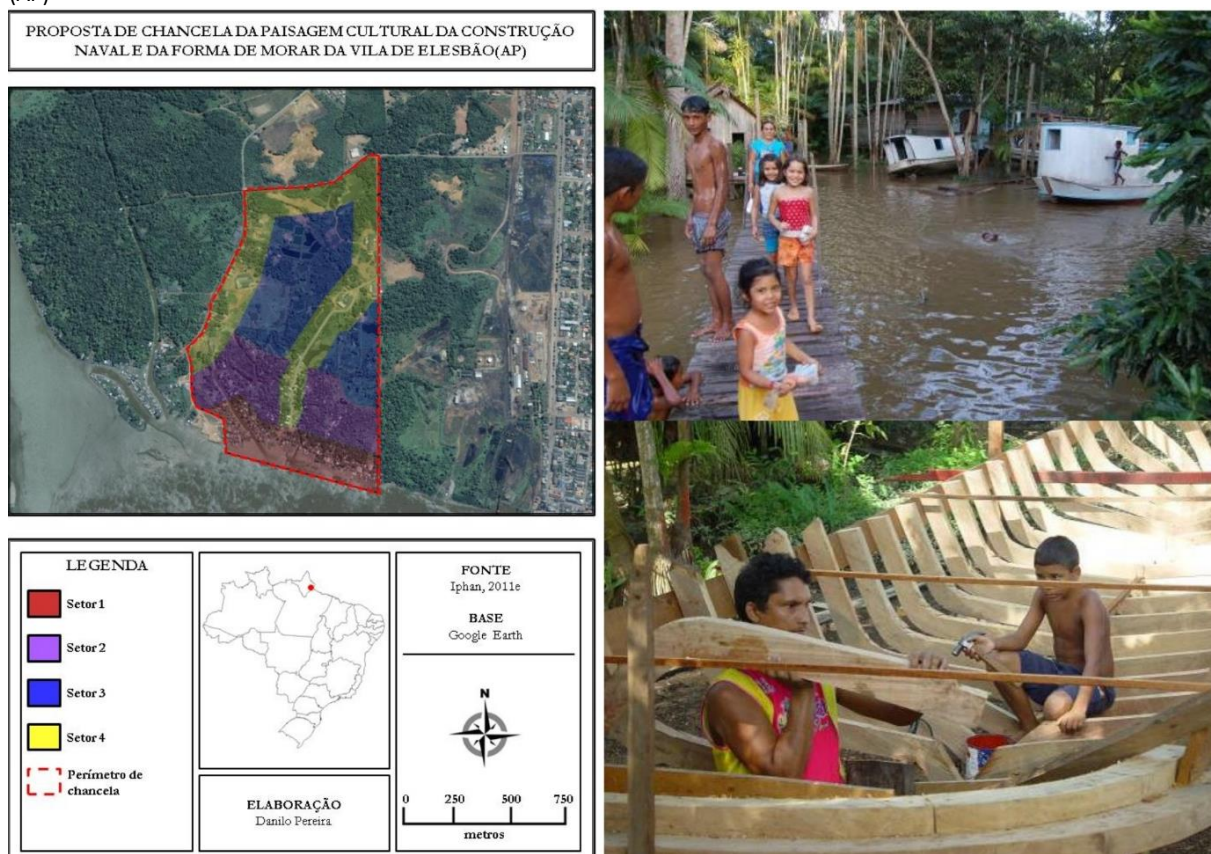
	UNESCO	IPHAN
Ano	1992	2009
Uso	Mundial	Nacional
Definição	<p>As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas.</p> <p><u>Artigo 1º da Convenção</u>: serão considerados patrimônio cultural:</p> <p>Os monumentos - Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>Os conjuntos - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>Os locais de interesse - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.</p>	<p>Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a inteiração do homem como o meio natural.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base na UNESCO (1972, p. 2, 2012, p. 70) e no IPHAN (2007, p. 3), grifos nossos.

A definição internacional utiliza um vocabulário técnico de difícil entendimento pelos leigos e aponta como Patrimônio Cultural monumentos, conjuntos e locais de interesse, ou seja, bens ligados à materialidade. Enquanto isso, a definição brasileira foi escrita de modo simplificado e salientou a inclusão de espaços urbanos e rurais e as questões imateriais neles expressas (vivência e ciência, marcas e valores, cenários, conhecimentos e realizações). Além disso, a definição brasileira não sugere grandiosidade; aponta que as paisagens devem exemplificar, singularizar ou excepcionalizar a interação homem / meio natural. Como afirma Scifoni (2016, p. 1), a UNESCO possui rígidos critérios de autenticidade e integridade porque busca validar as paisagens de importância mundial.

Para o IPHAN, são exemplos de paisagem cultural brasileira: “o sertanejo e a Caatinga, o candango e o Cerrado, o Pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, as tradições da mata e as tribos indígenas” (IPHAN, s.d., s.p.). Cabe aqui apresentar em detalhes um exemplo de estudo realizado e não cancelado, com a finalidade de que o objetivo do instrumento e o papel do IPHAN sejam explicados. O caso selecionado trata da Vila de São Elesbão, no Amapá (**Figura 9**), que fez parte do projeto Barcos do Brasil e a cujo material completo se teve acesso.

Figura 9. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 41-42).

Como aponta o IPHAN (2011, p. 5-6),

A vila está assentada sobre palafitas, às margens do Rio Amazonas, no que poderíamos considerar o subúrbio da região metropolitana de Macapá, no município vizinho de Santana. O núcleo é composto, basicamente, por edificações térreas de

madeira – com raras unidades de um, dois ou até três pavimentos – construídas sobre palafitas e ligadas entre si por passarelas de madeira. Esta tipologia, muito comum em diversos pontos da Amazônia, é um dos melhores exemplos representativos da adaptação dos agrupamentos humanos locais às condições naturais da região, especialmente ao regime dos rios e do acesso aos recursos naturais (sejam terrestres ou fluviais). [...] [Além disso, se destaca pela] alta concentração de estaleiros navais tradicionais, cuja produção de barcos de madeira para transporte de cargas e passageiros representa parcela significativa das embarcações construídas e em atividade na foz do Rio Amazonas. [...]

Segundo Weissheimer (2019), vários moradores já tentaram residir em outros bairros de Santana ou de Macapá, mas retornam a São Elesbão porque têm acesso à matéria-prima e às condições para o trabalho estaleiro e consideram que o local oferece melhor qualidade de vida do que o espaço urbano. Segundo o IPHAN (2011), entre 15 e 20% dos moradores de São Elesbão exercem atividade relacionada diretamente com a construção de barcos: são mestres carpinteiros, calafates, pintores e marceneiros. Por isso, a proposta de Paisagem Cultural a ser chancelada envolvia a construção naval e a forma de morar da Vila de Elesbão (AP): ambas são simbióticas.

O levantamento técnico compreendeu que os trâmites da chancela poderiam contribuir para a resolução de algumas questões muito peculiares dessa relação homem-natureza, como, por exemplo:

- O conhecimento é passado de pai para filho. “[...] o que até pouco tempo seria classificado como simples processo de transmissão de conhecimento e aprendizado de uma profissão, passou a ser enquadrado como “trabalho infantil [...]” (IPHAN, 2011, p. 7);
- A madeira, matéria-prima para o trabalho, é retirada da floresta, o que passou a ser enquadrado como retirada ilegal;
- As condições de segurança do trabalho são precárias ou mesmo inexistentes; e
- Não há tratamento adequado dos resíduos sólidos (especialmente a serragem), que são jogados diretamente no rio.

Aqui se vislumbra o potencial do instrumento da Chancela e o papel do IPHAN dentro dele: mediador entre sociedade e órgãos governamentais em questões sensíveis envolvidas na preservação do patrimônio. No processo de análise interna ao IPHAN para a publicação da Portaria que instituiu o instrumento da Chancela:

O Procurador considerou, ainda, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira se apresentava como um marco inaugural para uma particular e especial forma de procedimento administrativo, uma forma específica de atuar do Poder Público na defesa do patrimônio cultural, sem contrariar, subverter ou conflitar com as atribuições institucionais e constitucionais, tendo a finalidade de atender ao interesse público, complementando e integrando os instrumentos de tutela jurídica existentes (PEREIRA, 2018, p. 78).

Como aponta Weissheimer (2009, p. 13), “[...] Embora não seja o único responsável pela chancela e preservação das paisagens brasileiras, o IPHAN é o principal articulador de ações de valorização, planejamento e gestão desse patrimônio”. Aqui se retoma a discussão sobre o IPHAN como unidade interrelacionada com todo o sistema complexo do Governo Nacional (**Quadro 3**, que apresenta as interações das políticas com foco na contribuição para o patrimônio cultural). De modo que, por

exemplo, sobre as questões da Vila de São Elesbão enumeradas acima, o IPHAN necessitava negociar especificidades legais entre a comunidade e órgãos municipais, estaduais e federais relacionados 1. à Criança e ao Adolescente, 2. ao Meio-ambiente, 3. à Segurança no Trabalho e 4. novamente ao Meio-ambiente.

3.3.2 Pacto para a Chancela: o caso da Paisagem Cultural de Pitimbu (PB)

Conforme já mencionado, a Chancela de uma Paisagem Cultural pressupõe um pacto e um plano de gestão da região chancelada, incluindo indicação de meios de financiamento e de ações para a manutenção de seus valores simbólicos (IPHAN, 2009, art. 9), que devem prever muito mais do que a simples divulgação do território (PEREIRA, 2018). Os documentos devem ser construídos em conjunto com a sociedade civil e entidades, órgãos e agentes dos setores público (nas diversas instâncias³⁵ e nos vários segmentos de políticas públicas) e privado (SICIFONI, 2016). Ou seja, busca-se constituir uma rede de proteção não só ao patrimônio edificado, mas também ao ambiente cotidiano, às tradições, aos costumes e às manifestações da vida e do trabalho de diversos grupos sociais (SICIFONI, 2016).

[...] O pacto tem como objetivo traçar, minimamente, um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio”. (IPHAN, 2011, p. 4).

Após a construção coletiva do pacto, passa-se ao plano de gestão:

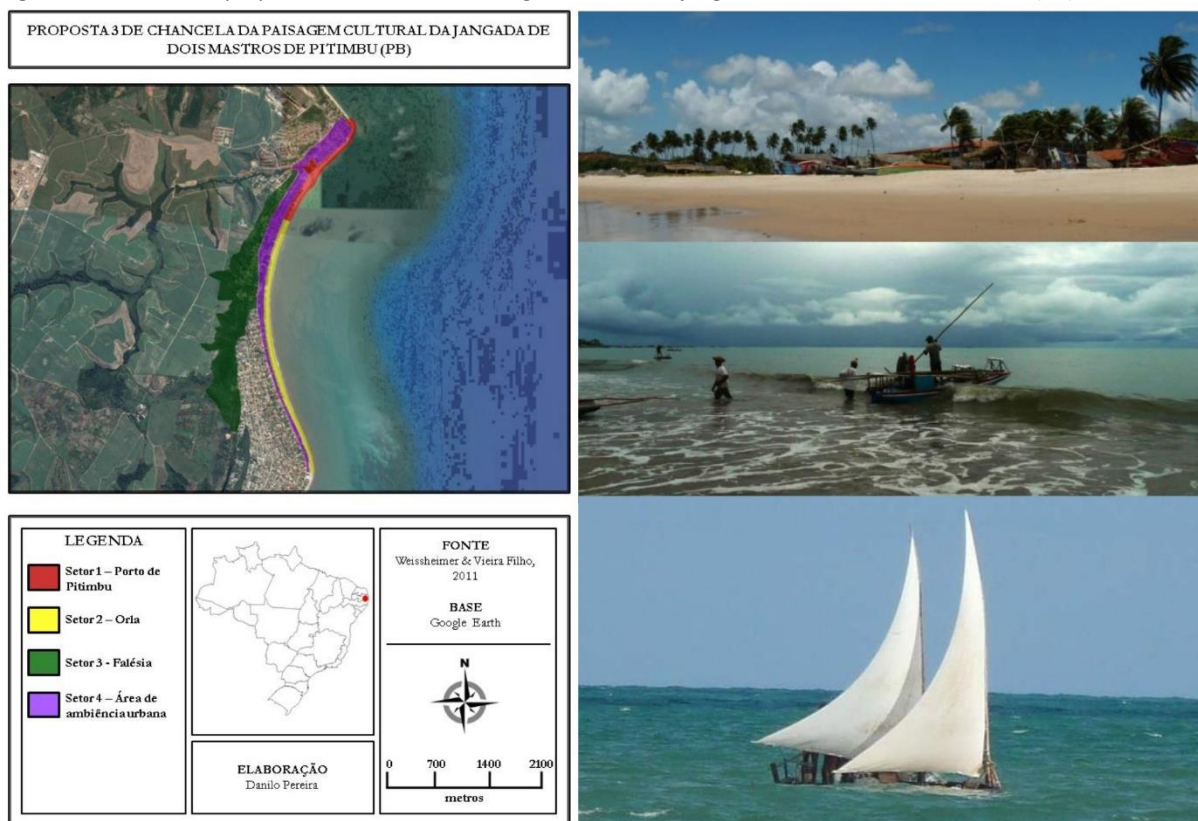
É este pacto que dá origem ao Plano de Gestão, onde devem estar planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram determinado lugar a ser reconhecido como uma Paisagem Cultural Brasileira. Caso os integrantes não cumpram com as determinações, e se as características da paisagem forem degradadas ou perdidas, o órgão responsável, no caso o IPHAN, tem a função de cancelar a chancela (WEISSHEIMER, 2009, p. 18).

Para entender as nuances desse processo, será analisado o “Estudo sobre a Paisagem Cultural de Pitimbu” (**Figura 10**), que foi realizado em 2010 por meio de contrato efetivado pelo DEPAM/IPHAN. O estudo sobre a Paisagem Cultural da jangada de dois mastros de Pitimbu (PB) foi uma das primeiras iniciativas do IPHAN “[...] de aplicação do conceito da paisagem cultural e do instrumento da chancela, conforme dispõe a Portaria IPHAN 127 de 30 de abril de 2009” (WEISSHEIMER, 2011, p. 1). O interesse pela região se deve a duas especificidades: 1. uma adaptação local à embarcação tradicional nordestina - a jangada de dois mastros e 2. a relação peculiar dos pescadores tradicionais com a natureza local, que se transforma de modo contínuo e mútuo (PEREIRA, 2021). As atividades tiveram início em março de 2010, com o objetivo de “Reconhecer como patrimônio cultural a paisagem que é

³⁵ A proposta de articular ações entre as esferas municipal, estadual e nacional já havia sido testada durante o Programa Monumenta (ver **APÊNDICE A. Programas de financiamento à restauração**), criado em 1997. Contudo, não teve sucesso.

produto do cotidiano e do trabalho de pescadores e carpinteiros navais empobrecidos e em processo de expulsão do seu território pela atividade do turismo” (PEREIRA, 2021, p. 43).

Figura 10. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural da Jangada de dois mastros de Pitimbu (PB)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 43-45).

Para tanto, houve a

[...] contratação de serviço especializado que teve como objetivo principal a coleta de dados e a elaboração de diagnóstico para subsidiar o processo de chancela a ser implementado pelo IPHAN. O serviço contratado visou a realização de levantamentos cadastrais junto a instituições governamentais federais, estaduais e municipais, análises e proposições preliminares a servirem de base para o plano estratégico para preservação, incluindo a identificação de agentes e possíveis parceiros para o estabelecimento de um pacto com o IPHAN, bem como informações relevantes a serem integradas nos processos de reconhecimento da Paisagem Cultural (WEISSHEIMER, 2011, p. 104).

A contratação de pessoal externo ao IPHAN para a realização dos estudos é necessária inclusive porque o Instituto não tem pessoal suficiente sequer para os trabalhos internos (MONGELLI, 2021).

O relatório final desse estudo possui a estrutura apresentada na **Figura 11**. Nota-se que os trabalhos se dividem em duas grandes frentes. A primeira constitui o levantamento de informações para a caracterização do objeto, incluindo os itens 1. Histórico; 2. Caracterização dos aspectos naturais; 3. Aspectos socioeconômicos; e 4. A conformação da paisagem cultural. E a segunda é a indicação de diretrizes para: 1. Pré-proposta de zoneamento para a área; e 2. Proposições e apontamentos para o plano estratégico de preservação. Como aponta Pereira,

Partindo da premissa de que se não houver jangadeiro, mestre, pescador, pescado, mar e ventos, todos esses elementos interagindo em um mesmo lugar, não haveria jangada, tampouco a de duas velas, o estudo buscou identificar a paisagem cultural de Pitimbu em seu contexto amplo, considerando os seus principais componentes. Segundo o documento, estes seriam: 1) os signos representativos dos aspectos naturais – mar, recifes rochosos, rios, estuários, praias e falésias; 2) os signos intrínsecos das atividades de pesca artesanal e da carpintaria naval – [a.] recursos pesqueiros, [c.] embarcações tradicionais, [b.] apetrechos de pesca, [d.] caiçaras, colônias de pescadores, [e.] estaleiros e [f.] serrarias; 3) atividades de valor simbólico ligados à atividade pesqueira – habilidades manuais, artesanato local e grupos folclóricos; e 4) outros bens de natureza material ligados à atividade pesqueira – Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e Sobrado dos Gonçalves (PEREIRA, 2018, p. 117).

Figura 11. Sumário do relatório final do “Estudo sobre a Paisagem Cultural de Pitimbu (PB)”

Caracterização da paisagem cultural	<p>INTRODUÇÃO</p> <p>CONCEITOS E TERMOS FUNDAMENTAIS</p> <p>HISTÓRICO</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS NATURAIS A ZONA COSTEIRA E O COMPORTAMENTO DA LINHA DE COSTA</p> <p>ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DADOS POPULACIONAIS INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO ECONOMIA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA O TURISMO A PRODUÇÃO PESQUEIRA MARINHA E ESTUARINA</p> <p>A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL 1) A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO – PANORAMA GERAL 2) A PESCA ARTESANAL a. OS RECURSOS PESQUEIROS b. PRINCIPAIS MÉTODOS E APARELHOS DE PESCA c. AS EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS d. A SAZONALIDADE, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A CADEIRA PRODUTIVA e. OS LUGARES: LOCAIS DE TRABALHO E TOPOFILIA f. A CARPINTARIA NAVAL 3) OS DEMAIS ELEMENTOS CULTURAIS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A PESCA ARTESANAL E A CARPINTARIA NAVAL 4) OUTROS BENS CULTURAIS DE RELEVÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE PITIMBU</p>
Diretrizes para a chancela	<p>PRÉ-PROPOSTA DE ZONEAMENTO PARA A ÁREA CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES BÁSICOS NA CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE PITIMBU SETOR 1: DISTRITO DE ACAÚ SETOR 2: TRECHO DA BAIXADA LITORÂNEA E FALÉSIAS ENTRE OS NÚCLEOS URBANOS DE PITIMBU E ACAÚ (incluindo Praia Azul e Ponta de Coqueiros) SETOR 3: SEDE MUNICIPAL E BACIA HIDROGRÁFICA DO RIACHO ENGENHO VELHO SETOR 4: PONTAL À BARRA DO ABIAÍ SETOR 5: PRAIA BELA (incluindo Estuários do Rio Mucatu e Rio Graú)</p> <p>PROPOSIÇÕES E APONTAMENTOS PARA O PLANO ESTRATÉGICO DE PRESERVAÇÃO CONSIDERAÇÕES INICIAIS SIGNOS FUNDAMENTAIS COMPONENTES DA MATRIZ DA PAISAGEM CULTURAL DE PITIMBU QUANTO À SALVAGUARDA POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DA PAISAGEM CULTURAL DE PITIMBU, A PARTIR DE SEUS PRINCIPAIS SIGNOS / ELEMENTOS COMPONENTES INDICAÇÕES NORMATIVAS E DE PLANEJAMENTO PRELIMINARES: APONTAMENTOS E RECOMENDAÇÕES</p> <p style="background-color: #e0f0ff; padding: 2px;">LISTA DOS (POSSÍVEIS) ATORES A SEREM ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CHANCELADA DA “PAISAGEM CULTURAL DE PITIMBU”</p> <p>ANEXO FOTOGRÁFICO</p> <p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p> <p>FICHA TÉCNICA</p>

Fonte: Adaptado pela autora (2022) com base em Weissheimer (2011, p. 102-103).

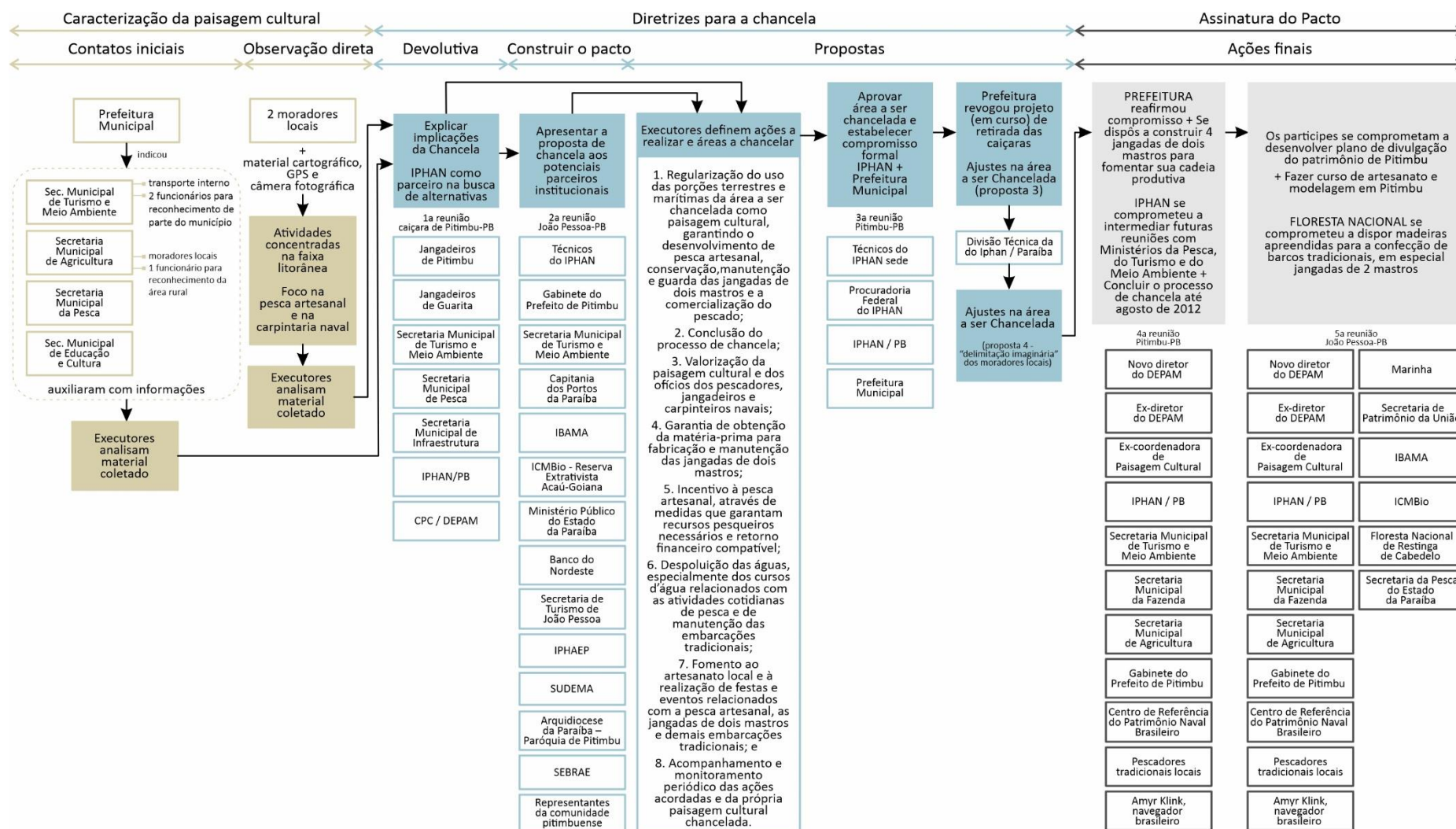
Na segunda parte do relatório, cabe destacar o item “Lista dos possíveis atores a serem envolvidos no processo de Chancela da ‘Paisagem Cultural de Pitimbu’”, pois, como mencionado, o instrumento da Chancela deriva de um entendimento, por parte do IPHAN, da centralidade dos indivíduos locais nas atividades e nos processos de gestão do seu patrimônio; já que, além de estarem em contato cotidiano com os bens que compõem o seu viver e trabalho, “Os valores relacionados às manifestações culturais dotadas de sentido patrimonial são sempre atribuídos pelos sujeitos e grupos sociais, não sendo nunca naturais ou imanentes aos objetos e manifestações em si” (REPEP, s.d.). Como indivíduos locais entendem-se não só os cidadãos que compõem os diversos grupos envolvidos com o patrimônio, mas também os órgãos governamentais que gerem o território e o setor privado que usufrui do território para geração de lucros.

O **Diagrama 7**, na próxima página, apresenta as ações e os atores envolvidos nos processos de caracterização da paisagem cultural e de elaboração de diretrizes para a chancela de Pitimbu-PB. No primeiro momento dos levantamentos, foram realizados os contatos iniciais. A Prefeitura Municipal indicou quatro Secretarias Municipais ligadas ao tema, que, por sua vez, forneceram informações e disponibilizaram recursos para os trabalhos. No segundo período de levantamento, após análise do material recolhido na primeira etapa, as atividades foram concentradas na faixa litorânea onde ocorrem a pesca artesanal e a carpintaria naval (WEISSHEIMER, 2011). Priorizou-se a observação direta da paisagem, que foi auxiliada por material cartográfico, GPS e câmera fotográfica. Dois moradores locais levaram os pesquisadores aos locais selecionados (WEISSHEIMER, 2011).

O material coletado durante a caracterização da paisagem cultural foi analisado e foram organizadas duas reuniões: a primeira com a comunidade para apresentar os resultados, explicar as implicações da Chancela e o papel do IPHAN como parceiro na busca de alternativas; a segunda com os potenciais parceiros para a construção do Pacto. Os executores analisaram a proposta de área a ser chancelada e definiram oito linhas de ações a serem realizadas para a preservação da Paisagem Cultural das Jangadas de Dois Mastros de Pitimbu. Em uma terceira reunião, entre IPHAN e Prefeitura, foi estabelecido o compromisso entre os dois órgãos. Segundo Pereira (2018, p. 129), “[...] por meio do compromisso estabelecido com o poder público local, que foi possível garantir a permanência das caixas nas praias de Pitimbu, tendo em vista que a prefeitura já tinha projeto de retirá-las. [...]”.

Em seguida, a proposta 3 de chancela foi enviada para a Divisão Técnica do IPHAN da Paraíba, que realizou suas considerações e devolveu uma nova proposta de área a chancelar (4). Novamente, foram realizadas reuniões com a comunidade (4ª reunião) e com os órgãos competentes (5ª reunião), onde a Prefeitura Municipal reafirmou seu compromisso com as ações já propostas para a salvaguarda, o IPHAN se dispôs a ser mediador de questões pertinentes junto aos Ministérios e a Floresta Nacional de Restinga do Cabedelo se comprometeu a disponibilizar madeiras apreendidas para a confecção das embarcações.

Diagrama 7. Diagrama dos atores e principais ações e decisões relacionados ao pacto de Pitimbu (PB)



Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base no (2011) e em Weissheimer (2011) e Pereira (2018).

Na reunião com a população (4ª reunião), o IPHAN também se comprometeu a agilizar os trâmites da Chancela e concluir o processo até agosto de 2012 (prazo de oito meses). “[...] Contudo, mesmo o IPHAN se comprometendo em concluir o processo até agosto daquele ano, o mesmo permaneceu sem novas providências até 2014, quando foi sobrestado junto com os demais processos administrativos de chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (PEREIRA, 2018, p. 134).

Em relação à evolução dos quatro perímetros propostos (**Figura 12**), segundo Pereira (2018, p. 119), a primeira proposta de território da paisagem cultural,

[...] buscou incluir toda a faixa litorânea do município de Pitimbu, conformando setores com características semelhantes do ponto de vista do desenvolvimento da atividade pesqueira, como a concentração de embarcações e as diferenças em relação às modalidades de pesca artesanal. Também respeitou as delimitações imaginárias criadas pelos moradores locais e os aspectos morfológicos da paisagem. Outro critério utilizado relacionou-se às formas de ocupação urbana desenvolvidas ao longo da costa, nas quais se procurou identificar e distinguir as áreas de loteamento destinadas às casas de veraneio e às ocupações da população residente.

Ou seja, os técnicos contratados consideraram a voz das comunidades locais e esse foi o território mais abrangente proposto, envolvendo não só a faixa praieira, mas também ampla faixa tanto das águas quanto do território urbano.

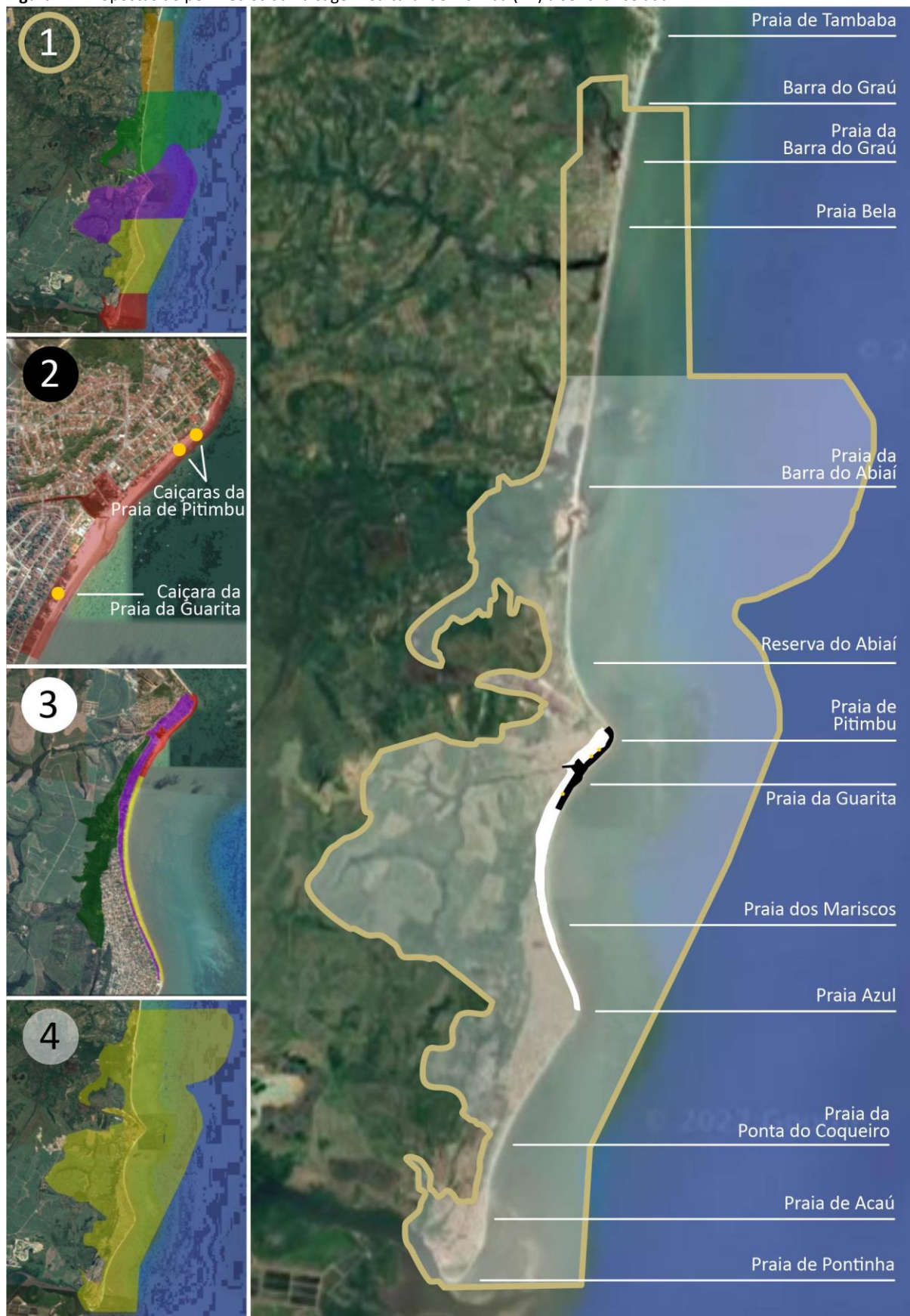
Aberto o processo administrativo nº 01450.005551/2011-95, uma segunda proposta de poligonal foi elaborada pelo CPC/DEPAM, para efeitos práticos, com foco na peculiaridade identificada na paisagem de Pitimbu: a presença da jangada de dois mastros em atividade (WEISSHEIMER; VIEIRA FILHO *apud* PEREIRA, 2018, p. 127). Essa foi a proposta mais restrita, envolvendo apenas a faixa praieira de parte do Setor 3 da primeira proposta, onde se localizam as praias de Pitimbu e Guarita. Segundo Weissheimer (2011), o pacto e o plano de gestão para Pitimbu foram elaborados sobre essa porção do território que melhor agrupava os elementos específicos que permitiam a ocorrência e a atividade das jangadas de dois mastros. Portanto, sendo a área mínima a ser preservada.

Ao longo da terceira reunião, entre IPHAN e Prefeitura Municipal, os técnicos do IPHAN Paraíba realizaram algumas considerações que ampliaram a área a ser chancelada.

Conforme Weissheimer e Vieira Filho (2011), essa medida visava possibilitar a preservação não só dos cenários de coexistência das jangadas de dois mastros e demais embarcações movidas à vela, dos pescadores, das caiçaras da praia, mas também toda a silhueta do núcleo urbano, abarcando os principais elementos geomorfológicos do núcleo sede de Pitimbu, como a falésia, o contorno da faixa de areia, o rio Maceió e a vegetação da praia, bem como a relação harmoniosa existente entre os aspectos naturais da paisagem e a atual configuração urbana. [...]

Para a equipe [do IPHAN] formada por nove técnicos da unidade estadual, a peculiaridade da paisagem cultural de Pitimbu deveria se dar:

Figura 12. Propostas de perímetros da Paisagem Cultural de Pitimbu (PB) a ser chancelada



Fonte: Adaptado pela autora (2022) sobre mapa do Google, com base em Pereira (2018, p. 120, 126, 130, 132) e Weissheimer (2011, p. 17).

“[...] pelo diverso e não pelo excepcional, [...] por sua ambiência natural e não apenas por recortes temáticos específicos e idiossincráticos. A diversidade de embarcações, inclusive a jangada de dois mastros, existe em função da ambiência singular daquela região, que apresenta matérias-primas específicas, clima específico e relevo específico. O instrumento de proteção da paisagem cultural parece perder sua razão de ser a partir do momento em que é visto dissociado das ações e formas de expressões do homem. É preciso que fique clara a relação intrínseca entre conteúdo e continente, sendo evidente a importância da paisagem dita natural do município de Pitimbu (rios, mar, falésias, tabuleiros, vegetação etc.) para a constituição da paisagem dita cultural. Somente por meio dessa abordagem podemos compreender a indissolubilidade da compreensão dos conceitos de ‘cultura’ e ‘natureza’”. (COSTA *et al.*, 2011, p. 11-12). (PEREIRA, 2018, p. 129 e 131).

Tais divergências de valores e motivações para o reconhecimento de uma determinada porção do território levaram à proposição de um quarto perímetro de chancela, de autoria do IPHAN Paraíba, que levou em consideração a “delimitação imaginária” dos moradores locais que foi representada no primeiro perímetro. Apenas o Setor 5 foi excluído por não ser palco de atividade de pesca.

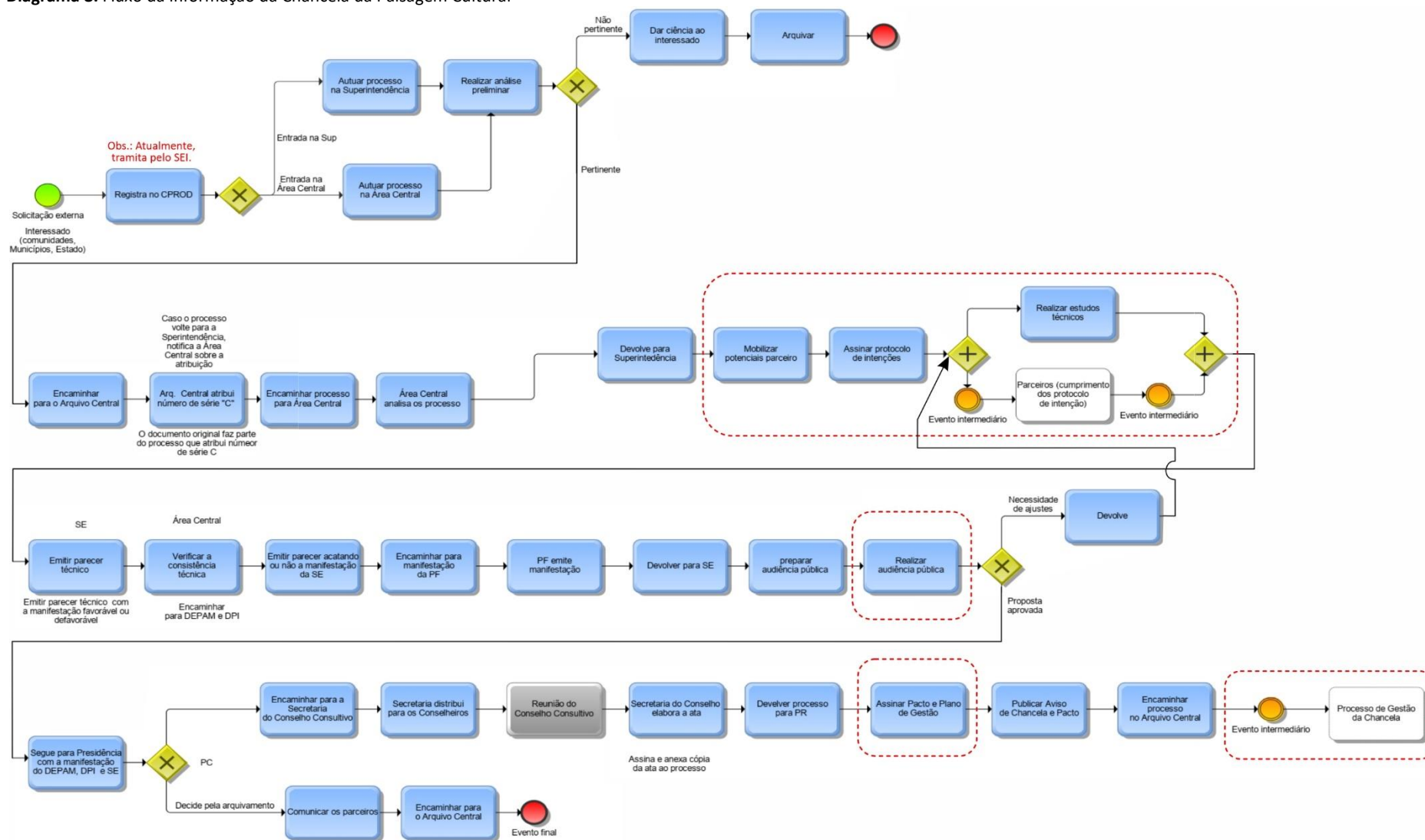
3.3.3 O processo institucional

O fluxograma apresentado no **Diagrama 8** foi disponibilizado pela arquiteta brasileira Monica Mongelli, que acompanhou sua construção em 2014³⁶. De forma muito simplificada, a tramitação da Chancela era pensada da seguinte forma: Interessados / comunidades fazem o pedido de chancela ao IPHAN. Na própria Superintendência ou na Área Central (DEPAM e ou DPI), o administrativo abre um protocolo. O pedido é protocolado e é aberto um processo no SEI (não existe mais o sistema CPROD) pela unidade correspondente do IPHAN: o processo pode ser instruído na Superintendência ou na Área Central, bem como a análise preliminar do pedido. Se considerado “não pertinente”, é dada ciência ao interessado e se arquivado o processo. Se considerado “pertinente”, o Arquivo Central converte esse processo administrativo do SEI em um processo "Série C" (análogo à "Série-T" do Tombamento). É feito diálogo com a área central e o processo volta para a Superintendência para instrução.

Na Superintendência, se mobilizam os parceiros, fazem-se oficinas e ampliam-se os estudos até formar protocolo de intenções com os parceiros. A Superintendência emite parecer técnico aprovando ou não a chancela. O processo vai para a Área Central, que emite parecer. O processo é encaminhado para manifestação da Procuradoria, que analisa as questões jurídicas e emite manifestação. O processo é devolvido à Superintendência. É realizada audiência pública local sobre a concessão da Chancela, quando podem ser realizados ajustes na proposta. Com proposta atualizada e parecer favorável à concessão da Chancela, o processo vai para a Área Central, que emite manifestação.

³⁶ Infelizmente, não houve tempo hábil para validar as informações do fluxograma desenhado por esta pesquisa. Dessa forma, não será possível organizar a informação em um quadro demonstrativo de atores e ações.

Diagrama 8. Fluxo da informação da Chancela da Paisagem Cultural



Obs.: Linhas tracejadas indicam momentos em que o IPHAN interage com a população, com órgãos externos e com possíveis parceiros.

Fonte: Fluxograma enviado por Monica Mongelli (2021), adaptado pela autora (2022).

1. Em caso de manifestação a favor, o processo vai para a Presidência do IPHAN, que aciona a Secretaria do Conselho Consultivo. Acontece a reunião do Conselho Consultivo: Conselheiro Relator vota, demais conselheiros se manifestam e Presidente do IPHAN decide. É emitida ata da reunião e devolve-se o processo para a Procuradoria, que vai formalizar e propor como o pacto deve ser assinado com vistas ao plano de gestão. São publicados os avisos de Chancela e do pacto para manifestação contrária da sociedade. Caso haja manifestação contrária, o processo é reanalisado pela Procuradoria, no Conselho Consultivo e pelo Presidente do IPHAN. Vai para o Arquivo Central para controle.

2. Em caso de manifestação negativa da Área Central, o processo segue para arquivamento e os parceiros são comunicados. O processo vai para o Arquivo Central para controle.

Para melhor entender o fluxo da informação, a concatenação de ações e atores da Chancela da Paisagem Cultural conforme pensados nos anos 2010, pode-se analisar simultaneamente o fluxo do **Diagrama 8** e o **Diagrama 7**, que melhor destaca a interação do IPHAN com a população local e os órgãos locais, estaduais e nacionais. No **Diagrama 8**, os momentos em que o IPHAN interage com a população, com órgãos externos e com possíveis parceiros estão indicados com linhas tracejadas. O IPHAN³⁷ assume papel de articulador durante o levantamento de informações para caracterização da paisagem, a elaboração de diretrizes e a assinatura do pacto e do plano. Além disso, após a concessão da chancela, cabe ao IPHAN realizar o monitoramento e revisão do plano de preservação e produzir indicadores de desempenho que serão utilizados para analisar a revalidação da chancela a cada dez anos (da mesma forma como acontece com o Registro dos bens imateriais).

Como indica Pereira (2015, p. 59),

[...] A grande inovação da chancela em relação aos instrumentos antecessores, o tombamento e o registro, está no fato de que a responsabilidade sobre gestão decorrente do reconhecimento de valor não recai apenas sobre o IPHAN, mas sobre todos os agentes que atuam sobre o território chancelado. Nesse sentido, se institui um pacto que “constitui-se a partir de um processo de envolvimento e de interlocução nas localidades, junto àqueles parceiros preferenciais interessados em sua concretização, buscando a formulação de uma proposta de proteção” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 40).

Contudo, a Chancela não foi concedida a nenhum dos estudos realizados por razões diversas (**Quadro 12**, na próxima página). Em especial porque, em 2012, ocorreu a mudança de gestão do IPHAN e foram alteradas as prioridades: passou a atuar por demanda e houve um acordo para reduzir o número de processos abertos (alguns Processos-T há décadas) (PEREIRA, 2021). O que resultou em análise superficial dos pedidos de Chancela (ao que pese a complexidade de cada um deles) e o indeferimento de todos os pedidos (PEREIRA, 2021).

³⁷ Por meio de executores terceirizados. Como aponta Mongelli (2021), o IPHAN tem historiadores, sociólogos e antropólogos em seu quadro de servidores, mas são poucos e, assim, não conseguem realizar o trabalho de campo com o tempo e a permanência devidos. Os consultores contratados são capacitados pelo pessoal do IPHAN e são assistidos pelos gestores do IPHAN ao longo do processo por meio de uma série de reuniões que (re)direcionam o desenvolvimento dos trabalhos.

Quadro 12. Dificuldades para o reconhecimento da Chancela das Paisagens Culturais pioneiras

Período	Projeto	Inventário	Dificuldades para o reconhecimento
Anos 1980	Roteiros Nacionais de Imigração	Paisagem Cultural da Imigração em Testo Alto e Rio da Luz (Pomerode e Jaraguá do Sul)	Internas ao IPHAN. Mesmo com a grande publicização da localidade, os estudos não ultrapassaram a arquitetura dos bairros rurais
	Projeto Barcos do Brasil	Paisagem Cultural das canoas de calão, da venda do peixe e da construção naval de Valença (BA)	Internas ao IPHAN. Não houve continuidade não foi dada continuidade do projeto Barcos do Brasil e da consultoria contratada em 2010.
		Paisagem Cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP)	Governança das ações dos parceiros do pacto e plano de gestão.
A partir de 2009	Inventário do Rio São Francisco	Paisagem Cultural da jangada de dois mastros de Pitimbu (PB)	Internas ao IPHAN. Mudança de gestão.
		Paisagem Cultural da Foz do São Francisco (SE/AL)	Falta de capacidade de governança compartilhada do IPHAN com grande números de parceiros pactuantes e suspensão dos processos de chancela quando os estudos foram concluídos (2014).
	Inventário do Vale do Ribeira de Iguape	Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP)	Falta de apoio da direção da Superintendência IPHAN/SP e incompreensão da viabilidade de aplicação da chancela a esse extenso território.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 60).

No ano seguinte, os processos de Chancela foram parados devido a:

- 1) a necessidade de revisão e atualização dos procedimentos administrativos de chancela, (re)definindo as atribuições e papéis para o corpo técnico do IPHAN, esclarecendo como atuar quanto ao tema, questionando a capacidade instaurada no IPHAN para atuar nessa abrangência;
- 2) o fato de o instrumento ser estabelecido por Portaria interna do IPHAN, portanto, sem acarretar em obrigações a terceiros;
- 3) a necessidade de abordar questões fora das competências do IPHAN para a preservação das paisagens culturais;
- 4) a dificuldade de implementar as ações definidas nos pactos e planos de gestão.

O assunto foi retomado apenas quatro anos depois, em 2017, quando uma carta do ICOMOS fez com que fosse instituído o “Grupo de Trabalho para a atualização da política de paisagem cultural brasileira, a retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para a efetiva implementação” (Portaria IPHAN nº 104/2017) (PEREIRA, 2021). Em 2018, a proposta de atualização da Portaria tramitou por 80 unidades do IPHAN, incluindo todas as superintendências (MONGELLI, 2021). A consulta pública sobre a nova portaria que regulamenta a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi aberta em 2019 (PEREIRA, 2021). Com o final dos trabalhos do GT, a Presidência do IPHAN não quis compor uma Comissão para incorporação das sugestões do público e esse trabalho ficou sob responsabilidade da Presidente do GT (MONGELLI, 2021). Mongelli (2021) aponta que um dos questionamentos importantes durante o GT de atualização da Portaria se refere à governança da Chancela: deveria estar ligada à Presidência do IPHAN para que a responsabilidade seja intersetorial?

Enquanto isso, a arquiteta brasileira Vanessa Bello Figueiredo (2014, p. 223) reflete sobre o instrumento ao analisar em detalhes o caso da Paisagem Rural de Texto Alto e Rio da Luz, em Pomerode e Jaraguá do Sul, Santa Catarina:

[...] Como aponta Maria Regina Weissheimer, uma das responsáveis do IPHAN pelo trabalho, primeiramente existe a dificuldade de colocar em prática compromissos firmados no termo de cooperação de 2007 e estabelecer um pacto mais minucioso de gestão, sobretudo por parte dos governos estadual e municipais; em seguida, uma questão de ordem econômica, de falência das estruturas de produção familiar artesanal e policultora, em função de exigências legais como as da vigilância sanitária e a migração da nova geração para as cidades em busca de melhor remuneração. Uma de ordem política, com a descontinuidade das gestões públicas e a falta de tradução no compartilhamento entre as instituições. Por último, a questão relacionada ao crescimento urbano especulativo das cidades, cujos loteamentos, na maioria das vezes irregulares, vêm transformando áreas rurais em periferias urbanas com asfaltamento de estradas de terra. [...]

[...] Faltam instrumentos, planos diretores e leis de uso e ocupação do solo que disciplinem a expansão urbana no sentido de proteger as áreas rurais, sobretudo as de interesse cultural, como é o caso aqui. Pois, ao que cerca esta questão, os instrumentos de outorga de valor, mesmo quando cerceiam o direito de propriedade, são insuficientes. [...]

E, para finalizar, Pereira (2021, p. 62) indica que o insucesso da chancela significa que contextos culturais de grande riqueza relacionados à vida cotidiana e ao trabalho de grupos desfavorecidos, “desvalorizados historicamente como sujeitos e invisibilizados na memória nacional oficial” continuam sem um instrumento adequado de proteção. Além disso, as comunidades e os governos locais que já foram envolvidos em estudos tiveram suas expectativas frustradas e uma política de preservação que foca no patrimônio cultural como forma de desenvolvimento econômico e social sustentável está estagnada (PEREIRA, 2021).

3.4 Considerações do capítulo

Esse capítulo é a segunda parte da análise dos processos atuais do IPHAN, do fluxo de informação e dos atores envolvidos. Como aponta o subtítulo **3.1 O deslocamento de matriz**, esse capítulo engloba instrumentos criados sob outro paradigma, sob o viés do saber técnico como timoneiro para uma reflexão pública sobre as referências culturais das comunidades locais, enraizada no entendimento de cultura como as múltiplas expressões do conhecimento e da produção social. A revisão da posição dos agentes da preservação do patrimônio proposta pela Constituição Federal de 1988 foi considerada na concepção da metodologia do INRC e do instrumento do Registro (apresentado no subtítulo **3.2 Registro de Bens Imateriais**).

O deslocamento de matriz fica claro quando comparados Tombamento (apresentado no capítulo anterior), Registro e Chancela (apresentada no subtítulo **3.3 Chancela da Paisagem Cultural**). Como aponta a historiadora brasileira Cláudia Feierabend Baeta Leal (2019), no Tombamento, os agentes ativos na escolha dos bens a serem preservados eram unicamente ou majoritariamente os profissionais do IPHAN – arquitetos e intelectuais modernistas; entendendo a sociedade como mera

“detentora dos bens atingidos” pelo Tombamento (posição passiva mencionada pelo advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1939 - ANDRADE, 1987 [1939]). Já no Registro, todos os “grupos formadores da sociedade brasileira”, com especial interesse nos grupos subalternizados de que fala Smith (2006), passam a ser entendidos como agentes legítimos e instituintes do valor cultural (posição ativa) (BAETA LEAL, 2019). E, por fim, a Chancela da Paisagem Cultural parte da percepção de que o carimbo institucional de importância cultural não faz com que o bem se preserve por si mesmo; é preciso que diversos agentes locais estejam comprometidos com seu cuidado. O que é mais plausível quando realizado “às avessas” do que era feito no Tombamento: junto à população, entender os bens de afetos e todo o cenário físico e simbólico que envolve esse bem e, a partir daí, traçar as possíveis formas de permanência do bem e, inclusive, de manutenção financeira do mesmo com a população e as entidades locais.

O olhar complexo sobre o contexto dos instrumentos de proteção do IPHAN indica a necessidade de se refletir e agir em relação à interdependência de seus setores. Ou seja, a necessidade de diálogo entre os diferentes setores do Poder Público, que é corroborada pelo processo da Chancela da Paisagem Cultural. Esse instrumento reafirma que outros órgãos, instituições e a sociedade civil deveriam estar mais presentes nos processos. Os vários estudos realizados demonstram a viabilidade da Chancela desde o levantamento participativo para caracterização da paisagem cultural até a construção de um pacto e de um plano de gestão com ações conjuntas entre entidades de diferentes esferas. Contudo, como aponta Figueiredo (2014, p. 218), “Em que pese o imenso esforço de articulação para viabilizar tanto os inventários quanto os planos e pactos, a outorga da chancela ainda enfrenta problemas políticos e financeiros para viabilizar-se. [...]”. Pode-se apontar a necessidade de ajustes administrativos e processuais, já que tanto a Portaria quanto o fluxograma estão em atualização.

Portanto, aqui não há panaceia para o patrimônio cultural brasileiro.

Capítulo 4. Patrimônio participativo

O que os pesquisadores chamam de patrimônio os envolvidos chamam de vida.
[Sônia Rampim, 2021, online]

Os trabalhos da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, produziram um documento com sugestões para a nova Constituição Federal, onde se detalhavam motivos para que a Constituição assegurasse “outros meios capazes de identificar e preservar os bens culturais da nacionalidade, de forma a ampará-los não apenas na sua consagração (que é o caso do Tombamento), mas na sua germinação. [...]” (MINISTÉRIO, 1987, p. 3 *apud* SILVA, 2014, p. 74). O documento ainda mencionava a não exclusividade do inventário como medida de identificação e proteção de um bem, e sugeria sua atuação sobre um universo patrimonial mais amplo do que o compreendido pelo Tombamento (SILVA, 2014).

Para melhor entender o inventário participativo, este capítulo é composto por três partes. O subcapítulo 4.1 Educação Patrimonial apresenta brevemente o desdobramento do campo em duas linhas: a primeira dos anos 1980 e voltada para o ensino museal e a segunda dos anos 2000 cujo olhar está voltado à pluralidade cultural do cotidiano dos inventariados. Em seguida, o subcapítulo 4.2 Inventário Participativo **Erro! Fonte de referência não encontrada.** trata especificamente de formas de inventariar, incluindo sugestões de categorias a serem apresentadas às comunidades para instigar a discussão sobre o patrimônio local. E, no final, o subcapítulo 4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-SP apresenta um caso-referência pioneiro no Brasil, em que servidoras do IPHAN utilizaram cartografia social junto à comunidade tradicional de uma região e depois diversos bens foram tombados em conjunto. A atividade foi o mais próximo de um inventário participativo realizado por equipe do IPHAN que gerou tombamentos.

Segundo os arts. 1 e 2 da Portaria IPHAN n° 160/2016, os inventários participativos não são instrumentos de proteção *per se*; apenas quando expressamente definido em norma própria. Ou seja, o inventário participativo não implica em proteção dos bens levantados. Como aponta Simone Scifoni (2022), o inventário participativo tem como objetivo mobilizar a população local sobre as questões relacionadas a suas referências culturais e o levantamento é um meio pelo qual o engajamento pode ocorrer. Portanto, é de enorme importância no cenário atual em que se busca que os sujeitos sejam o centro das atividades patrimoniais. E caberia que fossem tidos como meio preferencial de levantamento de bens a serem protegidos (tanto materiais quanto imateriais e, inclusive, buscando quebrar essa dualidade administrativa). Dessa forma, talvez seja possível diversificar o conteúdo do estoque patrimonial brasileiro. Talvez.

4.1 Educação Patrimonial

Para falar de Inventário Participativo é preciso entender, inicialmente, as mudanças no cerne da área chamada Educação Patrimonial no Brasil. Em 1983, Maria de Lourdes Parreiras Horta, então diretora do Museu Imperial de Petrópolis, organizou o 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos, onde apresentou a *Heritage Education* conforme havia aprendido em um seminário na Inglaterra. Como aponta o historiador brasileiro João Lorandi Demarchi (2018, p. 143), no seminário inglês, “se discutiu como utilizar fontes primárias nas aulas de História, [e Horta] trouxe para o Brasil os conceitos e a metodologia aprendidos lá”. Em 1999, desdobrou-se do evento brasileiro a publicação intitulada “Guia Básico de Educação Patrimonial”, que se manteve como referência para os proponentes de ações educativas (OLIVEIRA, 2011 *apud* DEMARCHI, 2018) mesmo na década de 2010 quando a área já tomava outra direção, como veremos mais adiante.

Aqui é importante apontar que, ao longo dos dezesseis anos que separam o evento em Petrópolis e a publicação do Guia, “[...] as noções sobre patrimônio e educação patrimonial são plurais, e chegam até a se opor às veiculadas pelo Guia [...]” (DEMARCHI, 2018, p. 145), como por exemplo o projeto Interação e o artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Análise complementada pela arquiteta brasileira Fernanda Biondo (2016, p. 48-49), que aponta que:

[...] O Projeto Interação, que trouxe diversas contribuições tanto para o campo da educação, como da cultura e do patrimônio, esteve em vigor de 1981 a 1985, enquanto o seminário que “oficializou” a Educação Patrimonial no Brasil foi realizado em 1983. O que a história mostra é que nos anos 1980 ocorreram movimentos de caráter educativo que partiam de visões que poderíamos considerar como antagônicas. O interessante é que com o passar do tempo o Projeto Interação desaparece e a metodologia de EP se estende pelo país sendo amplamente divulgada através do Guia. [...]

Demarchi (2018, p. 143-144) aponta algumas razões para o uso tão prolongado do Guia:

- A chancela estatal lhe confere credibilidade;
- A busca online por “educação patrimonial” ainda retorna o Guia nos primeiros resultados;
- A “ausência de outras publicações consolidadas que ofereçam caminhos de como atuar nessa área”; ou
- O próprio mérito do Guia, “sua eficiência metodológica e conveniência teórica”.

Sobre o mérito, a geógrafa brasileira Simone Scifoni (2012) aponta que o Guia sistematizou questões até então dispersas e consolidou, no Brasil, um campo destinado à educação mediada pelo patrimônio cultural, a ponto de o IPHAN lançar um edital para contratação de servidor específico para a nova função. Já sobre as questões metodológicas e teóricas, Demarchi (2018) aponta algumas críticas ao Guia por tentar: 1. datar e geolocalizar um “nascimento” para a prática que já era longa (CHAGAS, 2006 *apud* DEMARCHI, 2018) e 2. vincular a prática na área museal a apenas uma metodologia (OLIVEIRA, 2011 *apud* DEMARCHI, 2018). E tal metodologia descrita pelo Guia e amplamente utilizada

até os dias atuais é composta, basicamente, por quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação (**Quadro 13**).

Quadro 13. Etapas metodológicas apontadas pelo Guia básico de Educação Patrimonial

Etapa	Objetivos	Recursos / Atividades
1. Observação	1. Identificar o objeto, sua função, seu significado; e 2. Desenvolver a percepção visual e simbólica.	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...
2. Registro	1. Fixar o conhecimento percebido e aprofundar a observação e a análise crítica; e 2. Desenvolver a memória, o pensamento lógico, intuitivo e operacional.	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...
3. Exploração	1. Desenvolver as capacidades de análise e de julgamento crítico, de interpretação das evidências e dos significados.	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.
4. Apropriação	1. Promover o envolvimento afetivo e a internalização; e 2. Desenvolver as capacidades de autoexpressão, de apropriação, de participação criativa e de valorização do bem cultural.	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.

Fonte: Adaptado pela autora (2022) com base em Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 9).

Ao longo do Guia, as autoras apontam linhas de raciocínio metodológico, exemplos de atividades e casos-referências para o ensino sobre o patrimônio cultural direcionado para objetos, monumentos e meio ambiente histórico, centros históricos, e sítios arqueológicos. Tendo foco no ensino sobre bens patrimoniais, o Guia se alinha à Educação Patrimonial proposta pelo advogado, jornalista, escritor e burocrata brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, nos primórdios do IPHAN: “conhecer para preservar”. Ou seja, tem foco no objeto já pré-definido como patrimônio cultural pelo saber técnico. Resumidamente, pode-se dizer que, segundo o Guia, cabe aos professores realizar atividades com os alunos sobre um determinado bem material pré-escolhido. Na Observação (etapa 1), são instruídos a esmiuçar o bem para, no Registro (etapa 2), fixar o conhecimento percebido. Em seguida, na Exploração (etapa 3), os alunos devem buscar por maiores informações sobre o bem e discutir sobre ele. E, ao final, na Apropriação (etapa 4), espera-se que os alunos passem a entender o valor do bem que foi trabalhado.

Pois bem, a divergência está no cerne da concepção dessa forma de Educação Patrimonial: ensinar o que deve ser considerado importante. Em muitos casos, pensando especificamente na história e memória brasileiras com o olhar ampliado, significa dizer a um descendente de africanos que ele deve valorizar a casa do senhor que escravizou seus antepassados. Ou, em outros poucos casos, significa buscar conscientizar uma criança indígena de que a cultura daquele que dizimou seus antepassados para se apropriar e destruir suas matas é mais valiosa que a sua própria.

Sônia Rampim, educadora responsável pela área de Educação Patrimonial do IPHAN, aponta que uma das questões controversas do Guia é o fato de reduzir a Educação Patrimonial a apenas um método (o apresentado no Guia), de modo que deixa de fora profissionais e possibilidades de abordagem e adequação da ação ao contexto local. Segundo ela (RAMPIM, 2019), ao longo de 14 anos (entre 2003 e 2017), buscou-se promover debates e reflexões conceituais e práticas por meio de encontros e formações com técnicos de todas as Superintendências estaduais do IPHAN, pessoas de outras instituições governamentais e do ensino superior, e membros da sociedade civil. O intuito dessa atuação focada e prolongada era “consolidar marcos programáticos e legais para o campo da educação patrimonial” (RAMPIM, 2019, p. 59).

Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, a área procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de patrimônio cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e participativa das políticas públicas e as ações intersetoriais do Estado. Também foi se consolidando o entendimento da educação como processo que privilegie a construção coletiva e dialógica do conhecimento e que identifique os educandos como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades em seus territórios (RAMPIM, 2019, p. 59).

A partir de tantos anos de reflexão, foi se conformando uma nova ideia de Educação Patrimonial que bebe da proposta emancipatória do educador brasileiro Paulo Freire em sua “Pedagogia Dialógica Libertadora” (1996). O processo pedagógico não mais se utiliza dos termos professores e alunos (do latim *a-lumno*, 'aquele que não tem luz'), pois a aprendizagem é uma via de mão dupla. As comunidades não necessitam da luz do conhecimento técnico para aclarar suas consciências obtusas em relação ao Patrimônio Cultural (SILVEIRA; BEZERRA, 2007). Ao contrário das etapas do Guia, a Educação Patrimonial cada vez mais difundida atualmente se baseia em ideias como as descritas pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP, s.d.):

1. Transversalidade: a educação é uma atividade dialógica e Patrimônio Cultural é um conjunto de manifestações de sentidos socialmente construídos, reconfigurados e reconstruídos. Portanto, Educação Patrimonial “Não se trata da transferência de conteúdos, mas da produção coletiva de sentidos e experiências” (REPEP, s.d., p. 1).

2. Dimensão política: a educação é um diálogo formativo no espaço público e, portanto, uma ação eminentemente política. E o Patrimônio Cultural é um campo de disputas constantes de narrativas, onde se valorizam determinados sujeitos e pontos de vista e se ocultam os demais.

3. Respeito à diversidade: o Patrimônio Cultural é campo de disputa de significados e, portanto, as ações devem primar pelo respeito e pela inclusão da diversidade de narrativas, interpretações e sentidos plurais. Além de ressignificações do acatulado, também é preciso reconhecer a memória dos muitos grupos que compõem a sociedade.

4. Interlocução: a Constituição Federal de 1988 define que a memória e o Patrimônio Cultural são direitos sociais amplos e sua proteção deve ser compartilhada entre Poder Público e toda a sociedade; envolvendo desde escolha dos bens e proposição das ações, até a conservação física.

5. Autonomia e centralidade dos sujeitos: “Os valores relacionados às manifestações culturais dotadas de sentido patrimonial são sempre atribuídos pelos sujeitos e grupos sociais, não sendo nunca naturais ou imanentes aos objetos e manifestações em si” (REPEP, s.d., p. 3). Assim os sujeitos são protagonistas - nunca os objetos.

6. Transformações sociais: sentidos e significações são dinâmicos e o Patrimônio Cultural se transforma conforme é vivido e praticado. Sendo a Cultura mutante, fluída e transformável, a Educação Patrimonial envolve contínua reflexão sobre o patrimônio em seu sentido amplo: não estando limitado ao Patrimônio acutelado pelo Poder Público, mas incluindo necessariamente os valores produzidos diretamente pelos cidadãos.

Pontos que se refletem também nos princípios do Comitê Nacional de Interpretações, Educação e Narrativas Patrimoniais, do ICOMOS Brasil, coordenado por Rampim:

1. Considerar Patrimônio Cultural *lato sensu*, conforme o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, sem limitar o Patrimônio à noção de acatamento;
2. Propor o sentido de interpretação a partir de um olhar local e em escuta sensível, a partir de metodologias de participação social e interlocução, possibilitando narrativas inclusivas, conforme a Conferência Internacional da Unesco sobre interpretação do patrimônio mundial, Coréia, Novembro de 2016;
3. Reforçar que interpretação não pode impor ou sobrepor discursos discricionários aos valores que emanam da sociedade;
4. Propor a interpretação em sua articulação com o direito à memória, ao patrimônio e à cultura, estruturada em compromissos éticos com os agentes sociais dos diferentes territórios;
5. Afirmar o compromisso de que o patrimônio seja considerado eixo de desenvolvimento local sustentável;
6. Assegurar que a interpretação esteja comprometida com os valores, as memórias e a identidade locais;
7. Difundir a interpretação como processo de dupla via que qualifica a experiência de visitantes e valoriza os grupos locais por meio do compromisso com valores, memória e identidade locais;
8. Reforçar que decisões nos processos de gestão do patrimônio incluam as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os grupos que se relacionam com o patrimônio e com o lugar cotidianamente e não apenas especialistas, conforme a Conferência Internacional da Unesco sobre interpretação do patrimônio mundial, Coréia, Novembro de 2016;
9. Difundir a percepção do Patrimônio como conceito agregador de grupos, narrativas, afetividades e direitos; e
10. Afirmar o Patrimônio como elemento articulador de temporalidades e espaços, associando as marcas do passado aos sentidos do presente e às projeções para o futuro. (COMITÊ, 2019, p. 1).

Essa abordagem de Educação Patrimonial foca no sujeito (e não no objeto como a Educação Patrimonial do Guia de 1999) e naquilo que ele considera importante em seu cotidiano; tendo um viés de “construir juntos” o conhecimento sobre o patrimônio local. Onde “juntos” considera os membros da comunidade entre si sob a escuta ativa de um intermediador, que nesse momento se torna menos servidor técnico e mais ouvinte e instigador de diálogos. Dessa forma, a Educação Patrimonial dialógica se torna mais onerosa para os inventariadores, porque, como aponta Rampim (2021), não se pode falar em metodologia, já que o inventário participativo precisa ser adaptado a cada situação para que seja sensível a ela e cumpra seu objetivo de mobilizar a população local sobre suas referências culturais. Eis que aqui se retoma um dos motivos apontados por Demarchi (2018) para o maior uso do Guia de 1999: “sua eficiência metodológica e conveniência teórica”.

4.2 Inventário Participativo

Na toada das reflexões sobre Educação e sobre Patrimônio, seguindo concepções mais inclusivas dos mesmos, como aponta Rampim (2019, p. 62), buscou-se “substituir a noção de público-alvo das ações educativas para a de público participante”. Ou seja, com especial atenção ao *caput* do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, a proposta passou a ser a valorização da cultura portadora “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, e de grupos urbanos, LGBTQ+ e demais agentes dos / nos territórios. Dentre as ações realizadas pelo IPHAN na direção de incluir as comunidades locais estão a criação das Casas do Patrimônio (2007), o estabelecimento de diretrizes para a Educação Patrimonial (Portaria nº 137/2016), a instituição legal de instrumentos de inventário (Portaria nº 160/2016) e duas publicações de 2016: “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos” e “Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação”.

O artigo 3º da Portaria nº 137/2016 traz em seus incisos princípios fundamentais desse período:

- I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III - Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais (IPHAN, 2016, p. 1).

Cabe salientar o último item que conversa com o que o antropólogo brasileiro Antonio Augusto Arantes (2006, p. 426) havia apontado dez anos antes, iniciando com questionamentos muito válidos: Qual é o objeto da prática de preservação do patrimônio cultural? Quem são os sujeitos que a põem

em marcha? Que valores são mobilizados? Quais são as motivações e estratégias envolvidas? É preciso entender que o patrimônio cultural é uma ferramenta instituída pelo Estado (ARANTES, 2006) e, portanto, segue uma diretriz definida por ele, que a arqueóloga australiana Laurajane Smith (2006) chama de “Discurso Autorizado do Patrimônio” (*Authorized Heritage Discourse*). A importância de questionar o processo institucionalizado e entender o caráter político do patrimônio reside no fato de que “[...] a aplicação dos institutos jurídicos do tombamento de artefatos e do registro de bens imateriais pelo poder público agregam a esses bens novos valores e sentidos, inclusive **legitimando-os** (e, por implicação, preterindo outros) ao proclamá-los como pertencentes à esfera da cultura pública oficial. [...]” (ARANTES, 2006, p. 427, grifo nosso). Ao legitimar um determinado patrimônio, decide-se por silenciar, invisibilizar, negar diversos outros. É, portanto, um campo de lutas políticas relacionadas ao direito à memória, ao território e a estar na história do país.

Com o propósito de abrir espaço para todas as culturas brasileiras negligenciadas há tanto tempo pelo patrimônio cultural, vêm sendo realizados inventários participativos (por pessoas específicas do corpo técnico dos órgãos de preservação, e não pelos órgãos como uma unidade coesa e alinhada às diretrizes institucionais). Diferentemente do Guia de 1999, o Manual de 2016 não indica uma metodologia. Segundo o Manual (IPHAN, 2016, p. 9), o objetivo do inventariador é “[...] construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação”. Além disso, indica que “A integração de diversos agentes da comunidade – sejam pais e familiares, mestres ou produtores de cultura – é que vai determinar a qualidade do inventário” (IPHAN, 2016, p. 9).

A arquiteta brasileira Mariana Kimie Nito e a geógrafa brasileira Simone Scifoni (2017, p. 42) indicam que “Como o Inventário Participativo se alimenta da base do INRC, o qual por sua vez se constitui a partir do método etnográfico, a leitura dos dois manuais de aplicação se faz necessária para melhor compreensão no uso da ferramenta e no sentido da complementação das orientações”. O Manual de 2016 indica o uso de uma série de fichas para organização dos conhecimentos produzidos ao longo das atividades do inventário. No entanto, como apontam Nito e Scifoni (2017, p. 43), “[...] cabe ressaltar que a ficha serve para organizar e sistematizar o que foi produzido, não devendo ser adotada como o ponto de partida do trabalho. É importante ressaltar, assim, que o inventário não é uma sequência de fichas a serem preenchidas”.

O Manual de 2016 sugere cinco categorias de bens (que vieram das fichas do INRC) a serem apresentados como ponto de partida para as dinâmicas com as comunidades e a elas a REPEP adicionou mais uma por achar necessária após a realização de vários inventários (**Quadro 14**). As próprias categorias podem ser sugeridas pelos inventariados, como foi o caso do Museu dos Kanindé, em Aratuba/CE. Os indígenas participantes dividiram os bens nas seguintes categorias:

Quadro 14. Categorias sugeridas para a realização de inventários participativos

Categoria	Descrição
Lugares	Espaços que concentram ou onde se reproduzem práticas culturais coletivas.
Objetos*	Aqueles que foram e são produzidos e utilizados pelos grupos sociais e relacionados à memória e à experiência, associados a fatos.
Celebrações	Festas, rituais para marcar vivências, datas ligadas ao trabalho, entretenimento, religião e outras práticas.
Formas de Expressão	Manifestações lúdicas, musicais, plásticas, cênicas, literárias, políticas enraizadas no cotidiano dos grupos sociais.
Saberes	Modos de fazer, conhecimentos, técnicas, ofícios enraizados no cotidiano dos grupos sociais.
Edificações	Estruturas arquitetônicas associadas ao uso, memória ou imagem do lugar, que não precisam ter qualidade arquitetônica/artística.

*Categoria incluída pela REPEP em seus inventários participativos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base na REPEP (2019).

- a. “Coisas dos índios”: aquilo que atribuem como pertencente aos índios, seja os do passado ou do presente. Por exemplo: os objetos arqueológicos, os colares e roupas de pena e palha, o maracá etc. [...]
- b. “Coisas dos velhos” (ou “coisas dos antigos”): aquilo que atribuem ser dos seus antepassados, parentes, pais, tios, avós e bisavós. [...] Podem ser antigos instrumentos para o trabalho na roça, objetos pessoais, fora de uso ou não etc. [...]
- c. “Coisas das matas”: aquilo que é proveniente, literal e simbolicamente, das matas, da natureza, da floresta. São paus, raízes, sementes, cascas, galhos etc. [...] Associam-se com os objetos produzidos a partir de técnicas artesanais (“manuais”), feitos com matérias-primas naturais (escultura em madeira) e também ao ato de caças (os bichos), assim como a Caipora, todos são “coisas das matas”. (GOMES, 2012, p. 199-200).

Além disso, outras categorias iniciais adicionais podem ser propostas pelo inventariador conforme diferentes assuntos tenham se destacado em atividades prévias realizadas com as comunidades inventariadas. Foi o caso do inventário participativo realizado com crianças da Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Cariri; contexto em que Brincadeiras e Comida foram pontos importantes para as reflexões desejadas (NITO; FARACO; SOSTER, 2022). Da mesma forma, a dinâmica para a construção do inventário é livre e deve ser pensada dentro do contexto de vida dos inventariados (alguns exemplos são apresentados na **Figura 13**).

Rampim (2021) aponta que a organização das oficinas de inventário participativo é pensada anteriormente, mas conforme a dinâmica com os inventariados se desenrolava, é preciso mudar a estrutura (às vezes, diariamente). Por causa disso, não é possível traçar um fluxograma detalhado do processo do inventário participativo, apenas é possível indicar as três principais fases, como demonstrado no **Diagrama 9**. Para cumprir os objetivos de cada uma delas, foram realizadas diversas atividades. No caso das etapas 1 e 2 (levantamento preliminar e identificação), são necessárias idas a campo e o contato direto com os moradores. Entre as duas etapas, o material da etapa 1 é avaliado e são definidas potencialidades e lacunas, a fim de traçar estratégias para a etapa 2. Já a etapa 3 (produto final) exige dedicação e sensibilidade para sistematizar o material coletado e redigir o produto final, além de traçar estratégias para a apresentação do produto final e realizá-la.

Figura 13. Exemplos de inventários participativos



Fonte: Elaborado pela autora (2022) com imagens da REPEP (2018) e de Biondo e Nito (2021).

Diagrama 9. As três principais fases de um inventário participativo



Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Nito e Scifoni (2017, p. 42).

Também é possível indicar atores, exemplos de processos e orientações gerais de como as atividades e a interação com os participantes podem ser pensadas, e com que postura os pesquisadores devem atuar durante essas atividades. A psicóloga brasileira Virginia Kastrup (2020) trata da Cartografia Social e suas considerações são pertinentes também para os Inventários Participativos: o inventariador precisa se desnudar do conhecimento previamente adquirido em outros estudos, em outras comunidades, e entender que é essencial assumir o lugar político do “não-saber”. É consenso na obra das inventariadoras de caráter decolonial (Fernanda Biondo, Flávia Brito, Mariana Nito, Simone Scifoni, Sônia Rampim, Virgínia Kastrup) que cabe ao inventariador permitir-se não entender previamente o caso a ser estudado a fim de que não possua ideias pré-concebidas sobre a cultura a ser inventariada. É preciso sair da posição de intelectual e se colocar como aprendiz no encontro com a comunidade.

Para tratar dos agentes e processos envolvidos em um inventário participativo, a seguir apresenta-se o exemplo do inventário de Bens da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-SP.

Entendemos que as atividades realizadas neste projeto podem ser utilizadas como parte das dinâmicas de inventários participativos e que eles deveriam ser incorporados a todos os levantamentos de referências culturais.

4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-SP

Em 1975, sessenta e sete bens imóveis foram tombados pelo CONDEPHAAT na cidade de Iguape, compreendendo quatro manchas e uma série de construções isoladas (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015). Vários trabalhos (FIGUEIREDO, 2014; NASCIMENTO; SCIFONI, 2015; PEREIRA, 2018) apontam que o interesse do IPHAN pela região do Vale do Ribeira-SP se deu em 2007, no contexto dos estudos preliminares de Chancela da Paisagem Cultural, promovidos pelo DEPAM na gestão de Dalmo Vieira Filho. Neste ano, a Superintendência Regional do Iphan de São Paulo iniciou o trabalho “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento de Bens Culturais no Vale do Ribeira” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015). Além de ser a região paulista com mais remanescentes de biodiversidade tropical e patrimônio espeleológico, era uma das regiões paulistas onde ainda não havia bens culturais identificados e protegidos pelo Estado, carecia de políticas públicas de todos os tipos e possuía baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Situação de pobreza em relação às demais regiões do Estado derivada do fato de que essa região não fez parte do crescimento econômico ligado aos períodos do café e da industrialização. O que, por outro lado, permitiu a manutenção de um patrimônio natural e cultural único, envolvendo quilombolas, ribeirinhos, imigrantes japoneses, pescadores e pequenos proprietários rurais (PEREIRA, 2018). Herança identificada da seguinte forma:

Estima-se que existam ao menos oito aldeamentos indígenas e cerca de cinquenta comunidades remanescentes de quilombos em todo o Vale, além de centenas de comunidades rurais tradicionais. Casas de pau-a-pique, roças de toco, festas de padroeiro e mutirões, remédios e doenças caseiras, compõem boa parte desta paisagem de compadres e comadres, da vida simples e em harmonia com a natureza. [...] (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 30).

Nesse contexto, o DEPAM solicitou à Superintendência do IPHAN em São Paulo que contratasse empresa para inventariar e delimitar o território da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira. Entre setembro de 2007 e janeiro de 2008, a empresa Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais realizou as atividades com assessoria de equipe multidisciplinar do IPHAN/SP: Flávia Brito do Nascimento (arquiteta e urbanista), Simone Scifoni (geógrafa) e Simone Toji (antropóloga) (IPHAN/SP, s.d.). O levantamento preliminar foi realizado em fontes documentais e bibliográficas. Em seguida, o dossiê foi construído em conjunto as servidoras do IPHAN/SP, como etapa 1 dos trabalhos. O dossiê foi apresentado a diversos atores³⁸ e à sociedade local, que indicaram que “[...] além da Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, deveriam se priorizar o tombamento federal do centro histórico

³⁸ Segundo Pereira (2015, p. 86), “Visando a construção de um pacto de gestão, a equipe técnica da Superintendência do IPHAN em São Paulo passou a se reunir com diversas instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira em âmbito federal, estadual e municipal, com organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades, entre outros setores”.

de Iguape e dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira” (PEREIRA, 2015, p. 87). Ou seja, dentre o arcabouço cultural da região, delimitou-se como foco inicial a imigração japonesa. Scifoni e Nascimento sintetizam as razões para a escolha:

[...] Diversas são suas marcas na paisagem cultural do Vale do Ribeira, que vão desde a arquitetura das habitações, os chazais, o trabalho com junco, passando pela própria cidade de Registro e pela celebração do *Tooro Nagashi*. [...]

[...] Trazidos por uma companhia particular japonesa, com subsídios garantidos pelo governo paulista, alguns dos colonos que foram para a região eram exímios carpinteiros, com grande destreza nas técnicas da madeira. Mesmo utilizando algumas das técnicas já conhecidas em terras brasileiras, o fizeram conferindo as marcas de sua própria cultura e conhecimento. [...]

As contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil são relativamente pouco conhecidas, sobretudo se comparadas às dos alemães, italianos e eslavos. [...] (SCIFONI; NASCIMENTO, 2010, p. 2).

Para a segunda etapa, foram realizadas oficinas de Cartografia Social em Registro e Iguape.

Registro-SP

Em junho de 2008, Simone Scifoni e Flávia Nascimento foram à cidade de Registro-SP para realizar a oficina de educação patrimonial “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro”.

O mais interessante no processo de envolvimento local foi que nós, técnicas do IPHAN, montamos a estrutura da oficina e nossos parceiros locais³⁹ (principalmente o Bunkio e a Prefeitura Municipal) se responsabilizaram pela infraestrutura, pelo local e pela divulgação. Chegamos em Registro no dia da oficina e lá estavam cerca de 50 pessoas para participar [ver **Figura 14**]. A oficina só foi possível porque foi organizada de forma totalmente compartilhada (SCIFONI, 2017, s.p.).

Figura 14. Visão geral da oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2008)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base no relatório da Oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 3).

A consulta à comunidade teve o objetivo de construir coletivamente um mapa que representasse a memória da imigração japonesa na cidade, “[...] incluindo os lugares de acontecimento, as histórias de vida e as marcas do tempo [...]” (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 1). Os participantes foram divididos em dez grupos que apontaram os bens em um mapa da cidade afixado à parede e justificaram

³⁹ De modo a exemplificar a variedade de instituições que podem participar dos inventários, segue a lista de parceiros locais do inventário de Registro: “Associação Nipo-Brasileira de Registro (Bunkio), Prefeitura Municipal de Registro, Câmara Municipal de Registro, Registro Base Ball Clube, Comissão Centenário Registro, Associação Comercial, Igreja Episcopal, Diretoria de Ensino da Secretaria do Estado da Educação, Escola Adventista, Associação Budista, Unesp Campus de Registro, Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (Unisep), Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Registro, Jornal Regional” (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 6).

suas escolhas. Os vinte bens rurais e sete bens urbanos indicados (ver **ANEXO B**) foram visitados pelas técnicas nos dois dias seguintes, momento em que a parceria com os grupos locais foi novamente fundamental não só para encontrar as edificações, mas para o contato com os moradores das residências (SCIFONI, 2017, s.p.). Outros três bens foram identificados durante essa ida a campo.

Na **Figura 15** são apresentados alguns dos bens indicados pela população.

Figura 15. Bens indicados na oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2008)



Fonte: Elaborado pela autora (2022) com imagens de Nascimento, Scifoni e Toji (2008) e do Dossiê de Tombamento.

Iguape-SP

Em dezembro de 2008, a empresa Peabiru realizou a oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape”, com apoio da Prefeitura Municipal. A chamada para a oficina e sua dinâmica foram semelhantes às da experiência em Registro-SP (**Figura 16**). Foram realizadas duas sessões: uma à tarde com alunos do ensino médio, e outra à noite com professores da rede pública e agentes culturais locais. Além de trinta e cinco bens materiais (ver **ANEXO B**), a população indicou celebrações e modos de fazer como importantes referências culturais locais.

[...] foram identificados diversos imóveis, lugares, monumentos e manifestações do patrimônio imaterial, todos reconhecidos pela população como importantes e representativos de sua história e de sua cultura. Os oficinairos apontaram como parte de suas referências culturais celebrações como a do Bom Jesus de Iguape, de Nossa Senhora do Rocio, do Robalo, do Carnaval e de Corpus Christi e o modo de fazer dos tapetes de serragem, das violas caiçaras, das rabecas e das redes de pesca, formas de expressão como o fandango caiçara, além de uma infinidade de práticas cotidianas em que se destaca a pesca. [...] (PEREIRA, 2015, p. 94).

Na **Figura 17**, são apresentados alguns dos bens indicados pela população.

Figura 16. Oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” (2008)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com imagens de Pereira (2015, p. 95).

Figura 17. Bens indicados na oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” (2008)



Fonte: Elaborado pela autora (2022) com imagens do Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Iguape-SP.

Desdobramentos

Pereira (2015) afirma que, para atender às demandas surgidas ao longo das reuniões para a Chancela da Paisagem Cultural, e

[...] em virtude das comemorações dos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, os estudos da equipe técnica voltaram-se para essa temática, resultando no Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, um conjunto de 14 bens culturais, quase todos implantados em áreas rurais dos municípios de Iguape e Registro [...], foi desenvolvido o INRC e o Dossiê de Registro da Celebração do *Tooro Nagashi*, rito celebrado por descendentes de imigrantes japoneses que lançam nas águas do rio Ribeira velas acesas em respeito ao Dia de Finados. Ambos os dossiês foram encaminhados respectivamente ao Depam e ao DPI em 2008, contudo, apenas o primeiro foi reconhecido como patrimônio nacional, o segundo não recebeu parecer favorável, justificado pela falta do caráter de ancestralidade, visto que a celebração ocorre apenas desde os anos 1950 (PEREIRA, 2015, p. 87).

Em julho de 2009, a instalação de uma Casa de Patrimônio / Escritório Técnico do IPHAN na cidade para servir como ponto de diálogo com as comunidades e a administração locais precedeu em meio ano o tombamento de Iguape pelo IPHAN⁴⁰ (2009). Foi organizada uma biblioteca sobre patrimônio cultural e uma exposição com parte do conhecimento produzido sobre o Vale do Ribeira, e foram realizadas oficinas de capacitação em áreas correlatas. Ao contrário do que aconteceu na maioria das superintendências regionais a partir de 2008,

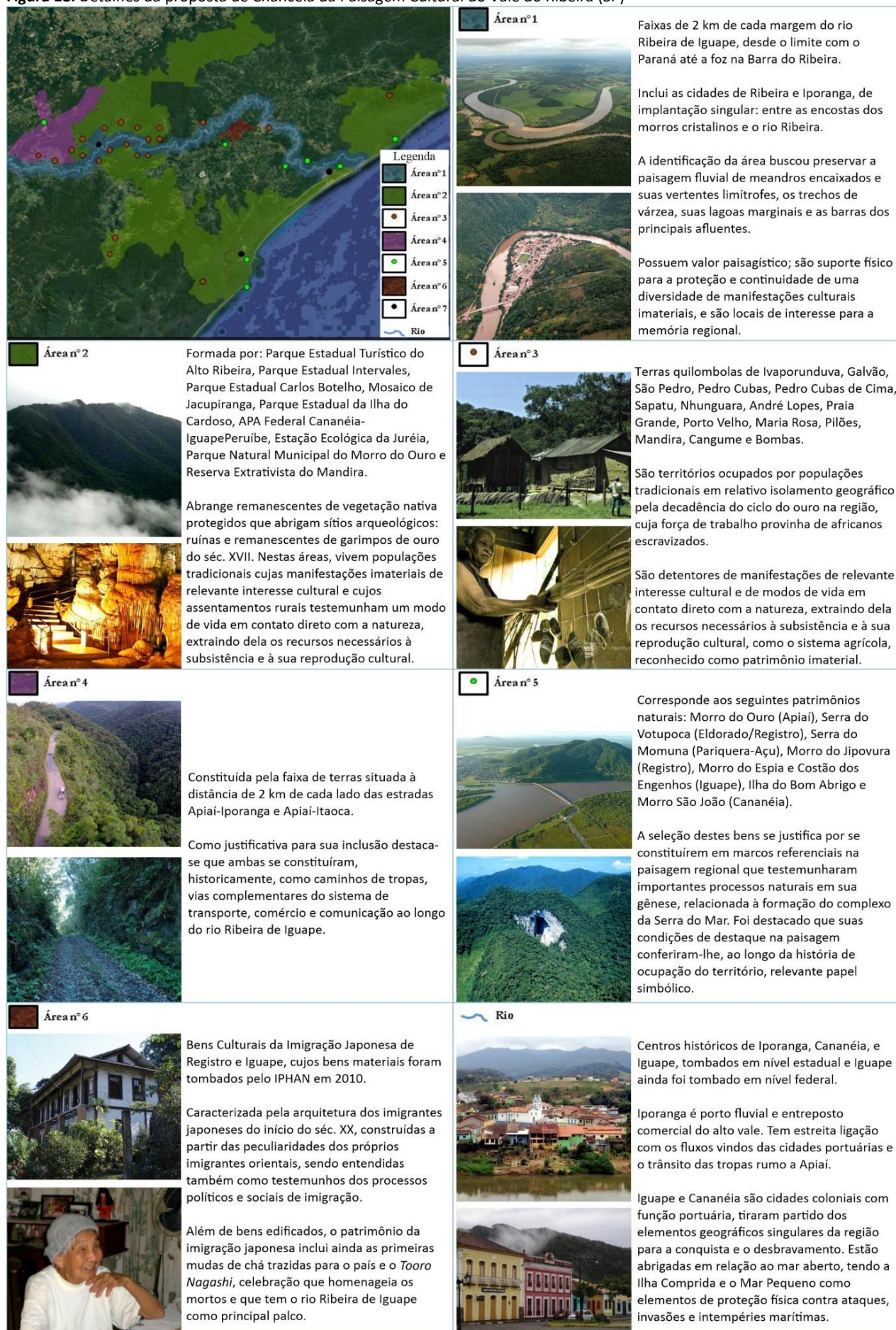
[...] A iniciativa [para a Casa do Patrimônio de Iguape] surgiu da prefeitura municipal que se responsabilizou pela viabilização de infraestrutura e o Iphan encarregou-se da concepção educativa e das atividades. Neste sentido, em julho de 2009, seis meses antes da decisão pelo tombamento federal, Iphan e Prefeitura de Iguape abriram a Casa do Patrimônio com um conjunto de ações educativas tais como: uma oficina de maquetes, voltada à capacitação profissional de jovens do ensino público; um espaço expositivo contendo com painéis explicativos sobre a atuação do órgão na região; e, por fim, a abertura de uma biblioteca especializada em patrimônio, trazendo para a região um acervo de livros atualizado e de qualidade, iniciativa pioneira no Vale do Ribeira (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 36).

No mesmo mês, realizou-se uma reunião em Registro para a definição do território a ser proposto para a Chancela (**Figura 18**, na próxima página). O conjunto de instituições participantes foi bem vasto:

Participaram representantes governamentais das prefeituras municipais de Registro, Cananéia, Eldora, Iguape e Iporanga; dos parques estaduais da Caverna do Diabo, Rio do Turvo, Alto Ribeira e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; do Condephaat, do Museu de Arqueologia e Etnologia e do Museu Paulista da USP; da Universidade Estadual Paulista – campus Registro; do ICMBio; de instituições religiosas como a Associação Budista de Registro, das dioceses de Registro e Eldorado; da Igreja Episcopal de Registro; além de outros 26 membros da sociedade civil que representavam associações comerciais, de bairro, de fandangueiros, de imigrantes japoneses, de trabalhadores rurais, de quilombolas e educação ambiental de toda região; de instituições particulares de ensino; de organizações não governamentais atuantes da área de meio ambiente; de movimentos de atingidos por barragens; e de projetos educativos variados (PEREIRA, 2018, p. 157).

⁴⁰ O núcleo histórico de Iguape já era tombado a nível estadual (CONDEPHAAT) desde 1975.

Figura 18. Detalhes da proposta de Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP)



Fonte: Adaptado pela autora (2021) com base em Pereira (2021, p. 52-58).

Pereira (2015, 2018) aponta que, segundo o processo administrativo instituído pela Portaria da Chancela da Paisagem Cultural, após os estudos, as tratativas e a montagem do Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, bastariam a assinatura do Pacto e o detalhamento do Plano de Gestão para que a Paisagem Cultural fosse chancelada. Contudo, no ano de sua produção, o dossiê “[...] não logrou apoio interno na superintendência [de São Paulo], pois entenderam que a área de proteção era demasiadamente extensa” (PEREIRA, 2015, p. 87).

Em agosto de 2012, em reunião com a CPC/DEPAM, sob nova coordenação, o IPHAN/SP solicitou que um recorte da paisagem proposta fosse selecionado e chancelado (desconsiderando que a decisão deveria envolver o conjunto de parceiros que assinariam o pacto e o plano de gestão) (PEREIRA, 2018). Ao que a CPC/DEPAM emitiu parecer técnico em janeiro de 2013, afirmando que “quanto à definição da paisagem cultural, o objeto se torna diluído, ou perde coesão enquanto bem cultural porque as sete áreas que o compõem ilustram múltiplas temáticas, diferentes narrativas e um universo complexo, com disparidades internas” (MONGELLI, 2013, p. 18 *apud* PEREIRA, 2018, p. 162). Propôs-se que o território apresentado no dossiê fosse dividido em paisagens menores com viés étnico; ao que Pereira (2018) faz forte questionamento: seria esse o único elemento possível para a coesão de uma paisagem cultural?⁴¹

No **Diagrama 10**, na próxima página, é apresentado esquema com as etapas, os atores, as interações e os produtos da Cartografia Social da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira: etapas da Cartografia Social (1, 2 e 3), encaminhamentos dados aos dossiês resultantes (4) e outros desdobramentos (5). A Figura busca auxiliar a compreensão de como os instrumentos foram usados em conjunto para a tentativa de proteção dos bens da região: Chancela, Tombamento e Registro (mesmo que nem todos tenham tido sucesso em suas avaliações finais).

Reflexões

Como indica Rampim (2019), ao mencionar a ideia do historiador brasileiro Ulpiano Meneses (2018) de usos afetivos e cotidianos do patrimônio, os agentes sociais precisam ser entendidos como parceiros locais das ações patrimonialistas. O lema “conhecer para preservar” valeu no seu tempo, mas hoje é preciso perguntar quem é representado nos bens patrimoniais protegidos. Rampim (2016) afirma que os territórios são espaços formativos ligados às identidades e o patrimônio local possui heteroglossia, ou seja, cada segmento da sociedade local possui bens que lhe são significativos.

[...] o Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido em Iguape e em Registro pelo IPHAN tentou mudar a lógica estabelecida de que as ações se realizariam como meras atividades de disseminação do que foi inventariado, colocando-as no momento da finalização dos trabalhos. Foi adotado o princípio de que a **educação patrimonial é um componente essencial em todos os momentos das atividades** de pesquisa, portanto, deve ser realizada ao longo do processo de identificação e

⁴¹ Como Pereira (2018) aponta, a Paisagem Cultural teve o Rio Ribeira como linha central.

reconhecimento e não apenas no final. Nesse sentido, à medida que os estudos técnicos começaram a produzir conhecimento sobre as localidades, os habitantes foram incluídos de forma participativa nas decisões sobre os caminhos do plano para preservar o patrimônio, estabelecendo um canal local de interlocução (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 133, grifo nosso).

Diagrama 10. Etapas, atores, interações e produtos da Cartografia Social da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A adoção de um processo inverso, baseado para a participação local na indicação dos bens a serem protegidos pelo Estado, estava alinhada com a diretriz de democratização do patrimônio cultural, vigente à época no IPHAN em nível nacional. Segundo Scifoni (2018), a discussão da

participação social no IPHAN se iniciou com o Governo Lula, em 2003. Foi incluída como diretriz nacional do IPHAN, mas algumas superintendências não aderiram à ideia (um exemplo foi São Paulo). Segundo a autora (SCIFONI, 2018), ainda que houvesse planos de renovação, o “Velho IPHAN”, sempre resistiu dentro do “Novo IPHAN”. O que gera tensões e conflitos, já que as visões se chocam. Segundo ela, existe ainda um segundo nível de contradição, pois o IPHAN São Paulo (mais especificamente representado por algumas de suas servidoras) realizou uma Cartografia Social (em Registro e Iguape) que levou ao tombamento de um conjunto de bens materiais. O que remete às discussões do item 2.1 Complexidade de um sistema: sob a égide do acrônimo IPHAN trabalham diferentes setores e, dentro deles, servidores com suas visões de mundo. Alguns a favor e outros contra.

No contexto da oficina de Registro-SP, cabe destacar a indicação da Igreja Anglicana (**Figura 19**). Sob o olhar técnico com a incumbência de inventariar bens da imigração japonesa, ela provavelmente passaria despercebida por não ter características arquitetônicas de estilo japonês nem ser templo de filosofia nipônica. Aqui se mostra a importância da Cartografia Social: somente o olhar da comunidade que vivencia o patrimônio no seu cotidiano pode apontar o seu valor (como já mencionado, o valor não está no objeto; é dado a ele pelos sujeitos que o detêm). Os imigrantes ajudavam na construção de igrejas locais e se casavam nas mesmas como forma de integração à cultura local (SCIFONI, 2018; NOJIMOTO, 2020, informações verbais). Isso vale para a Capela São João de Iguape-SP (**Figura 19**), que seria considerada “sem valor material” sob uma abordagem tradicional de inventário, mas tem forte apelo identitário e de sustentáculo de memórias coletivas (PEREIRA, 2015). “[...] a Capela de São João, que, mesmo distante do Núcleo Urbano e se constituindo como uma reconstrução do século XX⁴², foi reconhecida como patrimônio nacional [...]” (PEREIRA, 2015, p. 98).

Como destacaram Nascimento e Scifoni (2015b), um grande número de bens culturais foram destacados nesses espaços de discussão [o que] demonstrou a importância da participação local e do compromisso dos habitantes com o tema. As indicações das comunidades revelaram bens que não haviam sido destacados pelo Inventário de Conhecimento que, além de incorporadas ao *Dossiê da Paisagem Cultural do Vele do Ribeira*, mais tarde também auxiliaram na elaboração dos dossiês de tombamento dos bens da imigração japonesa e do centro histórico de Iguape. (PEREIRA, 2015, p. 154, *sic*).

Portanto, a discussão da participação local dentro dos processos de gestão do patrimônio cultural, com especial atenção à demanda social e à participação na identificação da paisagem, possui diversos níveis de complexidade que não serão esmiuçados aqui, já que seria necessário um estudo de Doutorado apenas para compreendê-los.

⁴² Cabe lembrar que a cultura oriental possui uma noção diferente de patrimônio. Como indica o caso do Santuário de Ise, no Japão, que é reconstruído a cada 20 anos em uma cerimônia de morte e renovação, que permite também a passagem dos conhecimentos construtivos entre as gerações.

Figura 19. Igreja Anglicana de Registro-SP e Capela São João de Iguape-SP



Fonte: Elaborado pela autora (2021) com imagens de Nascimento, Scifoni e Toji (2008) e do Dossiê de Tombamento.

4.4 Considerações finais

A partir das análises dos fluxos de informação dos processos do IPHAN (Capítulo 2. Fluxos mais técnicos de informação e Capítulo 3. Fluxos mais participativos de informação), tendo entendido quais são mais abertos à participação da população, o Capítulo 4 buscou apresentar um dos meios pelos quais os servidores do IPHAN alinhados com as questões decoloniais vêm realizando a consulta às comunidades locais e a documentação das referências culturais importantes de seus cotidianos.

No subcapítulo 4.1 Educação Patrimonial, explicou-se brevemente que, a partir dos anos 2000, existe um esforço para a atualização da noção de Educação Patrimonial introduzida nos anos 1980 e direcionada para o ensino museal (baseada nos quatro passos: 1. Observação, 2. Registro, 3. Exploração e 4. Apropriação) em direção a uma versão Dialógica voltada à pluralidade cultural do cotidiano dos inventariados.

Já o subcapítulo 4.2 Inventário Participativo teve como base documentos oficiais de 2016 que institucionalizaram essa nova Educação Patrimonial: a Portaria IPHAN nº 137, com as diretrizes para a Educação Patrimonial, a Portaria IPHAN nº 160 e os instrumentos de inventário, e duas publicações: “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos” e “Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação”. O texto apresenta formas de inventariar, mas também explica que a Educação Patrimonial Dialógica pressupõe a liberdade da comunidade para definir, em conjunto com o inventariador, a didática das atividades e as categorias a serem propostas. Podem ser base para discussão inicial as cinco categorias propostas pelo INRC, criado na década de 2000: Lugares, Objetos,

Celebrações, Formas de Expressão e Saberes. Mas se incentiva que sejam adaptadas aos contextos locais, como nos exemplos: 1. a adição da categoria Objetos pela REPEP a partir dos vários inventários realizados; 2. as categorias indicadas pelos inventariados no caso do Museu dos Kanindé, em Aratuba/CE: Coisas dos índios, Coisas dos velhos e Coisas das matas; e 3. Brincadeiras e Comida no inventário realizado pelo Comitê ICOMOS de Interpretações, Educação e Narrativas com a Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Cariri, em 2021.

E, no subcapítulo 4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-SP, detalha-se a Cartografia Social realizada nas cidades de Iguape e Registro-SP, no contexto dos trabalhos para a produção de um Dossiê de Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira-SP. Caso pioneiro no Brasil realizado por servidoras do IPHAN, em que a Cartografia Social mobilizou a população local sobre suas referências culturais, tendo resultado em posterior tombamento de um conjunto de bens bastante diversos, incluindo as primeiras mudas de chá Assam trazidas para o Brasil.

Entendemos que a Cartografia Social é uma das metodologias que pode ser utilizada junto às comunidades durante o inventário participativo em busca da mobilização local sobre o assunto. Cabe apontar que o objetivo do inventário participativo não é ser um levantamento do patrimônio e, por isso, não implica diretamente na proteção legal dos bens levantados junto às comunidades. É uma das formas de proteção mencionadas pela Constituição Federal de 1988 e é o ponto-chave para a maior incorporação das comunidades junto às tomadas de decisão pelos técnicos do IPHAN que levarão à proteção pelos mais variados instrumentos (principalmente, tombamento, registro e chancela). E assim, se amplia a possibilidade de diversificar o conteúdo do estoque patrimonial brasileiro.

PARTE 2 _ TECNOLOGIAS

Diante de um percebido engessamento das engrenagens da gestão do patrimônio cultural atual, a segunda parte da Tese discute as mudanças socioculturais da preservação diante das possibilidades de colaboração / participação advindas das tecnologias digitais e do trabalho remoto.

A parte 2 é composta por quatro capítulos. O primeiro, **Capítulo 5. Cultura digital e patrimônio brasileiro**, traz definições e uma discussão do panorama atual da utilização das tecnologias digitais nas relações interpessoais e de trabalho. Em seguida, o **Capítulo 6. Gestão digital no IPHAN** apresenta a incorporação das tecnologias digitais dentro do órgão nacional de preservação, tendo como principais casos de análise o Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), desenvolvido na década de 1990, e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), desenvolvido na década de 2010.

Após a constatação de pontos positivos e negativos dos sistemas digitais utilizados pelo IPHAN, o **Capítulo 7. Universo de possibilidades** mostra múltiplas possibilidades de plataformas digitais para a colaboração / participação entre os diversos atores que devem ser envolvidos nas atividades de gestão do patrimônio cultural. Este capítulo discute as relações entre teoria e prática no contexto da preservação e divulgação do patrimônio cultural em âmbito nacional e internacional. São analisados projetos realizados ao redor do mundo em busca de processos participativos e colaborativos, online ou não, que possam ser utilizados para ações participativas no âmbito do patrimônio cultural. A discussão está pautada na busca por meios para a colaboração entre comunidade e órgãos públicos para a gestão do patrimônio cultural.

O último item da parte 2, o **Capítulo 8. Tecnologia na prática** aborda projetos dos quais a autora participou; o que permitiu um olhar mais aprofundado sobre seus processos. Para entender se as plataformas intermedeiam de maneira adequada as interações, a pesquisadora assumiu a postura de parte integrante do sistema analisado. Os projetos de desenvolvimento buscaram verificar conceitos teóricos e o uso das plataformas digitais para aproximar sociedade, Poder Público e academia.



Capítulo 5. Cultura digital e patrimônio brasileiro

“Cultura digital [...] Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.”
[Gilberto Gil, 2004, online]

Este capítulo localizará o leitor no recorte tecnológico escolhido, apresentando o estado atual da difusão digital da informação sobre o patrimônio cultural brasileiro. Para isso, o capítulo se divide em três partes. O item **5.1 Brevíssima história da organização da informação e comunicação** apresenta brevemente a evolução dos aparatos e das tecnologias de disseminação da informação, buscando explicitar suas diferentes fases segundo as técnicas e os equipamentos, sua aprendizagem, e a distribuição dos produtos. A linha temporal se inicia antes das mídias digitais pois o estágio tecnológico atual só foi possível graças aos conhecimentos cumulativos ao longo dessa evolução técnica. O item **5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil** apresenta breve panorama da informação que os órgãos brasileiros de preservação do Patrimônio Cultural disponibilizam online, por meio de quadro que reúne informações coletadas junto ao projeto iPatrimônio⁴³. E o item **5.3 Dois** analisa dois casos de disponibilização da informação: a plataforma GeoSampa, da Prefeitura Municipal de São Paulo-SP, e o ICMS Cultural, do Estado de Minas Gerais.

5.1 Brevíssima história da organização da informação e comunicação

Desde a metade do século XX, uma nova mídia - a digital – tem transformado a comunicação e a organização da informação. A Internet, que surge globalmente em 1994, se tornou um ambiente para organização e divulgação de informação em volume e forma antes inimagináveis. Mas seu desenvolvimento e profusão foram possíveis graças ao conhecimento adquirido com o desenvolvimento dos aparatos e tecnologias antecessores. Para entender as modificações sistêmicas que culminaram no estágio tecnológico atual, a seguir é apresentada linha do tempo desenvolvida sobre os apontamentos do livro “Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet” (2004), dos historiadores britânicos Asa Briggs e Peter Burke. As datas indicadas se referem à criação das

⁴³ Projeto voluntário, sem fins lucrativos e sem vínculos institucionais, de georreferenciamento do patrimônio cultural brasileiro oficializado, lançado ao final de 2018. A autora colabora com a alimentação da plataforma, a divulgação acadêmica e a elucidação de dúvidas dos cidadãos.

tecnologias e o tempo necessário para sua ampla disseminação variou de acordo com cada equipamento, seu custo e disponibilidade.

A linha do tempo (**Figura 20**) se inicia com a invenção da prensa gráfica de Gutenberg, quando máquina e tecnologia permitiram a mecanização da reprodução de textos e ampliaram a divulgação da informação a um alcance sem precedentes. Além disso, a linha do tempo permite visualizar a rapidez com que aparatos e tecnologias vêm sendo desenvolvidos desde meados do século XX.

Figura 20. Linha do tempo com a evolução das tecnologias de disseminação da informação no mundo ocidental



Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base em Briggs e Burke (2004).

A introdução da prensa gráfica de Gutenberg⁴⁴ no Ocidente a partir de 1447 é vista por Briggs e Burke (2004) como o primeiro momento de industrialização da escrita e, conseqüentemente, de remodelação do processo produtivo da comunicação. Uma das primeiras publicações produzidas por prensa gráfica foi a Bíblia, que havia sido traduzida do latim para o alemão de Hannover, por Martinho Lutero; o que também configurou uma alteração na organização da informação. Revolucionou-se o conhecimento à época: as traduções impressas “[...] permitiam aos leitores que ocupavam uma posição baixa na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades contavam” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 28).

Como apontou o teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan (1969, p. 4, tradução nossa⁴⁵), “[...] todas as mídias, do alfabeto fonético ao computador, são extensões do homem que causam mudanças profundas e duradouras nele mesmo e transformam seu ambiente. [...]”. A tradução do conteúdo para o idioma local, aliada à criação de uma nova técnica e de novos equipamentos (prensa de tipos móveis), desencadeou profundas modificações sociais: a busca por alfabetização e informação. Assim, além de revolucionar a distribuição e a acessibilidade da informação, a prensa ajudou a fixar a língua oficial alemã (o Alemão literário) e, assim, definir uma nação (PRATSCHKE, 2021).

Segundo Briggs e Burke (2004), a próxima grande mudança de paradigma de tecnologia da informação e comunicação ocorreu praticamente quatro séculos depois, na década de 1830, como

⁴⁴ “Enquanto na China e no Japão a impressão gráfica já vinha sendo utilizada há muito tempo - desde o século VII ou até mesmo antes - em alguns países como a Rússia e no mundo cristão ortodoxo, a impressão gráfica demorou a chegar. Provavelmente pelo fato de o alfabeto utilizado ser o cirílico e na qual a educação formal estava praticamente confinada ao Clero” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 27).

⁴⁵ **Do original em inglês:** “[...] all media, from the phonetic alphabet to the computer, are extensions of man that cause deep and lasting changes in him and transform his environment. [...]” (MCLUHAN, 1969, p. 4).

parte dos desenvolvimentos ligados à Revolução Industrial: o telégrafo. Ele redefiniu a relação entre o envio de mensagens e a velocidade com que as distâncias eram percorridas. Contudo, sua utilização dependia da aprendizagem de uma linguagem bastante específica: o código Morse.

Ao longo do último século, os avanços ocorreram em intervalos cada vez menores e democratizaram ainda mais a área: ao utilizar o áudio para comunicar, deram acesso à informação aos analfabetos. Nessa categoria estão as mídias eletrônicas: o telefone (1876), o rádio (1899) e a televisão (1945).

5.1.1 Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)

As Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) são aquelas que permitem o tratamento da informação e, ao mesmo tempo, auxiliam na comunicação; o que inclui *hardware*, *software*, Rede ou dispositivos móveis em geral (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, é importante salientar que a computação alterou drasticamente a produção, o armazenamento e a transmissão da informação. A computação aliada à Internet modificou as relações humanas, transformando o digital em uma extensão inseparável do ambiente físico. E, para as gerações que já têm contato com a Internet e os dispositivos móveis desde a infância ou o nascimento (os “nativos digitais”, como chamados por Palfrey e Gasser, 2011), o digital é inclusive entendido como parte de si mesmos. E, com o barateamento e a disseminação dos dispositivos móveis desde os anos 2000, cada indivíduo tem potencial para se tornar um voraz consumidor de conteúdo e um comunicador/emissor de opinião e comunicador. Pela revolução causada, é importante dividir a análise dessa tecnologia em três categorias: os equipamentos, a rede e os métodos.

A evolução do computador se divide em seis gerações de aprimoramento (apresentadas na **Figura 21**, na próxima página). A primeira geração, representada pelo ENIAC, foi apresentada ao mercado em 1946. Eram máquinas enormes (alocadas em salas próprias), pesadas, lentas, pouco eficientes e que aqueciam demais e rapidamente (CURY; CAPOBIANCO, 2011). Além disso, sua operação demandava uma equipe de profissionais muito especializados em cada uma das funções envolvidas, como, por exemplo, manutenção física e desenvolvimento de códigos. A computação demandou, inclusive, a criação de uma linguagem baseada na lógica do pensamento matemático para traduzir os comandos humanos em códigos compreensíveis pelo computador.

Em 1947, os Laboratórios norte-americanos Bell lançaram o primeiro transistor, um condutor e isolante de corrente elétrica, que substituiu a válvula. Com menor consumo de energia e aquecimento das máquinas, a invenção permitiu o desenvolvimento da segunda geração de computadores, cada vez menores (CURY; CAPOBIANCO, 2011). A terceira geração de computadores (1965) foi possível quando a Intel lançou os microprocessadores, circuito lógico de unidade central de processamento. Até essa geração, os computadores eram equipamentos caros e de manuseio extremamente especializado.

Figura 21. Gerações de computadores

<p>2000-Atual 6a Geração</p>	 <p>Computação ubíqua</p>	 <p>Caverna digital</p>	 <p>Smartglasses</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Computação Distribuída *Computação nas Nuvens *Computação em Grade *Computação Móvel *Computação Ubíqua *Realidade Aumentada 	
<p>1991-2000 5a Geração</p>	 <p>Processador Pentium Pro</p>	 <p>Apple Powerbook 100</p>	 <p>HP Compaq Tablet PC</p>	 <p>RIM BlackBerry 7230</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Conectividade *Inteligência artificial -reconhecimento de voz -sistemas inteligentes -redes neurais -robótica *Redes de Alta Velocidade
<p>1977-1991 4a Geração</p>	 <p>Placa-mãe IBM PC 5150</p>	 <p>IBM PC 5150</p>	 <p>Teclado do IBM 5150 e XT</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Microprocessadores *Computadores pessoais *Programação orientada ao objeto *Discos rígidos para memória secundária *Periféricos (impressoras matriciais, teclados...) 	
<p>1964-1977 3a Geração</p>	 <p>Circuito integrado</p>	 <p>Apple 1</p>		<ul style="list-style-type: none"> *Circuitos integrados *Minicomputadores *Arquitetura plugável *Sistema Operacional (orientado à arquitetura) *Primeiros software *Linguagem de alto nível 	
<p>1955-1964 2a Geração</p>	 <p>Transistor</p>	 <p>Circuito com válvulas e circuito de transistores</p>	 <p>IBM 1620</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Transistores *Máquinas menores *Menos aquecimento *Processamento lento (milissegundos) 	
<p>1946-1954 1a Geração</p>	 <p>Válvula</p>	 <p>Fitas perfuradas com dados e instruções</p>	 <p>ENIAC</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Válvulas *30 Ton / 180m² *Superaquecimento *Programação na linguagem de máquina *Cartões/fitas perfuradas *Processamento lento 	

Fonte: Elaborado pela autora (2019) com imagens de Farias (s.d.), Maristela (s.d.) e Wikipedia.

A quarta geração de computadores iniciou-se na década de 1970 e foi possível pela constante redução do tamanho dos componentes, agregando ainda diversas novidades como o uso de interface gráfica em vez de linhas de comando (MARISTELA, s.d.). Nesse período, iniciou-se a produção de computadores para uso pessoal (por exemplo, IBM lançou o *Personal Computer* em 1981, e Apple foi sucesso de vendas em 1982), que eram menores e mais intuitivos em sua usabilidade. A quinta geração

(1991) se caracterizou pelos avanços na portabilidade e conectividade e pelos princípios da inteligência artificial (MARISTELA, s.d.). Nesse período, surgiu também o *smartphone*, um aparato tecnológico que reuniu funções de diferentes equipamentos: a começar por telefone, *pager*, calculadora e relógio; depois incorporou câmera fotográfica e filmadora. Mas a grande revolução desse equipamento foi promovida pela conexão à Internet em conjunto com a eliminação do teclado físico (por meio das telas sensíveis ao toque). E a sexta geração (2000), a mais recente, se compõe por avanços em diferentes áreas da computação: distribuída, em nuvem, em grade e ubíqua, por exemplo (MARISTELA, s.d.).

A segunda categoria para análise das TIC trata da Rede, atualmente conhecida como Internet. Desde os anos 1940, também estavam sendo desenvolvidas tecnologias de transmissão de dados. De acordo com a educadora brasileira Lucilene Cury e a cientista da informação brasileira Ligia Capobianco (2011), na década de 1940, a AT&T criou o *modem* (modulador – demodulador) para transmitir dados pelo sistema telefônico, por meio da conversão de informações binárias (0 e 1) em frequências audíveis (tons). Em 1969, a ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) realizou as primeiras conexões entre computadores de departamentos de pesquisa e entidades militares. Tal rede foi disponibilizada para outras instituições e universidades no início dos anos 1970. Ao final da mesma década, o conjunto de protocolo TCP (*Transmission Control Protocol*, Protocolo de Controle de Transmissão) e o IP (*Internet Protocol*, Protocolo de Internet) possibilitaram a intercomunicação entre computadores (CURY; CAPOBIANCO, 2011).

Em 1989, Timothy Berners-Lee desenvolveu uma tecnologia para compartilhar informações de pesquisa no Laboratório Europeu de Partículas Físicas (CURY; CAPOBIANCO, 2011). Os diversos elementos que Berners-Lee desenvolveu (protocolo HTTP, o antecessor da URL, a linguagem e o primeiro Servidor Web) foram a base para o desenvolvimento da Internet (CURY; CAPOBIANCO, 2011).

No Brasil, a Internet teve seu lançamento em 1994. A partir da melhoria do desempenho dos equipamentos, da implementação de redes de comunicação entre computadores e da redução dos preços, o computador se tornou mais acessível e ocorreu o aumento exponencial de pessoas utilizando-o. Nos anos 2000, o desenvolvimento de redes sem fio, a difusão de *smartphones* e amplos investimentos em desenvolvimento de *software*, aplicativos e *hardware* deram prosseguimento à ampliação do mercado. A rede de comunicação mundial, os sistemas de armazenamento de dados em nuvens digitais e a organização online das informações e do trabalho foram sendo incorporados aos procedimentos-padrão de empresas e instituições. Ou seja, os anos 2000 embasaram uma grande mudança nas capacidades humanas: foi organizada aquela que o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) chama de Sociedade em Rede. O espaço de comunicação e sociabilidade digital criado modificou radicalmente a publicização de informação e a descentralização de fontes, e, para além disso, todo o modo de vida cotidiano em suas mais variadas esferas: locomoção (mapas e aplicativos de deslocamento), alimentação (aplicativos de entrega), convivência (redes sociais, aplicativos de

comunicação e de videochamadas), relacionamento (aplicativos de namoro), diversão (jogos online, aplicativos de *streaming* de vídeo) etc.

Atualmente, interfaces cada vez mais avançadas possibilitam o compartilhamento acelerado de informação, a interlocução simultânea de múltiplos sujeitos e a superação de limites geográficos. Conforma-se o que o filósofo francês Pierre Lévy chamou, em 1999, de “vetor de inteligência e criação coletiva”: “[...] a inteligência coletiva, a saber, a valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais” (LÉVY, 1999, p. 166). Evoca-se o sentido de comunidade descrito por o sociólogo galês Raymond Williams (2007): um grupo de pessoas com o qual se mantêm relações mais diretas, totais e significativas (em contraste com relações mais formais, abstratas e instrumentais mantidas com o Estado ou sociedade). Uma comunidade glocal: termo que se refere às interfaces entre o alcance global e a atuação local das tecnologias digitais.

A última categoria para análise das TIC trata da profunda alteração dos métodos nas mais diversas áreas, a partir de novos paradigmas para as várias ações relacionadas à informação. No século XX, junto com o desenvolvimento do computador e da Internet, foram desenvolvidos métodos para estimular as inovações e reorganizar o meio digital para a gestão da informação e para a comunicação. Algumas das teorias desenvolvidas nesse período foram a Teoria de Informação (dos matemáticos norte-americanos Claude Shannon e Warren Weaver, 1948), a Teoria Geral de Sistemas (do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, 1950) e a Cibernética de Segunda Ordem (formulada inicialmente pelo cientista austríaco-americano Heinz von Foerster, 1968, juntamente com outros pesquisadores como Warren McCulloch, Norbert Wiener, John von Neumann, Lawrence J. Fogel, Gregory Bateson, Humberto Maturana e Francisco Varela); que foram revisadas através do desenvolvimento de subteorias e teorias maiores, tais como a Teoria da Complexidade (do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, 1970).

A Teoria da Informação se consolidou a partir de 1949, com os estudos matemáticos de telegrafia e telefonia de Shannon e Weaver, que buscavam medir a quantidade de informação de uma mensagem. O sistema de comunicação proposto por eles possuía seis componentes principais: fonte (formula a mensagem), transmissor (codifica a mensagem), canal (intermedeia a transmissão), receptor (decodifica a mensagem), destino (recebe a mensagem) e ruído (perturbações da mensagem ao longo do caminho). Alguns conceitos principais dessa teoria são: a Redundância (repetição da mensagem a fim de garantir sua recepção e entendimento), a Sinergia (trabalho conjunto entre os elementos), a Informática (disciplina de tratamento automático, racional e sistemático da informação), e a Automação (processamento contínuo e controle automático da informação).

A Teoria Geral de Sistemas foi pensada na área das Ciências Biológicas pelo biólogo austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy e foi disseminada entre as demais áreas, sendo de grande importância para a

análise das estruturas e dinâmicas organizacionais. O principal conceito é o de Sistema, entendido como “um conjunto de objetos entendidos como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros” (SERRA, 2006, p. 70). Além disso, é composto de processos, que podem ser entendidos como “o modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo” (SERRA, 2006, p. 72). Portanto, não se trata de uma análise reducionista. Ao contrário, é preciso ver o todo para entender cada parte e vice-versa, já que as interações entre elementos e atores, em sequências definidas ou não, produzem resultados variados.

E, finalmente, a Cibernética, formulada inicialmente pelo matemático estadunidense Norbert Wiener, contribuiu com a noção de que o observador é elemento definidor da análise do sistema, pois sempre está embasada em sua visão de mundo. Noção aprofundada pela Cibernética de Segunda Ordem, do filósofo francês Edgar Morin (1970), que introduziu a ideia do “observador do observador”, cuja análise é marcada por sua subjetividade interpretando a subjetividade do primeiro observador. Ou seja, qualquer análise realizada é parcial e tem base nas escolhas e visões de mundo de quem a realiza.

Essas três teorias embasaram a criação da Teoria da Complexidade, vinculada ao método construtivista, que tem o objetivo de analisar a interação e colaboração entre elementos, atores e ambiente. Como salientam os ciberneticistas Hugh Dubberly, Usman Haque e Paul Pangaro (2009), o sistema está em constante “interação com o ambiente, e [...] *via* ambiente”. E a interação

[...] difere de “resposta” ou simplesmente “ação”, uma vez que o comportamento é definido enquanto relação com o ambiente (a resposta é apenas um dos elementos da interação). Podemos definir interação interpessoal ou interação social como uma relação de interdependência entre duas ou mais pessoas, onde a ação de cada uma depende da ação do outro. Numa interação interpessoal (que caracteriza a comunicação humana), temos três fatores: os participantes, a relação em si e o contexto (LOBATO, 2009, p. 2).

O contexto tende a ser cada vez mais complexo. De um lado, a demanda das TIC pela criação e estruturação de novas formações profissionais; além da revisão de linguagens e de formas de ensino, aprendizagem e interação. Por outro lado, o entendimento de que as análises tendem a envolver um conhecimento multidisciplinar cada vez maior. Ao mesmo tempo, olhar para a parte (especialidade) e olhar para o todo (multidisciplinaridade).

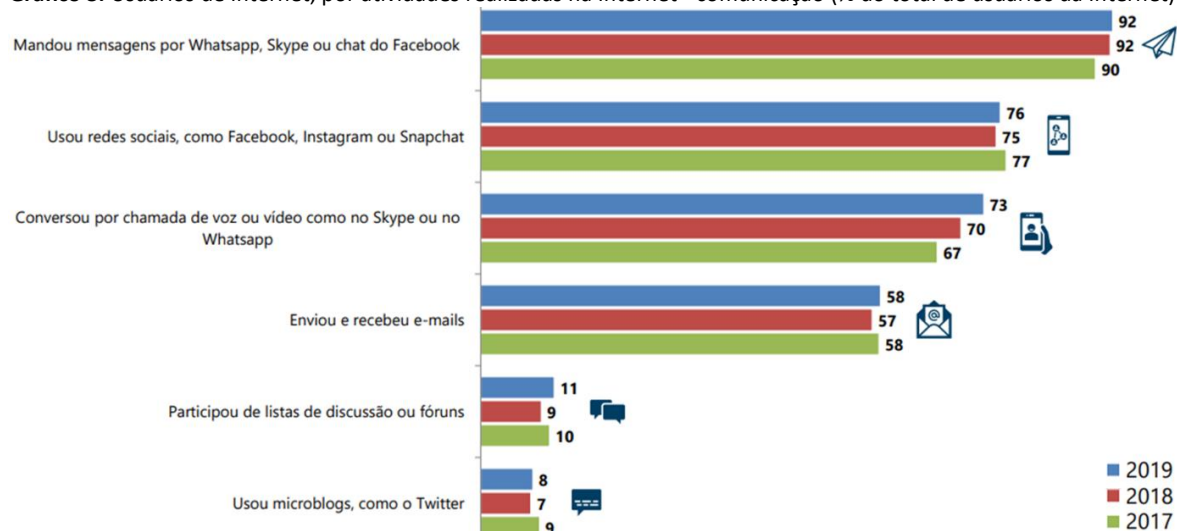
5.1.2 Cenário atual da Internet no Brasil

Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018), 97% da população brasileira tem acesso à Internet via telefone celular, independente do grau de instrução. Contudo, é preciso questionar o meio e a qualidade de acesso, principalmente diante das eleições para Presidência da República, em 2018, e da pandemia mundial de COVID-19, em 2020 e 2021. Segundo os dados levantados, o celular é o dispositivo mais utilizado para acesso à Internet (99% dos domicílios), sendo o único dispositivo de

acesso de 58% da população (79% da população rural e 85% da população entre os que possuem renda familiar de até R\$ 4.180,00). A pesquisa apontou ainda que a principal atividade realizada é a de comunicação, principalmente chamadas por voz ou vídeo (73%), e o trabalho remoto é realizado por apenas 1/3 da população (CETIC.BR, 2020, p. 15).

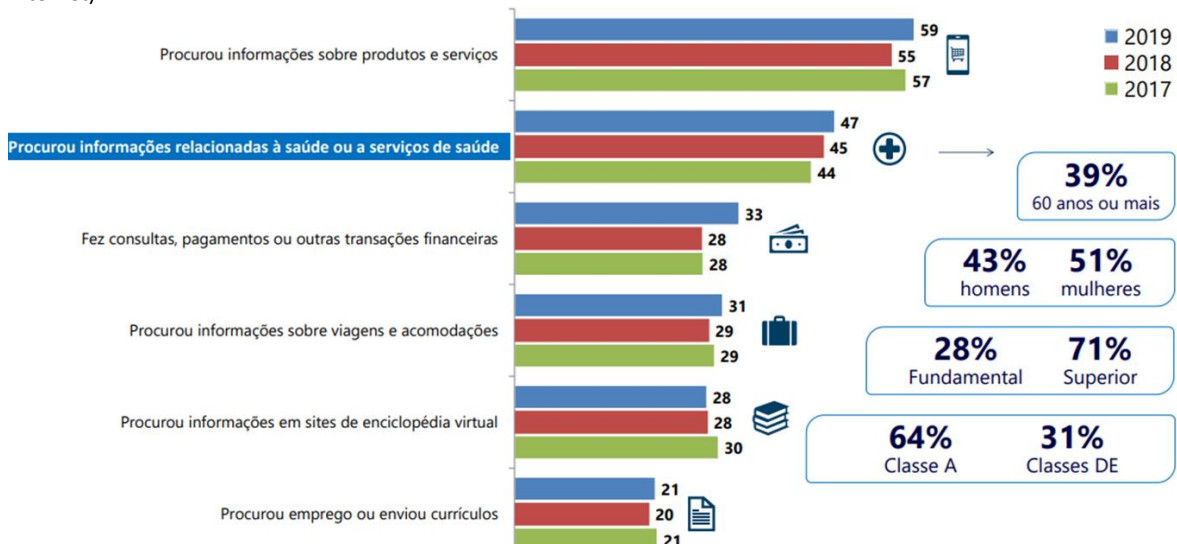
Quatro gráficos apresentados nas próximas páginas ajudam a entender o cenário comunicacional brasileiro. Ao comparar os três primeiros gráficos (**Gráfico 3**, **Gráfico 4** e **Gráfico 5**), é possível notar a desigualdade de acesso à informação no que diz respeito às atividades para as quais a Internet é utilizada. Entre os anos de 2017 e 2019, a grande maioria da população brasileira com acesso à Internet (entre 90% e 92%) utilizou redes sociais (*WhatsApp*, *Skype* e *Facebook*) para envio de mensagens. De acordo com a jornalista brasileira Patrícia Mello (*apud* SCHWARCZ; MELLO, 2020), o Brasil é o segundo país a nível mundial em número de usuários de WhatsApp: cerca de 130 milhões de pessoas em uma população de 209 milhões, ou seja, 64% da população.

Gráfico 3. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - comunicação (% do total de usuários da Internet)



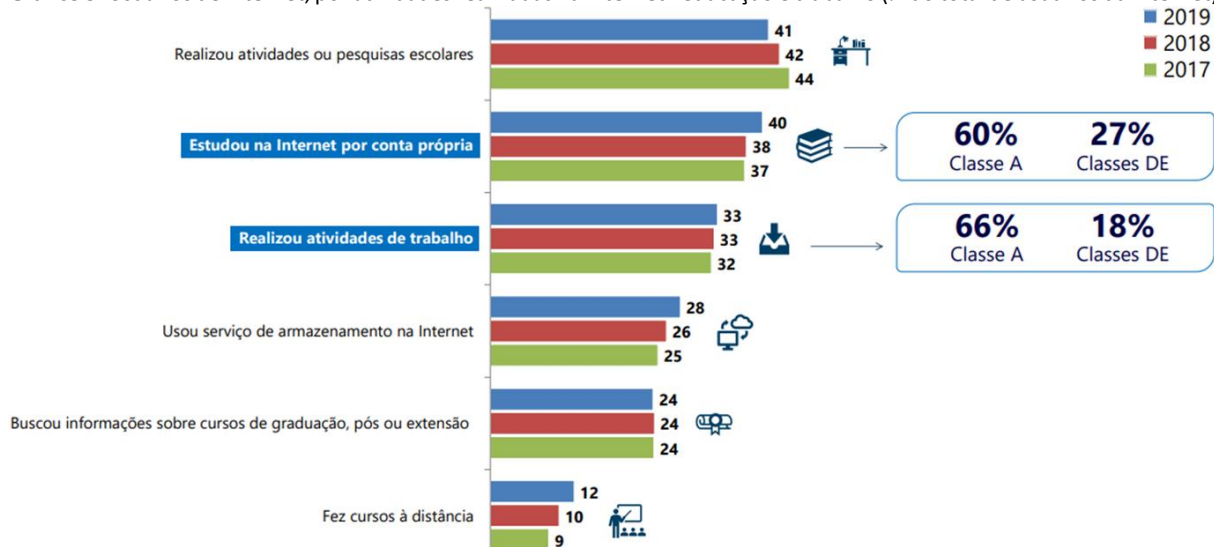
Fonte: CETIC.BR (2020, p. 16).

Gráfico 4. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - busca por informação (% do total de usuários da Internet)



Fonte: CETIC.BR (2020, p. 17).

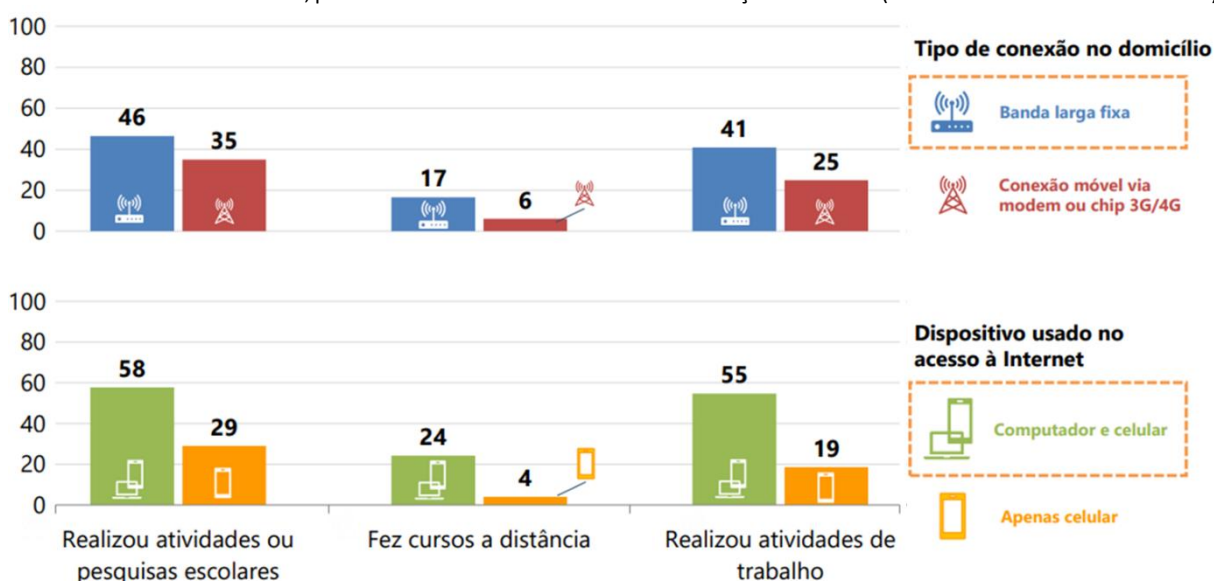
Gráfico 5. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - educação e trabalho (% do total de usuários da Internet)



Fonte: CETIC.BR (2020, p. 18).

Contudo, quando se questiona o uso da infraestrutura informacional para educação e trabalho, no mesmo período (**Gráfico 6**, na próxima página), menos de 60% da população realizou buscas por informações relacionadas a produtos e serviços, e pouco mais de 40% realizou atividades ou pesquisas escolares. Dentre os 40% de brasileiros que estudaram por conta própria pela Internet, 60% são da classe A e apenas 27% das classes DE. Entre os que trabalharam pela Internet, 66% são da classe A e apenas 18% são das classes DE. Informações que, reunidas aos dados do gráfico a seguir, demonstram que a maior parte da população que utilizou a Internet para educação e trabalho é composta de pessoas com banda larga fixa em seus domicílios e que possuem computadores e celulares conectados à rede.

Gráfico 6. Usuários de Internet, por atividades realizadas na Internet - educação e trabalho (% do total de usuários da Internet)



Fonte: CETIC.BR (2020, p. 19).

Segundo a pesquisa, em 2019, 39% dos domicílios possuíam computador em uma distribuição bastante desigual: 95% dos domicílios da classe A (renda familiar acima de 20 salários-mínimos ou

acima de R\$ 20.900,00) e 85% dos domicílios da classe B (renda familiar entre 10 e 20 salários-mínimos ou de R\$ 10.450,00 a R\$ 20.900,00). Esse percentual reduz drasticamente entre a população das classes C (renda familiar entre 4 e 10 salários-mínimos ou de R\$ 4.180,01 a R\$ 10.450,00) e DE (renda familiar de até 4 salários-mínimos ou até R\$ 4.180,00), sendo de 44% e 14%, respectivamente (CETIC.BR, 2020).

Portanto, o índice geral de 97% de brasileiros conectados à Internet camufla especificidades relacionadas aos seus usos. Embora o conteúdo disponível online seja amplo, a pesquisa indicou que as atividades culturais mais realizadas são as de assistir a vídeos (74%) e ouvir música (72%), mais via *streaming* do que por download. Os vídeos são mais acessados por aplicativos de mensagens e o conteúdo postado tem caráter pessoal (CETIC.BR, 2020). Apenas 56% dos usuários de Internet leu jornais, revistas ou notícias (CETIC.BR, 2020). Tais informações ajudam a explicar o aumento da publicação e disseminação de *fakenews* e o crescente grau de desinformação. Presume-se que a maior parte da população acessa Internet via pacote de dados do celular, já que redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas não são tarifados (política de *zero rating*).

Segundo o Ministério da Economia,

Comparativamente, a chegada dos computadores na década de 1980 e da internet na década de 1990, a era da informação no século XXI traz também uma revolução na forma de realizar a gestão pública. [...]

Neste novo cenário, o cidadão usuário de serviços públicos passa a ser cada vez mais exigente, pois também é ator na sociedade da informação. É dessa forma que o Estado tem proposto iniciativas de gestão da informação baseando-se na tríade TECNOLOGIA-INFORMAÇÃO-INTEGRAÇÃO para prestar serviços mais eficientes e em tempos exigidos pelos cidadãos.

Especialmente para o Estado, é obrigação tornar acessíveis e úteis as informações produzidas para que possam dar suporte às ações finalísticas das instituições. [...] (MINISTÉRIO, 2017, s.p.).

A premissa de dar acesso aos dados está presente em outros tantos documentos oficiais de diversos setores governamentais, incluindo o Princípio da Administração Pública de Publicidade dos dados (CF88, art. 37) e diretrizes gerais (como a Lei de Acesso à Informação).

Contudo, apesar da disseminação da Internet, desde 2016, existem forças políticas internas ao próprio governo contrárias a mudanças e os oligopólios de mídia ainda exercem forte poder (LIMA, 2013). Por “[...] sua centralidade social, o não avanço nas comunicações dificulta - ou até mesmo impede - o avanço em outros setores, sobretudo na construção de uma opinião pública verdadeiramente republicana e democrática” (LIMA, 2013, p. 223). O acesso à informação é um direito constitucional cumprido pela disseminação da Internet (mesmo que privatizada), não plenamente exercido pela população, que a utiliza mais para entretenimento e comunicação do que para busca de informações.

Como o teórico da mídia tcheco-alemão Vilém Flusser (2008 [1985], p. 104) já apontava em 1985: “[...] a massa das informações disponíveis adquiriu dimensões astronômicas [...] o consumidor médio detém atualmente mais informações do que o ‘gênio’ renascentista”. Nesse período, o mundo era habitado por 4,8 milhões de seres humanos e os meios de comunicação mais utilizados ainda eram jornal, televisão e rádio. Portanto, atualmente, com a Internet, os 7,75 bilhões de humanos estão liberto do controle editorial de informações exercido por agências de comunicação, correto? Além de dispor de meios para expressar opiniões, o indivíduo ainda usa o ambiente digital para consultar informações de diversas fontes, unir as massas e organizar manifestações sociais, não é mesmo? Infelizmente, não. A chamada “Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)” ainda é uma tarefa a ser desenvolvida. Como apontam Wilson e seus colaboradores,

A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) [...] está no centro da liberdade de expressão e informação, uma vez que empodera cidadãos a compreender as funções da mídia e outros provedores de informação, a avaliar criticamente seus conteúdos e, como usuários e produtores de informação e de conteúdos de mídia, a tomar decisões com base nas informações disponíveis (WILSON, *et al.*, 2013, p. 25).

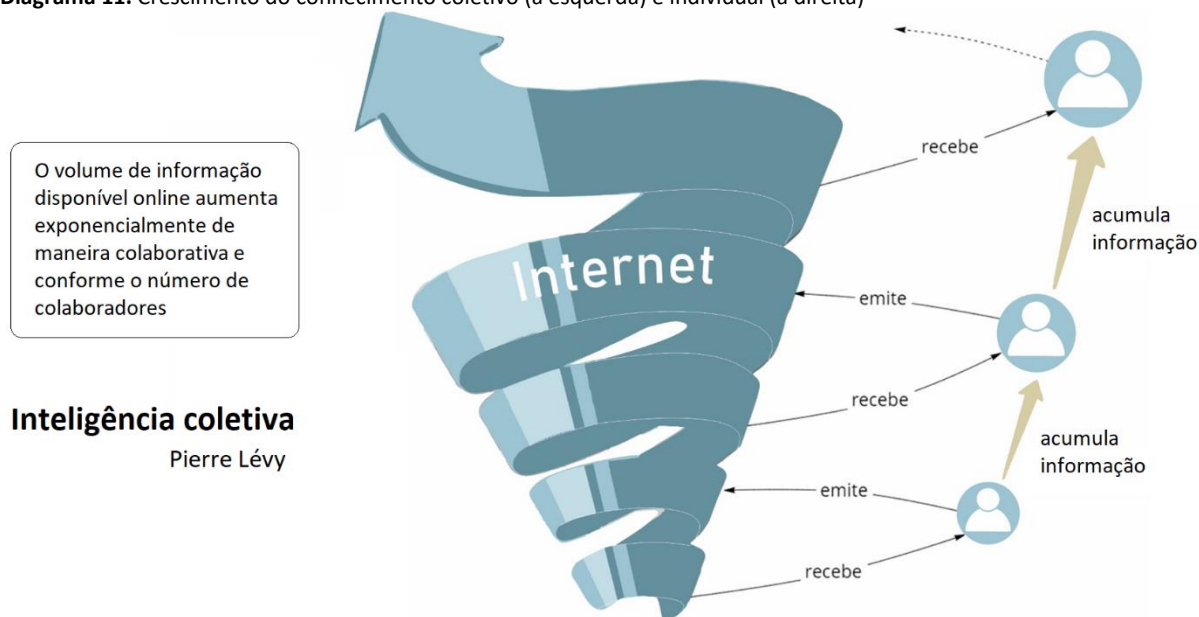
Portanto, as TIC abriram um universo de possibilidades, mas também impuseram várias alterações metodológicas: no modo de organizar a informação, na comunicação, na sociedade etc. Promoveu necessidades, sendo a principal o acesso amplo e inclusivo a equipamentos (respondido em partes pelo barateamento dos aparelhos celulares), à Internet (remediado de modo pífio por pacotes pré-pagos das operadoras de telefonia móvel) e à informação. Ter acesso a equipamento com Internet e conhecimento dos métodos (software, plataformas, onde buscar a informação etc.) é a base para que o cidadão se torne tanto receptor quanto emissor de informação. Os métodos a serem conhecidos vão desde o uso do aparelho (hardware e aplicativos) até o aprendizado de linguagem de programação (criação de software), passando pela importante noção de identificar se uma fonte de informação é fidedigna. Dessa forma, o uso da Internet tem o imenso potencial de ser um meio para dois fins que se auto-alimentam: 1. adquirir conhecimento para 2. gerar e divulgar conhecimento em *looping*, como um ouroboros (**Diagrama 11**, na próxima página). A busca por conhecimento gera novo conhecimento por parte do indivíduo, que o agrega ao volume de conhecimento coletivo já existente na Internet. Dessa forma, o conhecimento disponível na Internet cresce de forma exponencial. Mas, para que a produção coletiva do conhecimento ocorra, é preciso que dados e informações estejam disponíveis para acesso público. O que ainda ocorre de maneira muito desigual no contexto atual do patrimônio cultural brasileiro, como veremos no próximo tópico.

5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil

A possibilidade de organização da informação, de comunicação e produção coletiva de conhecimento em ambiente digital vem ao encontro de questões atuais relacionadas ao acesso à informação governamental, que é garantido por lei. A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi instituída em 2011 com base no Princípio de Publicidade da Administração Pública (CF88, art. 37), ou seja, na

transparência da informação produzida nos órgãos governamentais. Segundo a LAI, “Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas” (BRASIL, s.d., s.p.). De forma mais simplificada, todo indivíduo tem o direito de receber gratuitamente (salvo quando houver custo de reprodução do material) informações do Poder Público (exceto aquelas categorizadas como sigilosas), sem a necessidade de apresentar a motivação para tal solicitação.

Diagrama 11. Crescimento do conhecimento coletivo (à esquerda) e individual (à direita)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta estão sob o regime da LAI:

- Todos os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais;
- Todos os poderes: executivo, legislativo e judiciário;
- Toda administração pública direta (órgãos públicos), indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas), além das entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e/ou municípios; e
- Todas as entidades sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.

A LAI (BRASIL, 2011) indica que o acesso à informação deve ser provido de duas formas. Preferivelmente, por meio da transparência ativa: informações de interesse coletivo e geral são disponibilizadas por iniciativa do Poder Público, sem o requerimento da sociedade. Essa transparência ocorre, geralmente, através dos portais digitais dos órgãos públicos. Enquanto isso, para o melhor andamento da transparência passiva (aquela que trata de informações requeridas pelo cidadão), a LAI obriga a criação de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) em local físico de fácil acesso; e o Decreto nº 9.492/2018, de Ouvidorias nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e nas empresas estatais que prestem serviços públicos.

Além disso, a União criou canais de comunicação online para o registro de pedidos de informação (esic.cgu.gov.br) e de reclamações, denúncias, elogios e sugestões (sistema.ouvidorias.gov.br). Em

agosto de 2019, a Plataforma FalaBR (www.cgu.gov.br/falabr) unificou os dois sistemas e outros mais, para facilitar o acesso à informação ao reunir as formas de interação com o governo federal num mesmo portal digital (CGU, 2019). Desde a sanção da LAI,

[...] o Brasil dispõe de um dos mais avançados diplomas legais de acesso às informações do Estado. Embora persistam dificuldades na sua completa implementação pelo tempo necessário aos ajustamentos da máquina burocrática, não há dúvida de que o país deu um salto positivo em relação à garantia de acesso à informação pública (LIMA, 2013, p. 221).

A Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do IPHAN (2018) indicou o princípio do Direito à Informação como diretriz fundamental das ações e atividades da instituição. Segundo a lei, o princípio se refere a: “O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade” (IPHAN, 2018, s.p.). Mesmo que a maioria da população não faça uso dessa informação atualmente, é importante que ela esteja online. Nesse contexto, buscou-se avaliar a disponibilidade da informação em relação ao patrimônio cultural. Segundo o Art. 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF88), a preservação da identidade e da memória dos diferentes grupos deve ser garantida. Segundo o documento,

Art. 23 - É competência **comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - **proporcionar os meios de acesso à cultura**, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

[...]

Art. 216 - [...] § 1º O **Poder Público, com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de **outras formas de acatamento e preservação**. [...]

Art. 216-A - [...] § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: [...] IX - **transparência e compartilhamento das informações**; X - **democratização dos processos decisórios com participação e controle social**; [...] (BRASIL, 1988, s.p., grifos nossos).

Portanto, o patrimônio cultural deve ser protegido e promovido pelo Poder Público (Nacional, Estadual, Distrito Federal e Municipal) em colaboração com a Sociedade. Nesse contexto, o acesso à informação é fundamental para a proteção dos bens já tombados e registrados e também para a divulgação das formas de acatamento / preservação e da diversidade de bens. Além disso, a demanda social é um pressuposto para o início do processo do Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN. Mas a sociedade sabe disso?

Segundo antropólogo argentino Néstor García Canclini (1994, p. 97), “[...] Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor”. A arquiteta brasileira Paula Porta (2012, p. 16) afirma que:

O envolvimento da sociedade na política de preservação é proporcional ao grau de conhecimento e informação a que tem acesso, assim como aos instrumentos de participação que lhe sejam disponibilizados. Por isso, a oferta de informação e a construção de instrumentos de participação social são hoje tarefas fundamentais na pauta dos órgãos de preservação.

Mesmo com a ampla difusão e acesso às mídias digitais, a informação sobre o patrimônio cultural acautelado não é divulgada ampla e facilmente. Para analisar o acesso online à informação sobre o patrimônio cultural brasileiro, entre 2017 e 2021, foram levantadas as listas de bens tombados e registrados dos órgãos de todas as instâncias de preservação: Mundial, Regional, Nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipal⁴⁶. Como forma de otimizar os trabalhos coletivamente, decidiu-se criar um mapa online público e, nesse processo, foi firmada a colaboração com a plataforma iPatrimônio. O **Quadro 15** apresenta os resultados desse levantamento e se organiza em cinco colunas. A primeira trata da Unidade Federativa a que pertencem os órgãos estaduais. A segunda traz nomes e siglas dos órgãos. A terceira coluna apresenta uma breve descrição da informação disponível online sobre os bens tombados/registrados por cada um dos órgãos ou, caso as listas não tenham sido encontradas, quais foram os canais de comunicação acionados durante a busca. A quarta coluna aponta como a lista foi obtida ou, se online, aponta o link onde está (ou estava) disponível. A quinta e última coluna indica o ano das informações constantes na lista.

Em nível nacional, o IPHAN disponibiliza listas atualizadas anualmente; páginas com muitos bens organizados segundo diversos critérios (natureza, livro de tomo, região, estado, conjuntos etc.), e informações sobre o patrimônio em geral e publicações (<http://portal.IPHAN.gov.br/>). O atendimento às solicitações de informação realizadas via e-SIC e rede social também foram atendidos com eficiência e eficácia. Além disso, o IPHAN vem envidando esforços para a digitalização e disponibilização de seus acervos em plataformas online como a Rede de Arquivos do IPHAN (acervodigital.IPHAN.gov.br/), um banco de fotografias e processos antigos escaneados, e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (sicg.IPHAN.gov.br/sicg/pesquisarBem), onde os bens estão sendo georreferenciados.

A nível das unidades federativas, foram analisados os 26 estados e o Distrito Federal. Em vários casos, houve dificuldade durante o processo de coleta das listas online. A nível estadual, as plataformas online existentes muitas vezes são fragmentadas, pouco intuitivas e ou com sistemas de busca ineficientes. Dessa forma, em muitos casos, foi preciso recorrer a outros meios de comunicação. Por exemplo, a lista do Distrito Federal não estava online em 2018 e o órgão não respondeu ao contato via e-mail. Presencialmente, a lista foi disponibilizada prontamente, juntamente com todos os decretos digitalizados. O que indica que, provavelmente, o atendimento online esteja deficitário. Em outubro de 2019, os bens tombados e registrados passaram a constar do website do órgão.

⁴⁶ Quando não encontrada em *websites*, a informação foi solicitada por e-mails, formulários online, e-SIC, e-OUV, Facebook e ou WhatsApp.

Quadro 15. Acesso à informação sobre o patrimônio cultural

UF	Nome	Diagnóstico (2018)	Acesso à lista	Ano da lista
Níveis Mundial, Regional e Nacional				
-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Portal digital bastante completo. Descrição em alemão, árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, japonês e russo. Apresenta mapa, documentos, fotos, vídeos, indicadores e valores gastos com assistência. Lista no portal digital.	www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/#c1048555	Atualização contínua
-	Mercado Comum do Sul (Mercosul)	Lista no portal digital do IPHAN, com link para ficha e dossiê.	portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1125/	2018
-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Portal digital com grande volume de informações sobre os bens tombados e registrados. Contudo, não cobre todos os bens. Disponibiliza lista atualizada anualmente em pdf. Solicitação da lista em Excel via e-SIC foi respondida dentro dos prazos previstos por lei.	portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/126	Atualização periódica
DF	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (SEC-DF)	Em 2018, a lista não foi encontrada no portal digital. Contato por e-mail não foi respondido. A lista foi adquirida presencialmente sem dificuldade, junto a todas as resoluções digitalizadas. Em 2019, listas simples estão disponíveis no portal digital.	Presencialmente em 2018. [Atualmente está online www.cultura.df.gov.br/patrimonio]	2017
Nível Estadual				
AC	Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC)	Site com listas de processos de tombamento, inventários e pesquisas. Também apresenta link para um blog oficial e publicações em formato pdf sobre os bens.	Antigo portal da instituição [www.patrimoniohistorico.ac.gov.br]	2010
AL	Secretaria de Estado da Cultura (SeCult-AL)	Os bens se organizam em uma estrutura de <i>links</i> , onde o nome do bem direciona para sua ficha. As páginas individuais dos bens trazem informações e foto.	www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural	2014
AM	Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas (Cedpha)	Não possui informação na página do Governo do Estado. Por meio de contato por Facebook foi indicado e-mail do funcionário responsável.	Por e-mail	2014
AP	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá (SeCult-AP)	Não apresenta informação sobre o patrimônio cultural. Contatos não foram respondidos.	SEM ACESSO À LISTA DA SECULTURA / SECULT Foram reunidos manualmente os bens declarados pela Assembleia Legislativa do Estado	-
BA	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)	Os bens não estão apresentados em forma de lista. É preciso cadastrar-se e fazer <i>login</i> na base de dados para ter acesso a uma ficha individual dos bens, que conta com endereço, dados de tombamento, foto, estado de conservação e descrição.	www.ipac.ba.gov.br	2015

UF	Nome	Diagnóstico (2018)	Acesso à lista	Ano da lista
CE	Secretaria de Estado da Cultura do Ceará (SeCult-CE)	O portal digital da instituição foi remodelado e deixou de apresentar informação sobre os bens tombados.	Antigo portal digital da instituição [www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural]	2009
ES	Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo (SeCult-ES)	Disponibiliza lista em pdf, com nome dos bens tombados, imateriais e naturais, e museus; categorizados por município.	secult.es.gov.br/publicacoes	2009
GO	Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHA)	O portal digital da instituição foi remodelado e deixou de apresentar informação sobre os bens tombados.	Antigo portal digital da instituição [cultura.seduc.go.gov.br/spha/superintendencia-de-patrimonio-historico-e-artistico]	2012
MA	Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo do Maranhão (SecTur-MA)	Possui portal digital, mas não indica e-mail para contato, apenas telefones. Não apresenta informações sobre os bens tombados e registrados. Contatos não foram respondidos.	A lista foi encaminhada em 2021 por seguidora das redes sociais do iPatrimônio, após chamada pública para contribuições	2010
MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)	Os bens se organizam em um sistema de buscas por cidade, mas não é preciso fazer cadastro para acessar os dados. Não é disponibilizada lista completa, contudo as páginas individuais dos bens na base de dados são as mais completas, incluindo coordenadas geográfica e mapa incorporado. Disponibiliza Shapefile estadual e municipal 2019.	www.iepha.mg.gov.br	2019
MS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)	Possui menu no portal digital principal direcionando para as listas.	www.fundacaodecultura.ms.gov.br/registros-e-tombamentos	2011
MT	Secretaria da Cultura do Estado do Mato Grosso (SEC-MT)	Portal digital não apresenta a lista. Contatos realizados por diversos meios de comunicação não tiveram resposta.	Contato de terceiro em 2019 e enviado por seguidor das redes em 2021	2021
PA	Secretaria de Estado da Cultura do Pará (SeCult-PA)	Portal digital não apresenta a lista. Por meio de contato por Facebook, foi indicado e-mail do funcionário responsável. Sem resposta.	Moodle da UFPA	2015
PB	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep)	Portal digital não apresenta a lista. Por meio de contato por Facebook foi indicado e-mail do funcionário responsável. Sem resposta.	A lista foi encaminhada em 2021 por seguidora das redes sociais do iPatrimônio, após chamada pública para contribuições	2005
PE	Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco (Fundarpe)	Disponibiliza lista em Excel, com nome e cidade.	www.cultura.pe.gov.br/patrimonio/Atualização de 2020 foi encaminhada via comitê ICOMOS	2020
PI	Fundação Cultural do Piauí (Fundac)	Possui menu no portal digital principal direcionando para as listas.	crcfundacpiaui.wordpress.com	2018

UF	Nome	Diagnóstico (2018)	Acesso à lista	Ano da lista
PR	Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)	Os bens se organizam em um sistema de buscas por cidade, mas não é preciso fazer cadastro para acessar os dados. Não é disponibilizada lista completa. A base foi criada em conjunto com a publicação “Espirais do Tempo” e não foi atualizada.	www.patrimoniocultural.pr.gov.br	2004
RJ	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac)	Os bens se organizam em um sistema de buscas por cidade, mas não é preciso fazer cadastro para acessar os dados. Não é disponibilizada lista completa.	www.inepac.rj.gov.br	2017
RN	Fundação José Augusto (FJA-RN)	Em 2018, possuía página sem informações sobre o patrimônio cultural. Lista foi solicitada pelo Facebook, não houve resposta. Em 2021, a lista estava disponível na página da instituição.	www.cultura.rn.gov.br/	2009
RO	Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer (Secel-RO)	Secretaria não possui página própria, apenas algumas informações na página principal do Governo do Estado. Lista foi solicitada pelo Facebook, não houve resposta.	SEM ACESSO À LISTA DA SECEL / SECULT Foram reunidos manualmente os bens declarados pela Assembleia Legislativa do Estado	-
RR	Secretaria de Estado da Cultura de Roraima (SeCultura-RR)	Governo do Estado possui apenas uma página de transparência. Lista foi solicitada pelo Facebook, não houve resposta.	SEM ACESSO À LISTA DA SECULTURA / SECULT Foram reunidos manualmente os bens declarados pela Assembleia Legislativa do Estado	-
RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (Iphae)	Os bens se organizam em um sistema de buscas por cidade, mas não é preciso fazer cadastro para acessar os dados. Não é disponibilizada lista completa.	www.iphae.rs.gov.br	2016
SC	Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	O portal digital da instituição foi remodelado e deixou de apresentar informação sobre os bens. Em 2022, voltou a contar com lista, organizada por cidade, com foto, endereço e resolução. Não é disponibilizada lista completa.	https://www.cultura.sc.gov.br/legislacao/patrimonio-cultural	2011
SE	Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe (SeCult-SE)	O portal digital da instituição foi remodelado. VIROU FUNCAP funcap.se.gov.br	Antigo portal digital da instituição [não registramos o link]	2016
SP	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat-SP)	Os bens se organizam em um sistema de buscas por cidade, mas não é preciso fazer cadastro para acessar os dados. Não é disponibilizada lista completa. Em 2021, foi recebida lista completa após solicitação por e-mail.	condephaat.sp.gov.br	2018
TO	Fundação Cultural do Tocantins (FunCult-TO)	Secretaria não possui página própria, mas informações sobre a Fundação e os centros históricos tombados encontram-se na página principal do Governo do Estado.	portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/	-

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Presencialmente, a lista foi disponibilizada prontamente, juntamente com todos os decretos digitalizados. O que indica que, provavelmente, o atendimento online esteja deficitário. A lista do estado do Mato Grosso é outro exemplo peculiar, pois o acesso a ela somente foi possível por intermédio de um contato em comum com o servidor concursado da Secretaria Estadual da Cultura.

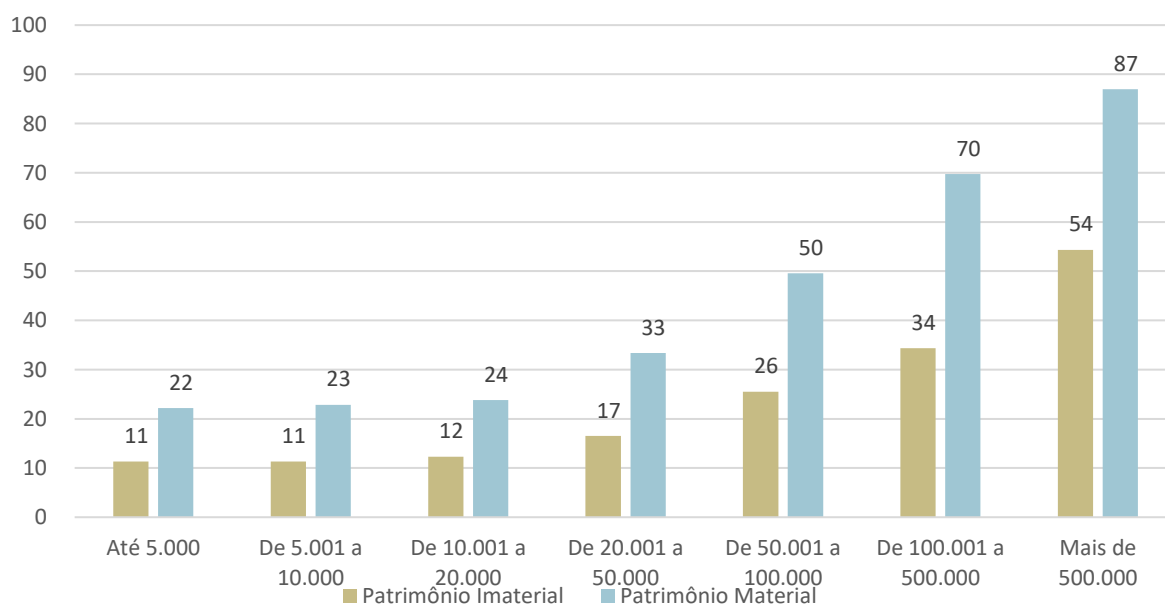
A nível estadual, os órgãos que enviaram as listas via e-mail o fizeram com prontidão de resposta aos pedidos. [...] Alguns órgãos deixaram de disponibilizar as listas após atualização de seus sites (os links foram quebrados e os arquivos se perderam). Alguns órgãos não disponibilizam a lista em formato de arquivo, mas em bases de dados online (com ou sem obrigatoriedade de cadastro do usuário para acesso à informação), onde os bens são apresentados individualmente e coube à pesquisadora reunir e sistematizá-los manualmente. Embora apresentem maior número de informações do que as listas em arquivos, as bases de dados online dificultam a visualização da totalidade dos bens protegidos. O ideal seria que os órgãos disponibilizassem as duas formas de acesso a essa informação: uma lista em arquivo com informação sucinta e uma base de dados mais completa (SOSTER; PRATSCHKE, 2018, p. 7).

A nível municipal (ver bit.ly/ipatrimonio_listas), existem poucos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio ou órgãos similares, ou legislação de proteção do patrimônio. Contudo, como apontam os dados levantados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo IBGE no ano de 2018, vem ocorrendo:

[...] aumento do número de municípios que possuíam legislação de proteção do patrimônio, cujo percentual passou de 17,7%, em 2006, para 27,2%, em 2014, e 31,8% em 2018 [...]. Da mesma forma, avançou o percentual de municípios que protegem o seu patrimônio cultural imaterial: eram apenas 2,5%, em 2006, passando para 11,6%, em 2014, e 14,9% em 2018. (IBGE, 2019, p. 43).

Os números levantados pelo IBGE em 2018 (tabelas completas no **ANEXO C**) foram sintetizados nos **Gráfico 7** e **Gráfico 8** (na próxima página).

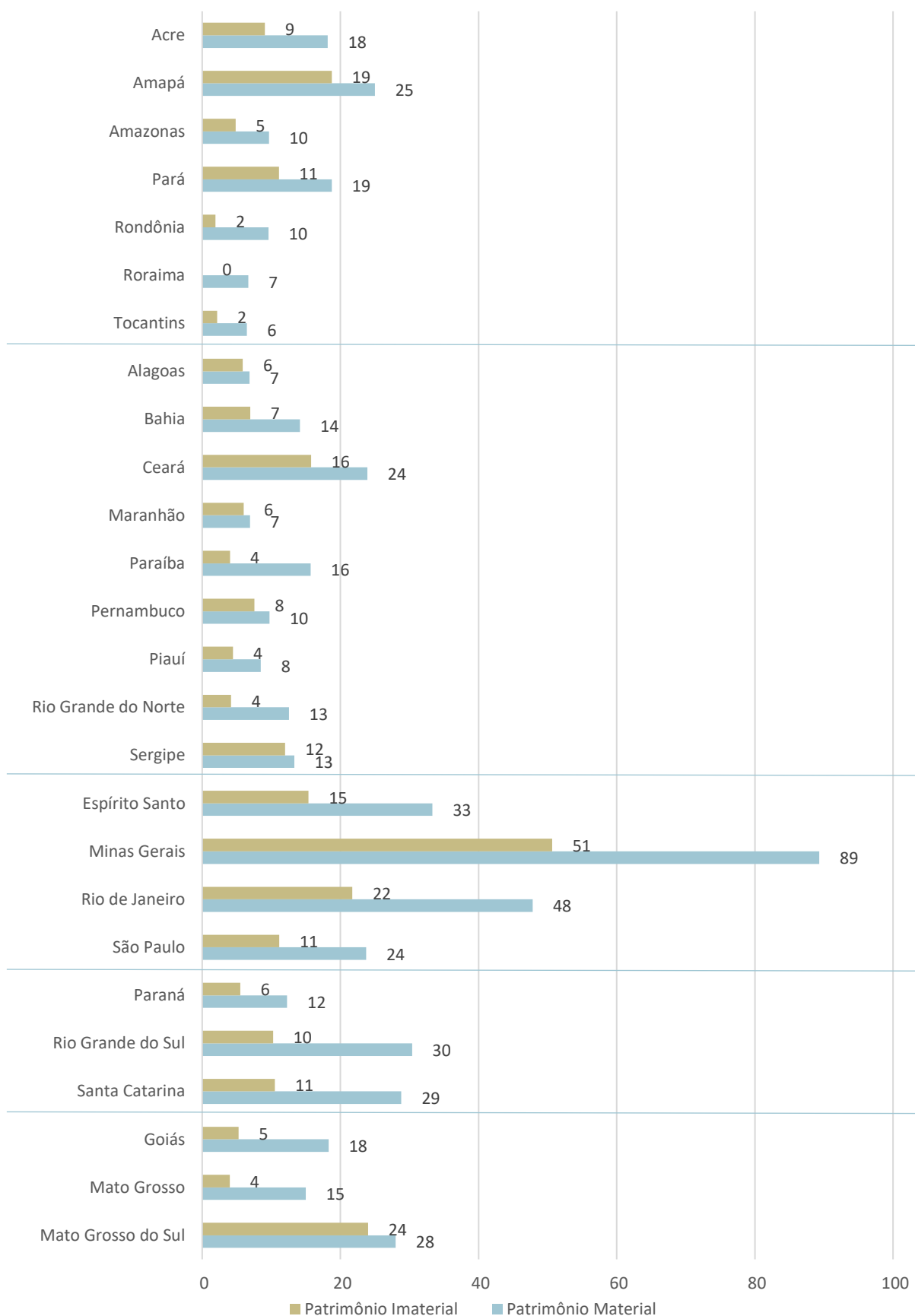
Gráfico 7. Percentual de municípios com legislação de patrimônio imaterial / material, por população (2018)



Obs.: Nos anos de 2019 e 2020, o MUNIC não levantou dados da Cultura.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em IBGE (2019).

Gráfico 8. Percentual de municípios com legislação de patrimônio imaterial / material, por estado (2018)



Obs. 1: Distrito Federal não foi incluído por tratar-se de uma unidade com características próprias.

Obs. 2: Nos anos de 2019 e 2020, o MUNIC não levantou dados da Cultura.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em IBGE (2019).

Entre junho e julho de 2019, foi realizada busca por e-mail de contato de 4.931 municípios brasileiros⁴⁷ e solicitada a lista municipal. Por enquanto, 19.41% dos municípios analisados não puderam ser contatados. Dentre eles, identificou-se que:

- 71 municípios (1.44%) não tiveram site encontrado;
- 14 municípios (0.28%) possuem sites vazios ou com erro ou fora do ar;
- 20 municípios (0.41%) apresentaram erro nos formulários ou sistemas e-SIC;
- 364 municípios (7.38%) não disponibilizavam e-mail de contato em seus sites;
- 488 municípios (9.90%) indicam em seus sites endereço de e-mail que não funciona;
- 121 municípios (2.35%) responderam à mensagem encaminhada.

É importante salientar que 55.65% dos 121 municípios que responderam à solicitação não possuíam bens tombados ou registrados. Alguns municípios encaminharam fotografias de seus Livros do Tombo físicos. Ou seja, em alguns casos, a informação ainda é registrada somente em papel e não há cópias em meio digital; o que dificulta o acesso / a divulgação da informação e envolve riscos de perda das mesmas por acidentes naturais (como exemplifica, em maiores proporções, o incêndio do Museu Nacional, em 2018).

Algumas causas possíveis são: 1. falta de verba, de funcionários, de tecnologia e ou de capacitação para a realização do serviço; 2. desinformação em relação à importância de uma cópia de segurança digital; 3. falta de interesse de disseminação dessa informação; 4. monopólio da mesma por questões de status; dentre tantas outras.

O cenário mais promissor seria o de uma base comum de gestão unificada das informações, alimentada por municípios, estados e federação, além de outras instituições relacionadas à proteção do patrimônio cultural nacional, a fim de não duplicar arquivos. O que proporcionaria a maximização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. Auxiliaria a população em relação ao acesso à informação e os órgãos públicos frente a questões de gestão de sítios e conjuntos tombados e registrados, como demonstrado por dois casos-referências apresentados no próximo tópico.

5.3 Dois casos-referências

Embora o contexto geral da informação sobre o patrimônio cultural estadual e municipal não seja o ideal, dois casos específicos merecem detalhamento. O primeiro, de âmbito municipal, demonstra a importância de uma base de Sistema de Informação Geográfica (SIG) unificada, contendo dados de diferentes setores. Já o segundo exemplo, de âmbito estadual / municipal, apresenta as consequências práticas de uma política de incentivo fiscal e de apoio para a consolidação de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural.

⁴⁷ Não foram incluídos municípios participantes do ICMS Cultural de Minas Gerais, que disponibiliza lista online.

5.3.1 A plataforma GeoSampa (São Paulo-SP)

O primeiro caso de estudo refere-se à lista de bens tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), cuja instância administrativa é o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), que não está disponível no site da instituição⁴⁸. A busca pode ser realizada na aba do Cadastro de Imóveis Tombados (CIT)⁴⁹, se o cidadão possuir o Endereço do imóvel ou o Número de Contribuinte do IPTU. Em contato via e-mail no mês de maio de 2019, foi informado que é possível consultar as resoluções no portal digital da instituição (com links individuais); ou acessar a plataforma digital GeoSampa (<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>).

A plataforma GeoSampa foi desenvolvida pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM) para uso interno da Prefeitura. Mantida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (SMDU) e pela Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GeoInfo), foi aberta ao público em 2015. Segundo os arquitetos brasileiros Andréa da Rosa Sampaio, Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos e Fernanda Quintanilha Bezerra (2019), disponibiliza bases cartográficas, ortofoto e mapas da cidade de 1930, 1954 e 1988. De acordo com as arquitetas brasileiras Mariana de Souza Rolim e Karina Terumi Kodaira (2019, p. 1), a base teve 1,3 milhão de acessos em 2018. Além disso, como aponta Simone Scifoni (2022), a plataforma traz inúmeras potencialidades: cruzamento de dados, acesso à legislação, mapeamento de áreas envoltórias, cruzamento com legislação urbana, com ortofotos, com mapeamento do sítio físico.

No GeoSampa, na camada de bens tombados (integrada à plataforma em outubro de 2017 e atualizada até o mesmo ano, com ressalvas), era possível navegar pelo mapa ou baixar o arquivo no formato *Shapefile*. Contudo, a localização dessa camada era difícil (**Figura 22**, na próxima página) e o processamento e entendimento do arquivo em formato *Shapefile* depende de conhecimentos específicos. Ou seja, a informação era pouco acessível à maioria da população.

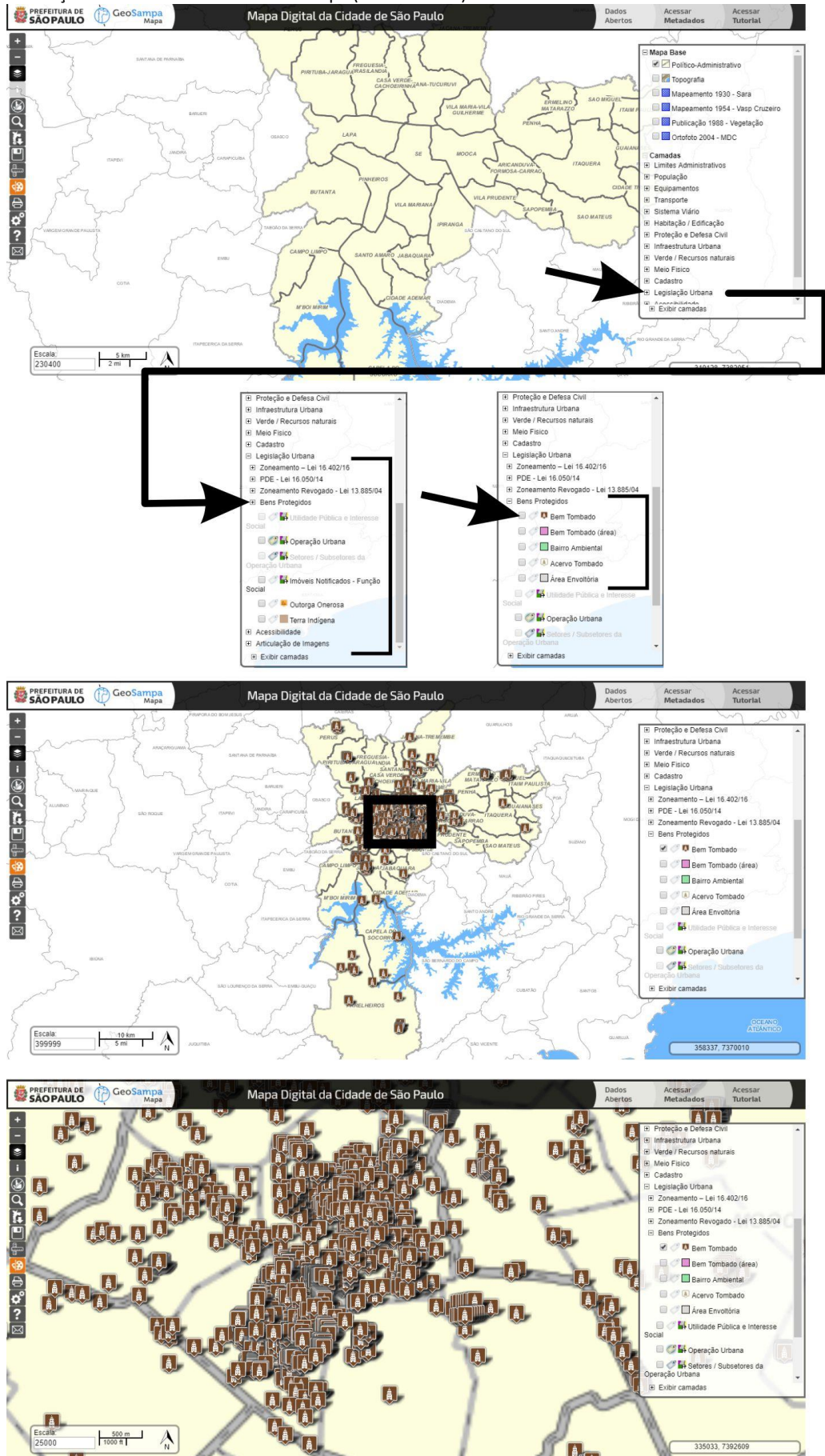
O menu com as camadas relacionadas ao patrimônio cultural estava sob o menu “Legislação urbana”, o que dificultava sua identificação (era preciso abrir cada um dos menus e submenus para encontrá-lo). As camadas ficavam visíveis após três cliques (Legislação urbana > Bens Patrimoniais > Bem Tombado) e era necessário dar zoom no mapa para torná-las acionáveis. Os pins ficavam visíveis, mas não apresentavam informação.

Em setembro de 2019, a camada de patrimônio cultural foi realocada para uma linha própria no menu inicial e passou a contar também com uma subcamada de bens arqueológicos (**Figura 23**, na página seguinte). A nova organização facilita o acesso ao georreferenciamento dos bens.

⁴⁸ Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico.

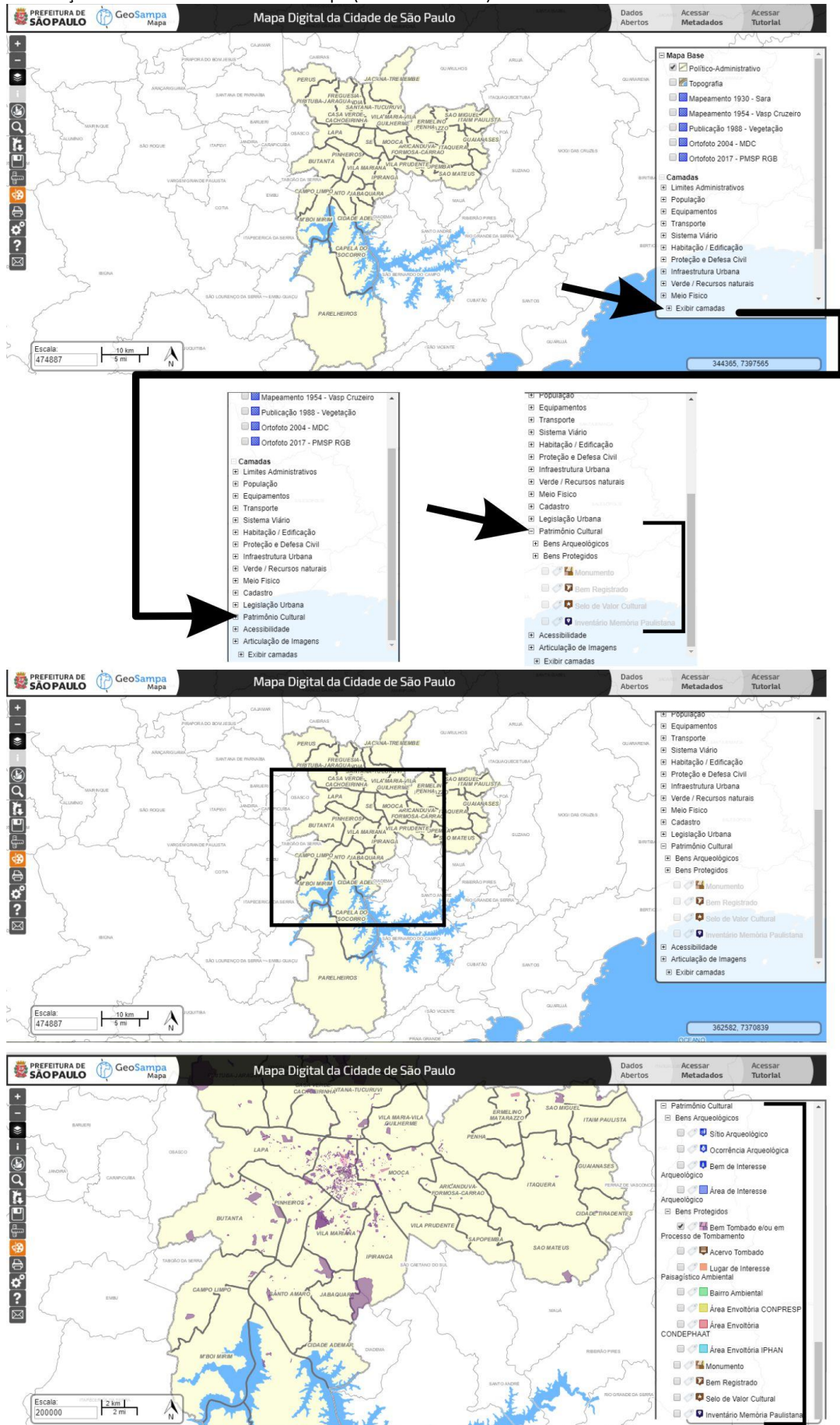
⁴⁹ Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cit/index.php?p=1160.

Figura 22. Localização de bens tombados no GeoSampa (abril de 2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base no GeoSampa (<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2019).

Figura 23. Localização de bens tombados no GeoSampa (outubro de 2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base no GeoSampa (<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2019).

O menu agora está na lista inicial e as camadas ficam visíveis após dois cliques (Patrimônio cultural > Bens tombados). Foi adicionada camada com os bens arqueológicos. O zoom no mapa ainda é necessário para torná-las acionáveis. Os pins continuam não apresentando informação.

Esse caso-referência demonstra a possibilidade de implantação de base georreferenciada no âmbito do Poder Público municipal. Contudo, só foi possível diante de uma política pública relacionada ao georreferenciamento centralizado de dados de todos os setores municipais e a conquista de um espaço visível no menu inicial demandou algum tempo de negociação por parte do órgão de preservação. Além disso, o conteúdo ainda é raso. Portanto, é preciso consciência da importância da tecnologia e uma centralização de sua criação e manutenção (um sistema para toda a prefeitura); o que, contudo, faz com que as demandas específicas de cada uma das áreas entre em uma mesma longa lista de espera.

5.3.2 O ICMS Cultural (Minas Gerais)

O segundo caso que merece menção específica é a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - Patrimônio Cultural (ICMS Cultural), coordenado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). O Estado é o primeiro a organizar lista dos bens municipais, facilitando o acesso à informação.

Em Minas Gerais, a chamada *Lei Robin Hood*⁵⁰ define o patrimônio cultural municipal como um dos critérios da quota-parte de 25% do ICMS a que os municípios têm direito segundo a Constituição Federal de 1988. O IEPHA assessora a implantação das políticas, e anualmente analisa a documentação e define a pontuação (IEPHA, 2016). Como aponta o historiador brasileiro Tarcísio Rodrigues Botelho (2006), o ICMS Cultural representa grande parte do repasse de alguns municípios (por exemplo, 30% de Conceição do Mato Dentro nos anos de 1999 e 2000). A advogada brasileira Isabella Virgínia Freire Biondini, a cientista econômica brasileira Mônica Barros de Lima Starling e o arquiteto brasileiro Flávio Lemos Carsalade (2014, p. 153) analisaram os números de 2012 e, das seis faixas de repasse, 132 municípios na primeira categoria receberam entre R\$ 4.824,43 e R\$ 50 mil; e 52 municípios na última categoria; entre R\$ 150.000,01 e R\$ 566.502,93.

A lista do ICMS Cultural é pouco completa em relação às informações apresentadas (1. Município, 2. Número do decreto, 3. Denominação, 4. Endereço e 5. Nível de proteção). Mesmo assim, é uma contribuição muito expressiva e inédita no Brasil, inclusive pelo exponencial aumento do número de municípios participantes: de 106, em 1996, para 623, em 2017 (73% do total de 853 municípios de MG); de 3.749 bens, em 2012 (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014), para 5.134, em 2017. Em 2017 (**Tabela 3**), 67% dos municípios possuía de 1 a 5 bens, somando 24% do total. “Enquanto isso, as

⁵⁰ Essa lei foi atualizada três vezes: Lei n° 12.428/1996, Lei n° 13.803/2000, Lei n° 18.030/2009.

idades com maior número de bens são Belo Horizonte (795), Juiz de Fora (116) e Ouro Preto (67), que juntas possuem 19% do estado de Minas Gerais (quase o mesmo percentual que as 410 cidades da primeira categoria)” (SOSTER; PRATSCHKE, 2019a, p. 9).

Tabela 3. Bens cadastrados no ICMS Cultural 2017

Categoria (bens por município)	Municípios	Percentual de Municípios do Estado(%)	Total de bens na categoria	Percentual de bens do Estado (%)
1 a 5	414	67,21	1141	24,25
6 a 10	91	14,77	714	15,18
11 a 15	54	8,77	674	14,33
16 a 30	45	7,30	900	19,13
31 a 52	10	1,62	394	8,37
53 - 800	2	0,33	882	18,74
Total	616	100,00	4705	100,00

Fonte: Soster e Pratschke (2019a, p. 9).

Ao analisar o número de bens tombados por município (ICMS Cultural 2017) em relação a sua população (censo 2010 do IBGE), nota-se que não há uma relação direta entre os dois fatores. Por exemplo, a cidade de Mantena tem um bem tombado e 27.111 habitantes; Contagem tem 16 bens tombados e 603.442 habitantes; Coronel Xavier Chaves tem 19 bens tombados e 3.301 habitantes; e Conceição do Mato Dentro possui 47 bens tombados e 17.908 habitantes.

O ICMS Cultural é reconhecido como uma política importante por incentivar as prefeituras a pensar seu patrimônio cultural e ao assessorar a criação de legislação e conselhos municipais. Mesmo assim, a política vem sendo ameaçada pelo desmantelamento progressivo e massivo do setor cultural, que vêm ocorrendo no Brasil desde 2017. Segundo o arquiteto brasileiro e ex-presidente do IPHAN Leonardo Barci Castriota (2018a, s.p.), nota-se

[...] uma verdadeira avalanche de iniciativas que colocam em risco os avanços que temos conseguido com muito esforço ao longo de décadas. A última delas, que me permito citar, é a proposta legislativa apresentada aqui em Minas Gerais, para se extinguir o conhecido programa do ICMS cultural, graças ao qual [...] este estado pode criar uma verdadeira rede de conselhos municipais patrimônio, num processo virtuoso de descentralização da proteção e da tutela.

Portanto, confirma-se que, frequentemente, os órgãos de preservação do patrimônio cultural no Brasil não disponibilizam informação online ou ela é incompleta (transparência ativa). Os canais de comunicação são ineficientes (transparência passiva). Como afirma a arquiteta brasileira Paula Porta,

[...] A extensão do patrimônio cultural presente no país e o tamanho do nosso território não permitem que a preservação seja entendida como atribuição exclusiva dos órgãos de preservação. Por mais recursos humanos e financeiros que se aporte (e ainda há muito por melhorar nesses quesitos), nunca serão suficientes se não estiverem associados a uma significativa participação da comunidade, representada por indivíduos, organizações e empresas (PORTA, 2012, p. 15).

O IPHAN reconhece essa necessidade de cooperação, como mostram diversas iniciativas realizadas ao longo dos anos. Por exemplo, os trabalhos do Programa de Cidades Históricas (entre 1973

e 1987) pressupunham o alinhamento de ações nacionais e estaduais (princípio apontado pelo Compromisso de Salvador, de 1971). Um terceiro exemplo, em 2006, na 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Luiz Fernando de Almeida, então presidente da instituição, apontava a necessidade de criar um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), que envolvesse IPHAN, estados e municípios, além de institutos históricos e geográficos e universidades. As ações voltadas para a cooperação culminaram no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), pensado em resposta ao SNPC e voltado à colaboração entre órgãos oficiais (WEISSHEIMER, 2019). Contudo, essa funcionalidade ainda não foi concretizada.

5.4 Considerações do capítulo

Esse capítulo traçou uma breve linha do tempo do desenvolvimento tecnológico em relação a equipamentos, redes e métodos. Em seguida, foram apresentados dados sobre o uso cotidiano da Internet pelos brasileiros, que demonstraram que a imensa maioria da população acessa a rede (97%). Contudo, o aparelho celular é dispositivo de conexão em 99% dos domicílios, e é o único dispositivo de acesso para mais da metade da população total, e para 79% da população rural e 85% da população das classes com menor renda familiar (de até 4 salários-mínimos ou R\$ 4.180,00 à época). E, embora a Internet abra portas para conhecimento dos mais variados tipos, a principal atividade é a de comunicação (chamadas por voz ou vídeo são 73%). Em parte, a não-consulta a fontes de informação se explica pelo uso massivo de pacotes de dados pré-pagos, que incluem o chamado *zero rating* (valor zero). A prática consiste em não debitar da franquia os dados para uso de determinados aplicativos, que incluem as redes sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*) e os aplicativos de mensagens (*WhatsApp e Messenger*). Ou seja, o usuário passa a contar com uso ilimitado desses aplicativos.

No subcapítulo **5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil**, um panorama geral da informação oficial sobre o patrimônio cultural disponível online demonstrou que as tecnologias disponíveis não são utilizadas em todo seu potencial pelo Poder Público. Apesar do rápido e grande avanço da mídia digital no último século, os setores governamentais (assim como diversos outros setores) demoram para incorporar a lógica de disseminação da informação e de contribuição da sociedade (como apontado no **Quadro 15**). Ao analisar órgãos de preservação dos diferentes níveis, constatou-se que, em muitos casos, a informação não está disponível online (transparência ativa) e as solicitações não são respondidas (transparência passiva). Em conversas informais, funcionários de instituições da área salientaram que existem dificuldades técnicas (falta de equipamentos, infraestrutura, acesso a servidor online e falta de pessoal para digitalização/alimentação e manutenção dos *websites*). Além disso, foram relatados empecilhos de caráter pessoal: funcionários veteranos que não colaboram para a atualização de princípios e processos nas repartições públicas, em contraposição aos mais recentes que desejam e percebem a importância da abertura dos órgãos à troca de informações com as comunidades locais, tanto digital quanto presencialmente.

Os exemplos analisados no subcapítulo **5.3 Dois** apontam, por um lado, os esforços demandados para a construção de plataformas específicas em âmbito municipal (plataforma GeoSampa) e, por outro lado, a possibilidade de ampliar as políticas de patrimônio a nível municipal (ICMS Cultural de Minas Gerais). Ao oferecer percentual de impostos e assessoria para a constituição de Conselho e política municipais de patrimônio, o ICMS Cultural é caracterizado por vantagens e desvantagens. Por um lado, o estado conseguiu reunir informação e incentivar o acautelamento do patrimônio junto à grande maioria de seus municípios.

[...] Dos 853 municípios mineiros, cerca de 700 já possuem legislação própria de proteção ao patrimônio cultural e mais de 800 receberam uma média de R\$ 90 milhões ao ano de repasses relativos a este critério. Como consequência, o estado já soma quase cinco mil bens culturais – materiais e imateriais – reconhecidos, presentes em todas as regiões [...] (IEPHA, 2020, s.p.).

Por outro lado, o paternalismo do IEPHA e sua supervisão sobre as listas municipais levou a uma homogeneização dos bens acautelados dentro do discurso autorizado do instituto.

Retomando os três critérios de análise de tecnologias (equipamentos, rede e métodos), o panorama geral indica que as possibilidades criadas pelo desenvolvimento das TIC são limitadas pelas alterações metodológicas exigidas. Sendo a mais importante o acesso amplo e inclusivo a equipamentos, Internet e informação (que perpassa o acesso ao conhecimento necessário para uso das TIC). O campo também criou áreas do conhecimento bem específicas, cuja contribuição se tornou essencial para as demais, tendo em vista o papel central das TIC para a divulgação do conhecimento.

Nesse cenário, a incorporação das TIC depende da adaptação estrutural do setor público, incluindo: 1. Criação ou adaptação de vagas específicas para funcionários com funções de desenvolvimento, manutenção e alimentação; 2. Compra ou contratação de servidores de hospedagem de dados; 3. Quebra de barreiras metodológicas e processuais aceitas e praticadas há muitos anos; 4. Valorização institucional da mudança de paradigma. Para melhor entender as possibilidades atuais da incorporação das TIC, alguns casos de estudo foram escolhidos para análise no próximo capítulo. Embora alguns projetos não tratem do patrimônio cultural, suas tecnologias poderiam ser adaptadas à área.

Capítulo 6. Gestão digital no IPHAN

[...] qualquer mudança política estável e duradoura tem que se basear em uma mudança mental, em uma mudança cultural prévia.
[Manuel Castells, 2015c, online]

Considerando que a mídia digital proporciona profundas transformações na gestão e organização de informações e na comunicação, como foram incorporadas às práticas e processos do Poder Público no âmbito do Patrimônio Cultural?

Partindo desses questionamentos, este capítulo tem como objetivo entender a introdução das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na gestão de informação e comunicação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Temporalmente, essa transição da organização analógica da informação (em papel, pastas e arquivos físicos – de acesso local) para a digital (em arquivos online – de acesso remoto e com possibilidade de democratização da informação) foi realizada pelo IPHAN no período da introdução dos meios digitais no âmbito global. Ou seja, por volta dos anos 1980, quando foram desenvolvidos os computadores de uso pessoal da quarta geração (ver **Figura 21**), com usabilidade intuitiva e reduzindo a necessidade de especialização do usuário.

Este capítulo está dividido em cinco partes. O item **6.1 Do analógico ao digital** apresenta um panorama geral da incorporação de tecnologias e da evolução das metodologias de inventário do IPHAN. Os itens **6.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU)** e **6.3 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)** analisam as duas metodologias / plataformas digitais mais recentes da instituição: respectivamente, o INBI-SU, da década de 1990, e o SICG, da década de 2000. E, finalmente, o item **6.4 Comparativo entre as plataformas** e o item **6.5 Considerações do capítulo** deste capítulo.

6.1 Do analógico ao digital

A incorporação das tecnologias computacionais às várias áreas do conhecimento podem ser lida por diferentes vieses. Por seu alinhamento direto com o campo do Patrimônio Cultural, o viés da Arquitetura foi definido como ponto de partida nesta análise. Como aponta a arquiteta e doutora em ciências computacionais alemã Anja Pratschke (2019), a tecnologia passou da mera representação dos objetos (na década de 1980) para a melhoria da performance das atividades humanas por meio de códigos capazes de cruzar e analisar diferentes dados (na década de 2010).

De acordo com a museóloga brasileira Diana Lima (2000), a área de documentação de coleções museológicas recebeu com entusiasmo as tecnologias digitais de indexação e recuperação de informação do final da década da 1970 e início da década de 1980. Os pioneiros a pesquisar sua utilização para a área foram o Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC), do Conselho

Internacional de Museus (ICOM) e a Fundação J. Paul Getty. Na década de 1980, alinhado ao cenário mundial e apropriando-se dos resultados na área museológica, o IPHAN iniciou trabalhos de digitalização de acervos. Por exemplo, a imaginária missioneira do sítio de São Miguel das Missões-RS, cujos dados foram disponibilizados online em 1987 (CUSTÓDIO, 2014).

Diante das possibilidades digitais em desenvolvimento, em 1989, foi criada a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para a implantação de infraestrutura nacional de Internet voltada à comunidade acadêmica (CARVALHO, 2006). Em 1994, a rede cobria todas as regiões do país (CARVALHO, 2006). Valendo-se dessa infraestrutura de abrangência nacional, o IPHAN buscou se apropriar de tecnologias para a disseminação do patrimônio cultural nacional.

Na década de 1990, foi criado o Departamento de Identificação e Documentação (DID), que foi equipado com alguns computadores e programas simples para buscas no acervo do Arquivo Central (*Access*, ferramenta utilizada até hoje) (ABRANTES, 2014). Retomando o exemplo de São Miguel das Missões-RS:

[...] na década de 1990, realizaram-se muitas atividades relacionadas à divulgação da história e do patrimônio missionários em São Miguel - Brasil. Dentre estas ações, destaca-se um projeto pioneiro para sua época, realizado através de parceria entre o IPHAN e a IBM para a criação de uma base de dados sobre os Trinta Povos (CUSTÓDIO, 2014), que esteve disponível online por vários anos. [...] De acordo com notícia veiculada em jornal do estado (CORREIO, 1998), o projeto de informatização das Missões Jesuíticas envolvia três produtos: um CD-ROM sobre o Circuito Internacional Missões Jesuíticas dos Guarani, um site sobre as Missões Jesuíticas dos Guarani e o referido banco de dados. Segundo a mesma fonte, todos estes produtos seriam integrados no Centro de Documentação e Pesquisa que seria construído em São Miguel. De acordo com Custódio (2014), responsável técnico do escritório do IPHAN em São Miguel na época do projeto, as obras não foram concluídas e o projeto se perdeu, assim como os esforços direcionados para a construção da base de dados (SOSTER, 2014, p. 170-171).

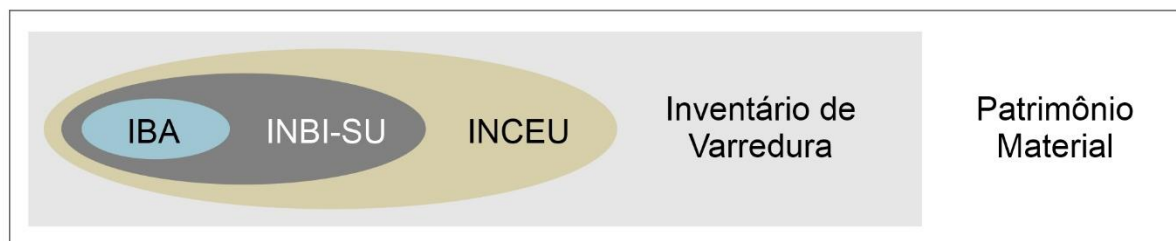
Nesse mesmo período, o IPHAN iniciou também o desenvolvimento e o preenchimento de um banco de dados online sobre os bens imóveis: o “Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU)”. A partir desse projeto voltado à unificação e à integração dos bancos de dados regionais do IPHAN (por meio da digitalização), a instituição também incentivou a padronização dos inventários⁵¹. As metodologias desenvolvidas e sistematizadas pelo IPHAN no que tange à Gestão do Patrimônio Material são: Inventário de Varredura⁵², Sistema de Gerenciamento do Patrimônio

⁵¹ É importante salientar que, em 1979, o designer brasileiro Aloísio Magalhães (*apud* SILVA, 2014) já apontava a necessidade de maior dotação orçamentária para o IPHAN, para maior eficiência inclusive pela padronização de procedimentos.

⁵² “Uma das metas estabelecidas para a efetivação de uma política nacional de preservação é a ampliação do chamado “estoque patrimonial”, através do incremento de bens tombados, reconhecimento de novas formas de acautelamento e uma dinamização das ações de proteção. Para isso, torna-se necessário o desenvolvimento e a aplicação ampla de uma metodologia de inventários de varredura ou conhecimento, que possibilitem subsidiar as ações identificação e registro em escalas que vão além dos sítios e que se estendem em um nível regional” (IPHAN, 2010?, p. 25).

Arqueológico (SGPA), Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA), Inventário de Bens Móveis e Integrados (INBMI), Inventário de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU) e Inventário de Configuração do Espaço Urbano (INCEU). Os dois últimos são voltados aos sítios urbanos.

Diagrama 12. Pertinência espacial dos inventários



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em IPHAN (2010?, p. 17).

De acordo com os arquitetos brasileiros Carolina Di Lello e George Da Guia (2014?), as várias metodologias de inventário de bens imóveis (IBA, INBI-SU e INCEU) estavam embasadas no atrelamento entre identificação e documentação e buscavam padronização a nível nacional, de modo a possibilitar o cruzamento dos dados levantados. O que buscou responder a questões levantadas na proposta preliminar do Plano Estratégico de Revisão dos Inventários do IPHAN (2010?),

No IPHAN, dentro do contexto da gestão do patrimônio material, o que se tem observado é uma diversidade de ações desarticuladas com o mesmo intuito: conhecer os sítios urbanos tombados ora com inventários completos e em ampla maioria incompleto. Crê-se que tal ação seja reflexo da falta de consenso sobre o conteúdo e a forma dos inventários. Os inventários implementados no país deveriam, pelo menos, permitir uma melhor comparação entre os diferentes sítios, e para isso, precisariam “falar a mesma língua” (IPHAN, 2010?, p. 5).

O plano apontava ainda a necessidade de atualizar os objetivos dos inventários, as metodologias e os sistemas utilizados; a fim de se adequarem às alterações do entendimento e da apreensão do patrimônio material. Em 2006, as Superintendências Regionais apontaram as seguintes limitações:

1. Ausência de módulos de monitoramento e gestão;
2. Ausência de base cartográfica digital adequada;
3. Necessidade de estabelecimento de conteúdo integrado e complementar para inventários (INBI-SU e INCEU, principalmente – ver quadro síntese);
4. Ausência de metodologia para inventários de varredura;
5. Ausência de articulação entre o plano de implementação dos inventários e o atual projeto estratégico do DEPAM (IPHAN, 2010?, p. 6).

Ainda segundo o relatório (IPHAN, 2010?), são 63 sítios urbanos tombados, sendo que 38 começaram algum tipo de atividade de inventário: nove estão completos (mas só quatro conseguiram digitalizar os levantamentos executados), 28 estão incompletos, e o estágio de um deles é desconhecido. Dentre as dificuldades dos levantamentos estão a falta de parcerias com os governos locais (visto que o estoque patrimonial dos conjuntos varia de 50 a 3.000 imóveis), inclusive porque, na maioria dos casos, não existe base cartográfica online atualizada. Uma das razões para a magnitude do trabalho a ser realizado é o grande número de tombamentos da fase inicial dos trabalhos do IPHAN, devido à emergência de proteção de exemplares representativos diante de um país em modernização.

Levantamentos sistemáticos foram realizados em viagens de reconhecimento, pesquisa e prospecção, tendo sido tombados sem a devida documentação. Além disso, o entendimento de patrimônio modificou-se e, atualmente, abrange não só as estruturas edificadas e seus entornos, mas também sua relação com a população e o cotidiano, como elemento estratégico de desenvolvimento territorial (o que torna o levantamento mais completo e, por isso mesmo, mais demorado). A tarefa de realizar os levantamentos se acumula por décadas e, atualmente, recai sobre as Superintendências Estaduais que contam com poucos recursos humanos e financeiros.

A estratégia apontada pela proposta preliminar do plano de revisão dos inventários (IPHAN, 2010?) envolve três dimensões: 1. espacial: atualização das bases cartográficas e criação e implementação de rotinas de geoprocessamento; 2. conceitual: revisão do conteúdo dos fichários e integração do inventário de varredura; e 3. operacional: criação de nova logística de implementação e desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis. A proposta ainda afirma que “[...] o geoprocessamento é fundamental para a consolidação de bancos de dados dinâmicos e passíveis de retroalimentação, que sob a administração de aplicativos permitem não apenas o registro, mas também o monitoramento dos bens registrados” (IPHAN, 2010?, p. 17). Portanto, uma das dúvidas diz respeito às razões para a não-incorporação das novas tecnologias aos processos da instituição a fim de tornar os processos mais fáceis e precisos.

Mais recentemente, com o advento de plataformas e aplicativos, e pensando em solucionar limitações apontadas pelas Superintendências em 2006, o Instituto desenvolveu o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), sistema de georreferenciamento do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, s.d.). O objetivo do projeto é integrar em base única o conhecimento e a gestão, e foi pensado com funcionalidades mais aprimoradas que o primeiro. Ambos são analisados a seguir, para ilustrar brevemente o caminho de inserção tecnológica percorrido pelo IPHAN até a implantação do SICG (plataforma digital atual).

Portanto, o desenvolvimento de diversas tecnologias entre os anos 1980 e 2010 acabou por possibilitar / potencializar o que Lévy (1999) designou “inteligência coletiva” há duas décadas. Contudo, apesar da disponibilidade de tecnologias auxiliaadoras, atualmente ainda existem questões tecnológicas (de armazenamento, redes etc.) e políticas (interesse governamental e cidadão), dentre outras, que obstruem a realização plena da colaboração entre os diferentes setores da sociedade, nos mais diversos temas. Algumas dessas questões serão tratadas ao longo dos itens a seguir.

6.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU)

Aqui são apresentadas questões que embasaram o desenvolvimento da metodologia e da plataforma online, seu estado atual e uma análise de possíveis entraves e melhorias. A análise do INBI-SU ocorreu por meio de publicações relacionadas, visto que deixou de ser utilizado pelo IPHAN em 2009, tendo sido substituído pelo SICG. Por isso, a interface em si será apresentada de maneira sucinta,

já que muitas informações não puderam ser encontradas. Dessa forma, sua concepção, as características de seu uso e sua avaliação são apresentadas em um único item.

Em 1988, o então presidente do IPHAN, o arquiteto brasileiro Ítalo Campofiorito, solicitou à então coordenadora de inventários que fosse à Europa e aos Estados Unidos para conhecer os trabalhos informatizados e formalizar um acordo com a IBM-Brasil para informatização do Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) (ABRANTES, 2014). Contudo, contratemplos impediram a conclusão dos trabalhos naquele período.

Na década de 2000, o INBI-SU foi retomado pelo Departamento de Identificação (DID) do IPHAN, em parceria com a UNESCO (RIBEIRO; NÓBREGA, 2004) e com o MinC, dentro do subprograma de Fortalecimento Institucional do Programa Monumenta⁵³, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SILVA, 2005; 2014). O programa buscava impulsionar ações do IPHAN em conjunto com outros agentes públicos ou privados, para que as intervenções pudessem contribuir para dinamizar o processo de preservação (BONDUKI, 2010) com auxílio do INBI-SU, que envolvia pesquisa histórica, levantamento físico-arquitetônico e entrevistas com os moradores. Segundo as autoras (RIBEIRO; NÓBREGA, 2004), a pesquisa de campo inclui: Croquis das plantas-baixas de todos os pavimentos; Planta de situação; Planta de cobertura; Características do lote; Características arquitetônicas; Estado de conservação; e Questionário socioeconômico.

A aplicação do INBI-SU demandava local de trabalho ao ar livre e equipamentos adequados, além de acesso aos imóveis e disponibilidade dos moradores para entrevista (RIBEIRO; NÓBREGA, 2004). Os dados coletados em papel eram inseridos em banco de dados digital desenvolvido pelo IPHAN, para posterior seleção, sistematização em planilhas e produção de gráficos e mapas (SILVA, 2005). Os mapas de Mariana-MG e Ouro Preto-MG tiveram a seguinte composição (SILVA, 2005): 1. Uso - 1.a. Residencial, 1.b. Não-residencial (comércio e serviços), e 1.c. Misto; e 2. Ocupação - 2.a. Acima do nível da rua, e 2.b. Abaixo do nível da rua. Os mapas temáticos (**Figura 24**) permitiam analisar as transformações urbanas e traçar o perfil da cidade (SILVA, 2005, p. 3-4).

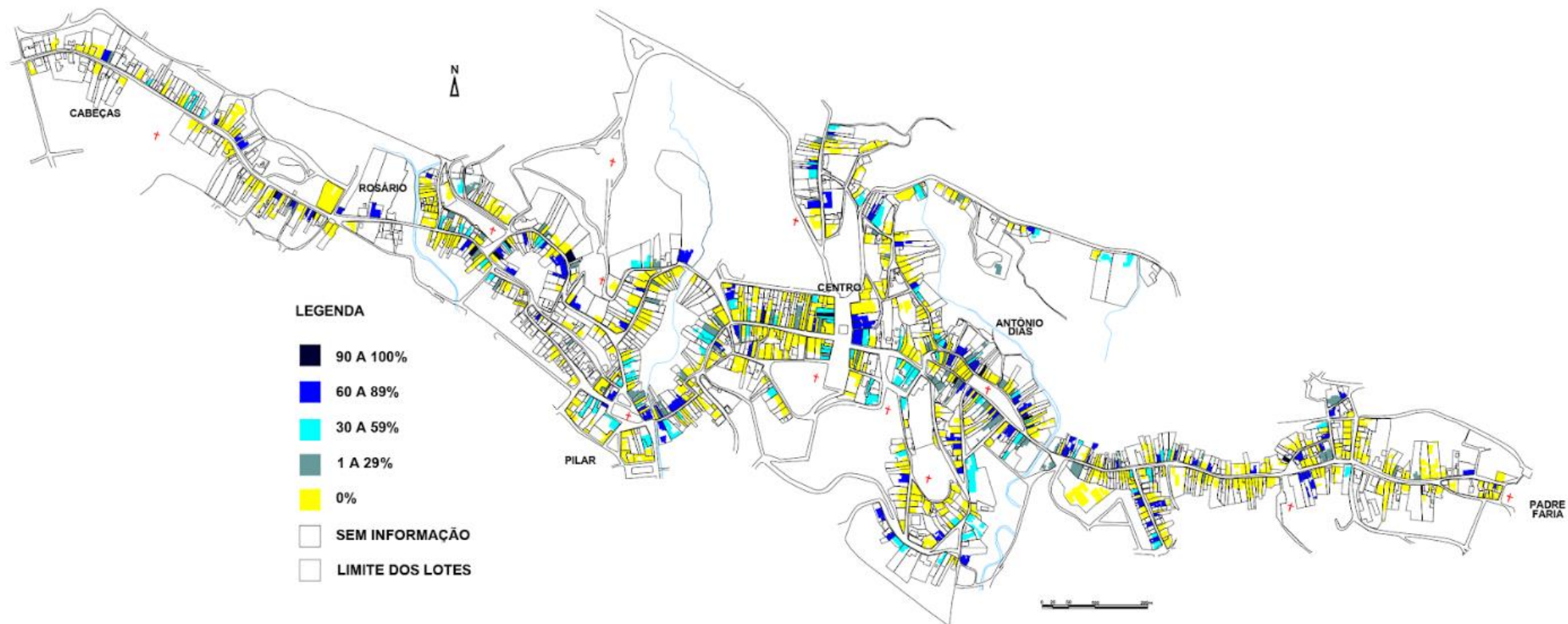
⁵³ Segundo o arquiteto brasileiro Nabil Bonduki (2010), a intenção do Monumenta era impulsionar ações do IPHAN em conjunto com outros agentes públicos ou privados, para que as intervenções pudessem contribuir para dinamizar o processo de preservação.

Para participar do projeto, os governos locais deveriam contribuir com uma contrapartida financeira de 15% do valor total e organizar uma Unidade de Execução do Programa (UEP) para executar e administrar localmente seu projeto. Contudo, o plano previa a possibilidade de que o Governo Estadual assumisse essas funções, caso o município não tivesse capacidade para o mesmo. Foi o que ocorreu em muitos projetos, centralizando as UEPs nas capitais dos Estados.

Em decorrência desse relativo isolamento entre as UEPs e as administrações municipais, estas, em muitos casos, acabaram não criando uma estrutura permanente para gerir as questões relacionadas ao patrimônio e absorver novos conceitos. Em vários municípios, com a finalização do programa, as UEPs foram extintas sem que outro órgão absorvesse essa experiência técnica e administrativa, mostrando que seria necessário um esforço mais articulado de desenvolvimento institucional em nível local (BONDUKI, 2010, p. 42).

Desse modo, a esperada interação entre os três níveis governamentais não se concretizou. O que demonstra a dificuldade de realização de tal objetivo.

Figura 24. Exemplo de mapa produzido com os dados do INBI-SU: pau-a-pique em Ouro Preto-MG

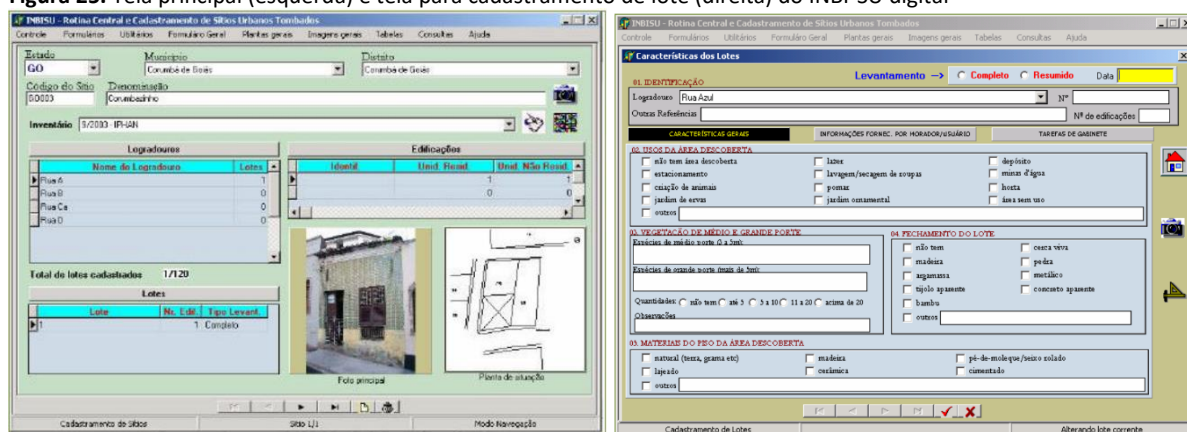


Fonte: Silva (2005, p. 14).

A análise da representação gráfica das edificações no lote, em comparação com a planta cadastral, permitiu a identificação de irregularidades. Por exemplo, “[...] o primeiro pavimento pertencia a um logradouro e o segundo estava ligado a outro, inclusive com proprietários diferentes” (RIBEIRO; NÓBREGA, 2004, s.p.).

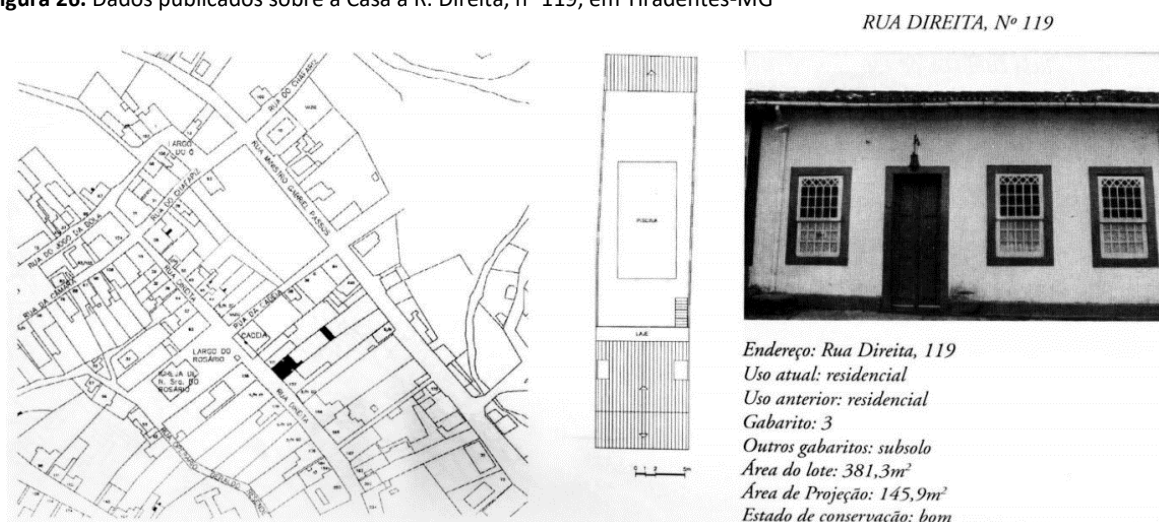
Segundo a arquiteta brasileira Lia Motta (1991), as metodologias de inventário praticadas até então tinham objetivos mais práticos e imediatistas de auxiliar o tombamento ou o restauro de bens. “[...] Não pretendiam, conforme um entendimento mais atual de inventário, constituir-se em fonte de conhecimento possibilitando a explicitação das informações contidas nos bens culturais, nem formar um sistema que por si só fosse de preservação. [...]” (MOTTA, 1991 *apud* SILVA, 2014, p. 84). Cada Superintendência Regional do IPHAN recebeu o sistema do INBI-SU (Figura 25 e Figura 26) para auxiliar no gerenciamento e armazenamento dos inventários e para consolidar padrões de procedimentos (desenhos digitalizados, fotografia digital, modelos geométricos etc.) (ARRUDA, 2013).

Figura 25. Tela principal (esquerda) e tela para cadastramento de lote (direita) do INBI-SU digital



Fonte: IPHAN (2002 *apud* ARRUDA, 2013, p. 65-66).

Figura 26. Dados publicados sobre a Casa à R. Direita, nº 119, em Tiradentes-MG



Fonte: Senado Federal (2005 *apud* ARRUDA, 2013, p. 69).

A Figura 25 apresentada telas do INBI-SU digital em sua interface de cadastro de dados, ou seja, de acesso restrito às pessoas que realizaram os levantamentos. As imagens mostram parte dos dados que eram armazenados na base, contudo não há registro do sistema computacional utilizado ou de onde a base era salva. Uma das grandes contribuições do sistema foi a determinação de um padrão de descrição da informação, ou seja, campos específicos para abarcar os aspectos importantes do patrimônio que está sendo levantado. Dessa forma, iniciou-se a padronização dos inventários, que antes eram realizados segundo critérios de levantamento não-padronizados. Segundo o IPHAN (2007,

p. 157), “Os dados podem ser recuperados individualmente, por edificação, mas o objetivo desse inventário é possibilitar uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, socioeconômicos e afetivos do sítio como um todo”.

Já a **Figura 26** apresenta a ficha de um dos bens cadastrados na plataforma conforme sua visualização por servidores que não participaram dos levantamentos. Segundo Di Lello (2014⁵⁴), o INBI-SU rompeu com a prática do IPHAN em duas frentes: 1. ampliou a compreensão do inventário como instrumento não apenas para descrever o bem, mas para reunir um conhecimento mais amplo e participativo sobre ele; e 2. criou uma metodologia a ser disseminada e utilizada pelos funcionários do IPHAN, assim esse saber não era mais restrito a um grupo seletivo de especialistas.

Entre 1997 e 2007, o INBI-SU foi aplicado aos centros históricos já tombados sob atuação do Projeto Monumenta (**Quadro 16**) para analisar o estado das edificações e seu entorno.

Quadro 16. Cidades onde foi aplicado o INBI-SU

Ano	UF	Cidade	Ano	UF	Cidade
1997 - 2000	GO	Pirenópolis	2001	CE	Aracati
1997 - 2000	SC	São Francisco do Sul	2001	PA	Belém
1997 - 2000	AM	Porto de Manaus	2001	MG	Mariana
1997 - 2000	TO	Natividade	2001	PE	Olinda
1998 - 2000	SE	São Cristóvão	2001	RJ	Praça XV - Rio de Janeiro
1998 - 2000	RS	Antonio Prado	2001	PE	Bairro do Recife
1998 - 2000	MG	Diamantina	2001	MG	Ouro Preto
1998 - 2000	MG	Serro	2001	MA	São Luís
2000	BA	Arraial d'Ajuda	2001	RJ	Paraty
2000	BA	Caraíva	2001	RJ	Petrópolis
2000	BA	Santa Cruz de Cabrália	2002	MA	Alcântara
2000	BA	Porto Seguro	2002	BA	Cachoeira
2000	AL	Penedo	2002	CE	Icó
2000	BA	Trancoso	2002	SE	Laranjeiras
2000	BA	Vale Verde	2002	BA	Salvador
2000	BA	Trancoso	2002	BA	Lençóis
2000	BA	Vale Verde	2002	CE	Sobral
			2007	MT	Cuiabá

Fonte: DEPAM (*apud* SILVA, 2014, p. 117).

Como apontado no quadro acima, com base em dados do DEPAM, trinta e três cidades foram objeto do INBI-SU, sendo que Bahia (nove municípios) e Minas Gerais (quatro) foram os estados mais beneficiados. Os dados do sistema digital buscavam auxiliar no planejamento de intervenções e propor critérios de preservação com um olhar mais ampliado que incluía o conjunto das edificações tombadas e o contexto em que se localizavam.

⁵⁴ O trabalho de Di Lello (2014) apresenta ainda descrição de outras metodologias de inventário, tais como o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), o Computador Cultural, o Inventário Nacional de Configuração Urbana (INCEU), e o Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA).

No ano seguinte ao encerramento dos trabalhos no INBI-SU, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) publicou o Decreto nº 6.666/2008 instituindo a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) para padronizar e compartilhar bases de dados geoespaciais. De acordo com o Ministério da Economia,

[...] no âmbito do governo eletrônico promovido pelo Ministério do Planejamento, já se estruturavam os padrões de interoperabilidade (ePING) que, até hoje, são referência para produção de dados com padrões homologados por este documento. Em 2012, é instituída a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) por meio da Instrução Normativa 4/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) e entra em vigor a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Ambos os marcos legais dão diretrizes e regulamentam o direito constitucional dos cidadãos de acesso às informações públicas (MINISTÉRIO, 2017, s.p.).

Segundo a equipe técnica do INDE, a plataforma compatibiliza dados provindos de bancos de dados de geoserviços, dados matriciais e dados vetoriais de formatos variados, de modo que podem ser integrados e publicados para auxiliar a tomada de decisões pelo poder público (MINISTÉRIO, 2017).

6.3 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)

Aqui são apresentadas questões que embasaram o desenvolvimento da metodologia e da plataforma online, seu estado atual e uma análise de possíveis entraves e melhorias. A interface em si será apresentada de maneira sucinta, já que descrições aprofundadas podem ser consultadas na dissertação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do IPHAN, de autoria da arquiteta brasileira Andreza Rigo Abrantes (2014), intitulada “Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado”, e em dois relatórios do IPHAN intitulados “SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão” (2009, 2019).

Desde 2006, encontros regionais do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) debateram a criação de uma rede de proteção de articulação federativa e a revisão do Sistema Nacional de Inventários. Em 2007, o IPHAN determinou como prioridade a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), envidando esforços para sua articulação e fomento. No mesmo ano, foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG - sicg.IPHAN.gov.br/sicg/pesquisarBem) pela empresa EGL Engenharia. Buscava ser um banco de dados integrado, mapa do patrimônio, e ferramenta de gestão e produção de conhecimento. Como aponta Di Lello (2022), a plataforma foi idealizada pelo arquiteto brasileiro Dalmo Vieira Filho para estar centrada no objeto patrimonial material, de modo que não faziam parte do seu escopo a orientação ao processo (adição dos documentos à plataforma) nem aos demais tipos de patrimônio. Esses dados são muito importantes para compreender o estado atual da plataforma e as diversas críticas realizadas a ela internamente ao IPHAN.

Desde 2008, o IPHAN vem esboçando estratégias para o envolvimento municipal em ações articuladas; o que inclui definir a coordenação e estabelecer conceitos e regras comuns (IPHAN, s.d.). A colaboração entre os órgãos dos diferentes níveis reduziria a redundância de informações e,

principalmente, os retrabalhos em relação a bens protegidos em comum. Além disso, descentralizaria o levantamento de informações para construção de dossiês e processos; o que, cada vez mais, demanda grande esforço financeiro e humano do IPHAN. Ações de âmbito local realizadas por agentes locais demandam menos tempo e investimentos financeiros, já que eles já possuem prévio conhecimento geográfico e cultural do território em análise.

Em 2008, em reunião com os órgãos estaduais de gestão do patrimônio cultural (a primeira desde 1971), foi formado Grupo de Trabalho para realizar a pesquisa estadual “Construindo o quadro do Patrimônio Cultural brasileiro”. Foram indicados cinco temas principais para a constituição do SNPC:

- Compartilhamento e Concentração de Papéis dos Atores do SNPC;
- Transversalidade Temática do Patrimônio Cultural;
- Financiamento e Fomento;
- Estratégias para a Difusão e a Valorização do Patrimônio Cultural pela Sociedade; e
- Instrumentos e Formas de Funcionamento do Sistema.

Ainda em 2008, ocorreu um workshop sobre paisagens culturais e sistemas de informação, reunindo técnicos do IPHAN e do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH). Posteriormente, funcionários do DEPAM foram à Espanha para conhecer o *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía*⁵⁵ (SIPHA) e o *Sistema de información para la Gestión de Bienes Culturales - Mosaico*⁵⁶ (DI LELLO, 2014), para embasar o desenvolvimento da base de dados online do IPHAN.

Segundo Di Lello e Da Guia (2014?), orientados pela ideia de criar uma Rede de Patrimônio, os trabalhos de desenvolvimento do SICG abrangeram as seguintes fases principais:

- Análise da experiência acumulada e dos desafios vislumbrados pelo IPHAN⁵⁷, para ideação dos campos das fichas de inventário conforme o tipo de bem⁵⁸;
- Teste prático das fichas de inventário para validação dos campos de descrição;
- Construção do sistema informatizado a partir das fichas consolidadas; e
- Formação de rede colaborativa de informação do patrimônio cultural.

O SICG substituiu o INBI-SU em 2009, como metodologia de inventário do patrimônio material, “[...] ainda no formato de fichas, mas com a perspectiva de se tornar informatizado” (DI LELLO; DA GUIA, 2014?, p. 24). O que, como menciona Di Lello (2022), foi um grande avanço pois, a partir de então, as informações passaram a ser coletadas já em ambiente online e as fichas e as orientações de

⁵⁵ Mais informações em: www.academia.edu/3362983/Tecnolog%C3%ADas_de_la_Informaci%C3%B3n_Geogr%C3%A1fica_en_la_gesti%C3%B3n_del_patrimonio_cultural_andaluz. Acesso em: 17 Mar. 2020.

⁵⁶ Mais informações em: www.juntadeandalucia.es/organismos/culturaypatrimoniohistorico/areas/bienes-culturales/recursos-difusion-patrimonio/paginas/mosaico.html. Acesso em: 17 Mar. 2020.

⁵⁷ “A revisão do sistema nacional de inventários aliada às análises das experiências de outros inventários, em especial o Inventário Geral da França, o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC-BA, o inventário dos Roteiros da Imigração em Santa Catarina e o Inventário de Conhecimento do Vale do Ribeira foram contribuições que permitiram, a partir de uma análise crítica, o primeiro esboço do que viria a ser o SICG” (DI LELLO; GUIA, 2014?, p. 19-20).

⁵⁸ Gerou o documento “Inventários, informação, gestão: Relatório Plano estratégico Revisão dos inventários do IPHAN: Proposta preliminar” (IPHAN, 2010?).

preenchimento também passaram a estar disponíveis. Internamente, foi implantado em 2012 e finalizado em 2013; externamente, teve sua ferramenta de busca apresentada à sociedade em 2017. Segundo os desenvolvedores (DA GUIA, *et al.*, 2014, s.p.),

[...] A implementação utilizou as tecnologias JAVA, Javascript, GeoJSON, Openlayers, GeoServer, PostgreSQL com extensão PostGIS e Hibernate Spatial. Adotamos o conceito de arquitetura em três camadas, sendo a camada de apresentação baseada no padrão MVC, camada de negócio e camada de persistência. Foram utilizados dados geográficos de outras entidades como base para o sistema, como é o caso da Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (BCIM) produzida pelo IBGE, poligonais das terras indígenas produzidas pela Funai, rede hidrológica da Agência Nacional de Águas (ANA), unidades de conservação do SNUC/MMA, entre outras. Para o cadastro geográfico dos bens culturais, foram criadas camadas próprias do IPHAN, como é o caso do cadastro de bens de natureza material e imaterial, além das ações, instituições do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e uma tipologia de setores diferenciados de acordo com os marcos legais e função nos processos do IPHAN para identificação, proteção e normatização.

Foi construído como um Sistema de Informações Geográficas (SIG)⁵⁹ de software livre⁶⁰ (ARRUDA, 2013), por isso permite ação direta sobre o mapa do Brasil (IPHAN, 2012a).

6.3.1 Concepção

Segundo os arquitetos brasileiros Andrey Rosenthal Schlee (então vice-presidente do IPHAN), Robson Antônio de Almeida e George Da Guia (2010?, p. 9), a situação da informação sob tutela do IPHAN nos anos 2000 se caracterizava por informações fragmentadas; rotinas e procedimentos sem foco em resultados e gestão; ausência de um sistema para tomada de decisões; desarticulação de métodos, procedimentos e formas de gestão; e análises pontuais, sem visão sistêmica e territorial. De acordo com o arquiteto brasileiro George Alex da Guia (2020), funcionário do IPHAN que coordenou o Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento do SICG, a plataforma digital foi pensada como base única do patrimônio material reconhecido pelo Poder Público (nas esferas nacional, estadual, municipal e distrital), por meio de criação de perfis específicos para sua alimentação. Como já mencionado, o SICG foi pensado especificamente para o patrimônio material, mas em 2012, passou a incluir também o patrimônio imaterial por conta da colaboração da museóloga brasileira Célia Corsino, então Chefe do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) (ABRANTES, 2014; DI LELLO, 2022). Na época, o DPI já desenvolvia o Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro (MAPI) que ainda é mais bem aceito pelo departamento, porque foi desenvolvido especificamente para o patrimônio imaterial, que é mais bem gerido com base no processo (DI LELLO, 2022). Cabe lembrar que o SICG foi desenvolvido em termos de programação com orientação ao objeto, o que originou as incongruências

⁵⁹ “Se, por um lado, o uso de geotecnologias torna-se primordial no cotidiano da administração pública moderna, por outro, princípios de software livre passam a estabelecer atitudes éticas perante o uso dos recursos públicos. [...] www.softwarepublico.gov.br” (DA GUIA, *et al.*, 2014, s.p.). Embora o website seja mencionado na descrição do SICG, o mesmo não está entre os códigos disponibilizados.

⁶⁰ Segundo da Guia (2020), a programação e o manual do usuário estão disponíveis para download no portal software público; e os dados cadastrados, no geoserver específico (<http://portal.IPHAN.gov.br/geoserver/web>).

de apresentação das informações entre os patrimônios material e imaterial (DI LELLO, 2022). Contudo, a ideia de ter o SICG como um sistema para todo o patrimônio protegido pelo IPHAN, sem distinção de tipo, passou a ser considerada por algumas das lideranças da época (DI LELLO, 2022).

Resumidamente, o SICG atuava sobre a informação do patrimônio em três eixos:

1. de forma integrada (cobrindo todas as categorias do patrimônio material);
2. de forma sistêmica (estabelecendo moldes a serem utilizados nas diversas etapas das ações de preservação, possibilitando o “diálogo” e troca de informações entre as áreas e etapas de trabalho) e;
3. de forma estratégica (considerando o mapeamento, a organização e a disponibilização de informações sobre o patrimônio como base para a construção de políticas públicas e de planos de preservação e desenvolvimento das regiões onde se inserem os bens, com a participação de parceiros e da sociedade em geral). (DI LELLO; DA GUIA, 2014?, p. 27).

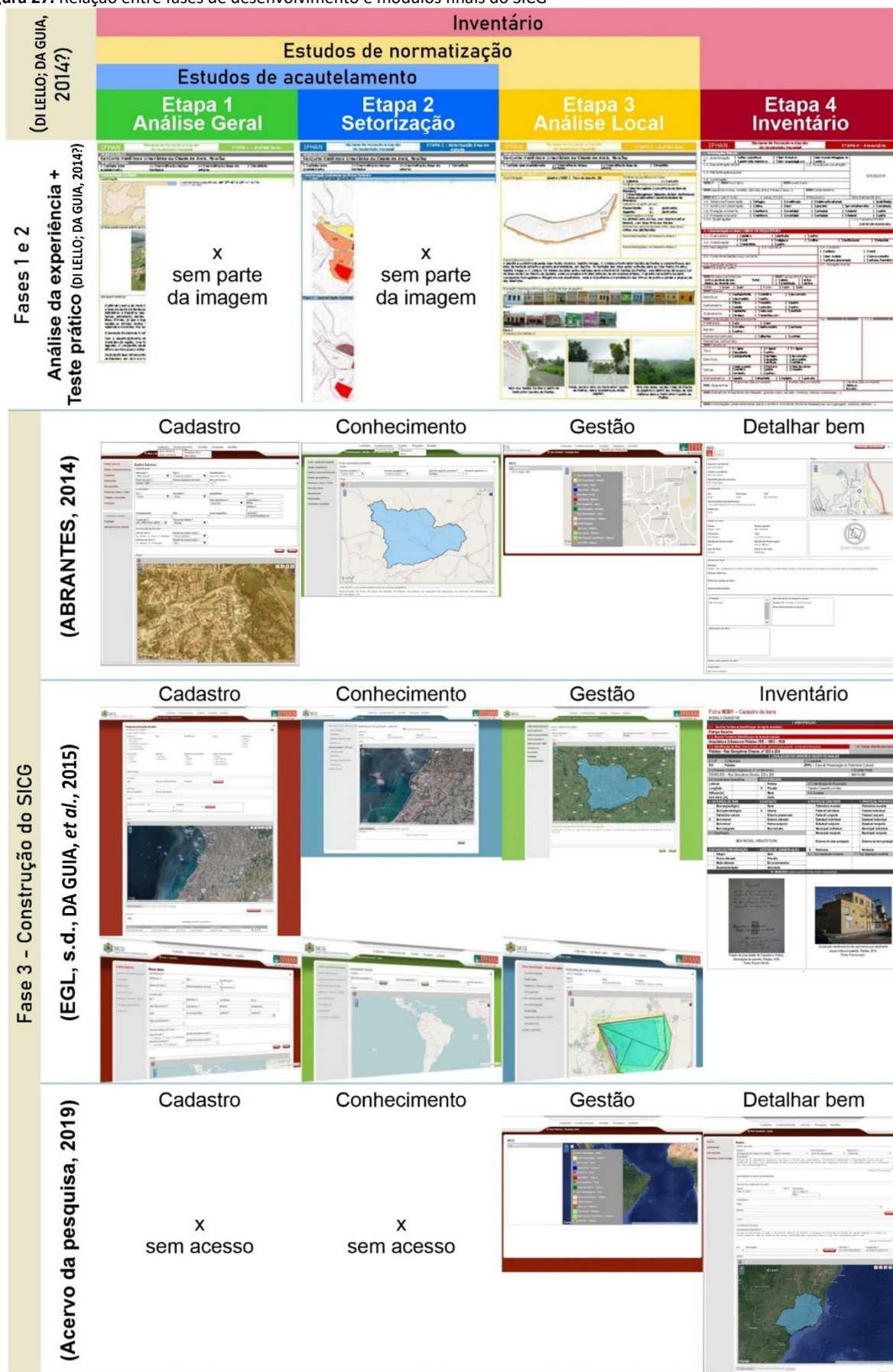
O SIGC custou cerca de R\$ 1,5 milhão em 2015 (ou cerca de R\$ 2,9 milhões, segundo correção monetária para maio de 2022) e foi desenvolvido para ser gerido pela Coordenação Geral de Cidades Históricas (CGCH/DEPAM). Foi estruturado em três módulos “[...] de dados, de inteligências e de relacionamentos estruturados para captura e organização das informações conforme o objetivo do processo envolvido [...]” (EGL, s.d., s.p.). A lógica de cadastro da informação no SICG constitui-se em níveis: das mais básicas às mais detalhadas. Segundo Di Lello e Da Guia (2014?), a interface básica de cada módulo passou por várias fases de desenvolvimento (**Figura 27**).

Segundo Di Lello e Da Guia (2014?), conforme mostrado no topo da Figura, o desenvolvimento da ficha e da metodologia de inventário (objeto final) foi possível após os estudos de normatização (análise local), que envolveram os estudos de acatamento (análise geral e setorização). Inicialmente, realizaram-se análises de experiências (Fase 1) e testes práticos (Fase 2) para, após avaliação, construir-se o SICG (Fase 3) (DI LELLO; DA GUIA, 2014?; DA GUIA, *et al.*, 2014).

Segundo os autores, cada etapa metodológica embasou um módulo da interface do SICG. Durante a concepção da plataforma, os módulos foram organizados em três cores (verde, vermelho e azul) para melhor identificação e pensados da seguinte forma: o módulo verde, de conhecimento, pretendia reunir os estudos mais amplos realizados pelo IPHAN, divididos por temas ou abrangência territorial. Enquanto isso, o módulo vermelho, de cadastro básico e complementar dos bens, seria voltado para dados refinados sobre cada um dos bens. E o módulo azul, de gestão, teria funcionalidades para a automatização de processos. Os objetivos e as funcionalidades de cada módulo são apresentados no **Quadro 17**.

Cada um dos módulos é composto por várias fichas (**APÊNDICE C**) que determinam o conteúdo a ser inserido. O módulo de conhecimento agrega estudos mais amplos, tais como história, economia e geografia regional. Enquanto isso, o módulo de cadastro básico e complementar reúne dados gerais e refinados especificamente sobre os bens.

Figura 27. Relação entre fases de desenvolvimento e módulos finais do SICG



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em Di Lello e Da Guia (2014?, p. 21), Carvalho e Silva (s.d., p. 57), EGL (s.d.), Abrantes (2014), Di Lello e Da Guia (2014?, p. 21) e Da Guia, et al. (2014).

Quadro 17. Objetivos e Funcionalidades dos Módulos do SICG

Módulo	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Funcionalidades
Conhecimento	Estudos amplos, com dados históricos, iconográficos, econômicos e geográficos	<ul style="list-style-type: none"> * Reúne informações que contextualizam o bem na história e no território; * Organiza informações de universos culturais temáticos ou territoriais; * Embasa estudo temático ou inventário de conhecimento em um espaço geográfico; * Complementa as informações do Módulo de cadastro de bens; * Permite visualizar relações de pertinência entre unidades territoriais e temáticas complementares (IPHAN, 2012a, p. 19). 	<ul style="list-style-type: none"> * Homologação * Visualizador Geral * Pesquisa Avançada * Relatórios
Cadastro básico e complementar dos bens	Dados gerais e refinados dos objetos	<ul style="list-style-type: none"> * Reúne conjunto de dados aplicados a cada bem; * Define cadastro básico comum às diversas categorias e gera o Código IPHAN de cada bem; * Libera o preenchimento de fichas especializadas (IPHAN, 2012a, p. 18). 	<ul style="list-style-type: none"> * Bem Dados Básicos * Bem Imóvel Edificação * Bem Imóvel Conjunto Arquitetônico * Bem Imóvel Conjunto Urbano * Bem Móvel ou Integrado * Bem Paisagístico Jardim * Bem Arqueológico Sítio * Bem Arqueológico Coleção
Gestão	Automatização de processos (rotinas de fiscalização, normatização etc.)	<ul style="list-style-type: none"> * Cobre as áreas já protegidas pelo IPHAN e ou demais órgãos de preservação; * Opera atividades de normatização, fiscalização, planejamento etc.; * Reúne cadastros de setorização, laudos de vistoria e estado de conservação, visualizador da proteção (IPHAN, 2012a, p. 20). 	<ul style="list-style-type: none"> * Setorização * Fiscalização * Visualizador do Setor

Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em IPHAN (2012a, p. 18-20).

O módulo de gestão é o mais inovador em relação à Complexidade e às tecnologias: a partir da uniformização dos dados inseridos e da colaboração entre as várias instâncias de tombamento, a inteligência artificial por trás do módulo é capaz de gerar informações de conservação e planejamento urbano para análises territoriais e históricas. As áreas de entornos dos diferentes níveis de tombamento de um mesmo bem seriam sobrepostas, de modo que os relatórios produzidos pela máquina auxiliariam, por exemplo, nos processos de licenciamento ambiental e de vistoria dos bens. Nas palavras do IPHAN, o SICG foi pensado como instrumento de gestão do patrimônio cultural:

[...] As fichas do módulo de Gestão foram especialmente dimensionadas para a captura de dados e produção de informações que subsidiem a tomada de decisões, o desenvolvimento de planos estratégicos, a formulação de normas de preservação e a definição de ações de reabilitação urbana (IPHAN, 2019, p. 12).

As funcionalidades de cada módulo são habilitadas somente para usuários internos, de acordo com suas atribuições (ver **APÊNDICE D. Perfis de usuários do SICG e funcionalidades liberadas**). Por exemplo, o gestor seria o único funcionário com atribuição para todas as funcionalidades da plataforma. A homologação seria realizada pelos homologadores. O módulo auxiliar seria acessado pelos técnicos do Arquivo do IPHAN, que não acessariam o módulo de gestão.

6.3.2 Colaboração e interoperabilidade

O SICG tem como base a criação de um sistema informatizado colaborativo. Como metodologia, foi pensado para realização de Inventários de Conhecimento ou de Varredura, entendidos como:

[...] qualquer estudo que vise a conhecer o universo de bens culturais de determinada região [...] ou relacionados com determinado tema [...], visando à identificação e o cadastro das ocorrências materiais ainda existentes [...] funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização. Para a proteção, devem ser utilizados os diversos instrumentos existentes, tanto em nível federal, quanto estadual e/ou municipal, aplicados de forma compartilhada entre IPHAN, Estados e Municípios, através da pactuação de ações, que é a base da proposta de construção de Redes de Patrimônio. (IPHAN, 2019, p. 11)

Por meio da colaboração com instituições de atuação local, o inventário do patrimônio cultural brasileiro seria realizado de maneira mais eficiente e eficaz. Segundo Da Guia (2020), para a colaboração serão realizados Termos de Cooperação Técnica específicos com os países do Mercosul e com Universidades brasileiras para a produção de conhecimento especializado. O IPHAN realizará a manutenção técnica da plataforma, sem custos adicionais aos demais entes federados. Segundo o autor, a plataforma permite ainda a criação de mapas específicos com o conjunto de bens cadastrados por um determinado perfil alimentador que, por meio de links gerados pelo SICG podem ser incorporados aos sites dos entes federados. Dessa forma, a construção do conhecimento acerca dos bens acautelados seria realizada de forma colaborativa pelos diversos órgãos responsáveis por sua preservação, facilitando também o acesso à informação para os cidadãos, as atividades de licenciamento ambiental e de planejamento territorial e urbano, dentre outros.

O cadastro de usuários locais será desenvolvido se os governos locais aderirem ao SICG (DA GUIA, 2020). Além disso, ocorreu a sobreposição de desenvolvimento do SICG, pelo IPHAN, e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), pelo antigo Ministério da Cultura (MinC).

[...] entendemos que, caso desenvolvêssemos uma funcionalidade parecida, estaríamos sobrepondo serviços de cadastro, criando redundância e dupla contagem ao mesmo tempo em que, as informações utilizadas no SICG não teriam a acurácia necessária para o desenho de políticas públicas de corte territorial como aquelas para as quais o sistema foi desenhado. [...] (DA GUIA, 2020, s.p.).

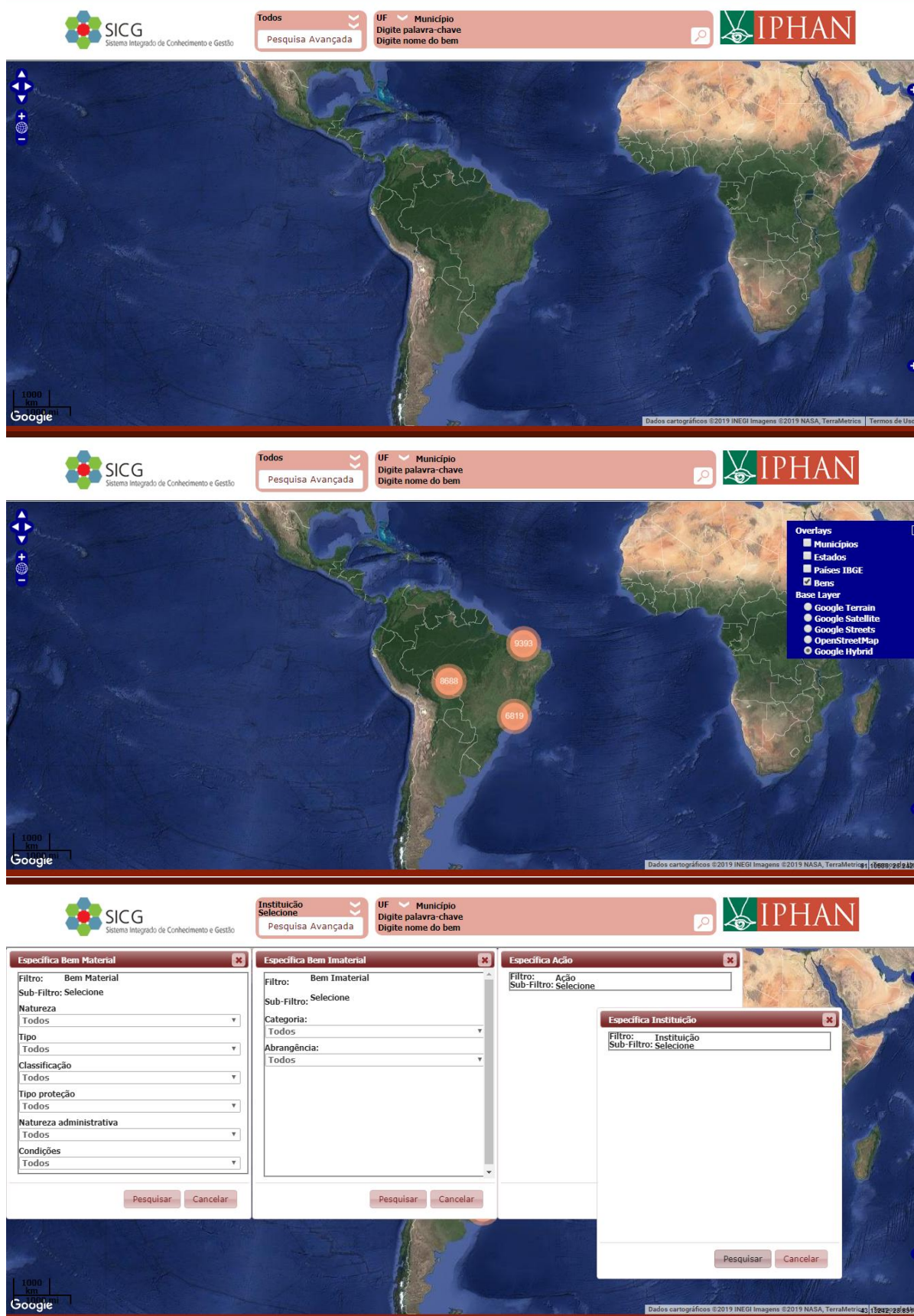
Dessa forma, segundo da Guia (2020), decidiu-se que o usuário não-cadastrado poderia apenas visualizar e gerar relatórios a partir de pesquisas pré-estruturadas.

De acordo com a equipe de desenvolvimento (DA GUIA, *et al.*, 2014), a plataforma [SICG] também possui funcionalidades de interoperabilidade com a plataforma de fiscalização e autorização dos bens culturais (Fiscalis). A integração permitia cadastro, pesquisa, atualização e sincronização de dados do Fiscalis no SICG (por exemplo, o preenchimento do laudo de avaliação do estado de conservação). Para 2015, estava prevista a integração com o Sistema de Informações Gerenciais (SIG-IPHAN), com orçamento e monitoramento de obras, mas não foi concretizada.

6.3.3 Estado em 2019

Conforme análise realizada em 2019, a busca por bens no SIGC é pública e foi divulgada no final do ano de 2017 (BARATTO, 2017) - uma década após o início do seu desenvolvimento. Como mostrado na **Figura 28**, na próxima página, a interface de busca permite escolha de camadas e busca avançada.

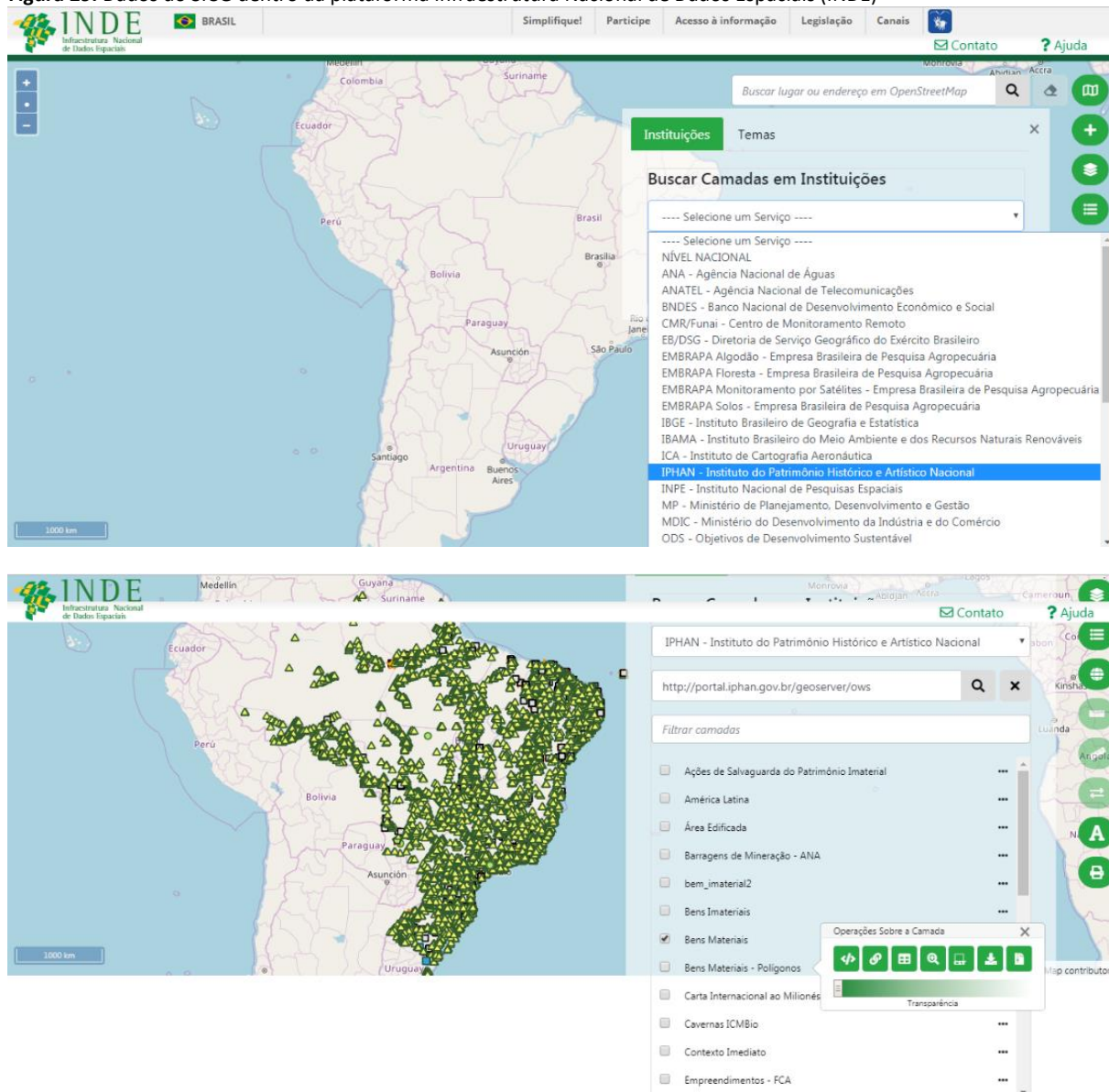
Figura 28. SICG - usuário comum - 1. Interface Inicial, 2. Camadas e 3. Busca avançada por bens culturais



Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre captura de tela disponível em: sicg.IPHAN.gov.br/sicg/pesquisarBem. Acesso em: 12 out. 2019.

O SICG foi construído de modo a permitir sua integração à plataforma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE); o que já ocorre atualmente (**Figura 29**, na página seguinte). Via INDE, é possível baixar os dados da camada do SICG em diferentes formatos, incluindo KMZ e SHP, ambos georreferenciados.

Figura 29. Dados do SICG dentro da plataforma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)



Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre captura de tela disponível em: <https://visualizador.inde.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2019.

A estrutura do menu principal do SICG para usuários internos é apresentada no **Quadro 18**. O módulo de cadastro se divide em bens materiais e imateriais, sendo os últimos constituídos por bens, ações e instituições. O módulo conhecimento possui o submenu contexto geral, enquanto o módulo gestão traz um visualizador de proteções. As opções de pesquisa são as mesmas para o usuário externo. O módulo auxiliar se refere a questões de cadastro do usuário e customização da interface. O item cadastro > bem imaterial > ação > pesquisa ação (**Figura 30**, na próxima página) gera uma lista de resultados e permite baixar relatório em PDF.

Figura 30. Ação cadastrada no SICG: busca e ficha de resultado para usuários internos, e visualização para o público externo

BUSCA

Cadastro | Conhecimento | Gestão | Pesquisa | Auxiliar

Bem Material
Bem Imaterial

Bem
Ação
Instituição

Pesquisa Ação

Pesquisa:

Nome:

Descrição:

Tipo: Instrumento:

UF: Município:

Novo Pesquisar

Tipo:

Identificação
Reconhecimento
Apoio e fomento

Instrumento:

Ação de salvaguarda
Ação emergencial
Estudos
INDL
INRC
Mapeamento documental
Plano de salvaguarda
Registro
Revalidação

Cadastro | Conhecimento | Gestão | Pesq

FICHA DE RESULTADO

Bem Imaterial - Ações

Ações

Dados da ação:

Nome: Salvaguarda da Jongo no Sudeste Tipo: Apoio e fomento Instrumento: Ação de salvaguarda Situação: Concluída

Descrição: Edição de um calendário jongoiro com datas e festas das comunidades, difundindo e ampliando o conhecimento acerca do bem (material) em foco, com valorização de bem cultural produzido por parte dos segmentos sociais. O calendário pode ser encontrado em: www.pontajongo.org.br Restam 2726 caracteres.

Quantidade de bens inventariados: 0

Período de realização da ação:

Início: Mês: 2007 Dia: Condição: Dia: Mês: 2009

Atividades:

Tipo:

Nome:

Fases:

Localização da Ação:

Localização específica: A ação se manifesta em todo o território sudeste do Brasil. O polígono corresponde ao limite da região Sudeste e o ponto, à localização da sede do IPHAN em São Paulo, município mais populoso entre os que são referência para o bem. Restam 770 caracteres.

UF: Município: Adicionar Latitude: 23.53237809436654 Longitude: 148.614816546508715

Mapa

Brasil

RESULTADO PARA BUSCA EXTERNA

SICG
IPHAN

Bem Imaterial

Salvaguarda da Jongo no Sudeste - Política de Cultura do Jongo e Cabanó

Mapa

Bem Imaterial

Políticas na Vila de ... Identificado

Foto de aproximação

Bem Imaterial

Fotografias de Fátima Identificado

Foto de aproximação

Bem Imaterial

Grupos de Bateria de ... Identificado

Legenda

Bem Imaterial

Grupos de Bateria de ... Identificado

Legenda

Bem Imaterial

Política para os ... Identificado

Legenda

Bem Imaterial

Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre captura de tela disponível em: sicg.IPHAN.gov.br/sicg/login. Acesso em: 02 dez. 2019.

Quadro 18. Estrutura do menu principal do SICG para usuários internos

Cadastro	Bem Material	Pesquisa Bem Novo Bem
	Bem Imaterial	Bem Ação Instituição
Conhecimento	Contexto Geral	Pesquisar Novo
Gestão	Visualizador Proteções	
Pesquisa	Visualizador Geral do Bem	
	Pesquisa Avançada do Bem	
	Pesquisa Avançada do Bem Imaterial	
Auxiliar	Cadastros Básicos	
	Configurações do Sistema	
	Gerenciar Perfil	
	Atualizar Dados de Auditoria	
	Sobre	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Abrantes (2014, p. 143) apresentada análise de todos os módulos do SICG em sua dissertação realizada junto ao Mestrado Profissional do IPHAN. Além disso, são importantes as publicações do IPHAN (2009, 2019) que levam o nome da plataforma e apresentam explicação das fichas de inventário.

A busca por ações é realizada por tipo (Identificação, Reconhecimento, ou Apoio e Fomento) e por Instrumento (Ação de proteção, Ação emergencial, Estudos, INDL, INRC, Mapeamento documental, Plano de salvaguarda, Registro ou Revalidação). A ficha do resultado apresenta informações breves de descrição e localização (que alimenta ponto ou polígono no mapa). Analisando o banco de imagens relacionadas ao bem, nota-se que o resultado retorna várias imagens não condizentes. O que pode estar ocasionando resultados imprecisos nas buscas dos usuários externos.

Outro exemplo de resultado da aba “Ação” é o INRC dos Saberes e Práticas das Parteyras Tradicionais do Pernambuco (**Figura 31**). O mapa apresenta polígonos indicando os locais da prática. Conforme a ficha: “Os polígonos correspondem às áreas dos municípios e o ponto, à sede da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, município mais populoso entre os que são referência para a ação.” Além disso, a plataforma permite a vinculação com outros bens, mas não gera um link para os mesmos. E a maior parte da descrição refere-se ao instrumento do INRC e não ao bem em si (selecionada na **Figura 31** a informação sobre o bem).

O módulo de gestão tem potencial para agilizar processos, em especial quando seu banco de dados for integrado com os do Sistema de Fiscalização e Autorização (FISCALIS), do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O usuário cujo login foi utilizado para visualização interna do SICG não possuía autorização para as funcionalidades complexas do módulo de gestão. Dessa forma, a busca realizada não retornou resultados quando o menu de Visualização de proteções foi acionado (como mostra a **Figura 32**), dando a impressão de que o módulo não possui informação cadastrada (pois não retornou pins no

mapa). As funcionalidades disponíveis para esse tipo de usuário são: zoom por área (lupa), zoom geral (planeta) e medição de distância linear (linha).

Figura 31. Ficha do INRC dos Saberes e Práticas das Parteiros Tradicionais do Pernambuco
Relatório complementar - Ação

The screenshot shows a web interface for an INRC action record. It is divided into several sections:

- Dados básicos da ação:**
 - Nome: INRC - Saberes e Práticas das Parteiros Tradicionais do Pernambuco
 - Tipo: Identificação
 - Situação: Concluída
 - Data início: Não informado
 - Instrumento: INRC
 - Data fim: Não informado
- Mapa:** A satellite map of Pernambuco, Brazil, with several municipalities highlighted in blue, including Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, and others.
- Ponto de referência:**
 - UF: Pernambuco
 - Município: Jaboatão dos Guararapes
 - Coordenada(s) geográfica(s): -8,156434773854626 -34,915711983874836
- Multimídias vinculadas:**
 - Quantidade de imagens: 0
 - Quantidade de vídeos: 0
 - Quantidade de audios: 0
- Fases:**
 - Início do lev. preliminar: Não informado
 - Fim do lev. preliminar: 2011
 - Início da identificação: Não informado
 - Fim da identificação: Não informado
 - Início da documentação: Não informado
 - Fim da documentação: Não informado
- Foto:** A placeholder icon with the text "Sem Imagem".
- Descrição:** A text block describing the INRC process, mentioning its purpose for identifying intangible cultural heritage and listing various categories like Celebrations, Offices, and Modes of Doing.

Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre captura de tela disponível em: sicg.IPHAN.gov.br/sicg/login. Acesso em: 02 dez. 2019.

Figura 32. Visualização de proteções do SICG

The screenshot shows the SICG interface with a map of Brazil. A legend is open on the left side, listing various types of cultural heritage protections with corresponding symbols and colors:

- Bem Arqueológico - Ponto (Yellow circle)
- Bem Arqueológico - Polígono (Yellow square)
- Bem Imóvel - Ponto (Blue triangle)
- Bem Imóvel - Polígono (Blue square)
- Bem Móvel - Ponto (Red circle)
- Bem Móvel - Polígono (Red square)
- Bem Paisagístico - Ponto (Green circle)
- Bem Paisagístico - Polígono (Green square)
- Bem Paleontológico - Ponto (Orange circle)
- Bem Paleontológico - Polígono (Orange square)
- Buffer Pesquisa (Pink square)
- Bem Lote - Polígono (Brown square)
- Bem Jardim - Polígono (Light green square)
- Bem Conjunto arquitetônico - Polígono (Light blue square)
- Bem Sítio - Polígono (Grey square)

A yellow arrow points from the legend to a specific location on the map in the northeastern region of Brazil.

Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre captura de tela disponível em: sicg.IPHAN.gov.br/sicg/login. Acesso em: 02 dez. 2019.

Segundo Di Lello (2020), atual Coordenadora-Geral Substituta de Bens Móveis do IPHAN, os processos antigos de bens com recomendação favorável de tombamento estão sendo cadastrados no SICG por um funcionário em caráter não-exclusivo. Segundo ela (DI LELLO, 2020), tinha-se a expectativa de estruturação de um núcleo específico de apoio administrativo e tecnológico ao SICG, mas a estratégia não teve respaldo institucional e os trabalhos estão sendo realizados de forma muito aquém do ideal. O uso do SICG para novos processos de tombamento está sendo incorporado a algumas rotinas: eles tramitam, em nível administrativo, pelo SEI (sei.IPHAN.gov.br⁶¹) e suas informações são cadastradas no SICG apenas antes do envio para o Conselho Consultivo. Contudo, como aponta Di Lello (2022), não houve sobreposição de funções entre SEI (orientado aos processos) e SICG (orientado aos objetos), de modo que o número do processo SEI é adicionado às informações constantes do bem; mas infelizmente não gera um link direto para o mesmo (é preciso entrar no SEI e realizar a busca) manualmente. Ou seja, ainda não há interoperabilidade.

Além disso, o IPHAN como um todo recebe o apoio tecnológico da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) em termos de manutenção de hardware e de software, que atualmente é formada por apenas dois servidores da área de Tecnologia da Informação.

6.3.4 Avaliação

No Brasil, até o início dos anos 2000, as políticas relacionadas ao patrimônio e à Cultura eram pautas secundárias para o Governo. O que voltou a acontecer desde o final dos anos 2010. Atualmente, em termos políticos, além do desmantelamento visível da Cultura, há um boicote às tecnologias de geoinformação e ao conhecimento técnico especializado no que diz respeito à transparência das informações governamentais. No IPHAN, o resultado é visível: o mapa do SICG apresenta poucas informações, especialmente se considerado o grande banco de dados do IPHAN (mais de 80 anos de trabalhos de levantamento e análise). A instituição vem tendo dificuldade para designar um servidor para alimentar o SICG (SCHLEE, 2018); provavelmente, pelo quadro reduzido de funcionários e por essa função não constar como atribuição de nenhum cargo vigente dentro da instituição.

A construção do SICG buscou autocrítica das metodologias já utilizadas e teste de novos descritores para um sistema informatizado que permitisse a colaboração entre as instituições de salvaguarda do patrimônio. Alguns dos aspectos positivos planejados ainda não foram implementados. Por exemplo, a colaboração com outras instituições; a centralização do cadastro de bens de diversas naturezas; a visualização da articulação dos bens sobre o território; e a automatização de relatórios geográficos e relacionais gerados pela plataforma a partir de

⁶¹ Em 2015, o Decreto n° 8.539 dispôs sobre o uso do meio eletrônico para a tramitação de processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal como um todo. O então chamado Processo Eletrônico Nacional (PEN) incluía: 1. a tramitação de documentos pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), 2. o barramento de integração do SEI, e 3. um banco de dados único para a Administração Pública como um todo por meio do protocolo integrado, onde cada instituição recebeu um número identificador posicionado no início do número de cada processo. O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e tem por objetivo promover a eficiência administrativa, incluindo a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos via plataforma online. Segundo a legislação, o prazo para adesão dos órgãos e entidades era outubro de 2017 (SECRETARIA, s.d.).

condicionantes registradas (de grande valia para projetos de desenvolvimento territorial) (SCHLEE; CORSINO, 2014?).

Como apontam Da Guia e seus colaboradores (2014, s.p.),

Em termos federativos, o sistema permite que governos locais e universidades possam fazer uso da base de dados e compartilhar seus bens. Desta forma, o SICG passa a se constituir como uma base de dados estruturados organizados por categorias e termos que permitem análises, por meio de relatórios geográficos e relacionais, das condicionantes, como por exemplo de projetos de desenvolvimento territorial, como é o caso da implantação de novas infraestruturas econômicas ou até mesmo na mudança na lei de uso e ocupação do solo de um distrito urbano.

Essa funcionalidade é explicada pela equipe de desenvolvimento da seguinte forma:

[...] Em virtude do seu objetivo de cadastrar bens culturais de governo nacional (federal) e subnacional (distrital, estadual, municipal) [, e aqueles incluídos nas listas de patrimônio mundial e da humanidade], o sistema dispõe de um cadastro georreferenciado denominado “cadastro de proteção”, com o qual se pode cadastrar bens e suas respectivas poligonais de identificação e proteção [...]. [...] cada bem pode possuir mais de uma proteção [...]. Cada cadastro de proteção tem poligonais distintas, seja área protegida e entorno. No que se refere ao processo de normatização, o sistema permite a construção de um mosaico georreferenciado de unidades de gestão, voltadas para a preservação no interior das áreas de proteção (DA GUIA, *et al.*, 2014, s.p.).

Portanto, a plataforma foi desenhada para ser colaborativa; o que demanda um posicionamento político institucional de transparência e a disponibilização da informação não só por parte do IPHAN, mas também pelos demais órgãos envolvidos do mesmo nível governamental e de outros. Contudo, como apontado por Di Lello e Da Guia (2014?, p. 30), “[...] O SICG, na forma como hoje está, representa, de maneira metafórica, a estrutura de um edifício, falta o 'recheio' e isto vem com a desativação das diversas bases de dados e a migração, mediante tratamento e carga de dados para o SICG. [...]”.

6.4 Comparativo entre as plataformas

Como demonstra o **Quadro 19**, as duas plataformas do IPHAN analisadas aqui (INBI-SU e SICG) trouxeram grandes contribuições para a área do patrimônio cultural.

Quadro 19. Comparativo entre INBI-SU e SICG

Critério	INBI-SU	SICG
Desenvolvimento	Década de 1990	2007 - Atual
Mantenedor	IPHAN	IPHAN
Acesso institucional	Não	Sim
Acesso para o cidadão	Não	Sim (visualizador de conteúdo e talvez adição de referências culturais – dependendo do engajamento dos municípios).
Modelo de busca	Por edificação.	No mapa + Caixa de busca (UF, Município, Palavra-chave, Nome do bem) + Pesquisa avançada.
Apresentação da informação	[sem acesso a essa informação]*	Conteúdo textual + Fotos + Mapa + Link para dados de Tombamento/Registro + Visual agradável.
Conteúdo disponibilizado	Croquis das plantas-baixas, de situação e de cobertura. Características arquitetônicas e	IPHAN: bens tombados, registrados e inventariados.

Critério	INBI-SU	SICG
	do lote. Estado de conservação. Questionário socioeconômico.	
Direcionado	Sim	Sim
Funcional	Sim**	Sim (a nível interno)
Atrativo	[sem acesso a essa informação]*	Sim
Aspectos positivos	Realização e Padronização de inventários + Digitalização do material para maior divulgação interna.	Dados oficiais + Possível digitalização e inclusão do banco de dados físico da instituição + Possível colaboração com outras instituições para realização de inventários.
Aspectos negativos	Desenhos extremamente reduzidos e com falhas de impressão não contribuem para obras de restauro e conservação (ARRUDA, 2013, p. 68).	Pouca informação de acesso público em relação ao acervo físico da instituição + Ferramenta de busca em aprimoramento + Colaboração ainda não implementada.

* INBI-SU não está mais em funcionamento. Não foi possível acessá-lo para analisar essa categoria.

** O sistema INBI-SU não está mais em funcionamento. Foi preenchido de acordo com depoimento de servidora do IPHAN.
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em conjunto com outras ações da década de 1990 (tais como o Guia de Educação Patrimonial), o INBI-SU iniciou a sistematização e a abertura das informações da instituição para o corpo técnico e para a sociedade. Serviu de diretriz para o desenvolvimento do SICG e estava alinhado com a quinta meta do Plano Nacional de Cultura (PNC): o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Ou seja, gradativamente, o IPHAN vem envidando esforços para a implementação de políticas e instrumentos para a gestão compartilhada. O que, segundo a instituição, visa à otimização de recursos humanos e financeiros para a efetiva proteção do patrimônio nacional (IPHAN, s.d.e).

6.5 Considerações do capítulo

Este capítulo apresentou brevemente uma análise das mudanças relacionadas às metodologias de inventário e a incorporação das TDIC pelo IPHAN, sob as lentes do desenvolvimento da gestão digital. Nota-se que o posicionamento institucional vem se alterando nos últimos anos. Entre 2003 e 2016, como salienta o historiador brasileiro Paulo César Garcez Marins (2016), ocorreu uma reorientação da política pública nacional de patrimônio cultural, indicada pelo IPHAN, no sentido da abertura das superintendências estaduais à “[...] participação social na produção e na gestão do patrimônio, bem como às condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população” (FONSECA, 1997, p. 29). Embora ações alinhadas com essa perspectiva venham sendo desenvolvidas desde a década de 1990 (a exemplo do Guia Básico de Educação Patrimonial e do INBI-SU), em 2007, o IPHAN iniciou o desenvolvimento e implementação do SICG, como banco de dados integrado, ferramenta de gestão e mapa de disseminação de conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Apesar da adoção da tecnologia, ainda existem entraves políticos e processuais para o pleno uso do SICG, em especial, a falta de recursos humanos e financeiros destinados para a área, o que deriva de questões políticas, já que o fomento à Cultura pode ou não ser um item da agenda do governo eleito. E atualmente, não é. O sucesso de um projeto dessa envergadura depende de uma ação

contínua de alimentação da plataforma com dados novos, o que depende da inclusão da plataforma nos processos relacionados aos fluxos de informação. Além disso, há um trabalho ainda mais colossal: a digitalização e inclusão do acervo de informações de 80 anos de inventários e processos da instituição. Sem a criação de um núcleo de apoio ao SICG, que demanda inclusive novas vagas em concurso público e a melhor remuneração dos servidores (ao menos equiparando-se à de outros entes governamentais), a alimentação da base não será realizada. O reflexo é notado no mapa disponível aos cidadãos, que ainda possui pouca informação.

Durante a concepção do SICG, Di Lello e Da Guia (2014?) afirmam que o IPHAN precisou repensar suas metodologias a fim de colocar o bem no centro do objetivo das fichas de inventário. Contudo, ainda lhe faltam recursos humanos e financeiros para desestrangular as superintendências, onde existe muito trabalho acumulado: uma vasta gama de atividades desde a coleta de informação sobre bens já acautelados (cujo levantamento não foi realizado antes do tombamento⁶²) e dos bens com proposta de tombamento em trânsito. Além disso, cabe apontar sobreposições de assuntos e funções entre diversos sistemas (tais como: SICG, MAPI e SEI). O que demonstra a falta de diálogo entre os setores e leva ao desperdício de verba pública em gastos duplicados.

⁶² Em especial na primeira década de atuação do IPHAN (anos de 1940), frente às ameaças de destruição por conta da renovação urbana da época, os técnicos apontavam uma área de interesse, mas não realizavam seu detalhamento.

Capítulo 7. Universo de possibilidades

[...] veremos com muita estranheza que existisse uma época em que fosse permitido [ao Governo] gastar dinheiro em software proprietário. [...] [Álvaro Ortiz, 2018, s.p., tradução nossa¹]

Diante do apontado no capítulo anterior sobre o cenário nacional de transparência de informação e uso de tecnologias digitais na área do patrimônio cultural, este capítulo analisa casos nacionais e internacionais de metodologias e tecnologias que podem auxiliar a melhoria dos processos relacionados à preservação do patrimônio cultural.

Parte-se da constatação de que, na última década, diversos movimentos sociais ao redor do mundo vêm estimulando a participação direta de cidadãos em decisões governamentais. Na área do patrimônio cultural brasileiro, a demanda civil por participação veio ao encontro de uma diretriz institucional do IPHAN, no início dos anos 2000, apontando para a realização de inventários patrimoniais com um maior envolvimento direto das comunidades na indicação das referências culturais de importância local (SCIFONI, 2018). E cada vez mais, metodologias de Educação Patrimonial Decolonial passaram a englobar inventários participativos, como demonstram alguns casos analisados ao longo deste capítulo. De modo geral, é hipótese dessa Tese que plataformas online têm grande potencial no contexto patrimonial desde que utilizadas de maneira complementar a atividades presenciais.

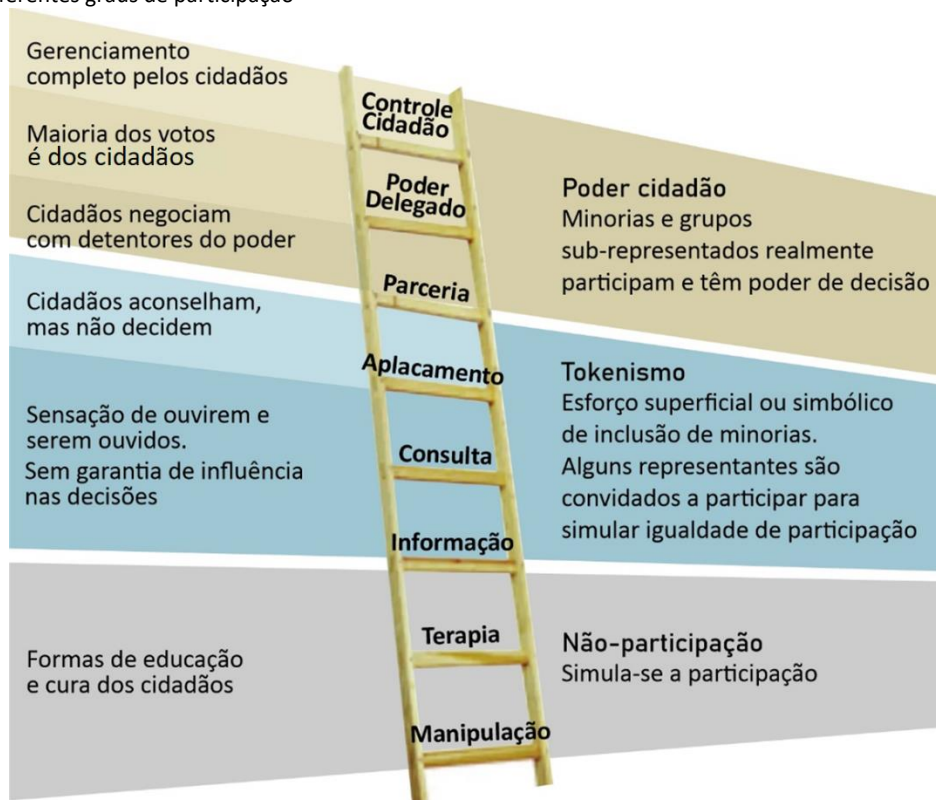
O capítulo se desdobra em quatro subcapítulos. No subcapítulo **7.1 Busca por participação**, é apresentada discussão sobre a crescente participação cidadã ao redor do mundo e sobre os diferentes graus de participação (segundo Arnstein, 1969). No subcapítulo **7.2 Possibilidades participativas: análise**, são apresentadas as metodologias e tecnologias analisadas para entendimento do estado da arte na área de patrimônio cultural. Os casos estudados foram escolhidos segundo dois critérios gerais: de um lado, um critério metodológico relacionado à participação ativa das comunidades locais; e, do outro lado, o critério tecnológico de possibilidade de georreferenciamento da informação.

No subcapítulo **7.3 Comparativo entre caso**, os casos-referências apresentados são comparados a partir de dois parâmetros: as tecnologias utilizadas e os atores envolvidos. E o subcapítulo **7.4 Considerações do capítulo** inclui comparativo dos projetos analisados, contendo aspectos positivos e negativos, o grau de participação possibilitado e se o seu funcionamento na área do patrimônio cultural possibilita ou possibilitaria uma Educação Patrimonial da perspectiva “conhecer para preservar” ou “construir juntos”.

7.1 Busca por participação

Segundo a mestre em comunicação estadunidense Sherry Arnstein (1969), na teoria, a participação dos governados é pedra-fundamental da democracia. Contudo, quando os membros de minorias buscam a participação para a redistribuição do poder de decisão e para sua inclusão nas políticas futuras, essa prática se veste de fortes oposições ideológicas. Nesse contexto, ela ilustra os graus de participação aplicados pelos detentores do poder no diagrama que segue (**Figura 33**).

Figura 33. Diferentes graus de participação



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em Arnstein (1969, p. 217).

Arnstein (1969) compara os níveis de participação a degraus de uma escada. Nos níveis mais baixos, manipulação e terapia não são formas de participação, mas de educação e cura dos cidadãos. Informação e Consulta dão aos cidadãos a sensação de ouvirem e serem ouvidos; contudo, não há garantia de que suas opiniões sejam consideradas na tomada de decisões. No aplacamento, os cidadãos aconselham, mas a decisão ainda é dos detentores do poder. A Parceria permite aos cidadãos negociar com os detentores do poder. No topo da escada, no Poder Delegado e no Controle Cidadão, a maioria dos votos ou o completo poder de gerenciamento são dados aos cidadãos. A autora salienta que os cidadãos (tanto os que detêm o poder quanto os que não detêm) não devem ser pensados como um grupo homogêneo de pessoas; mas, sim, um conjunto de subgrupos fragmentados, com pontos de vista divergentes e interesses concorrentes (ARNSTEIN, 1969).

Nessa linha de raciocínio, a criação do MediaLab Prado⁶³ e os projetos desenvolvidos neste espaço tecnológico participativo madrileno confirmam que as comunidades vêm demandando cada vez mais participação real em decisões políticas relacionadas a seus territórios; frente à crise generalizada das democracias liberais, corroídas por ideologias e corrupção (MEDIALAB, s.d.). A democracia partidária representativa já não responde às demandas e, por isso, tem-se buscado a participação direta dos cidadãos (MEDIALAB, s.d.). Aplicativos digitais com essa finalidade vêm sendo desenvolvidos por instituições, comunidades e movimentos sociais com base na cultura livre, no conhecimento aberto, na luta feminista e na busca pelo retorno do sentido de comunidade (MEDIALAB, s.d.). Na América Latina, tais movimentos se espelham em práticas comunitárias de outras áreas, como *Mingas* (Andes), *Tekios* (México) e *Mutirões* (Brasil) (MEDIALAB, s.d.).

Atualmente, a inteligência coletiva definida pelo filósofo francês Pierre Lévy em 1999 se desdobra, na área tecnológica, em ações e plataformas digitais de *crowdsourcing* (em português, colaboração coletiva), *crowdfunding* (em português, financiamento coletivo) e *crowdtesting* (em português, teste coletivo de software com uso de *crowdsourcing*), ambientes coletivos de organização de conhecimento como Wikipédia, atividades coletivas de desenvolvimento de programação como os Hackathons⁶⁴ e repositórios *open source* como o GitHub⁶⁵. Um exemplo de participação na Wikipédia é o grupo *Wikimujeres*⁶⁶, que busca aumentar a informação sobre mulheres importantes na plataforma. Um exemplo de Hackathon internacional é o *ParticipaLab - Laboratorio de Inteligencia Colectiva para la Participación Democrática*⁶⁷, que busca desenvolver tecnologias para ações políticas e tomadas de decisão participativas. Outros exemplos são o *Co-incidimos: Grupo de Procesos Participativos*⁶⁸ e o *Minga Lab: democracia comunitaria para futuros en común*⁶⁹ (MEDIALAB, s.d.).

Entre os desenvolvedores de software, muitos estão engajados com a política de software livre (*open source*), especialmente por sua importância na área pública. Álvaro Ortiz (2018), do projeto *Gobierno* (www.gobierno.es), aponta as seguintes características quando avalia o uso de software livre:

- Direito: se foi pago com dinheiro público, é um direito do cidadão ter acesso ao código e reutilizá-lo;
- Qualidade e segurança: o que está no código e o que ele fará pode ser analisado por cidadãos, programadores e seus chefes;

⁶³ MediaLab Prado está localizado em Madri, na Espanha, e é chamado de “laboratório cidadão”. É um espaço financiado pela Prefeitura Municipal, aberto à comunidade, onde são desenvolvidos projetos culturais e tecnológicos colaborativos. Saiba mais em www.medialab-prado.es. Acesso em: 05 Mai. 2021.

⁶⁴ *Hacker Marathons*: eventos de alguns dias de duração que reúnem profissionais das áreas envolvidas em desenvolvimento web e de software (por exemplo, programadores e designers) em imersão para criar soluções tecnológicas específicas.

⁶⁵ Saiba mais em www.github.com. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁶⁶ Saiba mais em meta.wikimedia.org/wiki/Wikimujeres. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁶⁷ Saiba mais em www.medialab-prado.es/laboratorios/participalab. Acesso em: 16 Abr. 2019.

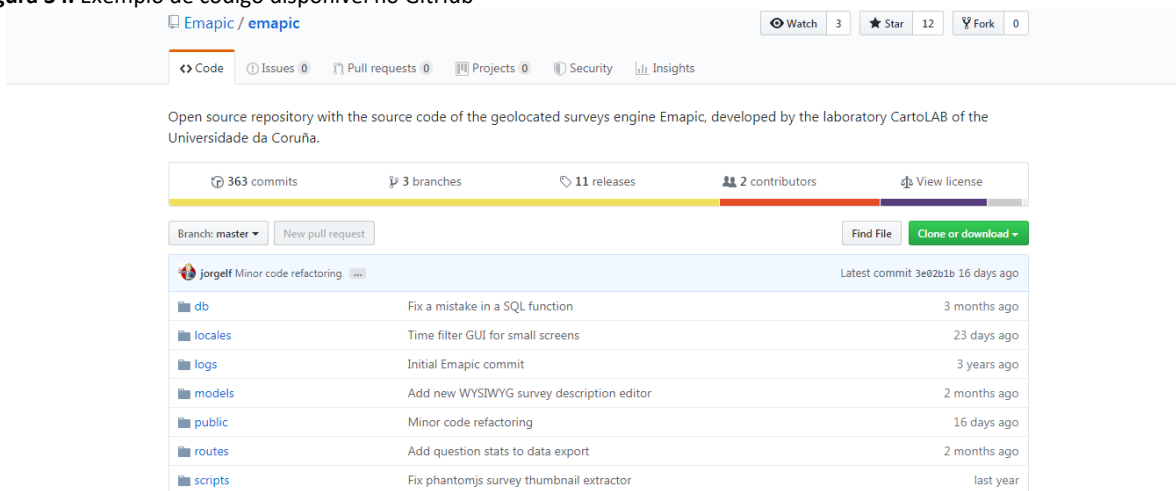
⁶⁸ Saiba mais em www.medialab-prado.es/proyectos/co-incidimos. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁶⁹ Meta-plataforma de participação das comunidades em assuntos públicos. Saiba mais em www.medialab-prado.es/proyectos/40894/description. Acesso em: 16 Abr. 2019.

- Lock-in: com programas de código aberto, o governo não fica refém da empresa desenvolvedora se necessitar de adaptações e correções; e
- Eficiência: o uso e a melhoria de um mesmo software de código aberto por vários governos proporcionam vantagens para todos os envolvidos.

Os itens 1 e 2 (Direito e Qualidade e segurança) se relacionam a questões de transparência dos gastos públicos e do código criado. O item 2 (Qualidade e segurança) está ligado também a *Big Data* no que tange à coleta de grande volume de informações privadas do indivíduo por *websites* e software de forma pouco explícita, com o objetivo de ser tratada e analisada para fins comerciais. Como aponta o item 3 (*Lock-in*), programas com códigos fechados dependem de novo contrato com a empresa desenvolvedora; demandando custos não previstos em orçamento e, dessa forma, os governos acabam por utilizar programas lentos e obsoletos. O item 4 (Eficiência) trata de software abertos, que permitem o desenvolvimento coletivo, como aqueles hospedados no repositório GitHub (github.com). Como visto na **Figura 34**, tal tipo de repositório permite que os usuários cadastrados sugiram alterações nos códigos disponibilizados, que serão analisadas e aprovadas pelos proprietários. Também permite a cópia do código para implementação em outra iniciativa (*branch* ou *fork*).

Figura 34. Exemplo de código disponível no GitHub



Fonte: Disponível em: <https://github.com/Emapic/emapic>. Acesso em: 06 out. 2019.

De acordo com o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem desenvolver a Internet no Brasil, seguindo:

- Governança multiparticipativa, transparente, participativa e democrática;
- Racionalização e interoperabilidade das plataformas, permitindo intercâmbio de dados e celeridade de processos;
- “Adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres”;
- Adoção do princípio da publicidade dos dados e informações, disponibilizados de forma aberta e estruturada (que dialoga com o *open source* e o *open data*);
- Acessibilidade da informação a todos os interessados;
- Disponibilização de informações para leitura humana e por máquina, para automatização de produção de informações; e
- “Fortalecimento da participação social nas políticas públicas”.

Visando auxiliar os governos na adoção de políticas sociais mais participativas, algumas plataformas online vêm reunindo aplicativos de código aberto com potencialidade de uso nessa área, tais como CivicStack⁷⁰, DemoCat⁷¹, ToolBox⁷², Latinno⁷³ e OGP ToolBox⁷⁴. Tais repositórios podem ser utilizados como fontes de consulta para governos que se interessem por implementar processos participativos e não possuam corpo de funcionários com conhecimento avançado de programação.

Como apontou o gestor brasileiro Alfredo Manevy, quando era Secretário Executivo do Ministério da Cultura:

Alguns tratam a cultura digital só como uma tecnologia, só como uma técnica, como uma novidade [...] se pensarmos como cultura e não só como suporte, acredito que captamos a essência desta transformação, que é a cultura das redes, do compartilhamento, da criação coletiva, da convergência. São processos vivos de articulação, processos políticos e sociais, que impactam nosso modo de vida, de construção e formulação (MANEVY, 2009, p. 35).

O ambiente virtual é uma poderosa ferramenta de organização social e emergência de manifestações políticas, como visto na primeira metade dos anos 2010 em vários países do mundo. Alguns exemplos são apresentados no **Quadro 20**.

Quadro 20. Manifestações políticas organizadas pela Internet ao redor do mundo

Manifestação	Outros Nomes	Ano	País(es)	Reivindicações
Revolução tunisiana	Revolução de Jasmim	Dez. 2010	Tunísia	Derrubada do presidente da República, Zine el-Abidine Ben Ali.
Revolução Egípcia	Dias de Fúria; Revolução do Nilo	Jan. 2011	Egito	Derrubada do regime do presidente Hosni Mubarak.
Primavera Árabe	-	Fev. 2011	Líbia, Síria, Iêmen e Barein	Derrubada de regimes corruptos e autoritários denunciados pelo Wikileaks.
Geração à Rasca	-	Mar. 2011	Portugal	Melhorias nas condições de trabalho.
Movimento dos Cidadãos Indignados	-	Mai. 2011	Grécia	Contra as medidas de austeridade tomadas pelo governo.
Movimiento 15-M	Movimento dos Indignados; Spanish Revolution	Mai. 2011	Espanha	Mudanças profundas no modelo democrático e econômico vigente.
-	-	Mai. 2011	Chile	Melhorias na educação e acesso a universidades públicas.
Occupy Wall Street	-	Out. 2011	Estados Unidos	Contra a desigualdade social e econômica, corrupção e influência indevida das empresas no governo.

⁷⁰ Saiba mais em www.civicstack.org. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁷¹ Saiba mais em democat.me. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁷² Saiba mais em toolbox.hyperisland.com. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁷³ Saiba mais em www.latinno.net/pt. Acesso em: 16 Abr. 2019.

⁷⁴ Saiba mais em ogptoolbox.org. Acesso em: 16 Abr. 2019.

Manifestação	Outros Nomes	Ano	País(es)	Reivindicações
Manifestações de Junho	Manifestações dos 20 centavos; Jornadas de Junho	Abr. Jun. 2013	Brasil	Redução das passagens nos transportes públicos. Contra gastos públicos, má qualidade dos serviços públicos e corrupção política.
Revolta Girassol	Movimento Girassol	Mar. 2014	Taiwan	Contra acordo comercial com a China que ameaçava a independência econômica.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao analisar o Quadro acima, nota-se que a maior parte das reivindicações estava voltada contra governos corruptos e não é exclusividade de países em desenvolvimento. A corrupção, cuja etimologia significa quebra do núcleo central, atualmente envolve inclusive o monopólio intencional da informação. Transparência das informações e processos, e participação direta da população são formas de coibi-la e vêm sendo reivindicadas. De acordo com o historiador brasileiro Henrique Soares Carneiro (2012), as manifestações foram articuladas via redes de comunicação alternativas (redes sociais online e aplicativos de comunicação), tendo como causa a crise social, econômica e financeira e a ausência de alternativas políticas.

[...] Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (CARNEIRO, 2012, p. 8).

No Brasil, por exemplo, em junho de 2013, foram realizadas manifestações contra o aumento das tarifas de transporte urbano nas principais capitais do país e, ao longo do desenrolar dos eventos, outras pautas políticas foram adicionadas. Esse levante popular foi organizado pelas redes sociais Facebook e WhatsApp e demonstrou o poder desses veículos para a organização (e manipulação) de massas, inclusive pelos desdobramentos causados no cenário político brasileiro até o presente. Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells (2015c), tais movimentos têm base no sentimento de injustiça e não são as tecnologias que os determinam.

7.2 Possibilidades participativas: análise

Para entender o estado da arte das plataformas digitais e processos participativos já utilizados ou com potencial para o patrimônio cultural, foram analisados treze projetos Ibero-Americanos. Dentre eles, nove exemplos são apresentados nesta Tese e foram divididos em três categorias, segundo os meios de interação entre instituições e sociedade: Físico – realizaram apenas trabalhos presenciais (1 a 3); Digital – possuem plataformas digitais (4 e 5); e Físico e Digital – envolvem plataformas online e ações físicas (6 a 9).

Projetos presenciais de levantamento de referências culturais

Três projetos analisados levantam referências culturais por meio de Cartografia Social. Embora os bens não tenham sido organizados em *websites*, três grandes contribuições para esta discussão podem ser enumeradas. Inicialmente, o entendimento de como atividades presenciais práticas podem ser desenvolvidas junto a grupos formadores. Em segundo lugar, tais projetos demonstram a possibilidade prática de realização de levantamentos de bens patrimoniais por universidades e órgãos de preservação. E, por último, o material levantado e o conhecimento produzido podem embasar políticas públicas patrimoniais que dialoguem com o meio ambiente e os povos indígenas.

O primeiro projeto é o levantamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira (**Figura 35**), realizado pelo IPHAN nas cidades de Iguape-SP e Registro-SP, entre os anos de 2007 e 2009, sob a coordenação de Flávia Nascimento, Simone Scifoni e Simone Toji. O levantamento foi realizado por servidoras da Superintendência de São Paulo do IPHAN, seguindo a diretriz de Educação Patrimonial estabelecida pelo IPHAN Sede. Diversos bens foram tombados e um livro sobre o conjunto foi publicado pelo IPHAN. A colaboração entre o conhecimento local e técnico resultou no tombamento de um conjunto de bens que têm o afeto da população e, portanto, representam a Imigração Japonesa no Vale do Ribeira. O projeto foi detalhado no subtítulo 4.3 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira.

Figura 35. Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Organização do roteiro do trabalho de campo



Fonte: Relatório da oficina de educação patrimonial “Mapa do patrimônio da imigração japonesa em Registro” (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 4).

Os outros dois projetos dessa categoria tratam de levantamentos realizados com povos indígenas da Amazônia. O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (**Figura 36**) foi iniciado em 2008, sob coordenação do antropólogo Alfredo Wagner Berne de Almeida. Foram organizados espaços-sede para oficinas, seminários etc. Foram realizados inúmeros levantamentos com metodologias próprias e legendas criadas pelos inventariados segundo o que era importante mapear. Parte da produção foi

organizada em fascículos (até agora mais de 175) disponíveis no website novacartografiasocial.com, que também funciona como canal de comunicação entre os envolvidos até os dias atuais⁷⁵.

Figura 36. Nova Cartografia Social da Amazônia – Parte de um dos mapas produzidos



Fonte: Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/mapas/>. Acesso em: 07 Mai. 2021.

Já o último projeto, chamado MAPEO - Cartografia Cultural no Noroeste Amazônico (**Figura 37**), foi iniciado no ano seguinte (em 2009) em uma iniciativa Brasil-Colômbia para o registro e a proteção de sítios sagrados indígenas do noroeste amazônico (portanto, com foco no patrimônio imaterial), incluindo territórios localizados nos dois países. Um primeiro informe de avanços foi lançado em 2014, contendo descrição das tribos e dos territórios mapeados, das atividades realizadas e alguns resultados (SCOLFARO *et al.*, 2013).

Figura 37. MAPEO – Mapa-desenho resultado de oficina com a comunidade tuyuka de São Pedro, 2010



Fonte: Scolfaro *et al.* (2013, p. 13).

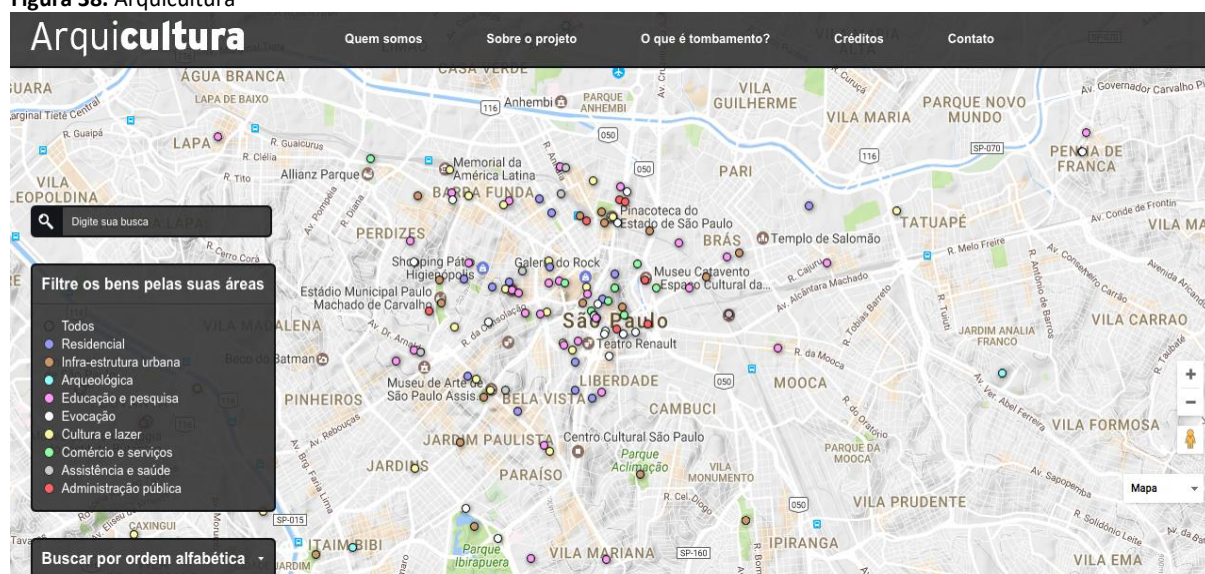
Projetos focados em plataformas digitais

Os dois projetos que seguem são digitais e apresentam a utilidade do georreferenciamento dos bens acatados, já que o mapa constituído mostra concentrações e vazios. As informações instigam reflexões sobre a suposta não-existência de bens nos vazios e podem embasar políticas de patrimônio para ambos os cenários.

⁷⁵ Consulta ao site, no dia 07 de maio de 2021, mostrou publicação realizada naquele mesmo dia: “*Pronunciamento de la RED de Programas de Antropología en Colombia*”.

O primeiro projeto é o portal Arquicultura (**Figura 38**), realizado na cidade de São Paulo-SP, entre 2011 e 2014. O projeto teve financiamento público para digitalização dos processos de tombamento do estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e sua disponibilização para consulta pública no *website* www.arquicultura.fau.usp.br. Os 140 bens municipais de que tratam os processos escaneados foram georreferenciados e era possível filtrá-los segundo uso (identificado por cores). Contudo, todo o material foi digitalizado em formato de imagem; gerando arquivos muito pesados e não interativos (não é possível realizar buscas no documento, nem copiar seu conteúdo). O site está fora do ar desde o final de 2017, provavelmente, porque o projeto previu a contratação de hospedagem pelo prazo de quatro anos e não houve renovação. Por um lado, o projeto demonstra a potencialidade da colaboração entre órgãos públicos e universidades; o que inclui acréscimo de conhecimentos específicos (de digitalização, organização de acervos, entendimento dos processos de tombamento etc.) ao currículo de alunos de graduação envolvidos no projeto. Por outro lado, também indica a dificuldade de continuidade de projetos que envolvem plataformas online; que geralmente são descontinuadas alguns poucos anos após o término das pesquisas. O que configura desperdício de dinheiro público.

Figura 38. Arquicultura



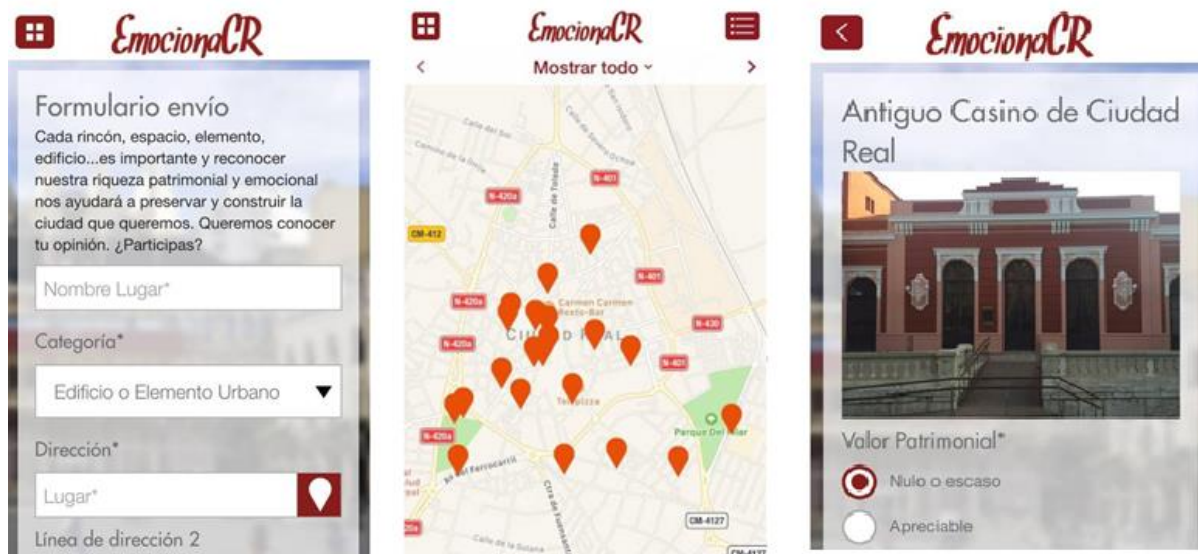
Fonte: Disponível em: www.arquicultura.fau.usp.br. Acesso em: 11 jul. 2017. [descontinuado em 2018]

O segundo projeto é o aplicativo *Emociona CR*⁷⁶ (**Figura 39**), que foi lançado em 2016 para que os usuários georreferenciassem os bens do bairro Ciudad Real, Madrid, na Espanha, que têm valor sentimental para eles, ou seja, que consideravam seu patrimônio (MICUIDADREAL, 2016). Em formato de pins, os bens eram visualizados por outros usuários, que podiam votar sobre sua importância do

⁷⁶ Esteve disponível em play.google.com/store/apps/details?id=com.tuinbit.participacion&hl=pt_BR apenas durante o período de estudo, em 2016. Atualmente, encontra-se descontinuado.

bem. Portanto, tratava-se de um trabalho de levantamento de bens edificados e integrados, com auxílio da população via aplicativo digital. Funcionou apenas entre outubro e dezembro de 2016.

Figura 39. Emociona CR



Legenda: 1. formulário de envio de referência cultural; 2. mapa com a localização das referências já incluídas na plataforma; e 3. indicação do valor patrimonial da referência.

Fonte: Disponível em: <https://apkpure.com/es/emociona-cr/com.tuinbit.participacion>. Acesso em: 06 out 2019.

Projetos híbridos: atividades presenciais e meios digitais

O primeiro exemplo de projeto que combina atividades presenciais com o uso de meios digitais é o *Plan de Alfabetización Tecnológica y Software Libre de Extremadura* (Figura 40), uma política espanhola para implantação dos chamados Novos Centros do Conhecimento (NCC), espaços públicos equipados com Internet banda larga gratuita e equipamentos (computadores, impressoras, câmeras fotográficas etc.), utilizados com o auxílio de técnicos especializados, cursos e apostilas (www.nccextremadura.org). Originalmente, o projeto buscava evitar o êxodo da população para outras regiões por meio do acesso à tecnologia e a melhor educação. Realizado desde 1999, é pioneiro na área e ainda é um exemplo importante.

O projeto demonstrou a viabilidade e a importância de uma política governamental de alfabetização tecnológica, envolvendo a disponibilização de espaços, equipamentos, monitorias, apostilas e cursos. No cenário brasileiro, onde o acesso efetivo à Internet é muito baixo (como visto no Subcapítulo 5.1.2 **Cenário atual da Internet no Brasil**, espaços como esses teriam papel importante na qualidade e tempo de acesso de cidadãos principalmente das classes B, C e DE. Seria possível aumentar o percentual da população que busca informações sobre produtos e serviços (atualmente, menor do que 60%), e que realiza atividades e pesquisas escolares (atualmente, pouco mais de 40%).

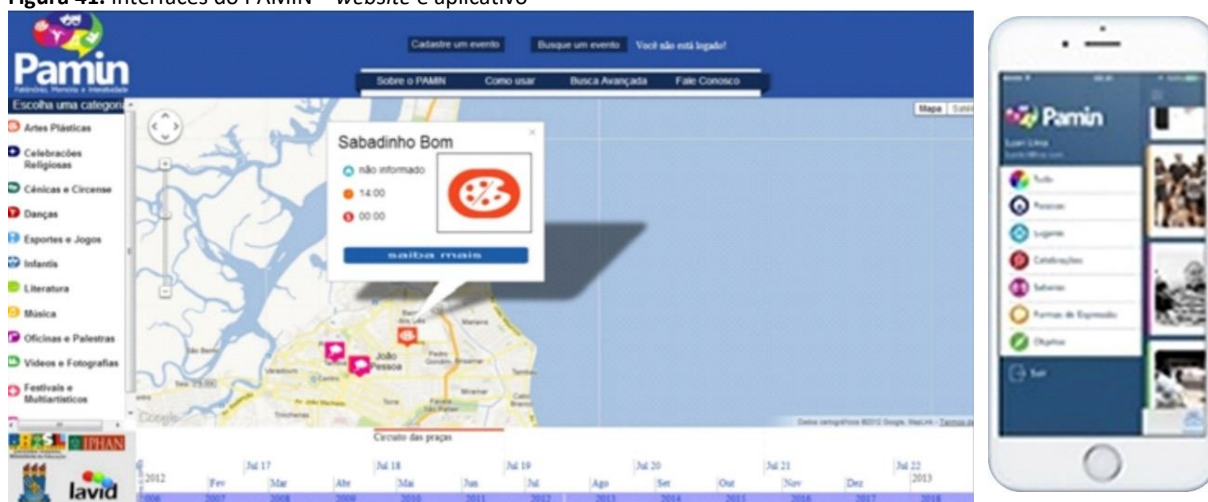
Figura 40. Plan de Alfabetización Tecnológica y Software Libre de Extremadura - página inicial



Fonte: Disponível em: www.nccextremadura.org/. Acesso em: 11 Nov. 2020.

O segundo projeto híbrido é o projeto de extensão “Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN)”, realizado entre 2012 e 2017, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com financiamento nacional (Proext/MEC) e estadual (FAPESQ-PB). Incluiu os dois tipos de plataformas apresentados nos exemplos digitais: ferramenta participativa online⁷⁷ e aplicativo para celulares (Figura 41). O objetivo do projeto era cadastrar e georreferenciar a produção cultural de bairros periféricos de João Pessoa, na Paraíba. Foram realizadas oficinas presenciais de inclusão digital e educação patrimonial nas comunidades. Na figura abaixo, imagens da interface do *website* e do aplicativo de celular.

Figura 41. Interfaces do PAMIN – *website* e aplicativo



Fonte: Adaptado pela autora (2020) com base em Chianca, Araújo e Morais (s.d., p. 14) e Agência de Notícias da UFPB (2017).

O projeto foi desenvolvido em parceria entre o Núcleo de Pesquisa e Extensão / Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (NPE/Lavid) e o IPHAN, com a participação de alunos de diversos cursos, tais como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências da Computação, Ciências Sociais, Comunicação, Engenharia da Computação, Mídias Digitais e Sistemas da Informação (SOUZA; CAVALCANTE; MELO,

⁷⁷ Disponível em: pamin.lavid.ufpb.br. [descontinuado]

2018). O *website* buscava ser um espaço gratuito para registro e divulgação de produções e eventos artísticos, a ser alimentado pelo público em geral: indivíduos, artistas, grupos, gestores, produtores, pesquisadores, entre outros (CHIANCA *et al.*, s.d.).

Conectado a experiências locais – comunidades em realidades de criação e produção -, o Pamin colabora para a “emergência” de grupos, pessoas, processos e movimentos artísticos e culturais em atividade no Brasil, democratizando o acesso à suas produções. A perspectiva do Pamin é de conhecer as experiências artístico-culturais locais através de um dispositivo tecnológico – o site Pamin – onde a própria “periferia” informa o “centro”, localizado numa rede de comunicação digital interativa (LAVI, s.d., s.p.).

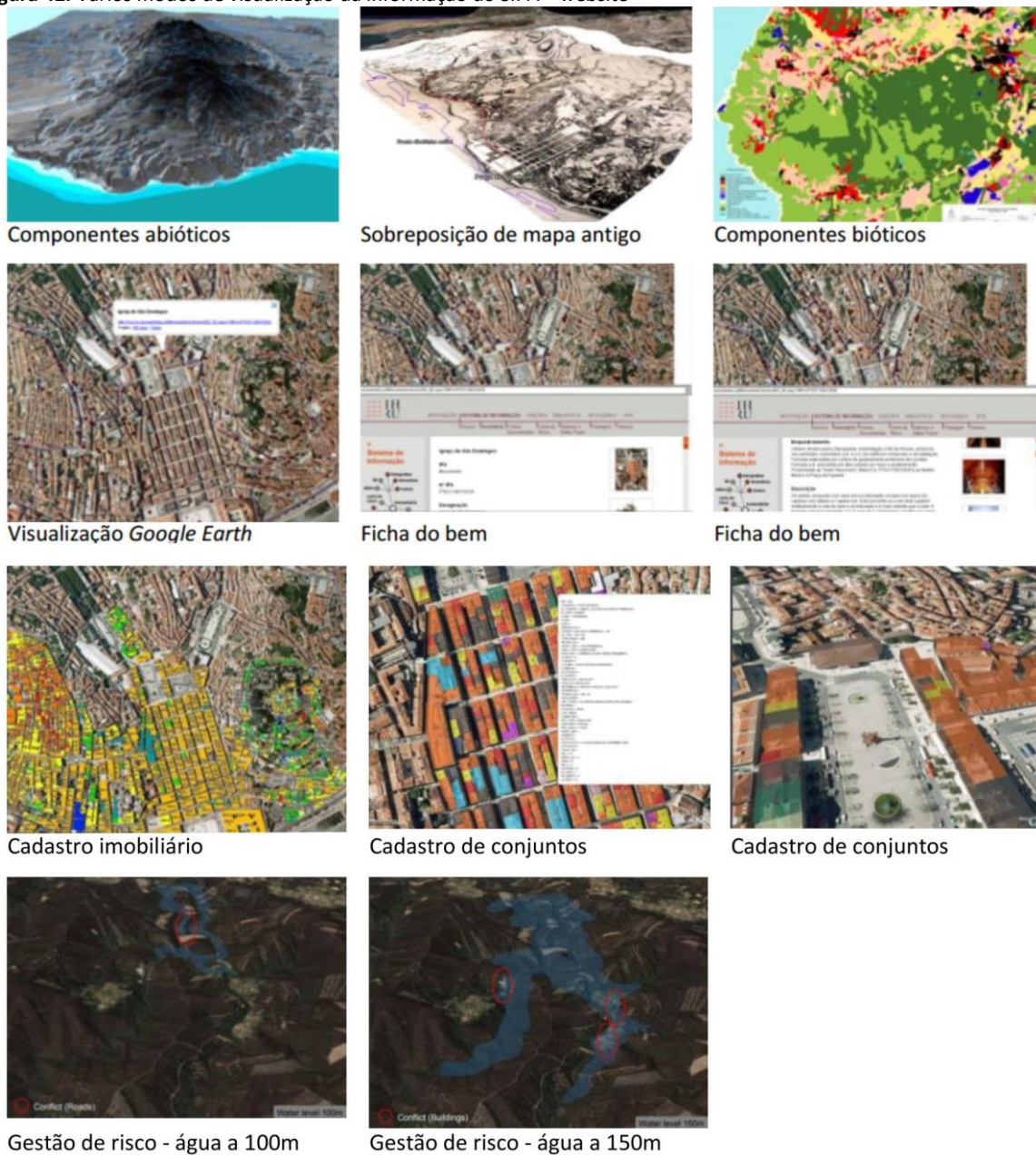
A antropóloga brasileira Luciana de Oliveira Chianca e colaboradores (2014) explicam que

Como destacou um dos alunos, “foi preciso nos educarmos”, antes de propor as Oficinas: certas diferenças não deveriam ser desnecessariamente reforçadas na relação com os alunos (como a de poder econômico ou autoridade), e também a importância relativizar o tempo e a qualidade do aprendizado dos alunos da UFPB e o dos jovens da comunidade, buscando identificar o que dificulta o aprendizado dessas pessoas para superar juntos. Os conteúdos deveriam ser expostos de clara e dinâmica, evitando a linguagem “formal” corrente e valorizada por muitos na Universidade.

O projeto demonstra a possibilidade de utilização de plataformas online para mapear referências culturais e a importância de combinação de procedimentos metodológicos (online e presenciais). Também é exemplo de parceria entre instituições acadêmicas e governamentais no campo das políticas públicas, com participação dos cidadãos.

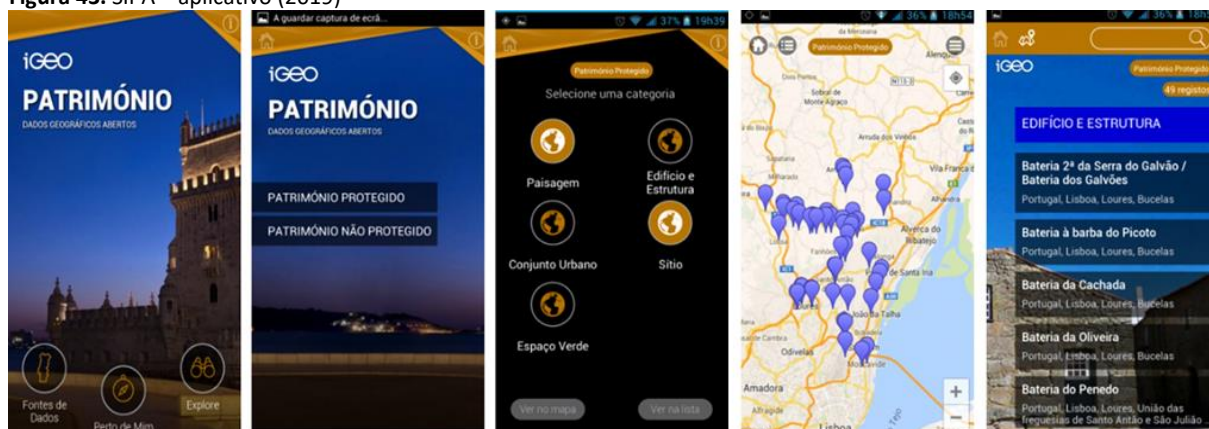
Já um projeto híbrido específico de patrimônio cultural que também une *website*, aplicativo e atividades presenciais, é o *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA) (**Figura 42** e **Figura 43**), plataforma digital, idealizada em 2015, para reunir e padronizar os inventários realizados em Portugal, pelos serviços da administração central e local do Estado, e pelas regiões autónomas (www.monumentos.gov.pt). É composto por arquivos analógico e digital dos séculos XX e XXI, que documentam arquitetura e artes do país. Inclui visualização *open source* no *Google Earth*, cartografia histórica (mapas históricos sobre mapa atual) e Plano de Gestão de Risco da Paisagem. Funciona apenas em território português. E ainda incluía aplicativo de busca por bens segundo a localização do usuário ou livremente (iGEO - Património).

Figura 42. Vários modos de visualização da informação do SIPA – website



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em Marques (2008).

Figura 43. SIPA – aplicativo (2019)

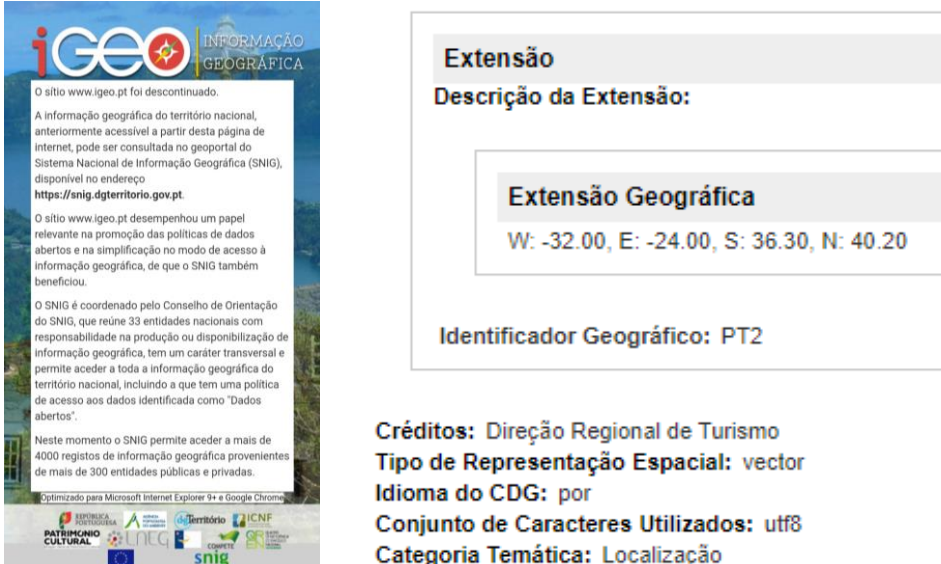


Fonte: Disponível em: www.igeo.pt/Apps. Acesso em: 06 Out. 2019.

Demonstra a viabilidade de um projeto de âmbito nacional, realizado por parcerias entre órgãos de diversas naturezas, para a padronização e melhoria da coleta, organização e divulgação da informação sobre o patrimônio cultural e de bens não-protegidos. Por meio do aplicativo (**Figura 43**), o usuário podia ver bens que estavam próximos a ele (função de farol de proximidade ativada via GPS). O que seria de grande utilidade para a promoção de roteiros turísticos e paisagens culturais, com especial uso para cidades pequenas e áreas rurais.

Contudo, em maio de 2021, o aplicativo foi descontinuado (**Figura 44**) e direcionava o usuário ao site do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG): snig.dgterritorio.gov.pt. O site centralizou os dados que estavam reunidos no aplicativo, apresentando as informações textuais de forma sistematizada. Contudo, os dados de localização se resumem à apresentação escrita da coordenada (**Figura 44**). Ou seja, a visualização do bem (protegido ou não) no mapa e a função de farol, que eram importantes para a experiência do usuário, já não estão mais disponíveis.

Figura 44. SIPA - aplicativo descontinuado e dados geográficos no site (2021)



The image shows two screenshots. The left one is a screenshot of a webpage with the title 'iGEO INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA'. It contains text explaining that the website www.igeo.pt has been discontinued and that the geographic information of the national territory is now accessible through the SNIG portal at <https://snig.dgterritorio.gov.pt>. It also mentions that SNIG is coordinated by the Council of Orientation of SNIG, which has 33 national entities responsible for producing or providing geographic information. The right screenshot shows a webpage with the heading 'Extensão' and 'Descrição da Extensão:'. It displays the coordinates 'Extensão Geográfica' as 'W: -32.00, E: -24.00, S: 36.30, N: 40.20' and the 'Identificador Geográfico: PT2'. Below this, it lists 'Créditos: Direção Regional de Turismo', 'Tipo de Representação Espacial: vector', 'Idioma do CDG: por', 'Conjunto de Caracteres Utilizados: utf8', and 'Categoria Temática: Localização'.

Fonte: Enviado à autora por Pedro Baila Antunes (Acesso em: 08 Mai. 2021) e SNIG (disponível em: <https://bit.ly/33ryRx6>).

O último caso de estudo não possui aplicativo, mas é referência em relação a plataformas participativas: o código Consul. Os websites pioneiros e mais conhecidos são Decide.Madrid / Decidim.Barcelona (**Figura 45**). Software web de governo aberto e e-participação, desenvolvido em 2015, na Espanha, onde a população sugere e vota projetos urbanos a serem financiados pelo governo (orçamento participativo), que são apresentados sobre um mapa. São realizadas também reuniões presenciais nos bairros, cujas sugestões são incluídas na plataforma online. Esses encontros presenciais para discussão das propostas demonstram a importância de combinar consulta online e presencial. O georreferenciamento dos votos permite analisar o alcance da proposta em relação à população impactada. No caso do patrimônio cultural, essa funcionalidade seria útil para retratar a abrangência geográfica do impacto da referência cultural: por exemplo, se cidadãos de diferentes

bairros entendem que o bem é importante. Mas a importância desse caso-referência vai além da tecnologia em si.

Figura 45. Decide.Madrid e Decidim.Barcelona (código Consul)



Fonte: Disponível em: decide.madrid.es e www.decidim.barcelona. Acesso em: 06 out 2019.

Como mencionado no subitem **7.1 Busca por participação**, o Movimento 15-M, ocorrido na Espanha em maio de 2011, reivindicava mudanças profundas no modelo político-econômico vigente. Como consequência, duas mulheres que participaram do 15-M, candidatas independentes (sem vinculação a partidos políticos), foram eleitas prefeitas de Madri e Barcelona, as duas maiores cidades espanholas. Segundo a programadora brasileira e colaboradora do projeto Consul Vanessa Me. Tonini (2018b), a plataforma foi desenvolvida pela equipe de programadores da Prefeitura de Madri; e em seguida adotada e aprimorada pela Prefeitura de Barcelona; tendo em vista o grande interesse de diferentes governos. O código *open source* está disponível no GitHub; e a equipe desenvolvedora auxilia governos interessados em implementar portais participativos. “Em junho de 2018, o portal Decide Madrid ganhou o prêmio de Serviços Públicos da ONU, sendo reconhecido pela importância de plataformas digitais para democracia, com o CONSUL sendo utilizado a nível mundial” (TONINI, 2018a, p. 8).

7.3 Comparativo entre casos-referências

A análise detalhada dos projetos foi dividida em duas categorias: Tecnologias (**Quadro 21**) e Atores (**Quadro 22**). Em relação a tecnologias (**Quadro 21**), os projetos presenciais (1 a 3) usam a Cartografia Social como metodologia para o levantamento de informações patrimoniais junto a comunidades locais, promovendo o diálogo e a colaboração entre conhecimento popular e técnico. Visão alinhada com a concepção atual de Educação Patrimonial Decolonial.

Quadro 21. Análise dos casos-referências - Tecnologias

Projeto	Tecnologias e funcionalidades	Georreferenciamento
FÍSICO		
1. Vale do Ribeira	Não utilizou interface digital para o levantamento. Utilizou Cartografia Social.	Sim (offline)
2. Nova Cartografia Social da Amazônia	Não utilizou interface digital para o levantamento. Utilizou Cartografia Social.	Sim (offline)
3. MAPEO	Não utilizou interface digital para o levantamento. Utilizou Cartografia Social.	Sim (offline)
DIGITAL		
4. Arquicultura	Georreferenciamento, digitalização de documentos, busca, filtros.	Sim
5. Emociona CR	Android, georreferenciamento, comentários, busca, filtros, adição de itens e conteúdo (fotografia e vídeo).	Sim
FÍSICO+DIGITAL		
6. Extremadura	Software livre Gnu / Linex, videoconferências, centros tecnológicos.	Não
7. PAMIN	Georreferenciamento.	Sim
8. SIPA	Georreferenciamento, informações arquitetônica, histórica e urbanística referente ao imóvel e ao polígono, informação cartográfica e fotográfica, extração de cartas temáticas, normas internas e guias de inventário e tesouro (contribuiu para a uniformização).	Sim
9. Consul	Comentário, votação, georreferenciamento da proposta.	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os projetos digitais (4 e 5) tratam de ambientes online utilizados para registrar, organizar, analisar e divulgar aspectos relacionados ao espaço urbano. Possuem em comum o georreferenciamento da informação, que tem grande potencial para o patrimônio cultural. Ao tornar visível a localização dos bens acutelados, pode-se demonstrar a distribuição desigual do patrimônio cultural brasileiro; instigando a reflexão sobre a ausência de bens nas manchas vazias e a, conseqüente, realização de inventários oficiais nessas áreas. Além disso, a geolocalização de referências culturais das comunidades locais e sua disponibilização online têm potencial para auxiliar nos trabalhos de Educação Patrimonial, conforme o disseminado pelo IPHAN e pelo Comitê ICOMOS: “[...] destacar o processo de mobilização social em torno das referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira para a afirmação do direito à memória e ao patrimônio” (COMITÊ, 2019, p. 1).

A maior parte dos projetos analisados que usam plataformas digitais combinadas com ações presenciais (6 a 9) ainda está em funcionamento. Cada um deles tem a potencialidade de contribuir com determinados aspectos para a formulação de um cenário participativo na área do patrimônio cultural. O projeto de Extremadura (6) demonstra a importância da criação de espaços presenciais onde a população possa acessar equipamentos e cursos para aprimoramento profissional.

Quadro 22. Análise dos casos-referências – Atores

Projeto	Equipe	Atores	Visualização	Criação de conteúdo	Participação / Colaboração
FÍSICO					
1. Vale do Ribeira	Técnicos do IPHAN, com consulta à população. Coord. Flávia Nascimento, Simone Scifoni e Simone Toji.	Realizado por órgão governamental, alimentado pela população.	Participantes, técnicos e avaliadores.	Técnicos e população.	Indicação de bens [sem interface digital]
2. Nova Cartografia Social da Amazônia	Coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida.	Realizado por órgão governamental, alimentado pela população.	[sem informação]	[sem informação]	Indicação de bens [sem interface digital]
3. MAPEO	<u>No Brasil:</u> IPHAN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Instituto Socioambiental (ISA). <u>Na Colômbia:</u> Ministerio de Cultura, Parques Nacionales Naturales, Fondo Patrimonio Natural, Fundación Gaia Amazonas, Fundación Etnollano, Tropenbos Internacional Colombia, Fundación Puerto Rastrojo, ACAIPI, ACURIS, ACIYA, e PANI.	Realizado por órgão governamental, alimentado pela população.	Equipe de pesquisadores e população envolvida. Algumas conclusões foram publicadas em livro.	População sob orientação dos pesquisadores.	Indicação de bens [sem interface digital]
DIGITAL					
4. Arquicultura	CESAD-FAU-USP, EMPLASA e UPPH/ CONDEPHAAT.	Realizado por universidade, setor governamental e órgão de preservação.	Público em geral, sem cadastro.	Organizadores do projeto, com cadastro.	Não
5. Emociona CR	Tuinbit e Associação Ciudad Real Imaginaria.	Empresa privada, governo, apoio de OSCIP, alimentado pela população.	Público em geral, com instalação do aplicativo.	Público em geral, com cadastro.	Criação de conteúdo.
FÍSICO+DIGITAL					
6. Extremadura	Sociedade da Informação da Junta de Extremadura (Juntaex) e Associação de Universidades Populares de Extremadura (Aupex).	Realizado por órgãos governamentais.	Público em geral, sem cadastro.	[sem informação atual]	[sem informação atual]
7. PAMIN	Universidade Federal da Paraíba - UFPB e IPHAN.	Realizado por universidade com financiamento governamental (MEC) e participação de comunidades locais.	[sem informação]	Comunidades locais [sem informação sobre cadastro]	Criação de conteúdo.
8. SIPA	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Instituto de Gestão e Alienação do Patrimônio Habitacional de Estado, Instituto Nacional de Habitação e Fundo de Fomento de Habitação.	Realizado por órgão governamental, população pode contribuir mediante validação do conteúdo adicionado pelo corpo técnico.	[sem informação]	Instituições parceiras.	Submissão de propostas de registros ou usos. Adição de dados e imagens (mediante validação). Comentários e votação.
9. Consul	Prefeitura de Madrid e Prefeitura de Barcelona.	Realizado pelo governo, com colaboração mundial (GitHub), alimentado pela população.	Público em geral, com cadastro.	População moradora (com cadastro).	Criação de conteúdo e comentários. Código no GitHub.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O projeto PAMIN traz a viabilidade de parcerias extensionistas entre Poder Público e Universidades para afetar diretamente o cotidiano de comunidades. Além disso, salienta a necessidade de financiamento público para projetos de desenvolvimento tecnológico nas áreas humanas.

O projeto SIPA, composto de *website* e aplicativo (assim como o PAMIN), é exemplo da utilidade de ferramentas tecnológicas para as diferentes tarefas relacionadas à gestão do patrimônio cultural *stricto e lato sensu*. E, finalmente, o código Consul provém de um levante democrático, foi realizado e é mantido / atualizado / disseminado ao redor do mundo por trabalho colaborativo. Assim, demonstra não só que é possível desenvolver espaços verdadeiramente participativos em consonância com a disponibilização de verbas para projetos eleitos por cidadãos; mas também o potencial e a necessidade da cultura *open source* na área tecnológica e no cotidiano das comunidades: colaboração, engajamento, participação, disponibilização da informação e do conhecimento para que sejam ampliados exponencialmente por meio da inteligência coletiva.

Enquanto isso, em relação aos atores envolvidos (**Quadro 22**), nos projetos presenciais (1 a 3), o levantamento de referências culturais locais é realizado a partir de diálogo entre comunidade e realizadores, onde o conhecimento técnico precisa se abrir para os saberes populares sem preconceções, pois o foco deve estar nos agentes locais. Os três casos analisados são de iniciativa governamental, 2 e 3 são inclusive financiados pelo Poder Público. Como esses projetos não possuem interface digital, levantamento e georreferenciamento não estão disponíveis ao público amplo.

Os projetos digitais (4 e 5), ao contrário, permitem a visualização das informações coletadas pelo público em geral. Enquanto o projeto Arquicultura (4) era alimentado apenas pela equipe realizadora porque envolvia conhecimentos específicos, o aplicativo para celulares EmocionaCR (5) foi desenvolvido justamente para a interação da população com o mapa, onde a alimentação é realizada mediante auto-cadastro do usuário. Ambos os projetos foram financiados com verba pública: o primeiro, por universidade; e o segundo, por empresa privada. O que demonstra a importância do financiamento à pesquisa e a dependência de verbas públicas para o desenvolvimento de plataformas participativas.

Aqui é possível perceber alguns entraves importantes. O projeto Arquicultura (4) digitalizou os processos do CONDEPHAAT em formato imagem (já existia tecnologia de reconhecimento óptico de caracteres⁷⁸, em que a digitalização converte automaticamente a imagem em texto, gerando um PDF editável e bem mais leve do que a imagem escaneada), produzindo arquivos pesados e não pesquisáveis. Também incluiu logomarca do projeto em cada página digitalizada, mesmo a informação sendo pública e o trabalho tendo sido realizado com financiamento público. Além disso, contratou provedor web por apenas quatro anos. Ou seja, saiu do ar em pouco tempo, e o tempo e a verba

⁷⁸ OCR - *Optical Character Recognition*.

pública investidos foram perdidos. Por sua vez, o projeto EmocionaCR (5) foi realizado por empresa privada. O que envolve o quarto ponto mencionado por Ortiz (2018): *Lock-in*. O governo pagou por tecnologia que não pode ser utilizada posteriormente pelos cidadãos, que financiaram a mesma.

Todos os projetos analisados que aliam atividades físicas e plataformas online contaram com realização e ou financiamento governamental. Os internacionais realizados pelo Poder Público têm longa duração: entre 7 (Consul) e 23 anos (*Plan de Alfabetización Tecnológica de Extremadura*). No Brasil, a alternância de partidos no poder e de pessoas em cargo comissionados atrapalharia a continuidade de projetos semelhantes.

Em termos gerais, os projetos *Plan de Alfabetización Tecnológica de Extremadura* (6), SIPA (8) e Consul (9) demonstram que a continuidade de projetos é possível quando contam, ao menos, com apoio financeiro do governo. Quando coordenados por professores de universidades (em contratos trabalhistas de longo prazo com a universidade), os mesmos têm interesse em sua continuidade e buscam o engajamento de alunos de graduação e de pós-graduação em seu desenvolvimento (em períodos menores, segundo a duração do fomento recebido, mas geralmente com renovação de pessoas). Além disso, geralmente a instituição oferece hospedagem, manutenção e atualização de servidores etc. Contudo, nem todos têm prosseguimento, como visto no projeto PAMIN (7).

A análise dos projetos é resumida pelas informações do **Quadro 23**, de acordo com os seguintes critérios: aspectos positivos e negativos, sua categoria de acordo com a aproximação ao lema “conhecer para preservar” ou à nova concepção de Educação Patrimonial “construir juntos”, e o nível de participação, segundo a escada proposta por Arnstein (1969).

Quadro 23. Quadro resumo da análise dos casos-referências

Projeto	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Categoria	Participação
FÍSICO				
1. Vale do Ribeira	Técnicos do IPHAN apontaram acautelamento sobre bens indicados pela comunidade	Levantamento não está disponível ao público amplo	Construir juntos	Poder delegado
2. Nova Cartografia Social da Amazônia	Levantamento junto a comunidades geograficamente isoladas	Levantamento não está disponível ao público amplo	Construir juntos	Controle cidadão
3. MAPEO	Levantamento junto a comunidades geograficamente isoladas	Levantamento não está disponível ao público amplo	Construir juntos	Controle cidadão
DIGITAL				
4. Arquicultura	Digitalização de acervos; Disponibilização online, incluindo georreferenciamento dos bens	Está fora do ar; Alimentado apenas pela equipe; Sem planejamento de continuidade	Conhecer para preservar	Manipulação
5. Emociona CR	Levantamento por dispositivos móveis; Liberdade para o usuário indicar bens	Download e uso de aplicativo; Código de empresa privada; Tempo limite de uso	Construir juntos	Controle cidadão
FÍSICO+DIGITAL				
6. Extremadura	Política governamental de alfabetização tecnológica; Criação de centros comunitários com acesso a equipamentos e cursos	Projetos mais antigos não estão disponíveis (por exemplo, o <i>Álbum Fotográfico: imágenes para el recuerdo</i>)	[dados insuficientes]	[dados insuficientes]

Projeto	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Categoria	Participação
7. PAMIN	Desenvolvimento por Universidade com financiamento público	Fora do ar; Sem planejamento de continuidade	Construir juntos	Controle cidadão
8. SIPA	Banco de dados nacional; Padronização da informação dos inventários; Colaboração entre as diferentes instâncias	Alimentação unicamente pelos desenvolvedores	Conhecer para preservar	Manipulação
9. Consul	Verba municipal para projetos indicados e escolhidos diretamente pela população; Desenvolvido pela Prefeitura / fruto de levante popular por democracia; Código no GitHub; Reuniões presenciais nas várias localidades; Validação de usuários (só moradores comprovados propõem e votam); Georreferenciamento dos projetos e dos votos; Moderação pelos usuários	Demanda setor de informática em cada órgão que queira implementar; Desenvolvido em linguagem pouco utilizada na área de informática (<i>Ruby on Rails</i>)	Construir juntos	Controle cidadão

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os três projetos físicos (1, 2 e 3) têm um caráter de Educação Patrimonial Decolonial de “construir juntos”. Os trabalhos de Cartografia Social buscaram diálogo com as comunidades para documentar suas referências culturais. Enquanto o projeto realizado por servidoras do IPHAN no Vale do Ribeira constitui Poder Delegado (já que a decisão final sobre o que incluir no dossiê e, posteriormente, quais bens tomar eram dos técnicos do IPHAN), os dois projetos desenvolvidos junto a comunidades amazônicas brasileiras e colombianas são exemplos de Controle Cidadão.

Quanto aos projetos digitais, o Arquicultura (4) tinha como objetivo digitalizar e disponibilizar informação para os cidadãos, de modo que cumpria uma função de “Conhecer para preservar” e caracterizava Manipulação: não possuía ferramentas de participação e se aproximava a uma forma de educação da população sobre a importância dos bens tombados (pela divulgação dos processos). Já o aplicativo de celular *Emociona CR* (5) tinha como objetivo coletar informação sobre as referências culturais (principalmente edificadas e integradas) de importância para a população da cidade. Dentro da categoria “Construir juntos”, o aplicativo configurava Controle Cidadão, pois os cidadãos eram responsáveis pela inclusão de pins no mapa e sua moderação.

Dentre os exemplos híbridos, não foi possível classificar o Extremadura (6) por falta de informações. Já o SIPA (8) se assemelha ao projeto Arquicultura em seus objetivos e classificações: “Conhecer para preservar” e Manipulação. Apesar de ter contado com aplicativo de celular, além de *website*, o projeto também não recolhe informação junto aos cidadãos. Contudo, diferente do Arquicultura, a base de dados do SIPA continua em alimentação e seu sistema possui diversas ferramentas de análise e geração de informações; provavelmente, porque o financiamento público e as parcerias institucionais se mantêm (ao contrário do Arquicultura, que foi um projeto pontual). E, finalmente, PAMIN (7) e Consul (9) são exemplos de plataformas “Construir juntos” de Controle Cidadão, já que foram formuladas para troca de informações entre Poder Público e comunidades.

Cabe salientar a importância da plataforma Consul por conferir mais transparência ao processo do orçamento participativo madrileno, permitindo que os votantes discutam os projetos por meio de

comentários. Além disso, a plataforma disponibiliza estatísticas sobre os votantes por faixa etária, sexo e domicílio, entre outras informações. Tais características parecem interessantes para reunir a opinião das comunidades locais sobre o patrimônio cultural oficial em suas cidades e para a indicação de bens materiais e imateriais ainda não tombados. O que se alinha à Educação Patrimonial entendida como “[...] componente essencial ao processo de identificação e, portanto, deve se dar *pari passu* e integrada aos estudos de tombamento ou elaboração de quaisquer inventários patrimoniais. [...]” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 9). A ideia principal é dar aos cidadãos o espaço de agentes ativos na construção coletiva da noção de patrimônio e memória local, valorizando os bens que já possuem o afeto da população (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

No período de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, percebeu-se a potencialidade (e mesmo a necessidade) do ambiente digital para a realização das mais diversas atividades. Contudo, em conversa informal com a educadora brasileira Sonia Rampim e membros da REPEP (2021), também foram apontadas dificuldades relacionadas à falta de aplicativos e plataformas específicas para o patrimônio cultural e à qualidade ruim da Internet no Brasil. De tal forma que seria interessante uma combinação entre as qualidades de cada projeto analisado:

- Um acervo digital sobre o patrimônio acautelado com base no SIPA e suas funcionalidades de visualização e extração de dados;
- Um aplicativo para celular com as funcionalidades de visualização de bens protegidos ou não em um mapa fixo ou segundo a função de farol por proximidade para melhorar a experiência do usuário em criação de rotas ou passeios em andamento;
- Uma plataforma de participação cidadã com as funcionalidades do Consul para o inventário de referências culturais (mesmo que não venham a ser oficializadas);
- Uma estrutura física de centros nacionais como a criada em Extremadura, com acesso a equipamentos e Internet e alfabetização digital e cursos de novas tecnologias; e
- Vários programas de extensão, realizados sob parceria entre Poder Público e universidades para a disseminação do uso da plataforma, como ocorreu no Pamin.

Rampim e membros da REPEP (2021) também apontam que as atividades realizadas no ambiente digital não substituem as presenciais e não proporcionam o mesmo engajamento dos participantes. Dessa forma, entende-se nessa Tese que o digital, atualmente, possui propriedade para auxiliar na organização dos dados, preservação da informação e divulgação do conhecimento.

7.4 Considerações do capítulo

Esse capítulo se inicia com uma discussão sobre o caráter não-homogêneo da participação com base nos diferentes níveis propostos por Arnstein (1969); que varia desde os primeiros degraus que sequer são considerados participativos; passando por processos que incluem canais de escuta não-ativa ou onde a escuta à população é usada para corroborar decisões já tomadas pelo Poder Público; chegando a níveis onde se permite a negociação ou onde o poder ou o controle são delegados aos cidadãos. Arnstein (1969) ainda aponta que é preciso entender que, além do tipo de processo, ainda

existe uma desigualdade nos grupos que são convidados a participar. No contexto das tecnologias digitais, como apontado no subtítulo **5.1.2 Cenário atual da Internet no Brasil**, nem todos os cidadãos brasileiros possuem os meios para participar, já que não possuem acesso efetivo à Internet. Assim, mesmo que se queira um processo de Controle Cidadão, os grupos que participarão serão aqueles que são atingidos pela divulgação do processo / plataforma, que sabem da importância de sua participação diante das consequências derivadas do processo em discussão, que têm tempo e conhecimento para analisar os dados apresentados etc. Ou seja, como em processos presenciais, provavelmente, aqueles que participariam de decisões online seriam os mais favorecidos financeiramente. Um exemplo recente foi a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo (primeiro semestre de 2021), quando diferentes coletivos sociais se mobilizaram para entender as questões pertinentes, disseminar as informações em linguagem mais simples e conscientizar as comunidades periféricas e marginalizadas sobre a importância de sua participação.

No cenário atual, a insatisfação com os processos ditos democráticos não é restrita aos países em desenvolvimento. Frente às manifestações em busca de uma participação cidadã mais direta, plataformas online podem ser parte de uma nova cultura institucional apropriada pelo Poder Público, como demonstra diretamente o projeto Consul. Como visto nos subcapítulos **7.2 Possibilidades participativas: análise** e **7.3 Comparativo entre caso**, existem muitas possibilidades. Contudo, o nível de participação nos projetos digitais está intrinsecamente ligado a uma pergunta que guia decisões tomadas na etapa de planejamento da plataforma: a população poderá alimentar diretamente ou não? A depender do nível de conhecimento técnico para uso das ferramentas criadas, apenas a equipe realizadora terá condições de alimentá-la. Exceto no projeto Consul, o desenvolvimento do código e das funcionalidades das plataformas não envolve trabalho colaborativo. A maioria dos projetos compila informações em base de dados e as georreferencia; o que poderia contribuir para estruturar políticas públicas.

Capítulo 8. Tecnologia na prática

[...] a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo [...]
[Eliane Araújo, 1999, p. 155]

Este capítulo parte do entendimento de que o desenvolvimento tecnológico convergiu para o que o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) chamou de Sociedade da Informação. No início dos anos 2000, a cientista da informação brasileira Patricia Zeni Marchiori (2002) apontava quatro pressupostos baseados na definição de Castells: 1. O primeiro diz respeito à convergência de diferentes tipos de informação (textos, imagens, áudios etc.) e seu amplo acesso, desde que essa informação esteja organizada e seja gerenciada. O que nos remete ao surgimento de inúmeros bancos de dados digitais e online com acesso institucional e ou público. 2. O segundo pressuposto se refere à ampla divulgação da informação para o fortalecimento da democracia e da sociedade, sendo parte substancial das economias nacionais. O que está diretamente ligado ao conceito de transparência governamental e publicidade das informações produzidas no âmbito do Poder Público (CF88, art. 37). 3. O terceiro pressuposto é a adoção do compartilhamento da informação digital pela população em geral. O que vem ocorrendo massivamente via intranet das empresas e instituições, drives compartilhados e, no âmbito privado, através das redes sociais. 4. O último pressuposto é a necessidade de alfabetização digital, que envolve habilidades para seu entendimento, domínio e gerenciamento efetivo. O que dialoga com as necessidades apontadas no **Capítulo 7. Universo de possibilidades**: Atualização de equipamentos, melhoria de redes e alteração do paradigma metodológico.

No cenário de aumento exponencial dos dados disponíveis em formato digital, a Gestão da Informação é uma ciência muito necessária. Envolve o estudo do conjunto de processos e atividades de três principais áreas: incremento da competitividade e modernização organizacional (da Administração de Empresas); otimização de *hardware*, *software* e redes (da Tecnologia); e criação, identificação, coleta, validação, representação, recuperação e uso da informação, na busca pelo equilíbrio entre sua demanda e sua oferta (da Ciência da Informação) (MARCHIORI, 2002).

Para discorrer sobre o tema, neste capítulo, são apresentados projetos acompanhados internamente, seja por meio de participação ou de coordenação. A ideia inicial de verificar questões mais específicas e aprofundadas (tais como alimentação, usabilidade e moderação de sistemas ou plataformas digitais) foi substituída por outras mais gerais, pois se percebeu que os entraves estão relacionados à implementação e ao desenvolvimento de tecnologias. O nível de participação dos cidadãos em projetos digitais é definido em etapa inicial (durante o planejamento da plataforma), quando se define se a população poderá alimentá-la diretamente ou não. O que se reflete em todo o design da interface para interação usuário-computador: como se dá a interação, quais são os passos

etc. A depender das ferramentas criadas, apenas a equipe desenvolvedora terá condições de alimentá-la, já que pode ser necessário alto nível de conhecimento técnico para seu uso. Essa é uma decisão que, geralmente, deriva de questões políticas relacionadas à abertura dos órgãos governamentais à escuta ativa e ao desejo ou não de participação cidadã.

O capítulo está organizado em quatro partes. O subtítulo **8.1 Ser mapeado ou se mapear?** apresenta reflexões importantes derivadas de um quesito que se mostrou cada vez mais importante ao longo da pesquisa: o mapeamento, fruto do contato com inúmeras plataformas de georreferenciamento e, em contrapartida, com algumas metodologias de Educação Participativa. No subtítulo **8.2 Desenvolvimentos tecnológicos: entraves** são apresentados os projetos acompanhados internamente desde o ano de 2014. No subtítulo **8.3 Comparativo entre projetos**, os projetos apresentados são comparados em dois aspectos: as tecnologias utilizadas e os atores envolvidos. E no subtítulo **8.4 Considerações do capítulo**, são apresentadas considerações do capítulo, incluindo comparativo dos projetos, contendo aspectos positivos e negativos, o grau de participação possibilitado e se o seu funcionamento possibilitaria uma Educação Patrimonial a partir das perspectivas “conhecer para preservar” ou “construir juntos”.

8.1 Ser mapeado ou se mapear?

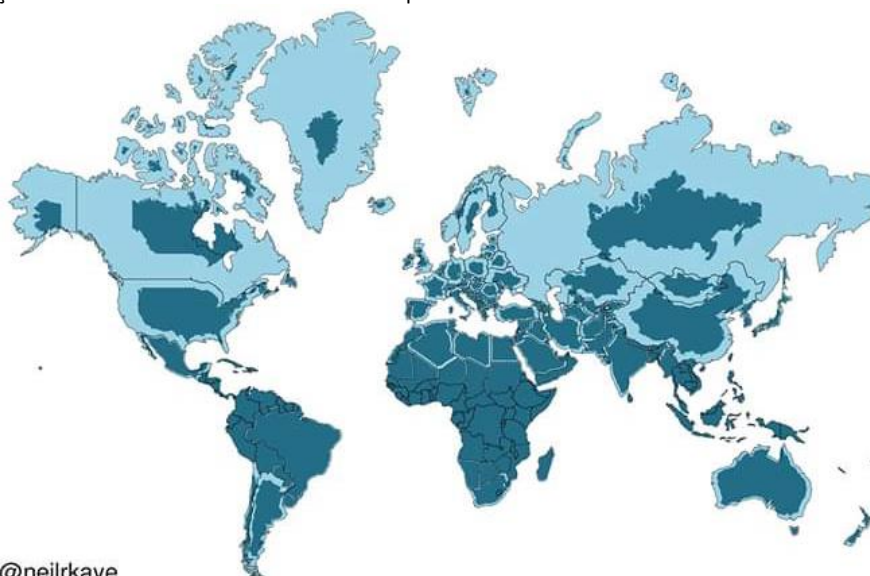
Para explicar o subtítulo, cabe apresentar a citação que abre o livro “Mapas dissidentes: contracartografia, poder e resistência”, do jornalista brasileiro André Mesquita:

Por que mapas? Porque eles são uma ferramenta visual para compartilhar informações com outros. Porque eles podem ser **produzidos por muitas outras pessoas e combinados para contar histórias sobre relações complexas**. Porque mapas **nunca estão finalizados e contam apenas parte de uma história** que pode ser constantemente expandida. Porque **o poder existe no espaço, lutas existem no espaço e nós existimos no espaço**. Porque não podemos saber para onde estamos indo se não soubermos de onde viemos. (AREA Chicago, 2011 *apud* MESQUITA, 2019, p. 6, grifos nossos).

Mapas podem parecer representações simples, diretas e imparciais de determinadas porções de território. Contudo, como apontado pelos editores da Revista AREA Chicago (engajada nas áreas de artes, pesquisa, educação e ativismo), que realizaram um projeto chamado “*Notes for a People’s Atlas*” (s.d.), mapas são leituras parciais e inacabadas de camadas históricas das relações sociais que se desenrolam sobre o espaço socialmente construído e vivenciado. E tais representações podem e devem ser realizadas por muitas pessoas a fim de que as percepções sejam combinadas e se construa um mapa de maior complexidade, como o exemplo dos relatos das diversas cidades no livro “As Cidades Invisíveis”, do escrito italiano Ítalo Calvino. Em consonância com o conceito de “Discurso Autorizado do Patrimônio” (SMITH, 2006), o que está no mapa representa ou omite de acordo com o que é importante para aqueles que têm o poder de mapear. Dessa forma, os mapas são instrumentos de poder e, conseqüentemente, de lutas para existir nas representações do território e resistir nos

espaços neles representados. Mesquita (2019) ainda apontou que textos, linhas, cores e iconografia aparentam neutralidade, mas foram escolhas daqueles que detêm os instrumentos, os meios e a linguagem para criar mapas. O posicionamento da Europa e dos EUA no topo visual do mundo (lembrando que o polo Norte geográfico está quase alinhado com o Sul magnético) e a divisão do globo pelo Oceano Pacífico, tendo a Europa ao centro do mapa, são exemplos de escolhas políticas. Além disso, qualquer representação bidimensional de um globo gera distorções. A projeção criada pelo geógrafo, cartógrafo e matemático belga Gerhard Mercator (1512-1594) foi adotada oficialmente já na época das navegações e é muito utilizada até os dias atuais. Ela mantém o formato dos continentes, mas altera drasticamente as áreas dos mesmos, especialmente os do hemisfério norte que são aumentados (**Figura 46**).

Figura 46. Projeção de Mercator com o tamanho real dos países indicados em cor mais escura



@neilrkaye

Fonte: Neil R. Kaye (acesso em 2021).

Segundo Mesquita (2019), a Cartografia é a disciplina oficial que cria mapas e que reflete sobre seu papel político e social. O autor ainda aponta que “[...] Mapeamentos são atos da cognição humana de descrição e registro de um espaço com suas informações e relações de poder. [...] O mapeamento preocupa-se em produzir conhecimento que é projetado e distribuído em um objeto para que outras pessoas possam usá-lo. [...]” (MESQUITA, 2019, p. 9). As informações mostradas em um mapa são pré-selecionadas por quem o cria; e esse crivo define a quais informações outras pessoas terão acesso. Não é à toa que, inicialmente, os levantamentos cartográficos eram realizados pelos militares e ficavam guardados em seus arquivos. Informação é poder! Dessa forma,

[...] Um mapa esconde um conjunto de relações de poder com especificações impostas por um indivíduo particular, pelo mercado e/ou pela burocracia do Estado. Nem sempre esses poderes estão claros. Manipulações em projeções e escalas, distorções intencionais nos conteúdos ou ausências de territórios são efetuadas para fins políticos e militares. Mapas envolvem presenças e ausências, constroem conhecimento sobre um território para dominá-lo (Harley, 2001: 63). [...] (MESQUITA, 2019, p. 11).

Como menciona Mesquita (2019), vem crescendo o número de pessoas sem treinamento formal em Cartografia que se interessa pelo tema e faz uso dos mapas em contextos distintos, em busca de reflexão e reivindicações sociais e políticas. Quando a área deixa de ser privilégio dos especialistas, se resalta sua constituição como espaço de conflitos, oposições e resistência. “[...] resistência à autoridade cartográfica não se faz apenas ou somente desvendando e interpretando omissões, efeitos e intenções, mas também – e principalmente – construindo outros mapas que estejam mais próximos de nós, dos nossos interesses e das diversas lutas políticas onde o mapeamento é uma ferramenta de libertação e não de exploração (MOGEL; BHAGAT, 2007, p. 7). [...]” (MESQUITA, 2019, p. 14). Tecnologias mais recentes como o GPS (Sistema de Posicionamento Global) e os GIS (Sistemas de Informação Geográfica) facilitaram o georreferenciamento, principalmente com o advento de mapas participativos *online* como o *Google Maps* (que não utiliza somente as imagens em alta resolução de satélites, mas também criou um serviço especializado de registro terrestre do mundo como um todo – o *Google Street View*) e o *Open Street Map*, e a disseminação de celulares e do acesso à Internet. Enquanto o primeiro é proprietário e as informações anexadas pelos usuários avultam a base de dados pessoais coletados ocultamente e rendem grandes cifras de dinheiro para a empresa; o segundo é *open source* e sustentado financeira e informacionalmente por uma comunidade participativa global.

[...] Mapas *mentem*, mesmo com toda a “transparência” e “exatidão” que as novas ferramentas de localização supostamente querem oferecer [...] o caso do Google Earth, onde ao mesmo tempo em que as imagens captadas por satélites estão disponíveis publicamente a seus usuários, como resultado de um mapeamento total de cada centímetro do planeta, essas mesmas imagens apresentam silêncios e omissões que tentam ocultar detalhes estratégicos de certos lugares, como aeroportos, laboratórios, prisões e bases clandestinas usadas por agências de inteligência (MESQUITA, 2019, p. 12).

Ferramentas e projetos participativos de mapeamento permitem que outros conhecimentos sejam produzidos, registrados e compartilhados. Além disso, segundo Mesquita (2019, p. 7), “multiplicam diferentes visões de mundo, revelam conexões invisíveis e, em alguns casos, potencializam movimentos e comunidades, ajudando-nos na orientação, na observação e na intervenção de disputas, conflitos e relações de poder distribuídas no capitalismo contemporâneo”. Embora o trabalho do autor se debruce sobre o ativismo artístico, entende-se que a reflexão é válida também para a área do patrimônio cultural; área em que a discussão é dividida em duas categorias: a que se relaciona aos bens *stricto sensu* (acautelados) e aquela sobre os inventários participativos, debruçados sobre o patrimônio *lato sensu* (referências culturais das comunidades locais).

Em relação à produção de mapas do patrimônio oficial, o georreferenciamento de bens *stricto sensu* (acautelados) conversa diretamente com o viés “conhecer para preservar” da Educação Patrimonial. Ele ainda é necessário, porque, no Brasil, ainda não há transparência das informações produzidas pelo Poder Público em âmbito geral. E também porque os mapas auxiliam visualmente a busca por bens de interesse do usuário e o entendimento da distribuição desigual do patrimônio

cultural acautelado, que se concentra em determinadas regiões, cidades ou bairros. Nas palavras de Maribel Casas-Cortés e Sebastian Cobarrubias, do projeto *Counter-Cartographies Collective* (apud MESQUITA, 2019): os mapas são ferramentas analíticas que permitem compreender uma determinada realidade; e provocam reflexões que podem quebrar pré-concepções e indicar onde e como atuar. Por meio desse olhar ampliado (saído da pontualidade do bem cultural individual), é possível embasar projetos de levantamento de referências culturais nos vazios dos mapas. Afinal, naquele local não há nada que seja significativo para suas comunidades locais? Também denominados de “silêncios” (HARLEY, 2001) ou “negações da inscrição” (PEIXOTO, 2004), tais vazios são desdobramentos de um discurso político vigente; ou, como denomina Smith (2006): um discurso autorizado do patrimônio cultural.

Já sobre o levantamento das referências dos grupos formadores, o território que protagoniza os inventários participativos não é aquele físico e métrico; mas aquele moldado pela vivência social, em sua relação afetiva de lugar, onde limites administrativos e convenções oficiais não regem a reflexão. Como aponta Mesquita,

Contracartografia é um exercício prático que abre-se para o processo colaborativo durante os encontros promovidos nas oficinas de mapeamento e a socialização de histórias e conhecimentos. O mapa é tanto uma ação política como produtor de ações políticas que incorporam os discursos e as vivências de seus realizadores. O papel do leitor sobre esses mapeamentos tem uma função ativa para a mudança, pois a ele cabe acessá-los e atualizá-los, buscando avançar suas próprias investigações. Como experimentos reorientando os nossos parâmetros e pontos cardiais, o imaginário radical movido por esses mapas dissidentes nos leva a sair de lugares condicionados e atravessar as dinâmicas sociais com olhares mais amplos (MESQUITA, 2019, p. 264).

Cada inventário participativo com diferentes atores e em diferentes épocas produz uma representação espacial diferente do território, moldada por memórias e significados vigentes. Cada produto se sobrepõe e contrapõe aos demais, compondo uma das múltiplas camadas sociais experienciadas naquele espaço.

Contudo, é preciso alertar para os perigos envolvidos.

[...]. Precisamos ter em mente que esses mapeamentos também podem ser usados pelo poder hegemônico, enquanto a teoria crítica, retirada de seu contexto ético e político, apreendida pela ordem militar (Weizman, 2007b: 211). Nesse sentido, também me pergunto se devemos mapear as resistências e suas conexões, tornando-as visíveis em um mapa. Não seria mais importante deixá-las fora do radar de controle? Tudo isso depende de como o mapa é feito, quais são os seus interesses e que decisões devem ser tomadas entre os seus realizadores (MESQUITA, 2019, p. 266).

Esse é o caso do georreferenciamento de espaços de celebração de religiões afro-brasileiras. Embora o Brasil seja um Estado laico por sua Constituição Federal, a indicação da localização desses espaços poderia facilitar os crimes de ódio à diversidade (SOUZA; OLIVEIRA, 2019). Da mesma forma,

sítios arqueológicos que não são cercados e vigiados são georreferenciados com margem de erro propositalmente, para que não sejam saqueados e ou destruídos⁷⁹. Portanto, são diversas as questões culturais e políticas envolvidas na cartografia / contracartografia realizada por movimentos sociais devido ao poder da informação e seu uso por mãos erradas.

8.2 Desenvolvimentos tecnológicos: entraves

No grupo Nomads.usp, muitas pesquisas incluem uma etapa prática. Ao aliar investigação e ação, busca-se, por um lado, verificar na prática as hipóteses e os achados da pesquisa teórica. E, por outro lado, utilizar os entendimentos encontrados por meio da observação e da análise da prática para aprimorar o conhecimento teórico, num processo de retroalimentação. E assim sucessivamente. Essa pesquisa optou por realizar ações práticas para receber contribuições de colaboradores das diversas áreas relacionadas com o tema, em especial do campo da Tecnologia. Alguns dos entraves para a criação, implementação e uso de tecnologias digitais para o patrimônio cultural só foram identificados devido a essa retroalimentação entre práxis e pesquisa. Os conhecimentos adquiridos foram de grande importância para os rumos tomados pela pesquisa e para a formação da pesquisadora.

Os quatro projetos aqui analisados têm como ponto comum o uso de tecnologia digital para o patrimônio cultural. Embora sejam distintos nas tecnologias utilizadas, são complementares em seus objetivos e nos atores que participaram: diferentes instituições e setores da sociedade. Além disso, todos eles demonstram a necessidade de parcerias entre profissionais e pesquisadores das áreas de patrimônio cultural e computação. Como não há um interesse espontâneo dos programadores em relação ao desenvolvimento de aplicações para o patrimônio cultural; cada vez mais, o caminho é uma multi-formação de pesquisadores e profissionais de todas as áreas que inclua, ao menos, uma noção mínima de programação.

A primeira tecnologia analisada é o sistema digital “Memória Virtual Rural” (**Figura 47**), desenvolvido na cidade de São Carlos-SP, entre 2012 e 2014. Foi fruto do projeto de pesquisa em políticas públicas “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista”, financiado pela FAPESP e desenvolvido por grupo de pesquisa sediado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo geral da pesquisa era estabelecer procedimentos metodológicos para descoberta, identificação, caracterização, análise e descrição das fazendas históricas da região central paulista (construções dos séculos XVIII e XIX). Os estudos realizados produziram um Padrão de Descrição da Informação (PDI) composto, basicamente, de campos e itens considerados necessários para uma descrição satisfatória de um bem. Em seguida, o PDI foi utilizado para a diagramação da plataforma hospedada em memoriavirtual.icmc.usp [descontinuada]. A seguir,

⁷⁹ Informação compartilhada por professoras de Arqueologia durante a discussão da sessão de comunicações do II Simpósio Científico do ICOMOS Brasil: Desafios da preservação do moderno, realizado em 2018, em Belo Horizonte-MG.

figura com o comparativo entre o PDI e a interface da plataforma Memória Virtual Rural para um dos itens descritivos (comparativo completo no **APÊNDICE D**).

Figura 47. Padrão de Descrição da Informação x Memória Virtual Rural

The image shows a side-by-side comparison of a descriptive form and a web interface. On the left is a form titled 'Grupo 5: Produção' with sections for 'LOCAL:', 'ANO:', 'EDIÇÃO E/OU REIMPRESSÃO:', and 'OUTRAS RESPONSABILIDADES:'. Each section contains a text box with instructions and a list of examples. On the right is the 'Memória Virtual' web interface, showing a 'Cadastrar Bem Patrimonial' form. The interface has a navigation bar with 'INSTITUIÇÃO', 'BEM PATRIMONIAL', 'AUTORIA', 'DESCRITOR', 'ADMINISTRAÇÃO', and 'USUÁRIO'. The main form includes a dropdown for 'Instituição' (set to 'Fazenda Santa Francisca do Lobo'), a list of categories (Informações Gerais do Bem Patrimonial, Autoria, Produção), and input fields for 'Local:', 'Ano:', 'Edição e/ou Reimpressão:', and 'Outras Responsabilidades:'. A sidebar on the right lists various descriptive categories like 'Descrição', 'Diagnóstico e Intervenção', etc.

Fonte: Elaborado pela autora (2014) apresentado no Relatório Final do projeto de pesquisa em políticas públicas “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista”.

A plataforma Memória Virtual Rural derivou da plataforma Memória Virtual de São Carlos, desenvolvida ao longo de uma sequência de projetos anteriores, realizados entre 2003 e 2012 (veja detalhes da trajetória no **APÊNDICE F**). A versão mais recente, aqui analisada, foi desenvolvida no Instituto de Ciências Matemática e Computação (ICMC-USP), sob coordenação da Professora Dra. Elisa Yumi Nakagawa. O PDI criado pela equipe multidisciplinar de diversas Universidades se baseou em levantamentos realizados junto a fazendas cafeeiras paulistas, mas buscava ser “[...] aplicável a todo e qualquer tipo de bem cultural, seja ele imaterial, material, bibliográfico, arquivístico, museológico, arqueológico ou natural [...]” (COSTA *et al.*, 2014, p. 3). Segundo a cientista da informação brasileira Luzia Sigoli Fernandes Costa, coordenadora geral do projeto, e sua equipe (COSTA *et al.*, 2014, p. 2):

[...] o desenvolvimento, aprimoramento de critérios e de metodologias consistentes para a realização de inventários [...] é importante na medida em que ocorrem, constantemente, perdas de testemunhos históricos que permitiriam a identificação e a análise desse patrimônio. Fato que vem dificultando ou impossibilitando a realização de pesquisas e, conseqüentemente, análises mais aprofundadas a partir de descrições confiáveis sobre esses bens culturais.

Portanto, uma das aplicações da plataforma seria a de coletar informações para futuros estudos de proteção, reunindo, por exemplo, depoimentos em vídeo.

Contudo, o projeto foi descontinuado por falta de um novo aporte financeiro. Além disso, em reunião de trabalho, a engenheira de software brasileira Elisa Nakagawa (2013) explicou que o desenvolvimento da plataforma era realizado por alunos de iniciação científica da computação. Com bolsas de um ano de duração, geralmente, os alunos de graduação despendiam meio ano aprendendo a programar e entendendo a estrutura da plataforma. Dessa forma, o aproveitamento no desenvolvimento de fato era bastante baixo. Outra questão importante a ser mencionada é que somente os técnicos teriam acesso, via login e senha fornecidos pelo administrador da plataforma,

para preencher as fichas. E, segundo reflexões em reuniões de trabalho, mesmo os especialistas precisariam de um Thesaurus para facilitar o preenchimento das fichas e padronizar as nomenclaturas. O público externo ao projeto teria apenas acesso à visualização da informação contida na plataforma.

Dois anos depois, no início de 2017, foi realizado contato com a equipe do iPatrimônio (

Figura 48), projeto independente criado em resposta à pouca informação disponibilizada online pelos órgãos de preservação. É composto por uma plataforma online de mapeamento do patrimônio cultural (www.ipatrimonio.org)⁸⁰ que demonstra a viabilidade de centralização de informações sobre o patrimônio cultural nacional em uma plataforma única, cuja missão dialoga com o primeiro e o segundo objetivos do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Foi desenvolvida em *WordPress*, a partir do *template JEO Blank* e utiliza o *OpenStreetMap* para os mapas. É atualizada periodicamente conforme as novas tecnologias da internet. O que ressalta a importância da atuação de um técnico especializado e dedicado; o que geralmente não ocorre em órgãos de preservação.

Dois entendimentos são diretrizes para o trabalho realizado pelo iPatrimônio: 1. informação é poder e 2. a informação georreferenciada propicia reflexões geográficas que podem indicar estratégias para políticas de ação. Atualmente, a plataforma reúne mais de 17.000 bens (sendo mais de 14.000 decretos, pois um mesmo bem pode ser protegido por mais de um órgão): UNESCO, MERCOSUL, IPHAN, Distrito Federal, todos os estados e mais de 1.000 municípios⁸¹. O projeto não possui apoio financeiro ou institucional. Foi idealizado por funcionário do órgão do Estado de São Paulo (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT) que não endossou a proposta. Em 2017, parceria com o órgão estadual do Rio de Janeiro fez com que a plataforma fosse setorizada e pudessem ser criados logins com atribuições específicas. Infelizmente, a alimentação não se realizou pelo desmantelamento do órgão e remanejamento do funcionário interessado para a Secretaria da Educação.

A informação organizada pelo iPatrimônio segue o fluxo interno sintetizado no **Diagrama 13**. Os dados levantados junto aos órgãos de preservação por meio de sites governamentais, e-mails ou pessoalmente (etapa 1) são organizados e padronizados (etapa 2). As listas são disponibilizadas pelos órgãos em formatos variados (word, corpo de e-mail, fotografia do Livro de Tombo etc.), sendo a maioria em pdf (selecionável ou não). Os conteúdos seguem o padrão de cada órgão, em sua maioria apenas nome, endereço e decreto. A informação é convertida manualmente para o formato Excel.

⁸⁰ Criação do projeto e manutenção técnica: engenheiro eletricitista Caio Cardoso Lucena. / Redes sociais e atendimento ao usuário: jornalista Cida Barros. / Alimentação, atendimento ao usuário e divulgação acadêmica: publicitária e arquiteta Sandra Schmitt Soster. Diversas pessoas colaboram pontualmente com envio de informações e sugestão de correções.

⁸¹ O iPatrimônio inclui informação sobre os bens de 630 cidades de Minas Gerais aprovados pelo ICMS Cultural de 2017, com as informações mínimas: Nome, Endereço e Resolução de Tombamento. As listas incluídas são apresentadas em www.ipatrimonio.org/bens-no-ipatrimonio-por-orgao.

Figura 48. Exemplo de post ideal do iPatrimônio

Mapa com posição geográfica do bem
(se não possuímos as coordenadas do bem, o mapa não é habilitado)

Categorias a que o bem pertence
Título do bem (Cidade - Nome)

Imagem de destaque
Fonte da Imagem

Lead (apresentação sucinta do bem)

Dados de Tombamento ou Registro
(se o bem é protegido por mais de um órgão, esse item se repete)

Descrição

Tour Virtual / Realidade Virtual
(sem óculos e com óculos, respectivamente)

Informações sobre realidade virtual
Pré-requisitos para a exibição em realidade virtual

Maquete virtual do Google Warehouse

Galeria de fotos

Vídeo do youtube

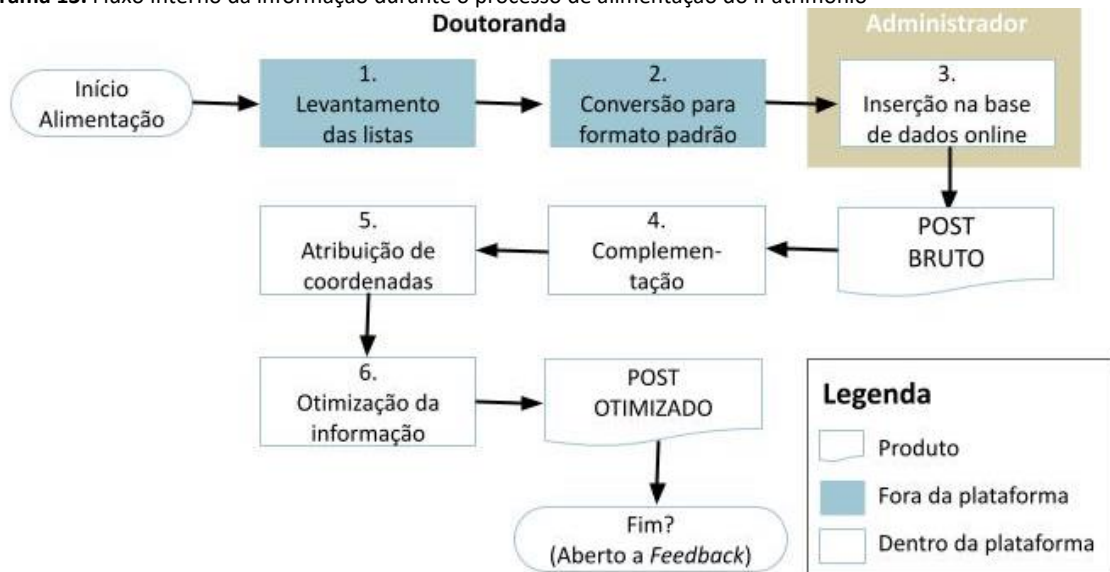
Links externos com maiores informações

Caixa de comentários

Informações sobre o projeto iPatrimônio

Fonte: Elaborado pela autora (2020) sobre captura de tela de www.ipatrimonio.org/paraty-conjunto-arquitetonico-e-paisagistico. Acesso em: 10 Jul. 2020.

Diagrama 13. Fluxo interno da informação durante o processo de alimentação do iPatrimônio



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A tabela editável gerada pela etapa 2 é enviada ao Administrador da plataforma, que insere as informações no banco de dados (etapa 3)⁸². O conteúdo é publicado online com acesso gratuito, sem necessidade de cadastro do usuário. Já online, as informações são complementadas com dados de órgãos oficiais, fotos oficiais ou *Creative Commons* e outras informações (etapa 4). O post ideal conteria os itens descritos na

Figura 48.

Posteriormente, realizam-se a atribuição de coordenadas (etapa 5) e a otimização da informação (etapa 6) segundo critérios de SEO (*Search Engine Optimization* - Otimização para a Máquina de Buscas). É importante salientar que todas as etapas do processo são influenciadas diretamente pela quantidade e pela qualidade da informação disponibilizada online pelos órgãos de preservação, já que o iPatrimônio adiciona apenas conteúdo oficial, e não visa à sua produção.

Uma das dificuldades diz respeito à linguagem da informação produzida pelos técnicos dos órgãos governamentais, nem sempre acessível ao público em geral. E outra, mais grave, é a falta de informação. O panorama é similar ao da aquisição das listas: conforme descemos a pirâmide das instâncias de preservação, menos informação é disponibilizada online. Muitas vezes, sequer fotografias oficiais estão disponíveis online⁸³ e arquivos em outros formatos são ainda mais raros. Por exemplo, a realidade virtual de Parati-RJ foi registrada pelo criador do projeto iPatrimônio e os áudios sobre a cidade de Tauá-CE vem sendo gentilmente enviados pela secretária de cultura da cidade todas as semanas, conforme são produzidos. Como paliativo, são incluídas capturas de tela do *Google Street View*, que é utilizado para a identificação das coordenadas das edificações. Mas nem sempre a rua está documentada; o que é frequente em cidades menores. As buscas são realizadas pelos endereços indicados nas resoluções, percorrendo as ruas e conferindo a numeração na fachada principal das edificações, comparando com fotografias antigas e ou descrições oficiais. Embora as coordenadas oferecidas por esse método não sejam as mais precisas, são paliativas frente à pouca informação disponível sobre o patrimônio cultural brasileiro.

O processo de alimentação busca entregar um bom conteúdo aos usuários e espera-se que eles contribuam com a plataforma. O *feedback* (etapa I.) ocorre pelos canais de comunicação do projeto: e-mail, comentários na plataforma, mensagens e comentários via Facebook, mensagens e comentários via Instagram (**Diagrama 14**). A maior parte é recebida via comentários na plataforma por iniciativa dos usuários e contém solicitação de informação (horário de funcionamento, contato, endereço etc.

⁸² Em relação à etapa 3, a inserção de posts individuais pode ser realizada manualmente; mas é muito mais demorada. Por isso, essa segunda maneira de inserção é realizada apenas para grupos pequenos de bens, como no caso da atualização de listas já incluídas.

⁸³ Ou podem não estar sendo produzidas, como indica a solicitação ao iPatrimônio de uso das imagens de determinado conjunto de bens históricos, que estão sob responsabilidade do órgão de preservação que encaminhou o e-mail de solicitação.

mais fácil, rápida e completa. O que aponta para a inteligência coletiva do filósofo francês Pierre Lévy (1999), mencionada no capítulo anterior.

Contudo, os dados do projeto também refletem fortemente o estado atual da informação online sobre o patrimônio acautelado no país. Foram necessários quatro anos de buscas e uma rede social online bem formada e colaborativa para coletar a grande maioria das listas estaduais (para Amapá, Rondônia e Roraima foram adicionados os bens acautelados pelas Assembleias Legislativas estaduais, coletados de forma manual dentre as legislações disponíveis online). Para o nível municipal, mesmo com o envio de e-mails em 2018 e a constante busca por listas, atualmente, pouco mais de 30% dos bens tombados e 40% dos municípios constam na base do projeto iPatrimônio (Tabela a seguir).

Tabela 4. Municípios brasileiros com bens tombados (2018) e sua inserção no projeto iPatrimônio (2022)

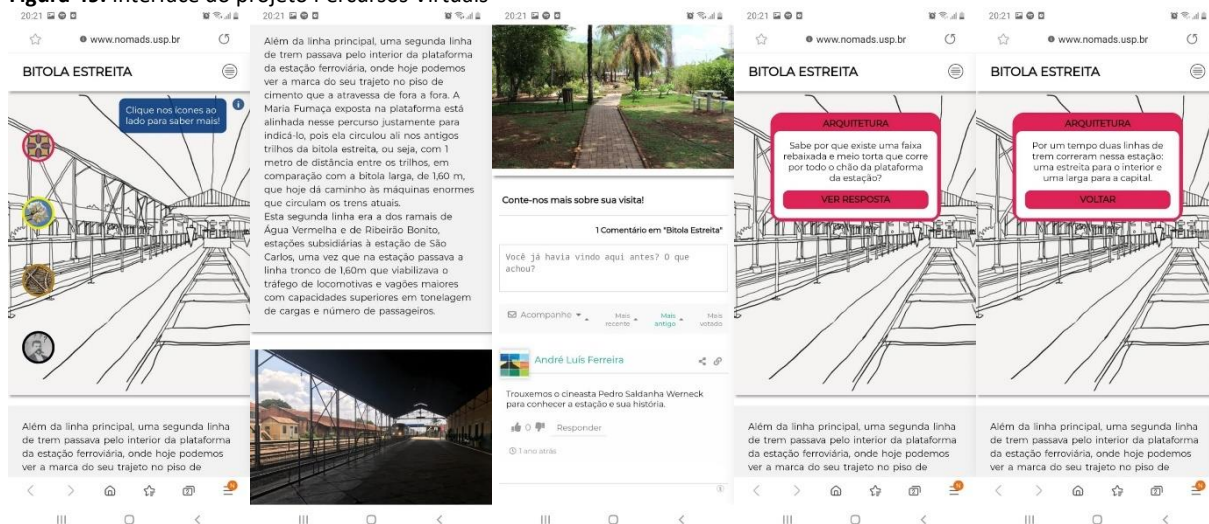
Região / Estado	Municípios com legislação	no iP	% no iP	Bens tombados	no iP	% no iP
Brasil	1.769	741	41.89	28.421	8.735	30.73
NORTE	64	7	10.94	1.561	70	4.48
Rondônia	5	1	20.00	13	9	69.23
Acre	5	1	20.00	11	6	54.55
Amazonas	7	1	14.29	635	12	1.89
Roraima	1	1	100.00	31	29	93.55
Pará	32	2	6.25	132	13	9.85
Amapá	4	0	0.00	5	0	0.00
Tocantins	10	1	10.00	734	1	0.14
NORDESTE	262	9	3.44	4.217	239	5.67
Maranhão	21	1	4.76	547	1	0.18
Piauí	19	0	0.00	255	0	0.00
Ceará	53	3	5.66	538	46	8.55
Rio Grande do Norte	22	1	4.55	57	8	14.04
Paraíba	35	1	2.86	522	5	0.96
Pernambuco	24	2	8.33	616	173	28.08
Alagoas	8	0	0.00	653	0	0.00
Sergipe	11	0	0.00	40	0	0.00
Bahia	69	1	1.45	989	6	0.61
SUDESTE	1.046	684	65.39	16.535	7.243	43.80
Minas Gerais	801	656	81.90	6.194	5.902	95.29
Espírito Santo	31	2	6.45	492	50	10.16
Rio de Janeiro	46	7	15.22	3.136	561	17.89
São Paulo	168	19	11.31	6.713	730	10.87
SUL	303	34	11.22	5.439	1.033	18.99
Paraná	56	5	8.93	627	80	12.76
Santa Catarina	88	19	21.59	2469	661	26.77
Rio Grande do Sul	159	10	6.29	2343	292	12.46
CENTRO-OESTE	94	6	6.38	669	150	22.42
Mato Grosso do Sul	23	2	8.70	66	39	59.09
Mato Grosso	22	2	9.09	123	14	11.38
Goiás	48	1	2.08	419	36	8.59
Distrito Federal	1	1	100.00	61	61	100.00

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com dados do IBGE (2019 - tabela no Anexo C) e dados do projeto iPatrimônio.

Além disso, ao analisar a tabela, nota-se que mesmo o Estado de Minas Gerais, que reúne informação sobre o patrimônio municipal via ICMS Cultural e disponibiliza a lista online, não está completo no iPatrimônio (95.29%). Bens tombados a nível municipal de alguns Estados sequer constam na plataforma (0%): Alagoas, Amapá, Piauí, Sergipe. E bens municipais de outros estados são sub-representados: Tocantins (0.14% dos bens tombados a nível municipal), Maranhão (0.18%), Bahia (0.61%), Paraíba (0.96%), Amazonas (1.89%). Ou seja, mesmo com anos de esforços focados na aquisição de informação sobre o patrimônio municipal brasileiro, o acesso a ela ainda é difícil.

Paralelamente à colaboração junto ao iPatrimônio, no mesmo ano de 2017, foi coordenado o projeto de extensão "Percurso Virtuais: Colaborações em Narrativas do Patrimônio Cultural de São Carlos (Figura 49), fruto de parceria entre o grupo de pesquisa Nomads.usp e a Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPMSC), órgão ligado à Prefeitura Municipal. Com financiamento do Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Estudantes de Graduação (PUB) e atuação de aluna do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), a tecnologia digital escolhida para disseminar informação e estimular a interação da população com edificações históricas de São Carlos-SP foi o QR Code (Figura 50) com interface de página web desenvolvida em WordPress (Figura 49). Nesse caso, a participação dos cidadãos ocorre por meio de comentários na interface, com moderação da FPMSC.

Figura 49. Interface do projeto Percursos Virtuais



Fonte: Informação do bem linkado ao QR Code da Figura 50 (Acesso em: 19 abr. 2021).

O desenvolvimento tecnológico teve como objeto-piloto a Estação Ferroviária de São Carlos (com 14 pontos de interesse - Figura 51) e foi desenvolvido por aluna de graduação da área de tecnologia da informação, bolsista de iniciação científica. O desenvolvimento foi iniciado em estrutura estática, com programação direta no código fonte. Mas, as condições técnicas da FPMSC não eram favoráveis: não havia infraestrutura para hospedagem da base de dados, nem disponibilidade de funcionário especializado para manutenção e alimentação de informações. A Prefeitura Municipal, assim como os

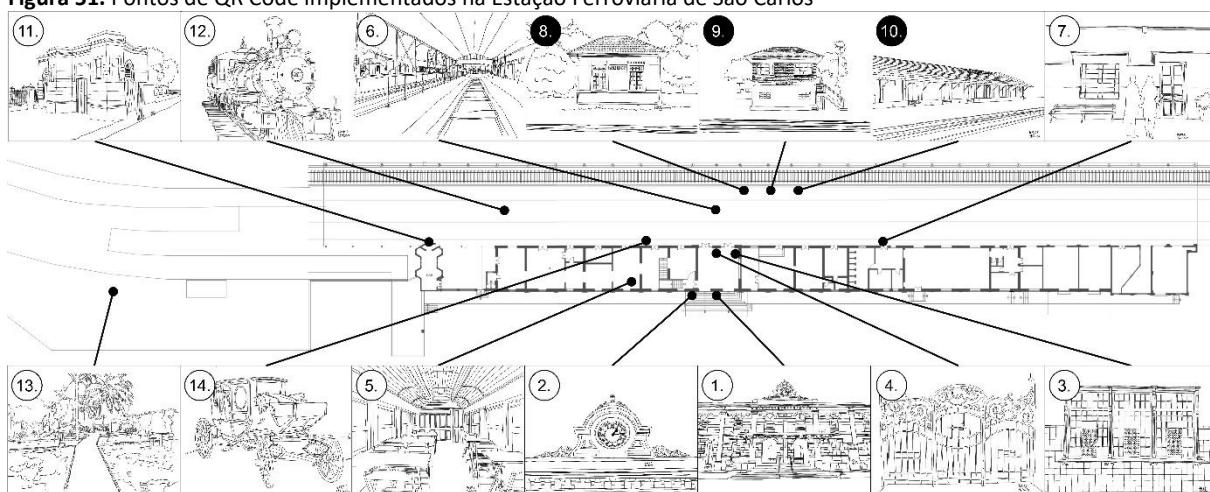
demais órgãos consultados ao longo da pesquisa de Doutorado, possui apenas um sistema de hospedagem de dados e um funcionário para responder às demandas de todos os setores do órgão.

Figura 50. Percursos Virtuais - QR Code de um dos pontos da Estação Ferroviária de São Carlos



Fonte: Arquivo do projeto (2019).

Figura 51. Pontos de QR Code implementados na Estação Ferroviária de São Carlos



Legenda: 1. fachada; 2. relógio externo; 3. bilheteria; 4. portões de ferro da entrada; 5. botequim; 6. bitola estreita; 7. Sociedade Protetora; 8. cabine de rádio; 9. cabine de sinalização; 10. armazém; 11. banheiro; 12. maria fumaça; 13. jardim; 14. Museu de São Carlos.

Obs.: Círculos pretos indicam edificações cujos QR Codes estão afixados no guarda-corpo da plataforma do trem.

Fonte: Soster *et al.* (2018, p. 5).

As tecnologias escolhidas são de fácil uso para o cidadão (o QR Code necessita apenas de celular com câmera, aplicativo de leitura de QR Code e acesso à Internet – embora estes dois últimos possam ser um empecilho) e para a FPMSC (o *WordPress* é de fácil alimentação, pois a interface é bastante intuitiva; além de possuir suporte da comunidade internacional). Além disso, o conteúdo disponibilizado para os cidadãos é facilmente alterado sem custos, pois basta alterar a informação online (ao contrário da maioria das exposições do Museu, por exemplo). A escolha do QR Code também buscou estimular a presença e relação físicas dos cidadãos com os bens patrimoniais, em que o indivíduo traça seu próprio roteiro de aprendizagem ao longo da Estação Ferroviária, sem a necessidade de acompanhamento de um educador.

O projeto Percursos Virtuais confirmou a potencialidade de parcerias entre Institutos de diferentes áreas do conhecimento para a realização de projetos de extensão, e entre Universidade e Órgãos Públicos, já que a atividade foi incluída nas políticas públicas municipais de promoção do

patrimônio cultural. Inclusive porque a parceria bem-sucedida teve como desdobramento a proposta do projeto OpinaSanca (**Figura 52**), que buscou ir um pouco além e permitir maior comunicação e colaboração entre FPMSC e a sociedade.

Figura 52. Estudo esquemático para o menu inicial da plataforma OpinaSanca



Fonte: Elaborado pela autora (2018) sobre captura de tela do menu inicial do site pactoporcolombia.gov.br.

Inicialmente, o desenvolvimento da plataforma OpinaSanca foi realizado em projeto de iniciação científica intitulado "Desenvolvimento de Plataforma digital baseada no código Consul junto ao patrimônio cultural da cidade de São Carlos-SP", realizado entre 2018 e 2019. Com base na análise de diversas plataformas (apresentada no Capítulo anterior) optou-se por implementar o código Consul (da plataforma Decide.Madrid) pelas ferramentas e possibilidades fornecidas, que se encaixam às necessidades levantadas.

O objetivo principal da plataforma era servir de canal de comunicação entre a FPMSC e a comunidade. As necessidades levantadas junto ao órgão público foram convertidas em um menu com sete itens (da esquerda para a direita na **Figura 52**):

- Início
- Tombamento
- FPMSC – descrição do órgão público, suas atribuições, atividades etc.
- Tipos de salvaguarda – descrição dos diferentes instrumentos municipais
- Debates – espécie de fórum onde a comunidade cria tópicos de debate relacionados ao patrimônio cultural municipal
- Em pauta
- O Conselho – descrição do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos (COMDEPHAASC), suas atribuições, atividades etc.
- Pauta do Conselho – itens que serão discutidos na próxima reunião do Conselho
- Sugira uma pauta – espaço para que o cidadão indique pontos para a pauta da próxima reunião do Conselho

- Bens oficiais - divulgação dos bens protegidos
- Sugira um bem – espaço para que o cidadão indique referências culturais importantes, com espaço para informações, discussão, georreferenciamento, votação etc. (conforme funcionalidades participativas próprias do código Consul)
- Ajuda

Segundo relatório do projeto (FERNANDES, 2019), o código Consul foi escrito em

[...] *framework front-end Ruby on Rails* que é orientado a objetos, padrão MVC (*Model, View, Controller*). Por ser um framework, o Rails traz praticidade no desenvolvimento, pois muitas funções repetitivas e de utilidade já estão previamente implementadas em gems. As situações citadas concatenam-se ao fato de o Ruby ser uma linguagem de sintaxe simples, e conseqüentemente, de imediata compreensão devido uma convenção ou movimento conhecido como “*syntax sugar*”.

O **Gráfico 9** mostra que a melhor avaliação da linguagem de programação chamada *Ruby* pelos programadores ocorreu em dezembro de 2008 (4,03%).

Gráfico 9. Evolução da avaliação da linguagem Ruby (fev. 2002 - fev. 2021)



Fonte: TIOBE (2021).

A linguagem *Ruby* teve maior popularidade em Maio de 2016, quando ocupava a oitava posição do Ranking TIOBE (2021). Nesse mesmo ano, o código Consul foi aplicado à segunda cidade: Barcelona. Em fevereiro de 2021, a comunidade desenvolvedora do código Consul contava com 115 colaboradores com as seguintes habilidades: Ruby (74.7%), HTML (18.5%), SCSS (4.5%), JavaScript (2.2%), CSS (0.1%) e Dockerfile (0.0%). Nessa mesma data, havia 70 *branches* e 827 *forks*⁸⁴; e quatro portais com base Consul no Brasil:

- Porto Alegre – ago. 2018: opdigital.prefeitura.poa.br de Orçamento Participativo;
- Pernambuco – jul. 2019: www.participa.pe.gov.br de apoio digital aos Seminários Regionais “Todos por Pernambuco”, criados em 2007;

⁸⁴ Segundo a plataforma Alura (2015), *branch* é “uma linha de desenvolvimento interna do projeto, [...] apenas colaboradores podem criar e modificar”, e as modificações são incorporadas ao projeto original. Enquanto isso, *fork* é “uma linha que partiu de um projeto base por alguém que não era colaborador do projeto original”, e pode se tornar um projeto independente, tendo apenas o núcleo em comum com o projeto original.

- Recife – jul. 2019: www.pdui-rmr.pe.gov.br de propostas cidadãs para o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDUI-RMR); e
- Cidade de São Paulo – jul. 2020: participemais.prefeitura.sp.gov.br Orçamento Participativo.

Contudo, como demonstra o **Gráfico 9**, a linguagem *Ruby* teve pouca receptividade pela comunidade mundial de desenvolvedores, de modo que é pouco utilizada. Para tentar contornar as dificuldades de implementação do código *Consul*, a Prefeitura Municipal de Madri disponibilizava apoio de seu corpo técnico para implementação nos países interessados, e financiou alguns projetos colaborativos para melhoria da documentação sobre o código *Consul* e sua implantação.

Diante das dificuldades relatadas, a plataforma OpinaSanca não foi finalizada porque ocorreu o mesmo relatado por Nakagawa (2013) em relação ao desenvolvimento da plataforma Memória Virtual Rural: a bolsa de iniciação científica tem um ano de duração; meio ano foi despendido aprendendo a linguagem *Ruby on Rails* e não houve tempo hábil para a adoção do código de fato. Além disso, como no caso da plataforma Percursos Virtuais, percebeu-se que hospedagem, manutenção e atualização da plataforma não ocorreriam por falta de recursos técnicos e humanos da Prefeitura Municipal.

Um segundo desenvolvimento da plataforma OpinaSanca foi realizado utilizando o *WordPress*, tendo como template o código da primeira versão do iPatrimônio⁸⁵, disponibilizada no GitHub. Seguindo a linha de autonomia institucional do projeto iPatrimônio, essa versão foi pensada como plataforma gerenciada por entidade civil ou grupo de cidadãos interessados no tema, de modo a garantir a maior transparência e participação possíveis. Por ser desenvolvida sobre o código do iPatrimônio, futuramente, poder-se-ia criar uma API de interligação entre os duas plataformas e seus conteúdos; outro motivo para autonomia institucional. A plataforma foi finalizada, mas, já nos primeiros testes, constatou-se que não cumpriria com o propósito de ser amplamente utilizada pelos cidadãos para indicar referências culturais importantes. Foram notadas as dificuldades de realização de auto-cadastro (não previsto no template iPatrimônio e adaptado por profissional contratado) e de entendimento dos menus criados.

A partir de conversas informais sobre o uso de plataformas digitais para inventários participativos com integrantes da REPEP e com a Profa. Sonia Rampim, coordenadora dos inventários participativos do IPHAN, percebeu-se também que a estrutura criada para a divulgação do patrimônio *stricto sensu* (via iPatrimônio) não cumpre com as necessidades de um inventário participativo. Além disso, diferentes ferramentas online gratuitas testadas pelas entrevistadas ao longo do primeiro ano de pandemia não se adaptaram a esse propósito, nem alcançaram o mesmo engajamento dos participantes que ações presenciais realizadas antes da pandemia. E percebeu-se na prática a

⁸⁵ Não foi utilizada a versão mais recente porque ela ainda se encontra em desenvolvimento e, portanto, não é considerada estável.

desigualdade de acesso à Internet, como descrito no subtítulo **5.1.2 Cenário atual da Internet no Brasil**, pessoas sem acesso à banda larga ou com conexão bastante instável.

8.3 Comparativo entre projetos

A análise comparativa dos projetos foi dividida nas mesmas duas categorias utilizadas no capítulo anterior: Tecnologias (**Quadro 24**) e Atores (**Quadro 25**).

Quadro 24. Análise dos projetos - Tecnologias

Projeto	Tecnologias e funcionalidades	Georreferenciamento
1. Memória Virtual Rural	Base de dados, comentários busca, filtros	Sim (sem gerar mapa)
2. iPatrimônio	WordPress, georreferenciamento, comentários, busca, filtros, realidade virtual, representações em 3D (WareHouse), timeline infinita. Chatbot em desenvolvimento.	Sim
3. Percursos Virtuais	QR Code, WordPress	Não (demanda presença física para acesso ao QR Code)
4. OpinaSanca (Consul)	Consul, debates, sugestão de pauta e de bens, georreferenciamento	Sim
5. OpinaSanca (WordPress)	WordPress, georreferenciamento, comentários, busca, filtros.	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 25. Análise dos projetos - Atores

Projeto	Equipe	Atores	Visualização	Criação de conteúdo	Participação / Colaboração
1. Memória Virtual Rural	Pesquisadores de universidades públicas do estado de São Paulo. Coordenado por Luzia Sigoli Fernandes Costa, UFSCAR	Realizado por universidade, alimentado por pesquisadores e técnicos cadastrados	Público em geral, sem cadastro	Técnicos e pesquisadores com permissão	Comentários
2. iPatrimônio	Caio Cardoso Lucena, Sandra Schmitt Soster e Cida Barros	Realizado por pessoas físicas, autofinanciado, sem apoio do governo ou de instituição	Público em geral, sem cadastro	Apenas pessoas com cadastro. Tentativa de parceria com Inepac.	Comentários e redes sociais. Parceria com Inepac inviabilizada pelo atual desmonte
3. Percursos Virtuais	Nomads.usp e Fundação Pró-Memória de São Carlos. Coordenado pela doutoranda	Realizado por universidade e órgão governamental	Público em geral, sem cadastro	Órgão governamental	Comentários
4. OpinaSanca (Consul)	Nomads.usp e Fundação Pró-Memória de São Carlos. Coordenado por Anja Pratschke	Realizado por universidade e órgão governamental	Público em geral, sem cadastro	Público em geral, com cadastro	Comentários, debates, votação, sugestão de pautas e bens
5. OpinaSanca (WordPress)	Coordenado pela doutoranda. Colaboração iPatrimônio. Contratação de desenvolvedor	iPatrimônio e desenvolvedor contratado	Público em geral, sem cadastro	Público em geral, com cadastro	Comentários, adição de bens

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação a tecnologias (**Quadro 24**), dois exemplos (1 e 4 - Memória Virtual Rural e OpinaSanca em código Consul) foram desenvolvidos “direto no código”, ou seja, efetuado por alunos da computação em linguagens de programação. Ambos tiveram o mesmo problema de descontinuidade do desenvolvimento por término das bolsas de iniciação científica que financiavam a atuação dos

alunos. A plataforma 3 (Percurso Virtuais) começou a ser desenvolvida diretamente no código, mas a desenvolvedora percebeu os possíveis problemas futuros de manutenção e atualização e migrou para a plataforma *WordPress*, que também foi utilizada pelos projetos 2 e 5 (iPatrimônio e OpinaSanca em *WordPress*). Algumas das principais vantagens do *WordPress* apontadas pelos desenvolvedores web e que impactam para o administrador final (por exemplo, Prefeituras Municipais) são as de ser gratuito, de fácil instalação e customização, suportar diferentes mídias (fotos, vídeos, áudios, maquetes virtuais etc.), e ter uma interface de administrador bastante intuitiva e simples de utilizar (HOSTINGER, 2021).

Como nos casos-referências analisados no capítulo anterior, a maioria dos projetos de que a doutoranda participou compila informações em base de dados e as georreferencia. Dessa forma, poderiam contribuir para a formulação de políticas públicas. Contudo, ao contrário da aba gestão do SICG, nenhuma das plataformas gera informações a partir dos dados de sua base automaticamente.

O projeto 3 (Percurso Virtuais) demonstrou que o QR Code é bastante flexível quando se trata de alterar as informações apresentadas ao público. Como o item afixado no bem patrimonial é, na verdade, um encurtador de link da Internet, a parte material da tecnologia não precisa ser modificada a cada atualização. O que muda são as informações atreladas ao link, por meio da interface de administrador do *WordPress*. Já o projeto 2 (iPatrimônio) apresenta uma grande gama de possibilidades de mídias a serem combinadas para o registro e a disseminação dos bens patrimoniais. Contudo, a realização e manutenção de uma plataforma de tal amplitude (atualmente com 17 mil bens e quase 14 mil coordenadas) só é possível devido ao trabalho e à dedicação de um profissional especializado; cenário que não se mostra viável, atualmente, no âmbito do Poder Público.

Como esta análise é realizada sobre projetos dos quais a autora participou, pois, dessa forma, acompanhou seu desenvolvimento e pode relatar seu desenrolar como observadora de primeira ordem, o grupo de pesquisa Nomads.usp é um dos atores envolvidos (**Quadro 25**) na grande maioria dos projetos (1, 3, 4 e 5 - Memória Virtual Rural, Percurso Virtuais e OpinaSanca com base *Consul* e *WordPress*). Apenas não consta no projeto 2 (iPatrimônio), que é realizado por profissionais voluntários e não possui vínculos institucionais. Todos os projetos disponibilizam visualização sem necessidade de cadastro para o público em geral, inclusive porque essa é a missão da maioria deles (exceto o projeto 1 - Memória Virtual Rural, que era voltado para o público técnico), e também a participação via comentários. Mas a criação de conteúdo é ou era realizada apenas por pessoas com autorização nos projetos que estão ou estiveram em uso (1, 2 e 3 - Memória Virtual Rural, iPatrimônio e Percurso Virtuais). Infelizmente, os projetos que tinham como intuito a participação efetiva da população nos processos relacionados ao patrimônio cultural (4 e 5 - OpinaSanca com base *Consul* e *WordPress*), incluindo a criação de conteúdo via auto-cadastro, não foram totalmente desenvolvidos.

Três dos projetos tiveram financiamento público (1, 3 e 4 - Memória Virtual Rural, Percurso Virtuais e OpinaSanca com base *Consul*) e, infelizmente, apenas um deles (3 - Percurso Virtuais) foi

implementado e está em uso pela instituição governamental e pela sociedade. Acredita-se que dois dos fatores responsáveis pelo êxito do projeto são o engajamento da equipe governamental envolvida e a simplicidade das tecnologias escolhidas (QR Code e *WordPress*). De modo que o projeto 3 (Percurso Virtuais) se mostra o de mais fácil replicação por outras instituições; podendo ser hospedado de forma gratuita pelo próprio *WordPress*. Esse também é o único projeto que demanda a presença física do usuário junto ao bem patrimonial para acesso à informação, já que os QR Codes se encontram afixados nas paredes da antiga Estação Ferroviária de São Carlos.

Assim como no capítulo anterior, a análise dos casos-referências (**Quadro 26**) é resumida de acordo com os seguintes critérios: aspectos positivos e negativos, sua categoria de acordo com a aproximação ao lema “conhecer para preservar” ou à nova concepção de Educação Patrimonial “construir juntos”, e o nível de participação, segundo a escada proposta pela mestre em comunicação estadunidense Sherry Arnstein (1969).

Quadro 26. Quadro resumo da análise dos casos-referências

Projeto	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Categoria	Participação
1. Memória Virtual Rural	Desenvolvimento de padrão de descrição da informação único para os mais diversos tipos de bens	Alimentado apenas pela equipe e colaboradores autorizados; Dificuldades de desenvolvimento e manutenção	Conhecer para preservar	Não-participação
2. iPatrimônio	Projeto realizado por cidadãos e maior chance de continuidade; Centralização de informação dos diferentes níveis; Disponibilização online com coordenadas dos bens	Alimentado apenas pela equipe e colaboradores autorizados; Interface ainda com problemas de desenvolvimento; Sem apoio financeiro	Conhecer para preservar	Aplacamento
3. Percursos Virtuais	Tecnologias de fácil implementação e manutenção; Educação Patrimonial de acesso ilimitado; Baixo custo de implantação	-	Conhecer para preservar	Não-participação
4. OpinaSanca (Consul)	Código no GitHub; Funcionalidades compatíveis com as necessidades da área de inventário participativo; Georreferenciamento dos tópicos/bens; Moderação pelos usuários	Desenvolvido em linguagem pouco utilizada (<i>Ruby on Rails</i>); Demanda profissional especializado em programação em cada órgão que queira implementar; Não foi finalizado	Construir juntos	Poder delegado
5. OpinaSanca (WordPress)	Código no GitHub; Auto-cadastro; Georreferenciamento dos tópicos/bens; Coleta de coordenadas do bem via foto anexada pelo usuário	Interface não apropriada para a realização de inventários participativos; Interface pouco intuitiva; Não foi finalizado	Construir juntos	Controle cidadão

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como mencionado no capítulo anterior, o nível de participação dos projetos digitais é decidido na etapa de planejamento da plataforma, quando se definem as instâncias da plataforma em que a população poderá contribuir e as tecnologias a serem utilizadas. Os três projetos que foram implementados (1, 2 e 3 - Memória Virtual Rural⁸⁶, iPatrimônio e Percursos Virtuais) têm um caráter

⁸⁶ O projeto 1 (Memória Virtual Rural) já foi descontinuado.

de Educação Patrimonial de “conhecer para preservar”; ou seja, apresentam à sociedade informações sobre bens de notório valor técnico. Dois deles (1 e 3 - Memória Virtual Rural e Percursos Virtuais) configuram não-participação na escada de Arnstein (1969), o que significa que são formas de educar os cidadãos, repassar informações sobre os bens patrimoniais. E o 2 (iPatrimônio) configura aplacamento, onde os cidadãos encaminham informações e contribuições, mas a decisão de incorporá-las ao conteúdo do site é de um especialista, membro do projeto. Essa moderação foi incorporada para evitar spams e garantir que não sejam propagadas informações falsas. A sensibilidade em relação a relatos pessoais passa por decisão subjetiva do moderador.

Sobre o iPatrimônio cabe apontar sua relevância ao reunir, organizar e disponibilizar informação em uma única plataforma online, gratuita e sem cadastro. Tais informações, até então, se encontravam pulverizadas em sites e plataformas. Algumas delas sequer eram disponibilizadas online. Como aponta a cientista da informação brasileira Patricia Zeni Marchiori (2002, p. 162), o “[...] principal valor [da informação organizada] está no tempo poupado em procurar a informação necessária”. Portanto, quem busca informações sobre bens tombados as encontra no iPatrimônio sem precisar saber sobre órgãos de preservação, nem buscar as listas em inúmeros sites, na maioria pouco intuitivos.

Marchiori (2002, p. 75) aponta ainda que “[...] A função principal do gestor da informação é prover um serviço e/ou produto de informação que seja direcionado, funcional e atrativo”. Entendendo a plataforma iPatrimônio em sua função de gestão da informação, o conteúdo e interface são direcionados, mas pecam em funcionalidade e atratividade. Além disso, embora trate apenas do patrimônio acautelado, o projeto gostaria de se enquadrar na categoria “construir juntos”, aquela em que o patrimônio cultural é trabalhado em sua concepção ampliada. Contudo, não possui recursos humanos, tecnológicos e financeiros para tanto. De modo que os esforços estão sendo concentrados no “conhecer para preservar”, que é uma necessidade da sociedade brasileira e um trabalho viável para a equipe atual. A plataforma apresenta bens acautelados e continua em busca de engajamento de outros profissionais e cidadãos para ser colaborativa / participativa.

Como mencionado, os projetos voltados a uma participação mais efetiva da população (4 e 5 - OpinaSanca com base *Consul* e *WordPress*) não foram desenvolvidos em sua totalidade. Configuravam poder delegado (4 - OpinaSanca com base *Consul*), onde a maior parte do conteúdo e das decisões são dos cidadãos, e controle cidadão (5 - OpinaSanca com base *WordPress*), em que o gerenciamento completo é feito por eles. Embora as plataformas tenham partido de um mesmo projeto (OpinaSanca), a versão *Consul* seria implementada junto à Prefeitura Municipal de São Carlos; enquanto a versão *WordPress* foi pensada para gerenciamento por entidade civil ou grupo de cidadãos interessados no tema. Por isso as classificações de Arnstein (1969) não são iguais.

Aqui também cabe a comparação entre o SICG do IPHAN e a experiência junto ao projeto voluntário iPatrimônio (**Quadro 27**).

Quadro 27. Comparativo entre SICG e iPatrimônio

Critério	SICG	iPatrimônio
Desenvolvimento	2007 - Atual	2017 - Atual
Investimento público	R\$ 1.5 milhão	Nenhum
Mantenedor	IPHAN	3 Voluntários
Acesso cidadão	Sim (visualizador de conteúdo).	Sim (visualizador de conteúdo).
Modelo de busca	No mapa + Caixa de busca (UF, Município, Palavra-chave, Nome do bem) + Pesquisa avançada.	No mapa + Caixa de busca geral.
Apresentação da informação	Conteúdo textual + Fotos + Mapa + Link para dados de Tombamento/Registro + Visual agradável.	Conteúdo textual + Fotos + Mapa + Links para outras fontes de informação + Vários níveis de proteção na mesma página (no exemplo, Nacional e Estadual) + Possibilidade de incorporar vídeos e modelos geométricos + Visual agradável.
Conteúdo disponibilizado	IPHAN: bens tombados, registrados e inventariados.	Unesco, Mercosul, IPHAN, Distrito Federal, todos os Estados, cerca de 800 Municípios (tombados e registrados).
Aspectos positivos	Dados oficiais + Possibilidade de alimentação com todo o banco de dados físico da instituição (incluindo bens apenas inventariados) + Ideia de colaboração com outras instituições + Ideia de registro de inventários de outras instituições.	Dados buscados em órgãos oficiais + Concentração de bens de diferentes órgãos + Informações de bens tombados em mais de um nível na mesma página + linha do tempo infinita de bens*.
Aspectos negativos	Pouca informação de acesso público em relação ao acervo físico da instituição + Ferramenta de busca em aprimoramento.	Um tipo de pin + Mapas por órgão em desenvolvimento + Sem solução para representação de bens em área + Sem informação individual sobre os bens tombados em conjuntos + Sem geração de mapa com os pins do conjunto.

* O exemplo mais conhecido de linha do tempo infinita é o das notícias na rede social Facebook.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em termos gerais, o SICG dispendeu uma década de planejamento e desenvolvimento e um investimento financeiro de R\$ 1.5 milhão. Embora conte com mais funcionalidades do que o iPatrimônio, o SICG está vazio de informação e parado em termos de alimentação por uma questão burocrática difícil de ser resolvida: a falta de um servidor no quadro do IPHAN com tal função específica. Além disso, as parcerias previstas em termos tecnológicos não estão sendo concretizadas em termos político-processuais. Dessa forma, a percepção atual é de que um projeto realizado por cidadãos, como o iPatrimônio, possui maior possibilidade de continuidade pelo engajamento da equipe e por não sofrer influência das mudanças políticas (trocas de partido a cujo governo o projeto seria atrelado).

8.4 Considerações do capítulo

Esse capítulo iniciou com uma discussão sobre mapas: representações do mundo real, que devem ser entendidas como recortes realizados por determinados agentes, com objetivos bastante específicos e inclusões e omissões intencionais. Entendendo os mapas como produtos de determinadas visões de mundo e disseminadores de informações alinhadas a elas, cabe a pergunta: ser mapeado ou se mapear? Questionamento que inicia reflexões mais profundas acerca das atividades de inventário participativo, tais como o que não deve ser mapeado, já que informação é poder e, em mãos erradas, pode se voltar contra a comunidade que a registrou.

Em seguida, o subcapítulo **8.3 Comparativo entre projetos** repete a estrutura de análise já apresentada no capítulo anterior. Mas, em vez de projetos analisados indiretamente por meio da leitura de publicações e de entrevistas, nesse subcapítulo são apresentados projetos dos quais a autora participou. A opção por esse olhar interno provém do entendimento de que prática e teoria se complementam e de que diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento tecnológico não são apontados em publicações. E assim os subcapítulos 3.2 e 3.3 se debruçam sobre os avanços e entraves encontrados ao longo do desenvolvimento de quatro plataformas distintas.

Ao final das análises, entende-se que a pandemia reforçou as potencialidades do digital e também ressaltou a inexistência de plataformas apropriadas para o inventário participativo e as profundas desigualdades de acesso à Internet. Afinal, o digital é um ambiente social e, justamente por isso, espelha as desigualdades vivenciadas fora dele. Para a existência de um ambiente virtual de congregação e respeito à pluralidade cultural, é preciso que antes se remedeiem as injustiças da sociedade brasileira.

PARTE 3 _ TESE

A última parte desta Tese é composta por duas partes.

O **Capítulo 9. Gestão participativa** retoma as discussões dos capítulos anteriores para propor mudança de paradigma necessária no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Inicia com o contexto atual da gestão do patrimônio cultural e a centralização dos processos nos órgãos de preservação. Em seguida, retoma as principais constatações da análise da gestão do patrimônio cultural como um sistema e amplia a discussão sobre as tecnologias digitais, em especial plataformas online, como possibilidades para a conexão entre os atores e sua participação nos processos. E finaliza com orientações para a participação com base na teoria e nas análises apresentadas ao longo dos capítulos anteriores.

Ao final desta discussão, pretende-se apresentar diretrizes para uma gestão do patrimônio cultural por meio do uso das mídias digitais e com caráter de Educação Patrimonial Decolonial, com o intuito de que os processos e atividades envolvidos sejam mais participativos. Ou seja, uma gestão baseada na troca e complementação de conhecimento entre órgãos de preservação e comunidade, proporcionando mudanças necessárias na compreensão e consciência do papel fundamental dos cidadãos nas ações patrimonialistas.

E o item **Conclusão** encerra a Tese com uma breve síntese das discussões, dois itens elucidativos (“Relevância para a pesquisa e a prática” e “Limitações encontradas pela pesquisa”) e um último item intitulado “Indicação de pesquisas futuras”. A Tese não é entendida como um final, mas um elemento nó que poderia se multiplicar em muitos projetos de cunho extensionista, para estimular uma relação mais participativa entre poder público, instituições, academia e aqueles que são os protagonistas do patrimônio cultural: a população.



Capítulo 9. Gestão participativa

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado.
[Milton Santos, 1999, s.p.]

Este capítulo tem por objetivo sintetizar reflexões e aprendizados frutos da trajetória deste Doutorado, tanto em relação à teoria quanto às práticas. Propõem-se aqui pontos norteadores para os órgãos de preservação, tendo como centralidade o entendimento dos servidores técnicos como mediadores dotados do poder de oficialização, lhes dado pelos entes governamentais e realizado por meio dos diferentes instrumentos. Nesse sentido, entende-se que o objetivo de servidores técnicos deve ser o de dialogar com as comunidades locais detentoras da Cultura. Também cabe a eles entender as referências culturais do cotidiano que são representativas e que cada grupo social deseja ter documentada como parte de sua memória e de seu legado para as futuras gerações.

Como vimos ao longo desta Tese, cada vez mais, essa atuação perpassa um entendimento geral da complexidade do patrimônio cultural, dos agentes envolvidos e das políticas e instrumentos disponíveis. É fundamental que o técnico esteja aberto à colaboração com outras áreas e, em especial, ao diálogo com os atores locais e à sua participação efetiva. Além disso, é essencial conhecer as tecnologias disponíveis tanto nos órgãos governamentais quanto fora deles (com possibilidade de adaptação e uso futuros) para que se amplie o acesso ao patrimônio cultural. Acesso que, como já dito, se divide em duas frentes: à informação sobre o patrimônio acautelado e ao espaço de fala para indicar referências culturais para salvaguarda.

Este capítulo se estrutura em cinco partes. O primeiro subcapítulo, intitulado “9.1 Atores”, traz algumas considerações pertinentes sobre os atores envolvidos nos processos. Em seguida, uma sequência de três itens cujo conteúdo sintetiza as principais reflexões desta Tese em três campos principais: Políticas (9.2), Processos (9.3) e Tecnologias (9.4). E um último tópico dessa análise, item 9.5 Interações, se embasa no método matemático de representação gráfica de conjuntos chamado Diagrama de Venn, que reúne os três campos para tratar das sobreposições e intersecções entre eles. O subcapítulo 9.6 encerra essa jornada de questionamentos, investigação e reflexão com algumas diretrizes para a uma maior inserção (e conseqüente participação) dos diversos agentes da sociedade nas políticas e nos processos do IPHAN por meio das tecnologias atuais e de atividades de Educação Patrimonial Decolonial.

Mesmo que restem muitos questionamentos e problemas de pesquisa em aberto, como em todo final de pesquisa (já que nenhum assunto se esgota em seis anos ou em cerca de 300 páginas), duas

assertivas são inquestionáveis: É preciso que ocorra uma revisão das políticas e dos processos relacionados à gestão do patrimônio cultural brasileiro. E ela deve levar a uma participação mais ampla dos diferentes grupos formadores e à colaboração entre os diversos agentes da sociedade.

9.1 Atores

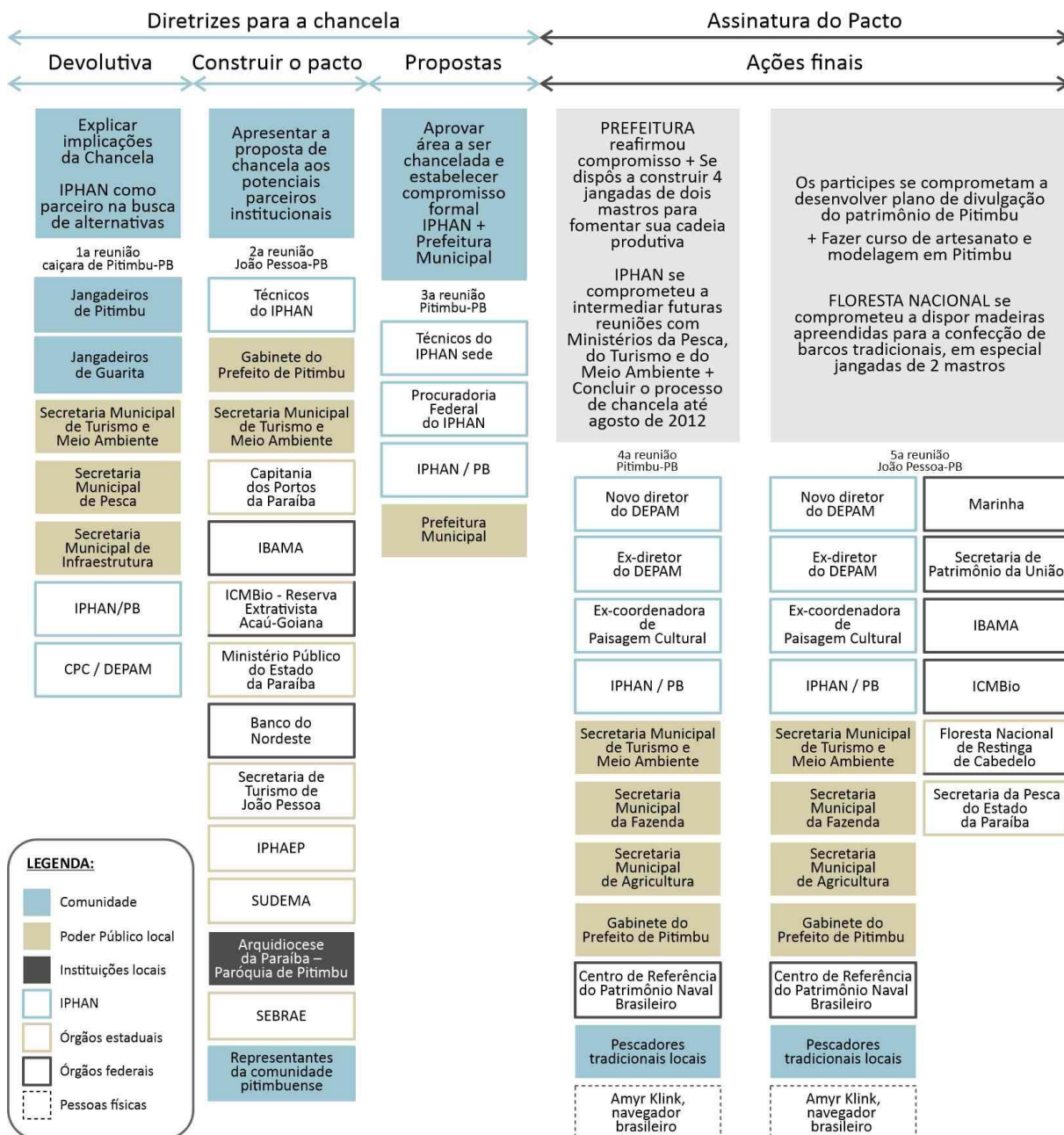
Cabe iniciar essa reflexão explicando que as várias áreas do conhecimento utilizadas nesta Tese convergem especificamente neste ponto: entender o ser humano como elemento essencial do sistema (Cibernética de Segunda Ordem), da análise (Chancela da Paisagem Cultural), das atividades (Educação Patrimonial Decolonial), entre outros. Sendo realizado por atores com suas próprias histórias de vida e visões de mundo, o patrimônio cultural é um campo de conflitos ideológicos ligados a questões como o direito à memória. Portanto, é importante apresentar os atores (*Stakeholders*) envolvidos.

[...] ator é aquele que age reflexivamente, que é dotado de competências, tem poder, elabora estratégias e discursos. Por exemplo, o prefeito, o presidente de um conselho, o chefe de uma empresa, etc. O ator pode ser um indivíduo, mas também uma coletividade, uma organização, cujas ações têm maior alcance do que as de um ator individual. [...] (MÉO; BULÉON, 2007 *apud* SCHNEIDER, 2019, s.p.).

Com base nos preceitos da Educação Patrimonial Decolonial, os integrantes das comunidades locais devem exercer ativamente o papel de atores. O advogado peruano Alberto Martorell (2021), então diretor do Ministério de Cultural do Peru, indica que, em ordem de prioridade, o patrimônio deve ser preservado para: 1. a população local; 2. a sociedade nacional; 3. a comunidade acadêmica; 4. os turistas e visitantes e 5. a Humanidade em seu conjunto. Como visto na análise do subcapítulo 3.3.2 *Pacto para a Chancela: o caso da Paisagem Cultural de Pitimbu (PB)*, diversos são os atores a serem convocados a dividir as responsabilidades sobre o patrimônio cultural. No **Diagrama 15**, na próxima página, são retomados os agentes que participaram das reuniões para o pacto e o plano de gestão de Pitimbu e apontado seu caráter.

Note-se que, nesse caso em específico, na primeira reunião havia um equilíbrio entre poder público local (3), comunidade (2) e IPHAN (2); o que condiz com a etapa do processo de chancela, na qual o IPHAN buscou explicar aos agentes locais como se dá a parceria. Já na segunda reunião, com o objetivo de construir o pacto, os técnicos do IPHAN dialogaram com agentes de vários níveis (local, estadual e federal) e áreas de atuação (religioso, ambiental, naval, comércio etc.). Na terceira reunião, diferentes setores do IPHAN reuniram-se com a Prefeitura Municipal para aprovar a área a ser chancelada e estabelecer o compromisso. E os agentes que participaram da quarta reunião também estiveram presentes na quinta reunião, uma na cidade onde a Chancela aconteceria e outra na capital do Estado, onde se juntaram a outros agentes do poder público federal para as ações finais referentes à assinatura do pacto.

Diagrama 15. Caráter dos agentes que participaram da negociação para o pacto e o plano de gestão de Pitimbu



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Cabe ainda mencionar que os Conselhos Municipais, Estaduais e Federal geralmente são constituídos por representantes governamentais e de instituições externas e por profissionais de notório saber. Os exemplos retratados no **Quadro 28** demonstram quais instituições e saberes são convidados a participar das discussões e fica claro que os indivíduos convocados são aqueles que detêm “notório saber”, conceito geralmente associado a conhecimentos eruditos.

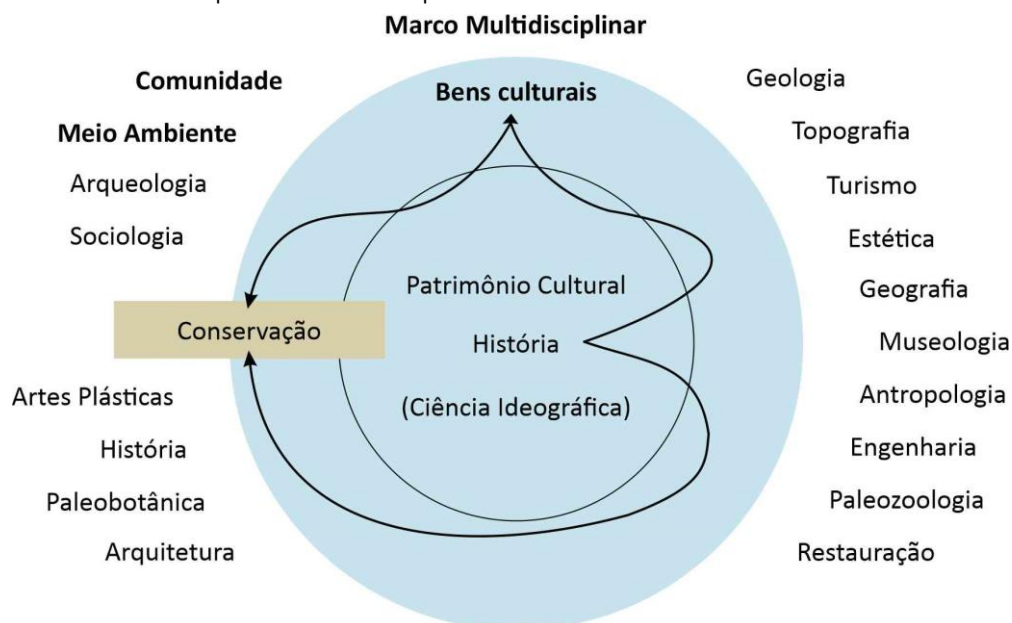
Quadro 28. Exemplos de composições de Conselhos do Patrimônio em nível Federal, Estadual e Municipal

Nacional	Estadual	Municipal
IPHAN	CONDEPHAAT	CONPRESP
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
Presidência do Conselho		
Presidente do IPHAN designado pelo Presidente da República	Presidente e Vice-Presidente do Conselho designados pelo Governador do Estado	Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico designado pelo Prefeito
Representantes Governamentais		
01 Ministério da Educação	Coordenador da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico	01 Secretaria Municipal de Cultura
01 Ministério do Meio Ambiente	03 Secretaria da Cultura e Economia Criativa	01 Vereador da Câmara Municipal
01 Ministério do Turismo	01 Secretaria de Governo	01 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
01 Ministério do Desenvolvimento Regional	01 Secretaria da Fazenda e Planejamento	01 Secretaria Municipal de Habitação
01 Instituto Brasileiro de Museus	01 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
	01 Secretaria da Habitação	
	01 Secretaria de Desenvolvimento Regional	
	01 Secretaria de Turismo	
	01 Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	
Representantes Institucionais Externos		
01 Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	01 Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	01 Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo
01 Instituto de Arquitetos do Brasil	01 IPHAN – Superintendência de São Paulo	01 Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo
01 Sociedade de Arqueologia Brasileira	01 Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	01 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo
01 Associação Brasileira de Antropologia	01 Universidade de São Paulo	
	01 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	
	01 Universidade Estadual de Campinas	
	01 Universidade Federal de São Paulo	
	01 Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo	
	01 Instituto de Engenharia de São Paulo	
	01 Associação Paulista de Municípios	
Profissionais de notório saber		
13 Profissionais de notório saber e comprovada experiência	01 profissional de notório saber em História da Arte e Arquitetura	-
	01 profissional de notório saber em Urbanismo	
	01 profissional de notório saber em Patrimônio Imaterial	

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no Decreto n° 9.963 (BRASIL, 2019), no Decreto n° 64.186 (SÃO PAULO, 2019) e no Decreto n° 50.989 (SÃO PAULO, 2009).

Retomando a questão dos conflitos relacionados ao patrimônio cultural como direito à memória, cabe destacar a importância da multidisciplinaridade dos agentes envolvidos em qualquer dos tipos de processo, inclusive por sua complexidade (**Diagrama 16**).

Diagrama 16. Caráter multidisciplinar e sistêmico do patrimônio cultural



Fonte: María del Carmen Díaz Cabeza (2010) *apud* Alberto Martorell (2021), tradução nossa.

Se trata de uma esfera de trabalho pontuada por diversas áreas do conhecimento e quanto mais visões de mundo estiverem em colaboração, mais diversos serão os atores locais chamados a participar e o patrimônio reconhecido. Contudo, por várias décadas, os servidores do IPHAN⁸⁷ eram indicados aos cargos e se resumiam quase somente a arquitetos. Felizmente, o quadro de servidores do IPHAN vem se diversificando conforme vão sendo realizados concursos públicos. Atualmente, é composto por servidores alocados em funções como Gestão em Políticas Públicas; Gestão de Projetos; Produção Executiva; Economia; Técnico em Edificações; Conservação-Restauração de Bens; Arquivologia; Biblioteconomia; Tecnologia da Informação; Educação; Pesquisa; Antropologia; Arqueologia; Ciências Sociais; História; Geociência; Artes Cênicas; Comunicação Social; Engenharia Agrônoma; Gestão Ambiental; Ciências Biológicas e Relações Internacionais (**Tabela 1**). As modificações nos instrumentos de preservação, de inventário e de educação patrimonial não aconteceram por si mesmas. Elas foram possíveis graças aos novos olhares dos concursados, cuja diversidade de formações auxiliou na alteração da própria visão do que é patrimônio cultural.

Um importante agente para o plano de gestão do patrimônio cultural não foi incluído nas reuniões realizadas para o plano de Chancela da Paisagem Cultural de Pitimbu: o setor privado, que é quem

⁸⁷ Falamos do IPHAN porque é um dos órgãos mais antigos do Brasil, mais bem estruturado, de quem mais se consegue informação e que, geralmente, serve de inspiração para órgãos de outros níveis.

pode auxiliar na monetização / apoio financeiro a sua manutenção. Talvez houvesse intenção de incluí-lo em etapa posterior ao tratar do plano de gestão da Chancela.

O instrumento da Chancela da Paisagem Cultural é o mais recente e foi pensado para ser o mais inclusivo em termos de bens culturais e de atores incluídos. O mesmo não aconteceu, por exemplo, com o tombamento: pensado como instrumento inicial de defesa do patrimônio edificado ameaçado pela renovação urbana, bastava a indicação de um técnico especializado. Nos anos mais recentes, vem sendo incentivado o diálogo com os moradores e utilizadores dos espaços públicos, como mencionado no item 6.2 Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), ferramenta de inventário digital dos anos 1980 que, além dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos e morfológicos, considerava também as características socioeconômicas e afetivas do sítio como um todo. E a proposta de atualização da portaria que define o processo do tombamento (datada da década de 1980) busca incluir a participação dos agentes locais na legislação. Assim a inclusão e escuta ativa não são escolhas do profissional que vai realizar o levantamento.

9.2 Políticas

Segundo o especialista em transformação digital Bilal Succar⁸⁸ (2009), o Campo Político envolve princípios escritos e ou regras instituídas. Na área do patrimônio, entende-se que é composto por legislações e cartas patrimoniais, além dos atores envolvidos em sua criação e fiscalização. Segundo Succar (2008), os atores deste campo são aqueles envolvidos com a gestão do ensino e da pesquisa, a distribuição de responsabilidades e a dirimção de conflitos.

O **Diagrama 17**, na próxima página⁸⁹, representa de forma gráfica o Campo Político da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro, contendo Atores (nos quadros brancos), Produtos (em letras pretas) e Interações (que serão mais bem detalhadas no item 9.5 Interações). Em vermelho, atores e produtos ainda pouco incorporados aos campos.

Em relação à Educação Patrimonial, cabe reforçar a posição desta Tese de que não é somente a realização de atividades destinadas ao “conhecer para preservar”, mas o incremento progressivo de uma política institucional voltada à escuta ativa e, com ela, à incorporação de patrimônios outros que representem os grupos formadores até então não incluídos na história oficial. Além disso,

A partir do princípio de que a efetividade de uma política pública se relaciona, diretamente, à capacidade de a sociedade participar, decidir e avaliar ações e

⁸⁸ Embora Succar (2008, 2009) trate de processos de Modelagem da Informação no campo da construção civil (BIM - *Building Information Modelling*), várias de suas considerações relacionadas à organização, ao fluxo e à gestão da informação podem ser adequadas para a análise de qualquer área de conhecimento.

⁸⁹ Os diagramas apresentados neste capítulo são do tipo Diagramas de Venn. O modelo foi escolhido porque é ideal para ilustrar as semelhanças e diferenças entre vários grupos ou conceitos diferentes (FERRAZ et al., 2020). O design e o conteúdo dos diagramas foram inspirados nos diagramas de Venn apresentados por Billal Succar, que dividiu o sistema em Campo Político, Campo Processual e Campo Tecnológico.

serviços prestados por ela, constitui-se estratégia essencial e prioritária nesse campo de atuação fomentar e reconhecer a educação patrimonial como um processo permanente para obtenção dessa abordagem dialógica e de construção coletiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural (RAMPIM, 2019, p. 59).

Diagrama 17. Alguns dos atores e produtos do Campo Político da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como aponta o historiador brasileiro Ulpiano Bezerra de Meneses (2009, p. 33), o Estado pode participar desses processos de valoração, mas entende-se que “[...] O poder público, agora, tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor do valor, a comunidade. [...]”. Ou seja, como apontam os princípios da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), entende-se que existem conflitos constantes em relação à escolha do que perpetuar, que se relacionam diretamente ao direito à memória e ao reconhecimento das comunidades em sua existência no território. Dinâmicas que se transformam conforme são vividas e, justamente por isso, cujos sentidos só podem ser compreendidos e expressos pelos indivíduos envolvidos, e não pelo técnico que os observa de fora do sistema. Por isso, o princípio mais importante mencionado pela REPEP parece ser o da “centralidade dos sujeitos”, que entende que a importância do bem não é inerente a sua materialidade; mas lhe é dada pela comunidade local.

Assim: deve-se adotar a participação de instituições, comunidades e indivíduos locais.

9.3 Processos

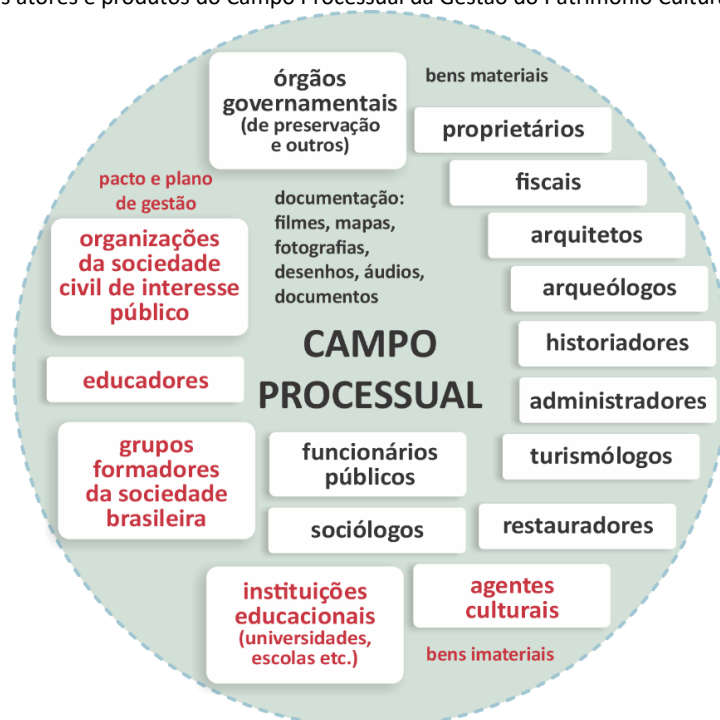
Segundo Succar (2009), o Campo Processual envolve a ordenação das atividades ao longo do tempo e do espaço. Nesta Tese, os processos foram analisados a partir dos fluxos de informação previstos para os instrumentos do IPHAN nas leis que os instituíram. Entende-se que legislação e

prática nem sempre se equivalem, especialmente porque as dinâmicas processuais se aperfeiçoam e adequam aos contextos conforme são praticadas ao longo do tempo (e a lei nem sempre é atualizada – como pode ser visto no instrumento do Tombamento). Contudo, a apresentação dos instrumentos dentro de seu contexto temporal parece representar adequadamente o *status quo* dos períodos de atuação do IPHAN e, conseqüentemente, as mudanças dos entendimentos de patrimônio e de papel dos atores.

Aqui são considerados atores aqueles que participam das atividades, seja detentores do patrimônio, inventariadores, órgãos de regulação e aqueles que serão envolvidos na proteção futura dos bens. O **Diagrama 18** representa de forma gráfica alguns dos atores e produtos do Campo Processual da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro, contendo Atores (nos quadros brancos), Produtos (em letras pretas) e Interações (que serão mais bem detalhadas no item 9.5 Interações). Em vermelho, atores e produtos ainda pouco incorporados aos campos. Como visto no item 9.1 Atores, diferentes formações acadêmicas vêm sendo incorporadas aos processos do patrimônio cultural com o passar dos anos, convergindo em uma multidisciplinaridade importante para a área.

Cabe apontar que, segundo Scifoni (2018), a Educação Patrimonial é um dos campos patrimoniais que sempre polemizaram e questionaram conceitos, políticas e processos, tendo sido marginalizada dentro do IPHAN por ser um campo transversal que busca mudanças. A autora ainda comenta que o INRC e a Chancelaria da Paisagem Cultural se alinham a essa intenção principal dos inventários participativos de potencializar a participação e dar voz aos indivíduos como proponentes de categorias de proteção, tendo como base as referências culturais que estão dentro de sua rotina cultural.

Diagrama 18. Alguns dos atores e produtos do Campo Processual da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Retomando-se as etapas metodológicas apontadas pelo Guia básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999 - ver **Quadro 13**), cabe apontar que a estratégia adotada nas oficinas realizadas no Vale do Ribeira (Registro e Iguape-SP) foi deliberadamente invertida (**Diagrama 19**). No relatório da oficina de Registro, lê-se que, trazendo a Educação Patrimonial “[...] para contribuir no início do processo de identificação, [o processo] possibilita contribuir para a construção e fortalecimento dos laços entre a tutela institucional pública e as populações locais, criando um canal de participação social no processo de reconhecimento do patrimônio” (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 1).

Nota-se no **Diagrama 19** e no **Diagrama 20** (na próxima página) que oficialização e apropriação são diametralmente opostas nos processos. O Guia parte da posição de um professor que ensina sobre um bem já acautelado com o objetivo final de que o aluno se aproprie do mesmo e, com isso, passe a valorizá-lo.

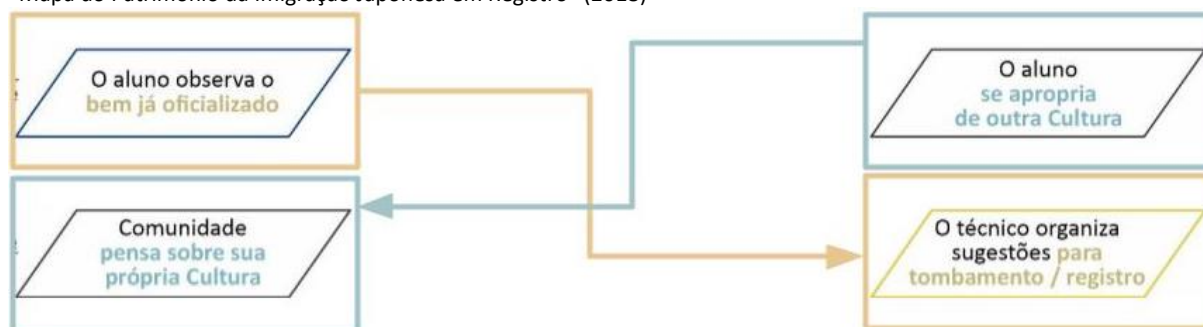
Diagrama 19. Etapas metodológicas do Guia básico de Educação Patrimonial (1999) x estratégia da oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2018)



* Etapa 1 (levantamento preliminar) já havia sido realizada por empresa contratada.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 9), Nito e Scifoni (2017, p. 42) e no Relatório (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 1).

Diagrama 20. Inversão das etapas de oficialização e apropriação do Guia básico de Educação Patrimonial (1999) para a oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro” (2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As oficinas no Vale do Ribeira partiram do técnico em posição de ouvinte de uma comunidade convidada a pensar sobre sua própria Cultura (portanto, já apropriada e valorizada) com a finalidade de indicar bens para o Tombamento e para o Registro (oficialização). Enquanto o Guia indica que o aluno é quem realiza todas as atividades sob orientação do professor; no Vale do Ribeira, as comunidades foram convidadas a explorar coletivamente sua própria Cultura para indicar aos técnicos o que observar e documentar.

Assim: a participação / colaboração das comunidades locais precisa ser um pressuposto dos instrumentos e não ficar a cargo da decisão do inventariante.

9.4 Tecnologias

Segundo Succar (2009), o Campo Tecnológico envolve atores e produtos especializados no melhoramento de equipamentos e de sistemas de trabalho e de gestão da informação por meio de tecnologias digitais. Cabe ressaltar que se entende que este campo envolve tanto os sistemas tecnológicos em si, quanto os processos de alimentação das plataformas e de acesso a esse conteúdo pela sociedade como um todo. O **Diagrama 21** representa de forma gráfica alguns dos atores e produtos do Campo Tecnológico da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro, contendo Atores (nos quadros brancos), Produtos (em letras pretas) e Interações (que serão mais bem detalhadas no item 9.5 Interações). Em vermelho, atores e produtos ainda pouco incorporados aos campos.

Diagrama 21. Alguns dos atores e produtos do Campo Tecnológico da Gestão do Patrimônio Cultural brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como comentado no item 5.1.1 *Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)*, os meios digitais propiciam a exponencialização da produção do conhecimento. O mesmo vale para o patrimônio cultural em relação ao estoque patrimonial quando os detentores do conhecimento são chamados para diálogo. Embora alguns autores se refiram ao exagerado e desnecessário crescimento do estoque patrimonial, ele está sendo alimentado com mais do mesmo e não diversificado e complementado.

O IPHAN apesar de ter o site mais bem construído e várias bases online de consulta aos seus acervos e processos, apresenta pouco da informação coletada ao longo dos seus mais de 80 anos de atuação. Isso porque lhe faltam recursos humanos e tecnológicos para tamanha empreitada.

As funções administrativas descritas nas vagas de concursos deveriam poder ser atualizadas ao longo da carreira para se adaptar às novas tecnologias. Ou as descrições de funções deveriam ser mais abrangentes já prevendo que a tecnologia utilizada no futuro pode ser bem distinta da atual. Além disso, falta ao IPHAN uma coordenação de esforços para que o SICG (por ser o sistema mais recente, possibilitar o georreferenciamento e a consulta por parte da população, e por ser pensado especificamente para o patrimônio material) seja adaptado para todos os tipos de bens protegidos e para sua interoperabilidade ativa e eficiente com os demais sistemas com os quais a área conversa (Fiscalis, ambiental etc.). Além disso, é preocupante que, desde 2021, o site do IPHAN esteja em migração para a plataforma unificada Gov.br, pois é possível que informações se percam nesse processo.

O que se observa de forma geral é que os órgãos governamentais dos diversos níveis se empenham em conseguir financiamento para a criação de plataformas próprias (sendo único alimentador) e específicas (para a tramitação / divulgação de seu patrimônio), mas esquecem que depois será necessário ter:

- verba para manutenção e atualização anual do software (algumas empresas chegam a cobrar R\$ 1 milhão por ano);
- pessoas internamente para alimentar a plataforma com o conteúdo já produzido, o que inclui organização, digitalização, upload, categorização e outras etapas; e
- melhorias de SEO e divulgação para que a plataforma apareça entre os primeiros resultados das buscas realizadas pelos cidadãos comuns.

Além disso, nota-se que plataformas com objetivos ou objetos similares ou complementares são desenvolvidas de modo paralelo por entes do mesmo nível governamental (exemplos: SICG do IPHAN, SNIIC do MinC e SEI do governo federal via TRF4) ou mesmo por departamentos de um mesmo órgão (SICG do DEPAM e MAPI do DPI, dentro do IPHAN).

Ou seja, verbas públicas são gastas várias vezes para uma mesma finalidade e cada projeto sucumbe por um motivo diferente. Se as forças fossem unidas em uma plataforma central com toda a informação (o que facilitaria o entendimento do patrimônio nacional por pesquisadores e outros cidadãos), cada órgão seria responsável pela alimentação dos bens de sua alçada (o que dividiria os esforços necessários para alimentação e atualização do conteúdo) e a manutenção / atualização seria necessária para apenas uma plataforma (para a qual seria interessante contar com tecnologias *open source* com comunidade já engajada na melhoria da mesma).

Cabem ainda os apontamentos do sociólogo espanhol Manuel Castells (2009) sobre características desejáveis para a Sociedade da Informação: 1. Conversão de toda a informação em uma linguagem comum digital; 2. Comunicação glocal e vice-versa em tempo real; 3. Múltiplas modalidades de comunicação; 4. Interconexão de todas as bases de dados; 5. Unificação das configurações das várias camadas para unificar a comunicação; e 6. Constituição gradual de uma mente coletiva

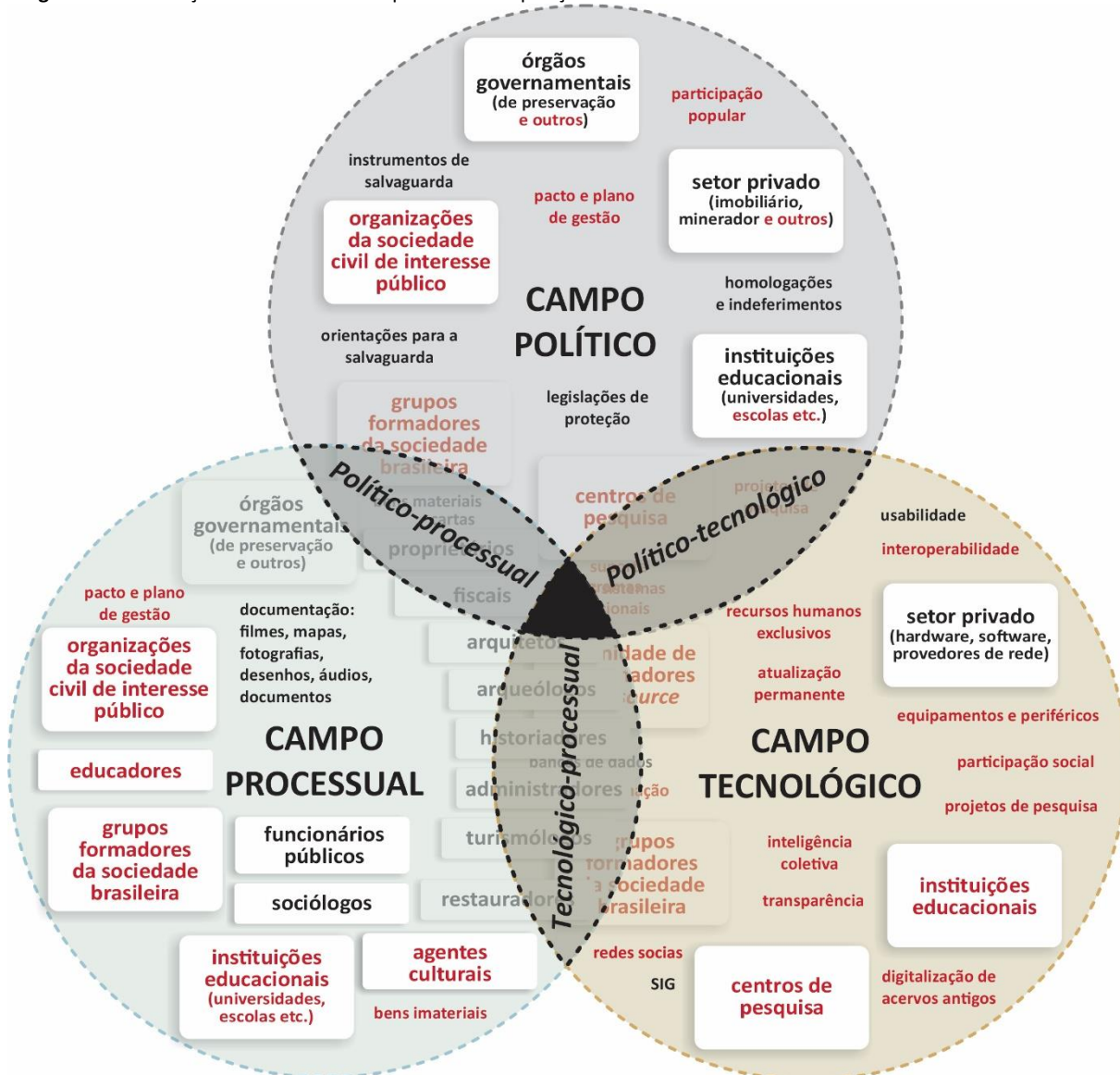
trabalhando em rede. E também lembrar as características dos softwares *open source* mencionadas por Álvaro Ortiz (2018): 1. O cidadão tem direito ao acesso àquilo que foi pago com o dinheiro público; 2. Cidadãos, programadores e seus chefes podem analisar a segurança e a qualidade do código; 3. O governo deixa de ser refém da empresa desenvolvedora para atualizações e correções; e 4. O código pode ser melhorado coletivamente.

Assim: a chave para o sucesso de empreitadas tecnológicas na área do patrimônio cultural é a inteligência coletiva / participação, levada não só à área da construção do conhecimento, mas também no desenvolvimento das tecnologias (ideia central do *open source*) e nas outras atividades envolvidas.

9.5 Interações

Um sistema vai além da soma simples de suas partes (Teoria da Complexidade do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, 1990), então é preciso entender que existem sobreposições entre os campos (**Diagrama 22**), onde interações / negociações ocorrem; e também que política

Diagrama 22. Interações entre os três campos e as sobreposições entre eles



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Trata-se de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. [...] Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p. 28-29)

Portanto, as políticas públicas são responsáveis por mudar a realidade, por meio de equilíbrios ou desequilíbrios, demandando novos ajustes e buscas por novas realidades. O advogado argentino Enrique Saravia inclusive reforça que se trata de “manter” ou de “modificar” realidades dos setores da vida social. Ou seja, quem escreve a legislação, por meio de ações ou omissões, detém o poder de decidir se a realidade continua como está ou se vai ser mudada e em que direção.

Na área do patrimônio cultural, a sobreposição Político-Processual é a mais relevante diante da questão de decolonizar não só o estoque patrimonial, mas também a forma como as ações dos órgãos de preservação são realizadas e a relação que eles e a sociedade têm entre si, como um vê o outro. O órgão governamental como distante e fora do alcance e a sociedade como ignorante de sua própria cultura? Ou o órgão governamental e a sociedade se vendo como colaboradores / participantes de processos de proteção da cultura cotidiana de todos os grupos formadores do Brasil, de todas as classes e de todos os credos? Como visto na PARTE 1 _ POLÍTICAS E PROCESSOS, a mudança da primeira abordagem para a segunda vem acontecendo de forma bastante lenta.

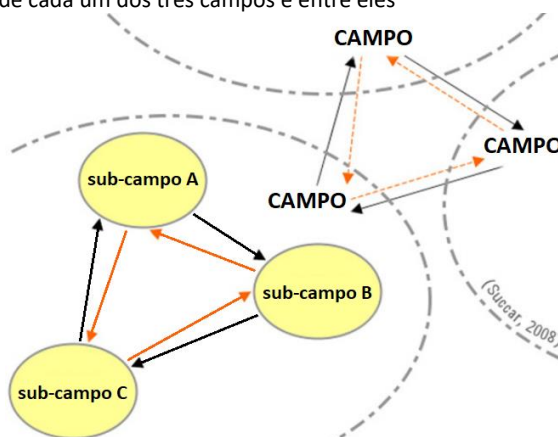
Já a Tecnologia tem avançado cada vez mais rapidamente. Mas sua incorporação nas instituições governamentais não segue o mesmo ritmo, porque demanda mudanças:

- políticas (sobreposição Político-Tecnológica), dentre elas, a adoção e o financiamento de hardware e software; e a organização de recursos humanos para manutenção, alimentação e aprimoramento; e
- processuais (sobreposição Tecnológico-Processual), envolvendo não só a inclusão das tecnologias nos fluxos de informação, mas também a capacitação dos recursos humanos no seu uso e, mesmo, em uma nova maneira de pensar as dinâmicas já enraizadas dentro das instituições.

Portanto, os três campos se interconectam entre si. Políticas são necessárias para instaurar a mudança dos processos e das tecnologias. As tecnologias podem auxiliar políticas (com a transparência das informações e a participação cada vez mais direta da população) e processos (com transparência e celeridade). Mas os processos não mudam se as pessoas envolvidas (já que a instituição não é um ente único, mas composta por vários funcionários) não aceitarem aprender novos modos de pensar e executar suas funções. Portanto, as interações nas sobreposições dos campos ocorrem por vias de mão-dupla. Considerando que, dentro da estrutura organizacional, os agentes interagem segundo uma política pré-definida (Modelo do Sistema Viável do administrador e ciberneticista britânico Stafford

Beer, 1981, no **Diagrama 6**), é preciso entender também que existem subcampos dentro dos três campos principais e ocorrem interações entre eles (**Diagrama 23**).

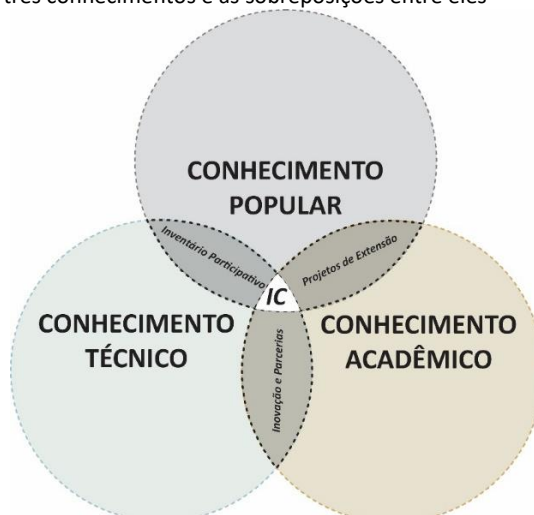
Diagrama 23. Interações dentro de cada um dos três campos e entre eles



Fonte: Succar (2009, p. 361, tradução e adaptação nossa).

Uma segunda tríade deve ser analisada dentro da área de patrimônio cultural em relação às pessoas envolvidas, aos conhecimentos que carregam e às pré-concepções dos mesmos. O conhecimento técnico geralmente é tido por si mesmo como iluminador; o conhecimento acadêmico, como arrojado / inovador; e o conhecimento popular, como insignificante, já que o Discurso Autorizado do Patrimônio, como o chama a arqueóloga australiana Laurajane Smith (2006), prega que a única Cultura que importa é a erudita. E as sobreposições desses três saberes podem ser lidas da seguinte forma (**Erro! Autoreferência de indicador não válida.**): geralmente, o acadêmico atua em conjunto com o popular em projetos de extensão; o conhecimento técnico realiza inventários participativos junto à população; e os conhecimentos acadêmico e técnico se aliam em parcerias para estudos e inovação. Mas a peça central dessa figura é também o ponto-chave da discussão desta Tese: apenas na intersecção entre todos os saberes, encontramos a Inteligência Coletiva (IC), que só será plenamente alcançada quando houver a colaboração entre todos os envolvidos na área do patrimônio cultural e a efetiva participação das comunidades locais.

Diagrama 24. Interações entre os três conhecimentos e as sobreposições entre eles



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

9.6 Proposta: a Tese

A tese não pretende ser uma nova epistemologia. Diante do trabalho em uma zona fronteiriça que permeia diversas áreas do conhecimento, busca-se entender o estado atual da gestão do patrimônio cultural brasileiro e pensar novas metodologias (que se utilizem das mídias digitais como facilitadoras) para a participação efetiva da população nos processos do patrimônio cultural brasileiro.

No **Quadro 29** (na próxima página), sintetizaram-se informações da PARTE 1 da Tese para apresentar um panorama geral dos instrumentos de proteção e apontar o nível de participação da sociedade, segundo a escada da mestre em comunicação estadunidense Sherry Arnstein (ver **Figura 33**) introduzido na Parte 2.

Como se pode ver na coluna dedicada ao nível de participação, concluiu-se que nenhum dos instrumentos alcançou o topo da escada. Embora, na teoria, os instrumentos de Registro e Chancela busquem o Controle Cidadão, a decisão do que incluir nos relatórios dos inventários é dos técnicos do IPHAN e a decisão sobre a homologação dos bens é do Conselho Consultivo. O que no contexto do patrimônio cultural acautelado parece correto, já que se busca a união de esforços entre os detentores do poder de homologação e as comunidades, que é chamada de Parceria por Arnstein (1969).

Na prática, o efetivo Controle Cidadão na área do patrimônio cultural, onde 1. o gerenciamento completo é realizado pelos cidadãos e 2. as minorias e os grupos sub-representados realmente participam e têm poder de decisão é uma utopia, já que 1. é inserido em um contexto regido por leis criadas pelos detentores do poder e 2. necessitaria que cada cidadão, diretamente ou via seu representante próximo (como associações de bairro ou organizações não-governamentais ligadas às minorias, por exemplo), tivesse acesso à informação sobre a existência dos instrumentos e sobre seus trâmites e houvesse um canal facilitado para realização dos processos (ambas condições exigiriam ampla divulgação e transparência dos órgãos governamentais e acesso à Internet para todos cidadãos).

Contudo, se o acesso à informação dos bens tombados é difícil no Brasil (como visto no item 5.2 O acesso à informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil), quão difícil é a abertura dos órgãos à escuta ativa da população? Nesse sentido, a criação de uma plataforma digital não é uma solução absoluta para todas as questões envolvidas na área. É apenas um dos muitos elementos a serem alinhados para a conscientização dos vários atores em relação ao seu papel dentro da complexa rede desse sistema e para sua efetiva atuação. Além disso, a discussão para a ampliação da Educação Patrimonial (não só em sua definição, mas também em sua prática) não se resume apenas à criação, implementação e efetiva adoção de um fluxo organizado, transparente e inclusivo de informação. Toda plataforma, em seus aspectos de código e de raciocínio, possui suas limitações. E talvez a maior delas esteja relacionada ao ambiente institucional, político e educacional necessário para o seu pleno funcionamento, que envolve uma complexa e ampla rede de interações e uma mudança dos processos e da postura dos atores (nos âmbitos individual e institucional).

Quadro 29. Comparativo entre instrumentos de proteção do IPHAN

Instrumento de proteção	Ano	Contexto IPHAN	Atores principais	População é citada na lei	Nível de participação (com base nas categorias propostas por Arnstein, 1969)	Tempo de uso do instrumento	Número de bens
Cadastro de bens arqueológicos	1961		Arqueólogo CNA / IPHAN	Não	População não participa (sequer entra no diagrama de Arnstein).	61 anos	~15 mil sítios
Valoração do patrimônio ferroviário	2007	Conjunto recebido pela União para encerramento do processo de extinção da RFFSA.	RFFSA DEPAM/IPHAN Superintendências	Não	População não participa (sequer entra no diagrama de Arnstein). Contudo, o significado para as comunidades locais foi considerado como critério para a valoração (FIGUEIREDO, 2014).	Pontual: relativo a um conjunto específico	639
Tombamento de bens materiais	1937	Criado juntamente com o IPHAN. Estado Novo no Brasil. Liderado por arquitetos descendentes de portugueses.	DEPAM/IPHAN	Não*	Informação: sensação de ouvirem e serem ouvidos, mas não há garantia de que sua opinião influencie nas decisões tomadas pelos funcionários técnicos dos órgãos governamentais. Porque a instrução do processo é dos técnicos do IPHAN e a decisão é do Conselho Consultivo.	85 anos	~1.200
Inventário Nacional de Referências Culturais**	2000	Equipe coordenada pelo antropólogo Antonio Arantes (1999-2009). Com base em preceitos trabalhados pelo CNRC na década de 1970.	Pesquisadores validados pelo DPI/IPHAN Comunidades	Sim	Aplacamento: cidadãos aconselham, mas não decidem. Porque a redação do inventário é dos técnicos do IPHAN e a instituição de proteção efetiva dos bens passa por outros processos cuja decisão é do Conselho Consultivo.	22 anos	143
Registro de bens imateriais	2000	Desdobrou-se a partir dos estudos realizados no contexto do INRC.	DPI/IPHAN Executores externos Comunidades	Sim	Aplacamento: cidadãos aconselham, mas não decidem. Porque a redação do pedido é dos executores externos e a decisão sobre a completude é do Conselho Consultivo.	22 anos	47
Chancela da paisagem cultural	2009	Instrumento proposto após os estudos Barcos do Brasil e Imigração Alemã em Santa Catarina, que trataram de relações regionais de grande dependência do homem com o habitat natural.	Executores externos Comunidades Entidades, órgãos e agentes dos setores público e privado	Sim	Apesar de buscar o Controle Cidadão (onde o gerenciamento completo é realizado pelos cidadãos), na prática, parece configura Parceria: cidadãos negociam com detentores do poder (funcionários técnicos dos órgãos governamentais). Porque a redação do pedido de chancela, do pacto e do plano de gestão é dos executores.	Não foi usado***	0***
Inventário Participativo**	2016	Inspirado no INRC, sua oficialização foi de grande importância para incentivar a mudança da Educação Patrimonial no país.	Coordenação de Educação Patrimonial ou Superintendências Comunidades	Sim	É um instrumento de mobilização social em torno das questões culturais locais, portanto não se enquadra na análise aqui proposta. Não há negociação; o objetivo é outro: é de mobilização.	16 anos	****

Obs.: * Desde 2019, tramita internamente ao IPHAN atualização do processo de Tombamento que contém, entre várias alterações, a indicação na lei de que é desejável que o estudo / levantamento que embasará o tombamento tenha a participação das comunidades locais.

** Não constitui instrumento de proteção. É um instrumento de engajamento da comunidade local ao redor de suas referências culturais. Entendemos que deveria ser utilizado também como atividade essencial durante os trabalhos de levantamentos patrimoniais, pois disponibiliza para os técnicos uma base inicial com que trabalhar para a indicação de bens a serem protegidos. Ou seja, as referências culturais depois passariam pelos processos de cadastro, valoração, tombamento ou registro, ou mesmo constituiriam uma paisagem coesa para a qual se indicaria uma chancela. Consta desse quadro por sua importância na mudança de paradigma da Educação Patrimonial indicada pelo IPHAN em relação à visão da participação cidadã e de seu engajamento como essenciais nos processos patrimoniais.

*** Foram realizados seis estudos que geraram propostas de Chancela. Contudo, em 2021, o IPHAN passou a atuar por demanda e houve indicação superior de redução do passivo de processos inconclusos (alguns, há décadas). Dessa forma, todas as chancelas foram denegadas por questões bem superficiais e encerradas (PEREIRA, 2021).

**** O inventário participativo foi desenhado para que a própria comunidade e os detentores sejam protagonistas do inventariar. Nesse sentido, não é o IPHAN quem realiza e apenas alguns são comunicados ao instituto. Contudo, segundo Sônia Rampim (2022), responsável do IPHAN pela área de Educação Patrimonial, “em todo o estado que vou, alguém me conta que utilizou o IP”.

Fonte: Elaborado pela autora (2021-2022) com base em dados do site do IPHAN (25 fev. 2021) e considerações a partir do conhecimento produzido ao longo desta Tese.

Em teoria, um cenário ideal contaria com plataforma online única de código aberto, coordenada pelo IPHAN (por seu papel nacional na área, seu amplo histórico em políticas públicas e seu espraiamento nacional). A alimentação seria aberta a qualquer cidadão, tendo também parcerias consolidadas com órgãos dos níveis estadual e municipal, instituições acadêmicas e de pesquisa, associações e grupos culturais etc. Já em relação à Educação Patrimonial, é essencial que atividades presenciais sejam combinadas com o uso das plataformas digitais para que as consultas cheguem a populações sem acesso à Internet e para que os resultados sejam fruto de reflexões mais aprofundadas e não meras coleções de pontos num mapa.

Diversas outras questões estão envolvidas. A importância da digitalização de acervos vide negligência governamental diante dos acervos culturais (por exemplo, incêndios do Museu da Língua Portuguesa - 2015, do Museu Nacional - 2018 e da Cinemateca - 2021). A importância da criação de um setor de apoio ao SICG, como ferramenta nacional de patrimônio online (seja acautelado ou não), incluindo por exemplo, acordos com universidades para os diferentes serviços necessários (Computação, Ciência da Informação, Arquitetura, Levantamentos, Digitalização etc.) por meio de estágios para alunos de graduação, projetos de pesquisa e parceria em disciplinas específicas de patrimônio cultural (por exemplo, técnicas retrospectivas que poderiam ser realizadas sobre casarões de centros históricos tombados e cujo inventário não está completo), trazendo grande conhecimento para os alunos e ajuda para a composição e complementação do acervo do IPHAN.

Além disso, a importância da manutenção de projeto único e duradouro, em vez da criação e desistência de vários. A escolha de um formato de arquivo cuja permanência no “mercado” seja de grande duração (talvez com firmamento de tratados internacionais voltados à área da conservação da informação e dados abertos). A importância da avaliação periódica dos acervos digitais para percepção de necessidade de conversão de formatos de arquivos mais antigos para mais novos. A importância da manutenção de equipamentos com entrada para diferentes mídias (por exemplo, computador com entrada de disquete 3½", CD e USB para transferência de arquivos armazenados para o banco de dados central). Importância da análise, ao final de mandato de cada gestão política das instituições de memória, dos projetos finalizados, em andamento e futuros – buscando evitar retrabalho em projetos similares.

Contudo, grande parte dessas questões perpassa o direito autoral, a transparência e a colaboração entre gestões de diferentes visões políticas. E essa parece ser uma das principais dificuldades relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro como um todo: as ações realizadas costumam depender de esforços individuais e de determinados grupos, bem como muitos impedimentos e empecilhos estão relacionados a questões de ego e poder de outros indivíduos e grupos pertencentes aos mesmos órgãos de preservação. Dessa forma, quando se utiliza o termo “o IPHAN”, é preciso entender que a instituição não é um corpo único e uníssono; mas formada por

diferentes grupos e permeada por conflitos políticos e ideológicos desde o início de sua atuação. Mesmo diretrizes institucionais assinadas pela presidência da instituição (tais como a Educação Patrimonial descrita no Manual publicado em 2016) não são acatadas por todo o corpo técnico.

Na prática, o que se visualiza como possível e exequível no Brasil é uma maior facilidade do acesso à informação sobre os bens acautelados via plataforma online. Poderiam ser o SICG por meio de melhorias da interoperabilidade com outros sistemas online, da contratação de servidores dedicados à manutenção tecnológica e à alimentação da base de dados, e da realização de parceria com os órgãos de preservação dos demais níveis e outras instituições que trabalham com o assunto (inclusive Universidades). A potencialidade dessa plataforma se dá pela desterritorialidade da participação possibilitada pelo acesso via Internet, já que 97% da população brasileira tem acesso via celular. Contudo, ainda é preciso incentivar o uso da plataforma pela ampla divulgação e pelo desenvolvimento de uma forma de participação via WhatsApp (para chegar às classes mais pobres).

Ou seja, demanda uma conjunção de mudanças, tais como:

- Políticas: detentores do poder que pratiquem a escuta ativa e com vontade de inclusão das comunidades e das culturas até hoje invisibilizadas;
- Processos: melhor definição das atividades envolvidas nos instrumentos de proteção (nem mesmo dentro do IPHAN os fluxos estão bem definidos e amplamente divulgados) e transparência dos mesmos; e
- Tecnologias: plataformas destinadas à participação e sua ampla divulgação, melhoria e barateamento dos serviços de Internet e ampliação do acesso à mesma.

Diante da lógica de obsolescência programada (CASTRIOTA, 2018), as referências culturais deveriam ser registradas com frequência e ao longo de sua mutação devido à reapropriação. Essa democratização pode ocorrer pelos dois vieses da Educação Patrimonial: 1. transparência das informações sobre os bens já protegidos, e 2. inclusão de bens representativos dos grupos formadores por meio de inventários participativos. E, como constatado por esta Tese e apresentado no **Diagrama 25**, existem dois modos de alcançá-la: 1. o Estado realiza as alterações ou elas lhe são exigidas pela população, e ou 2. a população exige as mudanças ao mesmo tempo em que as realiza de forma autônoma e paralela. Nos dois contextos, aplicativos e plataformas online poderiam potencializar a ação cidadã. Contudo, salienta-se a importância da associação com atividades presenciais (como evidenciado pela pandemia de covid-19), para criar espaços participativos para os atores envolvidos (grupos locais, técnicos, acadêmicos etc.) para debate de questões em comum, construção coletiva do conhecimento, reivindicação de direitos etc.

A mudança de paradigma derivará do deslocamento do observador, que passa a ser múltiplo, demandando a incorporação de novos sujeitos aos processos de atribuição de valor. Desinstitucionalização talvez seja a via: a sociedade como ente protetor do SEU próprio patrimônio. Não se há de deixar de exigir posicionamento do Estado, mas enquanto não acontece, a sociedade se

organiza para que o seu patrimônio também seja documentado, protegido e divulgado. O que se alinha à cultura *open source* e, inclusive, dos mutirões: a população organizada em trabalho participativo para realizar e disponibilizar de forma gratuita o que o Estado não fornece e as empresas cobram preços inacessíveis. Se, como afirma Smith (2006), os especialistas não abririam mão tão facilmente da prerrogativa de serem quem define o patrimônio, nada impede as comunidades de exercerem seu direito à memória e criarem sistema paralelo.

Diagrama 25. Proposta de processos e políticas para o acesso ao patrimônio cultural



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Cada vez mais, existem possibilidades para que as comunidades locais realizem inventários participativos de forma autônoma e paralela à atuação do Estado, com ajuda ou não de instituições de outros setores (tais como universidades ou grupos autônomos), de modo a reivindicarem seu direito à memória e seu lugar na história. Ampliam-se os espaços online dispostos a colaborar com a documentação e disseminação desses patrimônios “outros” (no sentido de que vão além do que é autorizado pelo Estado). Aplicativos e plataformas digitais e online de consulta poderiam ser utilizados para potencializar a inclusão da comunidade nos processos relacionados à área. Entende-se que o uso de tecnologias de informação e comunicação (em especial aquelas baseadas na comunicação via Internet), em associação com atividades de caráter presencial, podem criar espaços participativos para a interação entre os diversos atores envolvidos (técnicos, acadêmicos, administradores públicos, entre outros). Por seu papel catalisador e articulador, esse cenário possibilita diversos desdobramentos desejados, tais como a articulação dos atores diante de questões em comum, a construção coletiva do conhecimento, a reivindicação de direitos etc.

Assim: a inteligência coletiva é a chave! Mas precisa ser levada a todos os âmbitos da atuação, não somente na produção e disseminação de informações, mas também na construção de políticas, processos e tecnologias mais inclusivas.

Conclusão

Ele [Mário de Andrade] chama o Macunaíma de “o herói sem nenhum caráter”. [...] no sentido de caráter ser o radical de característica, de origem. [...] Acho que o Mário de Andrade é genial nesse título porque o caráter da instituição Brasil é o encontro. [Emicida, 2020, online]

A Tese investigou como as tecnologias de informação e comunicação auxiliam na abertura de políticas e processos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro à participação da sociedade em geral, tendo em vista, de um lado, o acesso à informação sobre os bens tombados de forma facilitada e descentralizada e, de outro, a possibilidade de agir para a preservação de suas próprias referências culturais. Percebe-se que existe uma dificuldade geral de viabilização e gestão de plataformas online entre os órgãos de preservação nos diferentes níveis: seja por falta de financiamento para o desenvolvimento do sistema ou para sua manutenção, seja pela falta de funcionários formados dedicados à alimentação e manutenção da plataforma. Dessa forma, o cenário inicial em relação ao acesso à informação sobre o patrimônio cultural no Brasil era parco, pulverizado, mal organizado, não-georreferenciado e não-ilustrado. Com a atuação junto ao projeto iPatrimônio, foi possível contribuir para sanar esse déficit de informação nos níveis federal e estadual em quatro anos, sendo de grande ajuda para a sociedade e recebendo como contrapartida o apoio da comunidade especializada quando solicitado. Contudo, a plataforma continua sem reconhecimento por nenhum órgão oficial ou instituição ligada à área e mantendo-se com recursos financeiros dos envolvidos.

Além disso, é importante salientar que a pesquisa foi iniciada em um período político mundial em que as democracias estavam sendo questionadas, tendo nas redes sociais a base da organização civil para reivindicações de participação mais direta nas decisões relevantes em diversos países. Contudo, atualmente, percebe-se que os desdobramentos foram catastróficos, em especial no Brasil. A busca por participação converteu-se em dualidade e idolatrismo políticos, que, em conjunto com a proliferação voraz de mentiras, deixaram o país à beira da implantação de novo regime autoritário. Os algoritmos das redes sociais comprovadamente são codificados para que cada indivíduo receba sempre mais do mesmo, de modo a mantê-lo conectado o máximo de tempo possível. Isso sendo realizado de forma ubíqua, impede que o indivíduo tenha percepção da manipulação e, sobretudo, o funil curatorial de conteúdo o cega para os seus arredores e as muitas outras visões de um mesmo assunto.

A investigação foi realizada por meio de pesquisa-ação, onde a teoria alimenta a prática e vice-versa. A escolha ponderou que, em se tratando de tecnologias digitais, há diversas instâncias que não podem ser analisadas sob a perspectiva de observador do observador (ou seja, por meio de uso da

plataforma e leitura de relatos). O que se provou correto ao longo da pesquisa, já que parte das dificuldades tecnológicas enfrentadas pelos órgãos governamentais foram melhor entendidas diante da vivência prática.

A linha do tempo da pesquisa é quase oposta à estrutura final da Tese, tendo atividades tecnológicas práticas em todo o seu período. Inicialmente, aprofundou-se a pesquisa sobre o histórico do IPHAN e de suas políticas e foram analisadas as possibilidades de plataformas online tendo como requisito a possibilidade de georreferenciamento. Em seguida, iniciou-se a participação no projeto iPatrimônio e, conseqüentemente, a análise da disponibilização online de informação sobre o patrimônio cultural, em conjunto com a busca pelo entendimento do SICG, do IPHAN. Então foram esmiuçados os fluxos de informação dos instrumentos mais centrados no conhecimento dos técnicos do IPHAN, enquanto eram acompanhados trabalhos de instituições ligadas à Educação Patrimonial, mais especificamente, REPEP e ICOMOS. Contato que foi fundamental não só para a análise das atividades de inventário participativo, mas especialmente para a ampliação do olhar em relação ao conceito de patrimônio e à centralidade nos indivíduos. A imersão entre as envolvidas com práticas de inventário no Brasil possibilitou a realização de atividades e o melhor entendimento dos fluxos de informação dos instrumentos do IPHAN mais focados nas comunidades detentoras das referências culturais.

Relevância para a pesquisa e a prática

- Reunir os instrumentos do IPHAN em um único trabalho e analisar os fluxos de informação de seus processos;
- Analisar plataformas online e seu potencial para a área do patrimônio cultural brasileiro;
- Testar algumas tecnologias para a área do patrimônio cultural brasileiro;
- Ser parte da equipe desenvolvedora da plataforma iPatrimônio e ter a oportunidade de agir na prática contra a dificuldade de acesso à informação sobre o patrimônio cultural - e fazer um pouco de diferença positiva na vida da sociedade.

Limitações encontradas pela pesquisa

- Os órgãos de preservação contam com quadro restrito de funcionários e orçamento cada vez mais reduzido;
- Dentro dos órgãos, funcionários estão divididos em relação à aceitação de mudanças;
- A informatização dos processos é bastante recente na história da comunicação e os órgãos governamentais estão tentando assimilar a tecnologia;
- A vontade política em investimentos nessa área é pouca e o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais rápido, crescendo exponencialmente (ou seja, há grande obsolescência);
- O desenvolvimento tecnológico (de software) também exige atualização de hardware, do operador/usuário e da rede de Internet;
- A atualização tecnológica demanda aprendizagem continuada pelos funcionários, pois eles devem ter domínio dos novos processos; e

- Quando esforços são realizados para que a tecnologia seja implementada, também é preciso que seja atualizada (mantida up-to-date) cada vez com mais frequência (atualização dos componentes).

Indicação de pesquisas futuras, alguns questionamentos

- Como organizar financeira, política e processualmente uma plataforma digital nacional para o patrimônio cultural, onde os diferentes agentes incluam e atualizem informações?
- Em um país onde propositadamente ao indivíduo são negados seus direitos vitais, como falar dos direitos à identidade e à memória?
- Como levar plataformas digitais e o conceito de inventário participativo para os grupos sociais ainda invisibilizados? Como tratar questões sensíveis desses grupos?
- Como contribuir com sua expertise de forma participativa? Segundo Pierre Lévy (2010), em um espaço de consciência, é preciso não ser somente indivíduo, mas entender-se como parte de um conjunto; e
- Segundo Castells (2009), na Sociedade em Rede atual, a dificuldade não é mais criar a informação, mas como disseminá-la/acessá-la e gerar comunicação/trocas?

Palavras finais

Como aponta a historiadora brasileira Yacy-Ara Froner Gonçalves (2012, p. 88), “O problema em questão não é apenas o acesso tecnológico, mas o acesso à alimentação, educação, segurança, saúde e justiça”. São muitas as dificuldades por que o cenário cultural vem passando nos últimos anos. O patrimônio cultural, em especial, vem sendo pensado de forma desligada do desenvolvimento econômico regional e de sua inserção no cotidiano da população (MENESES, 2009; WEISSHEIMER, 2009). O que se deve a várias estratégias políticas profundamente inerentes a uma continuidade do fazer dos órgãos públicos (políticas e processos), onde o patrimônio é pensado em separado das demais questões urbanas e rurais. Ele é pincelado ao final da concepção dos planos apenas para cumprir metas e estar inserido nas estratégias.

Além disso, vive-se um difícil cenário em que as cadeiras dos conselhos patrimoniais estão cheias de representantes da sociedade que, na verdade, fazem parte do mercado imobiliário e têm, portanto, interesse econômico nas decisões a serem tomadas. Mesmas cadeiras que são reduzidas em vagas para os representantes das universidades, que dedicam muito tempo a pensar o urbano e, muitas vezes, têm pouco tempo e oportunidade de atuarem no setor. Universidades que vêm sendo alvo de cortes financeiros e desmoralização com finalidades econômicas de sucateamento físico e moral, com vistas à privatização do setor.

Ao longo da pesquisa, muito se alterou. Por um lado, o cenário político, econômico e cultural nacional piorou. Por outro lado, muitas foram as pessoas e instituições com quem a pesquisadora criou laços de colaboração e que demonstram que é preciso resiliência e paciência para progredir na área do patrimônio cultural. As bases para um ambiente mais participativo foram criadas ao longo dos últimos anos e em breve o caminho será retomado.

Referências

Se eu vi mais longe,
foi por estar sobre ombros de gigantes.
[Isaac Newton]

A

ABRANTES, Andreza Rigo. **Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreza%20Rigo%20Abrantes.pdf>. Acesso em: 27 Ago. 2020.

AGÊNCIA de Notícias da UFPB. **Seminário apresenta palestras, minicursos e aplicativos PAMIN**. João Pessoa: UFPB, 09/11/2017. Disponível em: www.ufpb.br/antigo/content/semin%C3%A1rio-apresenta-palestras-minicursos-e-aplicativos-pamin. Acesso em: 22 Nov. 2019.

ALESSANDRA, Karla. **Falta de investimento põe em risco existência do IPHAN, alerta presidente do instituto**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/37t88m>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

ALMEIDA, Hugo. Mas afinal de contas, o que é TICS? **Instituto SENAI Inovação**. 1 de julho de 2019 [website] Disponível em: <https://isitics.com/2019/07/01/mas-afinal-de-contas-o-que-e-tics/>. Acesso em: 05 Abr. 2021.

ALURA. **Definições conceituais: Branch e Fork**. 2015. Disponível em: <https://cursos.alura.com.br/forum/topico-definicoes-conceituais-branch-e-fork-14261#:~:text=O%20Branch%20seria%20uma%20linha,uma%20linha%20tempor%C3%A1ria%20de%20desenvolvimento>. Acesso em: 26 mai. 2022.

ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 65-77, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/dbTvBG>. Acesso em: 2 Mai. 2018.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. In: SPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN; Pró-Memória, 1980. p. 55-68. Disponível em: <https://goo.gl/YsoErP>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939, e publicada na Revista Municipal de Engenharia, v. VI, n. 5, set. 1939. In: **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/846/879>. Acesso em: 10 Jan. 2020.

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969. Disponível em: <https://organizingengagement.org/models/ladder-of-citizen-participation/#:~:text=Sherry%20Arnstein's%20Ladder%20of%20Citizen,and%20power%20can%20be%20increased>. Acesso em: 16 Jul. 2022.

AQUINO, Karla Adriana de. **A “descoberta do Brasil” no projeto intelectual de Blaise Cendrars (1924-1955)**. 2016. Tese (Doutorado - História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/843145.pdf>. Acesso em: 06 Fev. 2019.

AQUINO, Karla Adriana de. Apontamentos sobre a questão do patrimônio histórico e artístico brasileiro nos anos 20 e 30: a contribuição de Blaise Cendrars e dos modernistas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299180180_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf. Acesso em: 05 Fev. 2019.

ARRUDA, Anna Karla Trajano de. **Preservação e gestão do patrimônio construído:** a contribuição do Heritage Information System. 2013. Tese (Doutorado) - Arquitetura Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_completa_imprensaofinal_anna_karla.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas:** a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Paulo Ormindo. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 45-63, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/w8Lv1K>. Acesso em: 2 Mai. 2018.

B

BAETA LEAL, Claudia Feierabend. Patrimônio, participação e direitos: preservação do patrimônio cultural como política pública para o exercício da cidadania. In: DIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL – Encontro de Reflexão. Porto Alegre, 16 de agosto de 2019. [Palestra]

BALDI, Mariana. **Governança pública.** Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura. Aula 9. 11 de setembro de 2017. [curso online] Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BARATTO, R. IPHAN lança plataforma de conhecimento e gestão do patrimônio construído. **Archdaily**, 10 nov. 2017. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/883302/IPHAN-lanca-plataforma-de-conhecimento-e-gestao-do-patrimonio-construido>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. Comunicação Líquida. [Entrevista cedida a] Nara Almeida. **Fronteiras do pensamento**. 26.01.2015. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/zygmunt-bauman-comunicacao-liquida-1424952791>. Acesso em: 01 Jan. 2022.

BEER, Stafford. **Beyond dispute:** the invention of team synteegrity. Chichester: Wiley, 1994.

BEER, Stafford. **Brain of the firm.** New York: Willey, 1981.

BEER, Stafford. **Diagnosing the system for organization.** New York: Willey, 1985.

BEER, Stafford. **The heart of enterprise:** the managerial Cybernetics of organization. New York: Willey, 1979.

BERTALANFFY, Karl Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas.** Petrópolis: Vozes, 1977.

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; CARSALADE, Flávio Lemos. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 16, n. 25, p. 133-182, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Goi95T>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da educação no campo do patrimônio cultural:** Casas do Patrimônio e redes de ações educativas. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 2016.

BIONDO, Fernanda Gabriela; NITO, Mariana Kimie. **Arquitetura, Cidade e Educação Patrimonial.** [apresentação de powerpoint] São Paulo: IABsp, 2021.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos.** Brasília: IPHAN; Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/29XkEo>. Acesso em: 28 Mar. 2018.

BORGES, Henrique Dantas. **Fluxo da informação do cadastro arqueológico**. e-mail com Sandra Schmitt Soster. 20 Nov. 2020.

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 471-492, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2lGh8cd>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Acesso à informação**: principais aspectos. [s.d.b] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2q7LvMv>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Acesso à informação**. [s.d.a] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2Zp5iJb>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Aspectos gerais da lei**. [s.d.c] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2OSmmAR>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2fXeNwK>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 03 Ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 ago. 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1937. Seção 1, p. 24056.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 1946. Seção 1, p. 118.

BRASIL. Decreto-lei nº 66.967, de 27 de julho de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 1970. Seção 1, p. 5771.

BRASIL. Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN... **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/HDzsm4>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018. [...] **institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal** [...]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9492.htm. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.963, de 8 de agosto de 2019. **Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9963.htm#art11. Acesso em: 1 mai. 2022.

Brasil. Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019. [...] **dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta**. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10108.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

Brasil. Decreto nº 84.198, de 13 de Novembro de 1979. **Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências**. Brasília: Governo Federal, 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 mai. 2022.

Brasil. Decreto nº 91.144, de 14 de março de 1985. **Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

BRASIL. **Exceções**. [s.d.d] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2fVI5Z1>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Inventariança da Antiga RFFSA.** s.d. Disponível em: <https://canaldoservidor.infraestrutura.gov.br/rffsa.html>. Acesso em: 10 Mar. 2021.

Brasil. Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1653. **Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências.** Rio de Janeiro: Casa Civil, 1853. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de junho de 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

Brasil. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. **Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário...** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm. Acesso em: 10 Mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de acesso à informação (LAI).** Disponível em: <https://bit.ly/1eKDwfy>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Marco Civil da Internet.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 04 nov. 2020.

Brasil. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.** Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

Brasil. Medida Provisória nº 752, de 27 de maio de 1994. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649cons.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

Brasil. Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.** Brasília: Casa Civil, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm#:~:text=MPV%20870&text=Estabelece%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20dos,da%20Rep%C3%ABlica%20e%20dos%20Minist%C3%A9rios.&text=%C3%A2mbito%20de%20aplica%C3%A7%C3%A3o-,Art.,da%20Rep%C3%ABlica%20e%20dos%20Minist%C3%A9rios. Acesso em: 26 mai. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura.** [s.d.e] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2ZqzYK3>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

C

CÂMARA de Vereadores de Jaraguá do Sul. IPHAN esclarece acerca do tombamento do Rio da Luz. 2012. [online]

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 4, 1985.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Trad. Mauricio Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David; TELLES, Edson; SADER, Emir; CARNEIRO, Henrique Soares; WALLERSTEIN, Immanuel; PESCHANSKI, João Alexandre; DAVIS, Mike; ZIZEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARVALHO, Cristina Amélia. **Políticas públicas e administração pública participativa**. Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura. Aula 2. 01 de junho de 2017. [curso online] Porto Alegre: UFRGS, 2017.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CARVALHO E SILVA, Joana Mello de. **A experiência de inventário de conhecimento do patrimônio rural no Vale do Paraíba-SP**. São Paulo: IPHAN, s.d. Disponível em: www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/04503.pdf. Acesso em: 21 Out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the Network Society. **International Journal of Communication**, n. 1, p. 238-266, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Creativity, innovation and Digital Culture: A map of interactions**. Investigación: Dossie Teles, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2NIBzxM>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. Escola e internet: o mundo da aprendizagem dos jovens. In: **Fronteiras do pensamento**. [vídeo] 12 de jan. de 2015b. Disponível em: https://youtu.be/J4UUM2E_yFo. Acesso em: 20 Abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. O poder da juventude é a autocomunicação. In: **Fronteiras do pensamento**. [vídeo] 23 de abr. de 2015a. Disponível em: <https://youtu.be/0L9c2h0TTL0>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. Movimentos sociais para mudar o mundo. In: **Fronteiras do pensamento**. [vídeo] 23 de abr. de 2015c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RJY4YZ17pVE>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2r2UzGf>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A discussão sobre o patrimônio cultural no Brasil hoje**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL 2018, Belo Horizonte-MG, 25-28 abril de 2018. 25 de abril de 2018. [palestra] Belo Horizonte: ICOMOS, 2018a.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A preservação do patrimônio hoje: desafios e alternativas**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL 2018, Belo Horizonte-MG, 25-28 abril de 2018. 25 de abril de 2018. [palestra] Belo Horizonte: ICOMOS, 2018b.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2013: Principais resultados**. [s.l.]: CETIC.BR, 2014. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2014: Principais resultados**. [s.l.]: CETIC.BR, 2015. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2015: Principais resultados**. [s.l.]: CETIC.BR, 2016. [online] Disponível em: Acesso em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf. 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2016: Principais resultados**. [s.l.]: CETIC.BR, 2017. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2017:** Principais resultados. [s.l.]: CETIC.BR, 2018. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2018:** Principais resultados. [s.l.]: CETIC.BR, 2019. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2019:** Principais resultados. [s.l.]: CETIC.BR, 2020. [online] Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 10 Out. 2020.

CGU - Controladoria-Geral da União. **Plataforma FalaBR unifica sistemas de ouvidoria e acesso à informação.** Brasília: CGU, 2019. Publicado em 01/08/2019. Disponível em: www.cgu.gov.br/noticias/2019/08/plataforma-falabr-unifica-sistemas-de-ouvidoria-e-acesso-a-informacao. Acesso em: 30 Set. 2019.

CHIANCA, Luciana; ARAÚJO, Marinalda Pereira de; LEANDRO, Patricia de Araújo; MORAIS, Mohana Ellen Brito Rodrigues de; MARINS, Jessyca; SILVA, Aldenise Batista. Educação patrimonial e cultura digital: Uma proposta em extensão universitária. **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**, n. 4, abr. 2014. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt_n4_m.pdf. Acesso em: 22 Nov. 2019.

CHIANCA, Luciana; ARAÚJO, Marinalda Pereira de; MORAIS, Mohana Ellen Brito Rodrigues de. **PAMIN:** Uma experiência de educação patrimonial e inclusão digital. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, s.d. [slideshow] Disponível em: www.slideshare.net/paminufpb/pamin-uma-experincia-de-educacao-patrimonial-e-incluso-digital. Acesso em: 22 nov. 2019.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **A Pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política.** [s.d.] Disponível em: <https://goo.gl/Lw5tTh>. Acesso em: 1 Mai. 2018.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. As linhas editoriais do SPHAN: A ideia de patrimônio no Brasil. In: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 245-278.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982-2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 35, p. 79-103, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 23 Nov. 2022.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza.** Veneza: CIAM/ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://goo.gl/Gs3bDshhttps://goo.gl/Gs3bDs>. Acesso em: 2 Mai. 2018.

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural. **Boletim do CNRC.** Brasília: CNRC. 1979.

COMITÊ Científico de Interpretações, Educação e Narrativas Patrimoniais - ICOMOS-Brasil. **Princípios.** Belo Horizonte: Comitê, 2019. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/sobre-2>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Publicado no D.O.U., de 17 fev. 1986. Disponível em: www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: 19 Ago. 2020.

CONSELHO Consultivo do Patrimônio Cultural. **Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro: IPHAN, 03 de agosto de 2006.

CONSELHO Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 108ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Salvador: SPHAN, 31 de maio de 1984. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/atas/198404108reuniaoordinaria31demaio.pdf>. Acesso em: 19 Ago. 2020.

CONSELHO da Europa. **Recomendação R (95) 9.** Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995.

CONSELHO da Europa. **Convenção Europeia da Paisagem.** Florença, 20/10/2000.

COORDENAÇÃO de Registro / Departamento do Patrimônio Imaterial. **Reconhecer bens culturais como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2014.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, Jan./Abr. 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100015. Acesso em: 25 Mar. 2018.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **Programa de Cidades Históricas (PCH)**. (Verbete do Dicionário do Patrimônio Cultural). [s.d.] [online] Disponível em: <https://goo.gl/Sfg1m1>. Acesso em: 28 Mar. 2018.

COSTA, Luzia Sigoli Fernandes, *et al.* **Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista**: Relatório científico complementar de progresso da pesquisa. São Carlos-SP: UFSCar, 2014.

CPAE - Conselho do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: CPAE, 1975. Disponível em: <https://goo.gl/uklpE1>. Acesso em: 2 mai. 2018. Disponível em: www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/cpedagogica/Capobianco-Principios_da_Histria_das_Tecnologias_da_Informao_e_Comunicao__Grandes_Histrias_Principles_of_ICT_History.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

CURY, Lucilene; CAPOBIANCO, Ligia. Princípios da História das Tecnologias da Informação e Comunicação Grandes Invenções. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 28-30 abr. 2011, Guarapuava-PR. **Anais...** Guarapuava: UNICENTRO, 2011. Disponível em: www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/cpedagogica/Capobianco-Principios_da_Histria_das_Tecnologias_da_Informao_e_Comunicao__Grandes_Histrias_Principles_of_ICT_History.pdf. Acesso em: 09 Out. 2020.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. **Missões Jesuíticas como Sistema**. [Participação em banca de defesa de Mestrado de Sandra Schmitt Soster] São Carlos: USP, 2014.

D

DA GUIA, George Alex; VIEIRA, Eliezer; MATTOS, Humberto; BUZAR NETO, Jamil. Geotecnologias livres no setor público. **MundoGEO**, 10/11/2014. [online] Disponível em: <https://mundogeo.com/2014/11/10/geotecnologias-livres-no-setor-publico/>. Acesso em: 12 out. 2019.

DA GUIA, George Alex. **Dúvidas implementação do SICG**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sssoster@hotmail.com> em 21 jul. 2020a.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial?. **REVISTA CPC (USP)**, v. 13, p. 140-162, 2018.

DI LELLO, Carolina. **SICG_Benchmark_Infopatrimônio**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sssoster@hotmail.com> em 18 mar. 2020a.

DI LELLO, Carolina. **Fluxograma do Tombamento e SICG**. [entrevista cedida a] Sandra Schmitt Soster. 25 jan. 2022.

DI LELLO, Carolina. **Inserção de novos processos no SICG**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sssoster@hotmail.com> em 13 mai. 2020b.

DI LELLO, Carolina. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN**: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

DI LELLO, Carolina. **Lei de Tombamento e SICG**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sssoster@hotmail.com> em 21 jul. 2020c.

DUBBERLY, Hugh; HAQUE, Usman; PANGARO, Paul. **What is Interaction?** Are There Different Types? 2009. Disponível em: <http://www.dubberly.com/articles/what-is-interaction.html>. Acesso em: 26 mai. 2022.

E

EGL Engenharia. **Sistema SICG IPHAN**. [s.d.] [online] Disponível em: www.egl.eng.br/produtos/sistema-sicg.html. Acesso em: 12 out. 2019.

EPINOSA, Angela. Governance for sustainability: learning from VSM practice. *Kybernetes*, v. 44, n. 6/7, p. 955-969, 2015.

ESTADO de Minas Gerais. Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995. **Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios...** Belo Horizonte: Governo do Estado, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2C38kcP>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ESTADO de Minas Gerais. Lei 12.428, de 27 de dezembro de 1996. **Altera a Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995...** Belo Horizonte: Governo do Estado, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2VijvDK>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ESTADO de Minas Gerais. Lei 13.803, de 28 de dezembro de 2000. **Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.** Belo Horizonte: Governo do Estado, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2y9kMVk>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ESTADO de Minas Gerais. Lei 18.030, de 12 de janeiro de 2009. **Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.** Belo Horizonte: Governo do Estado, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2CH3QdW>. Acesso em: 20 abr. 2019.

F

FARIAS, Gilberto. As gerações dos computadores. In: **Introdução à Computação**. [livro online] [s.l.]: UFPB, [s.d.]. Disponível em: <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>. Acesso em: 02 Out. 2020.

FERNANDES, Magda Fernanda Medeiros. Alguém Afim de TC Comigo? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto-MG, Brasil, 2002. **Anais...**

FERRAZ, Cristine; FRATTA, Drielly; NEGREIRO, Marina; MULLER, Marina Figueiredo. Capítulo 7. Interação das estratégias do BIM e LEAN construction sob a perspectiva de processo, política e tecnologia. In: **Engenharia 4.0: A era da produção inteligente**. São Luís: Editora Pascal, 2020. p. 99-113. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339239017_CAPITULO_7_INTERACAO_DAS ESTRATEGIAS_DO BIM_E_LEAN_CONSTRUCTION_SOB_A_PERSPECTIVA_DE_PROCESSO_POLITICA_E_TECNOLOGIA_INTERACTION_OF_BIM_AND_LEAN_CONSTRUCTION_STRATEGIES_UNDER_THE_PROCESS_POLICY_AND_TEC/figures?lo=1. Acesso em: 25 nov. 2022.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Diagnóstico exploratório do setor do patrimônio cultural brasileiro**. São Paulo: FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FLUSSER, Villém. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio. In: **IPHAN. Manual do INRC**. Brasília: IPHAN, 2000. p. 11-21. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 09 Fev. 2019.

FÓRUM de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Notas do Fórum sobre exonerações e nomeações espúrias no IPHAN**. Dez. 2021. [online] Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/12/17/notas-do-forum-sobre-exoneracoes-e-nomeacoes-espurias-no-IPHAN/>. Acesso em: 21 Dez. 2021.

FÓRUM de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Salvaguardar o IPHAN é investir no Brasil:** alerta ao povo brasileiro em defesa de nosso país. 14 Dez. 2019. [online] Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2019/12/14/salvaguardar-o-IPHAN-e-investir-no-brasil-alerta-ao-povo-brasileiro-em-defesa-de-nosso-pais/>. Acesso em: 21 Dez. 2021.

FÓRUM de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Manifesto em defesa do IPHAN.** 12 Mai. 2020b. [online] Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2020/05/12/manifesto-em-defesa-do-IPHAN/>. Acesso em: 21 Dez. 2021.

FÓRUM de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Nota do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro sobre as recentes nomeações para o IPHAN.** 20 Abr. 2020a. [online] Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2020/04/20/nota-do-forum-de-entidades-em-defesa-do-patrimonio-cultural-brasileiro-sobre-as-recentes-nomeacoes-para-o-IPHAN/>. Acesso em: 21 Dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 1a ed. 1996.

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Patrimônios Vivos.** Recife: Fundarpe, s.d. [online] Disponível em: www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/. Acesso em 29 out. 2019.

G

GIL, Gilberto. **Aula Magna na Universidade de São Paulo:** Hacker em espírito e vontade. Ministério da Cultura, 2004. Disponível em: bit.ly/2MUBkdK. Acesso em: 05 set. 2018.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio:** Objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19110/1/2012-dissertacao-AlexandreGomes.pdf>. Acesso em: 8 Out. 2021.

GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. Patrimônio Arquitetônico: conceitos contemporâneos, políticas públicas e TICs. In: DOCO 2012 – DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE DEL PATRIMONIO ARCHITETTONICO ED URBANO, Portogallo, 2012. **Anais...** p. 87-94. Disponível em: <https://disegnarecon.unibo.it/article/viewFile/3303/2681>. Acesso em: 07 out. 2019.

H

HARLEY, John Brian. **The new nature of maps:** Essays in the history of Cartography. Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/49BPPy>. Acesso em: 2 mai. 2018.

HOSTINGER. **WordPress é bom?** Conheça as vantagens do CMS mais popular do mundo. 19 março 2021. Disponível em: www.hostinger.com.br/tutoriais/wordpress-e-bom#Amigavel-para-SEO. Acesso em: 27 Abr. 2021.

I

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros:** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>. Acesso em: 01 Jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.** 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101668>. Acesso em: 04 Abr. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://visualizador.inde.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2EIT9bH>. Acesso em: 20 abr. 2019, às 18h30min.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://goo.gl/DGviHs>. Acesso em: 8 Mai. 2018.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Inventário Participativo**. 2019. [online] Disponível em: <https://sabermuseu.museus.gov.br/inventario-participativo/>. Acesso em: 12 Mai. 2021.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Webinar 2: Múltiplas narrativas interpretativas do Patrimônio: experiências e práticas**. Mediação: Sonia Rampim. Belo Horizonte [online]: IEDS/ICOMOS, 29 jul. 2020. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-jZtE3Er-4. Acesso em: 18 Jun. 2021.

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **ICMS Patrimônio Cultural**. 2016. [online] Disponível em: <https://bit.ly/2UuKb4v>. Acesso em: 17 abr. 2019.

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Tabela de pontuação provisória do ICMS Patrimônio Cultural é divulgada no site do Iepha**. 2020. [online] Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/516-tabela-de-pontuacao-provisoria-do-icms-patrimonio-cultural-e-divulgada-no-site-do-iepha. Acesso em: 04 nov. 2020.

INSTITUTO Andaluz del Patrimonio Histórico. **El Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)**. Sevilha: Consejería de Cultura, 2007. Disponível em: www.juntadeandalucia.es/organismos/culturaypatrimoniohistorico/iaph/servicios/publicaciones/detalle/78681.html. Acesso em: 10 out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural**. Brasília: IPHAN, 2016a. 05 de maio de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/jhMf5S>. Acesso em: 10 Mai. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Aloísio Magalhães: o nome que inovou as políticas de patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/7rB9gR>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Atendimento de solicitação de informação via e-SIC**. Processo nº 72550.000472/2020-07. Brasília: IPHAN, 31 de agosto de 2020. [online]

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Atendimento de solicitação de informação via e-SIC**. Processo nº 72020.002141/2021-72. Brasília: IPHAN, 20 de agosto de 2021. [online]

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Autorizado concurso do IPHAN**. 3 mai. 2018. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/3F9J3X>. Acesso em: 3 Mai. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento (2016)**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/F9kgc8>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados e com processos em andamento (2018)**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/tJzj9Z>. Acesso em: 19 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Capacitação para operacionalização do SICG**. Brasília: IPHAN, 2012a. [online] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Capacita%C3%A7%C3%A3o%20para%20operacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20SICG.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Capacitação SICG: Chegou o grande dia!!!** Brasília: IPHAN, 2012b. [online] Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SICG-Apresentacao-2_0.pdf. Acesso em: 12 Out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta ao cidadão**. Brasília: IPHAN, 2014. [online] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadaoweb.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques**. Mato Grosso do Sul, set. 2007.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Rio Grande de Sul, 18 ago. 2007.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 14 nov. 1997.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Brasília**. Brasília: IPHAN, 1970. Disponível em: <https://goo.gl/DVMV8H>. Acesso em: 27 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Salvador**. Outubro de 1971. Salvador: IPHAN, 1971. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Concurso Público para provimento de vagas em cargos de Nível Superior e de Nível Médio**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital%2001%20-%20Normativo\(1\).pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital%2001%20-%20Normativo(1).pdf). Acesso em: 26 ma. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conselho Consultivo avalia revalidação da Arte Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/C2Y5Rw>
<https://goo.gl/C2Y5Rw>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diversidade Linguística: No Brasil, são faladas mais de 250 línguas**. [Brasília]: IPHAN, [s.d.a]. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/indl>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Documentação do Inventário Nacional de Referências Culturais está disponível na internet**. Brasília-DF: IPHAN, 2011. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/1653>. Acesso em: 30 Nov. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: IPHAN/Superintendência Estadual, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos: Manual de Aplicação**. Brasília-DF: IPHAN, 2016a.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estrutura e Organograma**. [Brasília]: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <https://goo.gl/bEc6uD>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Histórico do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural**. [s.d.] [online] Disponível em: www.IPHAN.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=14492&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional. Acesso em: 08 out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 001, de 02 de março de 2009. **Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Brasília: IPHAN, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 24 Nov. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventários, informação, gestão: Relatório Plano estratégico Revisão dos inventários do IPHAN: Proposta preliminar**. (2093311) SEI 72550.000421/2020-77. Brasília: IPHAN, 2010?

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Bens Sítios Urbanos Tombados INBI-SU: Manual de Preenchimento**. Brasília: Senado Federal/IPHAN, 2007. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528946. Acesso em: 09 out. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista de bens tombados e com processos em andamento (2018)**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KjUaswFugoVM8i7aPFtzxQzGXFaPHqVm/view?usp=sharing>. Acesso em: 19 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. [s.d.] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/503>. Acesso em: 19 Mar. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual do INRC**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 08 Fev. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual do usuário [do SICG]**. Brasília: IPHAN, s.d. Disponível em: <http://sicg.IPHAN.gov.br/sicg/manual/manual.html>. Acesso em: 08 Fev. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. Brasília: IPHAN, 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PAC Cidades Históricas**. [s.l.]: IPHAN, [s.d.b]. [online] Disponível em: <https://goo.gl/e7QvVS>. Acesso em: 28 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem Cultural**. [s.l.]: IPHAN, [s.d.c]. [online] Disponível em: <https://goo.gl/Xj2JEE>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Ferroviário**. [s.d.] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/127>. Acesso em: 30 Mar. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano Estratégico de Revisão dos Inventários do IPHAN**. Brasília: IPHAN, 2010?.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação: 2018-2019**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PDTIC%202018-2019%20V1%20%5B04-04-2018%5D.pdf>. Acesso em: 05 Set. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política do Patrimônio Cultural Material**. [s.l.]: IPHAN, [s.d.d]. [online] disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 15 Jan. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 7**, de 01 de dezembro de 1988. Brasília: IPHAN, 1988. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: 01 Ago. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 11**, de 11 de setembro de 1986. [...] **normas de procedimento para os processos de tombamento [...]**. Brasília: IPHAN, 1986. Disponível em: www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/portaria_11_1986.pdf. Acesso em: 06 Fev. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 92**, de 5 de julho de 2012. **Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <https://goo.gl/zmntta>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 127**, de 05 de maio de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília-DF: IPHAN, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Brasília-DF: IPHAN, 2016b.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n° 160, de 11 de maio de 2016. **Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN.** Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489. Acesso em: 27 Fev. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n° 208, de 18 de julho de 2008. **Institui a Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário (CTPF).** Brasília: IPHAN, 2008.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n° 375, de 19 de setembro de 2018. **Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências.** Disponível em: www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 07 Mai. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n° 407, de 21 de dezembro de 2010. [...] **parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário [...].** Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf. Acesso em: 06 Mar. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política do Patrimônio Cultural Material.** [s.d.] Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 07 Mai. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Rede Ferroviária Federal S.A.** [s.d.] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/611/>. Acesso em: 07 Mar. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/19930_20110518_093241.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório de Gestão.** Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/942>. Acesso em: 28 mai. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório de Gestão.** Brasília: IPHAN, 2001. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/942>. Acesso em: 28 mai. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório de Gestão.** Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/942>. Acesso em: 28 mai. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório de Gestão.** Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/942>. Acesso em: 28 mai. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira.** [s.d.] Brasília: IPHAN, s.d.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.** Brasília: IPHAN, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.** Brasília: IPHAN, 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.** [s.d.d] [online] Disponível em: <https://bit.ly/2tgVAc7>. Acesso em: 20 abr. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.** [s.d.e] [online] Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/217>. Acesso em: 09 out. 2019.

IPHAN-SP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira:** Registro e Iguape-SP: Dossiê de tombamento. São Paulo: IPHAN/SP, 2009.

IPHAN-SP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório da oficina de educação patrimonial “Mapa do patrimônio da imigração japonesa em Registro”**. São Paulo: IPHAN-SP, 2008.

ITU - International Telecommunication Union. Brazil. In: ITU. **Measuring the Information Society Report**. v. 2. Genebra: ITU, 2018a. p. 26. Disponível em: www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2018/MISR-2018-Vol-2-E.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

ITU - International Telecommunication Union. **Mobile-cellular subscriptions**. Jun. 2019a. [arquivo Excel] Disponível em: www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/statistics/2019/Mobile_cellular_2000-2018_Jun2019.xls. Acesso em: 27 Set. 2019.

ITU - International Telecommunication Union. **Percentage of Individuals using the Internet**. Jun. 2019b. [arquivo Excel] Disponível em: www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/statistics/2019/Individuals_Internet_2000-2018_Jun2019.xls. Acesso em: 27 Set. 2019.

ITU - International Telecommunication Union. **Series of ICT data for the world, by geographic regions and by level of development**. Nov. 2018b. [arquivo Excel] Disponível em: www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/statistics/2018/ITU_Key_2005-2018_ICT_data_with%20LDCs_rev27Nov2018.xls. Acesso em: 27 Set. 2019.

J

JUNTAEX; AUPEX. **Álbum fotográfico**: imágenes para el recuerdo. Extremadura: AUPEX, 2004a.

JUNTAEX; AUPEX. **Alfabetización tecnológica itinerante**. Extremadura: AUPEX, 2004b.

JUNTAEX; AUPEX. **Campanas extremeñas en la Red**. Extremadura: AUPEX, 2004c.

JUNTAEX; AUPEX. **Periódico digital NCC**. Extremadura: AUPEX, 2004d.

K

KIMURA, Simone. 3.3 O reconhecimento dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira. In: **Vestígios da imigração japonesa no Brasil**: Um patrimônio possível (bens tombados pelo IPHAN entre 1985 a 2010). 2013a. Dissertação (Mestrado - Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013a. p. 75-95. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13514/1/2013_SimoneKimura.pdf. Acesso em: 28 Fev. 2022.

KIMURA, Simone. 3.5 O patrimônio dos imigrantes: da “excepcionalidade” à paisagem cultural. In: **Vestígios da imigração japonesa no Brasil**: Um patrimônio possível (bens tombados pelo IPHAN entre 1985 a 2010). 2013b. Dissertação (Mestrado - Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013b. p. 103-105. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13514/1/2013_SimoneKimura.pdf. Acesso em: 28 Fev. 2022.

L

LAVID. **PAMIN**: Patrimônio, memória e interatividade. [s.d.] [online] Disponível em: <http://lavid.ufpb.br/index.php/2015/09/28/pamin-2/>. Acesso em: 07 out. 2019.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: EdUnicamp, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O Futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Acervos artísticos e informação: modelo estrutural para pesquisas em artes plásticas. *In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GÓMES, Maria Nélide González de (Orgs.). Interdiscursos da Ciência da Informação: Arte, Museu e Imagem.* Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 17-40.

LIMA, Venício A. de. Por que não se avança nas comunicações? *In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.* Boitempo: São Paulo, 2013. p. 207-223.

LOPES, Fernando Dias. **Economia da Cultura.** Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura. Aula 5. 17 de julho de 2017. [curso online] Porto Alegre: UFRGS, 2017.

M

MANEVY, Alfredo. Entrevista: política da cultura digital. *In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio. Cultura digital.br.* Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 35-43. [online] Disponível em: <http://culturadigital.br/wp-content/blogs.dir/1/files/2013/06/cultura-digital-br.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

MARCHIORI, Patricia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/962/999>. Acesso em: 05 Jan. 2020.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0009.pdf. Acesso em: 02 Dez. 2020.

MARISTELA, Flávia. **Gerações de Computadores:** Aula 3. [slides da disciplina INF005 - Arquitetura de Computadores e Software Básico] [online] Salvador: IFBA, s.d. Disponível em: www.ifba.edu.br/professores/flaviamnsn/docs/arq-aula3.pdf. Acesso em: 02 Out. 2020.

MARQUES, Luís. Architectural Heritage Information System (S.I.P.A.). *In: PECSRL 2008 - LANDSCAPES, IDENTITIES AND DEVELOPMENT, Óbidos-Portugal, 1-5 set. 2008.* [apresentação em powerpoint] Disponível em: www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/df091ce4-bae8-4be2-a048-b9f3ae7dfa57/obidos_fim.pdf. Acesso em: 06 out 2019.

MARTORELL, Alberto. **Claves para la Gestión del Patrimonio Cultural en el siglo XXI.** Lima: Factor Cultura, 2021.

McLUHAN, Marshall. The Playboy Interview: Marshall McLuhan. **Playboy Magazine**, mar. 1969. Disponível em www.nextnature.net/2009/12/the-playboy-interview-marshall-mcluhan. Acesso em: 16 Abr. 2019.

MEC - Ministério da Educação e da Cultura. Portaria nº 230. **Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** 26 de março de 1976. Brasília/DF: MEC, 1976.

MEDIALAB Prado. **Minga Lab:** democracia comunitaria para futuros en común. Madri: MediaLab, s.d. [online] Disponível em: www.medialab-prado.es/proyectos/40894/description. Acesso em: 05 Mai. 2021.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Os modernos e as escolhas do passado no sul do Brasil. **VIRUS**, São Carlos, n. 12, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/BxBMJr>. Acesso em: 26 Mar. 2018.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, Pelotas, n. 10, dez. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/v9aMve>. Acesso em: 21 Mar. 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. [Conferência Magma] *In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., Ouro Preto, 2009.*

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Dicotomias no campo do patrimônio cultural. *In: ITAÚ CULTURAL - MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS E POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA*, São Paulo, 2018.

MESQUITA, André. **Mapas dissidentes:** Proposições sobre um mundo em crise (1960-2010). 2013. Tese (Doutorado - Programa de Pós- Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MICIUDADREAL. **Una aplicación móvil para dibujar el ‘mapa emocional’ de Ciudad Real.** 18 de Outubro de 2016. [Online] Disponível em: <http://www.miciudadreal.es/2016/10/18/una-aplicacion-movil-para-dibujar-el-mapaemocional-de-ciudad-real>. Acesso em: 10 Mai. 2017.

MINISTÉRIO do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria n° 108, de 2 de maio de 2018. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 Mai. 2018.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Fluxo da Paisagem Cultural.** Mensagem de e-mail com Sandra Schmitt Soster. 26 Out. 2021.

MORAIS, Sara Santos; RAMASSOTE, Rodrigo Martins; ARANTES, Antonio. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. **Revista CPC**, São Paulo, n. 20, p. 221–260, dez. 2015. Disponível em: www.revistas.usp.br/cpc/article/view/104911/107544. Acesso em: 02 Fev. 2021.

Moreira, Corina Maria Rodrigues. **Entre saberes e poderes: interfaces socioestatais no reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro.** 2019. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CienciasSociais_CorinaMariaRodriguesMoreira_7983.pdf. Acesso em: 23 Nov. 2022.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. **Para navegar no século XXI/21: tecnologias do imaginário e cibercultura.** Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina, 2003. p. 13-36. Disponível em: <http://bit.ly/2fLC5GC>. Acesso em: 26 Set. 2017.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do IPHAN**, n. 22, 1987. p. 108-122.

MPF/SE - Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Sergipe. **Justiça Federal condena IPHAN a atualizar Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.** 17 de abril de 2020. [website] Disponível em: www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/justica-federal-condena-iphan-a-atualizar-o-cadastro-nacional-de-sitios-arqueologicos. Acesso em: 04 Fev. 2021.

N

NAKAGAWA, Elisa Yumi. Reunião de trabalho do PPPP "Critérios e metodologias para a realização de inventário do patrimônio cultural paulista". ICMC-USP: São Carlos, 2013.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A arquitetura dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira. Algumas considerações do ponto de vista do patrimônio. In: WEISSHEIMER, Maria Regina; GONÇALVES, Rogério Bessa (Orgs.). **Imigração japonesa no Vale do Ribeira.** Brasília: IPHAN, 2008. p. 57-87.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone. A arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira. In: OFICINA DE PESQUISA - A questão do nacional no IPHAN, 3., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF, 2010. p. 127-146.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/A23jUL>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Paisagem Cultural: Trabalho e cotidiano da imigração japonesa no Vale do Ribeira/São Paulo. **Revista ID Território, projeto, patrimônio**, Catalunya, p. 27-51. 2015.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone; TOJI, Simone. **Relatório da Oficina de Educação Patrimonial em Registro-SP.** São Paulo: IPHAN, 2008.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: A experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, set. 2017.

NOÉ, Paula. O SIPA – Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico – em Portugal. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 67-98, 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/cpc/article/view/110418/115877. Acesso em: 25 Set. 2018.

NOIRTIN, Célia Regina Ferrari Faganello; MACEDO, Maria Amélia Cavalcante; RIBEIRO, Alex Borges de Barros. **Tombamento como precípua mecanismo de proteção do patrimônio cultural material nacional**. [s.l.]: UFRB, [s.d.]. Disponível em: <https://goo.gl/Gb2a9m>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

O

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito**. Quito: OEA, 1967. Disponível em: <https://goo.gl/eT6MU9>. Acesso em: 2 Mai. 2018.

OLIVEIRA, Cléo Alves P. **Educação patrimonial no IPHAN**. Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

ORTIZ, Álvaro. **Software libre en la administración pública**: uno de esos debates a los que se vuelve regularmente, pero a los que hay que volver, hasta que lo consigamos. 2018. [online] Disponível em: <https://gobierno.es/blog/20181025-software-libre-administracion.html>. Acesso em: 16 Abr. 2019.

P

PALFREY, Jonh; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Artmed, 2011.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. **SOCIUS Working Papers**, v. 11, n. 04, 2004.

PEREIRA, Danilo C. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: Potencialidades e desafios para sua implementação. In: PEREIRA, Danilo; CRISPIM, Felipe. **O lugar da natureza e da paisagem nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. [curso de extensão] São Paulo: USP / ProCEU / CPC, 19 out. - 16 nov. 2021. Aula 5 - 09 Nov. 2021.

PEREIRA, Danilo C. **Cidades Patrimônio**: Uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, Danilo C. **Paisagem como patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/umb6gG>. Acesso em: 20 Mar. 2018.

PRATSCHKE, Anja. **Cultura e mídia digital**: Do objeto ao sistema. [Apresentação de Powerpoint] São Carlos: IAU-USP, 2019.

PREFEITURA de São Paulo-SP. **CIT - Cadastro de Imóveis Tombados**. 14 out. 2009. [online] Disponível em: <https://bit.ly/2VVvYTD>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PREFEITURA de São Paulo-SP. **Departamento do Patrimônio Histórico integra consulta de bens tombados à plataforma Geosampa**: A partir desta segunda-feira, base de dados oficial da cidade disponibiliza acesso às informações sobre bens protegidos pelo DPH. 16 out. 2017. [online] Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/index.php?p=22098. Acesso em: 17 abr. 2019.

PROCHNOW, Lucas Neves. **O IPHAN e o patrimônio ferroviário**: a memória ferroviária como instrumento de preservação. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) IPHAN, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Lucas%20Neves%20Prochnow.pdf>. Acesso em: 28 Fev. 2021.

R

RAMPIM, Sônia. Aprendendo no caminho: Estratégias para uma educação patrimonial à distância. In: CICLO DE PALESTRAS CONVERSA PAI D'ÉGUA: FALANDO SOBRE PATRIMÔNIO, Bélem Virtual, 4 jun. 2021. [Vídeo] Disponível em: www.youtube.com/watch?v=LzYbe2wbOzk. Acesso em: 26 Fev. 2022.

RAMPIM, Sônia. **Número de Inventários Participativos realizados pelo IPHAN.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por WhatsApp em 11 abr. 2022.

RAMPIM, Sônia. **Palestra.** In: MÓDULO DE AULAS DA TURMA 2018 DO MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN, 3., 04 de setembro de 2019, Rio de Janeiro.

RAMPIM, Sônia. Política de educação patrimonial no IPHAN: Diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista do CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 55-89, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666/155800>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial. Conversa informal com Sonia Rampim e Sandra Schmitt Soster. [online] 2021.

REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial. **Princípios da educação patrimonial.** [s.d.] Disponível em: <https://goo.gl/B9vHNB>. Acesso em: 6 Mai. 2018.

REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação.** 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/minhocaocontragentrificacao>. Acesso em: 18 Jun. 2021.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <https://goo.gl/3iqX3p>. Acesso em: 1 Mai. 2018.

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A. **Sistemas Regionais.** Rio de Janeiro: RFFSA, 1974. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/RFFSA/regionais/1974-ferrovia-RFFSA-mapa-Sistemas-Regionais.shtml>. Acesso em: 26 mai. 2022.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Cláudia L. Gestão do Patrimônio através do inventário: o caso do sítio urbano da Praça XV/Rio de Janeiro – Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2004. Disponível em: www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=115&modo=1. Acesso em: 09 out. 2019.

ROLIM, Mariana de Souza; KODAIRA, Karina Terumi. Sobre bases de dados de bens tombados, preservação e o caso de São Paulo. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., Belo Horizonte, 2019. **Anais...** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/23b82106c5484edd8e88.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

S

SAMPAIO, Andréa da Rosa; MATTOS, Guilherme Meirelles Mesquita de; BEZERRA, Fernanda Quintanilha. Conservação urbana e cartografia digital: interfaces em potencial na área central da cidade do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., Belo Horizonte, 2019. **Anais...** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/450cc6cb4cad460fb8b8.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

SANT'ANNA, Marcia G. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/6pZNwr>. Acesso em: 28 Mar. 2018.

SANT'ANNA, Marcia G. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **Revista Rua 8**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2003.

SANT'ANNA, Marcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil: 1937-1990.** Salvador: IPHAN, 2015.

- SANT'ANNA, Marcia G. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio**, n. 36, p. 95-106, 2017. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, n. 1, p. 7-11, 1999. Disponível em: encurtador.com.br/bqEKP. Acesso em: 10 mai. 2022.
- SÃO PAULO. Decreto nº 50.989, de 13 de novembro de 2009. **Consolida a composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp** [...] Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/decreto_50_989_1258486690%20PDF_1391707702.pdf. Acesso em: 1 mai. 2022.
- SÃO PAULO. Decreto nº 64.186, de 15 de abril de 2019. [...] **reorganiza a então denominada Secretaria da Cultura, atual Secretaria da Cultura e Economia Criativa** [...]. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Decreto-n%C2%BA-64.186-de-15.04.2019.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2022.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. v. I Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. A discussão sobre o patrimônio cultural no Brasil de hoje. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 2., Belo Horizonte, 2018. **Anais...**
- SCHLEE, Andrey Rosenthal; CORSINO, Celia. Apresentação. In: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caderno de Referência do SICG**. Brasília: IPHAN, 201?
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. Redes, atores e governança na perspectiva do patrimônio cultural. **VIRUS**, São Carlos, n. 18, 2019. [online] Disponível em: www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=6&lang=pt. Acesso em: 19 Ago. 2020.
- SCHWARCZ, Lilian; MELLO, Patrícia Campos. **Lili entrevista**: Patrícia Campos Mello. 2020. [online] Disponível em: www.youtube.com/watch?v=9XoJ4k8pCc8. Acesso em: 22 Out. 2020.
- SCHWARZ, Bill. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 67-79.
- SCIFONI, Simone. A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATI, Marcelo Antonio (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**: identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017. p. 115-135. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/43436/1/A_natureza_desigual_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.
- SCIFONI, Simone. **Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira**. Mensagem de e-mail com Sandra Schmitt Soster. 08 Nov. 2017.
- SCIFONI, Simone. Cultural landscape in Brazil: legal instruments and the challenges of protection. In: LOPES da CUNHA, F.; SANTOS, M.; RABASSA, J. (Org.). **Latin american heritage**. 1ed. Cham: Springer, 2017, v. 1, p. 137-149.
- SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/hSyXq6>. Acesso em: 20 Mai. 2018.
- SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial**: Reflexões e práticas. Brasília: IPHAN, 2012. p. 30-37.
- SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **REVISTA CPC (USP)**, v. 14, p. 14-31, 2019.
- SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SCIFONI, Simone. **Patrimônio cultural colaborativo**. [Participação em banca de qualificação de Doutorado de Sandra Schmitt Soster] São Carlos: USP, 2018.

SCIFONI, Simone; DEMARCHI, João Lorandi; NITO, Mariana Kimie. In: WORKSHOP INVENTARIADO PARTICIPATIVO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. 20 de abril de 2018. [palestra] São Paulo: REPEP, 2018.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito do. Identificação e proteção da paisagem agroindustrial da imigração japonesa no Vale do Ribeira/São Paulo. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL: Lugares de Memória, 2., 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos-SP: EESC-USP, 2010. p. 1-11. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/04505.pdf>. Acesso em: 28 Fev. 2022.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito. Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP): novas ações e pesquisas nas políticas federais de patrimônio cultural. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IPHAN, 2017. nº 6, p. 316-337.

SCOLFARO, Aline; OLIVEIRA, Ana Gita de; HERNÁNDEZ, Natalia; GÓMEZ, Silvia (Org.). **Cartografia dos sítios sagrados**: iniciativa binacional Brasil-Colômbia / Primeiro informe de avanços. São Paulo: Instituto Socioambiental – Brasília: IPHAN / MinC – Bogotá: Ministerio de Cultura de Colombia, 2013. (Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico) Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe_binacional_cartografia_web. Acesso em: 07 Mai. 2021.

SECRETARIA de Estado da Cultura de Alagoas. **Registro do Patrimônio Vivo**. Maceió: SECRETARIA de Estado da Cultura de Alagoas, s.d. [online] Disponível em: www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-vivo/. Acesso em 29 out. 2019.

SECRETARIA de Patrimônio da União. Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008. **Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências**. Brasília: SPU, 2018.

SECRETARIA Especial da Fazenda. **Sistema Eletrônico de Informações - SEI**: Sobre. s.d. [online] Disponível em: www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/sei/sobre. Acesso em: 25 Ago. 2020.

SERRA, Geraldo Gomes'. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo**: Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: EDUSP, 2006.

SHANNON, Claude E.; WAEVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. Trad. Orlando Agueda. São Paulo: DIFEL, 1975.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN**: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. Dissertação (Mestrado - Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carolina_Silva_dissert.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVEIRA, Flávio L.A.; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel et al (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**. Diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SIMAS, Diego da Hora. **Fluxo registro**. e-mail com Sandra Schmitt Soster. 12 Nov. 2020.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões Jesuíticas como sistema**. 2014. Dissertação (Mestrado - Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e do Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-13112014-151234/pt-br.php. Acesso em: 08 out. 2019.

SOSTER, Sandra Schmitt; LUCENA, Caio; BARROS, Cida. INFOPATRIMÔNIO: mapeamento e divulgação do patrimônio cultural. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 2., Belo Horizonte, 2018. **Anais...**

SOSTER, Sandra Schmitt; PRATSCHKE, Anja. iPatrimônio: Acesso à informação sobre o patrimônio cultural brasileiro. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., Belo Horizonte, 2019a. **Anais...** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/9d26ac0628a64be2a90f.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2019.

SOSTER, Sandra Schmitt; PRATSCHKE, Anja. iPatrimônio: Georreferenciamento do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Revista Gestão & Tecnologia de Projetos**, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/152732/157972>. Acesso em: 01 Jan. 2022.

SOSTER, Sandra Schmitt; PRATSCHKE, Anja. Tecendo a cidade: a quem cabe a decisão de preservar? **VIRUS**, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IjzDr>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SOSTER, Sandra Schmitt; PRATSCHKE, Anja; INOCÊNCIO, Maria Vitória do Nascimento; CARDOSO, Maria Clara. Virtual Paths: Collaborations in Narratives of Cultural Heritage of São Carlos-SP. In: SIGRADI, 22., São Carlos, 2018. **Anais...**

SOUZA, Luciane Barbosa de; OLIVERIA, Otair Fernandes de. Discussão na sessão de comunicações do artigo “A importância da democracia e da participação social para a preservação da diversidade no campo do patrimônio cultural: o movimento negro na salvaguarda dos terreiros de candomblé, dialogias e pedagogias”. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL - AUTENTICIDADE EM RISCO, 3., 2019, Belo Horizonte. **Anais...**

SOUZA, Sueli Alves Gerônimo de; CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes; MELO, José Adailton Vieira Aragão. “Para além dos muros da academia”: Um estudo sobre a extensão universitária através do PAMIN (Patrimônio, Memória e Interatividade). In: COLÓQUIO NACIONAL EM ÊXITO ESCOLAR, EMPODERAMENTO E ASCENSÃO SOCIAL, 1. / SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, 2. / SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, 3., Mossoró-RN, 2018. **Anais...** p. 521-536. Disponível em: <https://rieas.com.br/e-book/pdf/36%20Para%20a%20C3%A9m.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2019.

SOUZA, William Eduardo Riguini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, set./de. 2009.

SUCCAR, Bilal. Building Information Modelling framework: A research and delivery foundation for industry stakeholders. **Automation in Construction**, v. 18, n. 3, p. 357-375, 2009. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4658420/mod_resource/content/1/2009-Building information modelling framework A research and delivery foundation for industry stakeholders.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4658420/mod_resource/content/1/2009-Building%20information%20modelling%20framework%20A%20research%20and%20delivery%20foundation%20for%20industry%20stakeholders.pdf). Acesso em: 1 mai. 2022.

SUCCAR, Bilal. Episode 7: Understanding BIM Nodes (BIM Fields). **THE BIME INITIATIVE**. 2008. [online] Disponível em: <https://www.bimthinkspace.com/2008/02/the-confusion-i.html>. Acesso em: 1 mai. 2022.

T

THIOLLENT, Michel; OLIVEIRA, Lídia. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/978/954>. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/978> Acesso em: 10 Jul. 2022.

TIOBE. **TIOBE Index for February 2021**. [online] Disponível em: www.tiobe.com/tiobe-index/. Acesso em: 23 fev. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018. Disponível em: www.historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12/32. Acesso em: 28 out. 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: CASA do Patrimônio da Paraíba. **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB / Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático) p. 39-48.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel. Políticas, relações de poder e ações afirmativas. In: CASA do Patrimônio da Paraíba. **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB / Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático) p. 8-11.

TONINI, Vanessa Me. Consul: o software livre para participação democrática. In: FISL 2018a, Porto Alegre. [apresentação de powerpoint]

TONINI, Vanessa Me. **Reunião de trabalho** do projeto de iniciação científica “Desenvolvimento de Plataforma digital baseada no código Consul junto ao patrimônio cultural da cidade de São Carlos-SP”. São Carlos-SP: IAU-USP, 2018b.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Patrimônio cultural: Notas sobre a evolução do conceito. **Arquitextos**, ano 13, out. 2012b. [online] Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539. Acesso em: 06 Fev. 2019.

U

UNESCO. **Carta de Nairóbi**. 1976. Disponível em: <https://goo.gl/riaTco>. Acesso em: 26 Mar. 2018.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, WHC/92, 2008. Versão revisada. Disponível em: <https://goo.gl/H7wGW4>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

UNESCO. **Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial**. Lisboa: UNESCO, abril de 2012.

V

VON FOERSTER, Heinz. Purposive systems. *In*: Annual symposium of the American Society for Cybernetics, 1., 1968, Nova Iorque. **Proceedings of...** Nova Iorque: Spartan Books, 1968.

W

WEISSHEIMER, Maria Regina. Chancela da Paisagem Cultural: a comunidade como guardião do patrimônio. [Palestra] *In*: **Curso Gestão do Patrimônio Cultural: Caminhos e Fronteiras**. Aula 2: Território: A proteção de uma totalidade social. São Paulo: SESC-Bela Vista, 29 Set. 2019.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Instrução técnica com vistas à chancela da Paisagem Cultural das Jangadas de Dois Mastros de Pitimbu (PB)**. Brasília: IPHAN, 2011.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Memorando nº 040/2011 MRW: Abertura de processo para instrução da chancela da Paisagem Cultural das Jangadas de Dois Mastros de Pitimbu, no estado da Paraíba**. Brasília: IPHAN, 2011.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem cultural**. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/bKXeMQ>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 01-17, 2012.

WEISSHEIMER, Maria Regina; MONGELLI, Monica M. Paisagem, território e patrimônio: o contexto institucional de 2010. *In*: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IPHAN, 2017. nº 6, p. 235-240.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO / UFTM, 2013. [online] Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 27 Set. 2019.

X

XAVIER, Patrícia Pereira. 2.1 A preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil: breve panorama. In: XAVIER, Patrícia Pereira. **Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IPHAN, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C2%BA%C3%BAo%20Patr%C2%A1cia%20Pereira%20Xavier.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

APÊNDICE A. Programas de financiamento à restauração

Programa de Cidades Históricas (PCH)

Presidente da República: General Emílio Garrastazu Médici

Presidente do IPHAN: Renato Soeiro

Duração: 1973 - 1987

Objetivo: Desenvolvimento local e regional por meio do turismo

Envolvidos: Governos Federal, Estadual e Municipal

Investimento: R\$ 34 milhões*

Abrangência: 143 monumentos; 8 cursos de qualificação; 7 planos urbanísticos; 6 espaços públicos; 10 ações diversas

Em 1973, dois anos depois da realização do II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (depois chamado de Programa de Cidades Históricas-PCH). Tal programa concretizou um dos itens apontados pelo Compromisso de Salvador: a colaboração entre os governos federal e estadual na área da preservação do patrimônio nacional na região nordeste. O objetivo do PCH era estimular o desenvolvimento local e regional por meio do turismo, no intuito de que, “[...] após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos [...]” (CÔRREA, 2012, p. 141). Intuito que vinha de encontro com a tendência mundial de vinculação entre turismo e desenvolvimento local.

Segundo a arquiteta brasileira Márcia Sant’Anna (2016, p. 65), os maiores avanços dos três primeiros anos foram: a participação dos governos estaduais na preservação do patrimônio (tarefa quase exclusiva do IPHAN até o momento); a inserção dessa atividade na esfera econômica; a estruturação de um setor empresarial de restauração e conservação de edifícios históricos; e a valorização da construção tradicional, incluindo artesãos, materiais e tecnologias. A autora ainda comenta que “[...] O PCH constituiu a primeira política de preservação do patrimônio urbano de caráter amplo, integrado e descentralizado, sendo, até hoje, a que obteve os resultados mais duradouros, sejam positivos ou negativos. [...]” (SANT’ANNA, 2016, p. 65). Sant’Anna (2016) ainda enumera algumas questões promovidas pelo PCH que permaneceram até os dias atuais:

A não definição legal de atribuições dos governos subnacionais criou linhas de atuação isoladas e descoordenadas, onde os atores não dialogavam entre si e os governos estadual e federal se sobrepunham;

A hierarquização do patrimônio cultural (mundial, nacional, estadual e municipal) e conseqüente diferença de valor foi sedimentada, mesmo que o conceito de referência cultural já apontasse outra direção de pensamento; e

O binômio patrimônio-turismo como principal fator de viabilização econômica das cidades históricas foi estabelecido, embora já fosse criticado internacionalmente.

Programa Monumenta

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Presidente do IPHAN: Glauco Campello

Duração: 1999 - 2012

Objetivo: Recuperação física de áreas patrimoniais

Envolvidos: Governos Federal, Estadual e Municipal + BID

Investimento: [dado não encontrado]

Abrangência: 26 núcleos históricos selecionados - 101 núcleos históricos atingidos

Em 1996, o Brasil passava por uma fase econômica difícil. Nesse período, segundo a administradora brasileira Mariana Baldi (2017, s.p.),

No Brasil, a discussão sobre governança vai surgir [...], a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso e da criação do ministério de desburocratização, com o ministro Bresser Pereira, que vai fazer todo o debate acerca do aparelho do Estado. [...] Quais são os serviços públicos que podem ser transferidos para a tutela do [...] mercado. Ele vai criar uma denominação do público não-estatal. [...] ou seja, de um serviço público que é oferecido não por uma organização estatal, mas, por exemplo, por organizações não-governamentais, organizações do terceiro setor. E serviços que antes eram encarados como serviços públicos passam a ser agora fornecidos e prestados pela área privada [...].

Recorreu-se a financiamento exterior para a preservação dos bens tombados, num acordo do IPHAN com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assinado em 1999. Segundo o arquiteto brasileiro Nabil Bonduki (2010), a intenção do Monumenta era impulsionar ações do IPHAN em conjunto com outros agentes públicos ou privados, para que as intervenções pudessem contribuir para dinamizar o processo de preservação.

[...] Assim como outros programas que ofereciam recursos financeiros aos municípios, o Monumenta conseguiu fortalecer ações articuladas e, mais uma vez, estabeleceu avanços em ações estratégicas ligadas a construção de um sistema articulado de patrimônio cultural, principalmente acerca da aproximação e envolvimento de instituições federais com os municípios. (ARRUDA, 2014, p. 54).

Para participar do projeto, os governos locais deveriam contribuir com uma contrapartida financeira de 15% do valor total e organizar uma Unidade de Execução do Programa (UEP) para executar e administrar localmente seu projeto. Contudo, o plano previa a possibilidade de que o Governo Estadual assumisse essas funções, caso o município não tivesse capacidade para o mesmo. Foi o que ocorreu em muitos projetos, centralizando as UEPs nas capitais dos Estados.

Em decorrência desse relativo isolamento entre as UEPs e as administrações municipais, estas, em muitos casos, acabaram não criando uma estrutura permanente para gerir as questões relacionadas ao patrimônio e absorver novos conceitos. Em vários municípios, com a finalização do programa, as UEPs foram extintas sem que outro órgão absorvesse essa experiência técnica e administrativa,

mostrando que seria necessário um esforço mais articulado de desenvolvimento institucional em nível local (BONDUKI, 2010, p. 42).

Desse modo, a esperada interação entre os três níveis governamentais não se concretizou. O que demonstra a dificuldade de realização de tal objetivo.

Bonduki comenta ainda o envolvimento de várias questões conceituais na preservação dos núcleos históricos: o papel do turismo; a manutenção dos usos e a permanência da população local; a importância da articulação das ações patrimoniais com outras políticas urbanas e sociais; e os papéis do Estado e do mercado nessa área. Ao final dos trabalhos, Bonduki concluiu:

A trajetória do Programa Monumenta ao longo dos seus onze anos de atuação mostrou que a preservação dos núcleos históricos não pode ser concebida como uma ação isolada, mas deve estar articulada com as demais políticas públicas, tendo como objetivo construir cidades com mais qualidade de vida para os seus moradores, usuários e visitantes. Apenas assim se garante diversidade de usos e classes sociais, elemento indispensável para a efetiva preservação cultural desses sítios, mantendo-se não só o cenário de um ambiente histórico, mas uma trama na qual o patrimônio urbano e arquitetônico se enlaça a uma complexa rede de relações sociais, antropológicas e culturais, cuja imaterialidade é a própria alma das cidades. [...] (BONDUKI, 2010, p. 364, grifo nosso).

Os ensinamentos do Monumenta foram muito valiosos e reforçaram o direcionamento necessário para as políticas públicas do patrimônio cultural: sua articulação com as demais instâncias do cotidiano e, portanto, com as demais políticas públicas.

Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH)

Presidente da República: Dilma Rousseff

Presidente do IPHAN: Jurema Machado

Duração: 2013 - Atual

Objetivo: Restauração de edifícios e espaços públicos

Envolvidos: Governo Federal + BID

Investimento: R\$ 1,6 bilhão

Abrangência: 425 obras, em 44 cidades, de 20 estados

Em 2013, foi lançado o Programa de Aceleração de Crescimento “Cidades Históricas” (PAC-CH), parceria do IPHAN com o MinC, buscando envolver governos e comunidades locais (ARRUDA, 2014). A partir do conhecimento adquirido com o Programa Monumenta, buscou-se disponibilizar recursos federais e do BID para reabilitação de imóveis públicos e privados e requalificação dos espaços urbanos. Segundo o arquiteto brasileiro Nabil Bonduki (2010, p. 368), ao entender “[...] o patrimônio como algo intrínseco à dinâmica urbana, [o PAC-CH] propõe-se a enfrentar o subaproveitamento do seu potencial econômico e simbólico de modo associado à geração de renda e empregos e à afirmação de identidades. [...]”. Tal entendimento deriva das ações realizadas na década de 1970 pelo CNRC.

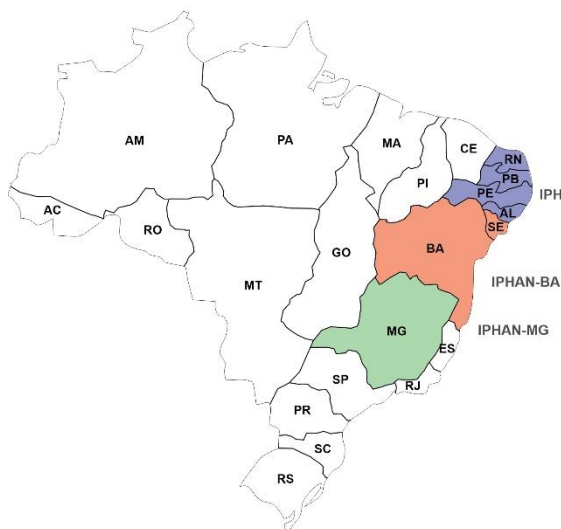
Sant’Anna (2016) afirma que o programa,

[...] Apresentado como uma política descentralizada e integrada com outras áreas de governo, estabeleceu-se, inicialmente, que as intervenções desse programa estariam sempre articuladas a planos de ação, elaborados localmente e de modo participativo, destinados a ir além do âmbito dos sítios históricos sempre que problemas estruturais apontassem essa necessidade. [...] (SANT’ANNA, 2016, s.p.).

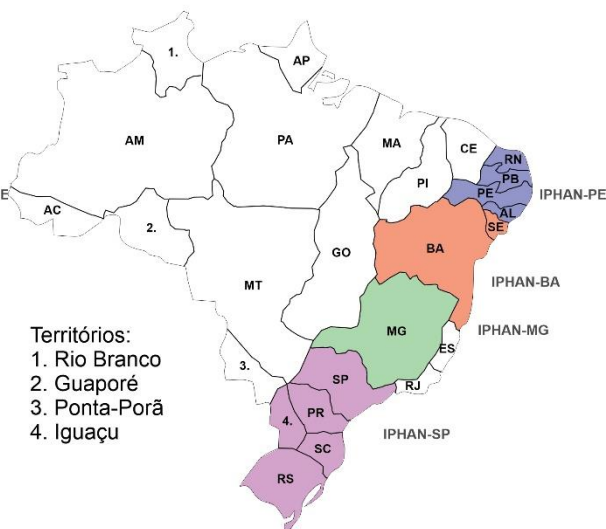
Contudo, segundo a autora, o programa vem repetindo equívocos do passado: ocorreu o corte a financiamentos de imóveis privados, o uso dado ao patrimônio urbano não foi renovado e manteve-se a fórmula patrimônio-turismo-lazer já adotada nos programas anteriores. Algumas cidades menores, pela concentração geográfica das obras realizadas, tiveram bons resultados, incluindo a recuperação do patrimônio edificado e dos espaços públicos, e o uso do patrimônio para o desenvolvimento socioeconômico local. Mas é preciso avaliar os efeitos a longo prazo de fortalecimento das institucionalidades locais e de engajamento da comunidade local na preservação dos bens.

APÊNDICE B. Evolução da distribuição das Superintendências Estaduais

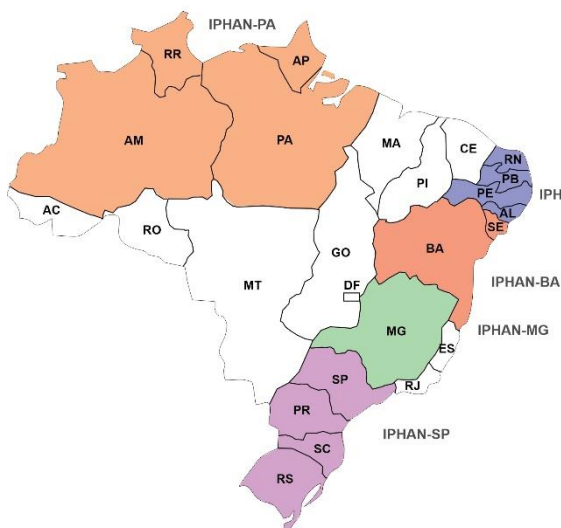
Superintendências do IPHAN - 1937



Superintendências do IPHAN - 1946



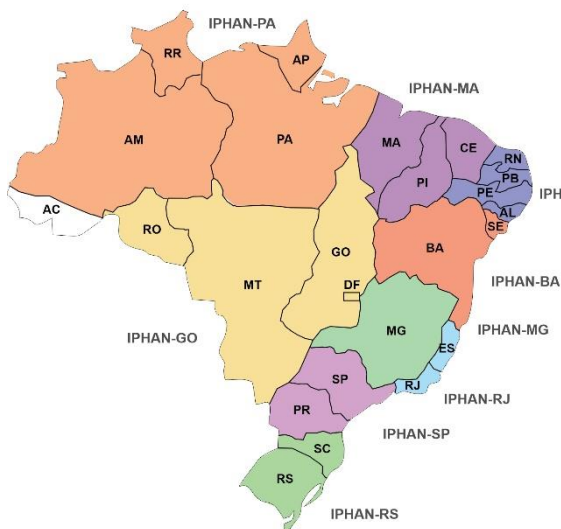
Superintendências do IPHAN - 1975



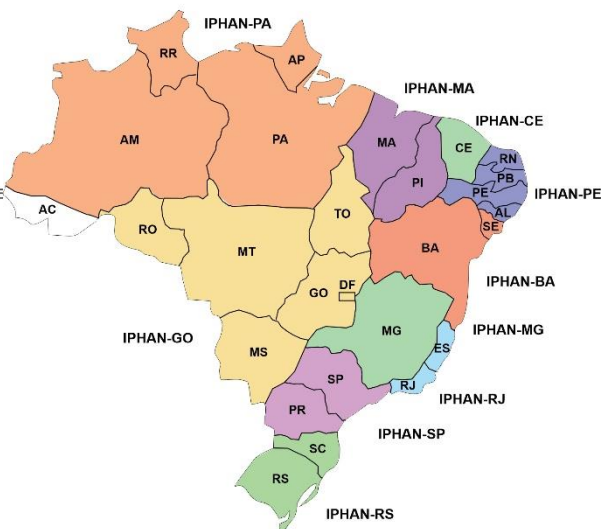
Superintendências do IPHAN - 1976



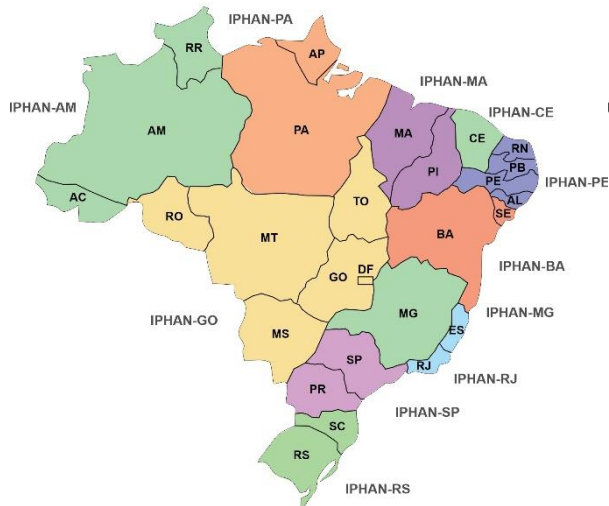
Superintendências do IPHAN - 1978



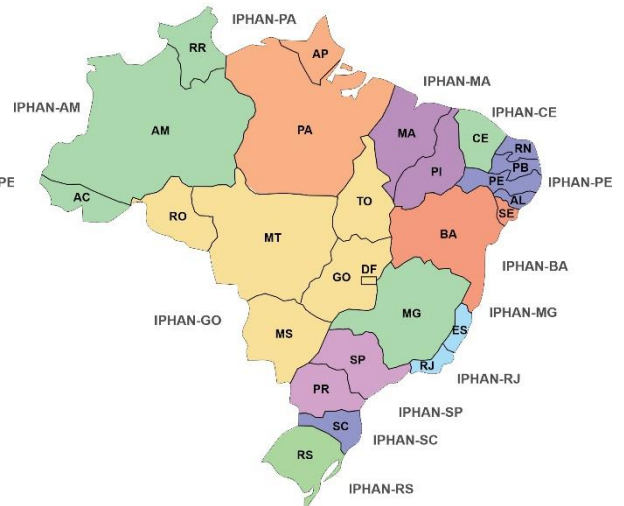
Superintendências do IPHAN - 1983



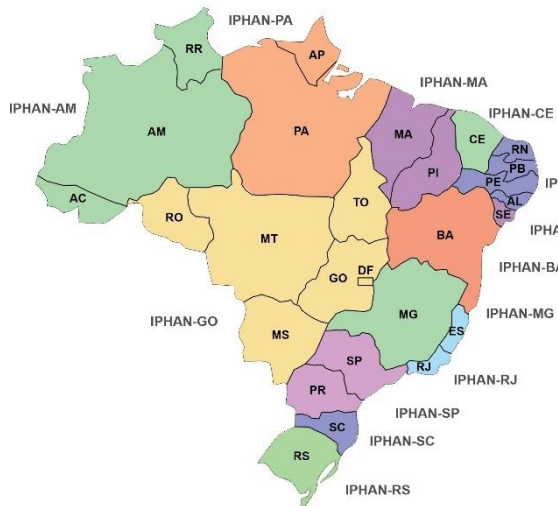
Superintendências do IPHAN - 1987



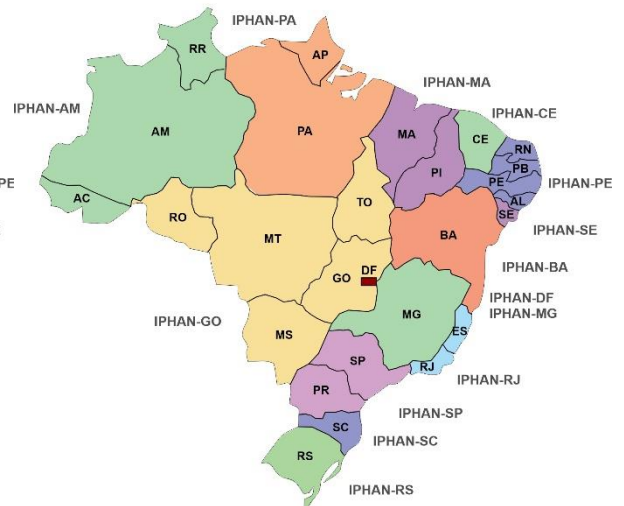
Superintendências do IPHAN - 1989



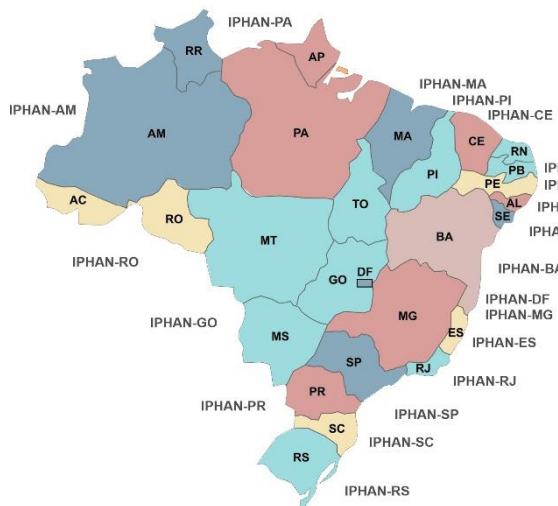
Superintendências do IPHAN - 1993



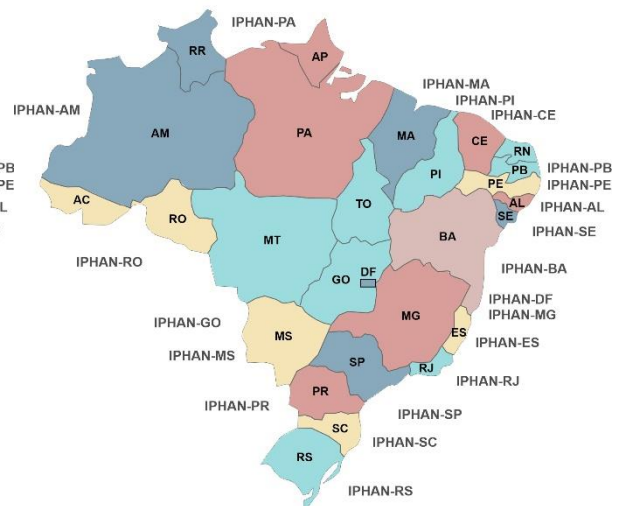
Superintendências do IPHAN - 2002



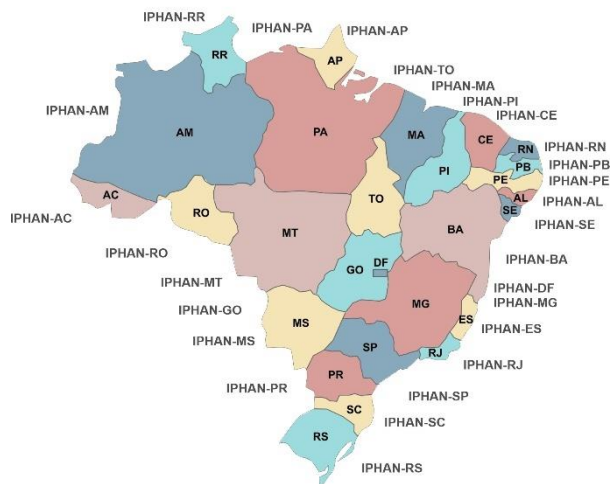
Superintendências do IPHAN - 2004



Superintendências do IPHAN - 2006



Superintendências do IPHAN - 2009



APÊNDICE C. Fichas dos Módulos do SICG

Módulo	Fichas	Descrição da Ficha
Conhecimento	M101: Contextualização Geral	[...] direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo (GONÇALVES, 2014, p. 90).
	M102: Contexto Imediato	[...] aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101 (GONÇALVES, 2014, p. 90).
	M103: Informações sobre a Proteção Existente	[...] aplicável, especialmente, a conjuntos rurais ou urbanos que já contem com algum tipo de proteção, seja por legislação cultural ou ambiental (GONÇALVES, 2014, p. 90).
Cadastro básico e complementar dos bens	M300: Listagem Geral	
	M301: Cadastro	
	M302: Bem Imóvel Arquitetura - Caracterização Externa	[...] aplicada a bens individuais. É composta por campos que permitem uma caracterização mais aprofundada do bem arquitetônico em análise, considerando os elementos externos, especialmente do ponto de vista morfológico e tipológico da edificação (GONÇALVES, 2014, p. 92).
	M303: Bem Imóvel Arquitetura - Caracterização Interna	[...] contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Contém campos indicativos quanto ao uso (original e atual), técnicas construtivas e materiais de acabamento (GONÇALVES, 2014, p. 92).
	M304: Bem Imóvel Conjuntos - Arquitetônicos e Rurais	[...] aplicação em áreas rurais, caracterizada pela existência de fazendas, pequenas propriedades, engenhos e outras ocorrências típicas do patrimônio rural brasileiro. Aborda aspectos morfológicos sobre a implantação e a caracterização arquitetônica dos conjuntos e também do uso e atividades econômicas desenvolvidas (original e atual) (GONÇALVES, 2014, p. 92).
	M305: Bens Moveis e Integrados	[...] cadastrar o universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. A ficha contém informações específicas quanto à autoria da obra, tamanho, materiais, técnica, período e detalhes que a identificam e dão condições para o conhecimento da autenticidade da peça (GONÇALVES, 2014, p. 92).
	M306: Patrimônio Ferroviário M307: Patrimônio Naval	
Gestão	M201: Pré-setorização	[...] construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno, com vistas à normatização e construção de planos de preservação (GONÇALVES, 2014, p. 91).
	M202: Caracterização dos Setores	[...] caracterizar, detalhadamente, cada um dos setores estabelecidos a partir do preenchimento da ficha M201. A partir disso, e considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto ou sítio tombado e áreas de entorno, serão apontadas as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural (GONÇALVES, 2014, p. 91).

Módulo	Fichas	Descrição da Ficha
	M203: Averiguação e Proposição Local	[...] Averiguação e proposição local: nesta ficha, as diretrizes apontadas para cada setor a partir do preenchimento das fichas M201 e M202 serão testadas quadra a quadra, utilizando-se as faces de quadra como unidade mínima de averiguação. Esta ficha permite a identificação de “exceções à regra” que deverão ser tratadas de forma isolada, considerando as especificidades de cada face de quadra. Um dos aspectos de análise diz respeito à homogeneidade ou heterogeneidade morfológica das faces de quadra, apresentadas na ficha através da sequência fotográfica dos edifícios e que permite ter uma noção da inserção de cada imóvel no contexto da quadra onde está inserido (GONÇALVES, 2014, p. 91).
	M204: Diagnóstico Urbano - Lote	Lote: tem como objetivo a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo – número de imóveis por lote, número de pavimentos por imóvel, área construída, taxa de vacância, estado de conservação, entre outros. O cruzamento desses dados, conforme o interesse do estudo, fornece informações estratégicas que dão subsídios para projetos de reabilitação urbana ou tomadas de decisão quanto à necessidade de investimentos em áreas mais degradadas, por exemplo (GONÇALVES, 2014, p. 91).
	M205: Diagnóstico Urbano - Quadra	Quadra: visa agrupar dados relativos às quadras de maneira global, incluindo desde sua ocupação (área construída e desocupada, densidade, etc.) até a infraestrutura urbana (como rede elétrica, saneamento, telefonia, lógica, etc.) e equipamentos disponíveis (segurança, educação, lazer, etc.). Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana (GONÇALVES, 2014, p. 91).
	M206: Diagnóstico Conservação Arquitetura Religiosa	[...] orientar as vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à conservação do bem (GONÇALVES, 2014, p. 91).
	M207: Relatório Fotográfico	[...] documentação e organização das fotografias obtidas em campo, seja em estudos ou inventários de conhecimento, seja em vistorias de bens já protegidos. Podem inseridas como anexos a relatórios, estudos e outros documentos (GONÇALVES, 2014, p. 91).

Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre dados de Gonçalves (2014, p. 90-92).

APÊNDICE D. Perfis de usuários do SICG e funcionalidades liberadas

Perfil		Técnico IPHAN	Homologador 1 (fiscal)	Homologador 2	Técnico IPHAN Arquivo	Gestor	
Cadastro	Básico	Cad	x	x	x	x	x
		Alt	x	x	x	x	x
		Vis	x	x	x	x	x
		Hom		x	x		x
	Complementar	Cad	x	x	x	x	x
		Alt	x	x	x	x	x
		Vis	x	x	x	x	x
		Hom			x		x
	Auxiliar	Cad				x	x
		Alt				x	x
		Vis				x	x
		Hom				x	x
Conhecimento	Cad	x	x	x	x	x	
	Alt	x	x	x	x	x	
	Vis	x	x	x	x	x	
	Hom			x		x	
Gestão	Cad	x	x	x		x	
	Alt	x	x	x		x	
	Vis	x	x	x		x	
	Hom		x	x		x	

Legenda: Cad = Cadastro; Alt = Alteração; Vis = Visualização; Hom = Homologação.

Fonte: Adaptado pela autora (2019), com base em IPHAN (2012a, p. 31).

APÊNDICE E. Padrão de Descrição da Informação x Plataforma Memória Virtual Rural

Grupo 1: Identificação da Fazenda

NOME DA PROPRIEDADE: _____

MUNICÍPIO: _____

LOCALIDADE: _____

ESTADO: _____

PAÍS: _____

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº, COMPLEMENTO) _____

CADUA POSTAL _____

TELEFONE(S) (FAX): _____

E-MAIL: _____

URL: _____

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO: _____

GESTOR DA PROPRIEDADE: _____

1.1. COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

LATITUDE: _____

LONGITUDE: _____

ALTITUDE (M): _____

ISSO HORIZONTAL (M): _____

1.2. TIPO DE PROPRIEDADE:

- Pública
- Privada
- Mista
- Outra

1.3. PROTEÇÃO EXISTENTE:

- Patrimônio Mundial
- Federal/ Individual
- Federal/ Conjunto
- Estadual/ Individual
- Estadual/ Conjunto
- Municipal/ Individual
- Municipal/ Conjunto
- Decreto Jurídico
- Entorno De Bem Protegido
- Nenhuma

1.4. TIPO DE LEGISLAÇÃO INCIDENTE:

1.5. IMAGENS:

Inserir imagens de edificações ou elementos da paisagem de destaque	Inserir imagens com detalhes da propriedade cadastrada	Inserir imagens das principais manifestações culturais associadas à propriedade cadastrada
---	--	--

Quem acessa estes campos e como? É como eles podem ser pesquisados pelo público?

1.6. SÍNTESE HISTÓRICA:

Resumo: dados sobre a formação da fazenda, principais atividades econômicas, dados de compra e venda, dados de formação, de ocupação humana e de situação das terras, anteriores à sua formação.



Grupo 2: Informações Gerais do Bem Patrimonial

2.0. DISPONIBILIZAÇÃO PARA ACESSO EXTERNO:

- Sim
- Não

2.1. NATUREZA DO BEM PATRIMONIAL:

- Imaterial
- Material

2.1.1. NATUREZA DO BEM MATERIAL:

- Celebrações, Práticas Sociais, Rituais e Ato Protivo: de trabalho, do religião e outras práticas relacionadas à vida social.
- Saberes: Conhecimentos e Práticas Relacionados ao Trabalho e à Invenção
- Técnicas Artesanais Tradicionais
- Tradições e Expressões Oraís: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas

Obs: - Ligar na conferência com o plano de IPHAN sobre os tipos, depois em dúvida e dúvidas voltar ao site

2.1.2. NATUREZA DO BEM MATERIAL:

- Arqueológico
- Arqueológico
- Bibliográfico
- Etnológico (Espaço coberto ou Espaço aberto)
- Audio Visual
- Móvel e Itinerante
- Paisagístico (VIA Paisagem cultural, paisagem natural)

2.2. TIPO DO BEM PATRIMONIAL:

Indica o tipo do bem patrimonial que está sendo inventariado.

2.3. NÚMERO DE REGISTRO:

É CAMPO OBRIGATORIO.

Número atribuído pela instituição ao bem patrimonial.

Corresponde ao registro individual de identificação e controle do bem patrimonial dentro do acervo. Será uma combinação de letras e números, conforme normas que serão pre-estabelecidas

The screenshot shows the 'Memória Virtual' web application. The main navigation bar includes 'INSTITUIÇÃO', 'BEM PATRIMONIAL', 'AUTORIA', 'DESCRIPTOR', 'ADMINISTRAÇÃO', and 'USUÁRIO'. Below the navigation bar, there are buttons for 'ENLACE INSTITUIÇÃO' and 'EDITAR INSTITUIÇÃO'. The main content area is titled 'Cadastrar Bem Patrimonial' and contains a form with a text input field for 'Instituição' (pre-filled with 'Fazenda Santa Francisca do Lobo'), a dropdown for 'Tipo do Bem Patrimonial' (pre-filled with 'NORMAL'), a text input for 'Número de Registro', a text input for 'Título Principal' (pre-filled with 'Adicional Título'), a text input for 'Título', a dropdown for 'Tipo de Título' (pre-filled with 'Existente'), a text input for 'Complemento', a dropdown for 'Coleção, Fundo, Conjunto, Família/especie', and text inputs for 'Coordenadas Geográficas', 'Latitude', and 'Longitude'.

2.4. TÍTULO:

2.4.1. TIPO DO TÍTULO:

- Principal
- Especificado
- Atribuído
- Substituto
- Título anterior
- Título posterior
- Título de adorno
- Título corretivo

2.4.2. COMPLEMENTO:

Usado para nomes de séries monográficas, subcoleções, publicação com, entre outras situações não previstas nos campos anteriores.

2.5. COLEÇÃO, FUNDO, CONJUNTO, FAMÍLIA/ESPECIE:

2.6. LOCALIZAÇÃO FÍSICA ESPECÍFICA:

Conjunto de informações que descreve a localização física do bem patrimonial no acervo.

2.7. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: coordenadas geográficas do bem arquitetônico, arqueológico ou natural na propriedade.

2.7.1. LATITUDE:

2.7.2. LONGITUDE:

Grupo 3: Autoria

AUTOR OU RESPONSÁVEL:

TIPO DE AUTORIA:

- Coautor
- Organizador
- Tradutor
- Editor
- Diretor
- Prefacador
- Coordenador
- Compilador
- Ilustrador
- Entrevistador
- Autor Institucional
- Entidade produtora
- Artista
- Fotógrafo
- Agênci
- Fabricante
- Patrocinador
- Outras (especificar) _____

OBS: se houver mais de um autor, replicar os dois campos acima.

Autoria

Autorias: [Selecionar Autor](#) [Adicionar Autor](#)

183.133.0003/memoriavirtual/web/03/cadastrarbempatrimonial.jsf

??fechar???

Podemos retirar os ??? ?

Cadastrar Novo Autor
Cadastra um autor no Memória Virtual

Nome do Autor: _____

Sobrenome do Autor: _____

Pseudônimo ou Codinome: _____

Função ou Atividade: Autor Tradutor Editor Diretor Prefacador Coordenador Compilador Ilustrador Entrevistador Autor Institucional Entidade produtora Artista Fotógrafo Agênci Fabricante Patrocinador Outras (especificar) _____

Data de nascimento: dd/mm/aaaa

Data de Óbito: dd/mm/aaaa

Cadastrar Novo Autor
Cadastra um autor no Memória Virtual

Nome do Autor: _____

Sobrenome do Autor: _____

Pseudônimo ou Codinome: _____

Função ou Atividade: Autor Tradutor Editor Diretor Prefacador Coordenador Compilador Ilustrador Entrevistador Autor Institucional Entidade produtora Artista Fotógrafo Agênci Fabricante Patrocinador Outras (especificar) _____

Data de nascimento: dd/mm/aaaa

Data de Óbito: dd/mm/aaaa

Repetido

Grupo 4: Cadastro de Autoria

OBS: nesse grupo deve-se completar todas as demais informações sobre a autoria já inserida no grupo 3, para fins de normalização do banco de dados.

SOBRENOME: _____

NOME: _____

PRESELEÇÃO DO CODINOME:
Nome do autor: Memória Virtual (obrigatório)
Ex: João da Silva - data de nascimento: 01/01/1980

ESCOLHA DA ATIVIDADE: função que a pessoa exercou em relação ao bem patrimonial.

- Autor
- Arquivo
- Arquivador
- Classificador
- Conservador
- Compilador
- Coordenador
- Diretor
- Editor
- Engenheiro
- Escritor
- Entrevistador
- Fotógrafo
- Ilustrador
- Intendente
- Intendente (Para Sem)
- Inveniente
- Inventor
- Patrocinador
- Produtor
- Revisor
- Responsável
- Tradutor
- Outras (especificar) _____

Repetido

DATA DE NASCIMENTO: _____

DATA DE ÓBITO: _____

OBS: se houver mais de um autor, replicar os seis campos acima.

Grupo 5: Produção

LOCAL:
Local de criação, publicação, edição, reimpressão, fabricação, produção, performance, registro, etc.

ANO:
Data de criação, de construção, publicação, edição, reimpressão, produção ou período de abrangência.

EDIÇÃO E/OU REIMPRESSÃO:
Número da edição e ou reimpressão.
Obs: Edição revista, edição aumentada, obra numerada. Engloba obras fac-símile.

OUTRAS RESPONSABILIDADES:
Entidades envolvidas na produção do bem. Exemplos: editora, indústria, construtora, produtora, gráfica, patrocinador.

Memória Virtual

INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

Cadastrar Bem Patrimonial
Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição:

Informações Gerais do Bem Patrimonial

Autoria

Produção

Local: _____

Ano: _____

Edição e/ou Reimpressão: _____

Outras Responsabilidades: _____

Descrição

Diagnóstico e Intervenção

Disponibilidade, Uso e Proteção

Histórico de Procedência

Assuntos e Descritores

Fontes de Informação

Responsável pela Pesquisa

Relacionar com Bem Patrimonial existente

Grupo 6: Descrição

6.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E TÉCNICAS EXECUTIVAS:

- Descrição física mais completa do bem patrimonial ou requisitos.
- Para bens móveis e integrados deve-se fazer uma descrição sucinta do mesmo, partindo de geral para o particular, informando os materiais que o compõem e seu formato, informar se o objeto faz parte de um conjunto
- Para bens arqueológicos descrever: técnicas executivas e construtivas, ornados, acabamentos, divisórias, pisos e forros.
- Para bibliográficos e Arquivo descrever: encadernado ou brochura, ilustrado ou não, número de páginas.
- Para bens iconográficos: características físicas e requisitos técnicos
- Para bens naturais: caracterização da vegetação existente (espécies naturais e introduzidas)
- Para bens arqueológicos:
- Para bens marítimos:

6.1.1. BENS HABITACIONAIS EDIFICADOS

- RELEVO:**
- Acidentada suave
 - Acidentada média
 - Acidentada abrupta
 - Plano

USO:

- Ferroviário
- Habitacional
- Produção
- Religiosa
- Outras (especificar)

PAVIMENTOS:

Nº de ambientes:

Nº de pavimentos:

ÁGUA:

Sim

Não

POÇO:

Sim

Não

SÓTÃO:

Sim

Não

Outros:

6.1.2. BENS HABITACIONAIS PAISAGÍSTICOS

GEOMORFOLOGIA E TOPOGRAFIA

- Serra
- Planalto
- Planície
- Vale
- Encosta
- Litoral

RELEVO:

- Acidentada suave
- Acidentada média
- Acidentada abrupta
- Plano

CARACTERÍSTICAS DO MEIO ANTROPICO:

Histórico de ocupação e uso do solo, uso do solo atual, infraestrutura, equipamentos e edificações, cercas e muros, postes, fundações antigas, caminhos, outros.

Uso do solo atual, deve constar reflorestamento, agricultura, pecuária, áreas protegidas atividades culturais, artísticas e de turismo

Infra-estrutura deve constar abastecimento de água, rede de esgoto ou de esgoto sanitário, rede elétrica, etc.

Equipamentos de edificações todas as edificações devem ser registradas: bueiros, fontes, quaternos, etc.

Caminhos, alças ou ruas: mesmo que não estejam sendo utilizados.

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS:

Relevo, hidrografia e hidrologia, zonas climáticas, fauna, cobertura vegetal, vegetação, associações, aflúvios, recursos minerais, etc.

As informações sobre o contexto geográfico deverão relacionar o universo/ objeto de análise com o seu meio.

Fauna: caracterização da fauna existente, incluindo espécies migratórias.

Cadastrar Bem Patrimonial

Preenchido e formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição:

Informações Gerais do Bem Patrimonial

Autoria

Produção

Descrição

Características Físicas e Técnicas Executivas:

Dimensões e Quantificações:

Condição Topográfica: Acidentada suave Acidentada média Acidentada abrupta ~~Acidentada~~ plana

Uso: Ferroviário Habitacional Produção Religiosa Outras (especificar)

Pavimentos: Nº de Pavimentos:

Alcova: sim não

Porão: sim não

Sótão -setão: sim não

Características do Meio Antropico:

Características Ambientais:

Sítio da Paisagem:

Água Próxima:

Possui Vegetação: Céu Aberto Abrigada Submersa Soterrada

Exposição:

Uso Atual:

Outros:

Medidas Gerais do Bem Arquitetônico:

Área Total:

Altura da Fachada Frontal:

Altura da Fachada Superior:

Largura:

Profundidade:

Altura de Cumeeira:

Altura Total:

Pé Direito Térreo:

Pé Direito Tipo:

Localização:

Conteúdo:

Meio de Acesso:

Notas:

Diagnóstico e Intervenção

Disponibilidade, Uso e Proteção

Histórico de Proveniência

Assuntos e Descritores

Fontes de Informação

Responsável pela Pesquisa

Relacionar com Bem Patrimonial existente

Audiovisual

6.1.3. BENS ARQUEOLÓGICOS

GEOMORFOLOGIA E TOPOGRAFIA

- Serra
- Planalto
- Planície
- Vale
- Encosta
- Litoral

RELEVO:

- Acidentada suave
- Acidentada média
- Acidentada abrupta
- Plano

Sítio da paisagem:

Indicar outros bens arqueológicos próximos.

Água próxima:

Indicar a distância e especificar.

Possui vegetação:

Indicar quais vegetações e densidade.

Exposição:

- Céu aberto
- Abrigada
- Submersa
- Soterrada

Uso atual:

Outros:

6.1.4 NOTAS:

6.2. DIMENSÕES E QUANTIFICAÇÕES:

Dimensões do bem: Comprimento, altura, comprimento, largura, diâmetro, circunferência, profundidade, volume, área, espessura, tudo em centímetros.

Duração (em minutos), área (em m²), volume (para coleção), escala (para mapas e plantas), velocidade de gravação (fotos e film), peso, outros.

6.2.1. MEDIDAS GERAIS DO BEM HABITACIONAL EDIFICADO:

Área total:

Altura fachada frontal:

Altura fachada posterior:

Largura:

Profundidade:

Altura de cumeeira:

Altura total:

Pé direito térreo:

Pé direito tipo:

6.2.2. MEDIDAS GERAIS DO BEM ARQUEOLÓGICO

Área total:

Comprimento:

Altura:

Largura:

Profundidade:

6.3. CONTEÚDO:

Sumário e conteúdo, esboço, resumo, descrição física, análise estilística e iconográfica, etc.

Bens arqueológicos: informar as características morfológicas e culturais e rotas de acesso ao local.

6.4. MEIO DE ACESSO:

Infra-estrutura necessária para se ter o acesso ao conteúdo do bem patrimonial e/ou material adicional.

Ex.: Gramofone, Toca-discos, Videocassete, especialista na leitura de documentos antigos, etc.

Grupo 8: Diagnóstico e Intervenção

8.1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: (para todos os tipos de bens, exceto os bens arquitetônicos)

- Considerar os padrões para estado de conservação:
- **Ótimo:** preserva suas características originais.
 - **Bom:** guarda sua integridade estrutural e formal, necessitando de pequenas intervenções.
 - **Regular:** permite uma leitura estética legível, porém necessitando de intervenções para suspender o processo degenerativo.
 - **Péssimo:** apresenta-se com perda da integridade estrutural/formal e em processo de degradação acelerada, com comprometendo sua caracterização.

8.1.1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: (para bens arquitetônicos)

ESTADO DE PRESERVAÇÃO:

- íntegro
 pouco alterado
 muito alterado
 descaracterizado

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

- bom
 precário
 em arruinamento
 arruinado

8.2. NOTAS SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Reservado ao detalhamento do atual estado físico, devendo ser identificadas as condições de conservação de seus elementos estruturais e estéticos, os possíveis estados de degradação existentes e/ou ocorridos e suas possíveis causas.

8.3. INTERVENÇÃO NO BEM:

- Sim
 Não

Obs: Se sim, complete os três campos abaixo.

8.3.1. DATA:

Data da intervenção:

8.3.2. RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO:

Nome do responsável pela intervenção, podendo ser pessoa e/ou instituição.

8.3.3. DESCRIÇÃO:

Descrição da intervenção que pode ser: reformas, restauros, acidentes que interferiram nas características do bem patrimonial, podas sistemáticas, entre outros.

OBS: se mais de uma intervenção foi realizada no bem, replicar os três campos acima.

Memória Virtual

INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
- Autoria
- Produção
- Descrição
- Diagnóstico e Intervenção

Estado de Preservação: íntegro pouco alterado muito alterado descaracterizado

Estado de Conservação: bom precário em arruinamento arruinado

Notas Estado de Conservação:

Intervenções: [Adicionar Intervenções](#)

Data: Responsável pela Intervenção: Descrição:

- Disponibilidade, Uso e Proteção
- Histórico de Procedência
- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação
- Responsável pela Pesquisa
- Relacionar com Bem Patrimonial existente
- Audiovisual

Cadastrar | Resetar | Cancelar

Grupo 9: Condições de disponibilidade, uso e proteção

DISPONIBILIDADE: situação de disponibilidade do bem patrimonial.

- Acervo (Estante, Reserva Técnica, etc.)
 Evento (Exposição, Feira, etc.)
 Exposição Permanente
 Empréstimo
 Restauro (Encadernação, Pequenos Consertos, etc.)
 Baixa do Patrimônio

Obs.: Não considerar bens naturais, imateriais e arquitetônicos

CONDIÇÕES DE ACESSO: (para bens naturais, imateriais e arquitetônicos)

- Livre
 Sob Consulta

DATA de RETORNO: (se opção no campo DISPONIBILIDADE for diferente de "ACERVO" e "BAIXA DO PATRIMÔNIO")

Data de disponibilidade do bem patrimonial
Exceto BAIXA DO PATRIMÔNIO, informar uma data de disponibilidade.

Ex: "Segundo semestre de 2015"

Ex: "Disponível durante as festas de junho" (quando estiver no acervo).

Ex: "durante a lua cheia" (quando catalogando "cavalgada")

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Possibilidade de obtenção de qualquer tipo de cópia do conteúdo do bem patrimonial.

- Sob Consulta
 Não

NOTAS SOBRE USO E APROVEITAMENTO:

Usos que vão além da função utilitária ou do uso original do bem patrimonial; outros produtos oriundos do bem que não aquele primeiro.

Descrição do uso e aproveitamento que se faz do material no momento. Toda e qualquer referência de uso feito anteriormente deve ser descrita no histórico.

PROTEÇÃO: proteção do bem patrimonial.

- Sim
 Não
 Em Processo

INSTITUIÇÃO:

Entidade responsável pela proteção.

Banco ou seguradora que esteja fazendo um seguro ou entidade responsável pela proteção do bem.

LEGISLAÇÃO:

Leis, normas ou decretos que incidem sobre o bem, e relacionados à proteção.

Memória Virtual

INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
- Autoria
- Produção
- Descrição
- Diagnóstico e Intervenção
- Disponibilidade, Uso e Proteção

Disponibilidade: Acervo Evento Exposição Permanente Empréstimo Restauro Baixa do Patrimônio

Condições de Acesso: Livre Sob Consulta

Data de Retorno:

Condições de Reprodução: Sob Consulta não

Notas Sobre Uso e Aproveitamento:

Proteção: sim não Em processo

Instituição Protetora:

Legislação/Número do Processo:

- Histórico de Procedência
- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação
- Responsável pela Pesquisa
- Relacionar com Bem Patrimonial existente
- Audiovisual

Cadastrar | Resetar | Cancelar

Grupo 10: Histórico da procedência

TIPO DE AQUISIÇÃO: tipo de transação realizada para a aquisição do bem patrimonial.

- Compra
- Permuta
- Doação Institucional
- Doação Pessoal
- Comodato

VALOR VENAL DA ÉPOCA DA TRANSAÇÃO:

Valor venal comprovado ou estimado da transação.

DATA AQUISIÇÃO:

Data da transação.

DADOS DO DOCUMENTO DE AQUISIÇÃO:

Documento comprobatório: inventário, testamento, escritura, recibo, termo de doação, entre outros.

PRIMEIRO PROPRIETÁRIO:

Primeiro detentor do bem patrimonial.

HISTÓRICO:

História administrativa, arquivística, origem, formação, uso original, proprietários anteriores, contexto de aquisição ou de criação do bem patrimonial. Visa conceituar o bem patrimonial com seus proprietários, formas de uso, de aquisição, o porquê de tê-lo adquirido, o tempo que permaneceu com o mesmo, e a importância do mesmo para ele e para sua família.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA:

Indicação da forma como os dados do histórico foram coletados, ou instrumento para a coleta dos dados históricos, ou o método de coleta dos dados históricos (entrevista, questionário, pesquisas em fontes primárias, etc.), ou padrão e normas para elaborar o histórico.

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
 - Autoria
 - Produção
 - Descrição
 - Diagnóstico e Intervenção
 - Disponibilidade, Uso e Proteção
 - Histórico de Procedência

Tipo de Aquisição

- Compra
- Permuta
- Doação Institucional
- Doação Pessoal
- Comodato

Valor Venal da Época da Transação:

Data de Aquisição:

Dados do Documento de Aquisição:

Primeiro Proprietário:

Histórico:

Instrumentos de Pesquisa:

- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação
- Responsável pela Pesquisa
- Relacionar com Bem Patrimonial existente
- Audiovisual

Cadastrar Resetar Cancelar

Grupo 11: Assunto e Descritores

ASSUNTO:

Palavra-chave é uma palavra ou identificador que tem um significado especial e identifica de forma sintética um bem patrimonial e que são atribuídos pela instituição gestora. Essa palavras-chaves são de vital importância para servir de referência às pesquisas [wikisada]. OBS: pode-se ter uma ou até cinco palavras-chaves para cada bem patrimonial.

DESCRITORES:

Termos controlados, retirados de um vocabulário pré-definido, que traduzem o conteúdo temático do bem patrimonial.

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
 - Autoria
 - Produção
 - Descrição
 - Diagnóstico e Intervenção
 - Disponibilidade, Uso e Proteção
 - Histórico de Procedência
 - Assuntos e Descritores

Assunto:

Descritores:

- Fontes de Informação

Grupo 12: Fonte de informação

FORNECEDOR DE INFORMAÇÃO:

Fontes de informação utilizadas na pesquisa do histórico do bem patrimonial, independente do tipo de suporte (documentos, inventários, escritos (anotações), depoimentos, fontes impressas, fontes eletrônicas, entre outros).

OBS: se houver mais de uma fonte de informação, replicar o campo acima.

Memória Virtual
INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

EXCLUIR INSTITUIÇÃO EDITAR INSTITUIÇÃO

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
- Autoria
- Produção
- Descrição
- Diagnóstico e Intervenção
- Disponibilidade, Uso e Proteção
- Histórico de Procedência
- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação

Fontes de Informação: [Nova Fonte de Informação](#)

Fonte de Informação:

Grupo 13: Responsável pela pesquisa

NOME:

Nome do responsável pela pesquisa histórica, coleta de dados ou elaboração de conteúdo histórico.

DATA:

Data da pesquisa, coleta de dados ou elaboração do conteúdo.

NOTAS DO PESQUISADOR:

Anotações complementares do responsável pela pesquisa, coleta de dados ou conteúdo. OBS: não deve ser mostrado para o pesquisador ou usuário externo.

OBS: se houver mais de um responsável pela pesquisa, replicar os três campos acima e uma nota para cada pesquisador.

Memória Virtual
INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
- Autoria
- Produção
- Descrição
- Diagnóstico e Intervenção
- Disponibilidade, Uso e Proteção
- Histórico de Procedência
- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação
- Responsável pela Pesquisa

Responsável pela Pesquisa: [Novo Pesquisador](#)

Nome: Data:

Notas do Pesquisador:

Grupo 7: Áudio-Visual

OBS: deve constar material produzido na pesquisa durante o inventário.

- Bens arquitetônicos, arqueológicos e naturais:** mapeamento, plantas, croquis, cartografia, georreferenciamento.
- Bens móveis e integrados:** fotografar as peças de forma tridimensional.
- Obras raras:** fotografar capa e folha de rosto (opcional)
- Bens arquivísticos e iconográfico:** digitalizar o documento (opcional)

Imagem 1	Imagem 2	Imagem 3	Vídeo 1	Som 1
----------	----------	----------	---------	-------

TÍTULO:
Título da imagem, som ou vídeo produzido vinculado ao bem patrimonial.

TIPO:
 Imagem
 Som
 Vídeo

DESCRIÇÃO:
Descrição sobre o áudio-visual sendo cadastrado (opcional).

OBS: além das informações acima, o Sistema Memória Virtual também prevê cadastro de próprio arquivo contendo a fonte de áudio-visual.

Memória Virtual
INSTITUIÇÃO BEM PATRIMONIAL AUTORIA DESCRITOR ADMINISTRAÇÃO USUÁRIO

Cadastrar Bem Patrimonial

Preencha o formulário abaixo para cadastrar uma novo Bem Patrimonial no sistema Memória Virtual.

Instituição: Fazenda Santa Francisca do Lobo

- Informações Gerais do Bem Patrimonial
- Autoria
- Produção
- Descrição
- Diagnóstico e Intervenção
- Disponibilidade, Uso e Proteção
- Histórico de Procedência
- Assuntos e Descritores
- Fontes de Informação
- Responsável pela Pesquisa
- Relacionar com Bem Patrimonial existente
- Audiovisual

Escolher arquivo: 20130909_110156.jpg [UploadFile](#)

consequimos tirar os ????

Cadastrar Resetar Cancelar

APÊNDICE F. Trajetória de Pesquisa até a plataforma Memória Virtual Rural

Título	Resumo	Contribuição
Pinhal Digital * (Processo FAPESP 05/55323-2) Profa. Dra. Anja Pratschke (IAU-USP) 2003-2007	Curso de extensão que utilizou mídias digitais para o registro, organização e divulgação do patrimônio cultural da Fazenda Pinhal (2003-2006) e da Fazenda Santa Maria (2007), na cidade de São Carlos-SP.	Analisou diversas metodologias e tecnologias para o levantamento e registro do patrimônio cultural. Foi criado o grupo de pesquisa “Patrimônio cultural: memória, preservação e gestão sustentável” (UFSCar).
Comunidades online: sociabilidade e domesticidade em políticas públicas para inclusão digital (Processo FAPESP 03/06421-6) Prof. Dr. Marcelo Tramontano (IAU-USP) 2004-2008	Projeto de pesquisa em políticas públicas que buscou propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de inclusão digital para conjuntos habitacionais.	Analisou meios para a inclusão digital e ampliou a atuação do Nomads.usp junto a comunidades.
Memória Virtual de São Carlos * (Processo FAPESP 03/06434-0) Prof. Dr. José Carlos Maldonado (ICMC-USP) 2004	Projeto de pesquisa regular com o objetivo de criar uma base de dados para São Carlos-SP.	Criou a primeira base de dados para o patrimônio cultural de São Carlos.
Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para a pesquisa, ensino e turismo (Processo FAPESP 07/55999-1) Prof. Dr. Marcos Tognon (CMU-UNICAMP) 2008-2012	Projeto de pesquisa em políticas públicas que buscou desenvolver metodologias de organização e disponibilização de informações de naturezas diversas.	Analisou diversas metodologias e tecnologias para o levantamento e registro do patrimônio cultural.
Critérios e metodologias para realização de inventário do Patrimônio Cultural Rural Paulista (Processos FAPESP 2011/501015-2 e 2012/50044-1) Profa. Dra. Luzia S. Fernandes Costa (DCI-UFSCar) 2012-2014	Projeto de pesquisa regular que buscou a análise de estratégias para o inventário do patrimônio rural, tendo como objeto de pesquisa as fazendas de café.	Adquiriu conhecimentos sobre metodologias e tecnologias, ampliou a rede de contatos dentre professores de universidades da região que atuam na área de patrimônio cultural.

Obs.: As linhas em cinza são os projetos dos quais a doutoranda participou diretamente.

* Sobre a sequência de projetos “Pinhal Digital”, veja PRATSCHKE, Anja; BORTOLUCCI, Maria Ângela P.C.S.; COSTA, Luzia Sigoli F. Pinhal digital: uma experiência de transdisciplinaridade. In: In: KURI, Nídia Pavan; SILVA, Antônio N.R. (Ed.). **O Ensino no campus de São Carlos: Inovações e inovadores**. São Carlos: CETEPE/EESC/USP, 2006. p. 67-76.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

ANEXO A. Publicações CNRC 1979

IPHAN 2

Em Paraty(RJ) e na cidade de Goiás(GO) comunidade e técnicos debateram os problemas e apontaram as soluções que consideram necessárias para a preservação de suas cidades.

A comunidade debate seus problemas

A ampla mobilização da comunidade, que dois meses antes do Seminário de Paraty se organizou em comissões e iniciou o debate sobre os problemas e as perspectivas do município, possibilitou que as 56 recomendações obtidas ao final do Seminário traduzissem as expectativas da população de Paraty.

A questão da posse de terras no município, agravada nos últimos anos, principalmente depois da construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos), conquistou amplo espaço durante os debates, demonstrando que, paralelamente às soluções que devem ser efetivadas para a preservação do núcleo histórico, é urgente a necessidade de equacionar os conflitos fundiários.

Durante três dias – 30, 31 e 1º de setembro – a Igreja de Santa Rita – fechada há 18 anos e reaberta para a realização do Seminário – abrigou mais de uma centena de pessoas, todas participantes do encontro. Representantes de cada um dos distritos onde há conflitos pela posse de terras expuseram seus problemas e os depoimentos, muitas vezes dramáticos, motivaram a criação de uma comissão específica para estudar a questão fundiária.

Promovido pela Prefeitura Municipal de Paraty, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Sociedade dos Amigos de Paraty, e com o apoio da Fundação Roberto Marinho, o Seminário dividiu-se em três comissões, além da que tratou dos problemas fundiários: Patrimônio Cultural e Meio Ambiente; Educação e Cultura; Higiene, Saúde e Promoção Social.

Antes das reuniões da comissão, que a nível de comunidade estavam funcionando desde dois meses antes do Seminário, foi feita a apresentação dos planos diretores elaborados para Paraty, mas ainda não implantados. O primeiro plano foi feito em 1974 pela PLANAVE, escritório técnico de planejamento, por encomenda do IPHAN, e o segundo foi elaborado em 1979 pela Secretaria de Planeja-

mento do Estado do Rio de Janeiro (SECLAN), encomendado pela Prefeitura Municipal.

Os dois planos escolheram áreas idênticas para os dois tipos diferentes de crescimento – o da cidade propriamente e o outro provocado por loteamentos turísticos. A diferença maior entre os dois planos, no entanto, está na permissão de usos dos terrenos: enquanto a proposta da PLANAVE só permite determinados usos em setores claramente especificados, o plano da SECLAN não dividiu as subzonas em setores, permitindo assim que residências, comércio etc., se localizem livremente em cada subzona.

As diferenças entre os dois planos e, principalmente, a não implantação de nenhum deles, foram apontadas, praticamente por unanimidade pelos participantes, como uma das principais ameaças à preservação do núcleo histórico e à própria sobrevivência de Paraty.

Depois de apresentados os dois planos diretores, a questão da posse das terras, com os conflitos entre posseiros, grandes proprietários rurais e empresas imobiliárias, tomou conta dos debates. Os conflitos fundiários são mais acirrados nas áreas junto às praias do município, devido principalmente aos planos de expansão turística motivados pela abertura da BR-101. As famílias que deixaram suas antigas áreas rurais localizaram-se, a maior parte, na Ilha das Cobras e Mangueira,

loais sem nenhuma infra-estrutura e bastante próximos do núcleo histórico. Terminada a apresentação dos planos diretores e encerrados os depoimentos sobre as questões fundiárias, os participantes distribuíram-se pelas diversas comissões para a elaboração das recomendações que seriam, mais tarde, submetidas à aprovação do plenário.

Ao final, foram aprovadas 56 recomendações propostas pelas quatro comissões. A que maior número de sugestões apresentou foi a de Patrimônio Cultural e Meio Ambiente, que decidiu pela criação de uma comissão executiva encarregada de, no prazo de nove meses, apresentar proposta de



A população de Paraty participou ativamente do Seminário e cada uma das recomendações finais foi aprovada pelo plenário que lotou a Igreja de Santa Rita.



compatibilização dos planos e diplomas legais, propostos ou vigentes, que dispõem sobre o desenvolvimento, uso do solo e preservação do município de Paraty. A mesma comissão terá o prazo de quatro meses para aceitar ou não dez outras recomendações propostas pelo Seminário, a ela transferidas por delegação do plenário.

A primeira reunião da comissão executiva, realizada a 29 de setembro, decidiu que cada entidade ou classe profissional representada terá dois elementos na Comissão. Decidiu, também, integrar a comissão representante do comércio/indústria, Lions Club, Colônia de Pescadores, Assembléia de Deus e Sindicato dos Trabalhadores

Rurais. As outras representações são: Prefeitura Municipal; Câmara de Vereadores; IPAHN; INEPAC; Pastoral da Terra; Sociedade dos Amigos de Paraty; Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro; Associação dos Moradores da Ilha das Cobras e Mangueira; Proprietários Rurais; Pescadores.

O primeiro passo para a integração

A cidade de Goiás terá um plano de trabalho que atenda, de forma integrada, aos seus principais problemas, preservando ainda sua condição de patrimônio histórico e cultural.

A iniciativa é resultado de reunião realizada a 18 e 19 de setembro, na sede do IPHAN em Brasília, com a presença de representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU, Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento - SUPLAN, Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, Centrais Elétricas de Goiás S/A - CELG, Telecomunicações de Goiás S/A - TELEGOIÁS, Prefeitura do Município de Goiás, 7ª DR do IPHAN, Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, e Programa de Cidades Históricas - PCH.

Esta reunião resultou de uma primeira experiência de trabalho conjunto entre IPHAN, CNRC e PCH, a partir do "Relatório sobre a preservação das ruas calçadas da cidade de Goiás", de autoria da prefeitura municipal, encaminhado ao Diretor-Geral do IPHAN pelo deputado Fernando Cunha. Pesquisadores do IPHAN e do CNRC, interessados em manter a configuração histórica da cidade e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da população, empenharam-se na busca de soluções, principalmente no que se refere a rede de esgotos, surgindo assim a reunião que envolveu todos aqueles demais órgãos.

Durante os debates constatou-se a complexidade e diversidade dos problemas; a necessidade de participação da comunidade em sua solução; a urgência de um trabalho integrado e a necessidade de captação de recursos técnicos e financeiros para se chegar a soluções efetivas.

Instituiu-se um Grupo de Acompanhamento, integrado pela 7ª DR do IPHAN, PCH, CNRC, CNDU, EBTU e SUDECO, que se encarregará, com apoio dos demais organismos, da elaboração imediata de um anteprojeto compreendendo as necessidades mais urgentes, bem como contatar as várias instituições financiadoras, segundo suas áreas de atuação, para se poder traçar o plano global para a cidade de Goiás.



"Meu velho e sonolento Vermelho, todo poluído. Antigamente, suas pedras eram acariciadas pela batida das roupas das lavadeiras e o murmurar das águas misturavam-se com o canto das mesmas. (...) Hoje, só resta o coaxar dos sapatos como um desafio ao tempo, que vai pedindo clemência a este gigante preguiçoso. Rua. O calçamento todo feito a mão se encontra, todinho, danificado. Que o motivo? Homens que cavam, colocam postes, cavam, colocam canos de água, cabos telefônicos, arrancam, cavam, arrancam, cavam. . ."
Depoimento de D. Sônia representante da comunidade da cidade de Goiás, no Seminário.

ANEXO B. Bens indicados pelas comunidades de Registro e de Iguape

Quadro 30. Bens indicados durante a oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro”

Grupo	Denominação do bem	Observação
1	Casa da Família Hokugawa, originalmente da Família Yamadera*	Bairro de Manga Larga
	Construção da Família Hikeda	Bairro do Jurumirim, próx. à escola Hiroshi Sakano
	Fábrica de Chá Amaya	Bairro do Bamburral
	Fábrica de Esteiras Takara	Estrada da Boa Vista
2	Fábrica de Chá Torazo Okamoto*	Chá Ribeira, Bairro do Morro Alto
	Igreja Anglicana*	Bairro de Manga Larga
	Fábrica de Tatame Yamamura	Estrada Municipal Prof. Iokishiro Nieda
	Fábrica de Esteira	Sete Barras
3	Fábrica de Chá	Bairro do Lageado
	Casa da Família Yamadera*	Bairro de Manga Larga
	Casa da Família Okigawa	Bairro de Ribeirão de Registro
	Chasal do Chá Ribeira*	
5	Sítio da Família Ushikoshi	Bairro Serrote
	Casa da Família Yamadera*	
	Casa do Sr. Suzuki (morador)	Casa mais bem preservada (sem localização)
	Casa	Atrás da Fábrica de Esteiras Yoshimoto
6	Casa da Família Matsumura	Bairro de Boa Vista
	Chá Ribeira*	
7	Chá Tupi	R. Dr. Waldemar Lopes Ferraz, n° 248
	Igreja Anglicana*	Manga Larga
8	Casa de Conversa*	Bairro da Raposa
8	Casa da Família Shimizu	Casa Família Shimizu
	Casa de Conversa*	Bairro da Raposa
9	Casa da Família Ueki	
	Casa Maiakushi	Bairro de Areia
	Casa Osawa	Bairro Manga Larga
10	Fábrica de Chá Shimabucuro	UNESP

* Bem mencionado mais de uma vez.

Obs.: Na lista do relatório original, não consta o Grupo 4.

Fonte: Relatório da oficina (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, p. 5).

Quadro 31. Bens indicados durante a oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape”

Denominação do bem	Localização
Casa dos Jesuítas	Núcleo urbano
Igreja São Benedito	Núcleo urbano
Praça São Benedito / Chafariz	Núcleo urbano
Correio Velho	Núcleo urbano
Hotel São Paulo	Núcleo urbano
Colégio Vaz Caminha	Núcleo urbano
Sobrado dos Toledos	Núcleo urbano
Casa da Banda	Núcleo urbano
Casa dos azulejos portugueses	Núcleo urbano
Casa de Fundação	Núcleo urbano
Câmara Municipal	Núcleo urbano
Palacete Lima	Núcleo urbano
Basílica do Bom Jesus	Núcleo urbano
Oficina Cultural	Núcleo urbano
Igreja do Rosário	Núcleo urbano
Fórum	Núcleo urbano
EMEF Benedito Rosa	Núcleo urbano
Cemitério	Núcleo urbano
Fábrica Única	Núcleo urbano
Morro da Espia	
Capela São João	Porto da Ribeira
Porto da Ribeira	Rio Ribeira
Ruínas Porcina	Pé do Morro da Espia
Fonte do Senhor	Pé do Morro da Espia
Cristo	Morro da Espia
Sedes de Chácaras	
Capela Restaurada	
Chácara Yanaguisawa	
Pirá	
Antiga propriedade Carneiro Muniz	
Porto Grande	Mar Pequeno
Porto da Balsa	Mar Pequeno
Passarela	
Rocio	
Sambaqui	Estrada do Jairê

Fonte: Adaptado do Relatório da oficina (NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008).

ANEXO C. Tabelas IBGE (2019)

Tabela 77 - Municípios, total, com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, com algumas características da legislação de tombamento, e com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2018

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural				Com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado				
		Total	Natureza dos bens tombados pela legislação		Quantidade de bens tombados por legislação municipal	Total	Responsabilidade do bem tombado			
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial			Da União	Do estado	Do município	Privada
Brasil	5 570	1 769	1 643	832	28 421	990	117	191	826	121
Até 5 000	1 257	301	279	142	713	151	6	18	132	24
De 5 001 a 10 000	1 203	297	275	136	2 069	146	12	23	120	13
De 10 001 a 20 000	1 348	347	321	166	2 484	222	25	32	197	25
De 20 001 a 50 000	1 096	397	366	181	4 006	217	30	54	172	27
De 50 001 a 100 000	349	185	173	89	2 885	109	18	26	88	14
De 100 001 a 500 000	271	200	189	93	7 754	114	17	30	92	11
Mais de 500 000	46	42	40	25	8 510	31	9	8	25	7
Norte	450	64	56	28	1 561	34	5	7	28	2
Até 5 000	77	2	2	-	2	3	-	-	3	-
De 5 001 a 10 000	80	4	4	1	480	2	1	-	1	-
De 10 001 a 20 000	106	6	4	2	35	8	1	2	8	-
De 20 001 a 50 000	115	13	12	6	59	7	1	1	6	-
De 50 001 a 100 000	43	18	17	10	898	7	-	2	5	-
De 100 001 a 500 000	25	17	13	7	67	6	2	2	4	1
Mais de 500 000	4	4	4	2	20	1	-	-	1	1
Nordeste	1 794	262	228	126	4 217	169	31	43	117	18
Até 5 000	231	17	17	3	55	10	2	3	7	3
De 5 001 a 10 000	366	27	23	9	773	13	4	3	7	-
De 10 001 a 20 000	565	46	38	23	396	46	9	9	35	4
De 20 001 a 50 000	449	88	75	48	1 643	56	7	16	39	6
De 50 001 a 100 000	120	40	36	21	249	26	3	8	17	2
De 100 001 a 500 000	52	33	30	17	402	12	4	3	8	3
Mais de 500 000	11	11	9	5	699	6	2	1	4	-
Sudeste	1 668	1 046	985	536	16 535	600	50	112	527	87

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural				Com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado				
		Total	Natureza dos bens tombados pela legislação		Quantidade de bens tombados por legislação municipal	Total	Responsabilidade do bem tombado			
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial			Da União	Do estado	Do município	Privada
Até 5 000	377	220	203	117	569	114	2	14	102	20
De 5 001 a 10 000	383	225	213	108	747	105	4	18	92	12
De 10 001 a 20 000	361	229	216	126	1 841	144	11	18	134	18
De 20 001 a 50 000	288	180	168	86	1 349	104	13	27	88	17
De 50 001 a 100 000	109	75	72	38	1 366	50	13	14	42	11
De 100 001 a 500 000	129	100	96	49	3 275	67	4	18	55	7
Mais de 500 000	21	17	17	12	7 388	16	3	3	14	2
Sul	1 191	303	285	104	5 439	129	19	22	109	9
Até 5 000	438	55	51	20	71	20	1	-	18	1
De 5 001 a 10 000	260	31	26	14	58	14	-	1	13	-
De 10 001 a 20 000	224	50	48	10	78	17	2	2	16	1
De 20 001 a 50 000	159	83	78	25	803	36	6	8	27	3
De 50 001 a 100 000	58	41	39	16	252	18	2	2	16	1
De 100 001 a 500 000	47	38	38	16	3 899	20	6	6	16	-
Mais de 500 000	5	5	5	3	278	4	2	3	3	3
Centro-Oeste	467	94	89	38	669	58	12	7	45	5
Até 5 000	134	7	6	2	16	4	1	1	2	-
De 5 001 a 10 000	114	10	9	4	11	12	3	1	7	1
De 10 001 a 20 000	92	16	15	5	134	7	2	1	4	2
De 20 001 a 50 000	85	33	33	16	152	14	3	2	12	1
De 50 001 a 100 000	19	11	9	4	120	8	-	-	8	-
De 100 001 a 500 000	18	12	12	4	111	9	1	1	9	-
Mais de 500 000	5	5	5	3	125	4	2	1	3	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Tabela 78 - Municípios, total, com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, com algumas características da legislação de tombamento, e com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural				Com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado				
		Total	Natureza dos bens tombados pela legislação		Quantidade de bens tombados por legislação municipal	Total	Responsabilidade do bem tombado			
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial			Da União	Do estado	Do município	Privada
Brasil	5 570	1 769	1 643	832	28 421	990	117	191	826	121
Norte	450	64	56	28	1 561	34	5	7	28	2
Rondônia	52	5	5	1	13	4	1	-	3	-
Acre	22	5	4	2	11	1	-	-	1	-
Amazonas	62	7	6	3	635	3	-	1	2	-
Roraima	15	1	1	-	31	3	1	1	3	1
Pará	144	32	27	16	132	14	2	5	11	1
Amapá	16	4	4	3	5	3	-	-	3	-
Tocantins	139	10	9	3	734	6	1	-	5	-
Nordeste	1 794	262	228	126	4 217	169	31	43	117	18
Maranhão	217	21	15	13	547	12	3	5	10	-
Piauí	224	19	19	10	255	9	1	1	9	-
Ceará	184	53	44	29	538	23	5	2	20	2
Rio Grande do Norte	167	22	21	7	57	17	4	4	11	3
Paraíba	223	35	35	9	522	18	5	5	10	3
Pernambuco	185	24	18	14	616	29	5	9	16	5
Alagoas	102	8	7	6	653	7	1	1	5	-
Sergipe	75	11	10	9	40	8	-	1	7	-
Bahia	417	69	59	29	989	46	7	15	29	5
Sudeste	1 668	1 046	985	536	16 535	600	50	112	527	87
Minas Gerais	853	801	762	432	6 194	462	29	73	418	70
Espírito Santo	78	31	26	12	492	15	2	9	12	1
Rio de Janeiro	92	46	44	20	3 136	25	3	7	16	3
São Paulo	645	168	153	72	6 713	98	16	23	81	13
Sul	1 191	303	285	104	5 439	129	19	22	109	9
Paraná	399	56	49	22	627	30	5	6	25	1
Santa Catarina	295	88	85	31	2 469	34	6	6	26	3

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural					Com apoio, manutenção ou transferência de recurso para bem tombado			
		Total	Natureza dos bens tombados pela legislação		Quantidade de bens tombados por legislação municipal	Total	Responsabilidade do bem tombado			
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial			Da União	Do estado	Do município	Privada
Rio Grande do Sul	497	159	151	51	2 343	65	8	10	58	5
Centro-Oeste	467	94	89	38	669	58	12	7	45	5
Mato Grosso do Sul	79	23	22	19	66	6	3	2	6	-
Mato Grosso	141	22	21	5	123	12	2	1	9	1
Goiás	246	48	45	13	419	39	7	4	29	3
Distrito Federal	1	1	1	1	61	1	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

ANEXO D. Relatório complementar – Ação Jongo no Sudeste – SICG

02/12/2019

Relatório complementar - Ação </br>



Relatório complementar - Ação

Dados básicos da ação Nome: Salvaguarda do Jongo no Sudeste - Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu (Convênio 2007/2009 celebrado com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio à Universidade Federal Fluminense) - Publicação Rede de Memória do Jongo/Caxambu Tipo: Apoio e fomento Situação: Concluída Data início: Não informado Instrumento: Ação de salvaguarda Data fim: 2007	Mapa Dados cartográficos ©2019 Imagens ©201
Ponto de referência UF: São Paulo Município: Queluz Coordenada(s) geográfica(s): -22,453091763966498 -44,7532816758089	Foto
Multimídias vinculadas Quantidade de imagens: 0 Quantidade de vídeos: 0 Quantidade de audios: 0	
Fases Nenhuma fase a exibir.	

Descrição

A ação se deu pela organização de uma publicação sobre as comunidades da Rede de Memória do Jongo/Caxambu, visando assim a amplificação do Universo cultural e dos bens levando a seu reconhecimento e valorização por parte dos diferentes segmentos sociais nele envolvidos.

Localização específica

O polígono corresponde ao limite regional no qual se dá o Bem, sendo o ponto meramente ilustrativo.

Atividades

Tipo	Nome
Difusão e Valorização - Difusão sobre o universo cultural do bem cultural	Edições / publicações / difusão sobre o universo cultural em foco.

Bens vinculados

Nenhum registro encontrado

Instituições partícipes

Condição	Nome
Referência/Partícipe	Associação Sementes D'África - Ponto de Cultura Jongo - História, Sabedoria e Identidade Negra
Referência/Partícipe	Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense - Ponto de Cultura Jongo de Pinheiral
Referência/Partícipe	Associação Cultural Jongo da Serrinha - Ponto de Cultura "Escola de Jongo da Serrinha"
Referência/Partícipe	Associação Jongo Dito Ribeiro - Ponto de Cultura Comunidade Jongo Dito Ribeiro
Referência/Partícipe	Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra - Ponto de Cultura "Núcleo de Cultura Popular do Vale do Paraíba - Quilombo São José da Serra"

Ambiente: local Revisão:1.0.31.0-SNAPSHOT

Documentos vinculados

Nenhum registro encontrado

Abrangência**UF Municípios**

RJ Japeri, Valença, Porciúncula, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Comendador Levy Gasparian, Cantagalo, Itaperuna, Mesquita, Macuco, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Res Flores, Areal, São Fidélis, Sumidouro, Iguaba Grande, Laje do Muriaé, Miguel Pereira, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Três Rios, Varre-Sai, Vassouras, Volta Redonda, Mirace Mendes, São João de Meriti, Paty do Alferes, Barra do Pirai, Aperibé, Barra Mansa, Petrópolis, Tanguá, Teresópolis, Trajano de Moraes, São Pedro da Aldeia, Rio Bonito, Rio Ci Madalena, Santo Antônio de Pádua, Seropédica, Belford Roxo, Duas Barras, Cordeiro, Nova Friburgo, Conceição de Macabu, Itatiaia, Carmo, Cardoso Moreira, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Itaocara, Nilópolis, Pinheiral, Pirai, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, Porto Real, Quatis, Queimado

MG Ervália, Esmeraldas, Espera Feliz, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Estrela Dalva, Estrela do Indaiá, Ibmé de Minas, Franciscópolis, Glauclândia, Resplendor, Goianá, Gonçalves Riachinho, Rio Pomba, Ribeirão das Neves, Ribeirão Vermelho, Guaraciaba, Guimarânia, Guiricema, Iapu, Ilícinia, Ibertioga, Ibiá, Ibiracatu, Rio Acima, Rodeiro, Rio Pardo de Piracicaba, Rio Preto, Inconfidentes, Ibitiúra de Minas, Ibituruna, Icarai de Minas, Inhapim, Inhaúma, Ipatinga, Rio Vermelho, Itabirinha, Itabirito, Itajubá, Itaguara, Itamaran Minas, São Sebastião do Rio Verde, Itanhandu, Itanhomi, Itatiaçu, Ritópolis, Tiradentes, Iturama, Itutinga, Jaboticatubas, Japaraíba, Rubelita, Sacramento, Santo Antônio de Salinas, São Sebastião de Salinas, Santa Bárbara, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Margarida, Tiros, Janaúba, Santa Maria de Itabira, Santana do Desert Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Jequitinhonha, Jesuânia, Santa Rita de Ibitipoca, Joanesia, Nova União, Santo Hipólito, Juatuba, Juruáia, Lamim, Juiz de São Francisco, São Francisco de Sales, Laranjal, Ladainha, Lagoa dos Patos, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lambari, Luisburgo, Leme do Prado, Luminárias, Lima Duarte, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manhumirim, Maravilhas, Mar de Espanha, Maria da Fé, Nova Porteira, Marilac, Mário Campos, Maripá de Minas, São Francisco de Sapucaia, São Gotardo, São João Batista da Glória, Tocantins, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, Marmelópolis, Martinho Campos, Mart Moema, Monsenhor Paulo, Monte Alegre de Minas, Monte Sião, Romaria, Monte Carmelo, São João del Rei, São João do Manhuaçu, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, S Mantenhina, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Muriaé, Mutum, Paulistas, Muzambinho, São João do Pacuí, São João Evangelista, São João Nepomuceno Bicas, Nacip Raydan, Natalândia, São José da Barra, São José da Lapa, Natércia, Rosário da Limeira, São Miguel do Anta, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Rom Papagaios, Pará de Minas, Paiva, São Roque de Minas, Palma, Paraguaçu, Paraisópolis, Paraopeba, Passabém, Passa Quatro, Passa Tempo, Passa-Vinte, Patos de Minas, Pequi Muriaé, São Sebastião do Maranhão, Paula Cândido, Tocos do Moji, Pavão, Peçanha, Santana de Cataguases, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Santana de Pirapama, São Tiago, Piedade dos Gerais, Rio Doce, Piracema, Alto Jequitibá, São Tomás de Aquino, São Thomé das Letras, Piranguinho, Pirapetinga, Pirapora, Piraúba, Pitangui, São João do Orier Setubinha, Poços de Caldas, Pocrane, Pompéu, Ponto dos Volantes, Porteira, Porto Firme, Senhora de Oliveira, Pouso Alegre, Pouso Alto, Toledo, Presidente Bernardes, Ríc Presidente Kubitschek, São Vicente de Minas, Presidente Olegário, Raposos, Rio Manso, Sapucaia-Mirim, Rio Paranaíba, Ressaquinha, Riacho dos Machados, Rio Casca, Sardão, Senador Amaral, Senhora do Porto, Rochedo de Minas, Rubim, Sabará, Santa Bárbara do Monte Verde, Sabinópolis, Santa Bárbara do Tugúrio, Santana dos Montes, Santa Rita Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santo Antônio do Gramma, Santa Rita do Itueto, Santa Rita do Sapucaia, Santa Rosa da Serra, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio Antônio do Monte, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Serra do Salitre, Serrania, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Sete Lagoas, Silveirânia, Silvinópolis Simonésia, Tabuleiro, São Domingos das Dores, Santos Dumont, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco de Paula, São Abaixo, Taiobeiras, Tapira, Tarumirim, Teixeira, São Geraldo da Piedade, São Geraldo, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Alegre, São José do Divino, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Lourenço, Taquaraçu de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, Senador Cortes, Senador Firmino, Senador Modestino Gonçalves, Senhora dos Remédios, Sericita, Seritinga, Serra Azul de Minas, Tombos, Serra da Saudade, Teófilo Otoni, Três Corações, Sobralia, Soledade de Ubarapora, Uberaba, Uberlândia, Tapira, Timóteo, Ubaí, Tumiritinga, União de Minas, Três Marias, Três Pontas, Turmalina, Turvolândia, Vargem Grande do Rio Pardo, Varjê Virgolândia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Várzea da Palma, Veredinha, Mathias Lobato, Virgínia, Virgínia, Virgínia, Uruana de Minas, Uruçânia, Varginha, Uruçuaia, Varzelândia Vermelho Novo, Vazante, Veríssimo, Campo do Meio, Vespasiano, Viçosa, Vieiras, Virgem da Lapa, Visconde do Rio Branco, Volta Grande, Wenceslau Braz, Canaã, Diogo de V Divinolândia de Minas, Mesquita, Orizânia, Minduri, Padre Paraíso, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olímpio Noronha, Datas, Descoberto, Campo Belo, Divino, Cap Divino das Laranjeiras, Capetinga, Desterro de Entre Rios, João Monlevade, João Pinheiro, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Caetanópolis, Ewbank da Câmara, Cabo Verde Caiana, Cajuri, Caldas, Fernandes Tourinho, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Fervedouro, Florestal, Faria Lemos, Formiga, Carmésia, Astolfo Dutra, Barra Longa, Carval Cássia, Conceição da Barra de Minas, Catas Altas, Catuti, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santa Bárbara do Leste, Santa Luzia, Camacho, Pedras de Maria da Cruz, Pe Teixeira, Pequi, Perdido, Perdões, Piauí, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Pimenta, Pingo-D'água, Pintópolis, Pirajuba, Piranga, Piumhi, Ponto Chique, Poté, Prados, Prata, Prataópolis, Pratinha, Presidente Juscelino, Prudente de Moraes, Quartel Geral, Queluzito, Rio Espera, Raul Soares, Recreio, Reduto, Cipotânea Igaratinga, Rio Novo, Cláudio, Coimbra, Conceição dos Ouros, Conquista, Córrego Novo, Coqueiral, Cordisburgo, Cordislândia, Cristália, Cristiano Otoni, Resende Costa, Cristin Geraldo do Baixo, Cruzília, Divisa Nova, Guarani, São Gonçalo do Pará, Dores de Guanhanes, Dores do Indaiá, Dores do Turvo, Doresópolis, Engenheiro Caldas de Minas, Lavras, Leandro Ferreira, Luz, Leopoldina, Liberdade, Machacalis, Lontra, Manhuaçu, Mantena, Mariana, Marliéria, Aguanil, São Sebastião do Anta, São Sebastião de Minas, Monjolos, Monte Azul, Monte Belo, Munhoz, Montes Claros, Catas Altas da Noruega, Água Boa, Albertina, Alfredo Vasconcelos, Alpinópolis, Alterosa, Alto Rio Doce, Águas Formosas, Água Comprida, Biquinhas, Abaeté, Abre Campo, Acaíca, Caxambu, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Chácara, Nova Belém, Santa Cruz de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Juliana, Santa Maria do Suaçuí, Santana da Vargem, Nazareno, São Pedro dos Ferros, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião do Oeste, N Ninheira, Nova Lima, Nova Módica, Nova Resende, Nova Serrana, Novo Cruzeiro, Pai Pedro, Passos, Patís, Patrocínio, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedralva, Perdizes, Pec Caeté, Eugenópolis, São Gonçalo do Rio Preto, Felisburgo, Felixlândia, Arantina, Arceburgo, Arcos, Medeiros, Mirabela, Areado, Paineiras, Dionísio, Argirita, Aricanduva, Bom F Ataléia, Bandeira do Sul, Miradouro, Mirai, Miravânia, Pains, Barão de Monte Alto, Barbacena, Belo Vale, Berilo, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Botumirim, Brás Pires, Brasilândia de Minas, Braúnas, Córrego do Bom Jesus, Brumadinho, Cambuquira, Fama, Delfim Moreira, Delta, Campanário, Campina Verde, Delfinópolis, Campo Azul, Córrego Caputira, Carai, Divinópolis, Capitão Andrade, Desterro do Melo, Diamantina, Capitão Enéas, Cuparaque, Curral de Dentro, Mateus Leme, Matias Barbosa, Carandaí, Carangole Florido, Campos Altos, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Mercês, Cana Verde, Candeias, Cantagalo, Capelinha, Capim Branco, Materlândia, Matipó, Carbonita, Mato Verde, Matutina, Medina, Mendes Pimentel, Minas Novas, Olhos-D'água, Oliveira, Oliveira Fortes, Onça de Pitangui, Oratórios, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Ouro Verde de Mi Careagu, Carmo de Minas, Extrema, Buenópolis, Buritizeiro, Camanducaia, Cambuí, Estrela do Sul, Felício dos Santos, Ferros, Alvinópolis, São João da Mata, Caranaíba, Cacho Andrelândia, Curvelo, Antônio Carlos, Antônio Dias, Antônio Prado de Minas, Araponga, Barroso, Bela Vista de Minas, Açucena, Além Paraíba, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Alfer Alperca, Alto Caparaó, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Andradas, Angelândia, Araçá, Aracitaba, Arapuá, Araújos, Araçuaí, Araxá, Arinos, Augusto de Lima, Baependi, Barão de Cocais, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Oriente, Berizal, Betim, Bias Fortes, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bocalúva, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Arr Galho, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Borda da Mata, Botelhos, Brasília de Minas, Brasópolis, Campanha, Campestre, Caratinga, Carmo da Mata, Carmo do Caj Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carvalhos, Casa Grande, Cataguases, Catujá, Chalé, Chapada do Norte, Coluna, Comendador Gomes, Chiador, Claro dos Conceição da Aparecida, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Conceição das Alagoas, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Cong Marinho, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Conselheiro Pena, Consolação, Coração de Jesus, Corinto, Coroaci, Coronel Murta, Coron Xavier Chaves, Córrego Danta, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Dom Cavati, São Gonçalo do Abaeté, Dom Joaquim, Dom S Dona Eusébia, Dores de Campos, Durandé, Elói Mendes, Engenheiro Navarro, Entre Folhas, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Francisco Sá, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Fr Goiabeira, Fronteira, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Frutal, Funilândia, Galliléia, Gouveia, Guaraciama, Guaranésia, Governador Valadares, Grão Mogol, Guanhanes, Guapé, Gurinhata, Heliadora, Ibiá, Igarapé, Ibiraci, Ibirité, Iguatama, Ijaci, Indaiabira, Indianópolis, Ingaí, Ipanema, Inimutaba, Ipaba, Ipiúna, Itabira, Itacambira, Itaipé, Itacarambé Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itaobim, Itapagipe, Itapeçerica, Itapeva, Itaú de Minas, Itaúna, Itaverava, Itumirim, Itinga, Itueta, Jaguaraçu, Jacinto, Jacuí, Jacu Jampuca, Japonvar, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitá, Jequitibá, Joaíma, Joaquim Felício, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Lagamar, Lagoa d Grande, Lagoa Santa, Lajinha, Lassance, Luislândia

Ambiente: local Revisão:1.0.31.0-SNAPSHOT

UF Municípios

SP Ribeirão Bonito, Vitória Brasil, Pinhalzinho, Quadra, Tremembé, Santa Rosa de Viterbo, Santo Anastácio, Santo André, Santo Antônio da Alegria, Santo Antônio de Posse, Sant Aracanguá, Santo Expedito, São Bento do Sapucaí, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, Adamantina, Agudos, Alambari, Alfredo Marcondes, Altair, Altinópolis, Alt Alvares Florence, Américo de Campos, Amparo, Analândia, Andradina, Angatuba, Arealva, Anhembí, Anhumas, Aparecida, Aparecida D'oste, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, / Areópolis, Ariranha, Artur Nogueira, Atibaia, Auriflâma, Avaré, Bady Bassitt, Bernardino de Campos, Bananal, Barretos, Barrinha, Barueri, Bastos, Batatais, Birigüi, Boa Espera Carapicuíba, Biritiba-Mirim, Bocaina, Bofete, Brodowski, Boituva, Borborema, Borebi, Brotas, Botucatu, Bragança Paulista, Braúna, Buri, Buritama, Cabreúva, Caçapava, Corum Paulista, Caconde, Cafelândia, Campinas, Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Capivari, Cardoso, Cerqueira César, Cerquillo, Cesário Lange, Cf Colômbia, Conchal, Conchas, Coroados, Coronel Macedo, Cotia, Descalvado, Diadema, Divinolândia, Emilianópolis, Dracena, Duartina, Dumont, Echaporã, Eldorado, Elias Faus Espírito Santo do Pinhal, Estrela D'oste, Estrela do Norte, Fernandópolis, Fernando Prestes, Fernão, Ferraz de Vasconcelos, Flora Rica, Floreal, Flórida Paulista, Franca, Franc da Rocha, Gabriel Monteiro, Gália, Garça, Gastão Vidigal, Guaimbê, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guairá, Guapiagu, Guapiara, Guaraçá, Guaraci, Guarani, Guararapes, Guareí Guataparã, Guzolândia, Herculândia, Hortolândia, Iacri, Iaras, Ibaté, Ibirá, Igarapava, Igaratá, Indaiapurã, Iperó, Ipeúna, Ipiquã, Ipuã, Itacemópolis, Irapuã, Irapuru, Itaberá, Itapetininga, Itapeva, Itapevi, Itapira, Itatinga, Itariri, Itatiba, Ituverava, Jacupiranga, Jaguariúna, Jales, Jambéiro, Jandira, Jardinópolis, Jarinu, Jaú, Jeriquara, Joanópolis, Jo Juquitiba, Limeira, Lagoinha, Lavinia, Lavrinhas, Leme, Lins, Lorena, Lourdes, Lucélia, Lucianópolis, Luís Antônio, Lutécia, Macatuba, Macaúbal, Marabá Paulista, Marília, Mauá Martiópolis, Matão, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Miguelópolis, Mirandópolis, Mirassol, Mococa, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Morro Agudo, Nazaré Paulista, Nhandeara, Natividade da Serra, Nova Granada, Novo Horizonte, Nuporanga, Ocaucu, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Osasco, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ouroeste, Palm Paraíso, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Pariqueira-Açu, Patrocínio Paulista, Paulínia, Paulistânia, Paulo de Faria, Pederneiras, Pedranópolis, Pedregulho, Pedro de Toledo, Pená Barreto, Piacatu, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Piquete, Pirajú, Pirangi, Pirassununga, Piratininga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Pontes Gestal, Populina, Porto Feliz, Prata Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Quatá, Queiroz, Queluz, Quintana, Regente Feijó, Reginópolis, Registro, Ribeirão Branco, Ribeirão Corrente, Ribeirão Pires, Ribeirí Riolândia, Roseira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, São João de Iracema, São Joaquim da Barra, São José do Barreiro, São José do Rio Pardo, São José de os Campos, São Lourenço da Serra, São Luís do Paraitinga, São Miguel Arcanjo, São Paulo, São Simão, São Pedro do Turvo, São Roque, Sarapu, Sebastianópolis Socorro, Sud Mennucci, Sumaré, Suzano, Taguaí, Tambaú, Tanabi, Taquaritinga, Tapiraí, Tapiratiba, Taquarituba, Tatuí, Terra Roxa, Taubaté, Tejuçu, Santa Salete, Santo An Tupã, Turiúba, Turmalina, Santo Antônio do Pinhal, São Francisco, Vargem Grande do Sul, Vargem Grande Paulista, Várzea Paulista, Votorantim, Votuporanga, Zacarias, Araç Cunha, Embu, Monte Mor, Pradópolis, Sabino, Nipoã, Sagres, Álvares Machado, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Santa Clara D'oste, Adolfo, Serra Negra, Sertãozinho, Sete B Brasiense, Aguaí, Balbinos, Capela da Prata, Capela do Alto, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Arapeí, Arandu, Catanduva, Vera Cruz, Vinhedo, Bento de Abreu, Avaí, Cândido Rodrigues, Bálsamo, Barra Bonita, Bilac, Estiva Gerbi, Brejo Alegre, Boracéia, Cosmópolis, Cajobi, Cajuru, Campina do Monte Alegre, Canas, Ca Guariba, Cosmorama, Cordeirópolis, Cruzália, Igarapu do Tietê, Dirce Reis, Dobrada, Dolcinópolis, Engenheiro Coelho, Elisiário, Espírito Santo do Turvo, General Salgado, Gua Guararema, Guaratinguetá, Holambra, Iacanga, Ibitinga, Indaiatuba, Ibiúna, Indiana, Inúbia Paulista, Ipaussu, Itapeperica da Serra, Itaquecetuba, Itápolis, Mairinque, Ma Sales Oliveira, Itapuí, Itirapuã, Jaborandi, Jaboticabal, Jacaré, Jaci, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Jumirim, Nova Guataporanga, Lindóia, Santa Cruz da Esperança, Lençóis P Louveira, Lupércio, Luizânia, Macedônia, Magda, Marapoama, Mariópolis, Rinópolis, Rio Claro, Rio das Pedras, Marinópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Mombuca, Monçõe Campina, Nova Canaã Paulista, Cássia dos Coqueiros, Nova Castilho, Nova Luzitânia, Óleo, Orlândia, Embu-Guaçu, Palmares Paulista, Salto, Paranapanema, Parapanuã, Parap Pindorama, Pedra Bela, Piedade, Piquerobi, Piracaia, Salto de Pirapora, Piracicaba, Pirajú, Santa Fé do Sul, Pirapora do Bom Jesus, Nova Odessa, Santa Cruz da Conceição, Pi Sales, Pongai, Santa Gertrudes, Santa Isabel, Porangaba, Porto Ferreira, Potim, Pracinha, Presidente Alves, Presidente Bernardes, Santa Lúcia, Rafard, Rancharia, Redenção d Restinga, Ribeirão do Sul, Salesópolis, Salmourão, Santa Ernestina, Santa Mercedes, Santana da Ponte Pensa, Santana de Parnaíba, Santa Rita D'oste, São João do Pau D'all Severínia, Taiacu, Taiúva, Três Fronteiras, Taquaral, Tarumã, Torre de Pedra, Trabiju, Tuiuti, Tupi Paulista, União Paulista, Valentim Gentil, Valinhos, Valparaíso, Viradouro, V Santa Rita do Passa Quatro, Santópolis do Aguapeí, São Caetano do Sul, São Carlos, Apiaí, Americana, Araraquara, Araras, Arco-Iris, Cabralia Paulista, Avanhandava, Arujá, C Bariri, Icem, Bauru, Bebedouro, Bom Jesus dos Perdões, Borá, Clementina, Caiabu, Caieiras, Caiuá, Cajamar, Cajati, Cedral, Cravinhos, Cristais Paulista, Cruzeiro, Dois Córreg Peixoto, Itirapina, Itajobi, Monte Alegre do Sul, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Monteiro Lobato, Morungaba, Motuca, Murutinga do Sul, Nov Itupeva, Jundiá, Junqueirópolis, Laranjal Paulista, Nova Independência, Novais, Rio Grande da Serra, Miracatu, Mirassolândia, Pardinho, Nova Europa, Pedreira, Oriente, Ourc Palestina, Planalto, Pontalinda, Potirendaba, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Grande, Rubiácea, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Bárbara D'oste, Santa Branca, Santa Maria das Duas Pontes, São José da Bela Vista, Serra Azul, São Manuel, São Sebastião da Grama, Serrana, Sorocaba, Suzanápolis, Tabapuã, Tabatinga, Taboão da Serra, Taquariva Tietê, Torrinhã, Ubirajara, Uchoa, Urânia, Uru, Vargem, Urupês

ES Rio Novo do Sul, Ibatiba, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Mantenópolis, Rio Bananal, Ponto Belo, Pinheiros, Ibiracu, Ibitirama, Iconha, Muqui, Água Branca, V Cláudio, Água Doce do Norte, Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Atilio Vivacqua, Baixo Guandu, Itarana, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Castelo, Divino de São Lourenço, Ecoporanga, Marechal Floriano, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Iúna, Jaguaré, Laranja da Terra, Vila Pavão, São José do Calçado, Marilãr Apiacá, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Sooretama, São Roque do Canaã Palha, Santa Teresa, Mimoso do Sul, Mucurici, Muniz Freire, Nova Venécia, Pancas, São Domingos do Norte, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá

Palavras-chave/Links

Palavras-chave:

Não informado

Links:

Não informado